



PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO **ESTADO DE DIREITO**



Coletânea de legislação PALOP e Timor-Leste

COVID – 19 e Estado de Direito

2.ª edição



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

A presente coletânea foi elaborada em parceria com o Legis-PALOP+TL e com base em informação actualizada disponibilizada na Base de Dados Jurídica Oficial Legis-PALOP+TL, tendo igualmente contado com a colaboração dos nossos pontos focais nos diferentes países. O documento encontra-se em permanente atualização.

Pretende responder ao momento de emergência que vivenciamos, tornando acessível a legislação pertinente de cada um dos países parceiros no âmbito das medidas de prevenção e combate à COVID 19 que foram adotadas.

O seu valor é meramente informativo e não dispensa a consulta dos diplomas originais.



LEGISPALOP+TL

Índice

Instrumentos Internacionais	7
Carta Africana Dos Direitos Humanos e dos Povos - Carta de Banjul	7
Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.....	34
Angola	43
Constituição da República de Angola	43
Decreto Presidencial n.º 101/20, de 14 de abril.....	44
Decreto Executivo n.º 148/20, de 14 de abril	45
Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de abril.....	46
Decreto Presidencial n.º 96/20, de 9 de abril.....	51
Decreto Executivo n.º 141/20, de 9 de abril	53
Decreto Presidencial n.º 86/20, de 1 de abril	58
Decreto Executivo n.º 129/20, de 1 de abril	60
Decreto Executivo n.º 128/20, de 1 de abril	70
Decreto Executivo n.º 124/20, de 30 de março.....	72
Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de março	74
Despacho Presidencial n.º 45/20, de 18 de março	76
Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/20, de 18 de março.....	77
Decreto Executivo 163/20, de 30 de Abril	80
Decreto Executivo 160/20, de 27 de Abril	81
Decreto Presidencial 120/20, de 24 de Abril	84
Decreto Presidencial 118/20, de 22 de Abril	98
Resolução 1/20, de 22 de Abril	100
Decreto Executivo Conjunto 157/20, de 22 de Abril	101
Decreto Executivo 153/20, de 17 de Abril.....	105
Decreto Executivo 149/20, de 14 de Abril	108
Decreto Executivo 143/20, de 9 de Abril.....	110
Decreto Presidencial 97/20, de 9 de Abril	115
Decreto Executivo 130/20, de 2 de Abril	130
Decreto Executivo 125/20, de 30 de Março.....	133
Decreto Executivo 123/20, de 30 de Março.....	136
Decreto Presidencial 82/20, de 26 de Março	139
Decreto Executivo 122/20, de 24 de Março	153

Decreto Executivo 121/20, de 24 de Março	154
Cabo Verde.....	157
Constituição da República de Cabo Verde.....	157
Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de abril	159
Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março.....	200
Decreto-Lei n.º 37/2020, de 31 de março.....	208
Resolução n.º 58/2020, de 30 de março.....	215
Decreto Presidencial n.º 6/2020, de 28 de março.....	220
Resolução n.º 53/2020, de 26 de março.....	226
Resolução n.º 52/2020, de 23 de março.....	230
Resolução n.º 50/2020, de 18 de março.....	232
Resolução n.º 48/2020, de 17 de março	234
Resolução n.º 47/2020, de 13 de março	236
Resolução n.º 46/2020	238
Lei nº 88/IX/2020, de 7 de maio	283
Decreto-Lei nº 50/2020, de 7 de maio	290
Resolução nº 70/2020 de 8 de maio	294
Portaria Conjunta 18/2020, de 5 de Maio	296
Decreto-Lei 49/2020, de 2 de Maio	299
Decreto Presidencial 8/2020, de 2 de Maio	320
Portaria Conjunta 17/2020, de 28 de Abril	329
Decreto-Lei 47/2020, de 25 de Abril	331
Resolução 67/2020, de 25 de Abril	339
Decreto-Lei 45/2020, de 25 de Abril	341
Resolução 65/2020, de 21 de Abril	353
Resolução 63/2020, de 21 de Abril	358
Decreto Presidencial 7/2020, de 17 de Abril.....	361
Decreto-Lei 44/2020, de 17 de Abril	368
Decreto-Lei 43/2020, de 16 de Abril	383
Resolução 61/2020, de 15 de Abril	386
Lei 84/IX/2020, de 4 de Abril.....	390
Resolução 60/2020, de 31 de Março	393
Resolução 51/2020, de 20 de Março	395

Resolução 45/2020, de 13 de Março.....	398
Resolução 35/2020, de 27 de Fevereiro.....	400
Resolução 34/2020, de 25 de Fevereiro	401
Guiné-Bissau.....	405
Constituição da República da Guiné-Bissau	405
Decreto Presidencial n.º 6/2020, de 27 de março.....	406
Decreto n.º 7/2020, de 1 de abril.....	410
Decreto Presidencial 10/2020, de 28 de Abril	416
Mozambique.....	418
Constituição da República de Moçambique	418
Lei 2/2020, de 6 de Abril	421
Decreto 12/2020, de 2 de Abril	424
Lei 1/2020, de 31 de Março	435
Decreto Presidencial 11/2020, de 30 de Março.....	439
São Tomé e Príncipe.....	443
Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.....	443
Decreto-Lei n.º 3/2020, de 2 de abril	444
Deliberação n.º 14/2020, de 25 de março	447
Deliberação n.º 15/2020, de 25 de março	448
Decreto Presidencial n.º 3/2020, de 18 de março	449
Decreto-Lei n.º 2/2020, de 18 de março	451
Resolução n.º 6/2020, de 12 de março.....	454
Decreto-Lei 7/2020, de 7 de Maio	455
Decreto-Lei 8/2020, de 7 de Maio.....	464
Decreto-Lei 6/2020, de 6 de Maio	468
Decreto Presidencial 08/2020, de 4 de Maio	472
Decreto Presidencial 07/2020, de 28 de Abril	473
Decreto-Lei 5/2020, de 24 de Abril	474
Lei 4/2020, de 21 de Abril	480
Decreto Presidencial 6/2020, de 20 de Abril.....	490
Resolução 1/2020, de 20 de Abril.....	492
Decreto Presidencial 4/2020, de 2 de Abril.....	494
Resolução 8/2020, de 25 de Março	495

Decreto 10/2020, de 20 de Março.....	497
Timor-Leste.....	499
Constituição da República Democrática de Timor-Leste	499
Decreto-Lei 17/2020, de 30 de Abril.....	500
Decreto-Lei 16/2020, de 30 de Abril	504
Decreto-Lei 15/2020, de 30 de Abril	511
Decreto do Governo 8/2020, de 30 de Abril.....	515
Decreto do Presidente da República 32/2020, de 27 de Abril.....	531
Lei 3/2020, de 27 de Abril.....	536
Decreto Governo 7/2020, de 15 de Abril	542
Decreto-Lei 12/2020, de 14 de Abril	547
Decreto do Governo 6/2020, de 8 de Abril	553
Lei 2/2020, de 6 de Abril	554
Decreto do Governo 4/2020, de 4 de Abril	558
Decreto do Governo 5/2020, de 4 de Abril	561
Diploma Ministerial Conjunto 15/2020, de 1 de Abril	564
Resolução do Governo 12/2020, de 31 de Março	566
Diploma Ministerial 14/2020, de 31 de Março.....	569
Decreto do Governo 3/2020, de 28 de Março	577
Decreto do Presidente da República 29/2020, de 27 de Março.....	586
Resolução do Governo 11/2020, de 27 de Março	591
Resolução do Governo 10/2020, de 19 de Março.....	593
Resolução do Governo 2/2020, de 6 de Fevereiro	596
Resolução do Governo 1/2020, de 6 de Fevereiro.....	598

Instrumentos Internacionais

Carta Africana Dos Direitos Humanos e dos Povos - Carta de Banjul

Aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em Banjul, Gâmbia, em janeiro de 1981, e adotada pela XVIII Assembléia dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nairóbi, Quênia, em 27 de julho de 1981.

Preâmbulo

Os Estados africanos membros da Organização da Unidade Africana, partes na presente Carta que tem o título de "Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos",

Lembrando a decisão 115 (XVI) da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na sua XVI sessão ordinária realizada em Monróvia (Libéria) de 17 a 20 de julho de 1979, relativa à elaboração de "um anteprojeto de Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, prevendo nomeadamente a instituição de órgãos de promoção e de proteção dos Direitos Humanos e dos Povos";

Considerando a Carta da Organização da Unidade Africana, nos termos da qual "a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade são objetivos essenciais para a realização das legítimas aspirações dos povos africanos";

Rearfirmando o compromisso que eles solenemente assumiram, no artigo 2º da dita Carta, de eliminar sob todas as suas formas o colonialismo da África, de coordenar e de intensificar a sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos da África, de favorecer a cooperação internacional tendo na devida atenção a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Tendo em conta as virtudes das suas tradições históricas e os valores da civilização africana que devem inspirar e caracterizar as suas reflexões sobre a concepção dos direitos humanos e dos povos;

Reconhecendo que, por um lado, os direitos fundamentais do ser humano se baseiam nos atributos da pessoa humana, o que justifica a sua proteção internacional, e que, por outro lado, a realidade e o respeito dos direitos dos povos devem necessariamente garantir os direitos humanos;

Considerando que o gozo dos direitos e liberdades implica o cumprimento dos deveres de cada um;

Convencidos de que, para o futuro, é essencial dedicar uma particular atenção ao direito ao desenvolvimento; que os direitos civis e políticos são indissociáveis dos direitos econômicos, sociais e culturais, tanto na sua concepção como na sua universalidade, e que a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais garante o gozo dos direitos civis e políticos;

Conscientes do seu dever de libertar totalmente a África cujos povos continuam a lutar pela sua verdadeira independência e pela sua dignidade, e comprometendo-se a eliminar o colonialismo, o neocolonialismo, o apartheid, o sionismo, as bases militares estrangeiras de agressão e quaisquer formas de discriminação, nomeadamente as que se baseiam na raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião política;

Reafirmando a sua adesão às liberdades e aos direitos humanos e dos povos contidos nas declarações, convenções e outros instrumentos adotados no quadro da Organização da Unidade Africana, do Movimento dos Países Não-Alinhados e da Organização das Nações Unidas;

Firmemente convencidos do seu dever de assegurar a promoção e a proteção dos direitos e liberdades do homem e dos povos, tendo na devida conta a primordial importância tradicionalmente reconhecida na África a esses direitos e liberdades,

Convencionaram o que se segue:

PARTE I

DOS DIREITOS E DOS DEVERES

Capítulo I

DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

Artigo 1º

Os Estados membros da Organização da Unidade Africana, Partes na presente Carta, reconhecem os direitos, deveres e liberdades enunciados nesta Carta e comprometem-se a adotar medidas legislativas ou outras para os aplicar.

Artigo 2º

Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta, sem nenhuma distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Artigo 3º

1. Todas as pessoas beneficiam-se de uma total igualdade perante a lei.
2. Todas as pessoas têm direito a uma igual proteção da lei.

Artigo 4º

A pessoa humana é inviolável. Todo ser humano tem direito ao respeito da sua vida e à integridade física e moral da sua pessoa. Ninguém pode ser arbitrariamente privado desse direito.

Artigo 5º

Todo indivíduo tem direito ao respeito da dignidade inerente à pessoa humana e ao reconhecimento da sua personalidade jurídica. Todas as formas de exploração e de aviltamento do homem, nomeadamente a escravatura, o tráfico de pessoas, a tortura física ou moral e as penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes são proibidos.

Artigo 6º

Todo indivíduo tem direito à liberdade e à segurança da sua pessoa. Ninguém pode ser privado da sua liberdade salvo por motivos e nas condições previamente determinados pela lei. Em particular, ninguém pode ser preso ou detido arbitrariamente.

Artigo 7º

1. Toda pessoa tem o direito a que sua causa seja apreciada. Esse direito compreende:

a) o direito de recorrer aos tribunais nacionais competentes contra qualquer ato que viole os direitos fundamentais que lhe são reconhecidos e garantidos pelas convenções, leis, regulamentos e costumes em vigor;

b) o direito de presunção de inocência até que a sua culpabilidade seja reconhecida por um tribunal competente;

c) o direito de defesa, incluindo o de ser assistido por um defensor de sua livre escolha;

d) o direito de ser julgado em um prazo razoável por um tribunal imparcial.

2. Ninguém pode ser condenado por uma ação ou omissão que não constituía, no momento em que foi cometida, uma infração legalmente punível. Nenhuma pena pode ser prescrita se não estiver prevista no momento em que a infração foi cometida. A pena é pessoal e pode atingir apenas o delinqüente.

Artigo 8º

A liberdade de consciência, a profissão e a prática livre da religião são garantidas. Sob reserva da ordem pública, ninguém pode ser objeto de medidas de constrangimento que visem restringir a manifestação dessas liberdades.

Artigo 9º

1. Toda pessoa tem direito à informação.

2. Toda pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e dos regulamentos.

Artigo 10º

1.Toda pessoa tem direito de constituir, livremente, com outras pessoas, associações, sob reserva de se conformar às regras prescritas na lei.

2.Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação sob reserva da obrigação de solidariedade prevista no artigo 29º.

Artigo 11º

Toda pessoa tem direito de se reunir livremente com outras pessoas. Este direito exerce-se sob a única reserva das restrições necessárias estabelecidas pelas leis e regulamentos, nomeadamente no interesse da segurança nacional, da segurança de outrem, da saúde, da moral ou dos direitos e liberdades das pessoas.

Artigo 12º

1.Toda pessoa tem o direito de circular livremente e de escolher a sua residência no interior de um Estado, sob reserva de se conformar às regras prescritas na lei.

2.Toda pessoa tem o direito de sair de qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu país. Este direito só pode ser objeto de restrições previstas na lei, necessárias à proteção da segurança nacional, da ordem, da saúde ou da moralidade públicas.

3.Toda pessoa tem o direito, em caso de perseguição, de buscar e de obter asilo em território estrangeiro, em conformidade com a lei de cada país e as convenções internacionais.

4.O estrangeiro legalmente admitido no território de um Estado Parte na presente Carta só poderá ser expulso em virtude de uma decisão legal.

5.A expulsão coletiva de estrangeiros é proibida. A expulsão coletiva é aquela que visa globalmente grupos nacionais, raciais, étnicos ou religiosos.

Artigo 13º

1.Todos os cidadãos têm direito de participar livremente na direção dos assuntos públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos, isso em conformidade com as regras prescritas na lei.

2.Todos os cidadãos têm, igualmente, direito de acesso às funções públicas do seu país.

3.Toda pessoa tem o direito de usar os bens e serviços públicos em estrita igualdade de todos perante a lei.

Artigo 14º

O direito de propriedade é garantido, só podendo ser afetado por necessidade pública ou no interesse geral da coletividade, em conformidade com as disposições de normas legais apropriadas.

Artigo 15º

Toda pessoa tem direito de trabalhar em condições equitativas e satisfatórias e de perceber um salário igual por um trabalho igual.

Artigo 16º

1. Toda pessoa tem direito ao gozo do melhor estado de saúde física e mental que for capaz de atingir.

2. Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a tomar as medidas necessárias para proteger a saúde das suas populações e para assegurar-lhes assistência médica em caso de doença.

Artigo 17º

1. Toda pessoa tem direito à educação.

2. Toda pessoa pode tomar parte livremente na vida cultural da comunidade.

3. A promoção e a proteção da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela comunidade constituem um dever do Estado no quadro da salvaguarda dos direitos humanos.

Artigo 18º

1. A família é o elemento natural e a base da sociedade. Ela tem que ser protegida pelo Estado, que deve zelar pela sua saúde física e moral.

2. O Estado tem a obrigação de assistir a família na sua missão de guardião da moral e dos valores tradicionais reconhecidos pela comunidade.

3.O Estado tem o dever de zelar pela eliminação de toda a discriminação contra a mulher e de assegurar a proteção dos direitos da mulher e da criança tais como estipulados nas declarações e convenções internacionais.

4.As pessoas idosas ou incapacitadas têm igualmente direito a medidas específicas de proteção que correspondem às suas necessidades físicas ou morais.

Artigo 19º

Todos os povos são iguais, gozam da mesma dignidade e têm os mesmos direitos. Nada pode justificar a dominação de um povo por outro.

Artigo 20º

1.Todo povo tem direito à existência. Todo povo tem um direito imprescritível e inalienável à autodeterminação. Ele determina livremente o seu estatuto político e assegura o seu desenvolvimento econômico e social segundo a via que livremente escolheu.

2.Os povos colonizados ou oprimidos têm o direito de se libertar do seu estado de dominação recorrendo a todos os meios reconhecidos pela comunidade internacional.

3.Todos os povos têm direito à assistência dos Estados Partes na presente Carta, na sua luta de libertação contra a dominação estrangeira, quer seja esta de ordem política, econômica ou cultural.

Artigo 21º

1.Os povos têm a livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais. Este direito exerce-se no interesse exclusivo das populações. Em nenhum caso o povo pode ser privado deste direito.

2.Em caso de espoliação, o povo espoliado tem direito à legítima recuperação dos seus bens, assim como a uma indenização adequada.

3.A livre disposição das riquezas e dos recursos naturais exerce-se sem prejuízo da obrigação de promover uma cooperação econômica internacional baseada no respeito mútuo, na troca eqüitativa e nos princípios do direito internacional.

4.Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se, tanto individual como coletivamente, a exercer o direito de livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais com vistas a reforçar a unidade e a solidariedade africanas.

5.Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a eliminar todas as formas de exploração econômica e estrangeira, nomeadamente a que é praticada por monopólios internacionais, a fim de permitir que a população de cada país se beneficie plenamente das vantagens provenientes dos seus recursos nacionais.

Artigo 22º

1.Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade.

2.Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.

Artigo 23º

1.Os povos têm direito à paz e à segurança, tanto no plano nacional como no plano internacional. O princípio da solidariedade e das relações amistosas implicitamente afirmado na Carta da Organização das Nações Unidas e reafirmado na Carta da Organização da Unidade Africana deve dirigir as relações entre os Estados.

2.Com o fim de reforçar a paz, a solidariedade e as relações amistosas, os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a proibir:

a) que uma pessoa gozando do direito de asilo nos termos do artigo 12º da presente Carta empreenda uma atividade subversiva contra o seu país de origem ou contra qualquer outro Estado Parte na presente Carta;

b) que os seus territórios sejam utilizados como base de partida de atividades subversivas ou terroristas dirigidas contra o povo de qualquer outro Estado Parte na presente Carta.

Artigo 24º

Todos os povos têm direito a um meio ambiente geral satisfatório, propício ao seu desenvolvimento.

Artigo 25º

Os Estados Partes na presente Carta têm o dever de promover e assegurar, pelo ensino, a educação e a difusão, o respeito dos direitos e das liberdades contidos na presente Carta, e de tomar medidas para que essas liberdades e esses direitos sejam compreendidos, assim como as obrigações e deveres correspondentes.

Artigo 26º

Os Estados Partes na presente Carta têm o dever de garantir a independência dos tribunais e de permitir o estabelecimento e o aperfeiçoamento de instituições nacionais apropriadas encarregadas da promoção e da proteção dos direitos e liberdades garantidos pela presente Carta.

Capítulo II

DOS DEVERES

Artigo 27º

1. Cada indivíduo tem deveres para com a família e a sociedade, para com o Estado e outras coletividades legalmente reconhecidas, e para com a comunidade internacional.

2. Os direitos e as liberdades de cada pessoa exercem-se no respeito dos direitos de outrem, da segurança coletiva, da moral e do interesse comum.

Artigo 28º

Cada indivíduo tem o dever de respeitar e de considerar os seus semelhantes sem nenhuma discriminação e de manter com eles relações que permitam promover, salvaguardar e reforçar o respeito e a tolerância recíprocos.

Artigo 29º

O indivíduo tem ainda o dever:

1. De preservar o desenvolvimento harmonioso da família e de atuar em favor da sua coesão e respeito; de respeitar a todo momento os seus pais, de os alimentar e de os assistir em caso de necessidade.
2. De servir a sua comunidade nacional pondo as suas capacidades físicas e intelectuais a seu serviço.
3. De não comprometer a segurança do Estado de que é nacional ou residente.
4. De preservar e reforçar a solidariedade social e nacional, particularmente quando esta é ameaçada.
5. De preservar e reforçar a independência nacional e a integridade territorial da pátria e, de uma maneira geral, de contribuir para a defesa do seu país, nas condições fixadas pela lei.
6. De trabalhar, na medida das suas capacidades e possibilidades, e de desobrigar-se das contribuições fixadas pela lei para a salvaguarda dos interesses fundamentais da sociedade.
7. De zelar, nas suas relações com a sociedade, pela preservação e reforço dos valores culturais africanos positivos, em um espírito de tolerância, de diálogo e de concertação e, de uma maneira geral, de contribuir para a promoção da saúde moral da sociedade.
8. De contribuir com as suas melhores capacidades, a todo momento e em todos os níveis, para a promoção e realização da Unidade Africana.

PARTE II

DAS MEDIDAS DE SALVAGUARDA

Capítulo I

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

Artigo 30º

É criada junto à Organização da Unidade Africana uma Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, doravante denominada "a Comissão", encarregada de promover os direitos humanos e dos povos e de assegurar a respectiva proteção na África.

Artigo 31º

1.A Comissão é composta por onze membros que devem ser escolhidos entre personalidades africanas que gozem da mais alta consideração, conhecidas pela sua alta moralidade, sua integridade e sua imparcialidade, e que possuam competência em matéria dos direitos humanos e dos povos, devendo ser reconhecido um interesse

particular na participação de pessoas possuidoras de experiência em matéria de direito.

2.Os membros da Comissão exercem funções a título pessoal.

Artigo 32º

A Comissão não pode ter mais de um natural de cada Estado.

Artigo 33º

Os membros da Comissão são eleitos por escrutínio secreto pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, de uma lista de pessoas apresentadas para esse efeito pelos Estados Partes na presente Carta.

Artigo 34º

Cada Estado Parte na presente Carta pode apresentar, no máximo, dois candidatos. Os candidatos devem ter a nacionalidade de um dos Estados Partes na presente Carta. Quando um Estado apresenta dois candidatos, um deles não pode ser nacional desse mesmo Estado.

Artigo 35º

1.O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana convida os Estados Partes na presente Carta a proceder, em um prazo de pelo menos quatro meses antes das eleições, à apresentação dos candidatos à Comissão.

2.O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana estabelece a lista alfabética das pessoas assim apresentadas e comunica-a, pelo menos um mês antes das eleições, aos Chefes de Estado e de Governo.

Artigo 36º

Os membros da Comissão são eleitos para um período de seis anos, renovável. Todavia, o mandato de quatro dos membros eleitos quando da primeira eleição cessa ao cabo de dois anos, e o mandato de três outros ao cabo de quatro anos.

Artigo 37º

Imediatamente após a primeira eleição, os nomes dos membros referidos no artigo 36º são sorteados pelo Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA.

Artigo 38º

Após a sua eleição, os membros da Comissão fazem a declaração solene de bem e fielmente exercerem as suas funções, com toda a imparcialidade.

Artigo 39º

1. Em caso de morte ou de demissão de um membro da Comissão, o Presidente da Comissão informa imediatamente o Secretário-Geral da OUA, que declara o lugar vago a partir da data da morte ou da data em que a demissão produz efeito.

2. Se, por opinião unânime dos outros membros da Comissão, um membro cessou de exercer as suas funções em razão de alguma causa que não seja uma ausência de caráter temporário, ou se se acha incapacitado de continuar a exercê-las, o Presidente da Comissão informa o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana que declara então o lugar vago.

3.Em cada um dos casos acima previstos a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo procede à substituição do membro cujo lugar se acha vago para a parte do mandato que falta perfazer, salvo se essa parte é inferior a seis meses.

Artigo 40º

Todo membro da Comissão conserva o seu mandato até a data de entrada em funções do seu sucessor.

Artigo 41º

O Secretário-Geral da OUA designa um secretário da Comissão e fornece ainda o pessoal e os meios e serviços necessários ao exercício efetivo das funções atribuídas à Comissão. A OUA cobre os custos desse pessoal e desses meios e serviços.

Artigo 42º

1.A Comissão elege o seu Presidente e o seu Vice-Presidente por um período de dois anos, renovável.

2.A Comissão estabelece o seu regimento interno.

3.O quorum é constituído por sete membros.

4.Em caso de empate de votos no decurso das votações, o voto do presidente é preponderante.

5.O Secretário-Geral da OUA pode assistir as reuniões da Comissão, mas não participa nas deliberações e nas votações, podendo todavia ser convidado pelo Presidente da Comissão a usar da palavra.

Artigo 43º

Os membros da Comissão, no exercício das suas funções, gozam dos privilégios e imunidades diplomáticos previstos pela Convenção sobre privilégios e imunidades da Organização da Unidade Africana.

Artigo 44º

Os emolumentos e prestações dos membros da Comissão estão previstos no orçamento ordinário da Organização da Unidade Africana.

Capítulo II

DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO

Artigo 45º

A Comissão tem por missão:

1.Promover os direitos humanos e dos povos e nomeadamente:

a) Reunir documentação, fazer estudos e pesquisas sobre problemas africanos no domínio dos direitos humanos e dos povos, organizar informações, encorajar os organismos nacionais e locais que se ocupam dos direitos humanos e, se necessário, dar pareceres ou fazer recomendações aos governos;

b) Formular e elaborar, com vistas a servir de base à adoção de textos legislativos pelos governos africanos, princípios e regras que permitam resolver os problemas jurídicos relativos ao gozo dos direitos humanos e dos povos e das liberdades fundamentais;

c) Cooperar com as outras instituições africanas ou internacionais que se dedicam à promoção e à proteção dos direitos humanos e dos povos;

2. Assegurar a proteção dos direitos humanos e dos povos nas condições fixadas pela presente Carta.

3. Interpretar qualquer disposição da presente Carta a pedido de um Estado Parte, de uma instituição da Organização da Unidade Africana ou de uma organização africana reconhecida pela Organização da Unidade Africana.

4. Executar quaisquer outras tarefas que lhe sejam eventualmente confiadas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Capítulo III

DO PROCESSO DA COMISSÃO

Artigo 46º

A Comissão pode recorrer a qualquer método de investigação apropriado; pode, nomeadamente, ouvir o Secretário-Geral da OUA e qualquer pessoa que possa esclarecê-la.

I- Das comunicações provenientes dos Estados Partes na presente Carta

Artigo 47º

Se um Estado Parte na presente Carta tem fundadas razões para crer que um outro Estado Parte violou disposições desta mesma Carta, pode, mediante comunicação escrita, chamar a atenção desse Estado sobre a questão. Esta comunicação será igualmente endereçada ao Secretário-Geral da OUA e ao Presidente da Comissão. Em um prazo de três meses, a contar da recepção da comunicação, o Estado destinatário facultará ao Estado que endereçou a comunicação explicações ou declarações escritas que elucidem a questão, as quais, na medida do possível, deverão compreender indicações sobre as leis e os regulamentos processuais aplicados ou aplicáveis e sobre a reparação já concedida ou o curso de ação disponível.

Artigo 48º

Se em um prazo de três meses, contados da data da recepção pelo Estado destinatário da comunicação inicial, a questão não estiver solucionada de modo satisfatório para os dois Estados interessados, por via de negociação bilateral ou por qualquer outro processo pacífico, qualquer desses Estados tem o direito de submeter a referida questão à Comissão mediante notificação endereçada ao seu Presidente, ao outro Estado interessado e ao Secretário-Geral da OUA.

Artigo 49º

Não obstante as disposições do artigo 47º, se um Estado Parte na presente Carta entende que outro Estado Parte violou as disposições desta mesma Carta, pode recorrer diretamente à Comissão mediante comunicação endereçada ao seu Presidente, ao Secretário-Geral da OUA e ao Estado interessado.

Artigo 50º

A Comissão só pode deliberar sobre uma questão que lhe foi submetida depois de se ter assegurado de que todos os recursos internos, acaso existam, foram esgotados, salvo se for manifesto para a Comissão que o processo relativo a esses recursos se prolonga de modo anormal.

Artigo 51º

1.A Comissão pode pedir aos Estados Partes interessados que lhe forneçam toda a informação pertinente.

2.No momento do exame da questão, os Estados Partes interessados podem fazer-se representar perante a Comissão e apresentar observações escritas ou orais.

Artigo 52º

Depois de ter obtido, tanto dos Estados Partes interessados como de outras fontes, todas as informações que entender necessárias e depois de ter procurado alcançar, por todos os meios apropriados, uma solução amistosa baseada no respeito dos direitos humanos e dos povos, a Comissão estabelece, em um prazo razoável, a partir da notificação referida no artigo 48º, um relatório descrevendo os fatos e as conclusões a que chegou. Esse relatório é enviado aos Estados interessados e comunicado à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Artigo 53º

Quando da transmissão do seu relatório, a Comissão pode enviar à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo a recomendação que julgar útil.

Artigo 54º

A Comissão submete a cada uma das sessões ordinárias da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo um relatório sobre as suas atividades.

II- Das outras comunicações

Artigo 55º

1. Antes de cada sessão, o secretário da Comissão estabelece a lista das comunicações que não emanam dos Estados Partes na presente Carta e comunica-a aos membros da Comissão, os quais podem querer tomar conhecimento das correspondentes comunicações e submetê-las à Comissão.

2. A Comissão apreciará essas comunicações a pedido da maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 56º

As comunicações referidas no artigo 55º, recebidas na Comissão e relativas aos direitos humanos e dos povos, devem necessariamente, para ser examinadas, preencher as condições seguintes:

1. Indicar a identidade do seu autor, mesmo que este solicite à Comissão manutenção de anonimato.

2. Ser compatíveis com a Carta da Organização da Unidade Africana ou com a presente Carta.

3. Não conter termos ultrajantes ou insultuosos para com o Estado impugnado, as suas instituições ou a Organização da Unidade Africana.

4. Não se limitar exclusivamente a reunir notícias difundidas por meios de comunicação de massa.

5. Ser posteriores ao esgotamento dos recursos internos, se existirem, a menos que seja manifesto para a Comissão que o processo relativo a esses recursos se prolonga de modo anormal.

6. Ser introduzidas num prazo razoável, a partir do esgotamento dos recursos internos ou da data marcada pela Comissão para abertura do prazo da admissibilidade perante a própria Comissão.

7. Não dizer respeito a casos que tenham sido resolvidos em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização da Unidade Africana ou com as disposições da presente Carta.

Artigo 57º

Antes de qualquer exame quanto ao mérito, qualquer comunicação deve ser levada ao conhecimento do Estado interessado por intermédio do Presidente da Comissão.

Artigo 58º

1.Quando, no seguimento de uma deliberação da Comissão, resulta que uma ou várias comunicações relatam situações particulares que parecem revelar a existência de um conjunto de violações graves ou maciças dos direitos humanos e dos povos, a Comissão chama a atenção da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre essas situações.

2.A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo pode então solicitar à Comissão que proceda, quanto a essas situações, a um estudo aprofundado e que a informe através de um relatório pormenorizado, contendo as suas conclusões e recomendações.

3.Em caso de urgência devidamente constatada, a Comissão informa o Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo que poderá solicitar um estudo aprofundado.

Artigo 59º

1.Todas as medidas tomadas no quadro do presente capítulo manter-se-ão confidenciais até que a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo decida diferentemente.

2.Todavia, o relatório é publicado pelo Presidente da Comissão após decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

3.O relatório de atividades da Comissão é publicado pelo seu Presidente após exame da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Capítulo IV

DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

Artigo 60º

A Comissão inspira-se no direito internacional relativo aos direitos humanos e dos povos, nomeadamente nas disposições dos diversos instrumentos africanos relativos aos direitos humanos e dos povos, nas disposições da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização da Unidade Africana, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas disposições dos outros instrumentos adotados pelas Nações Unidas e pelos países africanos no domínio dos direitos humanos e dos povos, assim como nas disposições de diversos instrumentos adotados no seio das agências especializadas das Nações Unidas de que são membros as Partes na presente Carta.

Artigo 61º

A Comissão toma também em consideração, como meios auxiliares de determinação das regras de direito, as outras convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados membros da Organização da Unidade Africana, as práticas africanas conformes às normas internacionais relativas aos direitos humanos e dos povos, os costumes geralmente aceitos como constituindo o direito, os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações africanas, assim como a jurisprudência e a doutrina.

Artigo 62º

Cada Estado compromete-se a apresentar, de dois em dois anos, contados da data da entrada em vigor da presente Carta, um relatório sobre as medidas, de ordem legislativa ou outra,

tomadas com vistas a efetivar os direitos e as liberdades reconhecidos e garantidos pela presente Carta.

Artigo 63º

1.A presente Carta ficará aberta à assinatura, ratificação ou adesão dos Estados membros da Organização da Unidade Africana.

2.A presente Carta entrará em vigor três meses depois da recepção pelo Secretário-Geral dos instrumentos de ratificação ou de adesão da maioria absoluta dos Estados membros da Organização da Unidade Africana.

PARTE III

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 64º

1.Quando da entrada em vigor da presente Carta, proceder-se-á à eleição dos membros da Comissão nas condições fixadas pelas disposições dos artigos pertinentes da presente Carta.

2.O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana convocará a primeira reunião da Comissão na sede da Organização. Depois, a Comissão será convocada pelo seu

Presidente sempre que necessário e pelo menos uma vez por ano.

Artigo 65º

Para cada um dos Estados que ratificar a presente Carta ou que a ela aderir depois da sua entrada em vigor, esta mesma Carta produzirá efeito três meses depois da data do depósito por esse Estado do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 66º

Protocolos ou acordos particulares poderão completar, em caso de necessidade, as disposições da presente Carta.

Artigo 67º

O Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana informará os Estados membros da Organização da Unidade Africana do depósito de cada instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 68º

A presente Carta pode ser emendada ou revista se um Estado Parte enviar, para esse efeito, um pedido escrito ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo só aprecia o projeto de emenda depois de todos os Estados Partes terem sido devidamente informados e da Comissão ter dado o seu parecer a pedido do Estado proponente. A emenda deve ser aprovada pela maioria absoluta dos Estados Partes. Ela entra em vigor para cada Estado que a tenha aceito em conformidade com as suas regras constitucionais três meses depois da notificação dessa aceitação ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana.

Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos

A Conferência Geral,

Consciente da capacidade única dos seres humanos de reflectir sobre a sua existência e o seu meio ambiente, identificar a injustiça, evitar o perigo, assumir responsabilidades, procurar cooperação e dar mostras de um sentido moral que dá expressão a princípios éticos,

Considerando os rápidos progressos da ciência e da tecnologia, que cada vez mais influenciam a nossa concepção da vida e a própria vida, de que resulta uma forte procura de resposta universal para as suas implicações éticas,

Reconhecendo que as questões éticas suscitadas pelos rápidos progressos da ciência e suas aplicações tecnológicas devem ser examinadas tendo o devido respeito pela dignidade da pessoa humana e o respeito universal e efectivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais,

Convicta de que é necessário e oportuno que a comunidade internacional enuncie princípios universais com base nos quais a humanidade possa responder aos dilemas e controvérsias, cada vez mais numerosos, que a ciência e a tecnologia suscitam para a humanidade e para o meio ambiente,

Recordando a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 11 de Novembro de 1997 e a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 16 de Outubro de 2003,

Tendo presentes o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, adoptados em 16 de Dezembro de 1966, a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 21 de Dezembro de 1965, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 12 de Dezembro de 1979, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 20 de Novembro de 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, de 5 de Junho de 1992, as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, adoptadas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1993, a Recomendação da UNESCO Relativa à Condição dos Investigadores Científicos, de 20 de Novembro de 1974, a Declaração da UNESCO sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, de 27 de Novembro de 1978, a Declaração da UNESCO sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes para com as Gerações Futuras, de 17 de Novembro de 1997, a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2 de Novembro de 2001, a Convenção nº169 da OIT relativa aos Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes, de 27 de Junho de 1989, o Tratado Internacional para os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, adoptado pela Conferência da FAO em 3 de Novembro de 2001

A Conferência Geral,

Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*

e em vigor desde 29 de Junho de 2004, o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC), anexo ao Acordo de Marraquexe que instituiu a Organização Mundial do Comércio, em vigor desde 1 de Janeiro de 1995, a Declaração de Doha sobre o Acordo sobre os ADPIC e a Saúde Pública, de 14 de Novembro de 2001 e os outros instrumentos internacionais relevantes adoptados pela Organização das Nações Unidas e as agências especializadas do sistema das Nações Unidas, em particular a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS),

Tendo igualmente presentes instrumentos internacionais e regionais no domínio da bioética, nomeadamente a Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e da Dignidade do Ser Humano no que toca à Aplicação da Biologia e da Medicina, a Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina do Conselho da Europa, adoptada em 1997 e em vigor desde 1999, com os seus Protocolos adicionais, e bem assim as legislações e regulamentações nacionais no domínio da bioética e os códigos de conduta, princípios orientadores e outros textos internacionais e regionais no domínio da bioética, tais como a Declaração de Helsínquia da Associação Médica Mundial sobre os Princípios Éticos Aplicáveis às Investigações Médicas sobre Sujeitos Humanos, adoptada em 1964 e emendada em 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000, e os Princípios Orientadores Internacionais de Ética da Investigação Biomédica sobre Sujeitos Humanos adoptados pelo Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas em 1982 e emendados em 1993 e 2002,

Reconhecendo que a presente Declaração deve ser entendida de uma forma compatível com o direito nacional e internacional em conformidade com o direito relativo aos direitos humanos,

Recordando o Acto Constitutivo da UNESCO, adoptado em 16 de Novembro de 1945,

Considerando que a UNESCO tem um papel a desempenhar na promoção de princípios universais assentes em valores éticos comuns que orientem o desenvolvimento científico e tecnológico e bem assim as transformações sociais, com vista a identificar os desafios que se levantam no domínio da ciência e da tecnologia tendo em conta a responsabilidade das gerações presentes para com as gerações futuras, e que é necessário tratar as questões de bioética, que têm necessariamente uma dimensão internacional, no seu conjunto, aplicando os princípios já enunciados na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos e a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, e tendo em consideração não apenas o contexto científico actual mas também as perspectivas futuras,

Conscientede que os seres humanos fazem parte integrante da biosfera e têm um papel importante a desempenhar protegendo-se uns aos outros e protegendo as outras formas de vida, em particular os animais,

Reconhecendo que, baseados na liberdade da ciência e da investigação, os progressos da ciência e da tecnologia estiveram, e podem estar, na origem de grandes benefícios para a humanidade, nomeadamente aumentando a esperança de vida e melhorando a qualidade de vida, e sublinhando que estes progressos deverão sempre procurar promover o bem-estar dos indivíduos, das famílias, dos grupos e das comunidades e da humanidade em geral, no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e no respeito universal e efectivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais,

Reconhecendo que a saúde não depende apenas dos progressos da investigação científica e tecnológica, mas também de factores psicossociais e culturais,

Reconhecendo também que as decisões relativas às questões éticas suscitadas pela medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias que lhes estão associadas podem ter repercussões sobre os indivíduos, as famílias, os grupos ou comunidades e sobre a humanidade em geral,

Tendo presente que a diversidade cultural, fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, é necessária à humanidade e, neste sentido, constitui património comum da humanidade, mas sublinhando que ela não pode ser invocada em detrimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais,

Tendo igualmente presente que a identidade da pessoa tem dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais,

Reconhecendo que comportamentos científicos e tecnológicos contrários à ética têm repercussões particulares nas comunidades autóctones e locais,

Convicta de que a sensibilidade moral e a reflexão ética devem fazer parte integrante do processo de desenvolvimento científico e tecnológico e de que a bioética deve ter um papel fundamental nas escolhas que é necessário fazer, face aos problemas suscitados pelo referido desenvolvimento,

Considerando que é desejável desenvolver novas formas de responsabilidade social que assegurem que o progresso científico e tecnológico contribui para a justiça, a equidade e o interesse da humanidade,

Reconhecendo que um meio importante de avaliar as realidades sociais e alcançar a equidade é prestar atenção à situação das mulheres,

Sublinhando a necessidade de reforçar a cooperação internacional no domínio da bioética, tendo particularmente em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, das comunidades autóctones e das populações vulneráveis,

Considerando que todos os seres humanos, sem distinção, devem beneficiar das mesmas elevadas normas éticas no domínio da medicina e da investigação em ciências da vida,

Proclama os princípios que se seguem e adopta a presente Declaração.

* Adoptada por aclamação no dia 19 de Outubro de 2005 pela 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO

Disposições gerais Artigo 1º Âmbito 1. A presente Declaração trata das questões de ética suscitadas pela medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias que lhes estão associadas, aplicadas aos seres humanos, tendo em conta as suas dimensões social, jurídica e ambiental. 2. A presente Declaração é dirigida aos Estados. Permite também, na medida apropriada e pertinente, orientar as decisões ou práticas de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e empresas, públicas e privadas. Artigo 2º Objectivos A presente Declaração tem os seguintes objectivos: (a) proporcionar um enquadramento universal de princípios e procedimentos que orientem os Estados na formulação da sua legislação, das suas políticas ou de outros instrumentos em matéria de bioética; (b) orientar as acções de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e empresas, públicas e privadas; (c) contribuir para o respeito pela dignidade humana e proteger os direitos humanos, garantindo o respeito pela vida dos seres humanos e as liberdades fundamentais, de modo compatível com o direito internacional relativo aos direitos humanos; (d) reconhecer a importância da liberdade de investigação científica e dos benefícios decorrentes dos progressos da ciência e da tecnologia, salientando ao mesmo tempo a necessidade de que essa investigação e os consequentes progressos se insiram no quadro dos princípios éticos enunciados na presente Declaração e respeitem a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais; (e) fomentar um diálogo multidisciplinar e pluralista sobre as questões da bioética entre todas as partes interessadas e no seio da sociedade em geral; (f) promover um acesso equitativo aos progressos da medicina, da ciência e da tecnologia, bem como a mais ampla circulação possível e uma partilha rápida dos conhecimentos relativos a tais progressos e o acesso partilhado aos benefícios deles decorrentes, prestando uma atenção particular às necessidades dos países em desenvolvimento; (g) salvaguardar e defender os interesses das gerações presentes e futuras; (h) sublinhar a importância da biodiversidade e da sua preservação enquanto preocupação comum à humanidade. Princípios Dentro do campo de aplicação da presente Declaração, os princípios que se seguem devem ser respeitados por aqueles a que ela se dirige, nas decisões que tomem ou nas práticas que adoptem. Artigo 3º Dignidade humana e direitos humanos 1. A dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser plenamente respeitados. 2. Os interesses e o bem-estar do indivíduo devem prevalecer sobre o interesse exclusivo da ciência ou da sociedade. Artigo 4º Efeitos benéficos e efeitos nocivos Na aplicação e no avanço dos conhecimentos científicos, da prática médica e das tecnologias que lhes estão associadas, devem ser maximizados os efeitos benéficos directos e indirectos para os doentes, os participantes em investigações e os outros indivíduos envolvidos, e deve ser minimizado qualquer efeito nocivo susceptível de afectar esses indivíduos.

Artigo 5º Autonomia e responsabilidade individual A autonomia das pessoas no que respeita à tomada de decisões, desde que assumam a respectiva responsabilidade e respeitem a autonomia dos outros, deve ser respeitada. No caso das pessoas incapazes de exercer a sua autonomia, devem ser tomadas medidas especiais para proteger os seus direitos e interesses.

Artigo 6º Consentimento 1. Qualquer intervenção médica de carácter preventivo, diagnóstico ou terapêutico só deve ser realizada com o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa

em causa, com base em informação adequada. Quando apropriado, o consentimento deve ser expresso e a pessoa em causa pode retirá-lo a qualquer momento e por qualquer razão, sem que daí resulte para ela qualquer desvantagem ou prejuízo. 2. Só devem ser realizadas pesquisas científicas com o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa em causa. A informação deve ser suficiente, fornecida em moldes compreensíveis e incluir as modalidades de retirada do consentimento. A pessoa em causa pode retirar o seu consentimento a qualquer momento e por qualquer razão, sem que daí resulte para ela qualquer desvantagem ou prejuízo. Excepções a este princípio só devem ser feitas de acordo com as normas éticas e jurídicas adoptadas pelos Estados e devem ser compatíveis com os princípios e disposições enunciados na presente Declaração, nomeadamente no artigo 27^a, e com o direito internacional relativo aos direitos humanos. 3. Nos casos relativos a investigações realizadas sobre um grupo de pessoas ou uma comunidade, pode também ser necessário solicitar o acordo dos representantes legais do grupo ou da comunidade em causa. Em nenhum caso deve o acordo colectivo ou o consentimento de um dirigente da comunidade ou de qualquer outra autoridade substituir-se ao consentimento esclarecido do indivíduo.

Artigo 7º Pessoas incapazes de exprimir o seu consentimento Em conformidade com o direito interno, deve ser concedida protecção especial às pessoas que são incapazes de exprimir o seu consentimento: (a) a autorização para uma investigação ou uma prática médica deve ser obtida em conformidade com o superior interesse da pessoa em causa e com o direito interno. No entanto, a pessoa em causa deve participar o mais possível no processo de decisão conducente ao consentimento e no conducente à sua retirada; (b) a investigação só deve ser realizada tendo em vista o benefício directo da saúde da pessoa em causa, sob reserva das autorizações e das medidas de protecção prescritas pela lei e se não houver outra opção de investigação de eficácia comparável com participantes capazes de exprimir o seu consentimento. Uma investigação que não permita antever um benefício directo para a saúde só deve ser realizada a título excepcional, com a máxima contenção e com a preocupação de expor a pessoa ao mínimo possível de riscos e incómodos e desde que a referida investigação seja efectuada no interesse da saúde de outras pessoas pertencentes à mesma categoria, e sob reserva de ser feita nas condições previstas pela lei e ser compatível com a protecção dos direitos individuais da pessoa em causa. Deve ser respeitada a recusa destas pessoas em participar na investigação.

Artigo 8º Respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoal Na aplicação e no avanço dos conhecimentos científicos, da prática médica e das tecnologias que lhes estão associadas, deve ser tomada em consideração a vulnerabilidade humana. Os indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser protegidos, e deve ser respeitada a integridade pessoal dos indivíduos em causa.

Artigo 9º Vida privada e confidencialidade A vida privada das pessoas em causa e a confidencialidade das informações que lhes dizem pessoalmente respeito devem ser respeitadas. Tanto quanto possível, tais informações não devem ser utilizadas ou difundidas para outros fins que não aqueles para que foram coligidos ou consentidos, e devem estar em conformidade com o direito internacional, e nomeadamente com o direito internacional relativo aos direitos humanos.

Artigo 10º Igualdade, justiça e equidade A igualdade fundamental de todos os seres humanos em dignidade e em direitos deve ser respeitada para que eles sejam tratados de forma justa e equitativa.

Artigo 11º Não discriminação e não estigmatização Nenhum indivíduo ou grupo deve, em circunstância alguma, ser submetido, em violação da dignidade humana, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a uma discriminação ou a uma estigmatização.

Artigo 12º Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo Deve ser tomada em devida conta a importância da diversidade cultural e do pluralismo. Porém, não devem ser invocadas tais considerações para com isso infringir a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais ou os princípios enunciados na presente Declaração, nem para limitar o seu alcance.

Artigo 13º Solidariedade e cooperação A solidariedade entre os seres humanos e a cooperação internacional nesse sentido devem ser incentivadas.

Artigo 14º Responsabilidade social e saúde 1. A promoção da saúde e do desenvolvimento social em benefício dos respectivos povos é um objectivo fundamental dos governos que envolve todos os sectores da sociedade. 2. Atendendo a que gozar da melhor saúde que se possa alcançar constitui um dos direitos fundamentais de qualquer ser humano, sem distinção de raça, religião, opções políticas e condição económica ou social, o progresso da ciência e da tecnologia deve fomentar: (a) o acesso a cuidados de saúde de qualidade e aos medicamentos essenciais, nomeadamente no interesse da saúde das mulheres e das crianças, porque a saúde é essencial à própria vida e deve ser considerada um bem social e humano; (b) o acesso a alimentação e água adequadas; (c) a melhoria das condições de vida e do meio ambiente; (d) a eliminação da marginalização e da exclusão, seja qual for o motivo em que se baseiam; (e) a redução da pobreza e do analfabetismo.

Artigo 15º Partilha dos benefícios 1. Os benefícios resultantes de qualquer investigação científica e das suas aplicações devem ser partilhados com a sociedade no seu todo e no seio da comunidade internacional, em particular com os países em desenvolvimento. Com vista a dar efectivação a este princípio, os benefícios podem assumir uma das seguintes formas: (a) assistência especial e sustentável às pessoas e aos grupos que participaram na investigação e expressão de reconhecimento aos mesmos; (b) acesso a cuidados de saúde de qualidade; (c) fornecimento de novos produtos e meios terapêuticos ou diagnósticos, resultantes da investigação; (d) apoio aos serviços de saúde; (e) acesso ao conhecimento científico e tecnológico; (f) instalações e serviços destinados a reforçar as capacidades de investigação; (g) outras formas de benefícios compatíveis com os princípios enunciados na presente Declaração. 2. Os benefícios não devem constituir incitamentos indevidos à participação na investigação.

Artigo 16º Protecção das gerações futuras As repercussões das ciências da vida sobre as gerações futuras, nomeadamente sobre a sua constituição genética, devem ser adequadamente tomadas em consideração.

Artigo 17º Protecção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade Importa tomar na devida conta a interacção entre os seres humanos e as outras formas de vida, bem como a importância de um acesso adequado aos recursos biológicos e genéticos e de uma utilização adequada desses recursos, o respeito pelos saberes tradicionais, bem como o papel dos seres humanos na protecção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade. Aplicação dos princípios Artigo 18º Tomada de decisões e tratamento das questões de bioética

1. O profissionalismo, a honestidade, a integridade e a transparência na tomada de decisões, em particular a declaração de todo e qualquer conflito de interesses e uma adequada partilha dos conhecimentos, devem ser encorajados. Tudo deve ser feito para utilizar os melhores conhecimentos científicos e as melhores metodologias disponíveis para o tratamento e o exame periódico das questões de bioética. 2. Deve ser levado a cabo um diálogo regular entre as pessoas e os profissionais envolvidos e também no seio da sociedade em geral. 3. Devem promover-se oportunidades de um debate público pluralista e esclarecido, que permita a expressão de todas as opiniões pertinentes.

Artigo 19º Comitês de ética Devem ser criados, encorajados e adequadamente apoiados comitês de ética independentes, multidisciplinares e pluralistas, com vista a: (a) avaliar os problemas éticos, jurídicos, científicos e sociais relevantes no que se refere aos projectos de investigação envolvendo seres humanos; (b) dar pareceres sobre os problemas éticos que se levantam em contextos clínicos;

(c) avaliar os progressos científicos e tecnológicos, formular recomendações e contribuir para a elaboração de princípios normativos sobre as questões do âmbito da presente Declaração; (d) promover o debate, a educação e bem assim a sensibilização e a mobilização do público em matéria de bioética.

Artigo 20º Avaliação e gestão dos riscos Será conveniente promover uma gestão apropriada e uma avaliação adequada dos riscos relativos à medicina, às ciências da vida e às tecnologias que lhes estão associadas. Artigo 21º Práticas transnacionais 1. Os Estados, as instituições públicas e privadas e os profissionais associados às actividades transnacionais devem empenhar-se em garantir que qualquer actividade respeitante à presente Declaração, empreendida, financiada ou de outro modo conduzida, no todo ou em parte, em diferentes Estados, seja compatível com os princípios enunciados na presente Declaração. 2. Quando uma investigação é empreendida ou de outro modo conduzida em um ou vários Estados (Estado(s) anfitrião(anfitriões)) e financiada por recursos provenientes de outro Estado, esta actividade de investigação deve ser objecto de uma avaliação ética de nível apropriado, tanto no Estado anfitrião como no Estado em que se situa a fonte de financiamento. Esta avaliação deve basear-se em normas éticas e jurídicas compatíveis com os princípios enunciados na presente Declaração. 3. A investigação transnacional em matéria de saúde deve dar resposta às necessidades dos países anfitriões e é necessário reconhecer a importância da investigação para o alívio dos problemas urgentes de saúde no mundo inteiro. 4. Na altura da negociação de um acordo de investigação, as condições da colaboração e o acordo sobre os benefícios devem ser definidos com uma participação equitativa das partes na negociação. 5. Os Estados devem tomar medidas apropriadas, tanto a

nível nacional como internacional, para combater o bioterrorismo e o tráfico ilícito de órgãos, tecidos, amostras, recursos e materiais de natureza genética. Promoção da Declaração

Artigo 22º Papel dos Estados 1. Os Estados devem tomar todas as medidas apropriadas – legislativas, administrativas ou outras – para pôr em prática os princípios enunciados na presente Declaração, em conformidade com o direito internacional relativo aos direitos humanos. Tais medidas devem ser apoiadas por uma acção nos domínios da educação, da formação e da informação ao público. 2. Os Estados devem encorajar a criação de comités de ética independentes, multidisciplinares e pluralistas, conforme disposto no Artigo 19º.

Artigo 23º Educação, formação e informação em matéria de bioética 1. Com vista a promover os princípios enunciados na presente Declaração e assegurar uma melhor compreensão das implicações éticas dos progressos científicos e tecnológicos, em particular entre os jovens, os Estados devem esforçar-se por fomentar a educação e a formação em matéria de bioética a todos os níveis, e estimular os programas de informação e de difusão dos conhecimentos relativos à bioética.

2. Os Estados devem encorajar as organizações intergovernamentais internacionais e regionais, bem como as organizações não-governamentais internacionais, regionais e nacionais, a participar neste esforço.

Artigo 24º Cooperação internacional 1. Os Estados devem apoiar a difusão internacional da informação científica e encorajar a livre circulação e a partilha de conhecimentos científicos e tecnológicos. 2. No quadro da cooperação internacional, os Estados devem promover a cooperação cultural e científica e celebrar acordos bilaterais e multilaterais que permitam aos países em desenvolvimento reforçar a sua capacidade de participar na criação e no intercâmbio dos conhecimentos científicos, das correspondentes competências práticas e dos respectivos benefícios. 3. Os Estados devem respeitar e promover a solidariedade entre si e também com e entre os indivíduos, as famílias, os grupos e comunidades, em especial com aqueles a quem a doença ou a deficiência, ou outros factores pessoais, sociais ou ambientais tornam vulneráveis, e aos de recursos mais limitados.

Artigo 25º Actividades de acompanhamento da UNESCO 1. A UNESCO promoverá e difundirá os princípios enunciados na presente Declaração. Para isso, deve pedir a ajuda e a assistência do Comité Intergovernamental de Bioética (CIGB) e do Comité Internacional de Bioética (CIB). 2. A UNESCO reafirma a sua vontade de tratar as questões de bioética e promover a cooperação entre o CIGB e o CIB. Disposições finais Artigo 26º Interdependência e complementaridade dos princípios A presente Declaração deve ser entendida como um todo e os princípios devem ser entendidos como complementares e interdependentes. Cada princípio deve ser considerado no contexto dos outros, na medida apropriada e pertinente, de acordo com as circunstâncias.

Artigo 27º Limites à aplicação dos princípios Se a aplicação dos princípios enunciados na presente Declaração tiver de ser limitada, deverá sê-lo por lei, nomeadamente pelos textos legislativos sobre a segurança pública, a investigação, detecção e demanda judicial em caso de delito penal, a protecção da saúde pública ou a protecção dos direitos e liberdades de outras

peessoas. Qualquer lei deste tipo deve ser compatível com o direito internacional relativo aos direitos humanos.

Artigo 28º Exclusão dos actos contrários aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à dignidade humana Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como susceptível de ser invocada de qualquer modo por um Estado, um grupo ou um indivíduo para se entregar a uma actividade ou praticar um acto para fins contrários aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à dignidade humana.

Angola

Constituição da República de Angola

Artigo 58.º (Limitação ou suspensão dos direitos, liberdades e garantias)

1. O exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos apenas pode ser limitado ou suspenso em caso de estado de guerra, de estado de sítio ou de estado de emergência, nos termos da Constituição e da lei.
2. O estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.
3. A opção pelo estado de guerra, estado de sítio ou estado de emergência, bem como a respectiva declaração e execução, devem sempre limitar-se às acções necessárias e adequadas à manutenção da ordem pública, à protecção do interesse geral, ao respeito do princípio da proporcionalidade e limitar-se, nomeadamente quanto à sua extensão, duração e meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.
4. A declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.
5. Em caso algum a declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência pode afectar:
 - a) A aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania;
 - b) Os direitos e imunidades dos membros dos órgãos de soberania;
 - c) O direito à vida, à integridade pessoal e à identidade pessoal;
 - d) A capacidade civil e a cidadania;
 - e) A não retroactividade da lei penal;
 - f) O direito de defesa dos arguidos;
 - g) A liberdade de consciência e de religião.
6. Lei especial regula o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência.

Decreto Presidencial n.º 101/20, de 14 de abril

Prorrogação do levantamento temporário da cerca sanitária provincial

I SÉRIE – N.º 48 – DE 14 DE ABRIL DE 2020

2539

Decreto Presidencial n.º 101/20 de 14 de Abril

Considerando que, através do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, foi prorrogado o Estado de Emergência por um período de 15 (quinze) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 11 de Abril e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 25 de Abril de 2020;

Tendo em conta que, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, foi levantada temporariamente a cerca sanitária provincial por um período de 2 (dois) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 11 de Abril e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 12 de Abril, para permitir o retorno dos cidadãos às províncias de residência habitual;

Considerando ainda que existe uma quantidade considerável de cidadãos que se encontram em províncias diferentes daquelas em que residem habitualmente e interessados em regressar ao domicílio;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea p) do artigo 119.º, da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Prorrogação do levantamento temporário da cerca sanitária provincial)

É prorrogado por um período de 24 horas o levantamento temporário da cerca sanitária provincial em todas as províncias, sendo permitida a circulação interprovincial de pessoas e bens em todo o território nacional até às 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 13 de Abril de 2020.

ARTIGO 2.º (Quarentena domiciliar obrigatória)

1. Os cidadãos que se desloquem de uma província para outra durante o período de levantamento temporário da cerca sanitária provincial estão sujeitos à quarentena domiciliar obrigatória.

2. A violação da quarentena domiciliar obrigatória referida no número anterior dá lugar à sua transformação em quarentena institucional obrigatória.

3. Exceptuam-se do disposto no n.º 1 do presente artigo os cidadãos que foram submetidos recentemente à quarentena institucional, não estando obrigados à quarentena domiciliar.

4. As autoridades competentes devem criar as condições necessárias ao registo, controlo e acompanhamento da quarentena domiciliar obrigatória, nos termos do presente artigo.

ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Presidencial.

ARTIGO 4.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor às 00h:00 do dia 13 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 56/20 de 14 de Abril

Tendo sido cedida a posse do imóvel da ex-fábrica Up Mission, mediante contrato de exploração com opção de compra, à Sociedade de Refrigerantes de Angola, Limitada;

Havendo interesse legítimo de reversão da posse do supracitado imóvel, sem quaisquer ónus e encargos, para a construção da sede da Comissão Nacional Eleitoral e do Centro de Escrutínio Nacional;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. É conferido mandato específico à Ministra das Finanças para realizar a despesa referente à indemnização decorrente da cessação do contrato e reversão da posse da ex-fábrica Up Mission a favor da Sociedade de Refrigerantes de Angola, Limitada.

2. As dúvidas e omissões suscitadas na aplicação e interpretação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

3. O presente Despacho Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Decreto Executivo n.º 148/20 de 14 de Abril

Havendo necessidade de se assegurar a implementação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, urge a adopção de medidas adicionais que visem evitar a eventual propagação da pandemia COVD-19 no seio da comunidade académica das Instituições de Ensino Superior;

Decreto Executivo n.º 148/20, de 14 de abril

Suspensão de todas as actividades lectivas em todas as instituições de ensino superior públicas, privadas e público-privadas, a partir de 24 de Março, por um período de 15 dias

Decreto Presidencial n.º 101/20 de 14 de Abril

Considerando que, através do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, foi prorrogado o Estado de Emergência por um período de 15 (quinze) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 11 de Abril e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 25 de Abril de 2020;

Tendo em conta que, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, foi levantada temporariamente a cerca sanitária provincial por um período de 2 (dois) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 11 de Abril e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 12 de Abril, para permitir o retorno dos cidadãos às províncias de residência habitual;

Considerando ainda que existe uma quantidade considerável de cidadãos que se encontram em províncias diferentes daquelas em que residem habitualmente e interessados em regressar ao domicílio;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea p) do artigo 119.º, da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Prorrogação do levantamento temporário da cerca sanitária provincial)

É prorrogado por um período de 24 horas o levantamento temporário da cerca sanitária provincial em todas as províncias, sendo permitida a circulação interprovincial de pessoas e bens em todo o território nacional até às 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 13 de Abril de 2020.

ARTIGO 2.º (Quarentena domiciliar obrigatória)

1. Os cidadãos que se desloquem de uma província para outra durante o período de levantamento temporário da cerca sanitária provincial estão sujeitos à quarentena domiciliar obrigatória.

2. A violação da quarentena domiciliar obrigatória referida no número anterior dá lugar à sua transformação em quarentena institucional obrigatória.

3. Exceptuam-se do disposto no n.º 1 do presente artigo os cidadãos que foram submetidos recentemente à quarentena institucional, não estando obrigados à quarentena domiciliar.

4. As autoridades competentes devem criar as condições necessárias ao registo, controlo e acompanhamento da quarentena domiciliar obrigatória, nos termos do presente artigo.

ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Presidencial.

ARTIGO 4.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor às 00h:00 do dia 13 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 56/20 de 14 de Abril

Tendo sido cedida a posse do imóvel da ex-fábrica Up Mission, mediante contrato de exploração com opção de compra, à Sociedade de Refrigerantes de Angola, Limitada;

Havendo interesse legítimo de reversão da posse do supracitado imóvel, sem quaisquer ônus e encargos, para a construção da sede da Comissão Nacional Eleitoral e do Centro de Escrutínio Nacional;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. É conferido mandato específico à Ministra das Finanças para realizar a despesa referente à indemnização decorrente da cessação do contrato e reversão da posse da ex-fábrica Up Mission a favor da Sociedade de Refrigerantes de Angola, Limitada.

2. As dúvidas e omissões suscitadas na aplicação e interpretação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

3. O presente Despacho Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Decreto Executivo n.º 148/20 de 14 de Abril

Havendo necessidade de se assegurar a implementação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, urge a adopção de medidas adicionais que visem evitar a eventual propagação da pandemia COVID-19 no seio da comunidade académica das Instituições de Ensino Superior;

Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de abril

Medidas Imediatas de Alívio dos Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela pandemia da COVID-19)



Quinta-feira, 9 de Abril de 2020

I Série – N.º 46

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários
		Ano	da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para
	As três séries	Kz: 734 159,40	a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo
	A 1.ª série	Kz: 433 524,00	imposto do selo, dependendo a publicação da
	A 2.ª série	Kz: 226 980,00	3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria
	A 3.ª série	Kz: 180 133,20	da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 95/20:

Cria o Prémio Nacional de Direitos Humanos, a atribuir a pessoas singulares e colectivas que tenham contribuído, com destaque, para a promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania em Angola e aprova o Regulamento do referido Prémio.

Decreto Presidencial n.º 96/20:

Aprova as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 e autoriza a Ministra das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020, e a isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos direitos aduaneiros para as mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações.

Decreto Presidencial n.º 97/20:

Prorroga o Estado de Emergência por um período de 15 dias, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 25 de Abril de 2020, e define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência. — Revoga todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 98/20:

Aprova as Medidas Imediatas de Alívio dos Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela pandemia da COVID-19. — Derroga o n.º 1 do artigo 10.º, o n.º 1 do artigo 27.º e o artigo 34.º do Decreto Presidencial n.º 193/17, de 22 de Agosto, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma, designadamente o Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, que aprova o Regulamento sobre a Contratação de Serviços de Assistência Técnica Estrangeira ou de Gestão, e o Decreto n.º 92/82, de 18 de Outubro, que cria o Registo Único de Empresas e aprova o seu Regulamento.

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 141/20:

Define as medidas concretas de excepção e temporárias para os órgãos deste Ministério, visando a prevenção e o controlo da propagação da pandemia COVID-19.

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

Decreto Executivo n.º 142/20:

Autoriza a prorrogação do período de Produção das Áreas de Desenvolvimento Antírio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia do Bloco 17, até 31 de Dezembro de 2045, com efeitos a partir de 1 de Abril.

Ministério do Comércio

Decreto Executivo n.º 143/20:

Determina que os comerciantes e prestadores de serviços, no período que durar o Estado de Emergência, devem observar com rigor a cadeia comercial, prevista nos termos do n.º 7 do artigo 22.º da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio — Lei das Actividades Comerciais, e o disposto nos artigos 39.º e 42.º da Lei n.º 6/99, de 3 de Setembro — Lei das Infrações Contra a Economia.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 95/20

de 9 de Abril

Considerando que o processo de promoção e protecção dos direitos humanos e cidadania envolve o concurso, por vezes, voluntário de pessoas singulares e colectivas, públicas e privadas; Havendo necessidade de reconhecer publicamente o mérito dos entes envolvidos na promoção e protecção dos direitos humanos e cidadania, de modo a estimulá-los, pelo relevante contributo ao País, nesse domínio;

Considerando que o ambiente de paz alcançado em 2002, e a aprovação da Constituição da República de Angola, em 2010, marcam uma viragem para uma nova e decisiva etapa no processo nacional de promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Criação do Prémio)

É criado o Prémio Nacional de Direitos Humanos, a atribuir a pessoas singulares e colectivas que tenham contribuído, com destaque, para a promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania em Angola.

ARTIGO 2.º (Regulamentação)

É aprovado o Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos, anexo ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

ARTIGO 46.º
(Ações de sensibilização e educação cívico-sanitária)

Os órgãos competentes devem implementar medidas adicionais com vista a sensibilização e a educação cívico-sanitária dos cidadãos sobre a pandemia por COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados, e de outros meios considerados adequados.

ARTIGO 47.º
(Voluntariado)

Sempre que recomendável, podem ser promovidas ações de voluntariado com vista ao asseguramento das funções essenciais à implementação das medidas previstas no presente Diploma e de outros que venham a ser tomadas.

ARTIGO 48.º
(Validade das medidas que não contrariam o presente Diploma)

1. São válidas e eficazes todas as medidas adoptadas para a prevenção e combate à pandemia da COVID-19, desde que não contrariem o disposto na presente Diploma.

2. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes em razão da matéria e aos Governos Provinciais garantir as condições, implementar, fazer cumprir e adoptar as medidas necessárias à eficácia do presente Diploma.

ARTIGO 49.º
(Revogação)

São revogados todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 50.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 51.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às 00:00 do dia 11 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 98/20
de 9 de Abril

A Organização Mundial da Saúde declarou, aos 11 de Março do corrente ano, como uma pandemia a COVID-19, convertendo-se numa situação de emergência internacional, com um forte impacto na saúde das pessoas e no funcionamento das economias e das finanças de todo o mundo.

Considerando que os efeitos da crise se fazem sentir em todos os agentes económicos da sociedade, nomeadamente o Estado, as empresas e as famílias;

Tendo em conta que uma das consequências da pandemia COVID-19 na economia do nosso País é a forte queda do preço do petróleo, o que constitui um acentuado cho-

que externo na economia, na medida em que os recursos do petróleo representam mais de 60% das receitas tributárias de Angola e mais de 90% das suas receitas de exportação;

Considerando que para fazer face a esta situação e mitigar os efeitos deste factor nas finanças públicas do País, o Conselho de Ministros, na sua sessão do dia 26 de Março de 2020, adoptou um conjunto de medidas de natureza fiscal;

Havendo a necessidade de se adoptarem medidas que assegurem de forma imediata um alívio dos efeitos económicos e financeiros negativos provocados pela pandemia COVID-19 nas empresas e nas famílias;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

São aprovadas as Medidas Imediatas de Alívio dos Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela Pandemia da COVID-19, anexas ao presente Decreto Presidencial, de que são parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

1. É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma, designadamente:

- a) O Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, que aprova o Regulamento sobre a Contratação de Serviços de Assistência Técnica Estrangeira ou de Gestão;
- b) O Decreto n.º 92/82, de 18 de Outubro, que cria o Registo Único de Empresas e aprova o seu Regulamento.

2. São derogados o n.º 1 do artigo 10.º, o n.º 1 do artigo 27.º e o artigo 34.º do Decreto Presidencial n.º 193/17, de 22 de Agosto, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

**MEDIDAS DE ALÍVIO DO IMPACTO
ECONÓMICO PROVOCADO PELA PANDEMIA
DA COVID-19 SOBRE AS EMPRESAS, AS
FAMÍLIAS E O SECTOR INFORMAL DA
ECONOMIA**

I. Medidas para a Economia Real

A. Medidas para o Sector Produtivo (Empresas)

1. Com o objectivo de desanuviar a pressão sobre a tesouraria com obrigações tributárias (alívio fiscal) e com o pagamento de contribuições para a Segurança Social (alívio no pagamento de salários) são adoptadas as seguintes medidas:

- i) É alargado, para o dia 29 de Maio de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo B;
- ii) É alargado, para o dia 30 de Junho de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo A;
- iii) É atribuído crédito fiscal de 12 meses para as empresas sobre o valor do IVA a pagar na importação de bens de capital e de matéria-prima que sejam utilizados para a produção dos 54 bens que são referidos no Decreto Presidencial n.º 23/19, de 14 de Janeiro.
- iv) É autorizado o diferimento do pagamento da Contribuição para a Segurança Social (contribuição de 8% do total da folha salarial) referente ao 2.º Trimestre de 2020, para pagamento em seis parcelas mensais, durante os meses de Julho a Dezembro de 2020, sem formação de juros.

2. Para assegurar o apoio financeiro com vista a manutenção mínima dos níveis de actividades das micro, pequenas e médias empresas do Sector Produtivo, são alocados recursos distribuídos da seguinte forma:

- i) O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário, FADA, deve disponibilizar uma linha de crédito de 15 mil milhões de Kwanzas, para o financiamento às explorações agro-pecuária familiares, com taxa de juros não superior a 3%, sendo o principal instrumento de financiamento deste tipo de produtores, com tramitação célere e para pacotes de financiamento na dimensão dos mesmos;
- ii) O Banco de Desenvolvimento de Angola, BDA, deve disponibilizar uma linha de crédito de 26,4 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9%, maturidade de 2 anos e carência de capital de

180 dias, para financiar a compra dos operadores do comércio e a distribuição aos produtores nacionais dos seguintes produtos: milho, fuba de milho, trigo, farinha de trigo, arroz, açúcar, cana-de-açúcar, massambala, massango, batata rena, batata doce, mandioca, fuba de bombô, feijão, ginguba, girassol, soja, banana de mesa, banana pão, manga, abacate, citrinos, mamão, abacaxi, tomate, cebola, alho, cenoura, beringela, repolho, pepino, couve, carne bovina, carne caprina, carne ovina e carne suína, aves, ovos (de galinha), leite, mel, sal, carapau, sardinha, sardinha do reino, atum, caxuxu, corvinas, garoupas, pescadas, roncadores, linguado, peixe-espada, choco, lulas e polvos, cacusso (espécies dos géneros *oreochromis* e *tilápia*) e bagre (*clarias gariepinus*);

- iii) o BDA deve disponibilizar uma linha de crédito de 13,5 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9%, maturidade de 2 anos e carência de capital de 180 dias, para financiar as compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agro-pecuários de pequena e média dimensão, a fornecedores nacionais de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas, priorizando os produtos feitos em Angola;
- iv) o BDA deve disponibilizar uma linha de crédito de 750 milhões de Kwanzas para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por cada província, nos Sectores da Agricultura e das Pescas, com um valor máximo de 50 milhões de Kwanzas, com uma taxa de juro de 7,5% e maturidade equivalente ao ciclo operacional;
- v) o Fundo Activo de Capital de Risco, FACRA, deve disponibilizar 3 mil milhões de Kwanzas para realizar investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas, participando no pagamento da parcela de capital próprio exigida na concessão dos empréstimos a serem disponibilizados pelo BDA;
- vi) O FACRA deve disponibilizar uma linha de crédito no valor de 4 mil milhões de Kwanzas para financiar sociedades de microfinanças, escolas de campo e caixas de crédito comunitárias,

seleccionadas por meio de concurso público, que pretendam operacionalizar, ao menor custo possível, um processo de atribuição de micro-crédito para mulheres e jovens empreendedores, nas seguintes actividades: (1) agricultura, com destaque para produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, raízes e tubérculos e hortícolas; (2) avicultura de corte; (3) avicultura de postura; (4) aquisição de bovinos para engorda e abate; (5) processamento de alimentos e produção de bebidas; (6) logística e distribuição de produtos agro-alimentares e das pescas; (7) aquicultura; (8) reciclagem de resíduos sólidos urbanos; (9) prestação de serviços de transporte; (10) prestação de serviços de formação profissional; (11) desenvolvimento de software; (12) turismo, produção cultural e artística;

vii) as Operações de Crédito realizadas com as linhas de crédito obtidas com financiamento externo garantido pelo Estado, nomeadamente mil milhões de dólares do Deutsche Bank cedido ao BDA e 120 milhões de dólares do BAD cedidas ao BPC, devem ser acompanhadas por um Comité de Supervisão, coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, e integrado pelos Sectores da Produção não Petrolífera. O Comité de Supervisão deve assegurar a implementação de um expediente simplificado e célere de acesso a estes recursos para os empresários dos Sectores da Agricultura, das Pescas e da Indústria que pretendam realizar investimentos que tenham mais de 50% de incorporação de factores de produção nacionais e que promovam exportações.

3. Com o objectivo de remover o excesso de burocracia que incide sobre as empresas, são definidas as seguintes medidas:

- i) As empresas deixam de estar obrigadas de realizar o registo estatístico, devendo a AGT disponibilizar ao Instituto Nacional de Estatística (INE) acesso directo à base de dados do Número de Identificação Fiscal, a partir da qual o INE passa a registar as empresas no Fichero Único de Empresas, para efeito estatístico;
- ii) a emissão do Alvará Comercial passa a ser exigida apenas para as actividades de comercialização de bens alimentares, espécies vivas vegetais, animais, aves e pescarias, medicamentos, venda de automóveis, combustíveis, lubrifi-

cantes e produtos químicos, estando todas as restantes actividades comerciais e de prestação de serviços apenas obrigadas a requerer autorização de abertura do estabelecimento na respectiva Administração Municipal. Cabe à Administração Municipal autorizar a abertura de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços na sua circunscrição, após verificar a conformidade com o Plano de Ordenamento do Território e com as normas específicas para o exercício da actividade actuando, neste caso, os serviços especializados do Sector do Comércio do Governo Provincial desconcentrados, nos Municípios;

iii) Com a revisão do Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, é extinta a obrigação das empresas licenciarem contratos de gestão, prestação de serviços e assistência técnica estrangeira ou de gestão no Banco Nacional de Angola, e no Ministério da Economia e Planeamento.

4. Com o objectivo de assegurar a mobilidade mínima necessária de trabalhadores durante a fase de Estado de Emergência:

- i) É estabelecido, no âmbito da implementação do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que define as Medidas Concretas de Excepção em Vigor durante o Período de Vigência do Estado de Emergência, o modelo-tipo, anexo, de credenciamento de trabalhadores de empresas do Sector Privado, cuja actividade laboral não está suspensa, garantindo a sua mobilidade, em observância das normas de prevenção e de contingência para o controlo da pandemia COVID-19, devendo o mesmo constituir o documento a apresentar em caso de interposição das autoridades da ordem e segurança.

B. Medidas para as Famílias e o Sector Informal da Economia

1. As medidas imediatas que incidem sobre os particulares visam proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar o processo de manutenção e criação de postos de trabalho são as seguintes:

- i) As entidades empregadoras do Sector Privado devem transferir para os salários dos trabalhadores o valor do desconto para a Segurança Social (desconto de 3% do salário do trabalhador) nos

meses de Abril, Maio e Junho de 2020, para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários;

- ii) Para assegurar o fornecimento de energia e de água aos domicílios, as empresas do sector não devem efectuar cortes ao fornecimento de água e energia aos clientes com dificuldades de pagamento das contas durante o mês de Abril;
- iii) Para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica para famílias mais vulneráveis, são disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que com os Governos Provinciais desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para este segmento da população;
- iv) Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres afectadas pela profundidade da crise económica que o País vive, dar início em Maio de 2020 à primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias que vai beneficiar um milhão e seiscentas mil famílias.

2. Com o objectivo de acelerar a transição da actividade informal para o Sector Formal, são definidas as seguintes medidas:

- i) No âmbito da implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) é criado um grupo de trabalho multisectorial, composto pelos Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças, Transportes, Indústria e Comércio, Administração do Território e das Obras Públicas e Ordenamento do Território, para elaborar e executar um plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros;
- ii) No âmbito da implementação do Programa de Melhoria da Competitividade e da Produtividade é criado um grupo de trabalho multisectorial, integrado pelos Ministérios da Economia e Planeamento, Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação e o Banco Nacional de Angola, para elaborar e executar um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos, digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento de fintechs.

Modelo a que se refere o ponto 4.i

(Em papel timbrado da Empresa)

CREDENCIAL

(Nome da empresa) com sede social sita em (nome da Província), (nome do Município), (nome do Bairro), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de (nome da Província), com o Número de Identificação Fiscal (Número de Identificação Fiscal), representada pelo(s) Sr.(s) (nome do(s) gerente(s) legais), na sua qualidade de Gerente(s)/Procurador(es), declara(m) que o Colaborador da Empresa (nome da empresa) Sr. (nome do trabalhador), portador do documento de identificação (n.º do B.I./Passaporte/Carta de Condução/Cartão da Empresa/Cartão de Eleitor), emitido em (local de emissão do documento de identificação), com validade até (data de validade que consta do documento), residente na rua (nome da rua), Bairro (nome do Bairro), Município (nome do Município), a exercer as funções de (título da função laboral), é essencial que se desloque às instalações industriais da nossa Empresa para efeito de (colocar o motivo), no dia (colocar o dia, ou colocar o período), pelo que se encontra autorizado a circular devendo apresentar a presente credencial às autoridades que a venham solicitar.

Para os devidos efeitos, se declara igualmente que o referido cidadão acima descrito obriga-se a cumprir o disposto no Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

Por ser verdade, a presente credencial, válida pelo prazo de (x) dias a contar da presente data, vai por mim (nós) assinada e autenticada, com carimbo em uso nesta Empresa.

A Gerência/Administração

(Válidos apenas os documentos originais)

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 141/20
de 9 de Abril

Considerando que foi declarado o Estado de Emergência em todo o território nacional por conta do risco de infecção individual e contaminação comunitária pelo vírus COVID-19, declarada como pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde;

Decreto Presidencial n.º 96/20, de 9 de abril

Medidas Transitórias de resposta ao impacto da COVID-19 sobre o OGE 2020

I SÉRIE – N.º 46 – DE 9 DE ABRIL DE 2020

2467

B. FUNDAMENTAÇÃO DA CANDIDATURA

O candidato deve elaborar uma nota de fundamentação resumida contendo uma avaliação da relevância das acções, condutas ou actividades justificativas da candidatura, tendo em conta os critérios de selecção e aprovação referidos acima.

C. DOCUMENTAÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A candidatura deve ser instruída mediante a junção de um dossier do respectivo candidato, contendo:

Documentos comprovativos existência, natureza, situação legal e estado de estabelecimento da entidade concorrente no País;

Relatório ou descrição das acções e actividades realizadas no ano anterior à atribuição do Prémio;

Nota com especificação de todas as actividades que concorram para a legitimar a candidatura respectiva.

Juntamente com o formulário de candidatura e documentação referida, podem ser anexos documentos e/ou informações que se considerar relevantes para enriquecer a candidatura.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 96/20 de 9 de Abril

Tendo sido declarado o Estado de Emergência como medida de contenção do aumento dos níveis de propagação da infecção causada pelo vírus COVID-19, em atenção ao seu elevado e rápido grau de contágio;

Considerando que o surto do COVID-19 e o aumento da oferta entre os países produtores potenciaram a queda significativa do preço do barril de petróleo, principal produto de exportação e fonte de receitas fiscais para o País;

Considerando ainda a necessidade de ajustar o financiamento do OGE-2020 e a trajectória de realização das despesas públicas ao novo quadro macro-financeiro, em atenção ao calendário de preparação da proposta da sua revisão;

Havendo necessidade de se adoptar medidas de contingência durante o período em que durar a pandemia para prevenir a escassez na oferta dos produtos alimentares da cesta básica, fruto de exportações de alimentos nacionalizados;

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 4 do artigo 58.º, conjugado com a alínea b) do artigo 120.º e n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

MEDIDAS TRANSITÓRIAS DE RESPOSTA AO IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O OGE 2020

ARTIGO 1.º (Aprovação)

São aprovadas as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 (OGE-2020), que visam adequar ao contexto actual à estrutura de financiamento e à trajectória de realização de despesas públicas enquanto não é efectuada uma revisão ao Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

ARTIGO 2.º (Autorização)

1. É autorizada a Ministra das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020 mediante a actualização do Quadro Macro-económico de Referência, do Quadro Fiscal para 2020, da Estrutura de Financiamento do OGE-2020 e das Medidas de Política Fiscal para a sua eficiente execução, tendo em vista os objectivos de curto, médio e longo prazos da governação.

2. Em paralelo com a preparação da proposta de revisão do OGE-2020, a Ministra das Finanças fica autorizada a implementar as medidas de políticas adicionais seguintes:

- Utilização de Activos do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para a obtenção de recursos financeiros adicionais para o Tesouro Nacional, no valor de USD 1,5 mil milhões, mediante o compromisso de uma recapitalização futura tão logo as condições das Finanças Públicas o permitam;
- Aceleração do processo de alienação de participações e activos do Estado no âmbito do Programa de Privatizações;
- Autorização ao Instituto Nacional de Segurança Social para investir em Títulos do Tesouro no Mercado Primário, garantindo a rentabilidade e adequada remuneração dos capitais;
- Suspensão da componente de pagamentos em *cash* no âmbito do Programa de Regularização de Atrasados do Estado com origem fora do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado;
- Desenvolvimento de trabalho com o Banco Nacional de Angola e os bancos do Sistema Financeiro Nacional no sentido de alcançar uma taxa mínima de 50% para a rolagem da dívida pública interna;
- Identificação e operacionalização de todas as fontes de financiamento possíveis para a mobilização de recursos para fazer face aos efeitos directos e indirectos da pandemia da COVID-19.

3. Para efeitos da alínea a) do número anterior, a título excepcional, o levantamento de recursos do Fundo Soberano de Angola poderá exceder o limite de 40% dos seus activos líquidos, previsto no artigo 5.º do Regulamento de Gestão do Fundo Soberano de Angola, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 214/19, de 15 de Julho.

4. É autorizada a isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos direitos aduaneiros para as mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 14.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pela Lei n.º 7/19, de 24 de Abril, do n.º 8 do artigo 5.º da Lei n.º 17/19, de 13 de Agosto, sendo as referidas mercadorias, bem como aquelas que forem produzidas localmente, os serviços e fundos monetários disponibilizados para o mesmo fim, consideradas custos fiscalmente dedutíveis nos termos do artigo 19.º do Código do Imposto Industrial, desde que devidamente documentados.

ARTIGO 3.º
(Medidas provisórias)

1. Enquanto decorre o processo de revisão do OGE-2020, implementam-se as seguintes medidas com efeito imediato:

- a) Cativação de 30% das despesas da categoria «Bens e Serviços», desde que não estejam relacionadas com alimentação (principalmente dos hospitais públicos e forças de segurança), medicamentos, limpeza e saneamento;
- b) Suspensão de parte das despesas de capital que não tenham financiamento garantido, com destaque para as novas aquisições de imóveis no País e no exterior do País;
- c) Suspensão das despesas de apoio ao desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural;
- d) Suspensão de todos os «Créditos Adicionais», com excepção das despesas com o pessoal e projectos de carácter prioritário e estrutural;
- e) Suspensão de todos os processos de novas admissões e promoções na função pública, com excepção dos sectores já previamente aprovados;
- f) Proibição do processamento de despesas fora do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas e aceleração da implementação dos mecanismos de processamento de todas as despesas com o pessoal no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado;
- g) Redução das viagens dos Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo e Delegações Executivas Governamentais e da estrutura do Estado ao estritamente necessário, adoptando-se sempre medidas de minimização de custos;

h) Redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas aos gestores públicos, no exercício das suas funções para as diferentes categorias de responsabilidade, privilegiando-se modelos que representem menos peso financeiro para o Estado;

i) Suspensão da aquisição de novas viaturas para uso pessoal e redefinição das prioridades das viaturas cujo processo de aquisição já tenha sido autorizado e iniciado.

2. Para efeito das alíneas b) e c) do número anterior, entendem-se como prioritários os projectos de combate à pobreza, abastecimento logístico, acções inspectivas, os programas ligados à luta contra as grandes endemias (cólera, malária, VIH-SIDA), projectos de protecção social, bem como os projectos de construção e reabilitação de vias estruturantes, devendo-se nesse caso privilegiar as parcerias público-privadas.

3. Mediante prévia autorização do Titular do Poder Executivo, deverá ser dedicada parte da reserva orçamental para créditos adicionais que o Ministério da Saúde vier a necessitar para fazer face às despesas de contenção da pandemia da COVID-19.

ARTIGO 4.º
(Suspensão de exportações)

Ficam suspensas as exportações de bens alimentares nacionalizados, bem como de medicamentos e equipamentos médicos, incluindo os transportados pelos habitantes de zonas fronteiriças, a partir do terceiro dia a contar da entrada em vigor do presente Diploma.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Março de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 97/20
de 9 de Abril

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como pandemia mundial, elevando a situação para calamidade pública mundial;

Decreto Executivo n.º 141/20, de 9 de abril

(Medidas de excepção e temporárias para os órgãos do Ministério do Interior visando a prevenção e o controlo da propagação da pandemia COVID-19)



Quinta-feira, 9 de Abril de 2020

I Série – N.º 46

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários
		Ano	da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para
	As três séries	Kz: 734 159,40	a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo
	A 1.ª série	Kz: 433 524,00	imposto do selo, dependendo a publicação da
	A 2.ª série	Kz: 226 980,00	3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria
	A 3.ª série	Kz: 180 133,20	da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 95/20:

Cria o Prémio Nacional de Direitos Humanos, a atribuir a pessoas singulares e colectivas que tenham contribuído, com destaque, para a promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania em Angola e aprova o Regulamento do referido Prémio.

Decreto Presidencial n.º 96/20:

Aprova as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 e autoriza a Ministra das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020, e a isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos direitos aduaneiros para as mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações.

Decreto Presidencial n.º 97/20:

Prorroga o Estado de Emergência por um período de 15 dias, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 25 de Abril de 2020, e define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência. — Revoga todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 98/20:

Aprova as Medidas Imediatas de Alívio dos Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela pandemia da COVID-19. — Derroga o n.º 1 do artigo 10.º, o n.º 1 do artigo 27.º e o artigo 34.º do Decreto Presidencial n.º 193/17, de 22 de Agosto, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma, designadamente o Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, que aprova o Regulamento sobre a Contratação de Serviços de Assistência Técnica Estrangeira ou de Gestão, e o Decreto n.º 92/82, de 18 de Outubro, que cria o Registo Único de Empresas e aprova o seu Regulamento.

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 141/20:

Define as medidas concretas de excepção e temporárias para os órgãos deste Ministério, visando a prevenção e o controlo da propagação da pandemia COVID-19.

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

Decreto Executivo n.º 142/20:

Autoriza a prorrogação do período de Produção das Áreas de Desenvolvimento Antírio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia do Bloco 17, até 31 de Dezembro de 2045, com efeitos a partir de 1 de Abril.

Ministério do Comércio

Decreto Executivo n.º 143/20:

Determina que os comerciantes e prestadores de serviços, no período que durar o Estado de Emergência, devem observar com rigor a cadeia comercial, prevista nos termos do n.º 7 do artigo 22.º da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio — Lei das Actividades Comerciais, e o disposto nos artigos 39.º e 42.º da Lei n.º 6/99, de 3 de Setembro — Lei das Infrações Contra a Economia.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 95/20 de 9 de Abril

Considerando que o processo de promoção e protecção dos direitos humanos e cidadania envolve o concurso, por vezes, voluntário de pessoas singulares e colectivas, públicas e privadas; Havendo necessidade de reconhecer publicamente o mérito dos entes envolvidos na promoção e protecção dos direitos humanos e cidadania, de modo a estimulá-los, pelo relevante contributo ao País, nesse domínio;

Considerando que o ambiente de paz alcançado em 2002, e a aprovação da Constituição da República de Angola, em 2010, marcam uma viragem para uma nova e decisiva etapa no processo nacional de promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Criação do Prémio)

É criado o Prémio Nacional de Direitos Humanos, a atribuir a pessoas singulares e colectivas que tenham contribuído, com destaque, para a promoção, defesa e aprofundamento dos direitos humanos e cidadania em Angola.

ARTIGO 2.º (Regulamentação)

É aprovado o Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos, anexo ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

meses de Abril, Maio e Junho de 2020, para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários;

- ii) Para assegurar o fornecimento de energia e de água aos domicílios, as empresas do sector não devem efectuar cortes ao fornecimento de água e energia aos clientes com dificuldades de pagamento das contas durante o mês de Abril;
- iii) Para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica para famílias mais vulneráveis, são disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que com os Governos Provinciais desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para este segmento da população;
- iv) Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres afectadas pela profundidade da crise económica que o País vive, dar início em Maio de 2020 à primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias que vai beneficiar um milhão e seiscentas mil famílias.

2. Com o objectivo de acelerar a transição da actividade informal para o Sector Formal, são definidas as seguintes medidas:

- i) No âmbito da implementação do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI) é criado um grupo de trabalho multisectorial, composto pelos Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças, Transportes, Indústria e Comércio, Administração do Território e das Obras Públicas e Ordenamento do Território, para elaborar e executar um plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros;
- ii) No âmbito da implementação do Programa de Melhoria da Competitividade e da Produtividade é criado um grupo de trabalho multisectorial, integrado pelos Ministérios da Economia e Planeamento, Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação e o Banco Nacional de Angola, para elaborar e executar um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos, digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento de fintechs.

Modelo a que se refere o ponto 4.i

(Em papel timbrado da Empresa)

CREDENCIAL

(Nome da empresa) com sede social sita em (nome da Província), (nome do Município), (nome do Bairro), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de (nome da Província), com o Número de Identificação Fiscal (Número de Identificação Fiscal), representada pelo(s) Sr.(s) (nome do(s) gerente(s) legais), na sua qualidade de Gerente(s)/Procurador(es), declara(m) que o Colaborador da Empresa (nome da empresa) Sr. (nome do trabalhador), portador do documento de identificação (n.º do B.I./Passaporte/Carta de Condução/Cartão da Empresa/Cartão de Eleitor), emitido em (local de emissão do documento de identificação), com validade até (data de validade que consta do documento), residente na rua (nome da rua), Bairro (nome do Bairro), Município (nome do Município), a exercer as funções de (título da função laboral), é essencial que se desloque às instalações industriais da nossa Empresa para efeito de (colocar o motivo), no dia (colocar o dia, ou colocar o período), pelo que se encontra autorizado a circular devendo apresentar a presente credencial às autoridades que a venham solicitar.

Para os devidos efeitos, se declara igualmente que o referido cidadão acima descrito obriga-se a cumprir o disposto no Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

Por ser verdade, a presente credencial, válida pelo prazo de (x) dias a contar da presente data, vai por mim (nós) assinada e autenticada, com carimbo em uso nesta Empresa.

A Gerência/Administração

(Válidos apenas os documentos originais)

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 141/20 de 9 de Abril

Considerando que foi declarado o Estado de Emergência em todo o território nacional por conta do risco de infecção individual e contaminação comunitária pelo vírus COVID-19, declarada como pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde;

Tomando-se imperiosa a adopção, de modo claro, de medidas concretas de excepção a observar pelos órgãos do Ministério do Interior no âmbito das suas atribuições e responsabilidades institucionais;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos pontos 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, o Ministro do Interior decreta o seguinte:

**MEDIDAS EXCEPCIONAIS
E TEMPORÁRIAS PARA OS ÓRGÃOS
DO MINISTÉRIO DO INTERIOR
VISANDO A PREVENÇÃO E O CONTROLO
DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19**

**ARTIGO 1.º
(Objecto)**

O presente Diploma define as medidas concretas de excepção e temporárias para os órgãos do Ministério do Interior, visando a prevenção e o controlo da propagação da pandemia COVID-19.

**ARTIGO 2.º
(Âmbito)**

1. O presente Diploma aplica-se a todo efectivo pertencente ao regime de carreira especial do Ministério do Interior.

2. O presente Diploma aplica-se a todo trabalhador civil, prestadores de serviços, colaboradores que de forma directa ou indirecta mantenham contacto com os órgãos do Ministério do Interior.

3. O presente Diploma aplica-se aos Serviços Executivos Centrais, de Apoio Técnico, Instrumental, Tutelado e Delegações Provinciais do Ministério do Interior.

**ARTIGO 3.º
(Quarentena obrigatória)**

Estão sujeitos ao regime de quarentena obrigatória, institucional ou domiciliar, o pessoal abrangido nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior que se encontram nas seguintes situações:

- a) Doentes com COVID-19 e os infectados com SARS-CoV2;
- b) Aqueles relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais da especialidade determinem como situação de vigilância activa.

**ARTIGO 4.º
(Funcionamento)**

1. Os Serviços Executivos Centrais, de Apoio Técnico, Instrumentais, Tutelado e Delegações Provinciais mantêm o exercício pleno das suas funções.

2. Está suspensa a prestação de serviços não essenciais para o período de vigência do Estado de Emergência.

3. É reduzido para 1/3 o pessoal presencial que exerce funções administrativas, devendo-se criar três grupos de rotação que em cada três dias assegurem a prestação dos serviços.

4. Não obstante o disposto no número anterior, os grupos de rotação podem ser ajustados pelos responsáveis, de acordo com a natureza e especificidades concretas dos órgãos e serviços.

5. O disposto no n.º 3 não abrange os titulares de cargos de Direcção, Comando e Chefia, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções.

6. Mantêm-se em pleno funcionamento seguintes serviços:

- a) Hospitais, Centros e Postos Médicos;
- b) Comandos, Unidades, Esquadras e Postos da Polícia Nacional;
- c) Piquetes, Brigadas e outros afins do Serviço de Investigação Criminal;
- d) Quartéis e Destacamentos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros;
- e) Postos, Unidades e Centros do Serviço de Migração e Estrangeiros;
- f) Estabelecimentos e Unidades Penitenciários;
- g) Centro Integrado de Segurança Pública;
- h) Centro Electrónico de Segurança Pública;
- i) Direcção Adjunta de Segurança Aeroportuária.

**ARTIGO 5.º
(Proibições)**

1. Estão proibidas as visitas ao efectivo internado nos hospitais, centros e postos médicos.

2. Estão proibidas as visitas a cidadãos internados nos Estabelecimentos Penitenciários, Centros de Detenção de Estrangeiros Ilegais e Celas.

3. É proibido o acesso às áreas de internamento dos locais referidos nos números anteriores, do efectivo não autorizado.

4. Os órgãos que têm a seu cargo as infra-estruturas referidas nos números anteriores devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos internados, detidos e reclusos.

5. Os órgãos devem garantir as condições de biossegurança e higiene, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde.

**ARTIGO 6.º
(Trabalho domiciliário)**

1. É permitido o trabalho domiciliário sempre que as funções o permitam.

2. Consideram-se compatíveis com o trabalho domiciliário todas as funções que possam ser realizadas fora do local de trabalho através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

3. Os instrumentos para o trabalho domiciliário podem ser disponibilizados pelo órgão e, quando tal não for possível, pode o funcionário realizar o trabalho através dos meios que detenha, adaptáveis às necessidades inerentes à prestação do trabalho domiciliário.

4. Para efeitos dos números anteriores, devem ser diligenciados contactos regulares com o funcionário, preferencialmente através de comunicações electrónicas e teleconferências, a fim de facilitar o afastamento físico requerido.

ARTIGO 7.º

(Medidas de protecção individual)

1. Todos os órgãos abrangidos pelo presente Diploma devem garantir as condições essenciais de protecção individual do efectivo e respeitar rigorosamente as orientações das autoridades sanitárias designadamente em matéria de higiene e biossegurança.

2. As unidades devem respeitar estritamente as orientações sobre o distanciamento de um metro e meio entre o efectivo.

3. Durante as actividades presenciais e participação do efectivo no teatro das operações deve ser dado o devido cuidado ao pessoal que se encontra nas seguintes condições:

- a) Com idade igual ou superior a 60 anos;
- b) Portadores de doenças crónicas consideradas de risco, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, designadamente os imuno-comprometidos, os doentes renais, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos;
- c) As gestantes e mulheres com crianças menores de 12 anos a seu cuidado.

ARTIGO 8.º

(Participação do efectivo no teatro das operações)

1. Deve ser restringida a concentração do efectivo nas Unidades e Postos Policiais, Quartéis, Postos Fronteiriços, Centros de Detenção e Estabelecimentos Penitenciários.

2. Devem ser criadas as condições de biossegurança, higiene e separação física entre o efectivo, para que este possa realizar as suas actividades em segurança.

3. Na impossibilidade de serem criadas tais condições, o efectivo pode permanecer em alerta nas respectivas residências e ser movimentado para o cumprimento das missões.

4. A introdução do efectivo no teatro das operações deve obedecer aos princípios da racionalidade, necessidade e proporcionalidade.

ARTIGO 9.º

(Dever geral de cooperação)

Durante o período de vigência do Estado de Emergência, os órgãos abrangidos no presente Diploma devem cooperar com outras Instituições, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, Protecção Civil e Saúde Pública na pronta satisfação de solicitações que justificadamente lhes sejam feitas.

ARTIGO 10.º

(Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária)

1. Sob coordenação do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Ministério do Interior, os órgãos abrangidos pelo presente Diploma, devem auxiliar as autoridades competes na implementação de medidas adicionais com vista à sensibilização e a educação cívico-sanitária dos cidadãos sobre a pandemia por COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados, e de outros meios considerados adequados.

2. O Gabinete referido no número anterior, em coordenação com as áreas de Educação Moral, Cívica e Patriótica dos Serviços Executivos Centrais e Locais, deve planificar e colocar em marcha uma forte e ampla campanha de sensibilização interna, em matéria de higiene, biossegurança e distanciamento requerido entre o efectivo, tendo em conta o alto risco de contágio da doença COVID-19 durante a actividade operativa, por via dos programas de rádios e contas nas redes sociais que o Ministério do Interior dispõe.

ARTIGO 11.º

(Medidas)

1. O presente Diploma não prejudica as medidas já adoptadas pelos distintos órgãos do Ministério do Interior destinadas ao bom funcionamento objectivando o cumprimento da sua missão no âmbito da infecção epidemiológica por SARS-Cov-2 e a doença COVID-19.

2. Os responsáveis máximos dos Serviços Executivos Centrais, de Apoio Técnico, Instrumental, Tutelado e Delegações Provinciais podem adoptar as medidas indispensáveis e complementares à materialização do presente Diploma e ajustadas ao Estado de Emergência, por via de despachos, circulares ou outras formas previstas nos competentes estatutos e regulamentos orgânicos.

3. Sem prejuízo do disposto no presente Diploma, podem ser adoptadas medidas adicionais sempre que a situação se justificar.

ARTIGO 12.º

(Voluntariado)

Sempre que a situação se justificar, podem ser promovidas acções de voluntariado com vista ao asseguramento das funções essenciais à implementação das medidas previstas no presente Diploma.

ARTIGO 13.º
(Fiscalização)

A Inspeção Geral do Ministério do Interior deve, de modo articulado com as áreas de especialidade, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto no presente Diploma.

ARTIGO 14.º
(Responsabilidade disciplinar e criminal)

A violação dos deveres gerais e especiais previstos no presente Diploma é passível de responsabilização disciplinar e criminal nos termos da lei.

ARTIGO 15.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 16.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Abril de 2020.

O Ministro, *Eugénio César Laborinho*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 142/20 de 9 de Abril

O Decreto n.º 51/92, de 16 de Setembro, outorgou à Concessionária Nacional a Concessão do Bloco 17 para o exercício dos direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na referida área.

Na área de Concessão do Bloco 17 foram declaradas como descobertas comerciais e definidas como áreas de desenvolvimento, as áreas Antúrio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia;

De forma a permitir a continuidade das actividades nas supracitadas áreas de desenvolvimento, a Concessionária Nacional e o Grupo Empreiteiro acordaram em implementar a prorrogação e uniformizar as datas de caducidade dos períodos de produção das áreas de desenvolvimento até 31 de Dezembro de 2045.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, Lei das Actividades Petrolíferas, determino:

1. É autorizada a prorrogação do período de produção das Áreas de Desenvolvimento Antúrio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia do Bloco 17, até 31 de Dezembro de 2045, com efeitos a partir de 1 de Abril.

2. Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Março de 2020.

O Ministro, *Diamantino Pedro Azevedo*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Decreto Executivo n.º 143/20 de 9 de Abril

Havendo necessidade de dar-se cumprimento às orientações emanadas no Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, relativamente à adopção de medidas adicionais no intuito de evitar-se a propagação da Pandemia COVID-19 e do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, que declara o Estado de Emergência, com fundamento no facto de que a República de Angola atravessa no presente momento uma situação de iminente calamidade pública;

Considerando as medidas concretas de excepção adoptadas durante o período de vigência do Estado de Emergência, urge a necessidade de respeitar-se a cadeia comercial e definir os horários de abertura e encerramento dos diferentes estabelecimentos comerciais, de venda de bens e serviços essenciais às populações;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, o artigo 45.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, bem como o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 38/18, de 9 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Cadeia comercial)

1. Os comerciantes e prestadores de serviços, no período que durar o Estado de Emergência devem observar com rigor a cadeia comercial, prevista nos termos do n.º 7 do artigo 22.º da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio, Lei das

Decreto Presidencial n.º 86/20, de 1 de abril

Aprovação da abertura de crédito adicional extraordinário

Decreto Presidencial n.º 86/20

de 1 de Abril

Havendo necessidade de se proceder à implementação de mecanismos e medidas para prevenir e conter a transmissão e a expansão do COVID-19, bem como assegurar as condições mínimas indispensáveis para o combate da pandemia;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 1, do artigo 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho (Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado), o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional extraordinário)

É aprovada a abertura de crédito adicional extraordinário, no montante de Kz: 20 000 000 000, 00 (vinte mil milhões de kwanzas), para o pagamento das despesas relacionadas com a prevenção e combate do COVID-19.

ARTIGO 2.º

(Atribuição de crédito adicional)

O crédito adicional aberto nos termos do artigo anterior é afecto às Unidades Orçamentais com necessidades inerentes ao objecto do presente Decreto Presidencial.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

O Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Decreto Executivo n.º 129/20, de 1 de abril

(Medidas de Excepção e Temporárias do Sector dos Transportes para a Prevenção e o Controlo da Propagação da PANDEMIA COVID-19)

2338

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ARTIGO 2.º (Objectivos)

As medidas de contingência têm os seguintes objectivos:

- a) Sensibilizar os funcionários para as consequências de uma propagação da Pandemia em Angola;
- b) Dotar os funcionários de conhecimentos e competências que lhes permitam lidar com um cenário de infecção;
- c) Definir procedimentos e responsáveis que assegurem o funcionamento das funções essenciais do Ministério;
- d) Desenvolver mecanismos de resposta a uma eventual situação de propagação do vírus na Instituição.

ARTIGO 3.º (Serviços essenciais)

1. O Ministério das Finanças deve, nos termos do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, manter o pleno exercício das suas funções, assegurando, para o efeito, os seguintes serviços essenciais:

- a) Direcção Nacional do Tesouro (DNT);
- b) Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE);
- c) Direcção Nacional de Investimento Público (DNIP);
- d) Gabinete de Estudos e Estatísticas (GEE);
- e) Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD);
- f) Grupo Técnico de Apoio ao Credor do Estado (GTACE);
- g) Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP);
- h) Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas (SETIC-FP);
- i) Administração Geral Tributária (AGT).

2. Nos serviços referidos no número anterior, as funções são asseguradas pelos titulares de cargos de direcção e chefia e, pelo menos, 1/3 do pessoal técnico em regime presencial, podendo ser adoptados mecanismos para assegurar a rotatividade do pessoal técnico.

3. Sem prejuízo do referido do n.º 1, os titulares de cargos de direcção e chefia dos demais serviços centrais, locais e órgãos superintendidos devem manter o pleno exercício das suas funções e assegurar que o pessoal técnico desenvolva as suas actividades laborais através do trabalho em domicílio.

ARTIGO 4.º (Interação com utentes externos)

1. Na interação com os utentes, os serviços do Ministério das Finanças devem privilegiar a utilização de meios informáticos como *e-mail*, telefone, videoconferências e outros disponíveis, devendo o contacto físico ser utilizado como último recurso, mediante prévia marcação e salvaguardadas todas as medidas de higiene e segurança.

2. A Secretária Geral deve assegurar as condições essenciais de protecção individual dos funcionários em matéria de higiene e biossegurança, designadamente, pela disponibilização de equipamentos de protecção individual para os funcionários que interagem com os utentes externos.

ARTIGO 5.º (Divulgação do Plano de Contingência)

O Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa deve proceder à divulgação do Plano de Contingência, aprovado no presente Diploma, junto dos Serviços Centrais, Delegações Provinciais e Órgãos Superintendidos do Ministério das Finanças, bem como disponibilizar para o público e utentes os meios informáticos referidos no n.º 1 do artigo 4.º, através dos quais estes poderão contactar os diversos serviços do Ministério.

ARTIGO 6.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Despacho são resolvidas pela Ministra das Finanças.

ARTIGO 7.º (Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação e permanece vigente, enquanto durarem as medidas decorrentes do Estado de Emergência, declarado pelo Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, e as medidas de prevenção à propagação do COVID-19.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

Publique-se.

A Ministra, *Vera Daves de Sousa*.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Decreto Executivo n.º 129/20 de 1 de Abril

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como pandemia mundial, elevando a situação para calamidade pública mundial e as recomendações constantes no Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial da Saúde, que impõe um conjunto de procedimentos a observar para efeitos de mitigação dos riscos de contaminação e para a não disseminação da pandemia às populações;

Tendo em conta que, com o fundamento no facto de que a República de Angola atravessa no presente momento uma situação de iminente calamidade pública, por Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, foi declarado o Estado de Emergência, em todo o território nacional, com a duração de 15 dias, iniciando-se às 00h00 do dia 27 de Março de 2020 e cessando às 23h59 minutos do dia 11 de Abril de 2020, podendo ser prorrogado nos termos da lei;

Considerando ainda que, para a concretização da Declaração do Estado de Emergência, por Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, foram aprovadas as Medidas de Excepção Temporária para a Prevenção e Controlo da Propagação da Pandemia COVID-19;

Havendo necessidade de adopção de medidas de excepção para garantir a manutenção e funcionamento do Sector dos Transportes, nomeadamente com o fluxo restrito de pessoas, movimento de transporte, carga e descarga de mercadoria, bem como das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o Despacho Presidencial n.º 287/17, de 13 de Outubro, e com o Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, bem como o Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, determino o seguinte:

MEDIDAS DE EXCEÇÃO E TEMPORÁRIAS DO SECTOR DOS TRANSPORTES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLO DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Decreto Executivo define as medidas concretas de excepção durante o Estado de Emergência, relativamente ao Sector dos Transportes.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente Decreto Executivo aplica-se a todo o território nacional.

ARTIGO 3.º (Serviços mínimos)

Para efeitos do presente Diploma, consideram-se serviços mínimos a capacidade de operacionalizar e salvaguardar o transporte de passageiros, mercadorias e carga, de acordo com as restrições específicas e inerentes ao funcionamento de cada subsector do Sector dos Transportes, de acordo com as normas sanitárias e protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, para todas as entidades públicas e privadas.

ARTIGO 4.º (Cumprimento das regras de prevenção higienossanitária)

Visando assegurar a saúde e o bem-estar de todos os colaboradores, passageiros e utentes dos transportes colectivos públicos e de mercadorias, o Ministério dos Transportes definiu as medidas de prevenção e controlo do COVID-19, conforme Documento Único que é parte integrante do presente Decreto Executivo.

ARTIGO 5.º (Transportes públicos de pessoas e bens)

Os transportes públicos essenciais durante o Estado de Emergência devem sujeitar-se às normas e procedimentos dimanados pelo Ministério da Saúde e são os seguintes:

1. Transporte Aéreo:

- a) Serviços de transporte de mercadorias e carga, nacional e internacional;
- b) Serviços de transporte de passageiros e carga definidos no âmbito dos voos humanitários e de emergência;
- c) Serviços de transporte de passageiros em apoio à actividade petrolífera e mineira.

2. Transporte Marítimo e Portuário:

- a) Serviços de transporte de mercadoria e carga marítima, operações de carga e descarga;
- b) Movimentação de mercadorias e o reacondicionamento de cargas que, por razões de segurança, se torne necessário efectuar em navios arribados;
- c) Intervenções de carácter operacional, cuja efectivação seja adequada e indispensável em caso de incêndio, abalroamento, água aberta e encalhe de navios;
- d) Serviços de transporte marítimo para a Indústria Petrolífera;
- e) Todos os actos materiais indispensáveis para a efectivação das operações referidas nas alíneas anteriores do presente número, particularmente a peagem e a despeagem de carga e a baldeação e em especial, a actividade das portarias dos terminais portuários.

3. Transporte Ferroviário:

- a) Serviços de transporte urbano e intermunicipal de passageiros, até eventuais ordens posteriores, ficam limitados a uma única frequência de manhã e outra ao final da tarde e a um máximo de 25 (vinte e cinco) passageiros por carruagem;
- b) Para o efeito do estipulado na alínea anterior, as empresas de caminho-de-ferro devem criar as condições necessárias para garantir a operacionalidade das ligações intermunicipais a nível nacional;
- c) Serviços e transporte de mercadoria e carga, movimento de carga e descarga, local e interprovincial;
- d) Todos estes serviços de passageiros devem cumprir com as normas de higienização e desinfecção de carruagens e das desinfestações das estações ferroviárias e em apoio aos passageiros.

4. Transportes Rodoviários:

i. Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros:

- a)* O serviço de transporte rodoviário de passageiros deve observar o pressuposto geral de 1/3 (um terço) da capacidade de lugares sentados;
- b)* O serviço de transporte urbano em autocarros deve ser transportado apenas 20 (vinte) passageiros, dos 60 (sessenta) lugares disponíveis;
- c)* É permitida a circulação do transporte intermunicipal de passageiros em autocarros, devendo transportar apenas 8 (oito) passageiros no caso de veículos de 26 (vinte e seis) lugares e 10 (dez) passageiros, para o caso de veículos de 30 (trinta) lugares disponíveis;
- d)* Fica interdita a circulação do serviço de transporte interprovincial de passageiros;
- e)* Fica autorizada a circulação do serviço de transportes colectivo de trabalhadores, em regime de aluguer, contrato ou veículos próprios, por parte de entidades empresariais públicas ou privadas, respeitando as limitações definidas nas alíneas anteriores;
- f)* Os operadores dos serviços de transportes de passageiros são obrigados a realizar a limpeza diária dos veículos de transporte, com uso de água com lixívia ou outro produto indicado pelas autoridades, com incidência nas superfícies mais tocadas, tais como corrimão das portas, as pegadas do interior, partes superiores dos assentos, vidros laterais, o volante e outros pontos habituais de apoio, bem como aspergir o piso;
- g)* Os operadores de serviços de transportes de passageiros devem criar condições para disponibilizarem a solução antisséptica de base alcoólica (álcool-gel ou equiparado) nos terminais rodoviários e outros locais de embarque de passageiros;
- h)* Os motoristas, cobradores ou expedidores nas paragens, terminais rodoviários ou outros pontos de recolha, os passageiros podem ajudar a organizar as filas, para acesso aos transportes públicos, velando pela observância de uma distância mínima de 2 (dois) metros entre os passageiros, dentro e fora das instalações, evitando aglomerados com mais de 50 (cinquenta) pessoas.

ii. Transporte Rodoviário Ocasional de Passageiros — Candongueiros e Gira-bairro:

- a)* É permitida a circulação de táxis colectivos transportando apenas 5 (cinco) passageiros, para o caso de veículos de 15 (quinze) lugares, e para os veículos de 9 (nove) lugares devem transportar apenas 3 (três) passageiros, não devendo subir nenhum passageiro na parte da frente;
- b)* Sobre os táxis personalizados e o vulgo «gira-bairro», é permitido o transporte de apenas 2 (dois) passageiros;
- c)* Os proprietários das viaturas de serviços de táxis colectivos e personalizados devem criar condições para disponibilizarem álcool em gel aos passageiros e trabalhadores nos pontos de embarque de passageiros;
- d)* Durante o dia, os operadores destes serviços são obrigados a realizar a limpeza diária dos veículos de transporte, com incidência nas superfícies mais tocadas, tais como corrimão das portas, as pegadas do interior, partes superiores dos assentos, vidros laterais, o volante e outros pontos habituais de apoio, com uso de álcool em gel ou com solução de água com lixívia, a aplicar também nos pisos dos veículos.

iii. Transportes em Serviço de Moto-Táxi:

- a)* Fica interdita, em centros urbanos e periurbanos, a circulação do serviço de transporte de passageiro em motorizada «moto-táxi»;
- b)* A título excepcional poderá tolerar-se o transporte de doentes para os hospitais com uso de máscara;
- c)* Este tipo de transporte fica autorizado só em zonas rurais e com uso de máscara.

iv. Transporte Rodoviário de Mercadorias:

- a)* É permitida a circulação de transportes de mercadorias essenciais em todo o território nacional, tais como as abaixo discriminadas:
 - i.* Produtos e bens alimentares da cesta básica;
 - ii.* Medicamentos; utensílios e equipamentos de saúde;
 - iii.* Combustível gás e lubrificantes;
 - iv.* Produtos agrícolas;
 - v.* Produtos alimentares e bebidas;
 - vi.* Produtos de papel, cartão, vidro e plástico;
 - vii.* Produtos das indústrias que trabalham com ciclos de produção contínua, nomeadamente as que utilizam fornos com altas temperaturas no seu processo produtivo, tais como o cimento, aço, vidro;

- viii. Matérias-Primas para indústria nacional;
- ix. Todas as mercadorias introduzidas em regime de importação (marítimo, aéreo, terrestre ou ferroviário);
- x. As mercadorias descarregadas em trânsito em portos nacionais e destinadas a países vizinhos, desde que no cumprimento de todas as regras documentais e aduaneiras exigíveis;
- xi. E outras mercadorias ou bens a determinar pelas entidades competentes do Estado.
- b) Também poderão ser transportados materiais de construção, quando autorizados pelos Departamentos Ministeriais ou Governos Provinciais que superintendam obras no domínio do PIP — Programa do Investimento Público ou do PIIM — Programa de Investimento Integrado Municipal;
- c) É permitida a entrada de veículos de transporte de mercadorias nos postos fronteiriços, devendo ser cumpridas as instruções de prevenção que forem orientadas pelas equipas de controlo sanitário colocadas nas fronteiras terrestres;
- d) Estão vedadas as saídas do território nacional de mercadorias, consideradas como bens essenciais, nos termos definidos no artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março;
- e) Todos os transportes interprovinciais de bens essenciais, nos termos do Decreto Presidencial em referência, têm obrigatoriamente de ser acompanhados de Documentos de Transporte, a seguir discriminados:
 - i. Factura ou facturas;
 - ii. Guia de Transportes (Formulário Anexo).
- f) Elementos a constar nos dois documentos (Factura e Guia de Transporte):
 - i. Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede e Número de Identificação Fiscal do remetente e respectivos contactos telefónicos;
 - ii. Designação comercial dos bens, com indicação das quantidades.
- g) Os locais de carga e descarga (morada completa, município e província), referidos como tais, e a data e hora em que se inicia o transporte;
- h) As alterações ao destinatário ou adquirente, ou ao local de destino, ocorridas durante o transporte, ou a não-aceitação imediata e total dos bens transportados, obrigam à emissão de documento de transporte adicional em papel, identificando a alteração e o documento alterado;
- i) Os operadores de serviços de transportes de mercadorias são obrigados a realizar a limpeza diária dos veículos de transporte com incidência nas superfícies mais tocadas, tais como corrimão das portas, as pegas do interior, partes superiores dos assentos, vidros laterais, o volante e outros pontos habituais de apoio com álcool-gel ou com solução de água com gotas de lixívia;
- j) Os procedimentos da alínea anterior devem ser aplicados nos transportes ferroviários de passageiros;
- k) É permitida a circulação de veículos destinados à entrega ao domicílio de bens alimentares, medicamentos, água, correspondência, combustível e outros bens essenciais à subsistência das pessoas;
- l) Para o efeito do disposto no presente artigo, todos os órgãos reguladores que integram o Sector dos Transportes devem assegurar a aplicação dessas medidas junto das empresas, sob sua supervisão;
- m) Na sequência do número anterior, as empresas que integram o Subsector Marítimo e Portuário, dada a natureza das suas actividades, devem coordenar a implementação das medidas ora definidas com o Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA);
- n) As empresas que integram o Subsector Marítimo e Portuário, bem como as do Subsector dos Transportes e Logística estão autorizadas a manter o quadro de pessoal mínimo essencial, para a manutenção das suas actividades, permitindo à sua circulação entre a residência e o local de trabalho, sendo de qualquer modo garantidas por estas empresas as condições de laboração em segurança nos locais de trabalho, nomeadamente no respeitante à limpeza, higienização dos locais e meios de transporte;
- o) As entidades reguladoras do Sector dos Transportes e Logística deverão manter a vigilância sobre os preços dos títulos de transportes e fretes cobrados pelos operadores, prevenindo a especulação e eventuais abusos na prestação dos seus serviços, coordenando com as autoridades da concorrência e inspecção das actividades económicas, no âmbito das sanções previstas nas disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 6.º

(Funcionamento dos órgãos e serviços prestados pelos institutos reguladores, empresas públicas, empresas privadas e actividades conexas)

Para os efeitos do presente artigo são definidos os serviços mínimos a prestar pelos órgãos reguladores, empresas públicas, empresas privadas e actividades conexas a saber:

1. Ao Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC) e Provedores Aeroportuários cabe assegurar:

- a) A coordenação, acompanhamento e a monitorização da actividade da aviação civil do País;
- b) A renovação de licenças de operação;
- c) A renovação das licenças das aeronaves;
- d) A certificação e licenciamento do pessoal navegante;
- e) A autorização de voos excepcionais, de acordo com as medidas de excepção em vigor;
- f) A operacionalidade dos aeroportos com segurança, serviços de despacho e direcção;
- g) O funcionamento dos terminais de carga.

2. Ao Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA), Autoridades Portuárias e Provedores Marítimos e Portuários cabe assegurar:

- a) A coordenação, acompanhamento e a monitorização da actividade marítima e portuária do País;
- b) A coordenação, acompanhamento e a monitorização da actividade da logística de mercadorias do País;
- c) A certificação electrónica da mercadoria;
- d) A actividade da autoridade portuária;
- e) A operacionalidade de atracação e desatracação de navios, carga e a descarga de mercadorias;
- f) O transporte de mercadoria em função das necessidades, a partir dos portos;
- g) Os serviços de piquete da capitania;
- h) A operação de segurança, patrulha e fiscalização marítima, da orla costeira e fluvial;
- i) A operação de segurança, fiscalização e inspecção das embarcações com destino aos portos nacionais;
- j) A operação de segurança e fiscalização das embarcações de recreio, marinas e demais actividades recreativas ou dentro dos limites das horas de circulação de pessoas e bens.

3. Ao Instituto Nacional dos Caminhos de Ferro de Angola (INCF), Provedores e Actividades Conexas cabe assegurar:

- a) A coordenação, acompanhamento e a monitorização da actividade ferroviária do País;

b) A programação e a frequência de comboios no CFL — Caminho de Ferro de Luanda, nos termos definidos no artigo anterior do presente Decreto Executivo;

c) A coordenação e frequências destes transportes em relação aos demais caminhos-de-ferro;

d) O limite de venda de bilhetes relativo à capacidade de lugares, em conformidade o estabelecido no artigo anterior do presente Decreto Executivo.

4. Ao Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INTR), Provedores e Actividades Conexas incumbe assegurar a coordenação, o acompanhamento e a monitorização da actividade dos transportes colectivos da logística de mercadorias do País.

5. As empresas privadas que operam no Sector dos Transportes devem, com as devidas adequações, observar as regras e o cumprimento do estipulado no presente Decreto Executivo, sem prejuízo do estabelecido nos Decretos Presidenciais n.ºs 81/20 e 82/20, respectivamente de 25 e 26 de Março.

ARTIGO 7.º

(Fiscalização do cumprimento das medidas)

Para o efeito de fiscalização e acompanhamento do cumprimento das medidas constantes do presente Decreto Executivo, a Comissão que coordena e monitoriza as actividades relacionadas com o presente Estado de Emergência, deve coordenar a sua actuação com as entidades reguladoras de cada subsector do Ministério dos Transportes, em cooperação e colaboração com a Comissão Interministerial para o Combate à Propagação do COVID-19.

ARTIGO 8.º

(Medidas para garantir o desembarço de mercadorias nos portos)

De forma a permitir atender o novo quadro criado pela pandemia, que obrigou o Estado Angolano a fechar as suas fronteiras e desta forma não sendo possível fazer a entrega atempada dos documentos de carga, especificamente o *Bill of Lading* (BL), o Ministério dos Transportes, na qualidade de regulador de toda a actividade marítima, de navegação, portuária e responsável pelo tráfego de mercadorias, para permitir a simplificação e automatização de um processo que garanta a legalidade documental, determina as seguintes acções, em função dos intervenientes no procedimento:

1. Agentes de Navegação:

a) A veiculação e promoção imediata junto das suas representadas Linhas de Navegação da necessidade imperiosa de avisar os Expedidores da mercadoria (*Shippers*) da situação restritiva existente no envio da documentação;

b) O aviso na origem da capacidade que os expedidores têm de autorizar a entrega — sempre que se trate de um BL nominal, não dirigido a um

Banco e que não configure portanto uma venda com Crédito Documentário (CDI) — com um simples «*Telex Release*», que confere a capacidade legal ao Agente de Navegação de entregar a mercadoria ao Consignatário nomeado pelo Carregador;

- c) A obtenção da autorização da sua representada para a impressão local de um BL original, sob autorização do expedidor e a solicitação do importador para os casos em que a mercadoria foi vendida através da abertura de um CDI, a fim de este ser enviado digitalmente ao Banco consignatário e assim endossado também digitalmente pelo Banco (*Bank Release*);
 - d) A emissão das Notas de Entrega (*Delivery*) pode ser feita em papel ou a instrução de entrega das mercadorias pode ser feita por envio digital junto do operador de terminal;
 - e) Agir junto dos clientes e seus despachantes para a redução da quantidade de transações ao balcão, para o mínimo indispensável, assim contribuindo para a redução dos contactos pessoais;
 - f) Aceitar, sempre que não subsista dúvida quanto à sua autenticidade, que os documentos exigíveis aos seus clientes, tais como o certificado de embarque do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), possam ser enviados por via digital;
 - g) Excepção feita à entrega obrigatória do BL original, pelos Consignatários, aos Agentes de Navegação, nas situações não cobertas pelas alíneas acima (*Telex Release e Bank Release*).
2. Conselho Nacional de Carregadores:
- a) Coordenar com os Agentes de Navegação para que possam não exigir dos clientes o original dos certificados de embarque do CNC, mas tão-somente a sua cópia digital e/ou a prova do seu pagamento;
 - b) Coordenar com a Administração Geral Tributária (AGT) para que não exija, também, no acto de despacho aduaneiro o original do certificado de embarque do CNC.
3. Autoridades Portuárias:
- a) As Autoridades Portuárias deverão deixar de exigir cópias dos BL originais, visados pelo Agente de Navegação, para efeitos de taxaçaõ portuária, recebendo da AGT, através do ASYCUDA, toda a informação que necessitam para a respectiva taxaçaõ;
 - b) Sempre que possível, privilegiem e desenvolvam os portais para operação credenciada pelos Agentes de Navegação para toda a tramitação relacionada com a operação dos navios e a operação das cargas, nomeadamente no respeitante à sua taxaçaõ e facturaçaõ.

4. Terminais:

- a) Deverão deixar de exigir aos recebedores a apresentação da via original da Nota de Entrega (*Delivery*) aos clientes ou seus despachantes ou transitários;
- b) Garantir o recebimento, exclusivamente enviado a partir do Agente de Navegação, as Notas de Entrega (*Delivery*) por via digital, garantindo na mesma a liberação das mercadorias por parte do Agente de Navegação e o cumprimento dos prazos ali estabelecidos;
- c) Possibilitar o processamento de mensagens tipo físico (*Edifact Coreor*), para integração da respectiva informação de entrega.

ARTIGO 9.º

(Prorrogação do prazo de validade de licenças de pessoal aeronáutico, marítimo-portuário e ferroviário)

São prorrogados excepcionalmente os prazos de validade de licenças ou qualificações de pessoal aeronáutico, titulares licenças e qualificações aeronáuticas, cujo prazo de validade expire a partir da data de entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que declara o Estado de Emergência ou nos 30 dias imediatamente anteriores, considerando o seguinte:

1. A prorrogação prevista no número anterior abrange a data de:

- a) Validade dos averbamentos constantes das licenças de piloto;
- b) Validade das licenças dos técnicos de manutenção aeronáutica;
- c) Duração dos cursos de piloto, incluindo o prazo respeitante à recomendação para a realização dos exames e o período referente à contagem de tempo para realização dos exames teóricos;
- d) Validade dos averbamentos constantes das licenças de controlador de tráfego aéreo;
- e) Validade dos certificados médicos emitidos dos Pilotos e dos Controladores de Tráfego Aéreo;
- f) Validade das licenças de Oficiais de Operações de Voo.

2. Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, considera-se pessoal aeronáutico, designadamente, os:

- a) Pilotos de Aeronaves;
- b) Técnicos de Manutenção Aeronáutica;
- c) Controladores de Tráfego Aéreo;
- d) Oficiais de Operações de Voo;
- e) Titulares de certificados médicos de aptidão de pessoal aeronáutico;
- f) E outros, assim, qualificados pelo Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC).

3. As prorrogações mencionadas nos números anteriores são concedidas pelo período de tempo compreendido entre o dia 27 de Março e 1 de Junho de 2020, sem prejuízo de nova avaliação da situação a efectuar em momento oportuno.

4. O INAVIC deve assegurar o cumprimento do disposto no presente artigo, promovendo a notificação das entidades do sector e das agências de segurança da aviação de outros países que considere necessários.

5. O disposto nos números anteriores do presente artigo, aplica-se, igualmente, aos reguladores dos Subsectores Marítimo Portuário e Ferroviário, com as devidas adaptações.

ARTIGO 10.º

(Regras sanitárias a observar no transporte de mercadorias e de passageiros)

A circulação do transporte de mercadorias e de passageiros fica sujeita às seguintes regras:

1. Todos os veículos de mercadorias e passageiros autorizados a circular devem estar equipados com:

- a) Máscaras cirúrgicas;
- b) Luvas;
- c) Solução antisséptica de base alcoólica, para uso pessoal e limpeza do veículo;
- d) Solução de água com lixívia, para pulverização dos pisos interiores das viaturas e dos recintos de embarque e desembarque, podendo usar pulverizadores agrícolas de costas;
- e) Lenços de papel;
- f) Sacos de lixo identificados para deposição de resíduos potencialmente contaminados.

2. Todos os operadores devem capacitar os seus colaboradores, incluindo condutores ou, em sua substituição, um elemento da tripulação, para identificação de casos suspeitos, nomeadamente através do reconhecimento dos sintomas que apresentam, bem como para adopção de medidas preventivas com vista à redução do risco de contaminação.

3. No caso de partilha de veículo, embarcação, carruagem ou aeronave, com caso suspeito, deve ser preenchido o formulário fornecido pela autoridade sanitária, por todos os passageiros, incluindo tripulantes, que partilharam o veículo ou carruagem com o caso suspeito.

4. No modo ferroviário, se uma avaliação de risco inicial indicar um elevado risco de exposição nas restantes carruagens e veículos, o operador pode determinar o preenchimento do formulário acima referido por todos os passageiros, incluindo os tripulantes.

5. No modo rodoviário, deve ser preenchido o formulário mencionado e identificados os veículos da frota que possam ser objecto de semelhante intervenção referida no número anterior.

6. Com base na informação disponível, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a) Devem ser efectuados todos os esforços para minimizar o contacto com o caso suspeito, que deve ser separado dos demais passageiros, idealmente por 2 (dois) metros;
- b) Se o caso suspeito não tiver embarcado deve ser encaminhado para espaço de isolamento temporário existente, até ao transporte para o hospital de referência;
- c) Se este espaço não existir, deve esperar no local, separado dos demais passageiros, idealmente por 2 (dois) metros;
- d) Deve ser fornecida máscara cirúrgica ao caso suspeito, desde que a sua condição clínica o permita;
- e) A máscara deve ser colocada pelo próprio e bem ajustada;
- f) Deve ainda ser disponibilizado saco para deposição de resíduos.

7. Todos os reguladores devem adoptar as medidas consideradas necessárias para a aplicação do presente artigo e devem, em articulação com os órgãos da Administração Local do Estado, responsáveis pelo Sector dos Transportes, adoptar as regras do presente artigo às condições específicas existentes ou inerentes à sua localização.

ARTIGO 11.º

(Serviços de apoio aos meios de transporte)

No âmbito das competências que são cometidas ao Sector para a garantia dos serviços mínimos essenciais, o Ministro dos Transportes, no âmbito da delegação das competências conferidas pelo Decreto Presidencial n.º 82/20, poderá:

1. Por via de requisição escrita, garantir o funcionamento mínimo de serviços de peças e de assistência técnica ou oficial junto dos agentes comerciais licenciados pelo Sector;

2. Em caso de incumprimento, pelas entidades enunciadadas no número anterior, o Ministro dos Transportes poderá recorrer às autoridades competentes, tendo em vista o cumprimento do Decreto Presidencial ou do que está plasmado neste Decreto Executivo;

3. Tendo em vista a garantia da prestação dos serviços mínimos, o Ministro dos Transportes pode determinar ou requisitar serviços extraordinários ou fora dos horários de trabalho comuns, a toda e qualquer empresa e a todo e qualquer órgão sob sua tutela;

4. No âmbito da parceria social, sempre que necessário, o Ministro ou em quem ele delegar, a nível central ou a nível provincial, poderá convocar dirigentes de associações empresariais para acertos de política dos transportes;

5. No âmbito da parceria social, o Ministro dos Transportes poderá colocar às Associações Empresariais ou em quem ele delegar, situações que sejam do interesse para a garantia dos serviços mínimos e que possam estar conectados com esses objectivos e ou intervir junto de entes oficiais de modo a assegurar a prestação dos necessários serviços mínimos que sejam legítimos prestar a quem o requeira;

6. No que concerne ao trânsito ou despachos nos portos e aeroportos a CDOA — Câmara dos Despachantes Oficiais de Angola poderá requerer ao Gabinete do Ministro ou ao gabinete a quem ele delegar, para tratamento oficioso e célere de eventuais dificuldades;

7. As empresas públicas e privadas, abrangidas pelo presente Decreto Executivo, estão autorizadas a emitir as respectivas credenciais para os profissionais e entidades conexas, que permitam a sua circulação de e para os seus respectivos postos de trabalho, respeitando os requisitos de implementação de serviços mínimos e regime de cerca nacional e provincial, decorrentes do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março.

ARTIGO 12.º
(Actividade laboral do Ministério)

Para o efeito do cumprimento das medidas de excepção em vigor, tendo sido determinada a restrição de circulação de pessoas, incluindo os funcionários públicos, cabe a cada unidade orgânica deste Ministério definir o pessoal necessário e indispensável para a execução das suas atribuições ou tarefas em termos presenciais, respeitando as limitações impostas no âmbito da Declaração do Estado de Emergência, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço no domicílio sempre que aplicável.

ARTIGO 13.º
(Colaboração e cooperação com outros órgãos)

O Ministério dos Transportes, em estreita colaboração e cooperação com o Ministério da Saúde, Forças de Ordem Interna, Defesa e Segurança, deverá continuar a manter todos os passageiros e utentes dos transportes públicos e transporte de carga/mercadorias informados sobre a actualização dos «Serviços Mínimos» necessários, em função do nível de emergência a que o País esteja sujeito.

ARTIGO 14.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Transportes.

ARTIGO 15.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

O Ministro, *Ricardo Daniel Sandão Queirós Viegas de Abreu*.

Identificação da empresa

GUIA DE REMESSA 1

Pág. 1 de 4



EXPEDIDOR-REMETENTE		DESTINATÁRIO-REQUISITANTE	
LOCAL DE CARGA		LOCAL DE DESCARGA	
HORA DE CARGA	DATA DE CARGA	VIAJANTE	

POS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID.
-----	--------	-----------	------------	-------

MEDIDAS DE PREVENÇÃO PARA O CONTROLO DO COVID-19 DOCUMENTO ÚNICO

I. Introdução

Tendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) Declarado o Novo Coronavírus, COVID-19, como uma Pandemia, e havendo necessidade de evitar a infecção por COVID-19 de trabalhadores e utentes dos transportes públicos;

O presente Documento e as Medidas Preventivas nele contidas baseiam-se no disposto no Regulamento Sanitário Internacional, ratificado pelo Estado Angolano, através da Resolução n.º 32/08, de 1 de Setembro, da Assembleia Nacional, conjugado com o estipulado no Regulamento Sanitário Nacional, aprovado através da Lei n.º 5/87, de 23 de Fevereiro, em conformidade com o Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março.

II. Medidas Urgentes e Imediatas

Visando garantir a saúde e o bem-estar de todos os colaboradores, passageiros e utentes dos transportes colectivos públicos e de mercadorias, o Ministério dos Transportes implementou as seguintes medidas de carácter interno e com efeito imediato:

1. Criação de uma *Task-force* para a prevenção e combate ao COVID-19, coordenada pelo Secretário de Estado dos Transportes para os Sectores da Aviação Civil e Marítimo e Portuário, e constituída por todos os Directores Nacionais e Directores Gerais dos Institutos Reguladores do Sistema Angolano de Transportes;

2. Indicação do Inspector Geral do Ministério dos Transportes como ponto focal da referida *Task-force*;

3. Elaboração do Plano de Contingência do Ministério dos Transportes;

4. Revisão pelos reguladores do Sistema Angolano de Transportes, do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, para produzir regulamentação específica.

III. Medidas Transversais Fase 1 — Alerta

Nesta fase de elevada suspeita em que se constata o elevado risco de introdução do COVID-19 no País e a existência de casos suspeitos.

A nível do Sector, o Ministério dos Transportes recomenda as seguintes medidas, que devem ser adoptadas pelos diferentes operadores do sistema de transportes, colaboradores e utentes dos transportes públicos:

1. Para o Órgão Central, Institutos e Empresas Tuteladas:

- a) Trabalho remoto dos funcionários, sempre que possível;
- b) Instalação de estações de controlo e rastreio de temperatura para acesso aos edifícios e instalações;
- c) Garantir condições para lavagem das mãos e/ou desinfecção;
- d) Garantir a higienização frequente dos locais de trabalho, equipamentos, maçanetas das portas e outras superfícies, com desinfetante à base de lixívia ou álcool;
- e) Utilizar luvas descartáveis para manuseamento e entrega de correspondência.

2. As empresas devem garantir a adopção de medidas preventivas pelos seus trabalhadores, de acordo com as orientações da Autoridade Sanitária Nacional.

3. Para as Estações de Transportes Aéreos, Ferroviários, Rodoviários e Marítimos:

- a) Criar condições para que os trabalhadores lavem ou desinfetem as mãos antes de entrarem nas instalações da empresa;
- b) Criar espaço para separar funcionário com sintomas respiratórios enquanto aguarda pela equipa de resposta;
- c) Lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou desinfetar com álcool em gel, sempre que espirrar ou tossir;
- d) Manter a distância social, de pelo menos um metro entre as pessoas;
- e) Evitar passar as mãos directamente em superfícies que possam estar contaminadas, tais como corrimãos, maçanetas das portas, mobiliário de espaços comuns;
- f) Cobrir a boca e o nariz ao tossir e ou espirrar com lenço de papel ou na parte interior do antebraço;
- g) Evitar tocar os olhos, nariz e boca;
- h) Restringir as deslocações desnecessárias;
- i) Evitar participar em cerimónias e rituais fúnebres;
- j) Se tiver febre alta, tosse seca e mal-estar, mantenha-se calmo e ligue para o 111 (Centro Integrado de Segurança Pública — CISP);
- k) Evitar contacto próximo com doentes que apresentem febre, tosse ou dificuldade respiratória.

4. Reforçar a higiene nos equipamentos:

- a) Aumentar a frequência da limpeza diária, sobretudo dentro dos veículos, locomotivas, carruagens, vagões, barcos, barcaças, aeronaves e demais equipamentos;
- b) A limpeza deve incidir principalmente nas superfícies mais tocadas, tais como corrimão das portas, as pegadas do interior, partes superiores dos assentos, o volante, e outros pontos;
- c) No caso de ter transportado passageiros vindos de um país de risco ou um suspeito de ter contraído o COVID-19, os veículos, tais como locomotivas, carruagens, vagões, barcos, barcaças aeronaves e demais equipamentos devem ser limpos, para garantir a sua desinfecção e descontaminação.

5. Garantir a protecção de passageiros, motoristas e outros ocupantes:

- a) As empresas e proprietários de táxis e outros veículos de transporte colectivo de passageiros devem reduzir para metade da sua capacidade, garantindo uma distância de segurança entre passageiros de no mínimo 1 (um) metro;
- b) As empresas devem criar condições para disponibilizarem álcool em gel nos terminais rodoviários, estações, aeroportos, portos e outros locais de embarque e desembarque de passageiros;
- c) Respeitar a distância mínima de 1 (um) metro, em espaços fechados como estações rodoviárias e ferroviárias, aeroportos e portos;
- d) Nas carreiras de longo curso disponibilizar água e sabão nos sanitários dos veículos nos casos em que existam, bem como meios de desinfecção das mãos;
- e) Os motoristas, bilheteiros, cobradores/revisores e outros trabalhadores que realizarem abordagem a passageiros no geral e nos pontos fronteiriços em particular (entrada no território nacional) devem usar equipamentos de biossegurança (máscaras cirúrgicas e luvas), com ou sem presença de casos suspeitos de coronavírus;
- f) Durante o processo de controlo, entrada e saída de cidadãos no território nacional, devem ser verificados com máxima atenção os documentos de viagem, sobretudo o passaporte;
- g) Para os passageiros provenientes de país abrangido pela medida de quarentena obrigatória, antes de chegada ao posto fronteiriço de entrada em Angola, deve-se comunicar as autoridades sanitárias e outras autoridades competentes destacadas na fronteira;
- h) Os passageiros devem ser informados/sensibilizados durante o *check-in* sobre a possibilidade de

serem submetidos ao isolamento domiciliar ou em centro de quarentena;

- i) A inspecção de bagagens deve ser acompanhada, por parte das Autoridades Sanitárias e trabalhadores da empresa transportadora, devendo ser feita com uso de equipamentos de biossegurança (máscara cirúrgica e luvas);
- j) As empresas devem criar imediatamente uma Comissão de Gestão de Crise, elaborar um Plano de Acção ou Plano de Gestão de Emergência, bem como Planos de Continuidade de Negócio;
- k) Coordenar com a Direcção Nacional de Saúde Pública para instruir e treinar os trabalhadores quanto à implementação de novas ou adicionais medidas que se julguem pertinentes consoante a evolução positiva ou negativa do quadro epidemiológico.

IV. Medidas Transversais Fase 2 — Activação do Vírus

Tendo já sido registados casos confirmados de COVID-19, em Angola, as medidas a executar para além das que já estão em execução, o Ministério dos Transportes recomenda a todos os agentes do Sistema Angolano de Transportes a adoptar as seguintes acções com efeito imediato para a contenção da pandemia:

- a) A redução de participações em grupos de trabalho, reuniões e comissões de trabalho, devendo-se realizar apenas aquelas que forem consideradas indispensáveis e inadiáveis;
- b) A redução ao mínimo de reuniões internas;
- c) O cancelamento de eventos e visitas dentro e fora do Sector;
- d) A suspensão de todos os serviços que impliquem o atendimento pessoal, devendo ser criadas condições para a realização destes serviços por via telefónica ou electrónica (por ex. esclarecimentos prestados aos operadores, consumidores, etc.);
- e) A redução da força de trabalho em 60% do Ministério e Institutos tutelados;
- f) A redução da actividade inspectiva e a realização de vistorias técnicas, devendo-se realizar apenas aquelas que forem consideradas urgentes;
- g) O adiamento de todas as acções formativas;
- h) O estabelecimento de horários de trabalho em períodos intercalados a fim de evitar o possível contágio entre os colaboradores;
- i) A suspensão das actividades correntes, as estritamente fundamentais;
- j) A recomendação aos colaboradores para a redução ao mínimo da permanência em locais públicos e com grande concentração de pessoas.

V. Trabalho Remoto

Face à especificidade do Sector, para garantir que os serviços mínimos sejam executados, foi criado seguinte quadro de preparação e prontidão para a actividade profissional seja realizada de forma remota.

VI. Regulamentação

De modo a que os intervenientes do Sector dos Transportes possam funcionar, de modo eficiente e eficaz, para garantir os serviços mínimos e pontuais durante o período da pandemia, os Reguladores do Sector, com base no Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, emitiram até à data, as seguintes circulares:

1. INAVIC:

- a) Circular de Informação Aérea n.º 006 — Procedimentos para Assistência aos Voos de Carga, aos Voos Indispensáveis por Razões Humanitárias, ou que Estejam ao Serviço da Execução da Política Externa de Angola;
- b) Circular de Informação Aérea n.º 007 — Procedimentos para o Pessoal Navegante e Carga dos Voos Excepcionais ao Abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do DLPP n.º 1/20.

2. INTR:

- a) Circular n.º 2 — Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros;
- b) Circular n.º 3 — Medidas a Adoptar nos Transportes Rodoviários Ocasionais de Passageiros — Táxis Colectivos e Personalizados;
- c) Circular n.º 4 — Transportes Rodoviários de Mercadorias.

3. INCFA:

- a) Circular n.º 5/13.00 — Medidas Preventivas
- b) Circular n.º 6/13.00 — Ajustamento de Horários e Circulações.

VII. Medidas para Garantir o Desembarço de Mercadorias nos Portos

Com vista a garantir o tratamento mais expedito da mercadoria e documentação inerente, serão exaradas, por Decreto Executivo, as medidas com vista a simplificar e a tornar mais célere o desembarço aduaneiro, enquanto durar o período do Estado de Emergência.

O Ministério dos Transportes, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, vai continuar a manter o sector e, todos os passageiros e utentes dos transportes públicos informados sobre as medidas adoptadas face à pandemia.

Luanda, aos 27 de Março de 2020.

O Ministro, *Ricardo Daniel Sandão Queirós Viegas de Abreu*.

Decreto Executivo n.º 128/20, de 1 de abril

(Plano de Contingência do Ministério das Finanças para fazer face à pandemia do Coronavírus - COVID-19)

I SÉRIE – N.º 40 – DE 1 DE ABRIL DE 2020

2337

2. Ao Conselho de Administração da Sonangol, E.P., é delegada competência para a aprovação das peças do procedimento concursal, verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento, adjudicação das propostas para a celebração do Contrato citado no ponto anterior, incluindo a assinatura dos mesmos.

3. O Conselho de Administração da Sonangol, E.P., deve assegurar os recursos financeiros necessários à execução do Contrato, bem como deverá reportar ao Ministério das Finanças o andamento dos trabalhos.

4. As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 51/20 de 1 de Abril

Considerando que o Despacho Presidencial n.º 133/19, de 22 de Julho, autorizou a transformação da RECREDIT — Gestão de Activos (SU), S.A., em sociedade pluripessoal anónima, com a admissão do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) como novo accionista, com uma participação de 5% do capital social, passando a denominar-se RECREDIT — Gestão de Activos, S.A., bem como a alteração do seu âmbito para dedicar-se, de modo exclusivo, à gestão de activos financeiros pertencentes ao Banco de Poupança e Crédito (BPC);

Tendo em conta que por via do referido Despacho Presidencial foi criado o Comité de Estratégia e Monitorização, enquanto Órgão Colegial de controlo do Conselho de Administração a empresa, na condução da estratégia e actos de gestão, ao qual compete emitir pareceres sobre a aquisição e recuperação de crédito malparado, assim como a gestão de activos;

Havendo necessidade de se alterar a alínea a) do n.º 4 do Despacho Presidencial n.º 133/19, de 22 de Julho, com vista à melhor adequação da sua composição;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. A alínea a) do n.º 4 do Despacho Presidencial n.º 133/19, de 22 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

«Entidade Independente, com reconhecida idoneidade e conhecimento em matéria de mercado financeiro, adjudicada em concurso público ou concurso limitado por convite».

2. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

3. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 128/20 de 1 de Abril

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como Pandemia Mundial, situação elevada para calamidade pública para todos os países do mundo;

Tendo em conta que o Presidente da República através do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, declarou Estado de Emergência Nacional com a duração de 15 (quinze) dias, contados de 27 de Março de 2020, com fundamento no facto de o País atravessar no presente momento uma situação de iminente calamidade pública;

Havendo necessidade de se criar condições para a continuidade dos serviços no Ministério das Finanças, sem pôr em risco a preservação da saúde dos trabalhadores, nos termos do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que define as Medidas de Excepção e Temporárias para a Prevenção e o Controlo da Propagação da Pandemia do COVID-19;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e do artigo 45.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, bem como da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Plano de Contingência do Ministério das Finanças para fazer face à pandemia do Coronavírus (COVID-19), aplicável aos Serviços Centrais, Delegações Provinciais e Órgãos Superintendidos do Ministério das Finanças.

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

As medidas de contingência têm os seguintes objectivos:

- a) Sensibilizar os funcionários para as consequências de uma propagação da Pandemia em Angola;
- b) Dotar os funcionários de conhecimentos e competências que lhes permitam lidar com um cenário de infecção;
- c) Definir procedimentos e responsáveis que assegurem o funcionamento das funções essenciais do Ministério;
- d) Desenvolver mecanismos de resposta a uma eventual situação de propagação do vírus na Instituição.

ARTIGO 3.º
(Serviços essenciais)

1. O Ministério das Finanças deve, nos termos do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, manter o pleno exercício das suas funções, assegurando, para o efeito, os seguintes serviços essenciais:

- a) Direcção Nacional do Tesouro (DNT);
- b) Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE);
- c) Direcção Nacional de Investimento Público (DNIP);
- d) Gabinete de Estudos e Estatísticas (GEE);
- e) Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD);
- f) Grupo Técnico de Apoio ao Credor do Estado (GTACE);
- g) Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP);
- h) Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas (SETIC-FP);
- i) Administração Geral Tributária (AGT).

2. Nos serviços referidos no número anterior, as funções são asseguradas pelos titulares de cargos de direcção e chefia e, pelo menos, 1/3 do pessoal técnico em regime presencial, podendo ser adoptados mecanismos para assegurar a rotatividade do pessoal técnico.

3. Sem prejuízo do referido do n.º 1, os titulares de cargos de direcção e chefia dos demais serviços centrais, locais e órgãos superintendidos devem manter o pleno exercício das suas funções e assegurar que o pessoal técnico desenvolva as suas actividades laborais através do trabalho em domicílio.

ARTIGO 4.º
(Interacção com utentes externos)

1. Na interacção com os utentes, os serviços do Ministério das Finanças devem privilegiar a utilização de meios informáticos como *e-mail*, telefone, videoconferências e outros disponíveis, devendo o contacto físico ser utilizado como último recurso, mediante prévia marcação e salvaguardadas todas as medidas de higiene e segurança.

2. A Secretária Geral deve assegurar as condições essenciais de protecção individual dos funcionários em matéria de higiene e biossegurança, designadamente, pela disponibilização de equipamentos de protecção individual para os funcionários que interagem com os utentes externos.

ARTIGO 5.º
(Divulgação do Plano de Contingência)

O Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa deve proceder à divulgação do Plano de Contingência, aprovado no presente Diploma, junto dos Serviços Centrais, Delegações Provinciais e Órgãos Superintendidos do Ministério das Finanças, bem como disponibilizar para o público e utentes os meios informáticos referidos no n.º 1 do artigo 4.º, através dos quais estes poderão contactar os diversos serviços do Ministério.

ARTIGO 6.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Despacho são resolvidas pela Ministra das Finanças.

ARTIGO 7.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação e permanece vigente, enquanto durarem as medidas decorrentes do Estado de Emergência, declarado pelo Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, e as medidas de prevenção à propagação do COVID-19.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

Publique-se.

A Ministra, *Vera Daves de Sousa*.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Decreto Executivo n.º 129/20
de 1 de Abril

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como pandemia mundial, elevando a situação para calamidade pública mundial e as recomendações constantes no Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial da Saúde, que impõe um conjunto de procedimentos a observar para efeitos de mitigação dos riscos de contaminação e para a não disseminação da pandemia às populações;

Tendo em conta que, com o fundamento no facto de que a República de Angola atravessa no presente momento uma situação de iminente calamidade pública, por Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, foi declarado o Estado de Emergência, em todo o território nacional, com a duração de 15 dias, iniciando-se às 00h00 do dia 27 de Março de 2020 e cessando às 23h59 minutos do dia 11 de Abril de 2020, podendo ser prorrogado nos termos da lei;

Decreto Executivo n.º 124/20, de 30 de março

Suspende todas as actividades lectivas em todas as Instituições de Ensino

2326

DIÁRIO DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 124/20 de 30 de Março

Havendo necessidade de se assegurar a implementação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, urge a adopção de medidas adicionais que visem evitar a eventual propagação da Pandemia COVID-19 no seio das Instituições de Ensino, nos Subsistemas de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Ensino Secundário Técnico-Profissional, Ensino Secundário Pedagógico e da Educação de Adultos.

Considerando que o desenvolvimento das actividades lectivas destas Instituições de Ensino envolve um número significativo de alunos, superior ao aglomerado de mais de 200 (duzentas) pessoas, previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os pontos 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Suspensão da actividade lectiva)

São suspensas todas as actividades lectivas em todas as Instituições de Ensino, nos Subsistemas de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Ensino Secundário Técnico-Profissional, Ensino Secundário Pedagógico e da Educação de Adultos, públicas, privadas e público-privadas, a partir de 24 de Março, por um período de 15 (quinze) dias, automaticamente prorrogável por igual período de tempo, se não houver disposição em contrário, em função do comportamento global da Pandemia COVID-19.

ARTIGO 2.º (Atribuição de tarefas)

Durante o período de suspensão das actividades lectivas, os professores devem atribuir e orientar a realização de tarefas para casa.

ARTIGO 3.º (Fiscalização)

Os Gabinetes/Secretarias Provinciais e as Direcções Municipais da Educação devem assegurar o cumprimento escrupuloso desta orientação.

ARTIGO 4.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Titular do Ministério da Educação.

ARTIGO 5.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Março de 2020.

A Ministra, *Luísa Maria Alves Grilo*.

Decreto Executivo n.º 125/20 de 30 de Março

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação;

Considerando a suspensão das aulas nos Subsistemas de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Secundário Técnico-Profissional, Pedagógico e de Educação de Adultos;

Convindo adoptar medidas alternativas que permitam a manutenção do contacto do aluno com o conteúdo de ensino, a manutenção dos serviços mínimos administrativos e a capacitação, em serviço, dos professores;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

São aprovadas as recomendações para o funcionamento das escolas no período de suspensão das aulas, anexas ao presente Decreto Executivo e dele sendo parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra da Educação.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Março de 2020.

A Ministra, *Luísa Maria Alves Grilo*.

RECOMENDAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS NO PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS

1. Recomendações para os professores:

Orientar o estudo autónomo e independente dos alunos da sua classe/disciplina:

- Cópias;
- Leitura e elaboração de resumos de contos, lendas, fábulas e outros géneros literários;
- Trabalho de pesquisa de adivinhas, anedotas e provérbios, a partir de fontes orais (pais, avós, autoridades tradicionais, entre outras);
- Estudo do alfabeto;
- Exercícios;
- Desenho livre/orientado;
- Redacções/composições;

- h)* Exercícios (disciplinas práticas ou teórico-práticas).

Participar nas acções de formação que serão organizadas pelas escolas, neste período específico;

Elaborar uma caracterização de cada um dos alunos, relativamente ao domínio da Língua Portuguesa (como é que o aluno lê, como escreve, se domina as 40 palavras chave — substantivos, adjectivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções... etc.);

Elaborar uma caracterização de cada um dos alunos, relativamente ao domínio da Matemática (operações matemáticas básicas, selecção das operações em função das incógnitas dos problemas, solução de equações/inequações, m.m.c., m.d.c., entre outros);

Elaborar uma caracterização de outras disciplinas, em função da condição dos alunos, de modo a não deixarmos ninguém atrás;

Estar disponível para atender os pais e encarregados de educação.

2. Recomendações para os alunos:

- a)* Proceder à leitura das obras, de acordo com as orientações baixadas pelos professores;
- b)* Efectuar as cópias das lições recomendadas;
- c)* Efectuar os exercícios programados pelos professores;
- d)* Efectuar as composições e/ou redacções sobre os temas recomendados.

Sugestões de temas para as composições/Redacções:

1. Cuidados a ter com a Pandemia do Coronavírus;
2. Terra: nossa casa comum;

3. A Higiene corporal e a sua importância para a saúde;

4. Os meios de transporte e a sua importância.

3. Recomendações para os pais e encarregados de educação:

- a)* Considerar como se os filhos estivessem em período de aulas;
- b)* Determinar os horários dentro dos quais os filhos devem realizar as tarefas encomendadas e recomendadas pelos professores, e os horários para o repouso dos mesmos;
- c)* Verificar se as tarefas estão a ser, efectivamente, realizadas;
- d)* Sempre que possível, manter contacto com os professores para as devidas orientações.

4. Recomendações para os funcionários administrativos:

- a)* Organizar os processos individuais dos alunos e professores;
- b)* Assegurar que o atendimento aos utentes seja feito em grupos de não mais de 5 pessoas, dependendo do espaço em causa;
- c)* Fazer o levantamento/actualização da condição física dos móveis das escolas;
- d)* Preparar condições para a elaboração, quando chegue a altura, dos quadros de honra dos melhores alunos;
- e)* Manter a higiene e a conservação das escolas.

A Ministra, *Luisa Maria Alves Grilo*.

Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de março

Declara o Estado de Emergência, em todo o território nacional, com a duração de 15 dias, iniciando-se às 0h:00 do dia 27 de Março de 2020 e cessando às 23h:59 do dia 11 de Abril

ARTIGO 10.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 11.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 81/20 de 25 de Março

Tendo em conta que no passado dia 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde considerou emergência de saúde pública causada pela doença COVID-19 como uma pandemia, chamando a atenção para a possibilidade de que a mesma se converta numa calamidade pública para todos os países do mundo;

Considerando que tem sido rápida a expansão da mesma por todo o mundo, tendo Angola registado os primeiros casos positivos de coronavírus no dia 21 de Março de 2020;

Havendo necessidade de se tomarem inadiáveis providências adicionais, no quadro das recomendações da Organização Mundial da Saúde e à semelhança das boas práticas de prevenção e combate à expansão do COVID-19, adoptadas em quase todo o mundo, no âmbito das quais têm sido tomadas medidas de severa restrição dos direitos e liberdades, em especial no que concerne aos direitos de circulação e às liberdades económicas, com a finalidade de se prevenir e conter a transmissão do vírus, principalmente através da circulação comunitária;

Tornando-se necessário, à semelhança do que está a ocorrer em todo o mundo, reforçar as medidas já tomadas pelo Presidente da República de Angola, através do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, implementarem-se providências adicionais que, por interferirem parcialmente no normal exercício pelos cidadãos dos seus direitos, liberdades e garantias, exigem o devido respaldo constitucional;

Em estrita observância da Constituição da República de Angola e da lei, o Presidente da República entende ser incontornável a declaração do Estado de Emergência, na sequência do qual devem ser adoptadas, na dimensão do absolutamente necessário, as medidas que se julgarem pertinentes, cujos efeitos devem cessar tão logo esteja reposta a normalidade e sejam irreversivelmente afastadas as razões de facto e de direito, que na presente conjuntura justificam a sua imposição, reforçando-se, deste modo, a segurança e a certeza jurídicas para todos os cidadãos, bem como a solidariedade institucional que o difícil momento que o País atravessa exige de todos nós;

Sobre a necessidade urgente e a oportunidade deste Decreto Presidencial foi ouvida a Assembleia Nacional, nos termos da Constituição da República de Angola;

O Presidente da República decreta, nos termos das disposições combinadas dos artigos 57.º e 58.º, da alínea p) do artigo 119.º, do n.º 3 do artigo 125.º, da alínea h) do artigo 161.º e do artigo 204.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Declaração do Estado de Emergência)

1. É declarado o Estado de Emergência, com fundamento no facto de que a República de Angola atravessa no presente momento uma situação de iminente calamidade pública.

2. A declaração de Estado de Emergência deve ser observada em todo o território nacional.

3. O Estado de Emergência tem a duração de 15 (quinze) dias, iniciando-se às 0h:00 (zero) horas do dia 27 de Março de 2020 e cessando às 23h:59 (vinte e três e cinquenta e nove) horas e minutos do dia 11 de Abril de 2020, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

ARTIGO 2.º (Suspensão parcial de direitos)

Na sequência da implementação do Estado de Emergência é parcialmente suspenso, pelo período previsto no presente Diploma, o exercício dos seguintes direitos:

1. Direito de residência, circulação e migração para qualquer parte do território nacional:

As autoridades públicas competentes podem estabelecer as restrições que julgarem necessárias para se reduzir o risco de contágio por circulação comunitária e implementar as medidas de prevenção e combate à pandemia, o que pode incluir o confinamento compulsivo da pessoa visada em domicílio próprio ou em estabelecimento de saúde indicado pelas autoridades públicas, a instituição de cercas sanitárias, bem como e na medida do que se revelar estritamente necessário e proporcional ao perigo a enfrentar, a interdição das deslocações e da permanência na via pública, que não sejam justificadas por razões ponderáveis, como o exercício de actividades profissionais, a obtenção de assistência médica e medicamentosa, a assistência a terceiros, o abastecimento de bens e a contratação de serviços imprescindíveis e por outras razões conjunturalmente atendíveis, cabendo ao Governo especificar em que situações e com que finalidade a liberdade de circulação, preferencialmente desacompanhada, deve manter-se.

2. Direito de circulação internacional:

Podem ser estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, respeitando os acordos regionais e internacionais sobre a matéria, determinados controlos fronteiriços de pessoas e bens nos postos onde se julgar imprescindível para a eficácia do presente Diploma legal, incluindo controlos sanitários nos portos e nos aeroportos, com a

finalidade de se impedir a entrada no território nacional ou de se condicionar tal entrada à observância das condições necessárias para se reduzir significativamente o risco de propagação da pandemia, assim como a sobrecarga dos recursos afectos ao seu combate, nomeadamente através do confinamento compulsivo de pessoas.

3. Direitos de propriedade e de iniciativa económica privada:

Podem ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis e imóveis, de unidades de prestação de cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais e industriais, de empresas e outras unidades produtivas e de prestação de serviços, bem como pode ser determinada a obrigatoriedade de abertura e funcionamento, o encerramento ou a modificação da actividade, da quantidade e do preço dos bens produzidos e dos serviços prestados por determinadas empresas, estabelecimentos e meios de produção.

4. Direitos gerais dos trabalhadores:

Podem ser determinados pelas autoridades públicas competentes, que quaisquer trabalhadores de entidades públicas ou privadas, independentemente do seu vínculo laboral ou contratual, se apresentem no serviço e, caso seja necessário, passem a desempenhar funções em lugar diferente, em entidade distinta e em condições e horários de trabalho específicos e diferentes daqueles que correspondam ao vínculo existente, nomeadamente no caso de trabalhadores dos sectores da saúde, da protecção civil, da segurança e da defesa, bem como de outras actividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e ao combate à propagação da pandemia, à produção, à distribuição e ao abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de sectores vitais da economia, à operacionalidade das redes e das infra-estruturas críticas e à indispensável manutenção da ordem pública e do Estado Democrático e de Direito.

5. Direito à greve:

Fica suspenso o recurso ao direito à greve em tudo quanto o exercício do mesmo possa comprometer o funcionamento de infra-estruturas críticas ou de unidades de prestação de cuidados de saúde, bem como em sectores económicos vitais para a produção, o abastecimento e o fornecimento de bens e serviços essenciais à população.

6. Direito de reunião e de manifestação:

Podem ser estabelecidas pelas autoridades públicas competentes, com base nas indicações e recomendações do Departamento Ministerial encarregue da Saúde Pública, as restrições que se julgarem pertinentes e eficazes para se reduzir

o risco de contágio e se implementar as medidas de prevenção e combate à pandemia, incluindo a limitação ou a proibição da realização de reuniões e de manifestações, de comícios, de assembleias, de conferências, de congressos que impliquem uma aglomeração superior a 50 (cinquenta) pessoas.

7. Direito de liberdade de culto, na sua dimensão colectiva:

Podem ser estabelecidas pelas autoridades públicas competentes as restrições que forem julgadas pertinentes e eficazes para se reduzir o risco de contágio e se implementar as medidas de prevenção e combate à pandemia, incluindo a limitação ou a proibição da realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto ou culturais como funerais, casamentos, baptizados, comemorações de aniversário, actos de iniciação, romarias, peregrinações, procissões, assembleias, graduações, que impliquem uma aglomeração superior a 50 (cinquenta) pessoas.

ARTIGO 3.º

(Excepções à suspensão parcial de direitos)

1. Os efeitos da presente Declaração de Estado de Emergência não são extensivos, em caso algum, aos direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, à não retroactividade da lei criminal, à defesa dos arguidos, à liberdade de consciência e de religião e à liberdade de expressão e de informação.

2. Em nenhuma circunstância é permitido que seja posto em causa o princípio da unidade e da integridade do Estado Angolano.

ARTIGO 4.º

(Regulamentação)

O presente Decreto Presidencial é regulamentado através de diploma próprio, estabelecendo as regras de carácter obrigatório a observar em todos os sectores da vida nacional afectados pelas suas normas e os procedimentos específicos aplicáveis à execução das disposições constantes do mesmo.

ARTIGO 5.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor as 0h:00 (zero) horas do dia 27 de Março do corrente ano.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 45/20, de 18 de março

Suspensão das deslocações, em missão de serviço, ao exterior do País dos membros da função Executiva da Administração Central e Local do Estado

2204

DIÁRIO DA REPÚBLICA

7. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 45/20 de 18 de Março

Considerando que foi declarada como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde a infecção causada pelo vírus COVID-19, por se assistir a uma alta taxa de mortalidade e pelo seu impacto social e económico negativo em todo mundo;

Havendo a necessidade de adopção de medidas de contingência para se evitar a importação de casos e salvaguardar a saúde da população em geral;

O Presidente da República determina nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. São suspensas as deslocações, em missão de serviço, ao exterior do País dos membros da função Executiva da Administração Central e Local do Estado.

2. O Presidente da República autorizará excepcionalmente a saída dos Membros da Função Executiva referidos no número anterior, quando os interesses do Estado assim o justificarem.

3. As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação ou aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

4. O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho n.º 6/20 de 18 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do n.ºs 1 e 4 do artigo 131.º e do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da alínea k) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 323/17, de 12 de Dezembro, conjugado com os Decretos Presidenciais n.ºs 102/11 e 104/11, ambos de 23 de Maio e com o Despacho Presidencial n.º 314/16, de 22 de Novembro, determino:

1. Manuel Silvestre José Adão, Agente n.º 00431007, provido para a categoria de Motorista de Pesados Principal.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Março de 2020.

O Vice-Presidente da República, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/20, de 18 de março

Suspensão de todos os voos a partir de 20 de Março de 2020 por 15 dias



Quarta-feira, 18 de Março de 2020

I Série – N.º 31

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 170,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Presidente da República

Carta de Aprovação n.º 1/20:

Aprova o acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Portuguesa sobre Promoção Recíproca de Investimentos.

Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20:

Suspende todos os voos comerciais e privados de passageiros de Angola para o exterior e vice-versa, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19, interdita a circulação de pessoas nas fronteiras terrestres, a atracagem e o desembarque de navios de passageiros e respectivas tripulações, provenientes do exterior do País, em todos os portos nacionais, por 15 dias, a partir das 0:00 horas do dia 20 de Março de 2020.

Despacho Presidencial n.º 43/20:

Aprova o acordo de financiamento denominado Fase I do Programa de Eficiência e Expansão do Sector da Energia (PEESE), entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no valor global de USD 530 000 000,00, no âmbito da materialização do Programa «Reforçar o Sistema de Transmissão e Distribuição de Electricidade em Angola».

Despacho Presidencial n.º 44/20:

Autoriza a Ministra das Finanças a emitir Títulos de Dívida Soberana nos mercados internacionais sob a forma de *Eurobonds* até ao montante de USD 3 000 000 000,00, e aprova o Acordo de Financiamento Ponte, no valor de USD 500 000 000,00, a celebrar entre a República de Angola e uma das instituições que participa na emissão de *Eurobonds*.

Despacho Presidencial n.º 45/20:

Suspende as deslocações em missão de serviço ao exterior do País dos membros da função Executiva da Administração Central e Local do Estado.

Vice-Presidente da República

Despacho n.º 6/20:

Provê Manuel Silvestre João Adão para a categoria de Motorista de Pesados Principal.

Carta de Aprovação n.º 1/20 de 18 de Março

Eu, João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola;

Faço saber que:

Tendo sido rubricado o Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Portuguesa sobre Promoção Recíproca de Investimentos;

Dando cumprimento às formalidades legais necessárias para a sua Aprovação;

Nos termos da alínea c) do artigo 121.º da Constituição da República de Angola e das disposições combinadas do artigo n.º 5 e do n.º 1 do artigo 17.º, ambos da Lei n.º 4/11, de 14 de Janeiro;

Dou-o por firme e válido e garanto que será rigorosamente observado.

Em testemunho de que, mando passar a presente Carta, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco da República de Angola.

Feita em Luanda, aos 12 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20 de 18 de Março

Considerando que foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde a infecção causada pelo vírus COVID-19, por se assistir a uma alta taxa de mortalidade e pelo seu impacto social e económico negativo em todo o mundo;

Tornando-se necessário tomar medidas urgentes em defesa do interesse público, com vista a se reforçarem as providências já tomadas para se evitar a importação de casos e salvaguardar a vida e a saúde da população em geral;

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 125.º e do artigo 126.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Circulação fronteiriça)

1. São suspensos a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de Março de 2020 todos os voos comerciais e privados de passageiros de Angola para o exterior e vice-versa por 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19.

2. O disposto no número anterior não abrange os voos de carga, nem aqueles que sejam indispensáveis por razões humanitárias ou que estejam ao serviço da execução da política externa de Angola.

3. É interdita a circulação de pessoas nas fronteiras terrestres a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de Março de 2020, por 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19.

4. É interdita a atracagem e o desembarque de navios de passageiros e respectivas tripulações, provenientes do exterior do País, em todos os portos nacionais a partir das 0:00 (zero) horas do dia 20 de Março de 2020, por 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período de tempo, em função do comportamento global da pandemia do COVID-19.

5. A medida constante no número anterior não é aplicável à atracagem e ao desembarque de navios de carga.

6. Apenas é permitido o desembarque das tripulações dos navios de carga referenciados no número anterior, em caso de necessidade de assistência por razões médicas e humanitárias, observando-se em todo o caso o protocolo de prevenção estabelecido para o combate à pandemia do COVID-19.

ARTIGO 2.º
(Aglomerações sociais)

1. É proibida a realização de eventos públicos como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas, privadas e de qualquer outra índole, com a aglomeração de mais de 200 (duzentas) pessoas.

2. Todos os estabelecimentos públicos e privados, incluindo centros comerciais, mercados, restaurantes, bares, lanchonetes, estações ferroviárias e rodoviárias, portos, aeroportos, locais de culto, escritórios, escolas e outros locais de congregação que se mantiverem abertos ao público devem criar as condições adequadas e acessíveis para a higiene das mãos, com sabão e água corrente, ou desinfectante à base de álcool.

3. É recomendada a todos cidadãos a observância de restrição no contacto pessoal próximo, como apertos de mão e abraços, principalmente em ambientes congregacionais, como escolas, escritórios, locais de culto e outros.

4. É recomendada a todos os cidadãos a observância permanente de medidas de higiene que evitem o contágio, a participação em reuniões não necessárias, bem como a realização de viagens ao interior e exterior do País que não sejam essenciais.

5. É especialmente recomendada a observância de rigorosas normas de higiene, nos termos das recomendações do Ministério da Saúde, nos meios de transporte colectivo de passageiros, como autocarros, táxis, comboios, aviões e navios.

ARTIGO 3.º
(Quarentena)

1. Todos os passageiros que desembarcarem nos aeroportos nacionais até as 0:00 (zero) horas do dia 20 de Março de 2020 devem preencher no momento do desembarque o formulário para o controlo sanitário obrigatório, entregue pelas autoridades competentes, e ficar em casa por um período mínimo de 14 (catorze) dias, cumprindo as orientações dadas para o efeito pelo Ministério da Saúde.

2. É proibida a visita aos cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior durante o período de tempo em que estiverem em quarentena.

3. As administrações e direcções das instituições da Administração Central e Local do Estado, bem como as entidades patronais das empresas públicas e privadas, devem considerar como justificada a ausência ao trabalho dos cidadãos, que resulte da observância do período de quarentena, nos termos do disposto no presente Diploma.

ARTIGO 4.º
(Implementação)

1. Os órgãos competentes do Estado afectos aos Ministérios da Saúde, do Interior, da Defesa Nacional e dos Transportes devem, de modo articulado, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto no presente Diploma.

2. Os órgãos mencionados no número anterior podem recorrer a colaboração especializada das entidades públicas e privadas que julgarem necessárias, em função da natureza das tarefas a executar para a implementação do disposto no presente Diploma.

3. É delegada competência regulamentar a cada um dos Titulares dos Departamentos Ministeriais em função da matéria, relativamente à necessidade de se tomarem eventuais medidas adicionais que reforcem o controlo sanitário, migratório e de ordem pública, exigidos no âmbito da prevenção e contenção da expansão da pandemia COVID-19.

ARTIGO 5.º
(Recursos financeiros extraordinários)

A Ministra das Finanças deve assegurar recursos financeiros extraordinários que se destinem especificamente a custear as tarefas relacionadas com a aquisição dos meios

necessários para a preparação das equipas, prestação de assistência e a realização de acções de vigilância epidemiológica, visando prevenir e conter a expansão da pandemia COVID-19.

ARTIGO 6.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 7.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Legislativo Presidencial Provisório entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 43/20
de 18 de Março

Considerando os esforços do Executivo na manutenção da estabilidade macroeconómica e no lançamento das bases para reforçar o sistema de transmissão e distribuição de electricidade em Angola;

Havendo necessidade de se substituir as actuais e dispendiosas centrais térmicas, baixando assim o correspondente custo de produção de electricidade, bem como melhorar a respectiva sustentabilidade financeira da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), reduzindo as perdas não técnicas e reduzindo a dependência de subsídios do Estado, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 164/18, de 12 de Julho, que aprova o Regulamento da Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, o seguinte:

1. É aprovado o Acordo de Financiamento denominado Fase I do Programa de Eficiência e Expansão do Sector da Energia (PEESE I), entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no valor global de USD 530 000 000,00 (quinhentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito da materialização do Programa «Reforçar o Sistema de Transmissão e Distribuição de Electricidade em Angola».

2. A Ministra das Finanças é autorizada, com poderes de subdelegar, a proceder à assinatura do referido Acordo de Financiamento e toda a documentação relacionada com o mesmo, em nome e em representação da República de Angola;

3. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Março de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 44/20
de 18 de Março

Considerando que o Despacho Presidencial n.º 165/19, de 1 de Outubro, aprova o Programa Global de Médio Prazo para a emissão de *Eurobonds*;

Havendo necessidade de se recorrer a financiamento externo para a cobertura dos encargos orçamentais no exercício económico de 2020;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. É autorizada a Ministra das Finanças, no âmbito do Programa Global de Médio Prazo para a Emissão de Títulos de Dívida Soberana, a emitir títulos de dívida soberana nos mercados internacionais sob a forma de *Eurobonds*, até ao montante de USD 3 000 000 000,00 (três mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outras moedas, em uma ou mais séries.

2. É autorizada a Ministra das Finanças a aprovar e assinar a Carta-Mandato, em representação da República de Angola e conferir poderes às instituições financeiras que participam na presente emissão de *Eurobonds*, bem como aprovar e assinar toda a documentação relacionada com a referida emissão, com a faculdade de subdelegar.

3. É aprovado o Acordo de Financiamento Ponte, no valor de USD 500 000 000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a celebrar entre a República de Angola e uma das instituições financeiras que participa na emissão de *Eurobonds*.

4. É autorizada a Ministra das Finanças a assinar o Acordo referido no ponto anterior, assim como toda a documentação a ela relacionado, em nome e representação da República de Angola, com a faculdade de subdelegar.

5. O montante do financiamento objecto do Acordo de Financiamento Ponte, ora aprovado, deve ser reembolsado com os recursos a serem captados com a emissão de *Eurobonds* durante o exercício económico de 2020.

6. As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

Decreto Executivo 163/20, de 30 de Abril

Reabertura de todos os serviços do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

2860

DIÁRIO DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Decreto Executivo n.º 163/20 de 30 de Abril

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril, prorroga o Estado de Emergência por mais um período de 15 dias, determinando a reabertura dos serviços públicos em geral, que devem funcionar com o seu efectivo presencial, sem exceder os 50% da força de trabalho e em regime de rotatividade;

Tendo em conta o facto de alguns Serviços da Justiça exigirem, dada a sua elevada interacção com o público, a adopção e implementação de medidas de biossegurança específicas para a prevenção e contenção da propagação do vírus da COVID-19;

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril, determina o seguinte:

ARTIGO 1.º (Reabertura dos serviços)

1. São reabertos todos os serviços do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, nos termos e condições fixados no Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser elaboradas escalas de serviço, excluindo-se os funcionários em situação de risco, as gestantes e as mulheres com crianças menores de 12 anos ao seu cuidado.

ARTIGO 2.º (Restrições)

1. A emissão do bilhete de identidade fica limitada às primeiras e segundas vias, excluindo-se as renovações, excepto quando estas últimas tenham por finalidade a emissão do certificado de registo criminal.

2. As presenças, nas cerimónias de celebração de casamento, devem limitar-se, para além do Conservador do Registo Civil, aos cônjuges, testemunhas (padrinhos) e pais dos cônjuges.

3. Mantém-se a suspensão da celebração de casamentos fora das Conservatórias do Registo Civil.

ARTIGO 3.º (Meios de biossegurança)

1. A abertura dos serviços referidos no artigo primeiro deve ser acompanhada do asseguramento de meios de biossegurança compatíveis.

2. Os meios de biossegurança devem ser assegurados pelos serviços, a partir do fundo de mancio atribuído pelo Cofre Geral de Justiça, e pela Secretaria Geral, para o Órgão Central.

ARTIGO 4.º (Medidas de biossegurança)

Em cada serviço em funcionamento, devem ser criadas as condições para a observância do distanciamento social obrigatório e das medidas de biossegurança, a nível dos funcionários e do público.

ARTIGO 5.º (Apresentação de documentos)

Em cada serviço, devem ser emitidas as credenciais e as escalas de serviço dos funcionários, para efeitos de apresentação às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 6.º (Agendamento)

Devem ser criadas, em todos os serviços, condições para o agendamento dos atendimentos, disponibilizando os terminais de contacto, para o efeito.

ARTIGO 7.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que o presente Diploma suscitar são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 8.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Abril de 2020.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

Decreto Executivo 160/20, de 27 de Abril

Definição das medidas concretas de excepção a vigorar durante a prorrogação do Estado de Emergência relativamente ao Sector dos Transportes e revogação do Decreto Executivo n.º 129/20, de 1 de Abril.

c) Contrato de empreitada de Construção do Edifício dos Serviços Sociais e do Edifício da Reitoria do Campus Universitário de Cabinda da Universidade 11 de Novembro no valor em kwanzas equivalente a USD 20 083 592,18 (vinte milhões, oitenta e três mil, quinhentos e noventa e dois dólares norte-americanos e dezoito cêntimos);

d) Contrato de Fiscalização da Empreitada de Construção do Edifício dos Serviços Sociais e do Edifício da Reitoria do Campus Universitário de Cabinda da Universidade 11 de Novembro, no valor de Kz: 602 508 000,00 (seiscentos e dois milhões, quinhentos e oito mil kwanzas).

2.º — É autorizado o Ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, com a faculdade de subdelegar, a prática dos actos decisórios e de aprovação tutelar, incluindo a celebração dos correspondentes Contratos de Empreitada e de Fiscalização.

3.º — A Ministra das Finanças deve assegurar a disponibilização de recursos financeiros necessários à execução dos referidos Contratos.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Decreto Executivo n.º 160/20 de 27 de Abril

Considerando que por Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril, foi prorrogado o Estado de Emergência até ao dia 10 de Maio de 2020;

Havendo necessidade de se proceder à regulamentação das medidas aplicáveis ao Sector dos Transportes, com ajustamento das medidas estabelecidas no Decreto Executivo n.º 129/20, de 1 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo n.º 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, o Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, o Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, o Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, bem como o Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril, determino o seguinte:

PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS DE EXCEÇÃO E TEMPORÁRIAS DO SECTOR DOS TRANSPORTES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLO DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma define as medidas concretas de excepção a vigorar durante a prorrogação do Estado de Emergência, relativamente ao Sector dos Transportes.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente Diploma aplica-se a todo o território nacional.

ARTIGO 3.º (Transporte aéreo)

1. É autorizado o transporte aéreo de passageiros nos voos domésticos, comerciais ou particulares, em todo o território nacional, com excepção da Província de Luanda.

2. Nos termos do número anterior, as aeronaves das companhias aéreas que tenham base operacional na Província de Luanda apenas podem descolar com a tripulação e sem passageiros, aplicando-se a mesma regra no retorno à Província de Luanda.

3. São autorizados os serviços de transporte aéreo:

- a) De mercadorias e carga, nos voos domésticos, regionais e internacionais;
- b) De passageiros de carácter humanitário, de emergência ou oficial, nos voos domésticos, regionais e internacionais.

4. Exceptua-se da parte final do n.º 1 o transporte de passageiros de apoio às actividades petrolífera e mineira.

ARTIGO 4.º (Transporte marítimo e portuário)

1. São permitidos:

- a) Os serviços de transporte de mercadoria e carga marítima, operações de carga e descarga em todos os portos nacionais;
- b) A movimentação de mercadorias e o recondicionamento de cargas que, por razões de segurança, se tome necessário efectuar em navios arribados;
- c) As intervenções de carácter operacional, cuja efectivação seja adequada e indispensável em caso de incêndio, abaloamento, água aberta e encalhe de navios;
- d) Os serviços de transporte marítimo para a indústria petrolífera;
- e) Todos os actos materiais indispensáveis para a efectivação das operações referidas nas alíneas anteriores, particularmente a peagem e a despeagem de carga e a baldeação e em especial, a actividade das portarias dos terminais portuários.

2. É proibido o transporte de passageiros de e para qualquer porto nacional, bem como os desportos náuticos e a navegação em barcos de recreio.

3. Excepção deve ser observada, a trabalhadores do sector petrolífero destacados em sondas ou FPSO's no *offshore* nacional.

4. As empresas que integram o subsector marítimo e portuário, dada a natureza das suas actividades, devem coordenar a implementação das medidas ora definidas com o Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA).

5. As empresas que integram o subsector marítimo e portuário, bem como as do subsector dos transportes e logística estão autorizadas a manter o quadro de pessoal mínimo essencial, para a manutenção das suas actividades, permitindo a sua circulação entre a residência e o local de trabalho, sendo de qualquer modo garantidas por estas empresas as condições de laboração em segurança nos locais de trabalho, nomeadamente no respeitante à limpeza, higienização dos locais e meios de transporte.

ARTIGO 5.º (Transporte ferroviário)

1. São permitidos os serviços de transporte ferroviário em todas as linhas interprovinciais operadas pelas empresas de caminho-de-ferro de Luanda, Benguela e de Moçâmedes (CFL, CFB e CFM), para efeitos de transporte de carga ou actividade económica conexa.

2. As empresas devem assegurar o respeito pelas regras de distanciamento social e as normas de higienização e desinfecção de carruagens e estações ferroviárias.

3. Os procedimentos de limpeza e biossegurança previstos no n.º 9 do artigo 7.º devem ser aplicados nos transportes ferroviários.

ARTIGO 6.º (Transporte de rodoviário de passageiros)

1. Fica autorizada a circulação interprovincial de viaturas de transporte colectivo de passageiros no território nacional, desde que para o exercício de actividades de carácter económico.

2. É interdito o transporte interprovincial de passageiros de entrada e saída à Província de Luanda.

3. O transporte de passageiros, previsto nos números anteriores, é limitado a um máximo de 50% da capacidade do veículo.

4. Na Província de Luanda fica autorizada a circulação do serviço de transportes colectivo de trabalhadores, em regime de aluguer, contrato ou veículos próprios, por parte de entidades empresariais públicas ou privadas, respeitando as limitações definidas nas alíneas anteriores.

5. Os operadores dos serviços de transportes de passageiros são obrigados a realizar a limpeza diária dos veículos de transporte, com uso de água com lixívia ou outro produto indicado pelas autoridades, com incidência nas superfícies mais tocadas, tais como corrimão das portas, as pegas do interior, partes superiores dos assentos, vidros laterais, o volante e outros pontos habituais de apoio, bem como aspergir o piso.

6. Os operadores de serviços de transportes de passageiros devem criar condições para disponibilizarem a solução antisséptica de base alcoólica (álcool-gel ou equiparado) nos terminais rodoviários e em outros locais de embarque de passageiros.

7. Os motoristas, cobradores ou expedidores nas paragens, terminais rodoviários, ou em outros pontos de recolha os passageiros, devem assegurar que sejam organizadas filas para acesso aos transportes públicos, com a distância mínima de um (1) metro entre os passageiros, dentro e fora das instalações, e evitar aglomerados com mais de cinquenta (50) pessoas.

ARTIGO 7.º (Transporte rodoviário de mercadorias)

1. É permitida a circulação de transportes de mercadorias em todo o território nacional tais como as abaixo discriminadas:

- a) Produtos e bens alimentares da cesta básica;
- b) Medicamentos, utensílios e equipamentos de saúde;
- c) Combustível gás e lubrificantes;
- d) Produtos agrícolas;
- e) Produtos alimentares e bebidas;
- f) Produtos de papel, cartão, vidro e plástico;
- g) Produtos das indústrias que trabalham com ciclos de produção contínua, nomeadamente as que utilizam fornos com altas temperaturas no seu processo produtivo, tais como o cimento, aço, vidro;
- h) matérias-primas para indústria nacional;
- i) Todas as mercadorias introduzidas em regime de importação (marítimo, aéreo, terrestre ou ferroviário);
- j) As mercadorias descarregadas, em trânsito, em portos nacionais e destinadas a países vizinhos, desde que cumpram todas as regras documentais e aduaneiras exigíveis;
- k) E outras mercadorias ou bens a determinar pelas entidades competentes do Estado.

2. Também poderão ser transportados materiais de construção, quando autorizados pelos departamentos ministeriais ou governos provinciais que superintendam obras no domínio do PIP-Programa do Investimento Público ou do PIIM-Programa de Investimento Integrado Municipal.

3. É permitida a entrada de veículos de transporte de mercadorias nos postos fronteiriços, devendo ser cumpridas as regras de prevenção que forem orientadas pelas equipas de controlo sanitário colocadas nas fronteiras terrestres.

4. Estão vedadas as saídas, do território nacional, de mercadorias, consideradas como bens essenciais, nos termos definidos no n.º 4 do artigo do Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril.

5. Todos os transportes interprovinciais de bens essenciais nos termos do Decreto Presidencial referido no número anterior, têm obrigatoriamente de ser acompanhados de Documentos de Transporte, a seguir discriminados:

- a) Factura ou facturas;
- b) Guia de Transporte.

5. As empresas privadas que operam no Sector dos Transportes devem observar as regras e o cumprimento do estipulado no presente Diploma.

6. As entidades reguladoras do Sector dos Transportes e logística devem continuar a manter a vigilância sobre os preços dos títulos de transportes e fretes, cobrados pelos operadores, prevenindo a especulação e eventuais abusos na prestação dos seus serviços, coordenando com as autoridades da concorrência e inspecção das actividades económicas, no âmbito das sanções previstas nas disposições legais e regulamentares em vigor.

7. Para o efeito do disposto no presente artigo, todos os órgãos reguladores que integram o Sector dos Transportes devem assegurar a aplicação dessas medidas junto das empresas, sob sua supervisão.

ARTIGO 13.º

(Medidas para garantir o desembaraço de mercadorias nos portos)

São determinadas as seguintes medidas temporárias de simplificação do desembaraço de mercadorias nos portos.

a) Agentes de Navegação:

i. A veiculação e promoção imediata junto das suas representadas Linhas de Navegação da necessidade imperiosa de avisar os Expedidores da mercadoria (*Shippers*) da situação restritiva existente no envio da documentação;

ii. O aviso na origem da capacidade que os expedidores têm de autorizar a entrega — sempre que se trate de um BL nominal, não dirigido a um Banco e que não configure portanto uma venda com Crédito Documentário (CDI) — com um simples «*Telex Release*», que confere a capacidade legal ao Agente de Navegação de entregar a mercadoria ao Consignatário nomeado pelo Carregador;

iii. A obtenção da autorização da sua representada para a impressão local de um BL original, sob autorização do expedidor e a solicitação do importador para os casos em que a mercadoria foi vendida através da abertura de um CDI, a fim de este ser enviado, electronicamente, ao Banco consignatário e assim endossado também electronicamente pelo Banco (*Bank Release*);

iv. A emissão das Notas de Entrega (*Delivery*) pode ser feita em papel ou a instrução de entrega das mercadorias pode ser feita por envio electrónico ao operador de terminal;

v. Agir junto dos clientes e seus despachantes para a redução da quantidade de transacções ao balcão, para o mínimo indispensável, assim contribuindo para a redução dos contactos pessoais;

vi. Aceitar, sempre que não subsista dúvida quanto à sua autenticidade, que os documentos exigíveis aos seus clientes, tais como o certificado de embarque do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), possam ser enviados por via electrónica;

vii. Excepção feita à entrega obrigatória do BL original, pelos Consignatários, aos Agentes de Navegação, nas situações não cobertas pelas alíneas acima (*Telex Release e Bank Release*).

b) CNC:

i. Coordenar com os agentes de navegação para que possam não exigir dos clientes o original dos certificados de embarque do CNC, mas tão-somente a sua cópia electrónica ou a prova do seu pagamento;

ii. Coordenar com a Administração Geral Tributária (AGT) para que não exija, também, no acto de despacho aduaneiro o original do certificado de embarque do CNC.

c) Autoridades portuárias:

i. As autoridades portuárias deverão deixar de exigir cópias dos BL originais, visados pelo agente de navegação, para efeitos de taxaçação portuária, recebendo da AGT, através do sistema «ASYCUDA», toda a informação que necessitam para a respectiva taxaçação;

ii. Sempre que possível, privilegiem e desenvolvam os portais para operação credenciada pelos agentes de navegação para toda a tramitação relacionada com a operação dos navios e a operação das cargas, nomeadamente no respeitante à sua taxaçação e facturação.

d) Terminais:

i. Devem deixar de exigir aos recebedores a apresentação da via original da nota de entrega (*delivery*) aos clientes ou seus despachantes ou transitários;

ii. Garantir o recebimento, exclusivamente enviado a partir do agente de navegação, as notas de entrega (*delivery*) por via electrónica, garantindo na mesma a liberação das mercadorias por parte do agente de navegação e o cumprimento dos prazos ali estabelecidos;

iii. Possibilitar o processamento de mensagens tipo físico (*Edifact Coreor*), para integração da respectiva informação de entrega.

ARTIGO 14.º

(Prorrogação do prazo de validade de licenças de pessoal aeronáutico, marítimo portuário e ferroviário)

1. São prorrogados excepcionalmente os prazos de validade de licenças ou qualificações de pessoal aeronáutico, titulares de licenças e qualificações aeronáuticas, cujo prazo de validade expirem a partir da data de entrada em vigor do

2. O Ministro dos Transportes pode, por via de requisição escrita, garantir o funcionamento mínimo de serviços de peças e de assistência técnica ou oficial junto dos agentes comerciais licenciados pelo sector.

3. Tendo em vista a garantia da prestação dos serviços mínimos, o Ministro dos Transportes pode determinar ou requisitar serviços extraordinários ou fora dos horários de trabalho comuns, a toda e qualquer empresa que actue no Sector dos Transportes e a todo e qualquer órgão sob sua tutela.

4. No que se trate de trânsito ou despachos nos portos e aeroportos a Câmara dos Despachantes Oficiais de Angola (CDOA) pode requerer ao Gabinete do Ministro ou ao gabinete a quem ele delegar, para tratamento oficioso e célere de eventuais dificuldades.

5. As empresas públicas e privadas que operam no Sector dos Transportes ficam autorizadas a emitir as respectivas credenciais para os profissionais e entidades conexas, para permitir a sua circulação de e para os seus respectivos postos de trabalho, respeitando os requisitos de implementação de serviços mínimos e regime de cerca nacional e provincial.

ARTIGO 17.º
(Actividade laboral do ministério)

Para o efeito do cumprimento das medidas de excepção em vigor cabe a cada unidade orgânica deste Ministério definir o pessoal necessário e indispensável para a execução das suas atribuições ou tarefas em termos presenciais, respeitando as limitações impostas nos Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril, que prorroga o Estado de Emergência, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço no domicílio, sempre que aplicável.

ARTIGO 18.º
(Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 129/20, de 1 de Abril.

ARTIGO 19.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro dos Transportes.

ARTIGO 20.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Abril de 2020.

O Ministro, *Ricardo Daniel Queirós Sandão Viegas de Abreu*.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 12/20
de 27 de Abril

No âmbito do esforço do Banco Nacional de Angola, para a promoção da inclusão financeira, considera-se necessário estabelecer um regime de Contas Bancárias Simplificadas

que facilite o acesso ao sistema financeiro de cidadãos residentes que não reúnem todas as condições necessárias para a abertura de uma conta bancária ou para ter acesso a determinados sistemas de pagamento, nos termos definidos na legislação e regulamentação em vigor;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 3 do artigo 13.º da Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro — Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e do artigo 51.º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho — Lei do Banco Nacional de Angola, determino:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

1. O presente Aviso estabelece as regras aplicáveis à abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias por pessoas singulares, residentes, que não reúnem todas as condições para a sua abertura ou para o acesso a determinados sistemas de pagamento, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

2. As contas abertas ao abrigo do presente Aviso são denominadas «Contas Simplificadas», e podem ser abertas por pessoas singulares para fins pessoais ou comerciais.

3. As Contas Simplificadas, dependendo da finalidade e sistemas de pagamento utilizados, dispensam a apresentação do bilhete de identidade e/ou do registo junto da Administração Geral Tributária, nos termos do Regime Jurídico do Número de Identificação Fiscal, sendo as contas para fins comerciais reservadas aos micro-empresendedores com actividade no sector informal.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

O presente Aviso aplica-se às Instituições Financeiras Bancárias sob supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos e condições previstos na Lei de Bases das Instituições Financeiras, doravante designadas por Bancos.

ARTIGO 3.º
(Definições)

Sem prejuízo das definições estabelecidas na Lei de Bases das Instituições Financeiras, para efeitos do presente Aviso, entende-se por:

- a) *Cliente*: pessoa singular vinculada contratualmente a um Banco a quem esta coloca à disposição, produtos ou serviços;
- b) *Contas Individuais*: aquelas que possuem um único depositante titular, pessoa singular;
- c) *Contas Migradas*: todas as Contas Bancárias Simplificadas convertidas para contas convencionais, sempre que o cliente reúna as condições estabelecidas na regulamentação em vigor sobre abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias;
- d) *Contas Simplificadas*: contas simplificadas para fins pessoais ou comerciais;

Decreto Presidencial 120/20, de 24 de Abril

Prorrogação do Estado de Emergência por um período de 15 dias, entre as 00h:00 do dia 26 de Abril de 2020 e as 23h:59 do dia 10 de Maio de 2020.

Considerando que, como medida necessária e urgente ao controlo da propagação da pandemia causada pelo vírus COVID-19 em Angola, foi declarado Estado de Emergência, através do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, o qual foi prorrogado por um período de 15 dias, através do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril;

Tendo em conta que persistem as razões que fundamentaram a declaração de Estado de Emergência, nomeadamente o risco de propagação do vírus COVID-19 na República de Angola;

Considerando que o estágio actual de propagação do vírus COVID-19 em Angola continua a recomendar a adopção de medidas excepcionais, nomeadamente a suspensão, total ou parcial, de certos direitos fundamentais, com vista à contenção da sua propagação, salvaguarda da vida e a estabilidade nacional;

Convindo prorrogar o Estado de Emergência e clarificar as medidas de excepção em vigor no território nacional durante o período da sua vigência;

Ouvida a Assembleia Nacional;

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 58.º, da alínea p) do artigo 119.º, da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA E DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS DE EXCEPÇÃO E TEMPORÁRIAS TENDENTES À PREVENÇÃO E AO CONTROLO DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19

ARTIGO 1.º (Prorrogação do Estado de Emergência)

É prorrogado o Estado de Emergência por um período de 15 (quinze) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 26 de Abril de 2020 e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10 de Maio de 2020.

ARTIGO 2.º (Objecto)

1. O presente Diploma define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência referido no artigo anterior.
2. Sem prejuízo do disposto no presente Diploma, podem ser adoptadas outras medidas sempre que a aplicação do presente Decreto Presidencial o exigir.

ARTIGO 3.º (Âmbito territorial)

O presente Diploma aplica-se em todo o território nacional.

ARTIGO 4.º (Suspensão de direitos)

Nos termos do presente Diploma, durante a vigência do Estado de Emergência são suspensos, no todo ou em parte, os seguintes direitos:

- a) Inviolabilidade do domicílio;
- b) Direito de propriedade;
- c) Direito à livre iniciativa económica;
- d) Liberdade de culto, na sua dimensão colectiva;
- e) Liberdade de residência, circulação e emigração;

- f) Liberdade de reunião e de manifestação;
- g) Inviolabilidade da correspondência e das comunicações;
- h) Direito à greve e direitos gerais dos trabalhadores.

ARTIGO 5.º (Limitações à liberdade de circulação)

1. É interdita a circulação e a permanência de pessoas na via pública, devendo os cidadãos estar submetidos a recolhimento domiciliário e isolamento social.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as deslocações necessárias e urgentes, nomeadamente para efeitos de:

- a) Aquisição de bens e serviços essenciais;
- b) A prestação de serviços autorizados a funcionar;
- c) A busca de serviços autorizados a funcionar;
- d) O exercício de actividade laboral, para os cidadãos com vínculo laboral com instituições em funcionamento durante o período de vigência do Estado de Emergência;
- e) Obtenção de cuidados de saúde;
- f) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio;
- g) Assistência a pessoas vulneráveis;
- h) Participação em acções de voluntariado;
- i) Participação em actos públicos em instituições em funcionamento;
- j) Retorno ao domicílio;
- k) Transporte de mercadorias.

3. Os veículos particulares podem circular na via pública para a realização das actividades previstas no número anterior.

4. As deslocações para a aquisição de bens e serviços essenciais devem ser feitas, preferencialmente, para os estabelecimentos e serviços mais próximos da residência do cidadão.

5. Exceptuam-se igualmente as deslocações por parte de pessoal das missões diplomáticas, consulares e das organizações internacionais localizadas na República de Angola, desde que relacionadas com o desempenho de funções oficiais.

ARTIGO 6.º (Desobediência)

1. Em caso de violação do disposto no artigo anterior, os órgãos competentes da ordem pública orientam ao cidadão de regresso ao seu domicílio.
2. O desrespeito à ordem referida no número anterior constitui crime de desobediência, punível nos termos da Lei Penal, podendo dar lugar à detenção imediata.

ARTIGO 7.º (Cerca sanitária nacional)

1. É fixada cerca sanitária nacional, estando interditas as entradas e saídas do território nacional por qualquer meio.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as entradas e saídas do território nacional em casos de extrema necessidade e urgência, nomeadamente:
 - a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;
 - b) Ajuda humanitária;
 - c) Entradas e saídas de doentes.
3. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes em razão da matéria a definição dos termos de aplicação do disposto no número anterior.
4. É proibida a saída do território nacional de produtos da cesta básica, combustível, medicamentos e equipamentos e material gastável de uso médico.

ARTIGO 8.º (Circulação interprovincial)

1. É levantada a cerca sanitária provincial, sendo permitida a circulação interprovincial de pessoas, para efeitos de exercício da actividade económica, nomeadamente compra e venda de bens e serviços.
2. O disposto no número anterior não é aplicável à circulação interprovincial para efeitos de lazer, visita a familiares ou fins similares.

ARTIGO 9.º (Cerca sanitária na Província de Luanda)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, é fixada cerca sanitária provincial na Província de Luanda, estando interditas entradas e saídas do território da Província de Luanda.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as entradas e saídas da Província de Luanda nos casos considerados urgentes e necessários, nomeadamente para:
 - a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;
 - b) Ajuda humanitária;
 - c) Entradas e saídas de doentes.

ARTIGO 10.º (Quarentena e testagem obrigatória)

1. Estão sujeitos ao regime da quarentena institucional obrigatória:

a) As pessoas expostas à infecção;

b) Os cidadãos provenientes do exterior do País.

2. Estão sujeitos ao regime da quarentena domiciliar os cidadãos relativamente a quem as autoridades determinem situação de vigilância activa.

3. A violação da quarentena domiciliar dá lugar à sua transformação em quarentena institucional, podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor para a detenção em caso de resistência.

4. A violação da obrigação de quarentena constitui crime de desobediência, punível nos termos da Lei Penal.

5. Os órgãos competentes devem criar as condições necessárias à localização de pessoas que tiveram contacto com casos positivos, para acompanhamento.

6. Para efeitos do disposto no número anterior, as autoridades competentes podem requerer junto dos operadores de comunicação electrónica o registo detalhado de chamadas telefónicas e demais elementos de suporte exclusivamente para rastreio dos cidadãos suspeitos ou de casos confirmados de COVID-19 e seus contactos.

ARTIGO 11.º (Testes obrigatórios)

1. Os cidadãos em quarentena, institucional ou domiciliar, estão sujeitos à realização obrigatória de teste de COVID-19.

2. Estão igualmente sujeitos a teste de COVID-19 todos os cidadãos, nos termos definidos pelas autoridades sanitárias competentes.

3. A todos é vedada a possibilidade de recusar a realização dos testes obrigatórios, sob pena de prática de crime de desobediência, punível nos termos da Lei Penal.

ARTIGO 12.º (Funcionamento dos órgãos de soberania)

Os Órgãos de Soberania adoptam regimes próprios de funcionamento, considerando a situação de emergência, devendo salvaguardar sempre o funcionamento dos serviços mínimos essenciais.

ARTIGO 13.º (Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República)

1. Os Órgãos Auxiliares do Presidente da República mantêm o exercício pleno das suas funções.

2. Os Departamentos Ministeriais, os Governos Provinciais, as Administrações Municipais, as Administrações Comunais e de Distrito Urbano mantêm o exercício das suas funções, das 8 horas às 15 horas, sem prejuízo da extensão deste período nos casos estritamente necessários,

podendo-se limitar ou suspender a prestação de certos serviços públicos considerados não essenciais.

3. O efectivo laboral presencial dos órgãos referidos no número anterior não deve exceder os 50% da força de trabalho, devendo trabalhar em regime de rotatividade.

4. A medida prevista no n.º 3 do presente artigo não abrange os titulares de cargo de direcção e chefia, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções.

ARTIGO 14.º (Serviços públicos em geral)

1. São reabertos os serviços públicos em geral.

2. Os serviços públicos funcionam no período das 8 horas às 15 horas, devendo o seu efectivo laboral presencial não exceder os 50% da força de trabalho, devendo trabalhar em regime de rotatividade.

3. Os serviços públicos em funcionamento durante a vigência do Estado de Emergência devem criar as condições para observância do distanciamento social obrigatório e observância das medidas de biossegurança.

ARTIGO 15.º (Protecção especial de cidadãos particularmente vulneráveis)

1. Estão sujeitos à protecção especial os cidadãos particularmente vulneráveis à infecção por COVID-19, nomeadamente os cidadãos:

a) Com idade igual ou superior a 60 anos;

b) Portadores de doença crónica considerada de risco, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, designadamente os imunocomprometidos, os doentes renais, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos;

c) As gestantes e mulheres com crianças menores de 12 anos a seu cuidado.

2. Os cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior, quando detentores de vínculo laboral com entidade, pública ou privada, que deve prestar serviço no período de vigência do Estado de Emergência, estão dispensados da actividade laboral presencial.

3. O disposto no número anterior não abrange os titulares de cargo público, os profissionais de saúde, os operadores de tráfego e apoio à mobilidade, bem como os membros dos Órgãos de Defesa e Segurança.

ARTIGO 16.º (Trabalho em domicílio)

1. Quando aplicável e sempre que as condições o permitam, os cidadãos dispensados da actividade laboral presencial durante o período do Estado de Emergência estão sujeitos ao regime de trabalho em domicílio.

2. Compete a cada entidade, pública ou privada, definir as modalidades do trabalho em domicílio.

ARTIGO 17.º (Salvaguarda das relações jurídico-laborais)

1. É proibida a cessação das relações jurídico-laborais com fundamento na ausência dos trabalhadores do local de trabalho.

2. O disposto no número anterior não impede a adopção de medidas disciplinares, nomeadamente para os funcionários e trabalhadores com dever de prestar serviço durante a vigência do Estado de Emergência.

ARTIGO 18.º (Direito à greve e direitos gerais dos trabalhadores)

1. É suspenso o direito à greve.

2. Os funcionários e agentes administrativos do Sector da Saúde, bem como os efectivos dos Órgãos de Defesa e Segurança podem desenvolver funções em lugar e em condições diferentes daqueles que correspondem ao vínculo existente.

ARTIGO 19.º (Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional)

1. São encerrados os estabelecimentos públicos e privados de ensino, em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação.

2. São encerrados os centros de formação profissional públicos e privados do Sistema Nacional de Formação Profissional.

ARTIGO 20.º (Competições e treinos desportivos)

1. São encerrados todas as competições desportivas, os estabelecimentos de competição e os respectivos treinos desportivos.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é permitida a prática desportiva individual e de lazer em espaços abertos, devendo ser realizada nos seguintes períodos:

a) Das 5h:00 às 6h:30;

b) Das 17h:30 às 19h:00.

3. A prática desportiva referida no número anterior deve ser feita em regime de distanciamento social, num raio de até 2 quilómetros da residência do cidadão.

4. Compete ao Ministério da Juventude e Desportos definir as regras para a concretização do disposto no n.º 2 do presente artigo.

ARTIGO 21.º (Comércio de bens e serviços em geral)

1. É permitido o exercício da actividade comercial de bens e serviços em geral das 8 horas às 15 horas, devendo o efectivo laboral não exceder os 50%, trabalhando em regime de rotatividade.

2. Os estabelecimentos comerciais que comercializam bens alimentares funcionam das 8 horas às 16 horas.

3. Para efeitos do disposto nos n.os 1 e 2 do presente artigo, o número máximo de cidadãos no interior dos estabelecimentos comerciais é definido em termos capazes de assegurar o distanciamento mínimo de 2 metros entre os cidadãos.

4. São encerrados os restaurantes e similares, excepto para serviço externo, nomeadamente take-away e entregas ao domicílio.

5. É proibido o encerramento dos serviços considerados essenciais, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da prestação dos seus serviços.

ARTIGO 22.º (Mercados e venda ambulante)

1. Os mercados públicos, formais ou informais, mantêm-se em funcionamento três vezes por semana, nomeadamente às terças, quintas e sábados, no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, sendo permitida a comercialização de bens e serviços em geral.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por recomendação das autoridades sanitárias competentes, podem ser encerrados os mercados formais ou informais, sempre que se esteja em presença comprovada de alto risco de contágio comunitário.

3. É permitida a venda ambulante individual três vezes por semana, nomeadamente às terças, quintas e sábados, no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, devendo ser observado o distanciamento mínimo recomendado entre o vendedor e o comprador no acto da compra.

4. São proibidos os mercados informais de rua que impliquem a concentração de pessoas.

5. Os órgãos gestores dos mercados devem criar as condições para a observância do distanciamento recomendável entre os vendedores e entre estes e os compradores.

6. Os órgãos competentes da Administração Local devem criar as condições para a desinfestação regular dos mercados, bem como de higiene e salubridade do meio.

ARTIGO 23.º (Actividade industrial e agrícola)

1. É permitido o exercício da actividade industrial em geral.

2. É proibido o encerramento da actividade industrial de produção de bens e serviços essenciais, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da produção.

3. É permitido o funcionamento da actividade de produção agrícola em geral.

ARTIGO 24.º (Obras públicas prioritárias e estratégicas)

1. É autorizado o recomeço das obras públicas consideradas prioritárias e estratégicas.
2. Compete aos Departamentos Ministeriais responsáveis pela Execução das Obras e aos Governos Provinciais decidir sobre a sua continuidade, nos termos do número anterior.

ARTIGO 25.º (Actividades políticas e liberdade de reunião e manifestação)

1. Estão interditos os eventos e actividades políticas que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.
2. Estão interditas as reuniões e manifestações que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.

ARTIGO 26.º (Actividades recreativas, culturais e de lazer na via pública ou em espaço público)

1. São interditas as actividades recreativas e de lazer realizadas na via pública ou em espaço público.
2. São encerradas as discotecas e salas de jogos.
3. São encerrados os bares e similares, excepto para a prestação de serviço de entrega ao domicílio.
4. São encerrados os espaços públicos destinados à prática desportiva e ao lazer e zonas balneares.
5. São suspensas as actividades culturais e artísticas, salvo as realizadas com recurso às tecnologias de informação e comunicação.
6. São encerrados os locais de realização de actividades culturais.
7. São encerrados os museus, bibliotecas, mediatecas, teatros, monumentos e similares.
8. É suspensa a navegação marítima de recreio.
9. É suspensa a realização de feiras e exposições.

ARTIGO 27.º (Cultos e celebrações religiosas)

1. Estão suspensos os cultos e celebrações religiosas na sua dimensão colectiva, em todos os lugares de culto.
2. O disposto no número anterior não impede o direito à liberdade de culto na sua dimensão individual.

ARTIGO 28.º (Empregados domésticos)

É permitida a prestação de serviço por empregados domésticos residentes no domicílio familiar.

ARTIGO 29.º (Cerimónias fúnebres)

1. São proibidas cerimónias fúnebres com mais de 50 participantes, devendo os funerais realizar-se no período compreendido entre as 8 horas e as 13 horas.

2. Os órgãos de gestão dos cemitérios adoptam as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no número anterior.

3. Os funerais de pessoas que tenham como causa de morte a COVID-19 devem ser realizados no período da tarde, com a participação de um máximo de 50 cidadãos.

ARTIGO 30.º (Regime excepcional de contratação pública)

1. A aquisição de bens e serviços urgentes necessários ao controlo e combate à pandemia fica sujeita a um regime excepcional.

2. Os bens e serviços essenciais, nomeadamente medicamentos, material hospitalar, material de biossegurança e demais material essencial, podem ser adquiridos em regime de contratação simplificada.

3. Compete ao Ministério das Finanças criar as condições para a efectivação do disposto nos números anteriores.

ARTIGO 31.º (Regularização fiscal a posteriori)

1. O pagamento de impostos sobre a importação de bens alimentares, medicamentos e outros bens essenciais fica sujeito ao regime de regularização a posteriori.

2. Compete ao Ministério das Finanças garantir os mecanismos de aplicação do disposto no número anterior.

ARTIGO 32.º (Licenciamento para importação de bens essenciais)

1. A importação de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança e outros produtos essenciais fica sujeita a um regime excepcional de licenciamento.

2. Compete aos Ministérios das Finanças, da Economia e Planeamento, dos Transportes e da Indústria e Comércio e ao Banco Nacional de Angola definir o regime referido no número anterior, o qual deve privilegiar a facilitação e a desburocratização.

ARTIGO 33.º (Protecção de inquilinos)

1. São proibidos os despejos de inquilinos nos contratos de arrendamento para fins habitacionais.

2. O disposto no número anterior não desonera o inquilino do dever de pagamento da renda devida.

ARTIGO 34.º (Visita a estabelecimentos hospitalares e prisionais)

1. São interditas as visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares e aos cidadãos presos ou detidos.

2. Os órgãos competentes devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos cidadãos internados, presos e detidos.

ARTIGO 35.º (Transportes colectivos de pessoas e bens)

1. É autorizado o funcionamento dos transportes colectivos urbanos e interprovinciais, públicos e privados, devendo a sua lotação não exceder 50% da sua capacidade.
2. Os transportes colectivos urbanos funcionam no período compreendido entre as 5h:00 e as 18 horas.
3. Os transportes ferroviários mantêm-se em funcionamento apenas para a transportação de bens e mercadorias.
4. É proibida a actividade de moto-táxi.
5. Os proprietários das empresas ou dos veículos devem garantir as condições mínimas de higiene e segurança sanitária.
6. A violação do disposto no presente artigo por parte de prestadores de serviço privados pode determinar a apreensão do veículo.
7. O Ministério dos Transportes deve praticar os actos necessários e adequados para garantir os serviços de transporte de pessoas e bens essenciais, por via dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, assim como a manutenção e funcionamento dos meios circulantes e das infra-estruturas essenciais.

ARTIGO 36.º (Dever de apresentação de documento de trabalho)

1. Os cidadãos que, nos termos do presente Decreto Presidencial, estão autorizados a circular pela via pública por razões de serviço devem fazer-se acompanhar de declaração do serviço que comprova a escala de trabalho durante a vigência do Estado de Emergência e do respectivo passe de trabalho.
2. Compete às instituições com quem têm vínculo os cidadãos emitir as declarações referidas no número anterior.

ARTIGO 37.º (Medidas de protecção individual)

1. É obrigatório o uso de máscaras faciais individuais nos seguintes casos:
 - a) Nos mercados;
 - b) Nos recintos fechados de acesso ao público;
 - c) Nos transportes colectivos.
2. As instituições públicas e privadas que se mantenham em funções, nos termos do presente Diploma, devem garantir as condições essenciais de protecção individual dos funcionários e respeitar as orientações das autoridades sanitárias, designadamente em matéria de higiene e biossegurança.

3. O atendimento público deve observar as orientações sobre o distanciamento entre as pessoas.

ARTIGO 38.º (Requisição dos Órgãos de Defesa e Segurança)

1. Enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas, autorizo o recurso aos Órgãos de Defesa e Segurança para a garantia do cumprimento do disposto no presente Diploma.

2. O Ministério do Interior e o Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria devem criar as condições para a efectivação da participação dos Órgãos de Defesa e Segurança na medida do necessário e proporcional.

ARTIGO 39.º (Requisição de médicos e enfermeiros reformados)

1. É determinada excepcionalmente requisição civil de médicos e enfermeiros na reforma.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos de médicos e enfermeiros particularmente vulneráveis à pandemia COVID-19.

3. Compete ao Ministério da Saúde criar as condições para a materialização das medidas previstas no presente artigo.

ARTIGO 40.º (Acesso ao direito e aos tribunais)

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos articula com os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público a adopção das providências adequadas à efectivação do acesso ao direito e aos tribunais, para salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão.

ARTIGO 41.º (Suspensão dos prazos de prescrição e caducidade)

Fica suspensa a contagem de quaisquer prazos legais para prescrição e caducidade de acções e direitos pelo período de duração do Estado de Emergência.

ARTIGO 42.º (Validade dos documentos oficiais caducados)

1. Enquanto vigorar o Estado de Emergência, são válidos e eficazes os seguintes documentos oficiais ainda que caducados:

a) Bilhete de identidade;

b) Carta de condução;

c) Livrete de viatura;

d) Título de propriedade automóvel;

e) Passaporte;

f) Cartão de estrangeiro residente.

2. São igualmente válidos os documentos de suporte necessários à instrução dos processos para a aquisição dos documentos referidos no número anterior.

ARTIGO 43.º (Licenças e autorizações)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, as licenças, autorizações ou outro tipo de actos administrativos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respectivo prazo.

ARTIGO 44.º (Créditos bancários)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, ficam sem efeito as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no presente Diploma.

ARTIGO 45.º (Inspecção das actividades económicas)

1. Os órgãos competentes de inspecção das actividades económicas mantêm-se em funções e funcionam com o apoio dos Órgãos de Defesa e Segurança.

2. Devem ser reforçadas as acções de inspecção com vista a identificar e sancionar as práticas de especulação de preços pelos estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 46.º (Órgãos de Comunicação Social e dever de informação)

1. Os Órgãos de Comunicação Social, públicos e privados, mantêm-se em funcionamento.

2. Os órgãos competentes de gestão podem adoptar medidas de diminuição do efectivo laboral presencial durante a vigência do Estado de Emergência, salvaguardando sempre a prestação dos serviços essenciais.

3. Os órgãos competentes devem, com a regularidade recomendável, prestar informação pública sobre a evolução da pandemia em Angola.

ARTIGO 47.º (Dever de cooperação)

Os cidadãos e as entidades públicas e privadas têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, protecção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas do presente Diploma.

ARTIGO 48.º (Audição de especialistas em saúde pública)

As entidades competentes devem ouvir, com a regularidade possível, especialistas em saúde pública ou em outras áreas afins, necessárias à adopção de medidas para a contenção da propagação do COVID-19.

ARTIGO 49.º (Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária)

Os órgãos competentes devem implementar medidas adicionais com vista a sensibilização e a educação cívico- -sanitária dos cidadãos sobre a pandemia por COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados, e de outros meios considerados adequados.

ARTIGO 50.º (Voluntariado)

Sempre que recomendável, podem ser promovidas acções de voluntariado com vista ao asseguramento das funções essenciais à implementação das medidas previstas no presente Diploma e de outros que venham a ser tomadas.

ARTIGO 51.º (Validade das medidas que não contrariam o presente Diploma)

1. São válidas e eficazes todas as medidas adoptadas para a prevenção e combate à pandemia do COVID-19, desde que não contrariem o disposto na presente Diploma.
2. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes em razão da matéria e aos Governos Provinciais garantir as condições, implementar, fazer cumprir e adoptar as medidas necessárias à eficácia do presente Diploma.

ARTIGO 52.º (Revogação)

São revogados todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 53.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 54.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às 00:00 do dia 26 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Abril de 2020.

O Presidente da República, João Manuel Gonçalves

Lourenço.

Decreto Presidencial 118/20, de 22 de Abril

Abertura do crédito adicional extraordinário no montante de 22 187 306 503 Kwanzas para o pagamento das despesas relacionadas com a 2.ª Fase da prevenção e combate à COVID-19.

Decreto Presidencial n.º 118/20
de 22 de Abril

Considerando a necessidade de assegurar as condições mínimas e necessárias para a prevenção e combate à COVID-19, que tem causado desaceleração da economia global e a perda de vidas humanas a nível mundial;

Havendo necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional extraordinário no Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2020, para suportar as despesas relacionadas com a 2.ª fase de prevenção e combate à COVID-19;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea c) do artigo 26.º e o n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional extraordinário)

É aprovada a abertura do crédito adicional extraordinário no montante de AKz: 22 187 306 503,00 (vinte e dois mil milhões, cento e oitenta e sete milhões, trezentos e seis mil, quinhentos e três kwanzas), para o pagamento das despesas relacionadas com a 2.ª fase da prevenção e combate à COVID-19.

ARTIGO 2.º

(Atribuição do crédito adicional extraordinário)

O crédito adicional extraordinário, aberto nos termos do artigo 1.º deste Decreto Presidencial, é afecto a várias unidades orçamentais.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Abril de 2020.

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 119/20
de 22 de Abril

Considerando a necessidade de se redimensionar o processo de saneamento do Banco de Poupança e Crédito, S.A., com uma adequada realização do capital social, para além da aquisição de crédito bancário de cobrança duvidosa;

Tendo em conta que as Obrigações de Tesouro emitidas especificamente para a aquisição de crédito bancário de cobrança duvidosa excedem o valor da referida carteira de crédito malparado;

Havendo necessidade de utilizar o valor remanescente para a operação de capitalização do Banco de Poupança e Crédito pelo Ministério das Finanças;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Alteração do Decreto Presidencial n.º 165/17, de 12 de Julho)

1. O artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 165/17, de 12 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 1.º

(Autorização)

1. [...]

2. Os títulos da emissão especial referidos no número anterior são entregues directamente à Sociedade Comercial RECREDIT — Gestão de Activos, S.A., pelo valor facial, sem desconto como forma de potenciar as oportunidades de captação de liquidez no mercado financeiro, facilitando a alavancagem dos objectivos subjacentes às operações de aquisição de crédito bancário de cobrança duvidosa e para capitalização do Banco de Poupança e Crédito.

3. Na medida em que excedam a necessidade subjacente às operações de aquisição de crédito bancário de cobrança duvidosa referidas no número anterior, as Obrigações de Tesouro emitidas nos termos do presente Diploma, podem mediante autorização da Ministra das Finanças, serem utilizadas para a capitalização do Banco de Poupança e Crédito.»

2. O artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 165/17, de 12 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 2.º

(Prazos de reembolso)

1. [...]

2. [...]

3. [...]

4. [...]

5. [...]

6. O reembolso dos juros vencidos e vincendos deve ser efectuado a favor do Banco de Poupança e Crédito a partir do 5.º Semestre.»

ARTIGO 2.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Resolução 1/20, de 22 de Abril

Dá prioridade, no tratamento de todos os processos, dos de réus presos que se encontrem pendentes nos Tribunais, por período considerado excessivo.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Abril de 2020.

O Presidente da República, **JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO**.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Resolução n.º 1/20 de 22 de Abril

No âmbito da prorrogação do Estado de Emergência declarado pelo Presidente da República, nos termos do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, que reitera a necessidade de manutenção de medidas de prevenção contra a propagação da COVID-19;

Com vista a preservar a dignidade humana dos arguidos detidos e presos preventivamente, bem como dos réus condenados que se encontram internados em Estabelecimentos Prisionais do País, mediante parecer apresentado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, o Conselho Superior da Magistratura Judicial recomenda aos Magistrados Judiciais, com fundamento no artigo 23.º, alínea m), da Lei n.º 14/11, de 18 de Março, o seguinte:

1. Dar prioridade no tratamento de todos os processos, os de réus presos que se encontrem pendentes nos Tribunais, por período considerado excessivo;
2. Analisar com prioridade os pedidos de licença de dispensa prolongada e de liberdade condicional;
3. Reexaminar os pressupostos que motivaram a aplicação da medida cautelar de prisão preventiva;
4. Decidir com celeridade os requerimentos sobre a liberdade condicional;
5. Dar celeridade à emissão de mandados de soltura dos réus no fim do cumprimento da pena.

Para o cumprimento do acima recomendado, os Juizes Presidentes deverão organizar equipas de turno.

No mais, observar o disposto na Resolução do Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 25 de Março de 2020.

A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Publique-se.

Vista e aprovada pelo Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, em Luanda, aos 16 de Abril de 2020.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Joel Leonardo*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo Conjunto 157/20 de 22 de Abril

Tendo sido declarado Estado de Emergência por via do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março;

Considerando que, por força deste Estado de Excepção Constitucional e do artigo 15.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que aprova as Medidas de Excepção e Temporárias para a Prevenção e o Controlo da Propagação da Pandemia COVID-19, as instituições públicas, privadas e público-privadas que prestam Serviços de Ensino e Educação, em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação e Ensino, devem manter-se encerradas durante o período em que vigorar o Estado de Emergência;

Tendo em conta que a declaração de Estado de Emergência não obsta a que as referidas instituições cumpram com a obrigação de pagamento pontual dos salários dos seus trabalhadores administrativos, docentes, colaboradores e demais pessoal das referidas instituições;

Considerando que as propinas constituem a principal fonte de receitas das instituições privadas e público-privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino, cuja adequada cobrança permite a angariação de recursos financeiros, necessários à prossecução do seu objecto social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no artigo 45.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, determina-se o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o regime excepcional para o pagamento de propinas nas instituições privadas e público-privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino durante o período em que vigorar o Estado de Emergência.

Decreto Executivo Conjunto 157/20, de 22 de Abril

Aprovação do regime excepcional para o pagamento de propinas nas instituições privadas e público-privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino durante o período em que vigorar o Estado de Emergência.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

**CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL**

**Resolução n.º 1/20
de 22 de Abril**

No âmbito da prorrogação do Estado de Emergência declarado pelo Presidente da República, nos termos do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, que reitera a necessidade de manutenção de medidas de prevenção contra a propagação da COVID-19;

Com vista a preservar a dignidade humana dos arguidos detidos e presos preventivamente, bem como dos réus condenados que se encontram internados em Estabelecimentos Prisionais do País, mediante parecer apresentado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, o Conselho Superior da Magistratura Judicial recomenda aos Magistrados Judiciais, com fundamento no artigo 23.º, alínea m), da Lei n.º 14/11, de 18 de Março, o seguinte:

1. Dar prioridade no tratamento de todos os processos, os de réus presos que se encontrem pendentes nos Tribunais, por período considerado excessivo;
2. Analisar com prioridade os pedidos de licença de dispensa prolongada e de liberdade condicional;
3. Reexaminar os pressupostos que motivaram a aplicação da medida cautelar de prisão preventiva;
4. Decidir com celeridade os requerimentos sobre a liberdade condicional;
5. Dar celeridade à emissão de mandados de soltura dos réus no fim do cumprimento da pena.

Para o cumprimento do acima recomendado, os Juizes Presidentes deverão organizar equipas de turno.

No mais, observar o disposto na Resolução do Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 25 de Março de 2020.

A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Publique-se.

Vista e aprovada pelo Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, em Luanda, aos 16 de Abril de 2020.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Joel Leonardo*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DO ENSINO
SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO**

**Decreto Executivo Conjunto 157/20
de 22 de Abril**

Tendo sido declarado Estado de Emergência por via do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março;

Considerando que, por força deste Estado de Excepção Constitucional e do artigo 15.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que aprova as Medidas de Excepção e Temporárias para a Prevenção e o Controlo da Propagação da Pandemia COVID-19, as instituições públicas, privadas e público-privadas que prestam Serviços de Ensino e Educação, em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação e Ensino, devem manter-se encerradas durante o período em que vigorar o Estado de Emergência;

Tendo em conta que a declaração de Estado de Emergência não obsta a que as referidas instituições cumpram com a obrigação de pagamento pontual dos salários dos seus trabalhadores administrativos, docentes, colaboradores e demais pessoal das referidas instituições;

Considerando que as propinas constituem a principal fonte de receitas das instituições privadas e público-privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino, cuja adequada cobrança permite a angariação de recursos financeiros, necessários à prossecução do seu objecto social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no artigo 45.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, determina-se o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o regime excepcional para o pagamento de propinas nas instituições privadas e público-privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino durante o período em que vigorar o Estado de Emergência.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

O regime excepcional previsto no presente Diploma Legal aplica-se a todas as instituições privadas e público-privadas, enquadradas nos subsistemas e níveis de ensino previstos no artigo 17.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro.

ARTIGO 3.º
(Pagamento da propina)

1. As Instituições Privadas de Educação e Ensino ficam autorizadas a cobrar até 60% do valor da propina mensal, enquanto durar o Estado de Emergência.

2. As Instituições Público-Privadas de Educação e Ensino (vulgo «Escolas Comparticipadas») ficam autorizadas a cobrar até 25% do valor da propina mensal, enquanto durar o Estado de Emergência.

3. Sem prejuízo aos ajustes pertinentes aos respectivos calendários da actividade lectiva, a serem efectuados pelos Departamentos Ministeriais responsáveis pela Gestão do Sistema de Educação e Ensino, as propinas pagas nos termos dos números anteriores do presente artigo devem ser consideradas como parte integrante do pagamento dos dez meses previstos para cada ano lectivo, não podendo ser cobrada qualquer prestação adicional.

4. Enquanto durar o Estado de Emergência, as instituições que prestam Serviços de Educação e Ensino devem criar condições para facilitar os pagamentos por via de operações bancárias automáticas ou remotas, de modo a evitar a aglomeração de pessoas, nos termos recomendados pelas autoridades sanitárias.

ARTIGO 4.º
(Multas ou juros de mora)

Enquanto durar o Estado de Emergência, a falta de pagamento da propina nos prazos estipulados pelas instituições privadas que prestam Serviços de Educação e Ensino não dá lugar à cobrança de multas ou juros de mora.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelas Ministras das Finanças, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo Conjunto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Abril de 2020.

A Ministra das Finanças, *Vera Esperança dos Santos Daves de Sousa*.

A Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

A Ministra da Educação, *Maria Luísa Alves Grilo*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃODecreto Executivo n.º 158/20
de 22 de Abril

Considerando que o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda é uma Instituição Pública de Ensino Superior vocacionada para ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Considerando que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e vistoria às instalações do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, constatou-se que esta Instituição Pública de Ensino Superior preenche os pressupostos técnico-pedagógicos para que nela seja, formalmente, criado o Curso de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o Ponto n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa, no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, que confere o grau académico de Mestre.

ARTIGO 2.º
(Aprovação do Plano de Estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 1300 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação de 2 anos.

3. O Plano de Estudos, ora aprovado, é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante um ciclo de formação, nos termos da lei.

ARTIGO 3.º
(Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º
(Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão duma licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa ou áreas equivalentes com média de 14 valores.

Decreto Executivo 153/20, de 17 de Abril

Estabelece as medidas excepcionais e transitórias de Contratação Pública, no âmbito da Prevenção e Combate da Pandemia do COVID-19.



Sexta-feira, 17 de Abril de 2020

I Série – N.º 51

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	
	Assinatura	Ano
	As três séries	Kz: 734 159,40
	A 1.ª série	Kz: 433 524,00
	A 2.ª série	Kz: 226 980,00
	A 3.ª série	Kz: 180 133,20
O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.		

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 153/20:
Estabelece as medidas excepcionais e transitórias de Contratação Pública no âmbito da Prevenção e Combate da Pandemia do COVID-19.

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado

Decreto Executivo n.º 154/20:
Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Camacupa.
— Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Decreto Executivo n.º 155/20:
Cria o Curso de Mestrado em Protecção de Plantas, no Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul, que confere o Grau Académico de Mestre, e aprova o seu Plano de Estudos.

Decreto Executivo n.º 156/20:
Cria o Curso de Mestrado em Matemática e Aplicações, na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, que confere o Grau Académico de Mestre, e aprova o seu Plano de Estudos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 153/20 de 17 de Abril

Havendo necessidade de definir as medidas excepcionais a observar durante a vigência do Estado de Emergência, no âmbito da contratação pública, nos termos do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que aprova as Medidas de Excepção e Temporárias para a Prevenção e o Controlo da Propagação da Pandemia COVID-19;

Torna-se premente ajustar as fases do procedimento de contratação simplificada, pelo critério material, com fundamentos na urgência, com vista a assegurar que os bens, serviços, empreitadas ou realização de tarefas directamente relacionadas com o processo de prevenção e combate do COVID-19, sejam efectuadas em tempo útil, com a eficácia e eficiência necessárias para mitigar os efeitos e propagação do COVID-19;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República determino, nos termos do disposto no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 3 do artigo 24.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que aprova as Medidas de Excepção e Temporárias para a Prevenção e o Controlo da Propagação da Pandemia COVID-19, e com o alínea d) do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Objecto)

1. O presente Decreto Executivo estabelece as medidas excepcionais e transitórias de Contratação Pública no âmbito da Prevenção e Combate da Pandemia do COVID-19.

2. A validade deste Diploma está condicionada à duração do Estado de Emergência decretado pelo Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente Diploma aplica-se ao processo de preparação, formação e execução de contratos públicos desencadeados pelas Entidades Públicas Contratantes, com responsabilidades directamente relacionadas com o processo de prevenção e combate do COVID-19, nos termos do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março.

ARTIGO 3.º
(Tipo de procedimento)

1. Todos os contratos públicos para a aquisição de bens, serviços, empreitadas ou realização de tarefas directamente relacionadas com o processo de prevenção e combate do COVID-19 devem ser formados por meio do procedimento de contratação simplificada, com base no critério material, com fundamento na urgência.

2. Para a célere concretização do previsto no número anterior, são consideradas as seguintes medidas:

- a) Para efeitos do presente Diploma, na aquisição dos bens, serviços e empreitadas de obras públicas qualquer documento escrito serve como peça de procedimento, desde que evidencie as suas quantidades, tipo e ou espécie a contratar e esteja assinado pelo órgão máximo da entidade pública contratante;
- b) É dispensada a apresentação de qualquer documento de habilitação;
- c) As adjudicações podem ser feitas com base em factura; e
- d) É dispensada a redução dos contratos por escrito, devendo à execução ser acompanhada por termos de entrega.

3. Em qualquer uma das situações previstas neste artigo, a troca de documentos deve ser feita preferencialmente por via electrónica.

ARTIGO 4.º
(Excepção ao limite de competência para autorização de despesas)

1. Enquanto perdurar o Estado de Emergência, os limites de competência para autorização de despesas, inerentes à formação execução de contratos com base em critérios materiais, com fundamento na urgência, nos termos do n.º 2 do Decreto Presidencial n.º 282/18, de 28 de Novembro, que altera o Anexo IV da Lei dos Contratos Públicos, são os seguintes:

- a) Até Kz: 2 500 000 000,00 (dois mil e quinhentos milhões de Kwanzas), os Ministros de Estado;
- b) Até Kz: 2 000 000 000,00 (dois mil milhões de Kwanzas), os Ministros, os Governadores Provinciais e os Órgãos Máximos das Unidades Orçamentais dos Órgãos da Administração Central do Estado;
- c) Até Kz: 2 000 000 000,00 (dois mil milhões de Kwanzas), os Gestores das Unidades Orçamentais dos Órgãos da Administração Local do Estado e Órgão Máximo dos Institutos Públicos, Empresas Públicas e Empresas de Domínio Público.

2. Salvo o disposto no n.º 1 do presente artigo, os demais casos relativos aos Limites de Competência para Autorização de Despesas, no Procedimento de Contratação Simplificada, pelo Critério Material, continuam a ser os previstos no Decreto Presidencial n.º 282/18, de 28 de Novembro.

ARTIGO 5.º
(Suspensão dos prazos nos procedimentos em curso)

Considera-se suspensão, com efeito a partir de 27 de Março de 2020, a contagem de quaisquer prazos referentes a todos os procedimentos de contratação pública em curso, enquanto vigorar o Estado de Emergência.

ARTIGO 6.º
(Remoção do limite de trabalhos a mais)

1. Os contratos em execução considerados essenciais para o efeito deste Diploma podem ter o seu âmbito objectivo ampliado sem necessidade da consideração do limite de 15% para os trabalhos e serviços a mais.

2. É dispensada qualquer formalidade para celebração de adendas, aplicando-se, para o efeito, o previsto no artigo 3.º do presente Diploma.

ARTIGO 7.º
(Pagamentos adiantados)

As Entidades Públicas Contratantes podem realizar pagamentos adiantados vulgarmente (*«down payments»*), em valor superior a 15% do valor do contrato, cujo objecto seja aquisição de bens e serviços para prevenção e o controlo da propagação da pandemia COVID-19.

ARTIGO 8.º
(Relatórios de prestação de contas)

1. No prazo de 15 (quinze) dias após a declaração do fim da pandemia do COVID-19, as EPC que tenham realizado despesas nos termos do presente Diploma devem elaborar um relatório de prestação de contas, declarando, entre outras, as fontes dos recursos, os tipos de contratos celebrados e a prova da sua utilização para os fins identificados, sob pena de incorrer em responsabilidade administrativa, civil e criminal.

2. A Inspeção Geral da Administração do Estado, o Serviço Nacional da Contratação Pública e a Inspeção Geral de Finanças, do Ministério das Finanças, devem garantir o cumprimento da medida prevista no ponto anterior.

ARTIGO 9.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pela Ministra das Finanças.

ARTIGO 10.º
(Disposição transitória)

Enquadram-se no presente Regime todos os procedimentos de contratação pública iniciados e/ou concluídos desde a entrada em vigor do Estado de Emergência.

ARTIGO 11.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Abril de 2020.

A Ministra, *Vera Daves de Sousa*.

Decreto Executivo 149/20, de 14 de Abril

Determina que toda a pessoa que não tenha cumprido Quarentena Institucional, que se desloque de uma província para outra, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 12 de Abril, ou seja durante o período de levantamento da cerca sanitária inter provincial, está sujeita ao cumprimento da Quarentena Domiciliar durante 14 dias.

Considerando que o desenvolvimento das actividades lectivas das Instituições de Ensino Superior envolve um número significativo de membros da comunidade académica superior ao aglomerado de mais de 200 (duzentas) pessoas, previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os pontos 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º
(Suspensão da actividade lectiva)

São suspensas todas as actividades lectivas em todas as instituições de ensino superior públicas, privadas e público-privadas, a partir de 24 de Março, por um período de 15 (quinze) dias, automaticamente prorrogável por igual período de tempo, se não houver disposição em contrário, em função do comportamento global da pandemia COVID-19.

ARTIGO 2.º
(Trabalhos académicos)

Durante o período de suspensão das actividades lectivas, os estudantes devem realizar trabalhos académicos determinados pelas Instituições de Ensino Superior.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Março de 2020.

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto Executivo n.º 149/20 **de 14 de Abril**

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, para efeito de retorno ao domicílio, é levantada temporariamente a cerca sanitária provincial em todas as províncias, estando aberta a circulação interprovincial de pessoas e bens em todo o território nacional entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 12 de Abril;

Considerando a necessidade de continuar a manter as medidas e controlo da vigilância sanitária para se evitar a propagação da COVID-19, que possa decorrer da circulação interprovincial;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo n.º 137 da Constituição da República de Angola, conjugado com o Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, bem como o Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, determino o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Quarentena domiciliar)

Toda a pessoa que não tenha cumprido Quarentena Institucional que se desloque de uma província para outra, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 12 de Abril, está sujeita ao cumprimento da Quarentena Domiciliar durante 14 (catorze) dias.

ARTIGO 2.º
(Observância de medidas sanitárias)

Durante a circulação interprovincial, devem ser observadas todas as medidas sanitárias de protecção individual e colectivas orientadas pelas autoridades competentes.

ARTIGO 3.º
(Asseguramento do cumprimento)

As autoridades sanitárias competentes devem assegurar o cumprimento do presente Decreto Executivo nas suas respectivas províncias.

ARTIGO 4.º
(Incumprimento)

O incumprimento do presente Decreto Executivo é punido nos termos estabelecidos pelo Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, conjugado com a Lei n.º 5/87, de 23 de Fevereiro.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação de presente Decreto Executivo são resolvidas pela Ministra da Saúde.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Abril de 2020.

A Ministra, *Silvia Paula Valentim Lutucuta*.

Decreto Executivo 143/20, de 9 Abril

Determina que os comerciantes e prestadores de serviços, no período que durar o Estado de Emergência, devem observar com rigor a cadeia comercial os horários de abertura e encerramento dos diferentes estabelecimentos comerciais, de venda de bens e serviços essenciais as populações.

ARTIGO 13.º
(Fiscalização)

A Inspeção Geral do Ministério do Interior deve, de modo articulado com as áreas de especialidade, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto no presente Diploma.

ARTIGO 14.º
(Responsabilidade disciplinar e criminal)

A violação dos deveres gerais e especiais previstos no presente Diploma é passível de responsabilização disciplinar e criminal nos termos da lei.

ARTIGO 15.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 16.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Abril de 2020.

O Ministro, *Eugénio César Laborinho*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 142/20
de 9 de Abril

O Decreto n.º 51/92, de 16 de Setembro, outorgou à Concessionária Nacional a Concessão do Bloco 17 para o exercício dos direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na referida área.

Na área de Concessão do Bloco 17 foram declaradas como descobertas comerciais e definidas como áreas de desenvolvimento, as áreas Antúrio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia;

De forma a permitir a continuidade das actividades nas supracitadas áreas de desenvolvimento, a Concessionária Nacional e o Grupo Empreiteiro acordaram em implementar a prorrogação e uniformizar as datas de caducidade dos períodos de produção das áreas de desenvolvimento até 31 de Dezembro de 2045.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, Lei das Actividades Petrolíferas, determino:

1. É autorizada a prorrogação do período de produção das Áreas de Desenvolvimento Antúrio, Girassol-Jasmin, Rosa, Lírio, Acácia, Cravo, Perpétua-Hortênsia, Tulipa, Dália, Orquídea-Violeta e Zínia do Bloco 17, até 31 de Dezembro de 2045, com efeitos a partir de 1 de Abril.

2. Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Março de 2020.

O Ministro, *Diamantino Pedro Azevedo*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Decreto Executivo n.º 143/20
de 9 de Abril

Havendo necessidade de dar-se cumprimento às orientações emanadas no Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, relativamente à adopção de medidas adicionais no intuito de evitar-se a propagação da Pandemia COVID-19 e do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, que declara o Estado de Emergência, com fundamento no facto de que a República de Angola atravessa no presente momento uma situação de iminente calamidade pública;

Considerando as medidas concretas de excepção adoptadas durante o período de vigência do Estado de Emergência, urge a necessidade de respeitar-se a cadeia comercial e definir os horários de abertura e encerramento dos diferentes estabelecimentos comerciais, de venda de bens e serviços essenciais às populações;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, o artigo 45.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, bem como o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 38/18, de 9 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Cadeia comercial)

1. Os comerciantes e prestadores de serviços, no período que durar o Estado de Emergência devem observar com rigor a cadeia comercial, prevista nos termos do n.º 7 do artigo 22.º da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio, Lei das

Actividades Comerciais, e o disposto nos artigos 39.º e 42.º da Lei n.º 6/99, de 3 de Setembro, Lei das Infracções Contra a Economia.

2. Os estabelecimentos comerciais e de prestação de Serviços Mercantis, a que se refere o número anterior, são os que fornecem bens e prestam serviços essenciais às populações, previstos no Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, e no Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, respectivamente.

ARTIGO 2.º

(Horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais)

1. Para toda a Rede Comercial e de Prestação de Serviço, nomeadamente, grandes, médias e pequenas superfícies comerciais, de venda de produtos a grosso e a retalho, é estabelecido o horário único de funcionamento, com abertura às 8h00 e encerramento às 16h00.

2. O disposto no número anterior é de cumprimento obrigatório, enquanto durar o período de excepção, e os Serviços de Inspeção e Fiscalização das Actividades Comerciais, apoiadas pelos Órgãos de Defesa e Segurança, devem assegurar o cumprimento nos termos da lei, para os casos de incumprimento.

ARTIGO 3.º

(Comércio ambulante, feirante e de bancada de mercado)

1. É permitido o exercício do comércio de bancada de mercado em mercados municipais urbanos, suburbanos e rurais e o comércio ambulante individual, exclusivamente para a venda de bens essenciais às populações, como bens alimentares industriais, agrícolas e de pesca, produtos de higiene, limpeza e cosméticos e do gás de cozinha, observando-se a lotação exigida para os espaços e a distância mínima de 1 (um) metro entre o vendedor e o comprador.

2. É suspenso, enquanto durar o período de excepção, o comércio feirante.

3. São proibidos mercados informais de rua que impliquem a concentração de pessoas e locais similares.

4. Os mercados formais e informais «permitidos» têm um horário único de funcionamento, com abertura às 6h00 e encerramento às 13h00.

5. Compete aos Serviços da Administração Local que atendem ao comércio fazer cumprir o estabelecido na lei, quanto à organização e funcionamento do comércio ambulante e de bancada de mercado, previsto no n.º 1 do presente artigo.

6. No caso de incumprimento das regras estabelecidas e as autoridades sanitárias competentes notarem indícios de alto risco de contaminação comunitária, podem determinar o encerramento dos mercados e suspender o exercício de comércio ambulante.

7. Com as devidas adaptações aplicam-se aos mercados e vendedores ambulantes as condições de biossegurança definidas pelas autoridades sanitárias competentes e subsidiariamente as descritas no artigo 4.º do presente Diploma.

ARTIGO 4.º

(Condições de biossegurança)

1. Toda a pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, que desenvolver actividade comercial, prestar serviços mercantis ou qualquer outro serviço de interesse público inerente ao Sector do Comércio, deve dentro da própria instituição ou estabelecimento comercial, assegurar as condições necessárias de higiene e salubridade que garantam segurança à saúde dos trabalhadores, utentes e o público em geral, sob pena de ser responsabilizado nos termos da lei.

2. As condições referidas no número anterior consubstanciam-se nas seguintes:

- a) Ter disponível à entrada álcool a 70% ou álcool em gel, bem como os meios necessários à higienização dos utentes;
- b) Estabelecer um número limite de utentes dentro da própria instituição, com vista a evitar a aglomeração, permitindo manter a distância mínima de 1 (um) metro entre os utentes;
- c) Manter a higiene e salubridade dos produtos, bens e serviços comercializados, bem como os meios utilizados na prestação de qualquer outro serviço;
- d) Orientar os respectivos trabalhadores no sentido destes tomarem as devidas precauções de higiene e salubridade, para que estejam devidamente equipados no atendimento ao público;
- e) Substituição temporária do sistema automático de controlo de assiduidade dos funcionários (Biométrico);
- f) Recomenda-se o uso de máscaras para os colaboradores que fazem atendimento ao público;
- g) Aplicação de acrílicos ou vidro na zona de atendimento para garantir protecção de colaboradores e clientes;
- h) Reforço de *stock* de mercadoria para 1 (um) mês dependendo do espaço de armazenagem disponível;
- i) Garantir o número máximo de pessoas dentro dos estabelecimentos comerciais, em segurança, e de acordo com o espaço existente, respeitando o limite de 1 m por pessoa;
- j) Avaliar, caso a caso, o trabalho dos colaboradores considerados de risco e com histórico clínico comprovado (pessoas com mais de 60 anos, com problemas respiratórios, hipertensão, diabetes e outros);
- k) Evitar o aglomerado de trabalhadores na hora de sobreposição de turno;
- l) Suspender o procedimento da obrigatoriedade de contar a encomenda em conjunto (extensivo a todos os sectores);

- m) Proibir a entrada e saída ao trabalho com o uniforme vestido;
- n) Ser obrigatório o banho antes da entrada ao serviço;
- o) Recomendar a lavagem das mãos de duas em duas horas de todos os colaboradores;
- p) Evitar o contacto com os fornecedores e clientes no momento da recepção ou entrega de mercadoria;
- q) Instruir os seguranças dos estabelecimentos comerciais para abrir e fechar a porta de entrada e colocar nas mãos de cada cliente álcool a 70% ou álcool gel;
- r) Uso obrigatório de luvas a todos os colaboradores ligados a distribuição;
- s) Efectuar a limpeza dos tabuleiros da distribuição com lixívia diluída em água, à sua chegada;
- t) Desinfectar diariamente as viaturas de distribuição limpando sempre: o habitáculo, portas e caixa de carga com lixívia diluída;
- u) Desinfectar o volante, tecidos ou couro das viaturas de distribuição e de uso dos colaboradores com um pano embebido em álcool;
- v) Colocar frascos de álcool a 70% ou álcool gel em todas as viaturas;
- w) Limitar o número de entregas para o mínimo possível para cada local, reduzindo assim o número de deslocações;
- x) Estabelecer o regime de teletrabalho a todas as pessoas que tiverem condições de continuar o seu trabalho à distância;

- y) Os trabalhadores em regime de teletrabalho devem ficar em isolamento social, evitando contacto com outras pessoas;
- z) Estabelecer que o isolamento social não seja considerado férias e que os colaboradores devem manter-se contactáveis para apoiar os serviços mínimos da operação da empresa;
- aa) Perante casos suspeitos, aplicar as orientações emanadas pela Autoridade Sanitária Competente;
- bb) Partilhar informação e proceder a sensibilização dos consumidores e colaboradores, por meio de cartilhas, canais digitais, redes sociais, meios de comunicação tradicionais.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pelo Sector do Comércio.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Março de 2020.

O Ministro, *Victor Francisco dos Santos Fernandes*.

Decreto Presidencial 97/20, de 9 de Abril

Prorrogação do Estado de Emergência, por um período de 15 dias, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 25 de Abril de 2020.

3. Para efeitos da alínea a) do número anterior, a título excepcional, o levantamento de recursos do Fundo Soberano de Angola poderá exceder o limite de 40% dos seus activos líquidos, previsto no artigo 5.º do Regulamento de Gestão do Fundo Soberano de Angola, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 214/19, de 15 de Julho.

4. É autorizada a isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos direitos aduaneiros para as mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 14.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pela Lei n.º 7/19, de 24 de Abril, do n.º 8 do artigo 5.º da Lei n.º 17/19, de 13 de Agosto, sendo as referidas mercadorias, bem como aquelas que forem produzidas localmente, os serviços e fundos monetários disponibilizados para o mesmo fim, consideradas custos fiscalmente dedutíveis nos termos do artigo 19.º do Código do Imposto Industrial, desde que devidamente documentados.

ARTIGO 3.º
(Medidas provisórias)

1. Enquanto decorre o processo de revisão do OGE-2020, implementam-se as seguintes medidas com efeito imediato:

- a) Cativeiro de 30% das despesas da categoria «Bens e Serviços», desde que não estejam relacionadas com alimentação (principalmente dos hospitais públicos e forças de segurança), medicamentos, limpeza e saneamento;
- b) Suspensão de parte das despesas de capital que não tenham financiamento garantido, com destaque para as novas aquisições de imóveis no País e no exterior do País;
- c) Suspensão das despesas de apoio ao desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural;
- d) Suspensão de todos os «Créditos Adicionais», com excepção das despesas com o pessoal e projectos de carácter prioritário e estrutural;
- e) Suspensão de todos os processos de novas admissões e promoções na função pública, com excepção dos sectores já previamente aprovados;
- f) Proibição do processamento de despesas fora do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas e aceleração da implementação dos mecanismos de processamento de todas as despesas com o pessoal no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado;
- g) Redução das viagens dos Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo e Delegações Executivas Governamentais e da estrutura do Estado ao estritamente necessário, adoptando-se sempre medidas de minimização de custos;

h) Redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas aos gestores públicos, no exercício das suas funções para as diferentes categorias de responsabilidade, privilegiando-se modelos que representem menos peso financeiro para o Estado;

i) Suspensão da aquisição de novas viaturas para uso pessoal e redefinição das prioridades das viaturas cujo processo de aquisição já tenha sido autorizado e iniciado.

2. Para efeito das alíneas b) e c) do número anterior, entendem-se como prioritários os projectos de combate à pobreza, abastecimento logístico, acções inspectivas, os programas ligados à luta contra as grandes endemias (cólera, malária, VIH-SIDA), projectos de protecção social, bem como os projectos de construção e reabilitação de vias estruturantes, devendo-se nesse caso privilegiar as parcerias público-privadas.

3. Mediante prévia autorização do Titular do Poder Executivo, deverá ser dedicada parte da reserva orçamental para créditos adicionais que o Ministério da Saúde vier a necessitar para fazer face às despesas de contenção da pandemia da COVID-19.

ARTIGO 4.º
(Suspensão de exportações)

Ficam suspensas as exportações de bens alimentares nacionalizados, bem como de medicamentos e equipamentos médicos, incluindo os transportados pelos habitantes de zonas fronteiriças, a partir do terceiro dia a contar da entrada em vigor do presente Diploma.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Março de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 97/20
de 9 de Abril

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como pandemia mundial, elevando a situação para calamidade pública mundial;

Tendo sido declarado Estado de Emergência, nos termos do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março, por um período de 15 dias;

Considerando que persistem as razões que fundamentaram a declaração de Estado de Emergência, nomeadamente o risco de propagação da pandemia da COVID-19 na República de Angola;

Tendo em atenção que o estágio actual de propagação do vírus COVID-19 na República de Angola continua a recomendar medidas de suspensão ou limitação de certos direitos fundamentais, com vista à contenção da sua propagação, salvaguarda da vida e a estabilidade nacional;

Convindo prorrogar o Estado de Emergência e clarificar as medidas de excepção em vigor no território nacional durante o período da sua vigência;

Ouvindo a Assembleia Nacional;

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 58.º, da alínea p) do artigo 119.º, da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA E MEDIDAS DE EXCEÇÃO E TEMPORÁRIAS TENDENTES À PREVENÇÃO E AO CONTROLO DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19

ARTIGO 1.º (Prorrogação do Estado de Emergência)

É prorrogado o Estado de Emergência por um período de 15 (quinze) dias, entre as 00h:00 (zero horas) do dia 11 de Abril e as 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 25 de Abril de 2020.

ARTIGO 2.º (Objecto)

1. O presente Diploma define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Diploma, podem ser adoptadas outras medidas sempre que as circunstâncias o exigirem.

ARTIGO 3.º (Âmbito territorial)

O presente Diploma aplica-se em todo o território nacional.

ARTIGO 4.º (Suspensão de direitos)

Para efeitos do presente Diploma e durante a vigência do Estado de Emergência, são suspensos, no todo ou em parte, os seguintes direitos:

a) Inviolabilidade do domicílio;

b) Direito de propriedade;

c) Direito à livre iniciativa económica;

d) Liberdade de culto;

e) Liberdade de residência, circulação e emigração;

f) Liberdade de reunião e de manifestação;

g) Direito à greve e direitos gerais dos trabalhadores.

ARTIGO 5.º (Limitações à liberdade de circulação)

1. É interdita a circulação e a permanência de pessoas na via pública, devendo os cidadãos estar submetidos a isolamento social.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as deslocações necessárias e urgentes, designadamente para efeitos de:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) Prestação de serviços essenciais;

c) Desempenho de tarefas e exercício de actividades profissionais em funcionamento durante o período de vigência do Estado de Emergência;

d) Obtenção de cuidados de saúde;

e) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio;

f) Assistência a pessoas vulneráveis;

g) Participação em acções de voluntariado;

h) Participação em actos públicos em instituições em funcionamento;

i) Busca de serviços bancários;

j) Acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis;

k) Retorno ao domicílio pessoal;

l) Transporte de mercadorias.

3. Os veículos particulares podem circular na via pública para a realização das actividades previstas no número anterior.

4. As deslocações para a aquisição de bens e serviços essenciais devem ser feitas, preferencialmente, para os estabelecimentos e serviços mais próximos da residência do cidadão.

5. Exceptuam-se igualmente as deslocações por parte de pessoal das missões diplomáticas, consulares e das organizações internacionais localizadas na República de Angola, desde que relacionadas com o desempenho de funções oficiais.

6. As entidades com quem têm vínculo os cidadãos abrangidos pelo n.º 2 emitem declarações que comprovam a escala de trabalho no período de vigência do Estado de Emergência, que devem ser apresentadas às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 6.º
(Desobediência)

1. Em caso de violação do disposto no artigo anterior, os órgãos competentes da ordem pública orientam ao cidadão o regresso ao seu domicílio.

2. O desrespeito à ordem referida no número anterior constitui crime de desobediência, punível nos termos da lei penal, podendo dar lugar à detenção imediata.

ARTIGO 7.º
(Cerca sanitária nacional)

1. É fixada cerca sanitária nacional, estando interditas as entradas e saídas do território nacional por qualquer meio.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as entradas e saídas do território nacional, em casos de extrema necessidade e urgência, nomeadamente:

- a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;
- b) Ajuda humanitária;
- c) Entrada e saída de doentes.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, ficam as pessoas que entram no País sujeitas à realização de teste obrigatório.

4. Os Departamentos Ministeriais competentes, em razão da matéria, definem os termos de aplicação do disposto no número anterior.

5. É proibida a saída do território nacional de produtos da cesta básica, combustível, medicamentos e equipamentos e material gastável de uso médico.

ARTIGO 8.º
(Cerca sanitária provincial)

1. É fixada cerca sanitária provincial em todas as províncias, estando interdita a circulação interprovincial em todo o território nacional.

2. Exceptua-se do disposto no número anterior, a circulação interprovincial nos casos considerados urgentes e necessários, nomeadamente para:

- a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;
- b) Ajuda humanitária;
- c) Entrada e saída de doentes.

3. Para efeitos de retorno ao domicílio, é levantada temporariamente a cerca sanitária provincial em todas as províncias, estando aberta a circulação interprovincial de pessoas e bens em todo o território nacional, entre as 00h:00 do dia 11 de Abril e as 23h:59 do dia 12 de Abril.

4. O disposto no número anterior não abrange os cidadãos em quarentena.

ARTIGO 9.º
(Quarentena obrigatória)

1. Estão sujeitos ao regime da quarentena obrigatória, institucional ou domiciliar:

- a) As pessoas expostas à infecção, provenientes ou não do exterior;
- b) Os cidadãos relativamente a quem as autoridades sanitárias competentes determinem situação de vigilância activa.

2. A violação da quarentena domiciliar dá lugar à sua transformação em quarentena institucional, podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor, para a detenção em caso de resistência.

3. A violação da obrigação de quarentena constitui crime de desobediência, punível nos termos da lei penal.

4. Os órgãos competentes devem criar as condições necessárias à localização de pessoas que tiveram contacto com casos positivos, para acompanhamento.

ARTIGO 10.º
(Testes obrigatórios)

A todos os cidadãos é vedada a recusa de realização dos testes obrigatórios, sob pena de prática de crime de desobediência, punível nos termos da lei penal.

ARTIGO 11.º
(Funcionamento dos órgãos de soberania)

Os Órgãos de Soberania adoptam regimes próprios de funcionamento, considerando a situação de emergência, devendo salvaguardar sempre o funcionamento dos serviços mínimos essenciais.

ARTIGO 12.º
(Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República)

1. Os Órgãos Auxiliares do Presidente da República mantêm o exercício pleno das suas funções.

2. Os Departamentos Ministeriais, os Governos Provinciais, as Administrações Municipais, as Administrações Comunitárias e de Distrito Urbano mantêm o exercício das suas funções, das 8 horas às 13 horas, sem prejuízo da extensão deste período nos casos estritamente necessários, podendo-se limitar ou suspender a prestação de certos serviços públicos considerados não essenciais.

3. O efectivo laboral presencial dos órgãos referidos no número anterior é reduzido para uma quantidade não superior a 1/3, devendo o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social definir as modalidades de rotação do pessoal considerado essencial, não podendo abranger as gestantes e mulheres com crianças menores de 12 anos ao seu cuidado.

4. A medida prevista no n.º 3 do presente artigo não abrange os titulares de cargo de direcção e chefia, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções, salvo se forem sujeitos de protecção especial.

5. As entidades com quem têm vínculo os cidadãos abrangidos pelo n.º 2 emitem declarações que comprovam a escala de trabalho no período de vigência do Estado de Emergência, que devem ser apresentadas às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 13.º
(Serviços públicos em geral)

1. São encerrados os serviços públicos da Administração Central e Local do Estado.

2. Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os seguintes serviços públicos, prestados ou não por entidades públicas:

- a) Unidades hospitalares públicas e privadas;
- b) Farmácias, fornecedores de medicamentos e prestadores de bens e serviços de uso hospitalar;
- c) Serviços e unidades militares, de ordem pública e equiparados;
- d) Serviços de segurança privada;
- e) Serviços de protecção civil e bombeiros e serviços de emergência;
- f) Serviços de energia e águas, incluindo os balcões de atendimento;
- g) Serviços de apoio ao tráfego e mobilidade;
- h) Serviços de recolha e tratamento dos resíduos;
- i) Morgues.

3. Mantêm-se igualmente em funcionamento durante o período de excepção, devendo funcionar das 8 horas às 13 horas:

- a) Banco Nacional de Angola;
- b) Serviços fiscais;
- c) Serviços de seguros;
- d) Cemitérios e respectivos serviços de registos de óbito.

4. São ainda considerados serviços essenciais o abastecimento de água por cisternas privadas, não podendo ser suspensos salvo em caso de força maior, sob pena de requisição civil.

5. São suspensos os serviços de fiscalização presencial no Sector Petrolífero.

6. As entidades com quem têm vínculo os cidadãos abrangidos pelos n.ºs 3 e 4 emitem declarações que comprovam a escala de trabalho no período de vigência do Estado de Emergência, que devem ser apresentadas às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 14.º

(Protecção especial de cidadãos particularmente vulneráveis)

1. Estão sujeitos a protecção especial os cidadãos particularmente vulneráveis à infecção por COVID-19, nomeadamente os cidadãos:

- a) Com idade igual ou superior a 60 anos;
- b) Portadores de doença crónica considerada de risco, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, designadamente os imunocomprometidos, os doentes renais, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos.

2. Os cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior, quando detentores de vínculo laboral com entidade, pública ou privada, que deve prestar serviço no período de vigência do Estado de Emergência, estão dispensados da actividade laboral presencial.

ARTIGO 15.º

(Salvaguarda das relações jurídico-laborais)

1. É proibida a cessação das relações jurídico-laborais com fundamento na ausência dos trabalhadores do local de trabalho.

2. O disposto no número anterior não impede a adopção de medidas disciplinares, nomeadamente para os funcionários e trabalhadores com dever de prestar serviço durante a vigência do Estado de Emergência.

ARTIGO 16.º

(Direito à greve e direitos gerais dos trabalhadores)

1. É suspenso o direito à greve.

2. Os funcionários e agentes administrativos do Sector da Saúde, bem como os efectivos dos Órgãos de Defesa e Segurança, podem desenvolver funções em lugar e em condições diferentes daqueles que correspondem ao vínculo existente.

ARTIGO 17.º

(Trabalho em domicílio)

1. Os cidadãos dispensados da actividade laboral durante o período do Estado de Emergência podem estar sujeitos ao regime de trabalho em domicílio.

2. Compete a cada entidade, pública ou privada, definir as modalidades do trabalho em domicílio.

ARTIGO 18.º

(Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional)

1. São encerrados os estabelecimentos públicos e privados de ensino, em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação.

2. São encerrados os centros de formação profissional públicos e privados do Sistema Nacional de Formação Profissional.

ARTIGO 19.º

(Competições e treinos desportivos)

São encerradas todas as competições desportivas, os estabelecimentos de competição e os treinos desportivos.

ARTIGO 20.º

(Actividade comercial)

1. São encerrados todos os estabelecimentos comerciais privados.

2. Exceptuam-se do disposto do número anterior os estabelecimentos comerciais de venda de:

- a) Bens alimentares a grosso e a retalho;
- b) Bancos e serviços de pagamentos;
- c) Telecomunicações e serviços de imprensa, rádio e televisão;
- d) Hotelaria;
- e) Restauração para serviço externo, designadamente *take-away* e entrega ao domicílio;

- f)* Postos e todos os serviços que integram a cadeia de abastecimento de combustível;
- g)* Agências funerárias e conexos;
- h)* Manutenção e reparação de veículos automóveis e manutenções urgentes;
- i)* Outros serviços essenciais à vida colectiva, após parecer favorável das entidades sanitárias competentes.
3. Os estabelecimentos comerciais referidos na alínea a) do n.º 2 do presente artigo funcionam no período compreendido entre as 8 horas e as 16 horas.
4. As entidades abrangidas pelo disposto no número anterior devem criar as condições de biossegurança necessárias à protecção do pessoal de serviço.
5. É proibido o encerramento dos serviços referidos no n.º 2 do presente artigo, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da prestação dos seus serviços.
6. As entidades com quem têm vínculo os cidadãos abrangidos pelo n.º 2 emitem declarações que comprovam a escala de trabalho no período de vigência do Estado de Emergência, que devem ser apresentadas às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 21.º
(Mercados e venda ambulante)

1. Os mercados públicos, formais ou informais, mantêm-se em funcionamento três vezes por semana, nomeadamente às terças, quintas e sábados, no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, exclusivamente para a comercialização de produtos essenciais, entre outros:
- a)* Bens alimentares;
- b)* Produtos naturais e dietéticos;
- c)* Produtos de higiene, limpeza e cosméticos;
- d)* Gás butano.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por recomendação das autoridades sanitárias competentes, podem ser encerrados os mercados formais ou informais, sempre que se esteja em presença comprovada de alto risco de contágio comunitário.
3. É proibida a comercialização de produtos não essenciais.
4. É permitida a venda ambulante individual três vezes por semana, nomeadamente às terças, quintas e sábados, no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, devendo ser observado o distanciamento mínimo recomendado entre o vendedor e o comprador no acto da compra.
5. Os órgãos gestores dos mercados devem criar as condições para a observância do distanciamento recomendável entre os vendedores e entre estes e os compradores.
6. Os órgãos competentes da Administração Local devem criar as condições para a desinfecção regular dos mercados, bem como de higiene e salubridade do meio.

ARTIGO 22.º
(Actividade industrial e agrícola)

1. São encerradas as unidades industriais.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as indústrias de:
- a)* Produção de bens alimentares e bebidas;
- b)* Produtos essenciais aos serviços de saúde;
- c)* Produção petrolífera e respectivos serviços de apoio;
- d)* Produção mineira;
- e)* Unidades que trabalham com ciclos de produção contínua, nomeadamente as que utilizam fornos com altas temperaturas no seu processo produtivo;
- f)* Unidades de produção de cartão, vidro e plástico;
- g)* Outras essenciais à vida colectiva, após parecer das entidades sanitárias competentes.
3. As entidades abrangidas pelo disposto no número anterior devem criar as condições de biossegurança necessárias à protecção do pessoal de serviço.
4. É proibido o encerramento dos serviços referidos no número anterior, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da prestação dos seus serviços.
5. Mantêm-se em funcionamento as unidades de produção agrícola, bem como as actividades de agricultura familiar e de subsistência.
6. As entidades com quem têm vínculo os cidadãos abrangidos pelo n.º 2 emitem declarações que comprovam a escala de trabalho no período de vigência do Estado de Emergência, que devem ser apresentadas às autoridades, juntamente com o passe de trabalho.

ARTIGO 23.º
(Actividades políticas e liberdade de reunião e manifestação)

1. Estão interditos os eventos e actividades políticas que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.
2. Estão interditas as reuniões e manifestações que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.

ARTIGO 24.º
(Actividades recreativas, culturais e de lazer na via pública ou em espaço público)

1. São interditas as actividades recreativas e de lazer realizadas na via pública ou em espaço público.
2. São encerradas as discotecas e salas de jogos.
3. São encerrados os bares e similares, excepto para a prestação de serviço de entrega ao domicílio.
4. São encerrados os espaços públicos destinados à prática desportiva e ao lazer e zonas balneares.
5. São suspensas as actividades culturais e artísticas.

6. São encerrados os locais de realização de actividades culturais.

7. São encerrados os museus, bibliotecas, teatros, monumentos e similares.

8. É suspensa a navegação marítima de recreio.

9. É suspensa a realização de feiras e exposições.

ARTIGO 25.º

(Cultos e celebrações religiosas)

1. Estão suspensos os cultos e celebrações religiosas na sua dimensão colectiva.

2. O disposto no número anterior não impede o direito à liberdade de culto na sua dimensão individual.

ARTIGO 26.º

(Cerimónias fúnebres)

1. São proibidas cerimónias fúnebres com mais de 50 participantes.

2. Os órgãos de gestão dos cemitérios adoptam as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no número anterior.

3. Os funerais de pessoas que tenham como causa de morte a COVID-19 devem ser realizados no período da tarde, não devendo ocorrer a aglomeração de mais de 25 pessoas.

ARTIGO 27.º

(Regime excepcional de contratação pública)

1. A aquisição de bens e serviços urgentes necessários ao controlo e combate à pandemia fica sujeita a um regime excepcional.

2. Os bens e serviços essenciais, nomeadamente medicamentos, material hospitalar, material de biossegurança e demais material essencial, podem ser adquiridos em regime de contratação simplificada.

3. Compete ao Ministério das Finanças criar as condições para a efectivação do disposto nos números anteriores.

ARTIGO 28.º

(Regularização fiscal a posteriori)

1. O pagamento de impostos sobre a importação de bens alimentares, medicamentos e outros bens essenciais fica sujeito ao regime de regularização a posteriori.

2. Compete ao Ministério das Finanças garantir os mecanismos de aplicação do disposto no número anterior.

ARTIGO 29.º

(Licenciamento para importação de bens essenciais)

1. A importação de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança e outros produtos essenciais fica sujeita a um regime excepcional de licenciamento.

2. Compete aos Ministérios das Finanças, da Economia e Planeamento, dos Transportes e da Indústria e Comércio e ao Banco Nacional de Angola definir o regime referido no número anterior, o qual deve privilegiar a facilitação e a desburocratização.

ARTIGO 30.º

(Protecção de inquilinos)

1. São proibidos os despejos de inquilinos nos contratos de arrendamento para fins habitacionais:

2. O disposto no número anterior não desonera o inquilino do dever de pagamento da renda devida.

ARTIGO 31.º

(Visita a estabelecimentos hospitalares e prisionais)

1. São interditas as visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares e aos cidadãos presos ou detidos.

2. Os órgãos competentes devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos cidadãos internados, presos e detidos.

ARTIGO 32.º

(Transportes colectivos de pessoas e bens)

1. Os transportes colectivos essenciais à mobilidade durante a vigência do Estado de Emergência mantêm-se em funcionamento apenas para a prestação de serviços mínimos.

2. A disponibilidade de transportes públicos de passageiros deve ser reduzida, em termos a definir pelo Ministério dos Transportes.

3. Os transportes ferroviários mantêm-se em funcionamento apenas para a transportação de bens e mercadorias essenciais.

4. É definido o limite máximo de 1/3 de passageiros em simultâneo em transportes colectivos, públicos ou privados, em relação à sua capacidade.

5. Os proprietários das empresas ou dos veículos devem garantir as condições mínimas de higiene e segurança sanitária.

6. A violação do disposto no presente artigo por parte de prestadores de serviço privados pode determinar a apreensão do veículo.

7. O Ministério dos Transportes deve praticar os actos necessários e adequados para garantir os serviços de transporte de pessoas e bens essenciais, por via dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, assim como a manutenção e funcionamento das infra-estruturas essenciais.

ARTIGO 33.º

(Medidas de protecção individual)

1. As instituições públicas e privadas que se mantenham em funções nos termos do presente Diploma devem garantir as condições essenciais de protecção individual dos funcionários e respeitar as orientações das autoridades sanitárias, designadamente em matéria de higiene e biossegurança.

2. O atendimento público deve observar as orientações sobre o distanciamento entre as pessoas.

ARTIGO 34.º
(Requisição dos Órgãos de Defesa e Segurança)

1. Enquanto Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, autorizo o recurso aos Órgãos de Defesa e Segurança para a garantia do cumprimento do disposto no presente Diploma.

2. O Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria e o Ministério do Interior devem criar as condições para a efectivação da participação dos Órgãos de Defesa e Segurança na medida do necessário e proporcional.

ARTIGO 35.º
(Requisição de médicos e enfermeiros reformados)

1. É determinada excepcionalmente a requisição civil de médicos e enfermeiros na reforma.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos de médicos e enfermeiros particularmente vulneráveis à pandemia da COVID-19.

3. Compete ao Ministério da Saúde criar as condições para a materialização das medidas previstas no presente artigo.

ARTIGO 36.º
(Acesso ao direito e aos tribunais)

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos articula com os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público a adopção das providências adequadas à efectivação do acesso ao direito e aos tribunais, para salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão.

ARTIGO 37.º
(Suspensão dos prazos de prescrição e caducidade)

Fica suspensa a contagem de quaisquer prazos legais para prescrição e caducidade de acções e direitos pelo período de duração do Estado de Emergência.

ARTIGO 38.º
(Validade dos documentos oficiais caducados)

São válidos e eficazes os documentos oficiais mesmo que caducados, nomeadamente:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Carta de condução;
- c) Livrete de viatura;
- d) Título de propriedade automóvel;
- e) Passaporte;
- f) Cartão de estrangeiro residente.

ARTIGO 39.º
(Licenças e autorizações)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, as licenças, autorizações ou outro tipo de actos administrativos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respectivo prazo.

ARTIGO 40.º
(Créditos bancários)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, ficam sem efeito as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no presente Diploma.

ARTIGO 41.º
(Inspeção das actividades económicas)

1. Os órgãos competentes de inspecção das actividades económicas mantêm-se em funções e funcionam com apoio dos órgãos de defesa e segurança.

2. Devem ser reforçadas as acções de inspecção com vista a identificar e sancionar as práticas de especulação de preços pelos estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 42.º
(Órgãos de comunicação social e dever de informação)

1. Os órgãos de comunicação social, públicos e privados, mantêm-se em funcionamento.

2. Os órgãos competentes de gestão podem adoptar medidas de diminuição do efectivo laboral presencial durante a vigência do Estado de Emergência, salvaguardando sempre a prestação dos serviços essenciais.

3. Os órgãos competentes devem, com a regularidade recomendável, prestar informação pública sobre a evolução da pandemia na República de Angola.

ARTIGO 43.º
(Dever de cooperação)

Os cidadãos e as entidades públicas e privadas têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, protecção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas do presente Diploma.

ARTIGO 44.º
(Acções de solidariedade)

As acções de solidariedade e apoio às populações por força da pandemia devem ser realizadas por via dos Órgãos da Administração Local do Estado.

ARTIGO 45.º
(Audição de especialistas em saúde pública)

1. As entidades competentes devem ouvir, com a regularidade possível, especialistas em saúde pública ou em outras áreas afins, necessárias à adopção de medidas para a contenção da propagação da COVID-19.

2. É proibido o tratamento discriminatório dos cidadãos infectos ou suspeitos de infecção por COVID-19.

ARTIGO 46.º
(Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária)

Os órgãos competentes devem implementar medidas adicionais com vista a sensibilização e a educação cívico-sanitária dos cidadãos sobre a pandemia por COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados, e de outros meios considerados adequados.

ARTIGO 47.º
(Voluntariado)

Sempre que recomendável, podem ser promovidas acções de voluntariado com vista ao asseguramento das funções essenciais à implementação das medidas previstas no presente Diploma e de outros que venham a ser tomadas.

ARTIGO 48.º
(Validade das medidas que não contrariam o presente Diploma)

1. São válidas e eficazes todas as medidas adoptadas para a prevenção e combate à pandemia da COVID-19, desde que não contrariem o disposto no presente Diploma.

2. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes em razão da matéria e aos Governos Provinciais garantir as condições, implementar, fazer cumprir e adoptar as medidas necessárias à eficácia do presente Diploma.

ARTIGO 49.º
(Revogação)

São revogados todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 50.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 51.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às 00:00 do dia 11 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 98/20
de 9 de Abril

A Organização Mundial da Saúde declarou, aos 11 de Março do corrente ano, como uma pandemia a COVID-19, convertendo-se numa situação de emergência internacional, com um forte impacto na saúde das pessoas e no funcionamento das economias e das finanças de todo o mundo.

Considerando que os efeitos da crise se fazem sentir em todos os agentes económicos da sociedade, nomeadamente o Estado, as empresas e as famílias;

Tendo em conta que uma das consequências da pandemia COVID-19 na economia do nosso País é a forte queda do preço do petróleo, o que constitui um acentuado cho-

que externo na economia, na medida em que os recursos do petróleo representam mais de 60% das receitas tributárias de Angola e mais de 90% das suas receitas de exportação;

Considerando que para fazer face a esta situação e mitigar os efeitos deste factor nas finanças públicas do País, o Conselho de Ministros, na sua sessão do dia 26 de Março de 2020, adoptou um conjunto de medidas de natureza fiscal;

Havendo a necessidade de se adoptarem medidas que assegurem de forma imediata um alívio dos efeitos económicos e financeiros negativos provocados pela pandemia COVID-19 nas empresas e nas famílias;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

São aprovadas as Medidas Imediatas de Alívio dos Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela Pandemia da COVID-19, anexas ao presente Decreto Presidencial, de que são parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

1. É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma, designadamente:

a) O Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, que aprova o Regulamento sobre a Contratação de Serviços de Assistência Técnica Estrangeira ou de Gestão;

b) O Decreto n.º 92/82, de 18 de Outubro, que cria o Registo Único de Empresas e aprova o seu Regulamento.

2. São derogados o n.º 1 do artigo 10.º, o n.º 1 do artigo 27.º e o artigo 34.º do Decreto Presidencial n.º 193/17, de 22 de Agosto, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Executivo 130/20, de 2 de Abril

Validação dos vistos de turismo e de curta duração, cujo titulares não tenham podido sair do território nacional, considerando-se validados até 15 de Maio de 2020, bem como dos

documentos relativos à permanência de estrangeiros os quais são válidos até dia 30 de Maio de 2020.

2. São promovidos ao Posto Militar de Brigadeiro os Oficiais Superiores abaixo designados:

- a) Coronel (NIP 42648792) Francisco Mota Lotino Mariano, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Militar;
- b) Coronel (NIP 40313292) Lylay Capitão Miguel, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Militar;
- c) Coronel (NIP 40216692) Lúcio Francisco de Assis, Inspector-Chefe do Supremo Tribunal Militar;
- d) Coronel (NIP 40521693) Ivo Manuel Mendes Jardim, Procurador Militar da Força Aérea Nacional.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Março de 2020.

O Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas,
JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 130/20 de 2 de Abril

Tendo em conta que as medidas adoptadas pelo Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, impelem a adopção de acções que visem, não só concretizar aquelas medidas, mas sobretudo salvaguardar bens jurídicos essenciais dos cidadãos estrangeiros em Angola;

Considerando que a interdição de circulação de pessoas nas fronteiras e a consequente suspensão de todos os meios de transporte de pessoas de e para Angola resultou na impossibilidade de saída de cidadãos estrangeiros que entram em território nacional para curta estadia e que dele não tenham podido sair em virtude das referidas medidas;

Havendo, por outro lado, a necessidade de assegurar a validade das Autorizações de Residência, Vistos de Trabalho e de Permanência Temporária dos cidadãos estrangeiros estabelecidos em território nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, determino o seguinte:

ARTIGO 1.º (Validade de vistos de curta estadia)

1. Os vistos de turismo e de curta duração, cujos titulares não tenham podido sair do território nacional, consideram-se válidos até 15 de Maio de 2020.

2. O disposto no número anterior aplica-se aos cidadãos estrangeiros que se encontram em território nacional com visto de fronteira, bem como aos cidadãos estrangeiros que entraram em Angola ao abrigo de Acordos de Isenção de Vistos.

ARTIGO 2.º

(Documentos relativos à permanência de estrangeiros)

1. Os documentos relativos à permanência de cidadãos estrangeiros em território nacional que vierem a caducar no decurso das medidas adoptadas são válidos até 30 de Maio de 2020.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se documentos relativos à permanência de cidadãos estrangeiros em território nacional a Autorização de Residência, Cartão de Refugiado, Visto de Trabalho e Visto de Permanência Temporária.

3. O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente aos documentos de cidadãos estrangeiros ausentes do território nacional.

ARTIGO 3.º

(Piquetes de atendimento)

O Serviço de Migração e Estrangeiros deve estabelecer piquetes para o atendimento de situações excepcionais de necessidade que se revelem indispensáveis à realização normal da vida dos cidadãos estrangeiros.

ARTIGO 4.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do disposto no presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 5.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Março de 2020.

O Ministro, *Eugénio C. Laborinho*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 131/20 de 2 de Abril

Considerando-se que o Decreto Presidencial n.º 80/20, de 25 de Março, autoriza a Ministra das Finanças a recorrer à emissão de títulos da Dívida Pública Directa, denominados Obrigações do Tesouro, a favor de empresas do Sector Empresarial Público;

Havendo a necessidade de capitalizar a TAAG — Linhas Áreas de Angola, Sociedade Anónima (TAAG S.A.);

Tendo em conta que, de acordo com os artigos 2.º e 8.º do referido Decreto Presidencial, compete à Ministra das Finanças estabelecer, por Decreto Executivo, as características dos títulos a emitir, que devem constar da Obrigação Geral a que se refere o artigo 8.º do Regime Jurídico de Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, aprovado pela Lei n.º 1/14, de 6 de Fevereiro;

Decreto Executivo 125/20, de 30 de Março

Aprovação das recomendações para o funcionamento das escolas no período de suspensão das aulas.

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação;

Considerando a suspensão das aulas nos Subsistemas de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Secundário Técnico--Profissional, Pedagógico e de Educação de Adultos;

Convindo adoptar medidas alternativas que permitam a manutenção do contacto do aluno com o conteúdo de ensino, a manutenção dos serviços mínimos administrativos e a capacitação, em serviço, dos professores;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

São aprovadas as recomendações para o funcionamento das escolas no período de suspensão das aulas, anexas ao presente Decreto Executivo e dele sendo parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra da Educação.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Março de 2020.

A Ministra, Luísa Maria Alves Grilo.

RECOMENDAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS NO PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS

1. Recomendações para os professores:

Orientar o estudo autónomo e independente dos alunos da sua classe/disciplina:

- a) Cópias;
- b) Leitura e elaboração de resumos de contos, lendas, fábulas e outros géneros literários;
- c) Trabalho de pesquisa de adivinhas, anedotas e provérbios, a partir de fontes orais (pais, avós, autoridades tradicionais, entre outras);
- d) Estudo do alfabeto;
- e) Exercícios;
- f) Desenho livre/orientado;
- g) Redacções/composições;
- h) Exercícios (disciplinas práticas ou teórico-práticas).

Participar nas acções de formação que serão organizadas pelas escolas, neste período específico;

Elaborar uma caracterização de cada um dos alunos, relativamente ao domínio da Língua Portuguesa (como é que o aluno lê, como escreve, se domina as 40 palavras

chave — substantivos, adjectivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções... etc.);

Elaborar uma caracterização de cada um dos alunos, relativamente ao domínio da Matemática (operações matemáticas básicas, selecção das operações em função das incógnitas dos problemas, solução de equações/inequações, m.m.c., m.d.c., entre outros);

Elaborar uma caracterização de outras disciplinas, em função da condição dos alunos, de modo a não deixarmos ninguém atrás;

Estar disponível para atender os pais e encarregados de educação.

2. Recomendações para os alunos:

- a) Proceder à leitura das obras, de acordo com as orientações baixadas pelos professores;
- b) Efectuar as cópias das lições recomendadas;
- c) Efectuar os exercícios programados pelos professores;
- d) Efectuar as composições e/ou redacções sobre os temas recomendados.

Sugestões de temas para as composições/Redacções:

- 1. Cuidados a ter com a Pandemia do Coronavírus;
- 2. Terra: nossa casa comum;
- 3. A Higiene corporal e a sua importância para a saúde;
- 4. Os meios de transporte e a sua importância.

3. Recomendações para os pais e encarregados de educação:

- a) Considerar como se os filhos estivessem em período de aulas;
- b) Determinar os horários dentro dos quais os filhos devem realizar as tarefas encomendadas e recomendadas pelos professores, e os horários para o repouso dos mesmos;
- c) Verificar se as tarefas estão a ser, efectivamente, realizadas;
- d) Sempre que possível, manter contacto com os professores para as devidas orientações.

4. Recomendações para os funcionários administrativos:

- a) Organizar os processos individuais dos alunos e professores;
- b) Assegurar que o atendimento aos utentes seja feito em grupos de não mais de 5 pessoas, dependendo do espaço em causa;
- c) Fazer o levantamento/actualização da condição física dos móveis das escolas;
- d) Preparar condições para a elaboração, quando chegue a altura, dos quadros de honra dos melhores alunos;
- e) Manter a higiene e a conservação das escolas.

A Ministra, Luísa Maria Alves Grilo.

Decreto Executivo 123/20, de 30 de Março

Sujeição dos bens médico-medicamentosos para a prevenção e tratamento do Coronavírus ao Regime de Preços Vigados.

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, que aprova as Bases Gerais do Sistema Nacional de Preços, determina que o Regime de Preços Vigados decorre da necessidade de se corrigir distorções na formação de preços de certos bens ou serviços, em consequência de alterações de preços não justificados pelas condições normais de mercado e deve aplicar-se a bens e serviços, com especial incidência na vida da população e cuja produção e distribuição ocorram em mercados não perfeitamente concorrenciais; Havendo a necessidade de garantir que os cidadãos e outras pessoas colectivas estejam em condições de adquirir os equipamentos e materiais de higiene pessoal, familiar e comunitária para a prevenção e tratamento do Coronavírus, reduzindo ao mínimo o risco de introdução e disseminação do Coronavírus em Angola, evitando, deste modo, a interrupção da actividade normal das pessoas, quer em termos de produção quer de consumo;

Em consonância com o Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, que estabelece as providências para salvaguardar a vida e a saúde da população em geral;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da

Constituição da República de Angola, a Ministra das Finanças, enquanto Autoridade de Preços, ouvido o Conselho Nacional de Preços, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea c) do artigo 17.º, conjugados com o artigo 9.º, todos do Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, que aprova as Bases Gerais do Sistema Nacional de Preços, e da alínea w) do n.º 1 do artigo 2.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determina:

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma sujeita os bens médico-medicamentosos para a prevenção e tratamento do Coronavírus ao Regime de Preços Vigíados.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente Diploma aplica-se a todos os agentes económicos que produzem, distribuem e comercializam bens, ou prestam serviços no território nacional, excepto àqueles que se regem por legislação específica.

ARTIGO 3.º (Lista dos bens médico-medicamentosos para a prevenção e tratamento do Coronavírus)

1. Fazem parte do Regime de Preços Vigíados os bens médico-medicamentosos de prevenção e tratamento do Coronavírus constantes da lista anexa ao presente Decreto Executivo, fazendo dele parte integrante.
2. Os bens previstos no número anterior ficam sujeitos à legislação de preços em vigor, mormente ao cumprimento das regras e procedimentos para fixação e alteração dos preços, a publicação dos preços de referência e aos respectivos actos de fiscalização previstos no Decreto Executivo n.º 77/16, de 25 de Fevereiro.
3. A lista dos bens médico-medicamentosos referida no n.º 1 do presente artigo é actualizada pela Autoridade de Preços, ouvido o Conselho Nacional de Preços, por meio da publicação no jornal de maior circulação no País.

ARTIGO 4.º (Fiscalização)

Compete à Inspeção Geral de Saúde, em coordenação com a Inspeção Geral do Comércio e os Serviços de Investigação Criminal, fiscalizar o cumprimento do estatuído no presente Diploma Legal, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 5.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra das Finanças.

ARTIGO 6.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Março de 2020.

A Ministra, Vera Daves de Sousa.

CONSULTAR ANEXO NO TEXTO OFICIAL

Decreto Presidencial 82/20, de 26 de Março

Definição das medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a infecção causada pelo vírus COVID-19 como pandemia mundial, elevando a situação para calamidade pública mundial;

Tornando-se imperiosa a adopção de medidas de excepção, extraordinárias, necessárias e urgentes, visando evitar a propagação da doença, salvaguardar a vida humana e assegurar o funcionamento dos serviços e o abastecimento de bens essenciais;

Considerando as recomendações do Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial de Saúde;

Tendo em conta que, após ouvir a Assembleia Nacional e consultar o Conselho da República, o Presidente da República declarou Estado de Emergência, através do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março;

Considerando a necessidade de se definir de modo claro as medidas concretas de excepção a observar durante a vigência do Estado de Emergência, as quais se consideram necessárias e proporcionais, considerando o contexto, incidindo, entre outros, sobre a circulação de pessoas;

Convindo igualmente salvaguardar um conjunto de direitos fundamentais, evitando a adopção de medidas excessivas e desproporcionais;

O Presidente da República determina, nos termos do n.º 4 do artigo 58.º, da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do

artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

MEDIDAS DE EXCEPÇÃO E TEMPORÁRIAS PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLO DA PROPAGAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19

ARTIGO 1.º (Objecto)

1. O presente Diploma define as medidas concretas de excepção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Diploma, podem ser adoptadas outras medidas sempre que a aplicação do presente Decreto Presidencial o exigir.

ARTIGO 2.º (Âmbito territorial)

O presente Diploma aplica-se em todo o território nacional.

ARTIGO 3.º (Restrições à liberdade de circulação)

1. É interdita a circulação e a permanência de pessoas na via pública, devendo os cidadãos estar submetidos a recolhimento domiciliário.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as deslocações necessárias e urgentes, nomeadamente para efeitos de:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) A prestação de serviços essenciais;

c) O desempenho de tarefas e o exercício de actividades profissionais em funcionamento durante o período de vigência do Estado de Emergência;

d) Obtenção de cuidados de saúde;

e) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio;

f) Assistência a pessoas vulneráveis;

g) Participação em acções de voluntariado;

h) Participação em actos públicos em instituições em funcionamento;

i) Busca de serviços bancários;

j) Acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis;

k) Retorno ao domicílio pessoal;

l) Transporte de mercadorias.

3. Os veículos particulares podem circular na via pública para a realização das actividades previstas no número anterior.

4. As deslocações para a aquisição de bens e serviços essenciais devem ser feitas preferencialmente para os estabelecimentos e serviços mais próximos da residência do cidadão.

5. Exceptuam-se igualmente as deslocações por parte de pessoal das missões diplomáticas, consulares e das organizações internacionais localizadas em Angola, desde que relacionadas com o desempenho de funções oficiais.

ARTIGO 4.º (Desobediência)

1. Em caso de violação do disposto no artigo anterior, os órgãos competentes da ordem pública orientam ao cidadão o regresso ao seu domicílio.

2. O desrespeito à ordem referida no número anterior constitui crime de desobediência, punível nos termos da lei penal, podendo dar lugar à detenção imediata.

ARTIGO 5.º (Cerca sanitária nacional)

1. É fixada cerca sanitária nacional, estando interditas as entradas e saídas do território nacional por qualquer meio.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as entradas e saídas do território nacional em casos de extrema necessidade e urgência, nomeadamente:

a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;

b) Ajuda humanitária;

c) Entradas e saídas de doentes.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, ficam as pessoas sujeitas à realização de teste obrigatório.

4. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes a definição dos termos de aplicação do disposto no número anterior.

5. É proibida a saída do território nacional de produtos da cesta básica, combustível, medicamentos, equipamentos e material gastável de uso médico.

ARTIGO 6.º (Cerca sanitária provincial)

1. É fixada cerca sanitária provincial em todas as províncias, estando interdita a circulação interprovincial em todo o território nacional.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior a circulação interprovincial nos casos considerados urgentes e necessários, nomeadamente para:

a) Entrada e saída de bens e serviços essenciais;

b) Ajuda humanitária;

c) Entradas e saídas de doentes.

ARTIGO 7.º (Quarentena obrigatória)

1. Estão sujeitos ao regime da quarentena obrigatória, institucional ou domiciliar:

- a) Os doentes com COVID-19 e os infectados com SARS-Cov2;
- b) Os cidadãos relativamente a quem as autoridades sanitárias competentes determinem situação de vigilância activa.

2. A violação da obrigação de quarentena, nos casos previstos no número anterior, constitui crime de desobediência,

punível nos termos da lei penal.

3. A violação da quarentena domiciliar dá lugar à sua transformação em quarentena institucional, podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor para a detenção em caso de resistência.

4. Os órgãos competentes devem criar as condições necessárias à localização de pessoas que tiveram contacto com casos positivos, para acompanhamento.

ARTIGO 8.º (Alargamento da escala de testagem)

1. Os órgãos competentes devem criar as condições para o alargamento da escala de realização de testes obrigatórios.

2. Ninguém pode recusar a realização dos testes obrigatórios, sob pena de prática de crime de desobediência.

ARTIGO 9.º (Funcionamento dos órgãos de soberania)

Os Órgãos de Soberania adoptam regimes próprios de funcionamento, considerando a situação de emergência, devendo salvaguardar sempre o funcionamento dos serviços mínimos essenciais.

ARTIGO 10.º (Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República)

1. Os Órgãos Auxiliares do Presidente da República mantêm o exercício pleno das suas funções.

2. Os Departamentos Ministeriais, os Governos Provinciais, as Administrações Municipais, as Administrações Comunais e de Distrito Urbano mantêm o exercício das suas funções, podendo, entretanto, limitar ou suspender a prestação de certos serviços públicos considerados não essenciais para o período de vigência do Estado de Emergência.

3. O efectivo laboral presencial dos órgãos referidos no número anterior é reduzido para uma quantidade não superior a 1/3, devendo o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social definir as modalidades de rotação do pessoal considerado essencial, não podendo abranger as gestantes e mulheres com crianças menores de 12 anos ao seu cuidado.

4. A medida prevista no n.º 3 do presente artigo não abrange os titulares de cargo de direcção e chefia, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções.

ARTIGO 11.º (Serviços públicos em geral)

1. São encerrados os serviços públicos da Administração Central e Local do Estado.
2. São encerrados os serviços públicos da Administração Directa e da Administração Indirecta.
3. Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os seguintes serviços públicos, prestados ou não por entidades públicas:
 - a) Unidades hospitalares públicas e privadas;
 - b) Banco Nacional de Angola;
 - c) Serviços de seguros;
 - d) Farmácias, fornecedores de medicamentos e prestadores de bens e serviços de uso hospitalar;
 - e) Serviços e unidades militares, de ordem pública e equiparados;
 - f) Serviços de segurança privada;
 - g) Serviços de protecção civil e bombeiros e serviços de emergência;
 - h) Serviços de energia e águas, incluindo os balcões de atendimento;
 - i) Serviços de apoio ao tráfego e mobilidade;
 - j) Serviços de recolha e tratamento dos resíduos;
 - k) Cemitérios, morgues e respectivos serviços de registos de óbito.
4. São ainda considerados serviços essenciais o abastecimento de água por cisternas privadas, não podendo ser suspensos salvo em caso de força maior, sob pena de requisição civil.
5. São suspensos os serviços de fiscalização presencial das operações de levantamento de petróleo.

ARTIGO 12.º (Protecção especial de cidadãos particularmente vulneráveis)

1. Estão sujeitos à protecção especial os cidadãos particularmente vulneráveis à infecção por COVID-19, nomeadamente os cidadãos:
 - a) Com idade igual ou superior a 60 anos;
 - b) Portadores de doença crónica considerada de risco, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, designadamente os imuno-comprometidos, os doentes renais, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos;
 - c) As gestantes e mulheres com crianças menores de 12 anos a seu cuidado.

2. Os cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior, quando detentores de vínculo laboral com entidade, pública ou privada, que deve prestar serviço no período de vigência do Estado de Emergência, estão dispensados da actividade laboral presencial.

3. O disposto no número anterior não abrange os titulares de cargo público, os profissionais de saúde, operadores de tráfego e apoio à mobilidade, bem como os membros dos Órgãos de Defesa e Segurança.

ARTIGO 13.º (Salvaguarda das relações jurídico-laborais)

1. É proibida a cessação das relações jurídico-laborais com fundamento na ausência dos trabalhadores do local de trabalho.

2. O disposto no número anterior não impede a adopção de medidas disciplinares, nomeadamente para os funcionários e trabalhadores com dever de prestar serviço durante a vigência do Estado de Emergência.

ARTIGO 14.º (Trabalho em domicílio)

1. Os cidadãos dispensados da actividade laboral durante o período do Estado de Emergência podem estar sujeitos ao regime de trabalho em domicílio.

2. Compete a cada entidade, pública ou privada, definir as modalidades do trabalho em domicílio.

ARTIGO 15.º (Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional)

1. São encerrados os estabelecimentos públicos e privados de ensino, em todos os níveis do sistema nacional de educação.

2. São encerrados os centros de formação profissional públicos e privados do sistema nacional de formação profissional.

ARTIGO 16.º (Competições e treinos desportivos)

São encerrados todas as competições desportivas, os estabelecimentos de competição e os treinos desportivos.

ARTIGO 17.º (Actividade comercial)

1. São encerrados todos os estabelecimentos comerciais privados.

2. Exceptuam-se do disposto do número anterior os estabelecimentos comerciais de venda de:

a) Bens alimentares a grosso e a retalho;

b) Bancos e serviços de pagamento;

c) Telecomunicações e serviços de imprensa, rádio e televisão;

- d) Hotelaria;
 - e) Restauração para serviço externo, designadamente take-away e entrega ao domicílio;
 - f) Postos e todos os serviços que integram a cadeia de abastecimento de combustível;
 - g) Agências funerárias e serviços conexos;
 - h) Manutenção e reparação de veículos automóveis e manutenções urgentes;
 - i) Outros serviços essenciais à vida colectiva, após parecer favorável das entidades sanitárias competentes.
3. As entidades abrangidas pelo disposto no número anterior devem criar as condições de biossegurança necessárias à protecção do pessoal de serviço.
4. É proibido o encerramento dos serviços referidos no n.º 2 do presente artigo, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da prestação dos seus serviços.

ARTIGO 18.º (Mercados e venda ambulante)

1. Os mercados públicos, formais ou informais, mantêm-se em funcionamento, no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, exclusivamente para a comercialização de produtos essenciais, entre outros:
- a) Bens alimentares;
 - b) Produtos naturais e dietéticos;
 - c) Produtos de higiene, limpeza e cosméticos;
 - d) Gás butano.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por recomendação das autoridades sanitárias competentes, podem ser encerrados os mercados formais ou informais, sempre que se esteja em presença comprovada de alto risco de contágio comunitário.
3. É proibida a comercialização de produtos não essenciais.
4. É permitida a venda ambulante individual, devendo ser observado o distanciamento mínimo recomendado entre o vendedor e o comprador no acto da compra.
5. São proibidos os mercados informais de rua que impliquem a concentração de pessoas.
6. Os órgãos gestores dos mercados devem criar as condições para a observância do distanciamento recomendável entre os vendedores e entre estes e os compradores.

7. Os órgãos competentes da Administração Local devem criar as condições para a desinfestação regular dos mercados, bem como de higiene e salubridade do meio.

ARTIGO 19.º (Actividade industrial e agrícola)

1. São encerradas as unidades industriais.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as indústrias de:

a) Produção de bens alimentares e bebidas;

b) Produtos essenciais aos serviços de saúde;

c) Petrolífera e respectivos serviços de apoio;

d) Mineira;

e) Unidades que trabalham com ciclos de produção contínua, nomeadamente as que utilizam fornos

com altas temperaturas no seu processo produtivo;

f) Unidades de produção de cartão, vidro e plástico;

g) Outras essenciais à vida colectiva, após parecer das entidades sanitárias competentes.

3. As entidades abrangidas pelo disposto no número anterior devem criar as condições de biossegurança necessárias à

protecção do pessoal de serviço.

4. É proibido o encerramento dos serviços referidos no número anterior, salvo em situação de força maior, podendo as autoridades competentes adoptar as medidas necessárias para a manutenção da prestação dos seus serviços.

5. Mantêm-se em funcionamento as unidades de produção agrícola, bem como as actividades de agricultura familiar e de subsistência.

ARTIGO 20.º (Actividades políticas e liberdade de reunião e manifestação)

1. Estão interditos os eventos e actividades políticas que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.

2. Estão interditas as reuniões e manifestações que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas.

ARTIGO 21.º (Actividades recreativas, culturais e de lazer na via pública ou em espaço público)

1. São interditas as actividades recreativas e de lazer realizadas na via pública ou em espaço público.

2. São encerradas as discotecas e salas de jogos.
3. São encerrados os bares e similares, excepto para a prestação de serviço de entrega ao domicílio.
4. São encerrados os espaços públicos destinados à prática desportiva e ao lazer e zonas balneares.
5. São suspensas as actividades culturais e artísticas.
6. São encerrados os locais de realização de actividades culturais.
7. São encerrados os museus, bibliotecas, teatros, monumentos e similares.
8. É suspensa a realização de feiras e exposições.

ARTIGO 22.º (Cultos e celebrações religiosas)

1. Estão suspensos os cultos e celebrações religiosas na sua dimensão colectiva em todos os lugares de culto.
2. O disposto no número anterior não impede o direito à liberdade de culto na sua dimensão individual.

ARTIGO 23.º (Cerimónias fúnebres)

1. São proibidas cerimónias fúnebres com mais de 50 participantes.
2. Os órgãos de gestão dos cemitérios adoptam as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no número anterior.

ARTIGO 24.º (Regime excepcional de contratação pública)

1. A aquisição de bens e serviços urgentes necessários ao controlo e combate à pandemia fica sujeita a um regime excepcional.
2. Os bens e serviços essenciais, nomeadamente medicamentos, material hospitalar, material de biossegurança e demais material essencial, pode ser adquirido em regime de contratação simplificada.
3. Compete ao Ministério das Finanças criar as condições para a efectivação do disposto nos números anteriores.

ARTIGO 25.º (Regularização fiscal a posteriori)

1. O pagamento de impostos sobre a importação de bens alimentares, medicamentos e outros bens essenciais fica sujeito ao regime de regularização a posteriori.
2. Compete ao Ministério das Finanças garantir os mecanismos de aplicação do disposto no número anterior.

ARTIGO 26.º (Licenciamento para importação de bens essenciais)

1. A importação de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança e outros produtos essenciais fica sujeita

a um regime excepcional de licenciamento.

2. Compete aos Ministérios das Finanças, da Economia e Planeamento, dos Transportes, do Comércio e ao Banco Nacional de Angola definir o regime referido no número anterior, o qual deve privilegiar a facilitação e a desburocratização.

ARTIGO 27.º (Protecção de inquilinos)

1. São proibidos os despejos de inquilinos nos contratos de arrendamento para fins habitacionais.

2. O disposto no número anterior não desonera o inquilino do dever de pagamento da renda devida.

ARTIGO 28.º (Visita a estabelecimentos hospitalares e prisionais)

1. São interditas as visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares e aos cidadãos presos ou detidos.

2. Os órgãos competentes devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos cidadãos internados, presos e detidos.

ARTIGO 29.º (Transportes colectivos de pessoas e bens)

1. Os transportes colectivos essenciais à mobilidade durante a vigência do Estado de Emergência mantêm-se em funcionamento apenas para a prestação dos serviços mínimos.

2. A disponibilidade de transportes públicos de passageiros deve ser reduzida, nos termos do número anterior, cabendo ao Ministério dos Transportes definir os termos da sua implementação.

3. Fica proibida a prestação de serviços de moto-táxi.

4. Os transportes rodoviários e ferroviários mantêm-se em funcionamento apenas para a prestação dos serviços mínimos, bem como a transportação de bens e mercadorias essenciais.

5. É definido o limite máximo de 1/3 de passageiros em simultâneo em transportes colectivos, públicos ou privados, em relação à sua capacidade.

6. Os proprietários das empresas ou dos veículos devem garantir as condições mínimas de higiene e segurança sanitária.

7. A violação do disposto no presente artigo por parte de prestadores de serviço privados pode determinar a apreensão do veículo.

8. O Ministério dos Transportes deve praticar os actos necessários e adequados para garantir os serviços de transporte de pessoas e bens essenciais, por via dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, assim como a manutenção e funcionamento das infra-estruturas essenciais.

ARTIGO 30.º (Medidas de protecção individual)

1. As instituições públicas e privadas que se mantenham em funções nos termos do presente Diploma devem garantir as condições essenciais de protecção individual dos funcionários e respeitar as orientações das autoridades sanitárias, designadamente em matéria de higiene e biossegurança.

2. O atendimento público deve observar as orientações sobre o distanciamento entre as pessoas.

ARTIGO 31.º (Requisição dos Órgãos de Defesa e Segurança)

1. Enquanto Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, autorizo o recurso aos Órgãos de Defesa e Segurança

para a garantia do cumprimento do disposto no presente Diploma.

2. O Ministério da Defesa Nacional e o Ministério do Interior devem criar as condições para a efectivação da participação dos Órgãos de Defesa e Segurança na medida do necessário e proporcional.

ARTIGO 32.º (Requisição de médicos e enfermeiros reformados)

1. É determinada requisição civil de médicos e enfermeiros na reforma.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos de médicos e enfermeiros particularmente vulneráveis à pandemia

COVID-19.

3. Compete ao Ministério da Saúde criar as condições para a materialização das medidas previstas no presente artigo.

ARTIGO 33.º (Acesso ao direito e aos tribunais)

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos articula com os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público a adopção das providências adequadas à efectivação do acesso ao direito e aos tribunais, para salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão.

ARTIGO 34.º (Suspensão dos prazos de prescrição e caducidade)

Fica suspensa a contagem de quaisquer prazos legais para prescrição e caducidade de acções e direitos pelo período de duração do Estado de Emergência.

ARTIGO 35.º (Validade dos documentos oficiais caducados)

São válidos e eficazes os documentos oficiais mesmo que caducados, nomeadamente:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Carta de condução;
- c) Livrete de viatura;
- d) Título de propriedade automóvel;
- e) Passaporte;
- f) Visto de turismo e de trabalho;
- g) Cartão de estrangeiro residente.

ARTIGO 36.º (Licenças e autorizações)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, as licenças, autorizações ou outro tipo de actos administrativos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respectivo prazo.

ARTIGO 37.º (Créditos bancários)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, ficam sem efeito as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no presente Diploma.

ARTIGO 38.º (Inspeção das actividades económicas)

1. Os órgãos competentes de inspecção das actividades económicas mantêm-se em funções e funcionam com apoio dos Órgãos de Defesa e Segurança.
2. Devem ser reforçadas as acções de inspecção com vista a identificar e sancionar as práticas de especulação de preços pelos estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 39.º (Órgãos de comunicação social e dever de informação)

1. Os órgãos de comunicação social públicos e privados mantêm-se em funcionamento devendo, no interesse público, colaborar com as autoridades competentes.
2. Os órgãos competentes de gestão podem adoptar medidas de diminuição do efectivo laboral presencial durante a vigência do Estado de Emergência, salvaguardando sempre a prestação dos serviços essenciais.
3. Os órgãos competentes devem, com a regularidade recomendável, assegurar informação pública sobre a evolução da pandemia em Angola.

4. Os órgãos de comunicação social públicos e privados devem reservar espaço na sua grelha de programação para informar sobre a pandemia do COVID-19, nos termos a definir pelo Ministério da Comunicação Social.

ARTIGO 40.º (Dever de cooperação)

Os cidadãos e as entidades públicas e privadas têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, protecção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas do presente Diploma.

ARTIGO 41.º (Audição de especialistas em saúde pública)

As entidades competentes devem ouvir, com a regularidade possível, especialistas em saúde pública ou em outras áreas afins, necessárias à adopção de medidas para a contenção da propagação do COVID-19.

ARTIGO 42.º (Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária)

Os órgãos competentes devem implementar medidas adicionais com vista à sensibilização e à educação cívico-sanitária dos cidadãos sobre a pandemia por COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados, e de outros meios considerados adequados.

ARTIGO 43.º (Voluntariado)

Sempre que recomendável, podem ser promovidas acções de voluntariado com vista ao asseguramento das funções essenciais

à implementação das medidas previstas no presente Diploma e de outras que venham a ser tomadas, desde que devidamente credenciadas.

ARTIGO 44.º (Validade das medidas que não contrariam o presente Diploma)

1. São válidas e eficazes todas as medidas adoptadas para a prevenção e combate à pandemia do COVID-19, desde que não contrariem o disposto no presente Diploma.

2. Compete aos Departamentos Ministeriais competentes em razão da matéria garantir as condições, implementar, fazer cumprir e adoptar as medidas necessárias à eficácia do presente Diploma.

ARTIGO 45.º (Delegação de competências)

São delegadas competências aos Ministros para, em razão da matéria, definir as medidas de implementação do presente Diploma.

ARTIGO 46.º (Revogação)

São revogados todos os actos praticados pelos órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 47.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 48.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às 00:00 do dia 27 de Março de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Março de 2020.

O Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Decreto Executivo 122/20, de 24 de Março

Determina que todas as empresas públicas e privadas e outras entidades abrangidas pela Lei Geral do Trabalho devam elaborar e aplicar planos de contingência ao abrigo do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março.

Havendo necessidade de se assegurar a implementação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março;

Convindo a adoptar medidas adicionais que visem evitar a eventual propagação da Pandemia COVID-19;

Considerando que o desenvolvimento das actividades laborais ao nível do Sector Empresarial pressupõe um aglomerado de trabalhadores nos centros de trabalho, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do referido Decreto Legislativo Presidencial Provisório;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 33/18, de 8 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º (Obrigatoriedade)

Todas as empresas públicas e privadas, bem como outras entidades abrangidas pela Lei Geral do Trabalho, devem elaborar e aplicar planos de contingência ao abrigo do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março.

ARTIGO 2.º (Justificação de ausência)

Consideram-se justificadas as ausências registadas no local de trabalho de todos os trabalhadores sujeitos à condição de quarentena, bem como aqueles cuja actividade laboral esteja suspensa face à pandemia, sem prejuízo de as entidades empregadoras procederem ao pagamento integral e pontual dos salários dos referidos trabalhadores.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultem da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pela Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Março de 2020.

A Ministra, Teresa Rodrigues Dias.

Decreto Executivo 121/20, de 24 de Março

Suspensão, a nível do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, da prestação dos serviços dos Registos e do Notariado, da Identificação Civil e Criminal, do Gabinete Jurídico, do Guiché Único da Empresa (GUE), do Balcão Único do Empreendedor (BUE), do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL) e do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), por 15 dias, com efeitos a partir do dia 24 de Março de 2020, com excepção para os serviços mínimos e urgentes (óbitos), bem como para a constituição de sociedades comerciais on-line e para os casamentos agendados para o período a que se refere a suspensão.

Considerando que o Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, determina que, sectorialmente, sejam tomadas as medidas de contingência apropriadas para enfrentar a pandemia do COVID-19 (Coronavírus);

Tendo em atenção o registo das primeiras ocorrências de contágio, a nível do País, em razão da infecção causada pelo referido vírus;

Sopesando o facto de alguns Serviços da Justiça, dada a sua elevada interacção com o público, exigirem a adopção e implementação de medidas extraordinárias de contenção e de prevenção específicas;

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e em conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de Março, determina o seguinte:

ARTIGO 1.º (Suspensão de serviços)

É suspensa, a nível do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a prestação dos serviços dos Registos e do Notariado, da Identificação Civil e Criminal, do Gabinete Jurídico, do Guiché Único da Empresa — GUE, do Balcão Único do Empreendedor — BUE, do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios — CREL, e do Instituto Nacional de Estudos Judiciários — INEJ, por 15 dias, com efeitos a partir do dia 24 de Março de 2020.

ARTIGO 2.º (Serviços mínimos)

1. Exceptuam-se do disposto no artigo anterior os serviços mínimos e urgentes, bem como a constituição de sociedades comerciais on-line e os casamentos agendados para o período a que se refere a suspensão.
2. Nos casamentos previstos no número anterior, as presenças na cerimónia de registo oficial devem limitar-se, para além do Conservador do Registo Civil, aos cônjuges, testemunhas (padrinhos) e pais dos cônjuges.

ARTIGO 3.º (Âmbito dos serviços mínimos)

Consideram-se serviços mínimos, para efeitos do período de suspensão ora decretado, os seguintes actos:

- a) Registo de óbitos;
- b) Imposição de selos nas urnas funerárias;
- c) Abertura de urnas funerárias.

ARTIGO 4.º (Piquetes de atendimento)

A Direcção Nacional dos Registos e do Notariado deve organizar, para efeitos do disposto no número anterior, piquetes de atendimento.

ARTIGO 5.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que o presente Diploma suscitar são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 6.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Março de 2020.

O Ministro, Francisco Manuel Monteiro de Queiroz.

Cabo Verde

Constituição da República de Cabo Verde

Artigo 27º

(Suspensão dos direitos, liberdades e garantias)

Os direitos, liberdades e garantias só poderão ser suspensos em caso de declaração do estado de sítio ou de emergência, nos termos previstos na Constituição.

TÍTULO I DO ESTADO DE SÍTIO E DE EMERGÊNCIA

Artigo 270º

(Estado de sítio)

O estado de sítio só pode ser declarado, no todo ou em parte do território nacional, no caso de agressão efectiva ou iminente do território nacional por forças estrangeiras ou de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional.

Artigo 271º

(Estado de emergência)

O estado de emergência será declarado, no todo ou em parte do território nacional, em caso de calamidade pública ou de perturbação da ordem constitucional cuja gravidade não justifique a declaração do estado de sítio.

Artigo 272º

(Fundamentação e período de duração)

1. A declaração do estado de sítio ou de emergência deverá ser devidamente fundamentada e nela deverá ser indicado o âmbito territorial, os seus efeitos, os direitos, liberdades e garantias que ficam suspensos e a sua duração, que não poderá ser superior a trinta dias, prorrogáveis por igual período e com os mesmos fundamentos. 2. Em caso de guerra e tendo sido declarado o estado de sítio, a lei poderá fixar para este um prazo superior ao estabelecido no número anterior, devendo, neste caso, o período de duração do estado de sítio ser o estritamente necessário para o pronto restabelecimento da normalidade democrática.

Artigo 273º

(Proibição de dissolução da Assembleia Nacional)

1. Na vigência do estado de sítio ou de emergência não pode ser dissolvida a Assembleia Nacional, que fica automaticamente convocada caso não esteja em sessão. 2. Se a Assembleia Nacional estiver dissolvida ou no caso de ter terminado a legislatura na data da declaração de estado de sítio ou de emergência, as suas competências serão assumidas pela Comissão Permanente.

Artigo 274º

(Subsistência de certos direitos fundamentais)

A declaração do estado de sítio ou de emergência em nenhum caso pode afectar os direitos à vida, à integridade física, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei penal, o direito de defesa do arguido e a liberdade de consciência e de religião.

Artigo 275º

(Competência dos órgãos de soberania)

A declaração do estado de sítio ou de emergência não pode afectar as regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania, nem os direitos e imunidades dos respectivos titulares, nem pode alterar os princípios da responsabilidade do Estado e dos seus agentes reconhecidos na Constituição.

Artigo 276º

(Prorrogação dos mandatos electivos e proibição de realização de eleições)

1. Declarado o estado de sítio, ficam automaticamente prorrogados os mandatos dos titulares electivos dos órgãos do poder político que devam findar durante sua vigência. 2. Declarado o estado de emergência restrito a uma parte do território nacional, aplica-se o disposto no número anterior aos órgãos eleitos da respectiva área. 3. Durante a vigência do estado de sítio ou de emergência e até ao trigésimo dia posterior à sua cessação, não é permitida a realização de qualquer acto eleitoral.

Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de abril

(Medidas Excepcionais e Temporárias de Resposta à Situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus Sars-Cov-2 e da Doença Covid-19)

PREÂMBULO

A 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de saúde pública de âmbito internacional e, no dia 11 de março de 2020, classificou o vírus SARS-CoV-2 que provoca a doença COVID-19 como uma pandemia.

O vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, apresenta um período de incubação atualmente definido pela OMS e pela Direção Nacional de Saúde (DNS) entre 2 a 14 dias e é transmitido entre pessoas, possivelmente, através da respiração de gotículas, secreções e aerossóis infetados e de pessoas que estão em contato próximo uns com os outros (menos dois metros de distância).

A propagação do Vírus, a nível internacional, tem aumentado a cada dia, tendo já sido detetado mais de meio milhão de pessoas infetadas e causado mais de trinta mil mortos.

O vírus SARS-CoV-2 que provoca a doença COVID-19, conduziu a economia global para níveis de risco e de incertezas muito elevados, o que exige ações céleres e concertadas.

Nas pequenas economias insulares, cujo grau de abertura é superior a 100%, como é o caso de Cabo Verde, os choques externos facilmente afetam a dinâmica da atividade económica nacional. O turismo, enquanto setor pivot da economia cabo-verdiana, deverá ser severamente afetado e, simultaneamente, os demais setores da economia.

Em Cabo Verde, até ao momento, foram confirmados seis casos positivos.

Perante tal cenário, foi declarado estado de calamidade pelo Governo através da Resolução n.º 53/2020 de 26 de março e, seguidamente, pelo Presidente da República, estado de emergência.

Neste contexto, urge a previsão de normas excepcionais para fazer face a epidemia SARS-CoV-2, com vista à proteção de todos os cidadãos, no resguardo do bem essencial que é a saúde pública, bem como, minimizar as consequências do forte

impacto económico que esta epidemia está a provocar, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional a vários níveis.

Neste sentido, é prioritário a aplicação de medidas extraordinárias que privilegiem a manutenção dos postos de trabalho, de forma a garantir o rendimento das famílias. Assim, o Governo aprova um regime excecional, simplificado, de suspensão de contrato de trabalho por motivos relativos à empresa, reduzindo o prazo de comunicação prévia à Direção-Geral do Trabalho e ao trabalhador, como também distribuir os encargos relativamente ao pagamento dos salários entre o Empregador e o Instituto Nacional de Previdência Social. Este regime simplificado especial abrange os contratos de duração indeterminada e os contratos de duração determinada.

Importa, igualmente, adotar medidas de isenções fiscais que aliviem a tesouraria das empresas. Desta forma, o governo, isenta as entidades empregadoras do pagamento das contribuições sobre sua responsabilidade, neste período.

Por outro lado, aprova-se um conjunto de medidas relativos aos prazos e procedimentos judiciais e administrativos, bem como, de funcionamento dos Tribunais. São aprovados um regime excecional de suspensão dos prazos processuais e procedimentais e de realização de diligências.

De igual modo considerando-se a impossibilidade dos cidadãos e das empresas renovarem ou obterem documentos, cujo prazo de validade durante a situação epidemiológica do SARS - CoV -2 e da doença COVID -19 determina-se a obrigatoriedade de aceitação pelas entidades públicas da exibição de documentos cujo prazo de validade expire durante o período de vigência da presente lei.

É também adotado um conjunto de medidas relativas à validade dos alvarás e autorizações de licenciamento.

Considerando-se a eventual possibilidade de os senhorios invocarem o encerramento dos estabelecimentos por imposição das autoridades sanitárias e de Proteção Civil para rescindirem os contratos de arrendamento, aprova-se um conjunto de medidas de proteção dos arrendatários.

De igual modo, considerando que o estatuto dos municípios estabelece que a

aprovação das contas de gerência efetua-se em sessão da Assembleia Municipal a realizar-se no mês de abril, difere-se o prazo de realização desta reunião ordinária obrigatória para o mês de maio.

Importa, também, acautelar constrangimentos na aquisição de bens, serviços e equipamentos designadamente no domínio da saúde e da Proteção Civil, por isso, são aprovadas medidas que permitam a possibilidade de contratação pública e de autorização de despesas com a máxima celeridade.

Igualmente, são tomadas medidas urgentes e imprescindíveis em matéria de contratação e gestão de recursos humanos.

Adotam-se medidas que aumentam a eventual necessidade de distanciamento social aprovando-se um regime de teletrabalho para os serviços da Administração Público.

Por último, importa referir que são aprovadas medidas que facilitam os processos de contratação pública e de contratação de recursos humanos para os serviços essenciais isentando esses mesmos contratos de fiscalização prévia.

O regime excecional e temporário, previsto no presente diploma estende-se, ao sector privado, aos serviços da administração direta, indireta e autónoma do Estado, às Autarquias Locais, ao sector empresarial do estado, às entidades administrativas independentes, aos serviços e organismos na dependência da Presidência da República, da Assembleia Nacional, e aos Tribunais, nos termos estabelecidos na presente Lei.

Relativamente à vigência da presente lei, prevê-se a retroatividade de aplicação na Ilha da Boa Vista à data de 20 de março, altura em que foram reforçadas as medidas de contingência e mitigação dos efeitos da situação epidemiológica do SARS - CoV -2 e da doença COVID-19.

Assim,

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta nos termos da alínea b) do artigo 175.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

A presente Lei estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Artigo 2.º Âmbito

As medidas previstas no presente diploma aplicam-se ao sector privado, aos serviços da administração direta, indireta e autónoma do Estado, às Autarquias Locais, ao sector empresarial do estado, às entidades administrativas independentes, aos serviços e organismos na dependência da Presidência da República, da Assembleia Nacional, e aos Tribunais.

Artigo 3.º Suspensão do contrato de trabalho

1. Pode o empregador suspender o contrato de trabalho de todos ou alguns trabalhadores, por um período de até 90 dias, a contar de 1 de abril de 2020, com fundamento em dificuldades conjunturais de mercado, motivos económicos e carência de abastecimento de matérias primas ou outros bens, comunicando com a antecedência mínima de 4 dias a Direção Geral do Trabalho dos fundamentos e extensão da suspensão.
2. Os empregadores que antes da data referida no número anterior, tenham comunicado à Direção Geral de Trabalho da suspensão dos contratos de trabalhos, pelos motivos acima indicados, ficam abrangidos pelo presente regime.
3. O empregador deve informar ao trabalhador abrangido pelo regime simplificado de suspensão do contrato de trabalho prevista no número anterior, com antecedência mínima de 3 dias.

Artigo 4.º Benefícios do trabalhador em situação de suspensão do contrato de trabalho

1. Nas situações de suspensão do contrato de trabalho, devidamente identificadas no artigo anterior, ao trabalhador colocado nessa situação é assegurado o direito a um benefício mensal, ou proporcional, no montante de 70% da sua remuneração de referência, calculado nos mesmos moldes do subsídio de doença.
2. A responsabilidade do pagamento do benefício compete às entidades empregadoras

e a entidade gestora do Sistema de Proteção Social, na proporção de 35% cada.

3. O benefício é deferido após a apresentação do requerimento, pela entidade empregadora, desde que não existam outras formas de prestação da atividade, nomeadamente por teletrabalho e desde que seja comprovado o cumprimento dos requisitos exigidos para a suspensão previstos nos números 1 e 3 do artigo anterior.
4. As entidades competentes, ficam com a responsabilidade de proceder ao pagamento da sua parcela diretamente ao beneficiário.
5. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho as entidades empregadoras e os trabalhadores ficam isentos do pagamento das contribuições e quotizações para a segurança social.

Artigo 5.º Isenção pagamento contribuições INPS

1. As empresas inscritas no regime geral de proteção social obrigatória ficam isentas do pagamento das contribuições sob sua responsabilidade nos meses, de abril, maio e junho de 2020, desde que comprovada uma redução mensal de 30% do volume de negócio, comparativamente ao período homólogo.
2. Para efeito do determinado no número anterior, os contribuintes deverão fazer prova da redução do seu volume de negócios junto das Repartições das Finanças que, após a certificação da condição, enviará uma declaração ao INPS para reconhecimento do direito de isenção do pagamento das contribuições.
3. Ficam excluídas do campo de aplicação pessoal do presente regime de isenção de pagamento das contribuições à segurança social, as empresas do setor público, e as instituições financeiras.
4. Sem prejuízo do benefício da isenção mencionado no n.º 1, os contribuintes devem remeter, com a periodicidade prevista na lei, as Folhas de Ordenados e Salários à entidade gestora do Sistema de Proteção Social Obrigatório.

Artigo 6.º Atos processuais e procedimentais

1. Enquanto vigorar a presente situação excecional prevista no artigo 1.º, declarada pelo Serviço Nacional de Proteção Civil e pelo Serviço Nacional de Saúde, os atos processuais e procedimentais que devam ser praticados no âmbito dos processos e procedimentos, que corram termos no Tribunal Constitucional, no Supremo Tribunal de Justiça, nos Tribunais Judiciais de Segunda Instância, nos Tribunais Judiciais de Primeira Instância, no Tribunal de Contas, no Tribunal Militar de Instância, nos Tribunais Fiscais e Aduaneiros, nos Tribunais Administrativos, nos Tribunais Arbitrais, no Ministério Público e nos Órgãos de Execução Tributária, aplica-se o regime das férias

judiciais.

2. A situação excecional referida no número anterior constitui, ainda, causa de suspensão dos prazos judiciais, de prescrição e de caducidade relativos a todos os tipos de processos e procedimentos.

3. A suspensão dos prazos, referida no número anterior, prevalece sobre quaisquer regimes que estabeleçam prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo os mesmos alargados pelo período de duração da vigência da situação excecional.

4. O disposto no presente artigo aplica-se com as necessárias adaptações:

a) Procedimentos que corram termos em cartórios notariais e conservatórias;

b) Procedimentos contraordenacionais, sancionatórios e disciplinares, respetivos atos e diligências que corram termos em serviços da administração direta, indireta do Estado, Autarquias Locais e das entidades administrativas independentes;

c) Prazos administrativos e tributários que corram a favor de particulares.

5. Os prazos tributários a que se refere a alínea c) do número anterior dizem respeito apenas aos atos de interposição de impugnação judicial, reclamação graciosa, recurso hierárquico, ou outros procedimentos de idêntica natureza, bem como aos prazos para a prática de atos no âmbito dos mesmos procedimentos tributários.

Artigo 7.º Realização de diligências

1. Sempre que tecnicamente viável, é admitida a prática de quaisquer atos processuais e procedimentais através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente, por correio eletrónico ou vídeo-ou teleconferência.

2. Realizam-se, presencialmente, as diligências urgentes em que estejam em causa direitos fundamentais, nomeadamente, diligências processuais relativas a menores em risco ou a processos tutelares educativos de natureza urgente, diligências e julgamentos de arguidos presos, desde que a sua realização não implique a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde e nas normas de contingência determinadas pelo Governo de Cabo Verde através da Resolução n.º 46/2020, de 13 de março.

3. Todas as diligências de qualquer tribunal e ou juízo, alusivas ao serviço urgente deverão ser asseguradas pelos respetivos juízes titulares ou em caso de impedimento, de acordo com as regras inerentes às substituições legais, em vigor, em cada comarca.

4. A implementação das medidas referentes à prestação de serviços por correio eletrónico ou por videoconferência e a definição das demais condições em que devem ser realizadas as diligências urgentes, cabe aos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público.

5. Os magistrados continuam a trabalhar os processos não urgentes, a partir dos respectivos domicílios.
6. Os secretários judiciais ou responsáveis pelas Secretarias organizam o serviço de turnos dos Oficiais de justiça, em articulação prévia com o Presidente do Tribunal, o Juiz titular do Juízo ou o Coordenador da Procuradoria, consoante os casos.

Artigo 8.º Regime extraordinário e transitório de proteção dos arrendatários

1. Até à cessação das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, conforme determinada pela autoridade nacional de saúde pública, fica suspensa:
 - a) A produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio;
 - b) A execução de hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente do executado.
2. O encerramento de instalações e estabelecimentos ao abrigo do presente diploma não pode ser invocado como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contratos de arrendamento não habitacional ou de outras formas contratuais de exploração de imóveis, nem como fundamento de obrigações de desocupação de imóveis, em que os mesmos se encontrem instalados.

Artigo 9.º Órgãos do poder local

1. As reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais previstas para o mês de abril e maio podem realizar-se até 30 de maio de 2020.
2. A obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos dos municípios, conforme previsto nos artigos 23.º da Lei 134/IV/95, de 03 de julho, fica suspensa até ao dia 30 de maio de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até dia 30 de maio de 2020, podem ser realizadas por videoconferência, ou outro meio digital, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, desde que haja condições técnicas para o efeito.

Artigo 10.º Regime excecional de contratação pública

1. Para efeitos de escolha do procedimento de ajuste direto para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de contratos de locação ou aquisição de

bens móveis e de aquisição de serviços, advenientes direta e exclusivamente de necessidades provocadas pelo COVID -19, independentemente da natureza da entidade adjudicante, aplica-se o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Código de Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa devidamente fundamentado.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se tratar de ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual não seja superior 600.000\$00 (seiscentos mil escudos), é aplicável o procedimento disposto no artigo 154.º do CCP.

3. Aos procedimentos abrangidos pela presente lei não se aplicam as limitações constantes do artigo 39.º do CCP.

4. Na fase de preparação e aprovação de documentos de adjudicação fica suspenso o procedimento previsto no n.º 5 do artigo 41.º do CCP.

5. As adjudicações feitas ao abrigo do presente regime excecional são comunicadas pelas entidades adjudicantes aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva área setorial e publicitadas no portal dos contratos públicos, garantindo o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da contratação.

6. Os contratos celebrados ao abrigo do presente regime excecional na sequência de ajuste direto, independentemente da sua redução ou não a escrito, podem produzir todos os seus efeitos logo após a adjudicação.

7. Sempre que estiver em causa a garantia da disponibilização, por parte do operador económico, dos bens e serviços a que se refere o presente artigo, pode a entidade adjudicante efetuar adiantamentos do preço com dispensa dos pressupostos previstos no n.º 2 do artigo 104.º do CCP, e os atos e contratos decorrentes podem produzir imediatamente todos os seus efeitos.

Artigo 11.º Regime excecional de autorização de despesa

1. Aos procedimentos de contratação pública advenientes direta e exclusivamente das necessidades provocadas pelo COVID -19 realizados ao abrigo da presente lei aplicam-se, a título excecional, as seguintes regras de autorização de despesa:

a) Os pedidos de autorização da tutela financeira e setorial, quando exigíveis por lei, consideram-se tacitamente deferidos, na ausência de pronúncia, logo que decorridas 24 horas após remessa, por via eletrónica, à respetiva entidade pública com competência para os autorizar;

b) Consideram-se fundamentadas as aquisições realizadas no âmbito da presente lei, para efeito dos pedidos de autorização referidos na alínea anterior;

- c) As despesas plurianuais que resultam da presente lei encontram-se tacitamente deferidas se, após apresentação do pedido de autorização através de portaria de extensão de encargos junto do membro do Governo responsável pela área das finanças, sobre o mesmo não recair despacho de indeferimento no prazo de três dias, competindo ao membro do Governo responsável pela área setorial os normais procedimentos de publicação;
- d) As alterações orçamentais que envolvam reforço, por contrapartida de outras rubricas de despesa efetiva, são autorizadas pelo membro do Governo responsável pela respetiva área setorial;
- e) Nos casos devidamente justificados, quando seja necessária a descativação de verbas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na presente lei, a mesma considera-se tacitamente deferida logo que decorridos três dias após a apresentação do respetivo pedido na ausência de pronúncia.
2. É aprovada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade a lista de bens e serviços elegíveis para efeitos da alínea c) do número anterior.

Artigo 12.º Regime excecional em matéria de contratação de recursos humanos

1. Os contratos de trabalho a termo, ou de prestação de serviços celebrados com isenção de concurso, pelos serviços da Administração Pública considerados essenciais no período abrangido pela presente lei, têm eficácia financeira e não financeira anteriormente ao visto e à publicação no boletim oficial, desde que, declarada por escrito, pelo membro do governo competente, que a sua celebração foi determinada por motivos de urgência imperiosa resultante do período de contingência devido ao Coronavírus - COVID-19, e não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos previstos na lei.
2. O regime previsto no presente artigo é aplicável apenas aos serviços considerados essenciais, designadamente, da área de saúde, segurança nacional, justiça, portuários e aeroportuários, proteção civil e serviços de segurança pública.

Artigo 13.º Regime de teletrabalho na Administração Pública e nos serviços judiciais

1. Enquanto vigorar a situação excecional provocada pelo Coronavírus - COVID-19, os funcionários cujas funções não carecem de intervenção presencial que possam ser realizadas fora do local de trabalho e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação podem exercê-las em regime de teletrabalho.
2. A prestação de serviço em regime de teletrabalho é determinada unilateralmente

pelo dirigente do serviço, em articulação com o dirigente superior e com o responsável pela área responsável pelos recursos humanos, ou mediante requerimento do funcionário dirigido ao seu superior hierárquico direto devidamente fundamentado.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, impõe-se a presença dos funcionários da Administração Pública nos seus postos de serviço, sempre que:

a) Tal seja superiormente determinado pelo dirigente máximo do serviço, atendendo à necessidade de ser prestado apoio técnico ou administrativo presencial aos dirigentes ou funcionários que se encontrem em exercício presencial de funções essenciais;

b) A natureza das suas funções seja necessária para assegurar o normal funcionamento dos serviços e garantir o cumprimento de deveres e obrigações essenciais, como sejam, designadamente, o processamento de remunerações dos trabalhadores, o cumprimento de obrigações financeiras, a assistência e manutenção de equipamentos informáticos ou outros essenciais ao exercício de funções dos funcionários em regime de teletrabalho;

c) A natureza das suas funções obrigue à consulta de bases de dados ou outras aplicações consideradas sensíveis pelo membro do Governo responsável pela área governativa respetiva e que não devam, ou não possam ser acedidas fora do local de trabalho físico;

d) O referido na alínea anterior é igualmente válido para os funcionários cujas funções obriguem à consulta, análise ou tratamento de informação reservada ou confidencial, sempre que tal seja considerado violador das regras de segurança pelo membro do Governo responsável pela área governativa respetiva;

e) O funcionário em regime de teletrabalho tem os mesmos direitos, deveres e obrigações dos restantes funcionários, sendo-lhe garantido igualdade de tratamento.

4. O funcionário em regime de teletrabalho fica sujeito aos limites máximos do horário normal funcionamento dos serviços públicos aplicáveis aos restantes funcionários.

5. O teletrabalho deve ser realizado no domicílio do funcionário devendo os dirigentes respeitar o período de descanso e repouso do mesmo e de sua família.

6. Os instrumentos de teletrabalho podem ser disponibilizados pelo serviço, quando tal não for possível, podendo o teletrabalho ser realizado através dos meios que o funcionário detenha, competindo ao serviço a devida programação e adaptação às necessidades inerentes à prestação do teletrabalho;

7. Sem prejuízo da salvaguarda da privacidade do funcionário, devem ser diligenciados contactos regulares com o serviço e demais funcionários, preferencialmente através de comunicações eletrónicas e teleconferências, a fim de contrariar os efeitos do afastamento físico daquele do respetivo serviço;

8. As teleconferências a que se refere o número anterior devem ser previamente agendadas, para salvaguarda da privacidade do funcionário e da sua família;

9. No momento em que deixar de vigorar o período de contingência e a medida de afastamento social, retoma-se a normal prestação de serviço, nos mesmos termos em

que se fazia antes do período de contingência a menos que ainda se justifique, e até à sua cessação.

10. Em tudo o que não estiver regulado no presente artigo, aplica-se com as necessárias adaptações o exercício de atividade laboral em regime de teletrabalho para o setor privado aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11/2018, de 5 de dezembro.

Artigo 14.º Fiscalização preventiva

1. Sem prejuízo dos regimes de fiscalização concomitante e de fiscalização sucessiva previstos na Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de fevereiro, ficam isentos da fiscalização prévia do Tribunal de Contas os contratos referidos nos artigos 10.º e 12.º da presente Lei, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março, durante o período de vigência da presente lei.
2. Os contratos referidos no número anterior devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para conhecimento, até 30 dias após a respetiva celebração.
3. Não são suspensos os prazos relativos a processos de fiscalização prévia pendentes ou que devam ser remetidos ao Tribunal de Contas durante o período de vigência da presente lei.

Artigo 15.º Atendibilidade de documentos com prazos de validade expirados

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as autoridades públicas aceitam, para todos os efeitos legais, a exibição de documentos suscetíveis de renovação, cujo prazo de validade, expire a partir da data de entrada em vigor da presente lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores.

Os bilhetes de identidade, certidões e certificados emitidos pelos serviços de registos e da identificação civil, carta de condução, bem como os documentos e vistos relativos à permanência em território nacional, cuja validade expire a partir da data de entrada em vigor da presente lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores são aceites, nos mesmos termos, até 30 de junho de 2020.

Artigo 16.º Prazos de deferimento tácito de autorizações e licenciamentos

1. São suspensos os prazos de cujo decurso decorra o deferimento tácito pela administração de autorizações e licenciamentos requeridos por particulares.
2. São, ainda, suspensos os prazos de cujo decurso decorra o deferimento tácito pela

administração de autorizações e licenciamentos, ainda que não requeridos por particulares, no âmbito da avaliação de impacto ambiental.

Artigo 17.º Prazos de realização de Assembleias Gerais

As Assembleias Gerais das sociedades comerciais e das demais sociedades, que devam ter lugar por imposição legal ou estatutária, nos meses de abril a maio, podem ser realizadas até 30 de junho de 2020.

Artigo 18.º Período de vigência

1. O regime previsto no presente diploma produz efeitos retroativos à data da declaração do estado de calamidade, declarado pela Resolução n.º 53/2020 de 26 de março até à cessação da situação de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS -CoV-2 e da doença COVID-19, conforme determinada pela autoridade nacional de saúde pública.

2. Na Ilha da Boa Vista o regime excecional previsto no presente diploma produz efeitos a partir de 20 março de 2020.

Artigo 19.º Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 1 de abril de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Pedro Maurício dos Santos

Promulgada em 03 de abril de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 04 de abril de 2020

O Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Pedro Maurício dos Santos

Decreto n.º 6/2020, de 2 de abril

Aprovação do Acordo de Financiamento celebrado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento, com vista a financiar a implementação de atividades de prevenção, deteção e resposta no Plano Nacional de Preparação e Resposta a COVID-19

Nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 69/IX/2019, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2020, foi autorizado o Governo de Cabo Verde a proceder à contratação de novos empréstimos, no quadro do financiamento do Orçamento do Estado.

Com vista a financiar a implementação de atividades de prevenção, deteção e resposta no Plano Nacional de Preparação e Resposta a COVID-19, a Associação Internacional de Desenvolvimento firmou um Acordo de financiamento nos termos e condições nele constantes.

O financiamento destina-se, designadamente, para:

- a) Aquisição de material médico e não médico de emergência, como luvas, máscaras cirúrgicas, respiradores, equipamento de proteção dos olhos e batas de isolamento, bem como materiais de prevenção e controlo de infeções para os profissionais de saúde e estruturas de saúde;
- b) Reforço das capacidades dos laboratórios nas estruturas de saúde identificadas através do fornecimento de consumíveis críticos, reagentes e estoque de equipamentos para emergências;
- c) Aquisição de equipamento médico, como equipamento de diagnóstico e suporte de vida e equipamento médico durável, como camas hospitalares e cirúrgicas e instrumentos cirúrgicos para apoiar a resposta, tratamento e isolamento de casos de infetados graves e críticos e;
- d) Aquisição de veículos para operações de emergência, incluindo para transporte de medicamentos, suprimentos, amostras de vigilância biológica e produtos sanguíneos.

No uso da faculdade conferida pela alínea d) do n.º 2 do artigo 204 da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º Aprovação

O presente diploma aprova o Acordo de Financiamento celebrado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento, no quadro do Projeto de Preparação e Resposta a COVID-19 em Cabo Verde, assinado a 25 de março de 2020, cujo texto em língua inglesa e a respetiva tradução em língua portuguesa se publicam em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2º Objetivo

O financiamento objeto do presente diploma, concedido pela Associação Internacional de Desenvolvimento, visa contribuir no Projeto de Preparação e Resposta à COVID-19 em Cabo Verde, conforme se encontra descrito no Anexo 1 do Acordo.

Artigo 3º Valor

O valor do financiamento corresponde ao montante de cinco milhões de dólares norte-americano (5.000.000 USD).

Artigo 4º Utilização dos fundos

O Governo de Cabo Verde, deve utilizar os recursos do financiamento no sentido de apoiar na implementação de atividades de prevenção, deteção e resposta no Plano Nacional de Preparação e Resposta a COVID-19, incluindo:

- a) Aquisição de material médico e não médico de emergência, como luvas, máscaras cirúrgicas, respiradores, equipamento de proteção dos olhos e batas de isolamento, bem como materiais de prevenção e controlo de infeções para os profissionais de saúde e estruturas de saúde;
- b) Reforço das capacidades dos laboratórios nas estruturas de saúde identificadas através do fornecimento de consumíveis críticos, reagentes e estoque de equipamentos para emergências;
- c) Aquisição de equipamento médico, como equipamento de diagnóstico e suporte de vida e equipamento médico durável, como camas hospitalares e cirúrgicas e instrumentos cirúrgicos para apoiar a resposta, tratamento e isolamento de casos de infetados graves e críticos e;
- d) Aquisição de veículos para operações de emergência, incluindo para transporte de medicamentos, suprimentos, amostras de vigilância biológica e produtos sanguíneos.

Artigo 5º Prazo

O prazo de utilização do financiamento expira-se em 31 de março de 2021.

Artigo 6º Amortização

1. Nos termos do presente Acordo de Financiamento, fica o Governo de Cabo Verde obrigado a amortizar o capital do Crédito de reembolso de acordo com o plano de amortização estabelecido no Anexo 3 do presente Acordo.
2. O reembolso deve ser efetuado sempre a 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

Artigo 7º Pagamento de juros

O financiamento concedido no âmbito do Acordo de Financiamento está sujeito ao pagamento de uma taxa máxima de meio por cento por ano do valor do capital.

Artigo 8º Poderes

São conferidos ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, com a faculdade de subdelegar, os poderes necessários para representar o Governo de Cabo Verde junto a Associação Internacional de Desenvolvimento.

Artigo 9º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e o mencionado Acordo de Financiamento produz efeitos em conformidade com o que nele se estipula.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 02 de abril de 2020.
José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia e Luís Filipe Lopes Tavares.

Financing Agreement

(Cabo Verde COVID-19 Preparedness and Response Project)

Between
REPUBLIC OF CABO VERDE

and
INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION

CREDIT NUMBER _____ - ____

FINANCING AGREEMENT

AGREEMENT dated as of the Signature Date between REPUBLIC OF CABO VERDE ("Recipient") and INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION ("Association"). The Recipient and the Association hereby agree as follows:

ARTICLE I — GENERAL CONDITIONS;

DEFINITIONS

0.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) apply to and form part of this Agreement.

0.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Appendix to this Agreement.

ARTICLE II — FINANCING

2.01. The Association agrees to extend to the Recipient a credit, which is deemed as Concessional Financing for purposes of the General Conditions, in the amount of five million United States Dollars (US\$5,000,000) (variously, "Credit" and "Financing"), to assist in financing the project described in Schedule 1 to this Agreement ("Project").

2.02. The Recipient may withdraw the proceeds of the Financing in accordance with Section III of Schedule 2 to this Agreement.

1.03. The Maximum Commitment Charge Rate is one-half of one percent ($\frac{1}{2}$ of 1%) per annum on the Unwithdrawn Financing Balance.

1.04. The Service Charge is three-fourths of one percent ($\frac{3}{4}$ of 1%) per annum on the Withdrawn Credit Balance.

1.05. The Payment Dates are June 15 and December 15 in each year.

1.06. The principal amount of the Credit shall be repaid in accordance with the repayment schedule set forth in Schedule 3 to this Agreement.

1.07. The Payment Currency is Dollar.

ARTICLE III — PROJECT

2.01. The Recipient declares its commitment to the objective of the Project and the MPA Program. To this end, the Recipient shall carry out the Project in accordance with the provisions of Article V of the General Conditions and Schedule 2 to this Agreement.

ARTICLE IV — EFFECTIVENESS;

TERMINATION

4.01. The Effectiveness Deadline is the date ninety (90) days after the Signature Date.

4.02. For purposes of Section 10.05 (b) of the General Conditions, the date on which the obligations of the Recipient under this Agreement (other than those providing for payment obligations) shall terminate is twenty (20) years after the Signature Date.

ARTICLE V — REPRESENTATIVE;

ADDRESSES

5.01. The Recipient's Representative is its minister responsible for finance.

5.02. For purposes of Section 11.01 of the General Conditions: (a) the Recipient's address is:

Ministry of Finance

Avenida Almirante Cabral

C.P. 30, Praia

Cabo Verde;

and

(b) the Recipient's Electronic Address is:

E-mail:

Gilson.g.pina@mf.gov.cv and;

Hernani.trigueiros@mf.gov.cv

5.03. For purposes of Section 11.01 of the General Conditions: (a) The Association's address is:

International Development Association

1818 H Street, N.W.

Washington, D.C. 20433

United States of America;

and

(b) the Association's Electronic Address is:

Telex:

248423 (MCI) 1-202-477-6391

Facsimile:

AGREED as of the Signature Date.

By _____

Authorized Representative

_____ /s2/

Part 1: Emergency COVID-19 Preparedness, Prevention and Response
Supporting implementation of prevention, detection and response activities in the Recipient's National COVID19 Preparedness and Response Plan, including the following:

(a) Acquisition of emergency medical and non-medical supplies such as gloves, surgical masks, respirators, eye protection wear and isolation gowns as well as infection prevention and control materials for health workers and health facilities;

(b) Strengthening the capacities of laboratories in selected health facilities through provision of critical consumables, reagents, and equipment stock for emergencies;

(c) Acquisition of medical equipment such as diagnostic and life support equipment and durable medical equipment such as hospital and surgical beds and surgical instruments to support the response, treatment and isolation of infected severe and critical cases and;

(d) Acquisition of vehicles for emergency operations including for transportation medicines, supplies, biological surveillance samples and blood products.

Part 2: Project Implementation and Monitoring and Evaluation

Supporting the Project Coordination Unit for day to day implementation, coordination, supervision and overall management (including, fiduciary aspects, monitoring and evaluation, carrying out of audits and reporting) of Project activities.

SCHEDULE 2 Project Execution

Section I. Implementation Arrangements

A. Institutional Arrangements

1. Ministry of Finance

The Recipient shall designate, at all times during the implementation of the Project, the Ministry of Finance (MoF) to be responsible for prompt and efficient oversight and implementation of activities under the Project and shall take all actions including the provision of funding, personnel and other resources necessary to enable said MoF to perform said functions.

2. Project Coordination Unit

Without limitation upon the provisions of paragraph 1 of this Section I.A, the Recipient, through the MoF, shall designate, at all times during the implementation of the Project, the Project Coordination Unit ("PCU"), to be responsible for day to day execution, coordination and implementation (including procurement, financial management, environmental and social, monitoring and evaluation, supervision and reporting) of activities under the Project. To this end, the Recipient shall take all actions, including the provision of funding, personnel (including a project coordinator, a procurement specialist, a financial management specialist, a financial management assistant, a procurement assistant, and an environmental and social development specialist), and other resources satisfactory to the Association, to enable the PCU to perform said functions, as further detailed in the Project Implementation Manual.

B. Implementation Arrangements

1. National COVID-19 Preparedness and Response Plan

The Recipient shall ensure that the Project is carried out in accordance with the National COVID-19 Preparedness and Response Plan.

2. Project Implementation Manual

(a) The Recipient shall, not later than thirty (30) days after the Effective Date, prepare and adopt a Project implementation manual containing detailed guidelines and procedures for the implementation of the Project, including with respect to: administration and coordination, monitoring and evaluation, financial management,

procurement and accounting procedures, environmental and social safeguards, corruption and fraud mitigation measures, a grievance redress mechanism, personal data collection and processing in accordance with good international practice, roles and responsibilities for Project implementation, and such other arrangements and procedures as shall be required for the effective implementation of the Project, in form and substance satisfactory to the Association ("Project Implementation Manual").

(b) In case of any conflict between the provisions of the Project Implementation Manual and the provisions of this Agreement, the provisions of this Agreement shall prevail, and except as the Association shall otherwise agree, the Recipient shall not amend, abrogate or waive any provision of the Project Implementation Manual.

3. Work Plan and Budget

(a) The Recipient shall, not later than thirty (30) days after the Effective Date, prepare and furnish to the Association, a work plan and budget containing all activities proposed to be included in the Project and a proposed financing plan for expenditures required for such activities, setting forth the proposed amounts and sources of financing.

(b) The Recipient shall afford the Association a reasonable opportunity to exchange views with the Recipient on such proposed work plan and budget and thereafter ensure that the Project is implemented with due diligence in accordance with such work plan and budget as shall have been approved by the Association ("Work Plan and Budget").

(d) The Recipient shall not make or allow to be made any change to the approved Work Plan and Budget without prior approval in writing by the Association.

C. Environmental and Social Standards

1. The Recipient shall ensure that the Project is carried out in accordance with the Environmental and Social Standards, in a manner acceptable to the Association.

2. Without limitation upon paragraph 1 above, the Recipient shall ensure that the Project is implemented in accordance with the Environmental and Social Commitment Plan ("ESCP"), in a manner acceptable to the Association. To this end, the Recipient shall ensure that:

(a) the measures and actions specified in the ESCP are implemented with due diligence and efficiency, and provided in the ESCP;

(b) sufficient funds are available to cover the costs of implementing the ESCP;

(c) policies and procedures are maintained, and qualified and experienced staff in adequate numbers are retained to implement the ESCP, as provided in the ESCP;

and

(d) the ESCP, or any provision thereof, is not amended, repealed, suspended or waived, except as the Association shall otherwise agree in writing, as specified in the ESCP, and ensure that the revised ESCP is disclosed promptly thereafter.

3. In case of any inconsistencies between the ESCP and the provisions of this Agreement, the provisions of this Agreement shall prevail.

4. The Recipient shall ensure that:

(a) all measures necessary are taken to collect, compile, and furnish to the Association through regular reports, with the frequency specified in the ESCP, and promptly in a separate report or reports, if so requested by the Association, information on the status of compliance with the ESCP and the environmental and social instruments referred to therein, all such reports in form and substance acceptable to the Association, setting out, inter alia: (i) the status of implementation of the ESCP;

(ii) conditions, if any, which interfere or threaten to interfere with the implementation of the ESCP;

and (iii) corrective and preventive measures taken or required to be taken to address such conditions;

and

(b) the Association is promptly notified of any incident or accident related to or having an impact on the Project which has, or is likely to have, a significant adverse effect on the environment, the affected communities, the public or workers, in accordance with the ESCP, the environmental and social instruments referenced therein and the Environmental and Social Standards.

5. The Recipient shall establish, publicize, maintain and operate an accessible grievance mechanism, to receive and facilitate resolution of concerns and grievances of Project-affected people, and take all measures necessary and appropriate to resolve, or facilitate the resolution of, such concerns and grievances, in a manner acceptable to the Association.

Section II. Project Monitoring, Reporting and Evaluation

The Recipient shall furnish to the Association each Project Report not later than forty-five (45) days after the end of each calendar semester, covering the calendar semester. Except as may otherwise be explicitly required or permitted under this Agreement or as may be explicitly requested by the Association, in sharing any information, report or document related to the activities described in Schedule 1 of this Agreement, the Recipient shall ensure that such information, report or document does not include Personal Data.

Section III. Withdrawal of the Proceeds of the Financing

A. General

Without limitation upon the provisions of Article II of the General Conditions and in accordance with the Disbursement and Financial Information Letter, the Recipient may withdraw the proceeds of the Financing to finance Eligible Expenditures in the amount allocated and, if applicable, up to the percentage set forth against each

B. Withdrawal Conditions;

Withdrawal Period

1. Notwithstanding the provisions of Part A above, no withdrawal shall be made for payments made prior to the Signature Date, except that withdrawals up to an aggregate amount not to exceed \$2,000,000 may be made for payments made prior to this date but on or after April 15, 2019, for Eligible Expenditures.

2. The Closing Date is March 31, 2021.

SCHEDULE 3 Repayment Schedule

* The percentages represent the percentage of the principal amount of the Credit to be repaid, except as the Association may otherwise specify pursuant to Section 3.05 (b) of the General Conditions.

APPENDIX Definitions

1. "Anti-Corruption Guidelines" means, for purposes of paragraph 5 of the Appendix to the General Conditions, the "Guidelines on Preventing and Combating Fraud and Corruption in Projects Financed by IBRD Loans and IDA Credits and Grants", dated October 15, 2006 and revised in January 2011 and as of July 1, 2016.

2. "Basis Adjustment to the Service Charge" means the Association's standard basis adjustment to the Service Charge for credits in the currency of denomination of the Credit, in effect at 12:01 a.m. Washington, D.C. time, on the date on which the Credit is approved by the Executive Directors of the Association, and expressed either as a positive or negative percentage per annum.

3. "Category" means a category set forth in the table in Section III.A of Schedule 2 to this Agreement.

4. "COVID-19" means the coronavirus disease caused by the 2019 novel coronavirus (SARS-CoV-2).

5. "Environmental and Social Commitment Plan" or "ESCP" means the environmental and social commitment plan for the Project, dated March 25, 2020, as the same may be amended from time to time in accordance with the provisions thereof, which sets out

the material measures and actions that the Recipient shall carry out or cause to be carried out to address the potential environmental and social risks and impacts of the Project, including the timeframes of the actions and measures, institutional, staffing, training, monitoring and reporting arrangements, and any environmental and social instruments to be prepared thereunder.

6. "Environmental and Social Standards" or "ESSs" means, collectively: (i) "Environmental and Social Standard 1: Assessment and Management of Environmental and Social Risks and Impacts";

(ii) "Environmental and Social Standard 2: Labor and Working Conditions";

(iii) "Environmental and Social Standard 3: Resource Efficiency and Pollution Prevention and Management";

(iv) "Environmental and Social Standard 4: Community Health and Safety";

(v) "Environmental and Social Standard 5: Land Acquisition, Restrictions on Land Use and Involuntary Resettlement";

(vi) "Environmental and Social Standard 6: Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources";

(vii) "Environmental and Social Standard 7: Indigenous Peoples/Sub-Saharan Historically Underserved Traditional Local Communities";

(viii) "Environmental and Social Standard 8: Cultural Heritage";

(ix) "Environmental and Social Standard 9: Financial Intermediaries";

(x) "Environmental and Social Standard 10: Stakeholder Engagement and Information Disclosure";

effective on October 1, 2018, as published by the Association.

7. "General Conditions" means the "International Development Association General Conditions for IDA Financing, Investment Project Financing", dated December 14, 2018.

8. "Ministry of Finance" or "MoF" means the Recipient's ministry responsible for finance, and any successor thereto.

9. "MPA Program" means the global emergency multiphase programmatic approach program designed to assist countries to prevent, detect and respond to the threat posed by COVID-19 and strengthen national systems for public health preparedness.

10. "National COVID-19 Preparedness and Response Plan" means the Recipient's emergency preparedness and response plan for COVID-19, dated March 17, 2020, and acceptable to the Association, as said document may be modified from time to time during the Emergency, and such term includes all schedules and annexes to said document.

11. "Operating Costs" means the reasonable incremental expenses arising under the Project, and based on the Work Plan and Budget, on account of vehicle operation and maintenance, maintenance of equipment, communication and insurance costs, office administration costs, utilities, rentals, accommodation, banking charges, advertising expenses, travel and per diem, but excluding the salaries of the Recipient's civil servants.

12. "Personal Data" means any information relating to an identified or identifiable individual. An identifiable individual is one who can be identified by reasonable means, directly or indirectly, by reference to an attribute or combination of attributes within the data, or combination of the data with other available information. Attributes that can be used to identify an identifiable individual include, but are not limited to, name, identification number, location data, online identifier, metadata and factors specific to the physical, physiological, genetic, mental, economic, cultural or social identity of an individual.

13. "Procurement Regulations" means, for purposes of paragraph 87 of the Appendix to the General Conditions, the "World Bank Procurement Regulations for IPF Borrowers", dated July 2016, revised November 2017 and August 2018.

14. "Project Coordination Unit" means the Recipient's unit referred to in Section I.A.2 of Schedule 2 to this Agreement.

15. "Project Implementation Manual" means the Recipient's manual referred to in Section I.B.2 of Schedule 2 to this Agreement.

16. "Signature Date" means the later of the two dates on which the Recipient and the Association signed this Agreement and such definition applies to all references to "the date of the Financing Agreement" in the General Conditions.

17. "Work Plan and Budget" means the work plan and budget approved by the Association and adopted by the Recipient in accordance with the provisions of Section I.B.3 of Schedule 2 to this Agreement, as said work plan and budget may be modified from time to time with the written agreement of the Association.

Acordo de Financiamento

(Projeto de Preparação e Resposta à COVID-19 em Cabo Verde)

entre
REPÚBLICA DE CABO VERDE

e
INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION

(ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)

NÚMERO DE CRÉDITO _____-__

ACORDO DE FINANCIAMENTO

ACORDO datado à Data da Assinatura entre a REPÚBLICA DE CABO VERDE ("Beneficiário") e a ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ("Associação"). O Beneficiário e a Associação concordam com o seguinte:

ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS;

DEFINIÇÕES

0.01. As Condições Gerais (conforme definidas no Apêndice ao presente Acordo) aplicam-se a este Acordo e fazem parte do mesmo.

0.02. A menos que o contexto exija o contrário, os termos em letra maiúscula utilizados no presente Acordo têm os significados que lhes são atribuídos nas Condições Gerais ou no anexo ao presente Acordo.

ARTIGO II - FINANCIAMENTO

2.01. A Associação concorda em conceder ao Beneficiário um crédito, que é considerado como Financiamento Concessional para efeitos das Condições Gerais, no valor de cinco milhões de dólares norte-americanos (5.000.000 USD) (variavelmente, "Crédito" e "Financiamento"), para assistir no financiamento do projeto descrito no Anexo 1 a este Acordo ("Projeto").

2.02. O Beneficiário pode proceder ao desembolso do capital do Financiamento de acordo com o disposto na Secção III do Anexo 2 do presente Acordo.

1.03. A Taxa Máxima da Comissão de imobilização é de meio por cento (1/2 de 1%) por ano do valor do capital imobilizado.

1.04. A Comissão de Serviço é de três quartos de um por cento (3/4 de 1%) por ano do valor do capital mobilizado.

1.05. As Datas de Pagamento são 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

1.06. O capital do Crédito será reembolsado de acordo com o plano de amortização estabelecido no Anexo 3 do presente Acordo.

1.07. A Moeda de Pagamento é o Dólar.

ARTIGO III - PROJETO

2.01. O Beneficiário declara o seu compromisso para com o objetivo do Projeto e do Programa MPA. Para o efeito, o Beneficiário deve executar o Projeto de acordo com o disposto no Artigo V das Condições Gerais e do Anexo 2 do presente Acordo.

ARTIGO IV — EFETIVIDADE;

TÉRMINO

4.01. O Prazo de Entrada em Vigor é de noventa (90) dias após a Data de Assinatura.

4.02. Para efeitos da Secção 10.05 (b) das Condições Gerais, a data em que as obrigações do Beneficiário dispostas ao abrigo do presente Acordo (com exceção das que preveem obrigações de pagamento) devem cessar num prazo de vinte (20) anos após a Data de Assinatura.

ARTIGO V — REPRESENTANTE;

ENDEREÇOS

5.01. O Representante do Beneficiário é o seu Ministro responsável pelas finanças.

5.02. Para efeitos da Secção 11.01 das Condições Gerais: (a) O endereço do Beneficiário é:

Ministério das Finanças

Avenida Amílcar Cabral

C.P. 30, Praia

Cabo Verde;

e

(b) O Endereço Eletrónico do Beneficiário é:

E-mail:

Gilson.g.pina@mf.gov.cv e;

Hernani.trigueiros@mf.gov.cv

5.03. Para efeitos da Secção 11.01 das Condições Gerais: (a) O endereço da Associação é:

International Development Association

1818 H Street, N.W.

Washington, D.C. 20433

United States of America;

e

(b) O Endereço Eletrónico da Associação é:

Telex: Fax:

248423 (MCI) 1-202-477-6391

ACORDADO na Data da Assinatura.

REPÚBLICA DE CABO VERDE

Pelo

_____/s1/

Representante Autorizado

Nome: _____/n1/

Cargo: _____/t1/

Data: _____/d1/

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Pelo

_____/s2/

Representante Autorizado

Nome: _____/n2/

Cargo: _____/t2/

Data: _____/d2/

ANEXO 1 Descrição do Projeto

O objetivo do Projeto é de preparar e responder à pandemia da COVID-19 em Cabo Verde.

O Projeto constitui uma fase do Programa MPA e consiste nas seguintes fases:

Parte 1: Preparação, Prevenção e Resposta de Emergência à COVID-19

Apoiar a implementação de atividades de prevenção, deteção e resposta no Plano Nacional de Preparação e Resposta do à COVID19 do Beneficiário, incluindo o seguinte:

(a) Aquisição de material médico e não médico de emergência, como luvas, máscaras cirúrgicas, respiradores, equipamento de proteção dos olhos e batas de isolamento, bem como materiais de prevenção e controlo de infeções para os profissionais de saúde e estruturas de saúde;

(b) Reforço das capacidades dos laboratórios nas estruturas de saúde identificadas através do fornecimento de consumíveis críticos, reagentes e estoque de equipamentos para emergências;

(c) Aquisição de equipamento médico, como equipamento de diagnóstico e suporte de vida e equipamento médico durável, como camas hospitalares e cirúrgicas e instrumentos cirúrgicos para apoiar a resposta, tratamento e isolamento de casos de infetados graves e críticos e;

(d) Aquisição de veículos para operações de emergência, incluindo para transporte de medicamentos, suprimentos, amostras de vigilância biológica e produtos sanguíneos.

Parte 2: Implementação do Projeto e Monitorização e Avaliação

Apoio à Unidade de Coordenação do Projeto na implementação diária, coordenação, supervisão e gestão geral (incluindo aspetos fiduciários, monitorização e avaliação, realização de auditorias e elaboração de relatórios) das atividades do Projeto.

ANEXO 2 Execução do Projeto

Secção I. Disposições de Implementação

Disposições Institucionais

1. Ministério das Finanças

O Beneficiário designará, a todo o momento durante a implementação do Projeto, o Ministério das Finanças (MF) como responsável pela pronta e eficiente supervisão e implementação das atividades do Projeto e tomará todas as medidas, incluindo a disponibilização de fundos, pessoal e outros recursos necessários para permitir que o MF desempenhe as referidas funções.

2. Unidade de Coordenação do Projeto

Sem limitação ao disposto no parágrafo 1 desta Secção I.A, o Beneficiário, através do MF, designará, a todo o momento durante a implementação do Projeto, a Unidade de Coordenação do Projeto ("UCP"), como responsável pela execução diária, coordenação e implementação (incluindo aquisição, gestão financeira, ambiental e social, monitorização e avaliação, supervisão e relatórios) das atividades no âmbito do Projeto. Para o efeito, o Beneficiário deverá tomar todas as medidas, incluindo a disponibilização de fundos, pessoal (incluindo um coordenador de projeto, um especialista em aquisições, um

especialista em gestão financeira, um assistente de gestão financeira, um assistente de aquisições e um especialista em desenvolvimento ambiental e social), e outros recursos satisfatórios para a Associação, para permitir que a UCP desempenhe as referidas funções, conforme detalhado no Manual de Implementação do Projeto.

B. Disposições de Implementação

1. Plano Nacional de Preparação e Resposta à COVID-19

O Beneficiário deverá assegurar que o Projeto seja implementado de acordo com o Plano Nacional de Preparação e Resposta à COVID-19.

2. Manual de Implementação do Projeto

(a) O Beneficiário deverá, no prazo máximo de trinta (30) dias após a Data de Entrada em Vigor, elaborar e adotar um manual de implementação do Projeto contendo diretrizes e procedimentos detalhados para a implementação do Projeto, incluindo no que diz respeito a: administração e coordenação, monitoramento e avaliação, gestão financeira, procedimentos de aquisições e contabilidade, salvaguardas ambientais e sociais, medidas de mitigação de corrupção e fraude, um mecanismo de reparação de queixas, recolha e processamento de dados pessoais de acordo com as boas práticas internacionais, papéis e responsabilidades para a implementação do Projeto, e outras disposições e procedimentos necessários para a implementação efetiva do Projeto, na forma e substância satisfatórias para a Associação (“Manual de Implementação do Projeto”).

(b) Em caso de qualquer conflito entre as disposições do Manual de Implementação do Projeto e as disposições do presente Acordo, as disposições do presente Acordo deverão prevalecer e, exceto se a Associação concordar de outra forma, o Beneficiário não deve alterar, revogar ou renunciar a qualquer disposição do Manual de Implementação do Projeto.

3. Plano de Trabalho e Orçamento

(a) O Beneficiário deverá, o mais tardar 30 (trinta) dias após a Data de Entrada em Vigor, preparar e facultar à Associação, um plano de trabalho e orçamento contendo todas as atividades propostas para serem incluídas no Projeto e uma proposta de plano de financiamento das despesas necessárias para essas atividades, estabelecendo os montantes propostos e as fontes de financiamento.

(b) O Beneficiário dará à Associação uma oportunidade razoável para troca de opiniões com o Beneficiário sobre o plano de trabalho e orçamento propostos e na sequência assegurar que o Projeto seja implementado com a devida

diligência em conformidade com o plano de trabalho e orçamento aprovados pela Associação ("Plano de Trabalho e Orçamento").

(d) O Beneficiário não fará ou permitirá que seja feita qualquer alteração ao Plano de Trabalho e Orçamento aprovados sem a aprovação prévia e por escrito da Associação.

C. Normas Ambientais e Sociais

1. O Beneficiário deverá assegurar que o Projeto seja realizado de acordo com as Normas Ambientais e Sociais, de uma forma aceitável para a Associação.

2. Sem limitação ao número 1 acima, o Beneficiário deverá assegurar que o Projeto seja implementado de acordo com o Plano de Compromisso Ambiental e Social ("ESCP"), de uma forma aceitável para a Associação. Para o efeito, o Beneficiário deverá assegurar-se de que:

(a) as medidas e ações especificadas no ESCP sejam implementadas com a devida diligência e eficiência, e previstas no ESCP;

(b) estejam disponíveis fundos suficientes para cobrir os custos de implementação do ESCP;

(c) as políticas e procedimentos sejam mantidas, e que seja retido pessoal qualificado e experiente em número adequado na implementação do ESCP, conforme previsto no ESCP;

e

(d) o ESCP, ou qualquer disposição do mesmo, não seja alterada, revogada, suspensão ou renunciada, exceto se a Associação concordar por escrito, conforme especificado no ESCP, e assegurar que o ESCP revisto seja divulgado imediatamente a seguir.

3. Em caso de quaisquer inconsistências entre o ESCP e as disposições do presente Acordo, prevalecerão as disposições do presente Acordo.

4. O Beneficiário deverá assegurar-se de que:

(a) sejam tomadas todas as medidas necessárias para recolher, compilar e fornecer à Associação, através de relatórios regulares, com a frequência especificada no ESCP, e prontamente, num relatório ou relatórios separados, caso for assim solicitado pela Associação, informações sobre o estado de cumprimento do ESCP e dos instrumentos ambientais e sociais nele referidos, todos esses relatórios na forma e substância aceitáveis para a Associação,

estabelecendo, nomeadamente: (i) o ponto de situação de implementação do ESCP;

(ii) as condições, caso existam, que interferem ou ameaçam interferir na implementação do ESCP;

e (iii) as medidas corretivas e preventivas tomadas ou a tomar para fazer face a essas condições;

e

(b) a Associação seja imediatamente notificada de qualquer incidente ou acidente relacionado ou que tenha um impacto no Projeto que tenha, ou possa ter, um efeito adverso significativo sobre o meio ambiente, as comunidades afetadas, a população ou os trabalhadores, de acordo com o ESCP, os instrumentos ambientais e sociais nele referenciados bem como as Normas Ambientais e Sociais.

5. O Beneficiário deverá estabelecer, divulgar, manter e operar um mecanismo de queixas acessível, para receber e facilitar a resolução de preocupações e queixas das pessoas afetadas pelo projeto, e tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para resolver, ou facilitar a resolução de tais preocupações e queixas, de uma forma aceitável para a Associação.

Secção II. Monitoramento, Relatórios e Avaliação do Projeto

O Beneficiário deverá submeter à Associação os Relatórios do Projeto, o mais tardar quarenta e cinco (45) dias após o final de cada semestre civil, cobrindo o semestre civil. Salvo se de outra forma for explicitamente exigido ou permitido ao abrigo do presente Acordo ou se for explicitamente solicitado pela Associação, na partilha de qualquer informação, relatório ou documento relacionado com as atividades descritas no Anexo 1 deste Acordo, o Beneficiário deverá assegurar que essa informação, relatório ou documento não inclui Dados Pessoais.

Secção III. Levantamento do Produto do Financiamento

A. Geral

Sem limitação do disposto no artigo II das Condições Gerais e de acordo com a Carta de Desembolso e Informação Financeira, o Beneficiário pode proceder ao levantamento do produto do Financiamento para financiar as Despesas Elegíveis no montante atribuído e, se aplicável, até à percentagem estabelecida em relação a cada Categoria da tabela seguinte:

B. Condições para desembolso;

Período de desembolso

. Não obstante ao disposto na Parte A acima, nenhum desembolso será feito para pagamentos feitos antes da Data de Assinatura, exceto desembolsos até um valor agregado não superior a 2.000.000 USD podem ser feitos para pagamentos feitos antes desta data, mas no dia ou após o dia 15 de abril de 2019, para Despesas Elegíveis.

2. O prazo final é de 31 de março de 2021.

ANEXO 3 Programa de reembolso

* os valores representam percentagens do valor do capital do Crédito a ser reembolsado, exceto se expresso em contrário pela Associação, nos termos da Secção 3.05 (b) das Condições Gerais.

APÊNDICE

Definições

1. "Diretrizes anticorrupção" refere-se, o disposto no parágrafo 5 do anexo às Condições Gerais, as "Diretrizes para Prevenir e Combater a Fraude e a Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do IBRD e Créditos e Subvenções do IDA", datadas de 15 de outubro de 2006 e revistas em janeiro de 2011 e a partir de 1 de julho de 2016.

2. "Ajuste de Base à Comissão de Serviço" refere-se ao ajuste de base padrão da Associação à Comissão de Serviço para créditos na moeda de denominação do Crédito, em vigor às 12:01 horas de Washington, D.C., na data em que o Crédito é aprovado pelos Administradores Executivos da Associação, e expresso quer numa percentagem positiva quer negativa por ano.

3. "Categoria" refere-se a uma categoria estabelecida na tabela da Secção III.A do Anexo 2 ao presente Acordo.

4. "COVID-19" refere-se a doença coronavírus causada pelo novo coronavírus de 2019 (SARS-CoV-2).

5. "Plano de Compromisso Ambiental e Social" ou "ESCP" refere-se ao plano de compromisso ambiental e social para o Projeto, datado de 25 de março de 2020, porque o mesmo pode ser alterado de tempo em tempo, de acordo com as disposições do mesmo, que estabelece as medidas e ações materiais que o Beneficiário deverá executar ou fazer executar para abordar os potenciais riscos e impactos ambientais e

sociais do Projeto, incluindo os calendários das ações e medidas, os arranjos institucionais, de pessoal, treinamento, monitoramento e relatórios, e quaisquer instrumentos ambientais e sociais a serem elaborados a partir dos mesmos.

6. "Normas Ambientais e Sociais" ou "ESSS" significa, coletivamente: (i) " Norma Ambiental e Social 1: Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Ambientais e Sociais";

(ii) "Norma Ambiental e Social 2: Trabalho e Condições de Trabalho";

(iii) "Norma Ambiental e Social 3: Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição";

(iv) "Norma Ambiental e Social 4: Saúde e Segurança Comunitária";

(v) "Norma Ambiental e Social 5: Aquisição de Terras, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário";

(vi) "Norma Ambiental e Social 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos";

(vii) "Norma Ambiental e Social 7: Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Subsaarianas Historicamente Carenciadas";

(viii) " Norma Ambiental e Social 8: Património Cultural";

(ix) "Norma Ambiental e Social 9: Intermediários Financeiros";

(x) "Norma Ambiental e Social 10: Participação dos Atores e Divulgação de Informações";

em vigor a partir de 1 de outubro de 2018, conforme publicado pela Associação.

7. "Condições Gerais" refere-se as "Condições Gerais de Financiamento, Financiamento

de Projetos de Investimento da Associação Internacional de Desenvolvimento”, datadas de 14 de dezembro de 2018.

8. “Ministério das Finanças” ou “MF” refere-se ao ministério do beneficiário responsável pelas finanças, e qualquer sucessor deste.

9. “Programa MPA” refere-se ao programa global de abordagem programática multifásica de emergência, concebido para ajudar os países a prevenir, detetar e responder à ameaça imposta pela COVID-19 e fortalecer os sistemas nacionais de preparação para a saúde pública.

10. “Plano Nacional de Preparação e Resposta à Emergência da COVID-19” refere-se ao plano de emergência de preparação e resposta à COVID-19 do Beneficiário, datado de 17 de março de 2020, e aceitável para a Associação, já que o referido documento poderá ser modificado de vez em quando durante a Emergência, e tal termo inclui todos os cronogramas e anexos ao referido documento.

11. “Custos de Funcionamento” refere-se as despesas incrementais razoáveis decorrentes do Projeto, e baseadas no Plano de Trabalho e Orçamento, por conta da operação e manutenção do veículo, manutenção do equipamento, custos de comunicação e seguros, custos administrativos de escritório, serviços públicos, alugueres, alojamento, encargos bancários, despesas de publicidade, viagens e ajudas de custo, mas excluindo os salários dos funcionários públicos do Beneficiário.

12. “Dados Pessoais” refere-se à qualquer informação relativa a um indivíduo identificado ou identificável. Um indivíduo identificável é aquele que pode ser identificado por meios razoáveis, direta ou indiretamente, por referência a um atributo ou combinação de atributos constante nos dados, ou combinação dos dados com outra informação disponível. Os atributos que podem ser usados para identificar um indivíduo identificável incluem, mas não estão limitados a nome, número de identificação, dados de localização, identificador online, metadados e fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social de um indivíduo.

13. “Regulamento de Aquisições” refere-se, para efeitos do número 87 do anexo às Condições Gerais, ao “Regulamento de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários do IPF”, datado de julho de 2016, revisto em novembro de 2017 e agosto de 2018.

14. "Unidade de Coordenação do Projeto" refere-se à unidade do Beneficiário referida na Secção I.A.2 do Anexo 2 do presente Acordo.

15. "Manual de Implementação do Projeto" refere-se ao manual do Beneficiário referido na Secção I.B.2 do Anexo 2 ao presente Acordo.

16. "Data de Assinatura" refere-se à última das duas datas em que o Beneficiário e a Associação assinaram este Acordo e tal definição aplica-se a todas as referências à "data do Acordo de Financiamento" nas Condições Gerais.

17. "Programa de Trabalho e Orçamento" refere-se ao programa de trabalho e orçamento aprovado pela Associação e adotado pelo Beneficiário de acordo com as disposições da Secção I.B.3 do Anexo 2 ao presente Acordo, pois o referido plano de trabalho e orçamento podem ser modificados de vez em quando mediante acordo escrito da Associação.

Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março

(Medidas Excepcionais de Protecção dos Créditos das Famílias, Empresas, Instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito da Pandemia da Doença COVID-19)

O mundo passa por um momento conturbado, com o surgimento do surto do coronavírus – Covid-19, com efeitos negativos à escala mundial, não havendo qualquer certeza quanto aos verdadeiros impactos, aos mais diversos níveis, mormente na economia em geral, e no sistema financeiro em particular. A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia mundial, constituindo uma calamidade pública. Com efeito, foi declarada a calamidade pública pelo Governo, através da Resolução n.º 53/2020, de 26 de março, na qual se aprovou um conjunto de medidas excepcionais. E a 28 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência, em Cabo Verde, pelo Presidente da República, através do Decreto Presidencial nº 06/2020, de 28 de março, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 36/2020, de 28 de março, que aprovou um conjunto de medidas excepcionais e extraordinárias. O sistema financeiro global está a ser fortemente afetado, com a queda das bolsas e reflexos diretos na economia, havendo projeções que apontam para uma recessão global, no mínimo igual à de 2008. Cabo Verde, apesar das suas vulnerabilidades naturais, tem vindo, ultimamente, a ter resultados positivos em matéria de crescimento económico, com o sector do turismo a ter um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 25%. Enquanto pequena economia aberta, com escassos recursos e fraca capacidade produtiva, altamente dependente do exterior, certamente não ficará imune à perspetiva de uma crise económica, em especial dos seus principais parceiros internacionais.

Ora, sendo previsível que a situação provocada pela doença Covid-19 terá impacto direto e incalculável na economia cabo-verdiana e, conseqüentemente, no seu sistema financeiro, com reflexos na vida das famílias, empresas e populações. Tendo em conta que, em momentos como este, todas as medidas que possam mitigar os efeitos devastadores da pandemia do coronavírus – Covid-19 devem ser equacionadas, de modo a se atenuar as conseqüências nefastas para a sociedade. Sendo certo que para continuar a fornecer crédito, num contexto em que o risco e a incerteza aumentaram exponencialmente, os bancos necessitam não só de ter a garantia de que não lhes faltará liquidez, como também a garantia de que não serão penalizados em termos de capital. Considerando as eventuais dificuldades no cumprimento normal das obrigações e pagamento dos créditos, por parte dos devedores do sistema bancário, no contexto

adverso da doença Covid-19, em se mantendo as taxas de juros hoje aplicadas. Nestes termos, é aprovada uma moratória, até 30 de setembro, que prevê a proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, a prorrogação ou suspensão dos créditos até fim deste período. Garante-se a continuidade do financiamento às famílias e empresas e previne-se eventuais incumprimentos resultantes da redução da atividade económica. O presente decreto-lei institui ainda um regime das garantias pessoais do Estado para acautelar situações de emergência económica nacional causadas por circunstâncias excecionais e temporárias. Foi ouvido o Banco de Cabo Verde. Assim, No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I Disposição geral

Artigo 1.º Objeto e âmbito

1. O presente decreto-lei estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID -19.
2. As medidas de proteção e apoio à liquidez e tesouraria têm como finalidade o diferimento do cumprimento de obrigações dos beneficiários perante o sistema financeiro, nos termos previstos no presente decreto-lei.
3. Para os efeitos do presente decreto-lei, a pandemia da doença COVID -19 é formalmente reconhecida como um evento excecional com consequências graves para a economia.

CAPÍTULO II Medidas de apoio extraordinário à liquidez de famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social

SECÇÃO I Medidas de apoio e condições de acesso

Artigo 2.º Entidades beneficiárias

1. Beneficiam das medidas previstas no presente decreto-lei as empresas que preencham cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Cabo Verde;
 - b) Sejam classificadas como microempresas e pequenas empresas, de acordo com a Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto;

c) Não estejam, a 28 de março, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;

d) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção do Código Geral Tributário e de Processo Tributário e do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não revelando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

2. Beneficiam igualmente das medidas previstas no presente decreto-lei:

a) As pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente e outros créditos que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do número anterior, tenham residência em Cabo Verde e estejam em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, conforme, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado emergência, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março; e

b) Os empresários em nome individual, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social.

3. Beneficiam, ainda, das medidas previstas no presente decreto-lei as demais empresas independentemente da sua dimensão, que, à data de publicação do regime, preencham as condições referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 1, excluindo as que integrem o setor financeiro.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que fazem parte do setor financeiro os bancos, outras instituições de crédito, instituições financeiras, instituições de pagamento, instituições de moeda eletrónica, intermediários financeiros, empresas de investimento, organismos de investimento coletivo, fundos de pensões, fundos de titularização, respetivas sociedades gestoras, empresas de seguros e resseguros.

5. As empresas, pessoas singulares e outras entidades previstas nos números anteriores são adiante designadas de «entidades beneficiárias».

Artigo 3.º Operações abrangidas

1. O presente capítulo aplica-se a operações de crédito concedidas por bancos e instituições de crédito a operar em Cabo Verde, adiante designadas por «instituições»,

às entidades beneficiárias do presente decreto-lei.

2. O presente capítulo não se aplica às seguintes operações:

- a) Crédito ou financiamento para compra de valores mobiliários ou aquisição de posições noutros instrumentos financeiros, quer sejam garantidas ou não por esses instrumentos;
- b) Crédito concedido a empresas para utilização individual através de cartões de crédito dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização, trabalhadores ou demais colaboradores;
- c) Crédito concedido a pessoas singulares para utilização individual através de cartões de crédito.

Artigo 4.º Moratória

1. As entidades beneficiárias do presente decreto-lei beneficiam das seguintes medidas de apoio relativamente às suas exposições creditícias contratadas junto das instituições:

- a) Proibição de revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, durante o período em que vigorar a presente medida;
- b) Prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, juntamente, nos mesmos termos, com todos os seus elementos associados, incluindo juros, garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;
- c) Suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, durante o período em que vigorar a presente medida, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos pela medida, incluindo garantias.

2. As entidades beneficiárias das medidas previstas nas alíneas b) e c) do número anterior podem, em qualquer momento, solicitar que apenas os reembolsos de capital, ou parte deste, sejam suspensos.

3. A extensão do prazo de pagamento de capital, rendas, juros, comissões e demais encargos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 não dá origem a qualquer:

- a. Incumprimento contratual;
- b. Ativação de cláusulas de vencimento antecipado;

c. Suspensão do vencimento de juros devidos durante o período da prorrogação, que serão capitalizados no valor do empréstimo com referência ao momento em que são devidos à taxa do contrato em vigor; e

d. Ineficácia ou cessação das garantias concedidas pelas entidades beneficiárias das medidas ou por terceiros, designadamente a eficácia e vigência dos seguros, das fianças e/ou dos avals.

4. A prorrogação das garantias, designadamente de seguros, de fianças e/ou de avals referidos nos números anteriores não carece de qualquer outra formalidade, parecer, autorização ou ato prévio de qualquer outra entidade previstos noutro diploma legal e são plenamente eficazes e oponíveis a terceiros, devendo o respetivo registo, quando necessário, ser promovido pelas instituições, com base no disposto no presente decreto-lei, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa de trato sucessivo.

Artigo 5.º Acesso à moratória

1. Para acederem às medidas previstas no artigo anterior, as entidades beneficiárias remetem, por meio físico ou por meio eletrónico, à instituição mutuante uma declaração de adesão à aplicação da moratória, no caso das pessoas singulares e dos empresários em nome individual, assinada pelo mutuário e, no caso das empresas e das instituições particulares de solidariedade social, bem como das associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, assinada pelos seus representantes legais.

2. A declaração é acompanhada da documentação comprovativa da regularidade da respetiva situação tributária e contributiva, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º.

3. As instituições aplicam as medidas de proteção previstas no artigo anterior no prazo máximo de cinco dias úteis após a receção da declaração e dos documentos referidos nos números anteriores, com efeitos à data da entrega da declaração, salvo se a entidade beneficiária não preencher as condições estabelecidas no artigo 2.º.

4. Caso verifiquem que a entidade beneficiária não preenche as condições estabelecidas no artigo 2.º para poder beneficiar das medidas previstas no artigo anterior, as instituições mutuantes devem informá-lo desse facto no prazo máximo de três dias úteis, mediante o envio de comunicação através do mesmo meio que foi utilizado pela entidade beneficiária para remeter a declaração a que se refere o n.º 1 do presente artigo.

Artigo 6.º Tutela de direitos de crédito

Em caso de declaração de insolvência ou submissão a Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas da entidade beneficiária, as instituições podem exercer todas as ações inerentes aos seus direitos, nos termos da legislação aplicável.

SECÇÃO II Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 7.º Acesso indevido a medidas de proteção

As entidades beneficiárias que acederem às medidas de apoio previstas não preenchendo os pressupostos para o efeito, bem como as pessoas que subscreverem a documentação requerida para esses efeitos, são responsáveis pelos danos que venham a ocorrer pelas falsas declarações, bem como pelos custos incorridos com a aplicação das referidas medidas excecionais, sem prejuízo de outro tipo de responsabilidade gerada pela conduta, nomeadamente criminal.

Artigo 8.º Supervisão e sanções

1. O Banco de Cabo Verde é responsável pela supervisão e fiscalização do regime de acesso à moratória prevista no presente decreto-lei.
2. O incumprimento, pelas instituições previstas no n.º 1 do artigo 3.º, dos deveres previstos no presente decreto-lei ou na regulamentação adotada pelo Banco de Cabo Verde para a sua execução, constitui contraordenação punível nos termos do artigo Título IX da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril.

Artigo 9.º Reporte de informação

As exposições abrangidas pela moratória são comunicadas à Central de Risco de Crédito.

Artigo 10.º Regulamentação

1. O membro do Governo responsável pela área das finanças define por portaria as demais condições gerais aplicáveis a qualquer das medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID -19 previstas no presente decreto-lei.
2. O Banco de Cabo Verde densifica, por regulamento, os deveres de informação das instituições relativos às operações abrangidas pelas medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID -19 previstas no presente decreto-lei.

CAPÍTULO III Regime especial de garantias pessoais do Estado

Artigo 11.º Garantias pessoais

1. Podem ser prestadas garantias pessoais pelo Estado e por outras pessoas coletivas de direito público em virtude da situação de emergência económica nacional causada pela pandemia da doença COVID -19 dentro dos limites máximos para a concessão de

garantias pessoais previstos na Lei do Orçamento do Estado.

2. O membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar a concessão de garantias, ao abrigo do número anterior, designadamente para garantia de operações de crédito ou de outras operações financeiras, sob qualquer forma, para assegurar liquidez ou qualquer outra finalidade, a empresas, a instituições particulares de solidariedade social, a associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social ou a quaisquer outras entidades com sede em Cabo Verde.
3. À prestação de garantias ao abrigo dos números anteriores é aplicável, subsidiariamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2018, de 29 de junho, com as necessárias adaptações, salvo as disposições que, atentas as circunstâncias excecionais e temporárias, se revelem incompatíveis, devendo ser observado o procedimento previsto no artigo seguinte.

Artigo 12.º Procedimento de concessão de garantias do Estado em caso de emergência económica nacional

1. O pedido de concessão de garantia do Estado é dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, acompanhado dos elementos essenciais da operação a garantir, designadamente respetivo montante e prazo, sem prejuízo de elementos adicionais que venham a ser solicitados para aferição do risco da operação e da definição das condições da garantia a conceder.
2. O pedido previsto no número anterior é objeto de parecer favorável do membro do Governo da área do setor de atividade da entidade beneficiária da garantia, devendo incidir sobre o enquadramento da operação no âmbito da política do Governo de resposta à situação de emergência económica nacional em virtude da pandemia da doença COVID -19, da apreciação da relevância da entidade beneficiária para a economia nacional, assim como da perspetiva de viabilidade económica da entidade em causa e da necessidade expressa de garantia pessoal do Estado.
3. Em anexo ao despacho de aprovação ou autorização são publicados os elementos essenciais da operação, bem como o parecer a que se refere o número anterior, devendo qualquer alteração obedecer ao mesmo procedimento.
4. São enviados regularmente à Direção-Geral do Tesouro, pelas entidades beneficiárias ou outras entidades a definir no despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, os elementos necessários ao acompanhamento das operações objeto da garantia e, logo que deles tenham conhecimento, de factos que impossibilitem o pontual cumprimento das obrigações garantidas.
5. O membro do Governo responsável pela área das finanças pode definir por portaria os demais termos e condições relativas às operações objeto de garantia e ao procedimento.

CAPÍTULO IV Disposição final

Artigo 13.º Entrada em vigor e vigência

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e vigora até 30 de setembro de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 30 de março de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva

Olavo Avelino Garcia Correia

Maritza Rosabal Peña

Arlindo Nascimento do Rosário

Promulgado em 31 de março de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

Decreto-Lei n.º 37/2020, de 31 de março

(Medidas Excepcionais e Temporárias de Protecção Social, Fiscais, Parafiscais e de Gestão de Recursos Humanos de Resposta ao novo SARS-CoV-2 Causador da Doença COVID-19)

Decreto-lei nº 37/2020 de 31 de março

A 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de âmbito internacional, e no dia 11 de março de 2020, classificou o novo Coronavírus – COVID-19 como uma pandemia. O Coronavírus- COVID-19 apresenta um período de incubação atualmente definido pela OMS e pela Direção Nacional de Saúde (DNS) entre 2 a 14 dias e é transmitido entre pessoas, possivelmente, através da respiração de gotículas, secreções e aerossóis infectados, e de pessoas que estão em contato próximo uns com os outros (menos de dois metros de distância). A propagação do COVID-19 a nível internacional tem aumentado a cada dia, tendo já sido detetados mais de meio milhão de pessoas infectadas e causado mais de vinte e quatro mil mortos. Em Cabo Verde até ao momento foram confirmados seis casos positivos. O vírus SARS-CoV-2 que provoca a doença COVID-19, conduziu a economia global para um nível de risco e de incerteza muito elevada, o que exige um conjunto de ações céleres e concertadas. Neste contexto, urge a previsão de normas de contingência para a situação epidemiológica provocada pelo novo Coronavírus – COVID-19, com vista à proteção de todos os cidadãos, no resguardo do bem essencial que é a saúde pública, bem como minimizar as consequências do forte impacto económico que esta está a provocar, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional a vários sectores, designadamente, de proteção social, fiscal e gestão de recursos humanos. Neste sentido, no domínio da proteção social pretende-se adotar um conjunto de medidas que favoreça a manutenção dos postos de trabalho e que garantam o rendimento das famílias. No domínio fiscal pretende-se adotar um conjunto de medidas de flexibilização e deferimento dos prazos de pagamento de impostos e taxas, com vista a aliviar a tesouraria das empresas. No domínio dos recursos humanos pretende-se adotar medidas que eliminam as restrições de contratação de aposentados, visando aumentar, caso seja necessário, o número de profissionais nas áreas consideradas essenciais. São medidas de carácter excecional, que afastam o regime geral vigente a elas referentes, com vista a apoiar as empresas, criando desta forma um quadro financeiro estável, que garanta o máximo de postos de trabalho.

Assim, no uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I Disposição geral

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma estabelece medidas excepcionais e temporárias em matéria de proteção social, e aprova medidas fiscais e parafiscais e de gestão de recursos humanos de resposta ao novo SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19.

Artigo 2.º Âmbito

O disposto no presente decreto-lei aplica-se à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da situação provocada pelo COVID-19, bem como à reposição da normalidade em sequência da mesma.

Capítulo II Regime excecional em matéria de proteção social

Artigo 3º Isolamento profilático

1. Aos trabalhadores colocados em situação de isolamento profilático, durante 14 dias, motivado por situações de grave risco para a saúde pública decorrente do novo Coronavírus - COVID-19, decretado pelas autoridades de saúde, no âmbito do exercício das suas competências, é garantido o direito ao recebimento de um subsídio correspondente a 70% da remuneração de referência.
2. Para efeitos do determinado no número anterior estabelece-se o prazo de garantia de 60 (sessenta dias) com registos de contribuições seguidos ou interpolados.
3. A declaração de isolamento profilático emitido pelas entidades competentes, substitui o Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho, para efeitos de entrega nos serviços da entidade gestora do sistema de proteção social obrigatório.

Artigo 4º Regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego

1. No período compreendido entre 1 de abril a 30 de junho de 2020, é aprovado um Regime Jurídico excecional de atribuição do Subsídio de Desemprego nos seguintes termos:
 - a) Estabelece-se o prazo de garantia de 60 (sessenta) dias para acesso ao subsídio de desemprego;
 - b) São supridas as formalidades relacionadas com a inscrição no CEFP, devendo os pedidos do subsídio de desemprego serem, transitoriamente e enquanto durar o presente regime, entregues no INPS ou nos CEFP;
 - c) Os pedidos são preenchidos e entregues pelas entidades empregadoras nos termos do formulário, aprovado para o efeito e que segue em anexo ao presente diploma;

- d) Para efeitos de cálculo do referido subsídio não se aplicam os condicionalismos de idade e de número de meses com registos de remunerações, previstos no artigo 27º do Decreto-Lei que aprova o Regime do Subsídio de Desemprego, sendo o pagamento garantido até o máximo de 5 meses.
2. Salvo as exceções previstas nas alíneas anteriores, devem ser preenchidos os demais requisitos, designadamente, os de elegibilidade de acesso ao subsídio de desemprego nos exatos moldes do aprovado na legislação que regulamenta a sua concessão.

Capítulo III Regime excecional em matéria fiscal

Artigo 5º Medidas fiscais

1. São aprovadas medidas fiscais excecionais que visam conceder moratória nos pagamentos dos tributos devidos a partir de 1 de abril de 2020.
2. A concessão da moratória a que se refere o número anterior tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2020.

Artigo 6º Pedido de plano negocial

1. O pedido do plano negocial deve ser apresentado junto da repartição de finanças da respetiva área fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do presente diploma.
2. O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 7º Imposto sobre o rendimento

1. Os sujeitos passivos residentes ou não residentes com estabelecimento estável enquadrados no regime de contabilidade organizada, podem apresentar a declaração anual de rendimentos relativo ao período de 2019 e o respetivo imposto devido até 31 de julho de 2020 e a declaração anual de informação contabilística e fiscal até o mês de setembro de 2020.
2. O disposto do número anterior é, igualmente, aplicável aos sujeitos passivos titulares de rendimento da categoria B, sendo que a declaração anual de informação contabilística e fiscal pode ser entregue até o mês de novembro de 2020.
3. Relativamente aos sujeitos passivos que, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 10º do IRPC tenham optado por um período diferente do ano civil, as prorrogações previstas no número 1 são aplicáveis com as necessárias adaptações.
4. Os pagamentos fracionados devidos nos meses de agosto e novembro de 2020, podem ser efetuados nos meses de setembro e dezembro do mesmo ano.

Artigo 8º Imposto sobre o Valor Acrescentado

1. Os pagamentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado, pelos sujeitos passivos, nos termos do Código do Imposto do Valor Acrescentado, relativo ao período do mês de março e seguintes, podem ser efetuados em prestações mensais até 31 de dezembro de 2020, mediante requerimento e prova, junto das repartições de finanças das respetivas áreas fiscais, da quebra efetiva e significativa de atividade.
2. Considera-se quebra efetiva e significativa de atividade, para efeitos do número anterior uma redução igual ou superior a 30% do volume de negócio comparativamente ao período homólogo.
3. O sujeito passivo pode requerer, no plano de negociação, a possibilidade de pagar em prestações o imposto sobre o valor acrescentado relativo ao mês de novembro que deve ser entregue em dezembro.
4. O requerimento para pagamento em prestações referido no número anterior é objeto de análise e decisão, caso a caso, pelo Chefe da Repartição das Finanças da respetiva área fiscal.
5. O disposto no nº 1 não se aplica aos casos de inversão do sujeito passivo, nos termos do artigo 6º, nº 6 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Artigo 9º Retenções na Fonte

As retenções na fonte de rendimentos das categorias A, B e C relativos aos rendimentos colocados à disposição do seu titular a partir do mês de abril e 2020 podem ser entregues em prestações com o limite máximo até 31 de dezembro de 2020.

Artigo 10º Pagamento em Prestações

1. O pagamento das dívidas em prestações, nos termos do presente diploma, determina, na parte correspondente ao valor do capital pago, a dispensa de juros compensatórios e de juros de mora e da coima, desde que o requerimento de pagamento em prestações, as declarações e os pagamentos sejam efetuados nos prazos acordados.
2. O não cumprimento do disposto no número anterior determina a cobrança dos juros e coimas.
3. O não pagamento de três prestações seguidas, negociadas no âmbito do presente diploma, implica o vencimento, imediato, de toda a dívida em atraso.
4. Em tudo o que não estiver, especificamente, previsto neste diploma, é aplicável a regra geral prevista na legislação fiscal e contributiva em vigor.
5. O pagamento em prestações não desobriga o sujeito passivo da entrega das declarações legalmente previstas.

Artigo 11º Taxas estatísticas aduaneiras

1. Ficam suspensos os efeitos das normas constantes das alíneas b), d) e f) do n.º 5 do artigo 31º, da Lei nº 23/VIII/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano económico de 2013, e instituiu a Taxa Estatística Aduaneira, alterada em 2019, e mantida em vigor pela Lei de Orçamento de Estado de 2020, até 31 de dezembro de 2020.
2. A Taxa Estática Aduaneira, prevista na alínea e) do número 5 do art.º 31 da Lei nº 23/VIII/2012 aplica-se apenas aos processos de isenção aduaneira de carácter individual, designadamente, aos não residentes de regresso definitivo, diplomatas cabo-verdianos, inspetores de policia judiciaria, magistrados e oficiais de policia nacional;

Artigo 12º Tributo Especial Unificado

1. A obrigação prevista no artigo 26º do regime especial das micro e pequenas empresas relativa ao 1º trimestre pode ser efetuada até 30 de junho de 2020, para as micro e pequenas empresas obrigadas a entregar o MOD 107 e os respetivos anexos.
2. Os prazos da entrega da declaração e o respetivo pagamento do 2º, 3º e 4º trimestres manter-se-ão nos termos previsto na lei.
3. A obrigação declarativa subsiste mesmo que não existam operações no período correspondente.
4. Excecionalmente, o membro do governo responsável pela área das finanças pode alargar os prazos para o cumprimento das obrigações relativas aos trimestres seguintes sempre que motivo atendível assim o justificar.

Artigo 13º Suspensão de Execução fiscal em curso

1. As ações de execução fiscal em curso para cobrança coerciva de dívidas fiscais ficam suspensas mediante renegociação em prazos mais alargados, nunca excedendo as 120 prestações sendo que neste caso, sobre as 60 últimas prestações incidem os juros legais devidos.
2. A renegociação de dívidas fiscais para prazos alargados que excedem as 60 prestações aplica-se, apenas, em casos excecionais, devidamente fundamentados, e está sujeito à autorização do Diretor Nacional das Receitas do Estado, a quem compete fixar as condições do plano de pagamentos, nomeadamente o valor mínimo de cada prestação.
3. As dívidas não renegociadas e em situação de incumprimento a 31 de dezembro de 2020, ficam, automaticamente, sujeitas às ações de cobrança coerciva previstas nos termos da lei.

Capítulo IV Regime excecional em matéria de recursos humanos

Artigo 14º Regime excecional de contratação de funcionários aposentados

1. É permitido a contratação de aposentados para exercerem funções públicas remuneradas para quaisquer serviços da administração central, administração autárquica institutos públicos, entidades públicas empresarias, empresas públicas municipais, empresas públicas de base societária, estruturas de projeto, e ordens profissionais, ou prestação de trabalho remunerado nas empresas públicas durante o período de contingência e ou calamidade.
2. A contratação de aposentados durante o período de contingência, é aprovada por despacho do membro do Governo que exerce a superintendência e tutela do respetivo serviço, sem necessidade de autorização do Conselho de Ministros.
3. A contratação dos aposentados é feita por contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, sem prejuízo da sua renovação, enquanto vigorar o período de contingência.
4. A colocação dos aposentados é feita preferencialmente nos serviços da sua área de sua residência, podendo, no entanto, ser colocado em qualquer local que a entidade contratante tenha serviço ou necessidade.
5. Durante o período de exercício das funções, é garantido aos aposentados a remuneração atual correspondente ao cargo no qual se aposentou.

Artigo 15.º Regime excecional em matéria de mobilidade, recrutamento, contratação, instrução e tramitação dos atos gestão de recursos humanos

1. Os processos administrativos relativos à mobilidade, ao recrutamento e provimento de recursos humanos para os serviços a Administração Pública no período que perdurar a situação de pandemia por Covid-19, são:
 - a) Organizados e instruídos pelo serviço central de administração do departamento governamental em que se integra o serviço interessado;
 - b) Isentos de apreciação pela Comissão Técnica, e de autorização pelo serviço central do sistema de gestão de recursos humanos da Administração Pública;
 - c) Decididos por despacho conjunto do membro do Governo que tutela o departamento governamental que pretende recrutar e que tutela a área das Finanças e Administração Pública.
2. Aos processos referidos no número anterior devem ser obrigatoriamente anexados a declaração de confirmação de disponibilidade orçamental.
3. O recrutamento e provimento dos recursos humanos deve ser efetuado mediante contrato trabalho a termo pelo período que perdurar a situação de emergência ou calamidade nacional por Coronavírus - COVID-19.
4. Os contratos de trabalho a termo, produzem efeitos a partir da data da sua assinatura.
5. Os contratos referidos no número anterior caducam automaticamente com a declaração da cessação do motivo que justificou a sua celebração, sem necessidade de comunicação prévia.

6. A denúncia e a caducidade dos contratos referidos no nº 3 não confere direito a compensação e ou indemnização.

7. O regime previsto no presente artigo é aplicável apenas aos serviços considerados essenciais, designadamente, da área de saúde, segurança nacional, justiça, portuários e aeroportuários, proteção civil e serviços de segurança pública.

Artigo 16.º Entrada em vigor

1. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2. O regime previsto no presente diploma produz efeitos até à data da cessação da situação de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica do SARS -CoV-2, causador da doença COVID-19, conforme declarada pelo Governo.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 30 de março de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva

Olavo Avelino
Janine Tatiana Santos Lélis

Garcia

Correia

Arlindo Nascimento do Rosário

Promulgado em 31 de março de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

Resolução n.º 58/2020, de 30 de março

Aprovação de um conjunto de medidas dirigidas à proteção social das famílias e à proteção do rendimento dos que operam no setor informal da economia e que ficam afetados pelas medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, o COVID-19

Na sequência das medidas de proteção ao emprego, ao rendimento e às empresas, o Governo aprova, através da presente Resolução, medidas dirigidas à proteção social das famílias e à proteção do rendimento dos que operam no setor informal da economia e que ficam afetados pelas medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, o COVID-19.

Em tempo de grave crise sanitária e económica, estas medidas destinam-se a assegurar a satisfação das necessidades básicas a nível de alimentação, do acesso à saúde, do rendimento familiar e de cuidados. As medidas incidem sobre (i) as famílias que dependem economicamente do trabalho informal que, por motivos da mencionada crise, perdem seus meios de sustento de vida quase imediatamente, e que não têm nenhuma alternativa de rendimento diário; (ii) as crianças, pertencentes a agregados familiares mais vulneráveis e cujas principais refeições dependem do Programa de Alimentação Escolar; (iii) os idosos que vivem sozinhos e que atualmente frequentam Centros de Dia para assegurar, entre outras necessidades, a alimentação. Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 65º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

A presente Resolução aprova um conjunto de medidas dirigidas à proteção social das famílias e à proteção do rendimento dos que operam no setor informal da economia e que ficam afetados pelas medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, o COVID-19.

Artigo 2º Rendimento Solidário

1- O Rendimento Solidário (RSO) é uma prestação mensal de 10.000\$00 (dez mil escudos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário médio mensal dos trabalhadores por conta própria inscritos no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

2- São elegíveis ao RSO:

- a) Os trabalhadores do Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE);
- b) Os trabalhadores por conta própria do setor informal da economia não pertencentes ao Regime REMPE;

- c) Os trabalhadores das empresas privadas não inscritos no INPS;
 - d) Os trabalhadores dos jardins infantis e creches privados não inscritos no INPS.
- 3- Têm acesso ao RSO os trabalhadores previstos no número anterior que cumprirem cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Auferirem um rendimento médio mensal inferior ou igual a 20.000\$00 (vinte mil escudos) no período anterior à declaração do estado de emergência;
 - b) Estarem inscritos no Cadastro Social Único (CSU) ou disponibilizarem-se a inscrever de imediato no aplicativo de inscrição;
 - c) Terem deixado de exercer a atividade que lhes garantia o rendimento referido na alínea a);
 - d) Declararem, por escrito, a sua situação de rendimento enquadrável nos requisitos previstos nas alíneas anteriores.
- 4- O RSO aos trabalhadores do regime REMPE é processado e pago pelo INPS.
- 5- Para a inscrição provisória dos trabalhadores do regime REMPE no CSU, é disponibilizada oficiosamente pelo INPS a informação necessária ao Ministério da Família e da Inclusão social (MFIS).
- 6- A inscrição dos trabalhadores do regime REMPE no CSU é feita oficiosamente mediante informação disponibilizada pelo INPS ao MFIS.
- 7- A inscrição dos trabalhadores das empresas privadas não inscritos no INPS no CSU é feita oficiosamente mediante informações disponibilizadas pelas respetivas empresas, com indicação do rendimento que auferiam antes da declaração do estado de emergência.
- 8- O RSO aos trabalhadores não pertencentes ao regime REMPE é processado e pago por ordem do MFIS ao Tesouro, através de Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) para a conta bancária do beneficiário.

Artigo 3º Rendimento Social de Inclusão Emergencial

- 1- O Rendimento Social de Inclusão Emergencial (RSI/E) é uma prestação de 5.500\$00 (cinco mil e quinhentos escudos) por mês, que vigora para além do regime normal do Rendimento Social de Inclusão (RSI) em vigor, não acumulável com este.
- 2- São elegíveis e têm acesso ao RSI/E, as famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no CSU ou que se disponibilizam para se inscreverem imediatamente no CSU.
- 3- O RSI/E é processado e pago por ordem do MFIS ao Tesouro, através do CNPS, para a conta bancária do beneficiário.
- 4- O RSI/E é acumulável com a pensão social do regime não contributivo, pois esta é uma prestação individual ao idoso e aquele uma prestação familiar.

Artigo 4º Assistência Alimentar

- 1- A Assistência Alimentar (AAL) é uma prestação em espécie composta por um cabaz de alimentos.

- 2- São elegíveis e têm acesso à AAL:
- a) Agregados familiares em situação de extrema pobreza com crianças no sistema educativo, inscritos no CSU ou que se disponibilizam para se inscreverem imediatamente no CSU;
 - b) Agregados familiares em situação de risco alimentar e nutricional classificados pelo CSU como pobres ou vulneráveis, pertencentes aos grupos II ou III da tabela de distribuição dos agregados familiares nos termos da Portaria da Ministra da Família e da Inclusão Social n.º 37/2018, de 6 de novembro, e não beneficiam do RSI, do RSI/E ou do Programa de Inclusão Produtiva, inscritos no CSU ou que se disponibilizam para se inscreverem imediatamente no CSU.
- 3- A logística do armazenamento e distribuição dos produtos é disponibilizada e coordenada pela Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar (FICASE), tendo como apoio local as delegações do Ministério da Educação e por parceiros credenciados, designadamente as ONG's, organizações das confissões religiosas e voluntários.
- 4- Para além dos fornecimentos junto dos estabelecimentos grossistas e retalhistas de distribuição de produtos alimentares, preferencialmente através de compras locais, a FICASE promove a aquisição dos produtos junto de agricultores e de pescadores revendedores.
- 5- Todos os donativos em espécie, de produtos alimentares ou afins devem ser remetidos ou canalizados à FICASE.

Artigo 5º Cuidados

- 1- Os idosos e as pessoas dependentes que vivem isolados são objeto de cuidados permanentes através de cuidadores e voluntários credenciados, em articulação com os serviços das Câmaras Municipais, da Proteção Civil e da Saúde.
- 2- Os serviços de cuidados são prestados nos domicílios, nos centros de emergência infantil em regime de internamento e nos centros de acolhimento que funcionam em regime de internamento.

Artigo 6º Registo no Cadastro Social Único

- 1- É condição para a obtenção dos benefícios previstos na presente Resolução a inscrição no CSU.
- 2- A inscrição pode ser feita a título provisório, bastando para tal a indicação dos seguintes dados:
 - a) Nome completo;
 - b) Composição do agregado familiar;
 - c) Domicílio (ilha, concelho, bairro, localidade);
 - d) Contacto (telefone, e-mail);
 - e) Rendimento mensal médio, no caso dos pretendentes ao benefício do RSO.

3- A inscrição provisória é suficiente para a atribuição dos benefícios previstos na presente Resolução e que dependam deste requisito.

4- A inscrição definitiva no CSU é promovida pelos serviços competentes do MFIS e as Câmaras Municipais.

Artigo 7º Linha verde de proteção social e da atividade informal

Um número para contacto telefónico, endereço de e-mail e plataforma digital nas redes sociais são disponibilizados para informação, esclarecimentos e direcionamento dos interessados e beneficiários das medidas constantes da presente Resolução.

Artigo 8º Parceria especial das Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais são parceiras de primeira linha na implementação das medidas constantes da presente Resolução, devendo a sua participação ser articulada e coordenada com o MFIS e com o membro do Governo responsável pelas relações com o poder local.

Artigo 9º Mecanismos de compensação ao INPS

Atendendo ao previsto no n.º 4 do artigo 2º, o Governo, pelo Ministério das Finanças, acautela os mecanismos de eventuais e futuras compensações ao INPS, nos termos a que vier a ser firmados entre as partes.

Artigo 10º Falsas declarações

Sem prejuízo de outras responsabilidades a que houver lugar, a prestação deliberada de falsas declarações para efeitos de acesso aos benefícios previstos na presente Resolução é punida nos termos da lei penal vigente.

Artigo 11º Vigência

1- Os benefícios previstos nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º vigoram por um período 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da presente Resolução.

2- O período referido no número anterior pode ser prorrogado por Resolução do Conselho de Ministros.

Artigo 12º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 30 de março de 2020

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Decreto Presidencial n.º 6/2020, de 28 de março

(Declaração de Estado de Emergência Justificada por Calamidade Pública)

A disseminação pelo mundo do novo Coronavírus, causador da doença COVID-19, tem provocado visíveis e significativos danos no plano da saúde pública em vários países. No mundo globalizado em que vivemos, em que as pessoas se movem com grande intensidade e frequência entre os países, o novo Coronavírus encontrou condições propícias para se propagar rapidamente, fruto da sua enorme capacidade de contágio. Face à gravidade da situação, e aos efeitos nefastos sentidos em vários países ao nível da saúde pública, a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia COVID – 19 no dia 11 de março de 2020. Entretanto, o mundo tem assistido à evolução galopante dessa doença. Sendo um país aberto e de comunicações frequentes com o exterior, incluindo com países bastante atingidos pela doença COVID-19, fruto de deslocações de emigrantes, trabalhadores, estudantes e turistas, era, infelizmente, expectável que o Coronavírus chegasse a Cabo Verde, o que realmente acabou por acontecer, registando-se já uma morte.

O Governo tomou já um conjunto de medidas, com início em momento em que se não verificavam casos confirmados em Cabo Verde, destinadas inicialmente a evitar a entrada do Coronavírus, e a sua disseminação, na perspectiva de assim mitigar os efeitos de calamidade pública decorrente da propagação da doença COVID-19. Sendo absolutamente indispensável, por imperativo da salvaguarda da saúde pública, que sejam postas em prática medidas destinadas a conter a propagação da doença, certo é que algumas delas se traduzem na contracção de direitos, liberdades e garantias tutelados pela Constituição da República de Cabo Verde, designadamente a liberdade de circulação, em várias das suas manifestações, o direito ao trabalho efectivo e os direitos dos trabalhadores, a propriedade e a iniciativa privada, o direito de reunião e de manifestação e a liberdade de culto. Sendo assim justificado que os poderes públicos promovam, neste contexto, a suspensão e a limitação de determinados direitos, liberdades e garantias constitucionais, tal deve ocorrer ao abrigo de um estado de excepção, no caso declaração de estado de emergência, como é próprio de um Estado de Direito. Na realidade, a declaração do estado de emergência confere legitimidade constitucional às medidas cuja efectivação é necessária, e empresta-lhes solidez jurídica, já que sem o recurso a esta figura tais medidas poderiam ser postas em causa no plano constitucional, e com esse fundamento ser desobedecidas e impugnadas pelos seus destinatários, com todos os efeitos perversos associados a uma situação de instabilidade e incerteza absolutamente indesejável. A suspensão e a limitação de direitos, liberdades e garantias que resultam da presente

declaração de estado de emergência destinam-se exclusivamente a assegurar a eficácia das medidas de contenção da propagação do novo Coronavírus, observando-se sempre os devidos critérios de adequação e proporcionalidade. O estado de emergência será permanentemente avaliado, tendo em vista a ampliação ou redução do seu âmbito, e a sua eventual renovação, em função das circunstâncias, tendo sempre presente as finalidades do combate à calamidade pública, por um lado, e a desejável retoma da normalidade constitucional logo que tal seja possível, por outro lado.

Foi ouvido o Conselho da República. Usando da competência conferida pela alínea h) do número 2 do artigo 135.º da Constituição e pelo número 1 do artigo 9.º da Lei nº 94/III/90, de 27 de Outubro, ouvido o Governo e obtida autorização da Assembleia Nacional constante da Resolução nº109/IX/2020, de 27 de março de 2020, o Presidente da República decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Face à situação de calamidade pública resultante da doença COVID-19 é declarado o estado de emergência tendo em vista a adoção, com observância do quadro constitucional, das medidas necessárias para evitar a sua propagação por todo o território nacional.

Artigo 2.º

O estado de emergência abrange a totalidade do território nacional.

Artigo 3.º

1. Enquanto vigorar o estado de emergência ora declarado, o exercício dos direitos, liberdades e garantias a seguir enunciados fica suspenso ou limitado nos termos indicados:

a. Relativamente ao direito à liberdade, incluindo o direito à deslocação e à emigração, e a circulação nacional e internacional de pessoas –podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as restrições seguintes:

(i) proibição de viagens nacionais e internacionais, por qualquer meio, terrestre, aéreo ou marítimo;

(ii) confinamento compulsivo no domicílio, em estabelecimento de saúde ou em lugar previamente definido pelas autoridades de saúde para o efeito;

(iii) estabelecimento de cercas sanitárias em determinados locais ou Ilhas;

(iv) interdição de circulação e da permanência na via pública que não sejam justificadas,

na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, ficando desde já ressalvadas as seguintes situações: desempenho de funções profissionais que se justifiquem neste contexto; obtenção de cuidados de saúde; assistência a terceiros; abastecimento de bens e serviços; passeio de animais domésticos; outras razões ponderosas que venham a ser invocadas pelo Governo. As exceções a esta interdição devem corresponder a circulação individual, ou de um número mínimo de pessoas;

(v) podem ser impostos pelas autoridades públicas competentes controlos fronteiriços de pessoas e bens, incluindo controlos sanitários em portos e aeroportos, com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar o risco de propagação da epidemia ou de sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate, designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas.

b. Relativamente à circulação de bens e serviços - podem ser tomadas medidas necessárias a assegurar a circulação internacional e nacional de bens e serviços essenciais.

c. Relativamente ao direito ao trabalho e aos direitos dos trabalhadores - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as restrições seguintes:

(i) proibição ou limitação da prestação de trabalho a entidades públicas ou privadas, com prejuízo para o direito ao trabalho efetivo;

(ii) determinação que quaisquer trabalhadores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar funções em local diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalhos diversos dos que correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso de trabalho nos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da epidemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de sectores vitais da economia, à operacionalidade de redes e infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito Democrático.

d. Relativamente à propriedade e à iniciativa económica privada—

(i) as autoridades públicas competentes podem proibir a atividade de empresas privadas, em geral ou que integrem determinados setores, em todo o território nacional ou em parte dele, e impor outras limitações ou modificações à respetiva atividade,

incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respectivo regime de funcionamento; (ii) pode ser determinada a obrigatoriedade de abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção; (iii) pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis e imóveis, de unidades de prestação e cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais e industriais, de empresas e outras unidades produtivas.

e. Relativamente ao direito de reunião e de manifestação - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na orientação da Direcção Nacional da Saúde, as restrições a estes direitos necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões ou manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do novo Coronavírus.

f. Relativamente à liberdade de culto - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas susceptível de potenciar a transmissão do novo Coronavírus.

2. O Governo fica autorizado a estabelecer, em conformidade com as suas competências constitucionais, sanções para a inobservância das medidas tomadas ao abrigo do disposto no número anterior. Artigo 4.º

1. Com excepção do previsto no número 1 do artigo 3º, fica proibida qualquer outra limitação ou restrição aos direitos, liberdades e garantias, que continuam a vigorar nos exactos termos consagrados na Constituição, designadamente as liberdades de expressão e de informação e a liberdade de imprensa.

2. Os efeitos da presente declaração não afectam, igualmente, as regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania, nem os direitos e imunidades dos respectivos titulares, nem altera os princípios da responsabilidade do Estado e dos seus agentes reconhecidos na Constituição.

Artigo 5.º

Para assegurar a eficácia das medidas de prevenção e combate à propagação da doença COVID-19, o Governo pode adotar medidas que reforcem o exercício coercivo de condução por parte das autoridades administrativas civis e o apoio directo às mesmas pelas Forças Armadas, nos termos previstos nas alíneas a) e d) do número dois do artigo 248º da Constituição.

Artigo 6.º

O Governo, enquanto órgão responsável pela execução da declaração do estado de emergência, deve manter permanentemente informados o Presidente da República e a Assembleia Nacional dos atos em que consista essa execução.

Artigo 7.º

Na execução da presente declaração de estado de emergência devem ser observados critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

Artigo 8.º

São ratificadas todas as medidas legislativas e administrativas adotadas pelas entidades competentes com a finalidade de restringir os efeitos de calamidade pública provocada pela doença COVID-19, na medida em que sejam compreendidas no disposto no número 1 do artigo 3º da presente declaração.

Artigo 9.º

O estado de emergência tem a duração de 20 (vinte) dias, com início às 00h00 (zero horas) do dia 29 de março de 2020 e término às 24h00 (vinte e quatro horas) do dia 17 de abril de 2020.

Artigo 10.º

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Palácio do Presidente da República, na Praia, a 28 de março de 2020.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Referendado aos 28 de março de 2020

O Primeiro-Ministro, JOSÉ ULISSES DE PINA CORREIA E SILVA

Resolução n.º 53/2020, de 26 de março

(Declaração de Situação de Calamidade em Todo o Território Nacional)

Desde o passado dia 18 de março que Cabo Verde se encontra em situação de contingência, declarada pelo Despacho Conjunto n.º 1/2020, de 18 de março, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 12/VIII/2012, de 7 de março, com o intuito de fazer aprovar um conjunto de medidas, visando controlar a situação epidemiológica do país, antecipar e conter possíveis linhas de contágio da COVID-19.

Várias medidas restritivas foram determinadas até agora, com particular incidência para a ilha da Boavista, aonde foram detetados os primeiros casos de infeção. No entanto, o previsível aumento de intensidade dos riscos de contaminação no país, numa altura em que se registam cinco casos confirmados em duas ilhas, com um óbito, vários casos suspeitos e ainda centenas de cidadãos nacionais em quarentena e sob vigilância das autoridades sanitárias, em várias ilhas, justifica a elevação da situação atual de contingência ante o potencial risco de calamidade. A declaração da situação de calamidade decorre da necessidade urgente de serem adotadas medidas de caráter ainda mais excecional, destinadas ao reforço da prevenção atualmente em vigor, a reagir e a repor a normalidade das condições de vida, nas áreas atualmente atingidas e noutras em que se evidencia uma elevada probabilidade de virem a ser afetadas pelos efeitos da COVID-19. Assim,

Atento ao disposto no artigo 20.º da Lei n.º 12/VIII/2012, de 7 de março, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º Objeto

1. É declarada a situação de calamidade em todo o território nacional.
2. A situação de calamidade é declarada com base no previsível aumento de intensidade dos riscos de contaminação no país, decorrente da propagação da COVID-19 e na necessidade de adotar medidas restritivas de caráter ainda mais excecional, destinadas ao reforço do nível da prevenção atualmente em vigor, a reagir e a repor a normalidade das condições de vida.

Artigo 2.º Transporte inter-ilhas

1. Determina-se a interdição dos voos e ligações marítimas inter-ilhas, com exceção de:
 - a) Voos e ligações marítimas para o transporte de carga;

- b) Voos e ligações marítimas para fins sanitários e da proteção civil;
 - c) Evacuações de doentes;
 - d) Situações de emergência;
 - e) De pessoal técnico destacado para serviços e setores considerados essenciais;
 - f) Condutores de veículos quando transportem mercadoria, em navios do tipo roll-on/roll-off, mediante controlo sanitário prévio.
2. Os serviços de proteção civil e as forças de segurança procedem à autorização e controlo de todos os que puderem viajar nestes termos.

Artigo 3º Abastecimento

O abastecimento de mercadorias e produtos às ilhas continua a ser feito normalmente, ficando, no entanto, proibido o desembarque de passageiros e de tripulantes, com as exceções previstas nas alíneas c), d) e) e f) do nº 1 do artigo anterior.

Artigo 4º Encerramento de serviços

1. São encerradas as empresas públicas, serviços públicos da administração central e local, as atividades do comércio, da indústria e serviços, com exceção de:
- a) Farmácias e serviços de saúde, incluindo de veterinária;
 - b) Forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, de proteção civil, bombeiros e serviços de guarda;
 - c) Serviços portuários, aeroportuários e conexos, designadamente, meteorologia e geofísica, controlo de espaço aéreo, aeronáutica civil, handling, alfândegas e despachantes oficiais, inspeções sanitárias e de pescas;
 - d) Atividades e serviços de produção, processamento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais;
 - e) Atividades de abastecimento de mercados;
 - f) Fornecimento de combustíveis e gás;
 - g) Serviços de produção, abastecimento e venda de água e eletricidade e de saneamento;
 - h) Órgãos públicos de comunicação social;
 - i) Serviços de cuidados a vulneráveis e de emergência infantil;
 - j) Banco Central, bancos comerciais públicos e sistema de pagamentos;
 - k) Entidades reguladoras independentes;
 - l) Instituto Marítimo Portuário;
 - m) Serviços de telecomunicações, de comunicações eletrónicas, e serviços de carga e recarga de saldo para comunicações móveis;
 - n) Serviços urgentes do Registo Nacional de Identificação Civil;
 - o) Serviços urgentes dos tribunais judiciais e serviços do ministério público, nos termos

da lei;
 p) Imprensa Nacional;
 q) Previdência social e Correios;
 r) Serviços de receita fiscal;
 e

s) Outros, sujeitos a autorização prévia devidamente fundamentada, pelo responsável do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.

2. Os serviços, as empresas e estabelecimentos previstos nas alíneas j) a r), ficam limitados às atividades consideradas essenciais, devendo os demais serviços garantir o seu regular funcionamento, sem prejuízo da adequação à presente conjuntura no que às normas de distanciamento social e higienização diz respeito.

3. As empresas públicas, serviços públicos da administração central e local encerrados nos termos da presente Resolução devem promover mecanismos alternativos de teletrabalho ou similares.

Artigo 5º Transportes Públicos terrestres

1. É reduzida a disponibilidade de transportes públicos terrestres, ficando ainda reduzida a lotação ao máximo de 50% (cinquenta) por cento.

2. Fica a cargo dos serviços de fiscalização das Câmaras Municipais e da Direção Geral dos Transportes Rodoviários a coordenação do funcionamento e da disponibilidade de transportes coletivos, nomeadamente, de modo rotativo.

Artigo 6º Requisição de Bens e Serviços

1. Reconhece-se como necessária a requisição temporária de bens e serviços, fundando-se na urgência e interesse público, relativamente a:

a) Infraestruturas públicas que tenham condições para serem convertidas em espaços de quarentena e isolamento;

b) Transportes coletivos de passageiros, terrestres, marítimos e aéreos, de instituições públicas, nas diferentes ilhas.

2. Os transportes aéreos e marítimos deverão garantir o nível de prontidão das tripulações para missões de apoio no transporte de urgência, nomeadamente de agentes de saúde, proteção civil e segurança, ou de equipamentos e materiais necessários na presente conjuntura.

Artigo 7º Requisição de meios humanos

1. O Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB) identifica os agentes de proteção civil em cada ilha, independentemente do seu quadro de origem, de modo a que possam ser acionados, nos termos do artigo 26º, n.º 2 da Lei de Bases de Proteção Civil, procedendo-se à sua dispensa mediante requisição feita pelo SNPCB ao serviço

de origem, com conhecimento dos membros do Governo responsáveis pela administração interna e das finanças.

Artigo 8º Regime especial de contratação

A contratação de empreitada de obras públicas, o fornecimento de bens e a aquisição de serviços, que tenham em vista prevenir ou acorrer, com caráter de urgência, a situações causadas pela COVID-19, pode ser efetuada por ajuste direto, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e finanças, sem sujeição do visto prévio do Tribunal de Contas.

Artigo 9º Aplicação e supervisão das medidas

Todas as operações, atividades e medidas relacionadas com a presente situação de calamidade ficam sob o comando do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.

Artigo 10º Entrada em vigor

1. A presente Resolução entra em vigor às zero horas do dia 27 de março e vigora até ao dia 17 de abril.
2. Todas as medidas restritivas decretadas até este momento mantêm-se válidas durante a vigência da presente Resolução, nomeadamente as relativas à interdição dos voos e ligações marítimas internacionais e ao encerramento das escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário.

Aprovada em Conselho de Ministros aos 26 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses Pina Correia e Silva

Resolução n.º 52/2020, de 23 de março

Estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19 a adotar pelas creches que prestam cuidados dirigidos a crianças

As creches são Centros de Cuidados destinadas a crianças dos 0 aos 3 anos de idade, e o seu funcionamento de acordo com o Decreto-Lei n.º 58/2018, de 14 de novembro, no seu artigo 10º, determina o número máximo de crianças por sala, assim como a área mínima por criança.

Por forma a reforçar as normas de higiene individual e coletiva de funcionamento destes estabelecimentos, em conformidade com as medidas restritivas que têm sido adotadas pelo Governo, estabelecem-se medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19.

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

1 - A Presente Resolução estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19 a adotar pelas creches que prestam cuidados dirigidos a crianças com idade compreendida entre os 0 e os 3 anos.

2- A presente Resolução aplica-se ainda a todos os jardins da infância, que para além das atividades educativas do pré-escolar, ofertam serviços de cuidados às crianças dos 4 aos 6 anos.

Artigo 2º Funcionamento

1 - Todos os estabelecimentos devem:

a) Adotar e seguir as orientações sanitárias do departamento governamental responsável pela área da Saúde, a fim de garantir a higiene individual, coletiva e do local de funcionamento;

b) Respeitar o número de funcionários/crianças por sala, de acordo com limite de segurança imposto para a prevenção do novo coronavírus – COVID-19.

2 - Os responsáveis dos estabelecimentos, em concertação com a mãe, o pai ou quem exerça o poder paternal da criança pode tomar medidas restritivas de funcionamento, para garantir a segurança dos utentes, durante o estado de contingência.

3 - As medidas referidas nos números anteriores podem incluir a permanência das crianças em casa, quando as famílias dispõem de condições para assegurar os cuidados.

Artigo 3º Teletrabalho

A mãe, o pai ou quem exerça o poder paternal da criança que frequenta creche, em concertação com a entidade empregadora, caso possua as condições logísticas necessárias, pode ficar em casa, sob regime de teletrabalho, para garantir o cuidado das crianças.

Artigo 4º Plano de Contingência

Todos os estabelecimentos devem elaborar e adotar um Plano de Contingência, que siga as orientações do Departamento Governamental responsável pela área da Saúde.

Artigo 5º Reavaliação das medidas

As medidas previstas na presente Resolução serão reavaliadas, podendo ser prorrogada, conforme for a evolução do COVID-19.

Artigo 6º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 23 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução n.º 50/2020, de 18 de março

Antecipação das férias escolares em todos os estabelecimentos de ensino do pré-escolar, básico e secundário, com efeitos a partir do dia 23 de março

O Mundo, neste momento, está a registrar um surto epidémico do chamado novo coronavírus – COVID-19.

O Governo tem adotado um conjunto de medidas de cunho restritivas, porém necessárias e preparatórias, em sintonia com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), por forma a fazer face ao COVID-19. Assim, atendendo a situação de estado de contingência já declarada; Atendendo ao facto de as escolas serem, por excelência, espaço de concentração de pessoas;

Tendo em conta, ainda, que uma das recomendações da OMS é evitar a aglomeração de pessoas no mesmo espaço, pois trata-se de uma epidemia transmissível principalmente pela via aérea;

No quadro das medidas restritivas que têm sido adotadas pelo Governo; Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

São antecipadas as férias escolares em todos os estabelecimentos de ensino do pré-escolar, básico e secundário, com efeitos a partir do dia 23 de março, inclusive.

Artigo 2º Retoma das aulas

- 1- As aulas regulares nos estabelecimentos de ensino mencionados no artigo anterior serão retomadas no dia 13 de abril de 2020.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a data de retoma das aulas será avaliada, podendo ser prorrogada ou não, conforme for a evolução do COVID-19.

Artigo 3º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 18 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução n.º 48/2020, de 17 de março

Interdição das ligações aéreas de Cabo Verde com os países assinalados com epidemia de COVID 19, proibindo a atracção ou acostagem de navios de cruzeiro, recreio e veleiros

Resolução nº 48/2020 de 17 de março

Cabo Verde não regista, até o momento, nenhum caso positivo do novo coronavírus – COVID-2019.

No entanto, face à situação da epidemia em vários países da Europa, nos EUA, no Brasil e em vários países africanos; Considerando o intenso fluxo de ligações aéreas de Cabo Verde com vários países europeus, os EUA, o Brasil e alguns países do continente Africano; Assim,

Nos termos do nº 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

1- O Governo decide, com efeitos a partir das zero horas do dia 19 de março e até o dia 9 de abril de 2020:

- a) Interditar as ligações aéreas de Cabo Verde com os países assinalados com epidemia de COVID 19, conforme a lista anexa à presente Resolução;
- b) Proibir a atracção ou acostagem de navios de cruzeiro, recreio e veleiros, com proveniência do estrangeiro, salvo situações excepcionais, devidamente fundamentadas, supervisionadas pelas autoridades de saúde, garantindo-se que, em qualquer caso não haverá vindas a terra de passageiros ou tripulantes, com exceção dos nacionais, nem subidas a bordo;
- c) Proibir o desembarque ou embarque, vindas a terra ou subidas a bordo, de passageiros ou tripulantes de navios internacionais de comércio e de pesca.

2- A interdição e as proibições previstas no número anterior podem ser antecipadas no seu término ou prorrogadas na sua vigência, conforme a evolução de COVID 19 nos países ali mencionados.

Artigo 2º Exceções

Excetuam-se da interdição e proibição a que se refere o artigo anterior:

- a) Os voos cargueiros e os voos de repatriamento;
- b) A acostagem de navios de comércio e de pesca nos portos de Cabo Verde;
- e
- c) As operações de voo no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, enquanto aeroporto certificado no âmbito das operações de aeronaves bimotores com

operação prolongada (ETOPS) e alternante em rota para aviões em situação de emergência técnica e/ou sanitária.

Artigo 3º Vigilância sanitária

- 1- Os passageiros que, excecionalmente, desembarcarem em Cabo Verde, durante o período de estado de contingência ou outro que venha a ser declarado, provenientes de países com casos confirmados de COVID - 19, estão especialmente obrigados a cumprir as ordens e instruções das autoridades nacionais de saúde e proteção civil, nomeadamente obedecendo às orientações que lhes forem transmitidas, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 7º das Bases Gerais da Proteção Civil.
- 2- O cumprimento das orientações emanadas pelos serviços sanitários e de proteção civil é acompanhado permanentemente.

Artigo 4º Evacuações médicas e abastecimentos hospitalares

As evacuações médicas urgentes e abastecimentos de medicamentos, materiais e consumíveis hospitalares em regime de urgência serão acautelados e assegurados em regime de voos sanitários.

Artigo 5º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.
Aprovada em Conselho de Ministros, aos 17 de março de 2020.
O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução n.º 47/2020, de 13 de março

Inibição da realização de eventos que reúnam números elevados de participantes vindos de países assinalados com a pandemia do coronavírus (COVID-19) até 30 de junho de 2020

O Mundo, neste momento, está a registar um surto epidémico de coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, após ter casos registrados em Wuhan, na China, com o mais de 98 mil casos e mais de 3 mil mortes, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O novo agente do coronavírus, chamado de novo coronavírus – COVID-2019, é uma família de vírus que causa doenças que variam das infeções respiratórias comuns a doenças graves com impacto importante em termos de saúde pública, como a Síndrome Respiratória Aguda (SARS), identificada em 2002, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada em 2012. A situação mundial é alarmante, o que levou a OMS a declarar o estado de emergência global, em razão da disseminação do coronavírus. Pese embora, até o momento, Cabo Verde não tenha registado nenhum caso de coronavírus, o Ministério da Saúde e da Segurança Social, enquanto entidade máxima promotora da saúde pública, vem tomando medidas preparatórias para responder à epidemia do coronavírus, designadamente a implementação de todas as recomendações da OMS e o reforço das medidas de vigilância nos pontos de entrada do país, em todos os aeroportos internacionais. Assim, considerando a mobilidade existente em Cabo Verde e para Cabo Verde de países com a pandemia de coronavírus; Levando em conta a existência de ligações aéreas diárias com os países com a epidemia e a falta de imunidade da população Cabo-verdiana para com esta doença, aliado ao fato de se tratar de uma epidemia altamente transmissível e sem tratamento antiviral específico, o que aumenta o risco sanitário para uma eventual introdução desta doença no País; Tendo em conta ainda, que uma das recomendações da OMS é evitar a aglomeração de pessoas no mesmo espaço, pois trata-se de uma epidemia transmissível principalmente pela via aérea. Neste contexto, entende o Governo tomar medidas preventivas urgentes para garantir a segurança do país em matéria de saúde pública. Assim, Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Inibição de eventos

Fica vedada, até 30 de junho de 2020, a realização de todos os eventos, em todo o território nacional, que reúnam números elevados de participantes vindos de países assinalados com a pandemia do coronavírus (COVID-19).

Artigo 2º Avaliação periódica

A situação da pandemia será avaliada periodicamente para decisão sobre a continuidade da medida ora decretada ou seu cancelamento, conforme o estado da evolução do COVID-19.

Artigo 3º Informações

O Governo, através do Diretor do Gabinete do Primeiro Ministro, fornecerá informações que forem solicitadas pelos organizadores dos eventos com vista ao cabal cumprimento do disposto no artigo 1º.

Artigo 4º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
Aprovada em Conselho de Ministros aos 12 de março de 2020.
O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução n.º 46/2020

(Plano Nacional de Contingência para a prevenção e controlo da epidemia de coronavírus)

O Mundo, neste momento, está a registar um surto epidémico de coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, após ter casos registados em Wuhan, na China, com o mais de 98 mil casos e mais de 3 mil mortes, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O novo agente do coronavírus, chamado de novo coronavírus – COVID-2019 é uma família de vírus que causa doenças que variam das infeções respiratórias comuns a doenças graves com impacto importante em termos de saúde pública, como a Síndrome Respiratória Aguda (SARS), identificada em 2002, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada em 2012. A situação mundial é alarmante, o que levou a OMS a declarar o estado de emergência global, em razão da disseminação do coronavírus. Pese embora, até o momento, Cabo Verde não tenha registado nenhum caso suspeito de coronavírus, o Ministério da Saúde e da Segurança Social, enquanto entidade máxima promotora da saúde pública, vem tomando medidas preparatórias para responder à epidemia do coronavírus, designadamente a implementação de todas as recomendações da OMS e o reforço das medidas de vigilância nos pontos de entrada do país, em todos os aeroportos internacionais, a interdição dos voos oriundos de Itália e a autorização de aquisição de equipamentos médicos-hospitalares. Neste contexto em que os países são chamados a enfrentar a “Emergência Sanitária de alcance internacional” imposta pela epidemia do COVID-19, Cabo Verde responde presente com este Plano Nacional de contingência como documento orientador das ações de prevenção e controlo de doenças. Com o presente Plano pretende-se proceder à: (i) contextualização da epidemia; (ii) definição das responsabilidades aos níveis central e descentralizado; (iii) descrição da organização de resposta, numa perspetiva multisectorial e pluridisciplinar, permitindo uma abordagem que enfatiza o compromisso do Ministério da Saúde; (iv) responsabilização de todos os atores intervenientes no processo de facilitação de normas e procedimentos para a deteção precoce da entrada da COVID-19 no país, de seguimento de viajantes provenientes de países de transmissão ativa da doença e de implementação de ações de informação, educação e comunicação (IEC), para o empoderamento da população. O Plano pressupõe, ainda, uma intensa atividade formativa e de sensibilização dos profissionais e de todas as forças vivas, para o enfrentamento da epidemia, e apresenta um conjunto de oito anexos normativos padronizados e em sintonia com as recomendações da OMS.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

É aprovado o Plano Nacional de Contingência para a prevenção e controlo do COVID-19, adiante designado de Plano, que se publica anexo a presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Aprovada em Conselho de Ministros do dia 12 de março de 2020. O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva
Anexo (A que se refere o artigo 1º)
PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA PARA A PREVENÇÃO E CONTROLO DO COVID-19

1. INTRODUÇÃO

A 31 de dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde um cluster de pneumonias de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores dum mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de Wuhan, província de Hubei. A 7 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas identificaram um novo coronavírus como agente causador da doença e partilharam a sequenciação genómica do novo vírus a nível internacional.

A Evolução dos números de casos suspeitos e confirmados por essa doença registou um rápido aumento nessa província chinesa, e casos além-fronteiras começaram a ser notificados. Em menos de um mês, foram notificados casos da doença e de óbitos em cinco regiões da OMS e a transmissão de homem para homem foi confirmada.

Entretanto até ao momento persistirem muitas incógnitas sobre vários aspetos dessa doença e do agente causador.

A 30 de janeiro de 2020, o Diretor-Geral da OMS determinou que o surto de COVID-19, que à data afetava principalmente a República Popular da China, constitui uma Emergência em Saúde Pública de Âmbito Internacional e admitiu a possibilidade de ocorrência de casos importados para outros países. Consequentemente, a OMS emitiu

recomendações a todos os países a se prepararem implementando medidas de alerta, incluindo vigilância ativa, detecção precoce, gestão de casos, rastreamento de contatos e prevenção da propagação da infeção por COVID-19, bem como a partilha de dados completos com a OMS.

Cabo Verde, enquanto país arquipelágico com grande mobilidade de viajantes nacionais e estrangeiros, através dos quatro aeroportos internacionais, iniciou rapidamente a operacionalização de todas as recomendações emanadas da OMS e, ao mesmo tempo, acompanha a evolução dos conhecimentos científicos que vêm sendo disponibilizados através das publicações de pesquisa sobre esta doença.

Este documento tem o objetivo de sistematizar todas as ações e procedimentos em curso no país e a serem implementadas, desde o nível central até às unidades mais descentralizadas de prestação de cuidados de saúde, abrangendo a participação de todos os setores importantes neste processo.

Este Plano de contingência será atualizado, periodicamente, de acordo com o cenário epidemiológico, com base nas evidências técnicas e científicas nacionais e/ou internacionais.

2. Objetivos do Plano

2.1. Geral

Orientar todas as ações de prevenção e controlo do COVID-19 no país, através de uma abordagem multisectorial e pluridisciplinar.

2.2. Objetivos Específicos

- Descrever estratégias de resposta para três níveis: alerta, perigo eminente e emergente conforme preconizado pela OMS, no sentido de controlar e reduzir a disseminação do COVID-2019 no País;

- Definir responsabilidades e prioridades nos níveis central e descentralizado, assim como organizar o fluxograma de resposta à epidemia pelo COVID-19;
- Orientar e recomendar medidas de prevenção e controlo da doença, de forma ativa, imediata e oportuna;
- Providenciar análises epidemiológicas, identificando grupos de risco;
- Evitar transmissão do vírus para profissionais de saúde e contactos próximos;
- Orientar sobre a conduta frente aos contactos próximos;
- Produzir e disseminar informações epidemiológicas.

3. RESPONSABILIDADES CENTRAIS NOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA

- Orientar o funcionamento da equipa técnica de intervenção nos concelhos (ETLIR), após deteção da circulação viral do COVID-19 no território, acompanhando indicadores epidemiológicos, operacionais e assistenciais;
- Apoiar na intensificação e no monitoramento dos procedimentos seguros para a recolha de amostras;

- Apoiar a intensificação da Vigilância dos Vírus Respiratórios frente à investigação de casos suspeitos e confirmados de COVID-19 no país;
- Assessorar as Delegacias de Saúde (DS), no acompanhamento das ações realizadas pelos municípios;
- Articular com as DS para a viabilização das ações a serem desenvolvidas, em tempo oportuno;
- Consolidar as informações epidemiológicas e laboratoriais para subsidiar a tomada de decisão, por meio de boletins e notas técnicas;
- Capacitar os profissionais para realização dos procedimentos seguros para a coleta de amostras;
- Sensibilizar os profissionais para a notificação, investigação e realização das ações de prevenção e controlo do COVID-19, de forma oportuna;
- Estabelecer parcerias intersectoriais, para fortalecer a resposta às situações;
- Acompanhar o monitoramento, análise e avaliação dos casos suspeitos de COVID-19.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA INFEÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2, COVID-19)

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

A doença é causada por uma nova estirpe de Coronavírus que ainda não havia sido identificada em humanos, denominada de SARS-Cov-2-. Sabe-se que os coronavírus são zoonóticos.

O SARS-CoV-2 pertence à família Coronaviridae, gênero Coronavírus, subdividido em três grupos principais, com base em propriedades genéticas e sorológicas. Cada grupo inclui muitos vírus que causam doença no homem, animais ou aves.

Os coronavírus (CoV) são uma grande família viral, conhecidos desde meados dos anos 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e animais.

Geralmente, infecções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderadas, semelhantes a um resfriado comum. A maioria das pessoas se infeta com

os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem. Alguns coronavírus podem causar síndromes respiratórias graves, como a síndrome respiratória aguda grave que ficou conhecida pela sigla SARS da síndrome em inglês "Severe Acute Respiratory Syndrome", tendo os primeiros casos na China em 2002.

O SARS Co V disseminou-se rapidamente para mais de doze países na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, infectando mais de 8.000 pessoas e causando aproximadamente 800 mortes, antes da epidemia global de SARS ser controlada em 2003. Desde 2004, nenhum caso de SARS foi relatado mundialmente. Em 2012 foi isolado outro coronavírus, distinto daquele que causou SARS no começo da década passada. Esse novo coronavírus era desconhecido como agente de doença humana até a sua identificação, inicialmente na Arábia Saudita e, posteriormente, em outros países do Oriente Médio, na Europa e na África. Todos os casos identificados fora da Península Arábica tinham histórico de viagem ou contato recente com viajantes procedentes de países do Oriente Médio – Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Jordânia. Pela localização dos casos, a doença passou a ser designada como síndrome respiratória do Oriente Médio, cuja sigla é MERS, do inglês "Middle East Respiratory Syndrome" e o novo vírus nomeado coronavírus associado à MERS (MERS-CoV).

A maioria dos coronavírus geralmente infectam apenas uma espécie animal ou, pelo menos um pequeno número de espécies proximamente relacionadas. Porém, alguns coronavírus, como o SARS-CoV podem infectar pessoas e animais.

4.2. RESERVATÓRIO E MODO DE TRANSMISSÃO

Está confirmado que o COVID-19 é uma zoonose e que a transmissão pessoa a pessoa está ocorrendo de forma continuada. As investigações sobre transmissão do novo coronavírus ainda estão em curso. O reservatório animal bem como a fonte animal de transmissão para humanos continuam incertos. Contudo, muitos aspetos relacionados à transmissão pessoa a pessoa estão ainda por serem clarificados.

A disseminação de pessoa para pessoa pode ocorrer de forma continuada e a transmissão dos coronavírus ocorre habitualmente por via aérea ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como:

- Gotículas de saliva;
- Espirro;
- Tosse;
- Secreção nasofaríngea;
- Contacto com a pessoa doente;
- Contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

4.3. PERÍODO DE INCUBAÇÃO

Estima-se que o período de incubação seja de 2 a 14 dias. Contudo, há estudos que

evidenciam que este período pode se estender até 24 dias e investigadores continuam a estudar o assunto, para uma melhor clarificação. Importantes informações específicas ao SARS-CoV-2, como o tempo que o vírus permanece viável no meio ambiente, em diversos fluidos corporais, nos objetos contaminados, em cadáveres permanecem ainda incertos.

4.4. SUSCETIBILIDADE

A suscetibilidade do SARS-CoV-2 na população é geral, com idosos e pessoas com doenças preexistentes a apresentarem uma maior probabilidade de se tornarem casos mais severos.

5. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA A COVID-19

5.1. A EQUIPA TÉCNICA DE INTERVENÇÃO RÁPIDA (ETNIR)

Para a preparação da resposta a esta emergência internacional do COVID-19, a Equipa Técnica Nacional de Intervenção Rápida, em articulação com a Instância Nacional de Coordenação, é a responsável pela coordenação das ações de resposta a nível nacional, mobilizando as estruturas de saúde do país, para prevenção e resposta à emergência e articulando as informações entre todos os níveis da pirâmide sanitária, assegurando a integração dos outros setores/instituições, incluindo o setor privado. A ETNIR adota a abordagem de “uma só saúde” e articula com os profissionais das áreas técnicas de saúde humana, saúde animal, saúde ambiental, além de proteção civil, gestão aeroportuária e portuária e forças militarizadas (polícia e forças armadas).

A sua estruturação permite a análise de dados e informações, para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública.

O Director Nacional de Saúde é o responsável pela ativação da ETNIR, em articulação com a INC.

A ETNIR é ativada quando uma emergência sanitária representar risco à saúde pública seja pela probabilidade de propagação a nível nacional ou pela superação da

capacidade de resposta local. A ETNIR deve responder de forma oportuna e proporcional à natureza e magnitude da emergência sanitária, mediante a avaliação e monitoramento continuados dos riscos, ameaças e vulnerabilidades, mantendo as informações disponíveis e atualizadas de situações de emergência em saúde pública, realizando o planejamento, organização, coordenação, avaliação e execução das ações de resposta. Após a operacionalização do Centro Nacional de Operações de Emergência em Saúde Pública, as funções do Centro serão incorporadas.

5.2. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA SEGUNDO NÍVEL DE ATIVAÇÃO

5.2.1. NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES

A. NÍVEL DE ATIVAÇÃO 1 - ALERTA

Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do COVID-19 no país seja elevado e não apresente casos suspeitos.

ATIVIDADES

A nível Central:

- Ativar a ETNIR;
- Elaborar e difundir orientações técnicas de definição e abordagem de casos, instrumentos de gestão, de vigilância, de formação;
- Atualizar e comunicar, continuamente, os níveis de risco;
- Disponibilizar EPIs;

- Manter atualizado as informações internacionais da evolução da epidemia;
- Fazer comunicação de risco;
- Disponibilizar um número telefónico nacional único de comunicação da população com os serviços de saúde.

A nível das Regiões Sanitárias e Delegacias de Saúde

- Ativar os Concelhos das Regiões Sanitárias e as ETLIR;
- Instituir Vigilância Sanitária e triagem de casos suspeitos a todos os passageiros provenientes de viagens internacionais, para os Concelhos com aeroportos e Portos Internacionais e cumprir o anexo 9 do RSI (ver anexo);
- Identificar, dar orientações aos passageiros provenientes de países ou áreas com transmissão, para o cumprimento de medidas de prevenção da infeção e proteção;
- Fazer o seguimento dos passageiros assintomáticos, para o cumprimento de medidas de autovigilância e restrição social durante 14 dias (isolamento voluntario), desde a saída de países ou áreas com transmissão;
- Assegurar a formação dos profissionais de saúde, na definição, deteção e gestão de casos suspeitos e contatos, diagnóstico clínico e laboratorial, e no uso de EPI;
- Em cada Centro de Saúde, identificar e equipar um espaço para isolamento, de um mínimo dois casos suspeitos ou confirmados;

- Formar e assegurar a disponibilidade de uma equipa de transporte de casos suspeitos ou doentes do domicílio para o local de isolamento, com uma ambulância disponível por cada Ilha, com capacidade de resposta (chegada no local) em menos de uma hora, preferencialmente. OBS. As Ilhas de Santiago e Santo Antão devem ter duas ambulâncias para o efeito;

- As Regiões Sanitárias devem organizar as suas intervenções de forma integrada, procurando vantagens de eficiência e eficácia dos recursos humanos e equipamentos existentes na região;

- Os Hospitais Regionais e Centrais devem assegurar a disponibilização de um espaço para isolamento, suficientemente equipado para o internamento com segurança, com capacidade para, no mínimo, 10-12 camas, com a separação de alas masculino e feminino;

- As Delegacias de Saúde devem apoiar na formação dos técnicos e na disponibilização de EPI, para todos os setores que participam na prevenção e resposta a um caso suspeito, nomeadamente: técnicos da proteção Civil, dos pontos de entrada, das forças armadas, polícia de fronteira de outros parceiros, dependendo da realidade local;

- Organizar e promover exercícios de simulação para testar e aprimorar as capacidades locais no cumprimento dos procedimentos operacionais padrão (POP) ao nível da Região Sanitária e do município, na aplicação de definição de caso, notificação, procedimentos de gestão de caso suspeito e contacto, incluindo o uso correto dos EPI, transporte de paciente, isolamento, recolha e envio de amostras aos laboratórios.

Atividades nos pontos de entrada

- Produzir e divulgar material informativo para orientar os viajantes quanto as medidas de prevenção e proteção individual em relação ao novo coronavírus;

- Orientar a equipa dos pontos de entrada sobre a implementação dos planos de contingência e as orientações de controlo de infeção;
- Divulgar os procedimentos a serem adotados perante a presença de caso suspeito a bordo;
- Desenvolver fichas de investigação de casos suspeitos;
- Divulgar a definição de caso suspeito e orientar o rastreio dos passageiros provenientes de voos internacionais;
- Inventariar os EPI existentes nos pontos de entrada e promover a correta distribuição e stock de segurança;
- Equipar a área de isolamento de acordo com as orientações internacionais;
- Identificar o circuito de transporte de caso suspeito e contactos, com as autoridades responsáveis;
- Produzir e divulgar orientações para a gestão de resíduos;
- Colaborar na formação dos profissionais dos aeroportos no uso adequado de EPI e Medidas de prevenção e controlo de infeção;
- Divulgar a linha verde de Covid-19 8001112;

- Desenvolver exercícios de simulação.

B. NÍVEL DE ATIVAÇÃO 2 – PERIGO IMINENTE

Corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito, conforme previsto na Norma Técnica do anexo 2, que orienta sobre os procedimentos técnicos na abordagem ao COVID-19.

Perante a confirmação de caso suspeito numa Região Sanitária, ou num município/Ilha, deve ser feita uma reavaliação das capacidades de transporte e isolamento de casos, para eventual aumento das capacidades nestes domínios.

ATIVIDADES

- Proceder a Notificação imediata ao Delegado de Saúde e ao Serviço de Vigilância Integrada e Resposta da DNS, através dos telefones 516 03 72 e 516 25 43 ou outros meios;
- Proceder o isolamento imediato, em estrutura de saúde preparada para o efeito, ou acionar a ambulância para o transporte do paciente para o local de isolamento, quando a suspeita for feita no domicílio ou em locais que não estão preparados para isolamento;
- Proceder à recolha de amostra para a confirmação laboratorial, o mais breve possível;
- Proceder à identificação dos contactos e disponibilizá-los ao Delegado de Saúde;
- Proceder à investigação epidemiológica do caso, com vista a identificar outros eventuais casos suspeitos e identificação de contactos;
- Estabelecer a lista dos contactos e o monitoramento dos mesmos conforme as normas estabelecidas (anexo 2);

- Fazer tratamento do caso segundo o critério clínico;
- Priorizar o isolamento dos casos suspeitos nas próprias estruturas sanitárias onde forem identificados;
- Priorizar a adequação da capacidade de resposta ao nível local (na unidade onde se encontra em isolamento), e evitar ao máximo a evacuação de casos suspeitos ou confirmados. Recorrer quando necessário à teleconsulta, deslocação de especialistas ou de equipamentos médicos;
- Logo que tiver a confirmação laboratorial de resultado negativo, comunicar e desativar a vigilância dos contactos do caso suspeito descartado.

Atividades nos pontos de entrada

- Intensificar todas as ações referidas anteriormente;
- Divulgar as orientações a serem adotados perante casos suspeitos e contactos;
- Intensificar os procedimentos a serem estabelecidos perante casos suspeitos a bordo;
- Difundir o circuito de notificação imediata de casos suspeitos a bordo e nos pontos de entrada;
- Fornecer os dados sobre a vigilância epidemiológica diariamente ao SVIR;

- Garantir o stock adequado de EPI;
- Desenvolver um sistema de vigilância da doença nos profissionais dos pontos de entrada;
- Expandir a comunicação com outras partes interessadas;
- Atender aos fluxos de informação definidos sobre passageiros e tripulantes quando for necessária a investigação de contactos de casos suspeitos da infeção humana Covid-19;
- Promover briefing regulares entre o MSSS e os Responsáveis dos pontos de entrada e outras partes interessadas;
- Promover apoio psicológico aos contactos de casos suspeitos assintomáticos, caso necessário.

C. NÍVEL DE ATIVAÇÃO 3 – EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL

Corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de COVID-19, no território nacional.

ATIVIDADES

- Notificar, imediatamente as autoridades sanitárias ao nível Central;
- Notificar, imediatamente, a OMS;
- Comunicar ao país, através da autoridade sanitária máxima (Ministro da Saúde ou primeiro ministro);

- Ativar o plano de resposta aos níveis nacional, regional e local para resposta à Epidemia;
- Montar um gabinete de crise ao nível central;
- Acautelar os espaços de isolamento;
- Providenciar a deslocação de equipas de apoios para o(s) município(s) afetado(s);

Mobilizar mais espaços de isolamento e capacidade de transporte de pacientes!
Isolamento

- Os concelhos Praia e São Vicente, bem como as Regiões Sanitárias devem identificar e equipar um centro de saúde para internamento e isolamento dos casos;
- Os municípios da Brava, Maio, São Nicolau, Boa Vista, devem suspender as consultas de rotina, e organizar os respetivos Centros de Saúde por forma a disponibilizar duas salas para internamento de pacientes em isolamento, sendo uma para o sexo masculino e uma para o sexo feminino;
- Acionar a proteção civil para preparar a eventual necessidade de colocação de tendas, como forma de alargar a capacidade de internamento e isolamento no município;
- Os municípios da Praia, São Vicente e Sal devem mobilizar e colocar à disposição os espaços das clínicas das Forças Armadas nesses concelhos, para reforçar as respetivas capacidades de isolamento e internamento de pacientes.

Capacidade de transporte de pacientes

Identificar mais uma ambulância para assegurar o transporte de pacientes.

Atividades nos pontos de entrada

- Intensificar todas as ações referidas anteriormente;

- Promover briefing diário entre o MSSS e os Responsáveis dos pontos de entrada e outras partes interessadas;

- Avaliar a necessidade de alargamento da área de isolamento, do reforço do transporte e dos profissionais;

- Garantir o stock adequado de EPI;

- Promover apoio psicológico aos contactos de casos suspeitos assintomáticos, caso necessário.

5.3 COMUNICAÇÃO DE RISCO

De acordo com as orientações da OMS a comunicação de risco e envolvimento/comunitário (CREC) em respostas iniciais ao COVID-19, deve fazer parte das estratégias dos países. A Comunicação de Risco ajudará a proteger a saúde pública durante a resposta precoce, das emergências em saúde pública. O Instituto Nacional de Saúde Pública é o responsável para essa ação, em articulação com a DNS.

6. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A vigilância epidemiológica (VE) do COVID-19 tem como objetivo geral orientar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e a Rede de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde, para a atuação na identificação, notificação e gestão oportunas de casos suspeitos de infecção humana, de modo a mitigar os riscos de transmissão sustentada no território nacional.

Objetivos específicos da Vigilância:

- Atualizar periodicamente o cenário epidemiológico com base nas evidências técnicas e científicas nacionais e/ou internacionais;
- Descrever o acometimento da doença segundo variáveis de tempo, pessoa e lugar;
- Prover análises epidemiológicas identificando grupos de risco;
- Subsidiar a gestão local das Delegacias de saúde e Regiões Sanitárias na tomada de decisões baseadas em evidências;
- Evitar transmissão do vírus para profissionais de saúde e contatos próximos;
- Orientar sobre a conduta perante os contatos próximos;
- Acompanhar a tendência da morbimortalidade associadas à doença;
- Monitorar as infecções respiratórias agudas com vista a identificar outros vírus respiratórios circulantes;
- Produzir e disseminar informações epidemiológicas.

NOTIFICAÇÃO

A Infecção Humana pelo SARS-CoV-2 é atualmente uma Emergência de Saúde Pública

de Alcance Internacional (ESPAI), segundo anexo II do Regulamento Sanitário Internacional. Sendo, portanto, um evento de saúde pública de notificação imediata.

A notificação imediata deve ser realizada pelo meio de comunicação mais rápido disponível, em até 24 horas, a partir do conhecimento de CASO QUE SE ENQUADRE NA DEFINIÇÃO DE SUSPEITO.

Os casos suspeitos de infecção COVID-19 devem ser comunicados imediatamente pelo profissional de saúde responsável pelo atendimento à DNS, através dos telefones 516 06 72 e 516 25 43 ou, ainda, pelo email: domingos.teixeira@ms.gov.cv;

artur.correia@ms.gov.cv

A formalização da notificação de um caso suspeito SARS-CoV-2 deve ser feita no formulário próprio (anexo 6).

7. LABORATÓRIO

A recolha de amostras para o diagnóstico laboratorial do SARS-CoV-2 será assegurada pela Rede Nacional de Laboratórios, em estreita articulação com o Laboratório de Virologia do INSP. Estão previstas três vias para o envio de amostras para a deteção do SARS-CoV-2: o Laboratório de Virologia do INSP, o Instituto Ricardo Jorge de Lisboa e o Instituto Pasteur de Dakar.

7.1.1. Colheita, acondicionamento e transporte de amostras biológicas

Um diagnóstico eficaz de COVID-19 em amostras clínicas depende principalmente da qualidade da amostra (colheita, acondicionamento, transporte) antes do processamento. É recomendado que as mesmas sejam obtidas o mais cedo possível após o início dos sintomas, de preferência até três (3) dias, mas podendo ser até sete dias, por profissional de saúde devidamente treinado e em uso de equipamento de proteção individual (EPI) apropriados: avental, óculos de proteção, touca, luvas e máscara (N95 ou PFF2).

Tipo de amostras

Material respiratório (Preferencialmente)

Swab com material nasofaríngeo e orofaríngeo em pacientes ambulatoriais. Recomenda-se a utilização de swab de poliéster ou dracon, com haste de plástico ou alumínio, evitando o uso de swab de algodão ou alginato de cálcio ou que tenha haste de madeira.

Expetoração (quando produzido), aspirado endotraqueal ou produto de lavagem bronco-alveolar em pacientes com doença respiratória Severa.

Observações:

Dado a necessidade do diagnóstico diferencial para outros agentes respiratórios, devem ser colhidas amostras biológicas em quantidade suficiente. É fortemente recomendado que sejam colhidas amostras do trato respiratório inferior, sobretudo em doentes com doença mais grave. É aconselhável o envio de duas amostras respiratórias de locais diferentes, pois uma única amostra negativa do trato respiratório superior não exclui a infeção. Caso seja analisada apenas uma amostra, deve-se repetir a colheita nas próximas 24 horas de modo a confirmar ou não a infeção, dando preferência a amostra do trato respiratório inferior, ou caso não for possível, zaragatoas de nasofaringe e orofaringe. Em crianças, deve-se colher simultaneamente amostra de nasofaringe e orofaringe.

Material Hematológico

No caso de colher amostra de sangue, deve-se ter em conta os seguintes aspetos
Soro para testes serológicos – amostras pareadas, uma de fase aguda e outra convalescente (adicional ao material respiratório e pode dar suporte à identificação do verdadeiro agente).

Sangue total – Uma única amostra na primeira semana da doença, para deteção de antígenos.

Observação:

Os testes serológicos ainda não se encontram disponíveis, mais poderão suportar a investigação futura dos casos de infeção.

7.1.2. Precauções de colheita

Swab nasofaríngeo e orofaríngeo: usar obrigatoriamente swab de fibras sintéticas e com haste de plástico. Colocar o swab imediatamente no meio de transporte para vírus. As amostras nasofaríngeas e orofaríngeas devem ser colocadas no mesmo tubo para aumentar a carga de vírus.

Expetoração: aconselhar o paciente a lavar a boca com água limpa antes de provocar a tosse e expetorar diretamente no frasco estéril de tampa de rosca à prova de vazamento. Deve assegurar-se que o material colhido é do trato respiratório inferior.

Aspirado de traqueia e de Lavagem bronco-alveolar: colher 2-3 ml num frasco estéril de tampa rosca, à prova de vazamento. Amostra de importante valor para o diagnóstico laboratorial, e aconselhado para doentes acamados ou com dificuldade em se fazer o swab.

Soro: colher 3-5 ml de sangue num tubo seco ou com ativador de coagulo. Deve colher-se as amostras pareadas. (fase aguda-primeira semana da infeção e fase convalescente – 2 a 3 semanas depois). A amostra deve ser centrifugada a 3500 rpm por 10 minutos. Transferir o soro para um tubo seco, de tampa rosca.

Sangue total- Colher preferencialmente na primeira semana da doença 3 ml de sangue no frasco com anticoagulante EDTA.

7.1.3. Acondicionamento de amostra

7.1.4 condições para o transporte de amostras

Todas as amostras devem ser enviadas ao laboratório na embalagem tripla apropriada, de acordo com as normas internacionais para transporte de substâncias infecciosas de categoria B (UN3373) de forma a assegurar a integridade dos materiais enviados e reduzir o risco potencial de danos durante o transporte.

Cuidados a ter na preparação e envio das amostras para o transporte:

Os tubos devem ser bem vedados após a colheita;

Todos os tubos e recipientes devem ser desinfetados exteriormente, no local de colheita, usando solução de hipoclorito de sódio a 5%, seguida de álcool 70%.

Após a desinfecção os tubos devem ser selados com película parafilme.

O sistema de embalagem tripla deve ter as seguintes características:

Contentor Primário: É o recipiente que contém a amostra. Deve ser impermeável e à prova de vazamento, devidamente identificado, embalado num papel absorvente em quantidade suficiente para absorver todo o conteúdo em caso de quebra ou derrame. É o meio de transporte dos vírus que todos os serviços de saúde devem ter.

Contentor Secundário: Comporta os contentores primários. Deve ser resistente, à prova de água, impermeável. Pode conter vários contentores primários, e os mesmos devem estar protegidos com material absorvente e amortecedor individualmente e separados.

Contentor Terciário: Embalagem de transporte externa, onde se colocam os contentores secundários.

Todos os contentores devem ser devidamente identificados e etiquetados.

Para mais informações, consultar o Guia sobre a regulamentação relativa ao transporte de substâncias infecciosas 2019-2020 (link: <https://www.who.int/ihr/publications/WHO-WHE-CPI-2019.20/es/>)

7.1.5 Circuito de envio de amostras

As amostras devem ser enviadas ao Laboratório de Virologia.

Recomenda-se o contacto prévio, via telefónica à Coordenadora da Rede Nacional de Laboratórios e ao Ponto Focal do Laboratório de Virologia. Deve-se coordenar o envio com o laboratório de virologia por telefone. As amostras podem ser enviadas pelas vias terrestre, marítima e aérea conforme a proveniência. O levantamento das amostras das ilhas é de total responsabilidade do INSP.

Devem ser acompanhadas obrigatoriamente de um formulário de investigação (em anexo), devidamente preenchida e uma guia de entrega (com Nome do paciente e tipo de amostra).

O Laboratório de Virologia deverá confirmar imediatamente à estrutura a receção das amostras, e dar feedback sobre o estado da amostra recebida e emitir sugestões de melhoria, caso necessário.

Algoritmo de confirmação dos casos

A confirmação dos casos de COVID-19 será baseada na deteção da sequência do RNA Viral usando a técnica de RT-PCR Real Time. As amostras positivas serão submetidas ao sequenciamento parcial ou completo do genoma viral.

Notificação

O Laboratório de virologia deve notificar os resultados virológicos imediatamente, logo que estejam disponíveis, por telefone ou e-mail ao serviço ou médico solicitante e concomitantemente à Diretora da Rede nacional dos laboratórios da DNS, ao Diretor do SVIR colocando em cópia o Diretor Nacional de Saúde e a Presidente do INSP.

7.2 RECOLHA DE AMOSTRAS EM CASO DE ÓBITO

Para pacientes que evoluíram para o óbito, as recolhas deverão ser realizadas em:

- Tecido da região central dos brônquios (hilo), dos brônquios direito e esquerdo e da traqueia proximal e distal;

- Tecido do parênquima pulmonar direito e esquerdo;

tecido das tonsilas e mucosa nasal;

- Acondicionar as amostras em frasco de vidro com formalina tamponada a 10%;

- As amostras frescas para diagnóstico viral deverão ser acondicionadas em recipientes estéreis e imersas em meio de transporte viral (MEM) ou solução salina tamponada e enviada ao Laboratório de Virologia do INSP;

Contactos do laboratório:

Dra Elisa Veiga – Diretora da Rede Nacional de Laboratórios – telefone 9857687 ou via e-mail: elisa.veiga@han.gov.cv

Dr. Jailson Monteiro – Ponto focal do laboratório de virologia para coronavírus - telefones 3337677 ou 9264772 / 9789348 ou via e-mail Jailson.Monteiro@ms.gov.cv

Dra. Menilita dos Santos Barbosa – Coordenadora do laboratório de virologia - telefones 3337677 ou 5932477/5818440 ou via e-mail Menilita.Santos@ms.gov.cv .

8. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Mapear os locais e atividades com maiores exposições aos riscos e promover a orientação destes profissionais, são as primeiras medidas a serem adotadas. O produto utilizado para a desinfecção e higienização das mãos é o álcool gel 70%.

8.1 RECOMENDAÇÕES DE USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI

Recomenda-se o uso dos seguintes EPI:

- Máscara Cirúrgica em exposições eventuais de baixo risco;

- Máscara N95, ou PFF2, preferencial nas exposições por um tempo mais prolongado e procedimentos que gerem aerolização. São exemplos de procedimentos com risco de geração de aerossóis: intubação traqueal;

- aspiração nasofaríngea e nasotraqueal;

- broncoscopia;
- autópsia envolvendo tecido pulmonar;

- coleta de espécime clínico para diagnóstico de doenças respiratórias, dentre outros;

- Protetor Ocular (óculos de segurança) quando houver risco de exposição do profissional a respingo de sangue, secreções corporais e excreções;

- Os óculos devem ser exclusivos de cada profissional responsável pela assistência, devendo, após o uso, sofrer processo de limpeza com água e sabão/detergente e desinfecção. Sugere-se a desinfecção por fricção com álcool a 70%, após cada uso ou outro desinfetante recomendado pelo fabricante;

- Luvas de Procedimento: devem ser utilizadas, conforme recomendada nas precauções padrão, quando houver risco de contato das mãos do profissional com sangue, fluidos corporais, secreções, excreções, mucosas, pele não íntegra e artigos ou equipamentos contaminados;

- Capote/Avental Impermeável Descartável.

IMPORTANTE: em nenhuma hipótese o EPI deve ser compartilhado entre os

trabalhadores.

8.2. ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM RELAÇÃO AOS EPI

Compete aos serviços de saúde em relação ao EPI:

- Fornecer os EPI, gratuitamente, aos trabalhadores de acordo com os riscos a que estão expostos;
- Orientar e treinar os trabalhadores sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica.

8.3. ATRIBUIÇÕES DOS TRABALHADORES EM RELAÇÃO AOS EPI

Compete aos trabalhadores em relação ao EPI:

- Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio, como por exemplo o uso de máscaras molhadas ou amassadas.

8.4. MEDICAÇÃO

Até o momento, não há medicamento específico para o tratamento da Infecção Humana pelo SARS-CoV-2. No entanto, medidas de suporte devem ser implementadas. Consultar os planos hospitalares.

9. VIGILÂNCIA EM AEROPORTOS E PORTOS

9.1. AEROPORTOS

Ocorrência na aeronave

De acordo com os protocolos nacionais e internacionais, a detecção de passageiro ou tripulante a bordo de aeronave com anormalidade clínica compatível com quadro suspeito de COVID-19, deverá ser comunicada pelo comandante da aeronave à Torre de Controle dos Aeroportos, que acionará a Autoridade Aeroportuária;

esta acionará o Delegado de Saúde. O Delegado de Saúde avaliará se as informações fornecidas pela equipa de bordo ou de terra, sobre o viajante, são compatíveis com a definição de caso suspeito;

quando há associação clínica e epidemiológica compatível com a definição de caso suspeito, notificará ao Serviço de Vigilância Integrada e Resposta da DNS (SVIR), através dos telefones 516 03 72 e 516 25 43. O Delegado de Saúde desencadeará as medidas pertinentes, envolvendo as demais autoridades/parceiros do processo, em estreita articulação com o Diretor do SVIR.

Neste caso, não se pode iniciar o desembarque, o Delegado de Saúde aciona a equipa de emergência visitará a aeronave.

Caso a suspeita seja mantida, o doente será transportado para o local de isolamento identificado no serviço de saúde.

Os demais passageiros deverão passar por uma triagem pelo serviço de vigilância sanitária aeroportuário e receber informações sobre medidas de prevenção e vigilância.

As autoridades de saúde, em estreita articulação com as autoridades aeroportuárias, promoverão o trabalho de desinfecção da aeronave.

Se a suspeita for descartada, o desembarque será autorizado.

Triagem no serviço de vigilância aeroportuária

Todos os passageiros provenientes de voos internacionais serão submetidos a inspeção sanitária com uso de termógrafos e observação pela equipa de vigilância para descartar eventuais casos suspeitos e para aconselhamento sobre medidas protetoras e preventivas.

Os passageiros provenientes de países com casos confirmados de COVID-19, serão identificados e submetidos a entrevista clínica e epidemiológica. As informações serão introduzidas na respetiva ficha (anexo 5).

Os passageiros identificados como casos suspeitos são imediatamente isolados e encaminhados para o espaço de isolamento no aeroporto, e imediatamente transferidos para o local de isolamento identificado pela estrutura de saúde.

Os restantes passageiros submetidos a triagem, receberão materiais informativos de prevenção da doença e o número de contacto com os serviços de saúde (8001112).

Os contactantes próximos do caso suspeito deverão ser devidamente identificados e seguidos pela Delegacia de Saúde, podendo ser novamente contactados, caso a suspeita seja confirmada.

9.2. PORTOS

De acordo com os protocolos nacionais e internacionais, a presença de passageiro de embarcação com anormalidade clínica compatível com quadro suspeito de COVID-19 deverá ser comunicada pelo Comandante da embarcação ao Agente de Navegação, e

este deverá repassar imediatamente estas informações à Autoridade Portuária (Administradora Portuária), Autoridade Marítima (Capitania dos Portos) e à Autoridade Sanitária.

A Autoridade Portuária (Administradora Portuária), Autoridade Marítima (Capitania dos Portos) e a Autoridade Sanitária deverão indicar, em conjunto, de acordo com a avaliação de risco feita pela autoridade sanitária, o local de atracação da embarcação para desembarque do caso suspeito, além de garantir isolamento da área de atracação da embarcação, quando aplicável ou requerido pela autoridade sanitária, viabilizando o acesso das equipas de saúde envolvidas na investigação e assistência ao caso suspeito. Pode se dar o caso, inclusive do viajante ser orientado a ficar em isolamento na própria cabine da embarcação.

O Delegado de Saúde desencadeará as medidas pertinentes, envolvendo as demais autoridades/parceiros do processo de resposta, em estreita articulação com o Diretor do SVIR.

A embarcação poderá ser impedida para a operação e o desembarque e, neste caso, o Delegado de Saúde e a equipa sanitária poderão entrar na embarcação, para proceder à inspeção da embarcação e avaliação epidemiológica do caso.

Caso a suspeita seja mantida o doente será transportado para o local de isolamento identificado no serviço de saúde.

1. Definição de caso e de contato próximo (ver anexo 1)

A definição apresentada, baseada na da OMS é decorrente da informação disponível à data e será atualizada sempre que pertinente.

1.1. Caso suspeito

1.2. Caso confirmado

Pessoa com confirmação laboratorial de infeção por nCoV, independentemente dos sinais e sintomas.

1.3. Contacto próximo

Pessoa com:

- Exposição associada a cuidados de saúde, incluindo:
- prestação de cuidados diretos a doentes com nCoV;
- trabalho com profissionais de saúde infetados com nCoV;
- visitas a doentes ou permanência no mesmo ambiente com doentes infetados por nCoV;
- Trabalho em contacto próximo, ou partilha da mesma sala de aula, com um doente com infeção por nCoV;
- Viagem com doente infetado por nCoV;
- Coabitação com doente infetado por nCoV.

A ligação epidemiológica pode ter ocorrido até 14 dias antes ou depois do início da doença do caso em consideração.

2. Abordagem de um caso suspeito

Todos os serviços de saúde devem adaptar os respectivos Planos de Contingência para infecções emergentes.

O Plano deve identificar, inequivocamente, as áreas de isolamento disponíveis em cada estabelecimento (centros de saúde, clínicas, hospitais públicos e privados).

O doente ficará em isolamento, enquanto aguarda a validação do caso.

Um doente pode contatar a os serviços de saúde, preferencialmente, por contato não presencial através da Linha Verde 8001112 ou do número da estrutura de saúde/Delegacia de Saúde da sua área de residência (130), antes de se dirigir a um serviço de saúde.

O doente que contatar a estrutura de saúde via telefone, será atendido, esclarecido e orientado por um profissional de saúde. Se for considerado caso suspeito de nCoV, será aconselhado a permanecer no domicílio e aguardar a chegada da ambulância.

Ao doente que for identificado com sintomas, e que for considerado caso suspeito, numa estrutura de saúde, dever-se-lhe-á providenciar o isolamento na área identificada para tal, ou transferido para uma estrutura de saúde com condições para o efeito, dando início à investigação epidemiológica e à gestão dos contatos.

3. Diagnóstico laboratorial

- Todos os casos suspeitos sob investigação serão submetidos a diagnóstico laboratorial;
- As amostras biológicas devem ser enviadas ao laboratório Nacional de Referência – Laboratório do HAN o mais rapidamente possível, de acordo com as normas de transporte de amostras biológicas (Tabela 1).

3.1. Colheita de amostras biológicas

- Dada a necessidade de um extenso diagnóstico diferencial para outros agentes respiratórios, têm de ser colhidas amostras biológicas em quantidade suficiente.
- É fortemente recomendado que sejam colhidas amostras do trato respiratório inferior, sobretudo em doentes com doença mais grave;
- Uma única amostra do trato respiratório superior não exclui a infeção, sendo preferível o envio de duas amostras respiratórias de locais diferentes.

3.1.1. Amostras respiratórias

- Exsudado da nasofaringe e orofaringe colhido com zaragatoa e/ou,
- Expetoração (se existente) e/ou,
- Aspirado endotraqueal ou lavado bronco-alveolar;
- Se analisada apenas uma amostra, repetir colheita nas 24 horas seguintes de modo a confirmar ou infirmar a infeção por nCoV, dando preferência a amostras do trato respiratório inferior ou, se tal não for possível, zaragatoas da nasofaringe e orofaringe;
- Em idade pediátrica: colher uma amostra de exsudado da nasofaringe e uma amostra de exsudado da orofaringe.

3.1.2. Soro

- Duas amostras de soro de fase aguda e de convalescença (2-4 semanas após fase aguda) para a realização de testes serológicos;
- Os testes serológicos ainda não se encontram disponíveis, mas poderão suportar a investigação futura dos casos de infeção pelo nCoV.

3.2. Condições de segurança no acondicionamento e transporte de amostras biológicas

Os profissionais de saúde têm de cumprir as regras de controlo e prevenção de infeção.

- Após a colheita de amostras biológicas, os tubos e recipientes devem ser bem vedados;
 - Os tubos e recipientes devem ser desinfetados exteriormente, no local da colheita, com solução de hipoclorito de sódio a 5% seguida de álcool a 70%;
 - Por fim, a tampa do tubo deve ser selada com película parafilme;
 - Acondicionar as amostras biológicas, seguindo as normas de embalagem de substâncias infecciosas recomendadas pela OMS para amostras classificadas de categoria B (UN 3373).
 - Utilizar o sistema de embalagem tripla com as seguintes características:
 - contentor primário é o que contém a amostra;
- deve estar devidamente identificado e tem de ser estanque a líquidos e a sólidos;

tem de ser embalado em material absorvente suficiente para absorver todo o conteúdo em caso de quebra ou derrame;

- contentor secundário é o que leva os contentores primários (tubos de amostras) e é resistente, à prova de água e estanque a líquidos e a sólidos;

podem conter vários tubos de amostras desde que estes sejam protegidos com material absorvente e amortecedor, individualmente ou separados, a fim de evitar o contacto;

- contentor exterior é a embalagem de transporte externa com material de acolchoamento adequado, onde se colocam os contentores secundários. A menor dimensão externa global utilizada deve ser de 10 x 10 cm.

- O transporte das amostras deve ser realizado, preferencialmente, por uma empresa certificada e autorizada para o efeito (Categoria B, UN 3373) ou em alternativa, em transporte próprio da unidade de saúde, cumprindo as indicações de acondicionamento anteriormente referidas.

Obs.: As amostras devem ser acompanhadas de uma cópia da ficha de investigação (Síndrome Gripal e da Infecção Respiratória Aguda Severa SARI), que deve ser preenchida de forma correta e completa.

Os profissionais de saúde devem utilizar medidas de precaução padrão, de contacto e de gotículas) máscaras cirúrgicas, luvas, avental não estéril e óculos de proteção).

Para a realização de procedimentos que gerem aerossolização de secreções

respiratórias como intubação, aspiração de vias aéreas ou indução de escarro, deverá ser utilizado precaução por aerossóis, com uso de máscara FFP2/N95 ou similar.

4. Tratamento

O tratamento do caso confirmado é sintomático e de suporte de órgãos.

Grávidas com infeção suspeita ou confirmada por nCoV devem ser tratadas com medicação de suporte, tomando em consideração as adaptações fisiológicas da gravidez.

Em situações de síndrome respiratória aguda grave (ARDS), ponderar a prescrição empírica de antibióticos.

5. Notificação e Investigação epidemiológica

5.1. Notificação

- Perante um caso suspeito, o médico deve preencher o formulário de notificação e comunicar imediatamente (por telefone) o Delegado de Saúde.

- O profissional responsável pelo atendimento do caso, identifica os acompanhantes do doente e contactos próximos (da unidade de saúde, incluindo profissionais e outros doentes), cuja lista fornecerá ao Delegado de Saúde, logo que possível.

5.2. Investigação epidemiológica

Identificação de contactos:

- O profissional que identificou o caso suspeito comunica o Delegado de Saúde (com apoios da administração da estrutura de saúde, se necessário). O Delegado de Saúde ativa e lidera a equipa de investigação epidemiológica.

- Perante a investigação à volta de um caso suspeito, o Delegado de Saúde é o Coordenador gestor de contactos, e:
- Procede de imediato, à identificação de contactos próximos, com a colaboração dos prestadores de cuidados e dos centros de saúde da área de residência;
- Na unidade de saúde, o Delegado de Saúde articula-se com a Direção do Serviço ou o ponto focal da unidade designado para as questões de nCoV e isolamento;
- Preenche a lista de contactos na plataforma SINAVEmed no menu “lista de expostos/contactos”;
- Procede à atualização da lista de contactos inicialmente identificados, se vier a ser confirmada uma infeção pelo nCoV;
- O rastreio exaustivo de contactos deve ser efetuado para todos os contactos até 14 dias após a última exposição com o caso confirmado.

Vigilância e controlo de contactos próximos

- O Delegado de Saúde é responsável pela vigilância ativa de todos os contactos próximos de um caso confirmado, incluindo:
- Contato telefónico regular;
- Disponibilizar contacto para ligação caso sejam referidos sinais ou sintomas;
- Dar indicações ao contato sob vigilância, para: adotar medidas de restrição social;

Contactar imediatamente a Autoridade de Saúde, se desenvolverem febre, tosse ou dispneia, ou outra sintomatologia;

- Se o caso em investigação apresentar resultados laboratoriais negativos, e o caso for infirmado, o Delegado de Saúde, informa os contatos que estão sob vigilância, que podem retomar a vida normal.

6. Prevenção e controlo de infeção nos serviços de saúde

As vias de transmissão da infeção por nCoV ainda não são totalmente conhecidas.

Os cuidados específicos para a prevenção e controlo de infeção por nCoV são por isso, as medidas de precaução: básicas, de contacto, gotículas e de via aérea para procedimentos geradores de aerossóis.

São estratégias de prevenção e controlo de infeção:

- Afixar cartazes em áreas públicas, com informação que deve orientar o doente para se apresentar ao profissional de saúde;

- Dar ao doente uma máscara cirúrgica para utilizar, desde que a sua condição clínica o permita;

- Perante um caso suspeito, colocar de imediato o doente em isolamento, de acordo com a sua condição clínica definida no respetivo Plano de Contingência;

- Aplicar as Precauções Básicas de Controlo de Infeção a todos os doentes, incluindo os suspeitos de infeção por nCoV, em todos os procedimentos e momentos, nomeadamente:
 - Avaliação de risco para infeção;
- Higiene das mãos;
- Etiqueta respiratória;
- Uso racional e adequado de equipamento de proteção individual (EPI)
- Descontaminação correta de material e equipamento;
- Medidas de controlo ambiental;
- Manuseamento seguro da roupa;
- Recolha segura de resíduos;
- Práticas seguras na preparação e administração de injetáveis;
- Aplicar as Precauções Baseadas nas Vias de Transmissão:

- Restrição de visitas! Todos profissionais de saúde devem aplicar as precauções de contato e precauções de gotículas. No caso, de procedimentos geradores de aerossóis, aplicar as precauções de via aérea;
- Isolar os doentes em quarto individual com pressão negativa, quando possível, ou em ambiente com fluxo de ventilação/arejamento orientado de dentro para fora da estrutura de saúde. Na impossibilidade de isolamento em quarto individual, os doentes com as mesmas características poderão ficar juntos numa enfermaria;
- Usar equipamentos que sejam exclusivos do quarto ou área de isolamento (ex.: estetoscópio, esfigmomanómetro, termómetro) e materiais clínicos de uso único;
- Na medida do possível, limitar o número de profissionais de saúde em contacto com o doente com infeção por nCoV (coorte de profissionais);
- Manter um registo de todas as pessoas que entram no quarto ou área de isolamento do doente;
- Manter um sistema de vigilância para os profissionais de saúde.

Tabela 2. Equipamento de Proteção Individual (EPI) de acordo com o nível de cuidados a prestar

7. Recomendações para viajantes

Não existem recomendações internacionais para restrições de viagens ou de trocas comerciais.

Os viajantes que forem para uma área afetada devem:

- Seguir as recomendações das autoridades de saúde do país;
- Evitar o contato próximo com doentes com infeções respiratórias agudas;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou com uma solução de base alcoólica, especialmente após contacto com uma pessoa infetada ou partilha do seu espaço;
- Evitar o contato com animais;
- Evitar o consumo de produtos de origem animal, crus ou mal cozinhados.

Os viajantes provenientes da China ou que estiveram na China ou num país que declarado casos de COVID-19, nos últimos 14 dias:

(Procedimentos nos pontos de entrada)

1. Para passageiro assintomático:

- Preencher a ficha de vigilância sanitária nos pontos de entrada;
- Dar as informações básicas sobre o nCoV: informar que por precaução é-lhes dado um contacto para se comunicar com as estruturas de saúde, anotar o contacto do passageiro para lhe fazer um seguimento domiciliário (por contacto telefónico ou presencial, ou outro) nos próximos x dias, (até completar os 14 dias após ter saída da China ou de um outro país que tenha declarado casos de COVID-19);

- Informar sobre autovigilância no domicílio. Se sentir febre, tosse, quaisquer outros sintomas de gripe, nos próximos dias;

informar das medidas de prevenção a tomar imediatamente perante o surgimento dos sintomas acima referidos (semelhantes aos da gripe), evitar contactos/fazer autoisolamento, tomar as precauções ao tossir, uso de máscara;

ou seja, as medidas de prevenção da propagação da gripe (que estão a ser passadas na televisão RTC diariamente). Oferecer um desdobrável sobre prevenção da gripe.

2. Para passageiro Vindo da China ou de um outro país que tenha declarado casos de COVID19, com sintomas de febre, tosse ou outros;

a equipa de vigilância deve separar/isolar a pessoa e oferecer EPI (máscaras), conservar a distancia recomendada, informar que será submetido a uma observação médica, conduzir o paciente para o espaço de isolamento no aeroporto. Comunicar a Delegacia de saúde.

Cuidados Específicos para Controlo de Infecção pelo nCoV

1. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO

As orientações nacionais sobre as medidas de prevenção e controlo da COVID-19 deverão ser adotadas pelas estruturas de saúde, de acordo com o nível de cada uma, e por outros serviços ou instituições, independentemente de públicas ou privadas, uma vez que o objetivo é evitar a propagação da infecção/doença.

1.1 Estruturas de saúde

Os serviços de saúde devem assegurar todas as condições necessárias para a prevenção da COVID-19, nomeadamente:

- Implementar as orientações técnicas atualizadas nesta matéria emanadas pela Direção Nacional da Saúde;
- Afixar cartazes, principalmente em salas de espera, com informações sobre como prevenir a COVID-19;
- Disponibilizar máscaras cirúrgicas para os doentes com sintomas respiratórios que estejam à espera para o atendimento;
- Fornecer o equipamento de proteção individual (EPI), gratuitamente, aos trabalhadores, de acordo com os riscos a que estão expostos;
- Promover o uso racional e adequado de EPI;
- Orientar e treinar os trabalhadores sobre a conservação do EPI;
- Substituir imediatamente o EPI, quando danificado ou extraviado;
- Responsabilizar-se pela higienização adequada do espaço físico, em conformidade com as orientações técnicas nacionais;

- Descontaminação correta de material e equipamentos;
- Implementar medidas de controlo ambiental, nomeadamente manter um arejamento adequado do espaço físico, a utilização de produtos de limpeza desinfetantes de qualidade, estabelecer a periodicidade da limpeza e higienização do espaço físico e das superfícies;
- Identificar um espaço onde casos suspeitos devem aguardar a avaliação e as intervenções posteriores necessárias;
- Identificar um espaço para isolamento de doentes (casos suspeitos ou confirmados) nas estruturas onde há internamento;
- Garantir a gestão adequada de resíduos;
- Disponibilizar dispensadores de álcool gel a 70% nas enfermarias, nos corredores e salas de espera.

1.2 Pontos de entrada no país (Portos e Aeroportos)

Os pontos de entrada (Portos e Aeroportos) devem assegurar todas as condições necessárias para a prevenção da COVID-19, em concertação com o Ministério da Saúde, nomeadamente:

- Implementar as orientações técnicas atualizadas nesta matéria emanadas pela Direção Nacional da Saúde;

- Afixar cartazes, principalmente em espaços públicos, com informações sobre como prevenir a COVID-19;
- Disponibilizar máscaras cirúrgicas para pessoas com sintomas respiratórios que estejam dentro de gares marítimas ou dos edifícios dos aeroportos;
- Fornecer o equipamento de proteção individual (EPI), gratuitamente, aos trabalhadores, de acordo com os riscos a que estão expostos;
- Promover o uso racional e adequado de EPI;
- Orientar e treinar os trabalhadores sobre a conservação do EPI;
- Substituir imediatamente o EPI, quando danificado ou extraviado;
- Responsabilizar-se pela higienização adequada do espaço físico, em conformidade com as orientações técnicas nacionais.
- Descontaminação correta de material e equipamentos;
- Implementar medidas de controlo ambiental, nomeadamente manter um arejamento adequado do espaço físico, a utilização de produtos de limpeza desinfetantes de qualidade, estabelecer a periodicidade da limpeza e higienização do espaço físico e das superfícies;
- Identificar um espaço onde casos suspeitos devem aguardar as intervenções posteriores necessárias;

- Garantir a gestão adequada de resíduos;
- Garantir a disponibilização permanente de condições para a lavagem das mãos com água e sabão;
- Disponibilizar dispensadores de álcool gel a 70% nos espaços públicos.

1.3- Outros espaços públicos fechados (repartições públicas, escolas, igrejas, etc)

Outros espaços públicos fechados como repartições públicas, escolas, igrejas entre outros, devem assegurar todas as condições necessárias para a prevenção da COVID-19, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, nomeadamente:

- Afixar e colocar à disposição material informativo sobre a prevenção da COVID-19 (cartazes, folhetos, desdobráveis);
- Garantir o bom arejamento do espaço e a sua limpeza com produto desinfetante adequado;
- Disponibilizar dispensadores de álcool gel a 70% afixados na parede;
- Contatar imediatamente a autoridade sanitária local, caso haja identificação de caso suspeito;
- Assegurar a formação dos trabalhadores nos aspetos de prevenção e controlo da COVID-19;

Lei nº 88/IX/2020, de 7 de maio

Estabelece o regime excecional e temporário para a conceção de incentivos na produção e importação dos dispositivos médicos para uso humano de equipamentos de proteção individual no contexto do COVID-19.

Preâmbulo

A situação de calamidade pública que se vive em Cabo Verde e no mundo e que motivou a declaração do estado de emergência no país, tem vindo a impor a adoção de medidas extraordinárias e de caráter urgente para dar resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Neste contexto, o Governo aprovou um conjunto de medidas destinadas às empresas, com vista ao apoio à tesouraria e à manutenção dos postos de trabalho, em suporte à economia no atual contexto do surto de COVID-19, para assegurar a liquidez e o acesso ao financiamento para as empresas. Com a retoma da vida social de forma programada, faseada, alternada e parcial, sente-se a necessidade de, para além de garantir o acesso à liquidez e ao financiamento às empresas, identificar outras medidas temporárias de incentivos estatais que passam por facilitar a criação de capacidades adicionais para a produção dos produtos necessários para dar resposta à epidemia, assim como a importação dos bens, equipamentos e materiais não produzidos no país ou produzidos em valor em quantidades manifestamente insuficientes.

Aqui se incluem matérias-primas, dispositivos médicos, equipamento médico e hospitalar, incluindo ventiladores, vestuário e equipamento de proteção, bem como instrumentos de diagnóstico e as matérias-primas necessárias, desinfetantes e seus produtos intermédios e substâncias químicas básicas necessárias para a sua produção e ferramentas de recolha e processamento de dados.

Nestes termos, é essencial conceder incentivos à produção de bens relevantes para fazer face à COVID-19, que respondam às necessidades imediatas e a médio prazo do Serviço Nacional de Saúde. Assim: Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 175.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º Objeto

A presente Lei estabelece um regime excecional e transitório relativo ao fabrico, importação, colocação e disponibilização no mercado nacional de dispositivos médicos (DM) e equipamentos de proteção individual (EPI), para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus SARS-CoV-2. Artigo 2º Regra geral de conformidade

O fabrico, a importação, a colocação e a disponibilização no mercado nacional de DM e de EPI para efeitos de prevenção do contágio pelo SARS-CoV-2 devem obedecer aos procedimentos de avaliação de conformidade com os requisitos de saúde, segurança e desempenho legalmente exigidos, pelas autoridades competentes do País.

Artigo 3º Fabrico de equipamentos de proteção individual

1 - Os EPI necessários à prevenção do contágio do SARS-CoV-2 podem ser fabricados desde que o fabricante tenha dado cumprimento aos normativos de saúde, segurança e desempenho, nos termos aprovados pela autoridade competente.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a autoridade competente deve publicar, nos respetivos sítios na *Internet*, os normativos de saúde, segurança e desempenho indicados para o fabrico daqueles produtos, no prazo de três dias úteis, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, os quais são passíveis de atualização e revisão.

3 - Os fabricantes de DM e EPI devem notificar à Entidade Reguladora Independente de Saúde (ERIS) da sua intenção de fabrico, para efeito de registo, monitorização e rastreio.

Artigo 4º Colocação e disponibilização no mercado de dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual

1- Os DM e EPI importados ou fabricados nos termos do disposto nos artigos anteriores, desde que cumpridos os demais requisitos de colocação de produtos no mercado, bem como as máscaras para uso social, podem ser disponibilizados:

a) Às unidades do sistema de saúde e outras entidades que disponham de adequada supervisão sanitária;

b) Para venda em farmácias e locais de venda autorizados.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as semi-máscaras de proteção respiratória, as máscaras para uso social e as luvas de uso único, importadas ou fabricadas nos termos do disposto nos artigos anteriores podem, ainda, ser livremente colocadas ou disponibilizadas no mercado, desde que cumpridos os demais requisitos de colocação de produtos no mercado, para venda em estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho.

3 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde e da indústria e comércio com faculdade de delegação, podem, conjuntamente, mediante despacho, permitir a colocação ou disponibilização no mercado de máscaras cirúrgicas para venda em estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, definindo limites às quantidades assim disponibilizadas, por forma a assegurar o seu fornecimento prioritário ao pessoal de saúde.

Artigo 5º Beneficiários dos incentivos aduaneiros

São beneficiários dos incentivos aduaneiros:

a) As empresas certificadas e autorizadas para produção de DM e EPI, pelas entidades competentes; b) A indústria farmacêutica e empresa distribuidora certificada pela entidade competente; c) As estruturas de saúde;

d) O Instituto Nacional de Saúde Pública; e

e) A Proteção Civil.

Artigo 6º Critérios de elegibilidade dos beneficiários

1- No âmbito da presente Lei são exigíveis os seguintes critérios quanto aos beneficiários das alíneas *a)* e *b)* do artigo 5º:

a) Estar legalmente constituídos e autorizado pela entidade competente para produção dos DM e EPI; *b)* Ter a lista dos materiais a importar aprovada pela ERIS;

c) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;

d) Ter a sua situação fiscal e contributiva regularizada;

e) Não ser uma empresa resultante de transformação, cuja atividade tenha sido cessada há menos de três anos com situação fiscal irregular.

2 - Para efeitos da aplicação da alínea *d)*, considera-se situação fiscal e contributiva regularizada aquelas que não se encontrem em situação de dívida ou que, encontrando-se em dívida tenham procedido a reclamação, recurso, impugnação, ou oposição e tenham prestado garantia idónea, quando esta se mostre exigível ou tenham requerido o pagamento em prestações.

Artigo 7º Incentivos aduaneiros

1- As entidades beneficiárias previstas nas alíneas *b)*, *c)*, *d)* e *e)* do artigo 5º gozam de isenção de direitos e do imposto sobre o valor acrescentado na importação dos bens constantes da lista anexa à presente Lei, da qual fazem parte integrante.

2 - As entidades referidas no número anterior gozam ainda, de isenção de direitos e do imposto sobre o valor acrescentado na importação de:

a) Equipamentos e máquinas, seus acessórios e peças de manutenção, utensílios e softwares que venham contribuir para a melhoria da capacidade de resposta em termos de diagnóstico e terapêutica no país;

b) Medicamentos de uso humano, vacinas e imunoterápicos;

c) Dispositivos médicos e hospitalares (incluindo ventiladores) e os seus acessórios;

d) Álcool etílico e gel desinfetante cutâneo de base alcoólica;

e) Materiais para testes do COVID-19.

3 - As empresas autorizadas pela ERIS no âmbito do contexto COVID-19 a comercializar e produzir os dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual para as estruturas de saúde beneficiam da isenção de direitos e do imposto sobre o valor acrescentado na importação dos bens constantes da lista anexa à presente Lei.

4 - As empresas autorizadas a fabricar os EPI no âmbito do presente diploma gozam de isenção de direitos e do imposto sobre o valor acrescentado na importação de:

a) Materiais aprovados e publicados pelo Governo e validados pela entidade competente;

b) Matérias-primas e subsidiárias, materiais e produtos acabados e semiacabados, destinados a incorporação em material de proteção individual;

c) Desinfetantes e seus produtos intermédios e substâncias químicas básicas necessárias para a sua produção;

d) Materiais para embalagem e acondicionamento de produtos fabricados.

5 - A importação de equipamentos de proteção individual deve ser efetuada com isenção apenas quando as empresas nacionais autorizadas não conseguem satisfazer o mercado nacional ou não são produzidos internamente, nos termos a regulamentar.

6 - Ficam isentos da taxa ecológica e do imposto sobre consumos especiais, os bens e materiais previstos na presente Lei na importação ou produção local.

7 - O disposto no n.º 3 não se aplica às empresas autorizadas apenas a fabricar e comercializar os equipamentos de proteção individual produzido no âmbito do COVID-19.

Artigo 8º Natureza urgente e prioritária

Os procedimentos, decisões e recomendações da Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE), e da entidade responsável para autorizações necessárias ao fabrico, importação, colocação e disponibilização no mercado de dispositivos médicos e EPI revestem a natureza de urgentes e prioritários.

Artigo 9º Incentivos existentes em outros diplomas

Os incentivos previstos na presente Lei não invalidam os previstos no código do imposto sobre o valor acrescentado, no código de benefícios fiscais e em outros diplomas complementares.

Artigo 10º IVA nas transmissões

1 - Ficam isentos do imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do n.º 29 do artigo 9º do respetivo código, as transmissões dos seguintes bens:

a) Máscaras cirúrgicas para uso social, de uso único e reutilizáveis;

b) Semi-máscaras de proteção respiratória;

c) Máscaras com viseira integrada;

d) Máscaras *made in* Cabo Verde, pelas empresas autorizadas;

e) Álcool etílico e gel desinfetante cutâneo de base alcoólica.

2 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Indústria e Comércio regulamentam mediante Portaria os procedimentos necessários ao controlo na importação, produção e comercialização dos DM e EPI produzidos nos termos da presente Lei.

Artigo 11º Margem bruta nas vendas dos bens

1 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da indústria e comércio, podem estabelecer limite máximo de margens de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de EPI identificados na lista anexa à presente Lei, bem como das máscaras produzidas localmente, álcool etílico e gel desinfetante cutâneo de base alcoólica.

2 - Quem não respeitar o limite que venha a ser estabelecido no despacho referido no número anterior é punido com a coima de 50.000\$00 a 500.000\$00, e implica igualmente a perda de autorização para produção e comercialização dos DM e EPI e a restituição dos incentivos auferidos. 3 - A fiscalização do disposto no presente artigo compete às entidades administrativas no âmbito das suas respetivas atribuições.

4 - A aplicação da coima mencionada no n.º 2 compete a DNRE. 5 - Aplica-se, subsidiariamente, ao disposto no presente artigo o regime jurídico das infrações não aduaneiras.

Artigo 12º Produção de efeitos

A presente Lei produz efeitos a 1 de abril de 2020, com exceção do artigo 10º que produz efeitos à data da entrada em vigor da presente Lei.

Artigo 13º Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Aprovada em 28 abril de 2020. O Presidente da Assembleia Nacional, *Jorge Pedro Maurício dos Santos*

Promulgada em 2 de maio de 2020. Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA Assinada em 6 de maio de 2020. O Presidente da Assembleia Nacional, *Jorge Pedro Maurício dos Santos*.

ANEXO Lista a que se refere o Artigo 7º

1 - Máscaras cirúrgicas para uso por profissionais de saúde, de uso único e reutilizáveis.

2 - Máscaras cirúrgicas para uso social, de uso único e reutilizáveis.

3 - Semi-máscaras de proteção respiratória.

4 - Máscaras com viseira integrada.

5 - Batas cirúrgicas.

6 - Fatos de proteção integral.

7 - Cogulas.

8 - Toucas.

9 - Manguitos.

10 - Proteção de calçado - Cobre-botas.

11 - Proteção de calçado - Cobre-sapatos.

12 - Luvas de uso único.

13 - Óculos de proteção.

14 - Viseiras. 15 - Zaragatoas.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Jorge Pedro Maurício dos Santos*

Decreto-Lei nº 50/2020, de 7 de maio

Fixa a margem máxima de comercialização de máscaras não médicas para uso social ou comunitárias, e dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, bem como o regime de preço máximo de comercialização pelos retalhistas autorizados.

Na sequência da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a 11 de março de 2020, devido à infeção pelo SARS-CoV-2 (novo coronavírus), foi imposta aos Governos a necessidade de se posicionar e decidir abordagens e estratégias excecionais, com o objetivo de preparar os seus territórios para responder em tempo útil aos variados impactos causados pela doença COVID-19.

Especificamente em relação ao setor farmacêutico e aos produtos de saúde, dada a sua enorme relevância para fazer face à pandemia da COVID-19, foram promovidas, implementadas, bem como monitorizadas medidas rígidas, numa tentativa de precaver a escassez ou interrupções no seu fornecimento, garantindo, paralelamente, a sua qualidade e segurança.

Em Cabo Verde, com a verificação da primeira morte pela COVID-19, bem como dos primeiros casos de transmissão local, foi declarado o estado de emergência, através do Decreto Presidencial n.º 06/2020, de 28 de março, prorrogado pelos Decretos Presidenciais n.ºs 07 e 08/2020, tendo em vista a adoção, com observância do quadro constitucional, das medidas necessárias para evitar a propagação da doença no território nacional. Várias outras medidas, de natureza diversa e importante, foram igualmente promovidas com o intuito de proteger a saúde pública.

Com o intuito de garantir a acessibilidade a esses produtos e a aplicação de preços justos, torna-se premente regular os fatores que influenciam o acesso aos mesmos, designadamente o regime de preços e margens de comercialização.

É neste âmbito que se insere o presente diploma, o qual estabelece o regime de preços máximos das máscaras não médicas para uso social ou comunitárias produzidas no mercado nacional, bem como a margem de comercialização de dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual importados, excecionalmente no contexto da pandemia pela COVID-19.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º Objeto

O presente diploma fixa a margem máxima de comercialização de máscaras não médicas para uso social ou comunitárias e dispositivos médicos (DM) e equipamentos de proteção individual (EPI), bem como o regime de preço máximo de comercialização pelos retalhistas autorizados.

Artigo 2º Âmbito

O presente diploma aplica-se às entidades certificadas pela comercialização de máscaras não médicas para uso social ou comunitárias, nos termos da Portaria Conjunto n.º 18/2020, de 5 de maio.

Artigo 3º Definições

Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por:

- a) Preço máximo: regime adotado para a fixação dos preços, de acordo com o diploma legal que estabelece os diferentes regimes de preços permitidos em Cabo Verde, pelo qual é estabelecido um valor máximo, que não pode ser ultrapassado;
- b) Custo do Produto (CP): custo de aquisição mais os custos adicionais até a entrada no armazém do distribuidor grossista;
- c) Preço de Venda ao Retalhista (PVR): preço correspondente ao preço máximo para a comercialização pelo grossista; d) Preço de Venda ao Público (PVP): preço correspondente ao preço máximo para a comercialização pelo retalhista.

Artigo 4º Margens de comercialização

1. As margens de comercialização para as máscaras não médicas para uso social ou comunitárias, dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, álcool gel e álcool 70%, são, designadamente:

- a) A Margem de Comercialização do grossista (MCg) é de 15% sobre o custo do produto;
- b) A Margem de Comercialização do retalhista (MCr) é de 20% sobre o preço de venda ao retalhista (PVR).

Artigo 5º Fixação de preços

Nos termos do n.º 1 do artigo anterior, ficam estabelecidas as seguintes fórmulas de fixação de preços:

- a) $PVR\ máximo = Custo\ do\ Produto + Margem\ de\ Comercialização\ a\ Grosso;$
- b) $PVP\ máximo = PVR + Margem\ de\ Comercialização\ Retalhista;$
- c) PVP máximo para as mascaras comunitárias é fixado e atualizado periodicamente pela ERIS em função da evolução da média ponderada dos custos da aquisição.

Artigo 6º Fiscalização

1 - A verificação do cumprimento do estabelecido no presente diploma é da competência da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS) ou Inspeção-Geral das Atividades Económicas (IGAE), consoante as respetivas competências de fiscalização.

2 - As denúncias de práticas infratoras ao estabelecido no presente diploma são feitas ou apresentadas junto da ERIS ou da IGAE, nos termos do número anterior, às quais compete dar o respetivo seguimento nos termos previstos nos artigos seguintes.

Artigo 7º Contraordenações

1- Sem prejuízo de outras responsabilidades, nomeadamente criminal, disciplinar e civil, constituem contraordenações:

a) A comercialização de máscaras para uso social ou comunitárias por preços superiores aos estabelecidos;

b) A violação do disposto no artigo 5º;

c) A violação de quaisquer outras normas constantes de outros diplomas ou regulamentos relacionados à comercialização dos bens objeto do presente diploma.

2 - A negligência e a tentativa são puníveis, sendo os montantes mínimos e máximos das coimas reduzidos a metade dos valores fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.

Artigo 8º Coimas

1 - A contraordenação prevista nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo anterior é punível com coimas de 20.000\$00 (vinte mil escudos) a 70.000\$00 (setenta mil escudos) ou de 100.000\$00 (cem mil escudos) a 200.000\$00 (duzentos mil escudos), consoante o infrator seja pessoa singular ou coletiva.

2 - A contraordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior é punível com coima de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos) a 500.000\$00 (quinhentos mil escudos) e implica a perda de autorização para produção e comercialização dos DM e EPI e a restituição dos incentivos auferidos. Artigo 9º Instrução e aplicação das coimas

1 - A instrução dos processos de contraordenações previstas no presente diploma compete à ERIS ou à IGAE, consoante as respetivas competências de fiscalização.

2 - A aplicação das coimas previstas no presente diploma compete ao Conselho de Administração da ERIS ou ao Inspetor-Geral das Atividades Económicas, consoante as respetivas competências de fiscalização.

3 - A aplicação da coima relativa a perda dos incentivos e a restituição dos impostos não pagos é da Direção Nacional de Receitas do Estado - DNRE.

Artigo 10º Destino do Produto das Coimas

O produto das coimas reverte-se 100% para o Fundo Nacional de Emergência-FNE.

Artigo 11º Responsabilidade

1- Pela prática das contraordenações previstas no presente diploma podem ser responsabilizadas pessoas singulares, pessoas coletivas independentemente da regularidade da sua constituição, sociedades e associações sem personalidade jurídica.

2 - As pessoas coletivas ou equiparadas, nos termos do número anterior, são responsáveis pelas contraordenações previstas no presente diploma quando os factos tiverem sido praticados pelos seus órgãos no exercício das suas funções.

Artigo 12º Direito Subsidiário

Aos processos de contraordenação previstos no presente diploma aplica-se subsidiariamente o disposto no regime geral das contraordenações, aprovado pelo Decreto-legislativo n.º 9/95, de 27 de outubro e o regime das infrações não aduaneiras quando estas têm a natureza tributária.

Artigo 13º Regulamentação

Compete ao Conselho de Administração da ERIS regulamentar, no âmbito das suas competências, todos os aspetos necessários à aplicação do presente diploma.

Artigo 14º Entrada em vigor e vigência

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e vigora durante o contexto de pandemia pela COVID-19.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 5 de maio de 2020. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Alexandre Dias Monteiro e Arlindo Nascimento do Rosário*

Promulgado em 6 de maio de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

Resolução nº 70/2020 de 8 de maio

Autoriza a retoma das ligações marítimas de passageiros interilhas, com exceção das que têm origem ou destino em Santiago e em Boavista e fixa as condições específicas a observar por passageiros e operadores portuários.

Face à gravidade da situação epidemiológica e o estado de emergência declarada no país, tornou-se necessário a criação e efetivação de um conjunto de medidas restritivas e excepcionais, imprescindíveis para proteger determinadas ilhas da propagação da COVID-19, sendo que uma destas medidas foi necessariamente a interrupção das ligações marítimas de passageiros entre as ilhas.

É inegável a existência de ligações umbilicais entre várias ilhas de Cabo Verde, que cria uma situação clara dependência entre elas. Pelo que, atendendo a importância económica e social inerentes ao normal funcionamento das ligações marítimas de passageiros entre as ilhas, ao que acresce a importância da normalização do movimento de viaturas que fazem o transporte de mercadorias e bens essenciais ao funcionamento das ilhas, quer a nível dos pequenos e grandes comerciantes ou vendedores ambulantes, quer ao nível de abastecimento de superfícies de maior dimensão, mostra-se necessária retomar o transporte de passageiros por via marítima entre as ilhas, com exceção das ilhas em estado de emergência.

Devendo-se ter em consideração o cumprimento de todos os protocolos por parte das empresas de navegação e transportes marítimos, bem como o comprometimento e cooperação de todos os utentes, no respeito pelas recomendações das autoridades sanitárias, sobretudo no que toca ao distanciamento social, ao uso de máscaras, higienização e limitação de número de passageiros por navio.

Assim, Ao abrigo do nº 2 do artigo 30º do Decreto-lei nº 49/2020, de 2 de maio; e Nos termos do nº 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

A presente Resolução autoriza a retoma das ligações marítimas de passageiros interilhas, com exceção das que têm origem ou destino em Santiago e em Boavista e fixa as condições específicas a observar por passageiros e operadores portuários, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2º Autorização

- 1 - Fica autorizada a retoma das ligações marítimas de passageiros interilhas, com início no dia 11 de maio de 2020.
- 2 - A autorização de retoma a que se refere o número anterior fica condicionada ao controlo de embarque e desembarque de passageiros nos seguintes termos:

- a) Permissão de viajar somente aos passageiros que estejam a utilizar máscaras faciais autorizadas nos termos da lei;
- b) Criação de medidas de check-in;
- c) Medição de temperatura corporal;
- d) Distanciamento social de dois metros com fitas sinalizadoras.

3 - Ainda, no âmbito da retoma das ligações marítimas de passageiros interilhas, devem ser garantidas as seguintes medidas protetivas:

- a) A lotação e permanência de passageiros nas gares, recintos portuários e postos de vendas devem respeitar o distanciamento social mínimo de um metro e meio;
- b) Existência de um plano de controlo sanitário em todos os navios e gares marítimas;
- c) A lotação dos navios deve respeitar o distanciamento social mínimo de um metro e meio;
- d) A disponibilização de um espaço de isolamento para suspeitos de COVID-19, aprovado pelo Ministério de Saúde;
- e) A obrigatoriedade de utilização de equipamentos de proteção individual e máscaras pelos tripulantes;
- f) A obrigatoriedade de utilização de luvas e máscaras pelos ajudantes de câmara no exercício das suas funções;
- g) A proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas a bordo;
- h) A proibição de vendas ao balcão do bar, evitando aglomeração e uso de objetos partilhados;
- i) A implementação das ações de limpeza e descontaminação de todas as áreas frequentadas pelos passageiros, designadamente as zonas de acesso, salões e casas de banho, de acordo com as recomendações do Ministério de Saúde.

Artigo 3º Controlo de embarque e desembarque de cargas

Para o controlo de embarque e desembarque de cargas devem ser empreendidas as seguintes medidas:

- a) Descontaminação por pulverização de todas as cargas e viaturas sob as recomendações do Ministério de Saúde;
- b) Organização das viaturas de mercadorias e passageiros à entrada dos portos para evitar aglomerações.

Artigo 4º Compra de bilhetes via plataforma eletrónica

Os operadores de transporte de passageiros interilhas devem incentivar a compra de bilhetes via plataforma eletrónica, designadamente através de campanha de descontos.

Artigo 5º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Aprovada em Conselho de Ministros, aos 7 de maio de maio de 2020. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Portaria Conjunta 18/2020, de 5 de Maio

Aprovação do circuito da comercialização de máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias.

Através do Decreto-lei n.º 47/2020, de 25 de abril, foram aprovadas as regras de utilização de máscaras, como medida complementar para limitar a transmissão do SARS-CoV-2 na comunidade. Com efeito, a Portaria Conjunta n.º 17/2020, de 28 de abril, procedeu à aprovação das diretrizes para a produção e utilização de máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias, à definição das especificações de dimensões e de materiais e, ainda, os requisitos mínimos a nível de proteção e à capacidade de filtração e respirabilidade.

Sendo expectável, neste momento, uma grande demanda por equipamentos de proteção individual (EPI) por parte dos cidadãos, não obstante os esforços que o Governo tem realizado para adquirir esses produtos em diversos fornecedores internacionais, é necessário a tomada de medidas alternativas para garantir o acesso da população a produtos com qualidade eficácia e segurança e a preços acessíveis.

Nesse sentido, o Governo identificou como medida prioritária a viabilização da produção a nível nacional de máscaras alternativas para uso comunitário, utilizando regras e materiais que possam assegurar uma boa efetividade, se forem bem utilizadas e higienizadas corretamente.

Desde a produção até à disponibilização no mercado, vários aspetos devem ser acautelados para caucionar distorções e situações de falha de mercado, definindo as balizas logísticas e operacionais para precaver essas situações.

Assim, convindo regulamentar as regras de funcionamento desse mercado emergente, no sentido de garantir o seu bom funcionamento e a segurança dos consumidores, torna-se imperativo estabelecer o circuito de comercialização dos referidos bens, sejam aqueles produzidos a nível nacional ou importados.

Assim,

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º alínea d) subalínea i) do Decreto-presidencial n.º 07/2020, de 17 de abril;e,

No uso da faculdade conferida pela conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pelo n.º 3 do artigo 264.º da Constituição;

Manda o Governo, pelos Ministros da Saúde e da Segurança Social, da Indústria, Comércio e Energia, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

É aprovado o circuito de comercialização de máscaras não médicas de uso social ou comunitárias.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica a todo circuito de comercialização de máscaras não médicas de uso social ou comunitárias.

Artigo 3.º Circuito de comercialização

1. A comercialização de máscaras a que se refere o presente diploma segue o seguinte circuito:

a) Os produtores colocam os seus produtos no mercado por via exclusiva da empresa distribuidora certificada pela entidade competente;

b) Por sua vez, a empresa distribuidora certificada faz a distribuição grossista às seguintes entidades:

i. Farmácias;

ii. Supermercados e minimercados;

iii. Postos de combustível;

- iv. Lojas especializadas de artigos médicos e hospitalares;
- v. Clínicas médicas dentárias;
- vi. Cooperativas e associações comunitárias;
- vii. Estruturas públicas de saúde;
- viii. Livrarias;
- ix. Correios;
- x. Lojas e pontos de venda a retalho das indústrias produtoras;
- xi. Quiosques de informação turística;
- xii. Pontos de vendas da T+ e da CVTelecom; e
- xiii. Postos móveis da casa do cidadão.

c) As entidades a que se refere a alínea anterior fazem a comercialização retalhista.

2. Os importadores de dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual podem utilizar a estrutura de distribuição retalhista prevista na alínea b) do número anterior.

3. Para efeitos da aplicação da presente portaria a empresa distribuidora certificada é a EMPROFAC, SARL;

Artigo 4.º Fiscalização

Compete a IGAE a fiscalização do cumprimento do disposto na presente portaria.

Artigo 5.º Entrada em vigor e vigência

A presente portaria entra em vigor no dia a seguinte ao da sua publicação e vigora durante o contexto de pandemia pela COVID-19.

Gabinetes dos Ministros da Saúde e da Segurança Social, da Indústria, Comércio e Energia, na Praia, aos 04 de maio de 2020. – Os Ministros, Arlindo Nascimento do Rosário e Alexandre Dias Monteiro.

Decreto-Lei 49/2020, de 2 de Maio

Alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 44/2020, de 17 de Abril, que regulamenta a declaração do estado de emergência.

Volvidos mais de 30 dias desde a primeira declaração do estado de emergência em Cabo Verde, a 28 de março de 2020, a evolução da situação epidemiológica do novo coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, apresenta-se gradual, com picos nas ilhas da Boavista e de Santiago, com uma situação particular na ilha de São Vicente de evolução muito positiva após o aparecimento do primeiro caso, a 3 de abril, tendo-se dado por recuperados dois dos três pacientes contaminados até agora nessa ilha.

Foi já nesse contexto que o estado de emergência havia sido prorrogado, a 17 de abril, para vigorar nessas três ilhas até ao dia 2 de maio, tendo presentes elementos e possíveis cenários, apurados e verificados em outras paragens, que devem ser tidos permanentemente, em devida conta em Cabo Verde, sem prejuízo da necessária ponderação das nossas características e especificidades.

É assim que, após aturada ponderação e um processo de auscultação o mais abrangente possível dos principais atores políticos, especialistas nacionais em saúde pública e da própria sociedade civil, entendeu o Presidente da República manter a vigência do estado de emergência, até às 24 horas do dia 14 de maio, desta feita apenas nas ilhas de Santiago e Boavista, convicto que as medidas vigentes e implementadas nas demais ilhas serão adequadas a um processo gradual e controlado de regresso à normalidade, que acautele os riscos ainda existentes de aparecimento e propagação do vírus.

Apesar da tendência dos contágios recentes apontar para uma situação nesta altura mais preocupante em Santiago do que na Boa Vista, o certo é que em ambas estão em evolução vários casos confirmados, e em permanente investigação as redes de contactos identificadas, não sendo ainda completamente nítidos e estáveis, nessas ilhas, os contornos e as curvas evolutivas da pandemia, o que justifica, pois, a prorrogação do estado de emergência, com alterações pontuais,

embora de extrema importância, pela virtualidade de diminuir ainda mais a afluência de pessoas nas ruas, distinguindo-se do leque de atividades que se consideram essenciais das prioritárias e/ou urgentes, reduzindo-se, deste modo, o número de trabalhadores e funcionários que terão de se ausentar das suas residências para trabalhar.

Nesse sentido, procede-se à redução de horas de funcionamento dos estabelecimentos comerciais autorizados a manter-se em funcionamento, com uma regulação de horário de funcionamento mais restrito.

Particular atenção é dada à imposição de medidas de controlo ainda mais apertadas para a circulação entre os diferentes concelhos da ilha de Santiago.

Outrossim, a presente alteração atribui particulares responsabilidades às entidades gestoras de determinados serviços com atendimento ao público, nomeadamente, agências bancárias, correios, agências de seguros e previdência social, que deverão garantir o cumprimento das normas de distanciamento social e higiene, não apenas dentro das suas instalações, mas também para aqueles que procuram os seus serviços e que são obrigados a permanecer no exterior à

espera, podendo recorrer à colaboração complementar e subsidiária das empresas de segurança privada que prestam serviço nas suas agências.

Sem prejuízo de se tratar de alterações muito pontuais ao Decreto-Lei n.º 44/2020, de 17 de abril, procede-se à sua republicação, para garantir a facilidade de leitura e compreensão de todos, cientes da importância que terá para as autoridades com responsabilidade de fiscalização, bem como para o cidadão em geral.

Assim,

Atendendo ao disposto no Decreto-Presidencial N.º 8/2020, de 2 de maio; e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta:

Artigo 1.º Alteração

São alterados os artigos 1º, 2º, 7º, 8º, 10º, 11º, 12º e 27º do Decreto-Lei nº 44/2020, de 17 de abril, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º

(...)

O presente diploma regulamenta a aplicação do estado de emergência, nos termos em que foi prorrogado pelo Decreto Presidencial nº 08/2020, de 2 de maio.

"Artigo 2.º

1. (...)

O presente diploma é aplicável às ilhas da Boa Vista e de Santiago.

"Artigo 7º

1. (...).

2. (...).

3. As deslocações para fora do concelho de residência apenas podem ocorrer para os propósitos previstos nas alíneas b), c) e e) do nº anterior e estão dependentes de autorização do Serviço Nacional da Proteção Civil e Bombeiros e sujeitas ao controlo e fiscalização das forças de segurança.

"Artigo 8º

(...)

1. (...):

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) (...)

g) (...);

h) (...);

i) (...);

j) atual k);

2. As deslocações para fora do concelho de residência apenas podem ocorrer para os propósitos previstos nas alíneas a), b), c), e), f), e i) do nº anterior e estão dependentes de autorização do

Serviço Nacional da Proteção Civil e Bombeiros e sujeitas ao controlo e fiscalização das forças de segurança.

3. (...)

4. (...)

5. (...)

6. (...)

"Artigo 10º

(...)

1. (...):

- a) Farmácias, serviços de saúde, incluindo de veterinária, e serviços funerários;
- b) Forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, incluindo inspeções sanitárias e de pescas, de proteção civil, bombeiros e serviços de guarda;
- c) Serviços prioritários e urgentes dos portos, destinados a operações de carga, descarga, armazenagem e desembarço, exclusivamente de cargas completas de géneros alimentícios, de pescado e de produtos de primeira necessidade, inspeções sanitárias e de pescas;
- d) Serviços prioritários e urgentes dos aeroportos, designadamente, de meteorologia e geofísica, de controlo de espaço aéreo, de aeronáutica civil e de handling;
- e) Atividades e serviços de produção, processamento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais;
- f) Atividades de abastecimento de mercados;
- g) Atividades e serviços de preparação da campanha agrícola, quais sejam de poda e limpeza de terrenos, bem como de venda de fatores de produção de agricultura, nomeadamente, sementes, fertilizantes, pesticidas e acessórios;
- h) Atividades de florestação, nomeadamente de produção de plantas em viveiros, conservação de solos, criação de acessos florestais e limpeza de florestas;
- i) Fornecimento de combustíveis e gás;
- j) Serviços de limpeza e saneamento;
- k) Serviços de produção, abastecimento, fornecimento e venda de água e eletricidade;
- l) Órgãos de comunicação social;
- m) Serviços de cuidados a vulneráveis e de emergência infantil;

- n) Serviços de assistência a filhos menores dos profissionais de saúde, das forças de segurança e de proteção civil;
- o) Serviços prioritários e urgentes do Banco Central;
- p) Serviços essenciais dos bancos comerciais, sistemas de pagamentos e seguradoras;
- q) Serviços prioritários e urgentes das entidades reguladoras independentes;
- r) Serviços técnicos, prioritários e urgentes, essenciais à manutenção de telecomunicações e de comunicações eletrónicas;
- s) Serviços prioritários e urgentes dos registos, cartórios e identificação civil;
- t) Serviços urgentes dos tribunais judiciais e do ministério público, nos termos da lei e do Decreto Presidencial nº 7/2020, de 17 de abril;
- u) Serviços urgentes da Imprensa Nacional;
- v) Serviços prioritários de previdência social e correios;
- w) Serviços essenciais de receita fiscal;
- x) Serviços essenciais dos órgãos de soberania;
- y) Serviços essenciais da Provedoria da Justiça;
- z) Serviços essenciais das Embaixadas;
- aa) Serviços prioritários e urgentes da Direção Geral do Trabalho e suas Delegações;
- bb) Serviços prioritários e urgentes da Inspeção Geral do Trabalho; e
- cc) Outros, sujeitos a autorização prévia pelo responsável do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.

2. Para efeitos de emissão de livre trânsito, as empresas, estabelecimentos, serviços e instituições, previstos no número 1 do presente artigo, devem remeter ao SNPCB, exclusivamente através da plataforma online disponível – snpcb-mai.gov.cv, a lista dos funcionários destinados à realização dos serviços prioritários e urgentes ou essenciais, conforme o caso, bem como os dias, turnos, horários e local de trabalho.

3. atual nº 4.

4. atual nº 5.

5. atual nº 6.

6. atual nº 7.

7. Para efeitos de atendimento ao público para a prestação de serviços essenciais ou prioritários os bancos comerciais e similares, seguradoras, previdência social e correios, deverão garantir o atendimento até às 15 horas, de forma ininterrupta.

8. Os serviços de fornecimento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais, podem manter a respetiva atividade até às 18 h, devendo encerrar durante todo o dia de domingo.

9. As padarias podem manter a respetiva atividade até às 20 horas.

"Artigo 11º

(...)

1. Os serviços prioritários e urgentes dos Registos, Notariado e Identificação Civil serão prestados, mediante marcação prévia, respeitando sempre as normas de distanciamento social, nos seguintes termos:

a) A prestação de serviço nas Conservatórias e nos Cartórios será assegurada no período das 9h até às 15 h;

b) (...);

c) atual i);

d) eliminado;

e) eliminado;

f) eliminado;

g) eliminado;

h) eliminado;

i) eliminado.

2. Os serviços de atendimento presencial devem ser organizados por forma a que não haja acumulação de pessoas dentro ou fora dos serviços.

"Artigo 12º

(...)

1. Os estabelecimentos e serviços que mantenham atividade à luz do artigo 10º, devem observar as seguintes regras de segurança e higiene:

a) Nos estabelecimentos devem ser adotadas medidas que assegurem o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros

entre pessoas, uma permanência pelo tempo estritamente necessário, a redução da lotação máxima em 50% e a

proibição do consumo de produtos no seu interior;

b) (...).

2. Os serviços de atendimento ao público, nomeadamente, do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, dos correios, dos bancos comerciais e similares, das seguradoras, dos hospitais, delegacias de saúde, clínicas, farmácias e demais estabelecimentos comerciais que efetuam o atendimento ao público, estão obrigados a garantir que as medidas de segurança sanitária e de higiene previstas no número anterior são observadas e respeitadas tanto no interior, como no acesso às suas instalações, devendo para o efeito introduzir procedimentos de organização e gestão de filas, com imposição de distância mínima de segurança nos acessos às suas instalações.

"Artigo 27º

(...)

1. (...)

2. (...)

3. (...)

4. (...)

5. (...)

6. Quando sejam apreendidas viaturas por violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário previstos nos artigos 6º e 8º, o levantamento da viatura fica condicionada à apresentação de comprovativo de pagamento da coima aplicada, findo o estado de emergência.

"Artigo 32º

(...)

As credenciais emitidas para a circulação de pessoas e viaturas ficam revogadas, devendo os pedidos ser solicitados junto ao Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, exclusivamente através da plataforma disponível para o efeito."

Artigo 2º Republicação

É republicado, na íntegra e em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 44/2020, de 17 de abril, com as alterações ora introduzidas.

Artigo 3º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor às 00:01 do dia 03 de maio de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia de 2 de maio de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, Luís Filipe Lopes Tavares, Janine Tatiana Santos Lélis, Paulo Augusto Costa Rocha, Carlos Jorge Duarte Santos, Rui Alberto de Figueiredo Soares, Paulo Jorge Lima Veiga, Alexandre Dias Monteiro, Gilberto Correia Carvalho Silva, Maritza Rosabal Peña, Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente, Arlindo Nascimento do Rosário e Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes

Promulgado em 2 de maio de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

ANEXO (A que se refere o artigo 2º)

REPÚBLICA

Decreto-lei nº 44/2020 de 17 de abril

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma regulamenta a aplicação do estado de emergência, nos termos em que foi prorrogado pelo Decreto Presidencial N.º 08/2020, de 2 de maio.

Artigo 2.º Aplicação territorial

O presente diploma é aplicável às ilhas da Boavista e de Santiago.

Artigo 3.º Interdições de voos e ligações marítimas

1. São interditas as ligações aéreas de Cabo Verde com países assinalados com a epidemia da COVID 19.
2. É proibida a atracação ou acostagem de navios de cruzeiro, recreio e veleiros, com proveniência do estrangeiro, salvo situações excepcionais, devidamente fundamentadas, supervisionadas pelas autoridades de saúde e autoridades marítimas, garantindo-se que, em qualquer caso não haverá vindas a terra de passageiros ou tripulantes, com exceção dos nacionais, nem subidas a bordo.
3. É proibido o desembarque ou embarque, vindas a terra ou subidas a bordo, de passageiros ou tripulantes de navios internacionais de comércio e de pesca.
4. Excetuam-se dos números anteriores:

- a) Os voos cargueiros;
 - b) A acostagem de navios de comércio e de pesca nos portos de Cabo Verde; e
 - c) As operações de voo no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, enquanto aeroporto certificado no âmbito das operações de aeronaves bimotores com operação prolongada (ETOPS) e alternante em rota para aviões em situação de emergência técnica e/ou sanitária.
5. São interditados os voos e ligações marítimas interilhas, com exceção de:
- a) Voos e ligações marítimas para o transporte de carga;
 - b) Voos e ligações marítimas para fins sanitários e da proteção civil;
 - c) Evacuações de doentes;
 - d) Situações de emergência; e
 - e) De pessoal técnico destacado para serviços e setores considerados essenciais.
6. Os serviços de proteção civil e as forças de segurança procedem, respetivamente, à autorização e controlo de todos os que puderem viajar nestes termos.
7. Em situações excecionais e sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, as autoridades marítimas e sanitárias, conjuntamente, poderão autorizar a subida a bordo de funcionários portuários, auxiliares de operações de descarga.

Artigo 4º Vigilância sanitária

1. Os passageiros que, excecionalmente, desembarcarem em Cabo Verde, durante o período de estado de emergência, provenientes de países com casos confirmados de COVID - 19, estão especialmente obrigados a cumprir as ordens e instruções das autoridades nacionais de saúde e da proteção civil, nomeadamente, obedecendo às orientações que lhes forem transmitidas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6º do presente diploma.
2. O cumprimento das orientações emanadas pelos serviços sanitários e de proteção civil é acompanhado permanentemente.

Artigo 5º Evacuações e abastecimentos

1. As evacuações médicas urgentes e abastecimentos de medicamentos, materiais e consumíveis hospitalares em regime de urgência serão acauteladas e asseguradas em regime de voos sanitários.
2. O abastecimento de mercadorias e produtos às ilhas continua a ser feito normalmente, ficando, no entanto, proibido o desembarque de passageiros e de tripulantes, com as exceções previstas nas alíneas c), d) e e) do nº 5 do artigo 3º do presente diploma.

Artigo 6º Confinamento obrigatório

1. Ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, no respetivo domicílio ou em outro local designado pelas autoridades sanitárias e de proteção civil:

a) Os doentes com COVID -19 e os infetados com SARS – Cov2; e

b) Os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde e de proteção civil tenham determinado a vigilância ativa.

2. A violação da obrigação de confinamento, nos casos previstos no número anterior, constitui crime de desobediência qualificada, nos termos do nº 3 do artigo 356º do Código Penal, conjugado com o nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/VIII/2012, de 7 de março, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

Artigo 7.º Dever especial de proteção

1. Ficam sujeitos a um dever especial de proteção:

a) Os maiores de 65 anos;

b) Os imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos.

2. Os cidadãos abrangidos pelo número anterior só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde;

c) Deslocação a postos de correio, previdência social, agências bancárias e seguradoras;

d) Deslocações de curta duração e de até 200 metros de distância da residência, para efeitos de passeio dos animais de companhia;

e) Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente autorizadas.

3. As deslocações para fora do concelho de residência apenas podem ocorrer para os propósitos previstos nas alíneas b), c) e e) do nº anterior e estão dependentes de autorização do Serviço Nacional da Proteção Civil e Bombeiros e sujeitas ao controlo e fiscalização das forças de segurança.

Artigo 8.º Dever geral de recolhimento domiciliário

1. Os cidadãos não abrangidos pelo disposto nos artigos anteriores só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) Deslocação para efeitos de desempenho de atividades profissionais ou equiparadas quando devidamente autorizadas ou expressamente excecionadas no âmbito do presente diploma;

c) Deslocações por motivos de saúde, designadamente, para efeitos de obtenção de cuidados de saúde e transporte de pessoas a quem devam ser administrados tais cuidados ou dádiva de sangue;

d) Deslocações para acolhimento de emergência de vítimas de violência baseada no género, bem como de crianças e jovens em risco, por aplicação de medida decretada por autoridade judicial;

e) Deslocações para assistência de pessoas vulneráveis ou incapacitadas, pessoas com deficiência, menores, progenitores, idosos ou dependentes;

f) Participação em atos processuais urgentes junto das entidades judiciais e dos cartórios notariais e do registo civil;

g) Deslocação a postos de correio, previdência social, agências bancárias e seguradoras;

h) Deslocações de curta duração e de até 200 metros de distância do local de residência, para efeitos de passeio dos animais de companhia e para alimentação de animais;

i) Deslocações necessárias ao exercício da liberdade de imprensa;

j) Outras atividades de natureza análoga ou necessidade impreterível, desde que devidamente autorizadas.

2. As deslocações para fora do concelho de residência apenas podem ocorrer para os propósitos previstos nas alíneas a), b), c), e), f) e i) do nº anterior e estão dependentes de autorização do Serviço Nacional da Proteção Civil e Bombeiros e sujeitas ao controlo e fiscalização das forças de segurança.

3. A circulação de veículos na via pública apenas é permitida para realizar as atividades mencionadas no nº 1 ou para o reabastecimento de combustível, ou ainda quando devidamente autorizada pelo serviço nacional da proteção civil, sob pena de apreensão do veículo e aplicação de coima.

4. Não é exigível a autorização a que se refere o número anterior para as viaturas afetas aos profissionais da saúde e da comunicação social, para as viaturas das forças e serviços de segurança, da proteção civil e bombeiros e dos serviços de fiscalização, cujos condutores deverão fazer-se identificar através de documento identificativo da classe ou instituição, bem

como para as viaturas de saneamento urbano, de abastecimento de água e dos serviços essenciais e impreteríveis dos órgãos de soberania e da Provedoria da Justiça.

5. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, em todas as deslocações efetuadas devem ser respeitadas as recomendações e ordens determinadas pelas autoridades de saúde e pelas forças e serviços de segurança, designadamente as respeitantes às distâncias a observar entre as pessoas, à higienização permanente, ficando igualmente interditas quaisquer deslocações em grupos superiores a duas pessoas, com exceção das crianças sob os seus cuidados.

6. A violação da obrigação de recolhimento domiciliário, nos casos previstos no número anterior, constitui crime de desobediência qualificada, nos termos do nº 3 do artigo 356º do Código Penal, conjugado com o nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/VIII/2012, de 7 de março, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

Artigo 9.º Encerramento de instalações e estabelecimentos

São encerradas as instalações e proibidas as atividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e diversão, nomeadamente:

- a) Discotecas, bares e salões de dança ou de festa;
- b) Parques de diversões e parques recreativos para crianças;
- c) Parques aquáticos;
- d) Quaisquer locais destinados a práticas desportivas, de lazer, culturais e artísticas;
- e) Outros locais ou instalações similares ou equiparados aos anteriores.
- f) Auditórios, cinemas, salas de concerto, teatros, museus, monumentos, sítios arqueológicos ou similares, públicos ou privados, sem prejuízo do acesso para efeitos de conservação e segurança;
- g) Bibliotecas e arquivos;
- h) Praças;
- i) Polivalentes, salas de conferências e pavilhões multiusos;
- j) Campos, pavilhões ou quaisquer estruturas equiparadas para a prática de atividades desportivas;
- k) Ginásios, academias, escolas de artes marciais, de ginástica e similares.

Artigo 10.º Encerramento de serviços

1. São encerradas as empresas públicas, serviços públicos da administração central e local, bem com as empresas privadas e demais atividades do comércio, da indústria e serviços, com exceção de:

- a) Farmácias, serviços de saúde, incluindo de veterinária, e serviços funerários;
- b) Forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, incluindo inspeções sanitárias e de pescas, de proteção civil, bombeiros e serviços de guarda;
- c) Serviços prioritários e urgentes dos portos, alfândega e despachantes oficiais, destinados a operações de carga, descarga, armazenagem e desembarço, exclusivamente de cargas completas, de géneros alimentícios, de pescado e de produtos de primeira necessidade, inspeções sanitárias e de pescas;
- d) Serviços prioritários e urgentes dos aeroportos, designadamente, de meteorologia e geofísica, de controlo de espaço aéreo, de aeronáutica civil e de handling;
- e) Atividades e serviços de produção, processamento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais;
- f) Atividades de abastecimento de mercados;
- g) Atividades e serviços de preparação da campanha agrícola, quais sejam de poda e limpeza de terrenos, bem como de venda de fatores de produção de agricultura, nomeadamente, sementes, fertilizantes, pesticidas e acessórios;
- h) Atividades de florestação, nomeadamente de produção de plantas em viveiros, conservação de solos, criação de acessos florestais e limpeza de florestas;
- i) Fornecimento de combustíveis e gás;
- j) Serviços de limpeza e saneamento;
- k) Serviços de produção, abastecimento, fornecimento e venda de água e eletricidade;
- l) Órgãos de comunicação social;
- m) Serviços de cuidados a vulneráveis e de emergência infantil;
- n) Serviços de assistência a filhos menores dos profissionais de saúde, das forças de segurança e de proteção civil;
- o) Serviços prioritários e urgentes do Banco Central;
- p) Serviços essenciais dos bancos comerciais, sistemas de pagamentos e seguradoras;
- q) Serviços prioritários e urgentes das entidades reguladoras independentes;
- r) Serviços técnicos, prioritários e urgentes, essenciais à manutenção de telecomunicações e de comunicações eletrónicas;
- s) Serviços prioritários e urgentes dos registos, cartórios e identificação civil;

t) Serviços urgentes dos Tribunais e serviços do Ministério Público, nos termos da lei e do Decreto Presidencial N.º 8/2020, de 2 de maio;

u) Serviços urgentes da Imprensa Nacional;

v) Serviços prioritários de previdência social e correios;

w) Serviços essenciais de receita fiscal;

x) Serviços essenciais dos órgãos de soberania;

y) Serviços essenciais da Provedoria da Justiça;

z) Serviços essenciais das Embaixadas;

aa) Serviços prioritários e urgentes da Direção Geral do Trabalho e suas Delegações;

bb) Serviços prioritários e urgentes da Inspeção Geral do Trabalho; e

cc) Outros, sujeitos a autorização prévia pelo responsável do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.

2. Para efeitos de emissão de livre trânsito, as empresas, estabelecimentos, serviços e instituições, previstos no número 1 do presente artigo, devem remeter ao SNPCB, exclusivamente através da plataforma online disponível, – snpcb-mai.gov.cv, a lista dos funcionários destinados à realização dos serviços prioritários e urgentes ou essenciais, conforme o caso, bem como os dias, turnos, horários e local de trabalho.

3. O estabelecido no número anterior não se aplica aos serviços profissionais da saúde, da comunicação social, das forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, de proteção civil e bombeiros, de saneamento urbano, de abastecimento de água, e serviços essenciais e impreteríveis dos órgãos de soberania e da Provedoria da Justiça, que deverão fazer-se identificar através de documento identificativo da classe ou instituição.

4. As empresas públicas e privadas, os serviços públicos da administração central e local encerrados nos termos do presente diploma devem promover mecanismos alternativos de teletrabalho ou similares, independentemente do vínculo laboral e sempre que as funções o permitam.

5. Os serviços de restauração devidamente licenciados podem manter a respetiva atividade, exclusivamente para efeitos de entrega ao domicílio, sem necessidade de autorização quando em viaturas devidamente caracterizadas, entre as 10h e as 21h00, estando absolutamente vedado o acesso ao interior do estabelecimento pelo público.

6. Os serviços de comércio eletrónico e de entrega ao domicílio podem manter a respetiva atividade, entre as 08h e as 21h30.

7. Para efeitos de atendimento ao público para a prestação de serviços essenciais ou prioritários os bancos comerciais e similares, seguradoras, previdência social e correios, deverão garantir o atendimento até às 15 horas, de forma ininterrupta.

8. Os serviços de fornecimento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais, podem manter a respetiva atividade até às 18 h, devendo encerrar durante todo o dia de domingo.

9. As padarias podem manter a respetiva atividade até às 20 horas.

Artigo 11.º Serviços dos Registos, Notariado e Identificação Civil

1. Os serviços prioritários e urgentes dos Registos, Notariado e Identificação Civil serão prestados, sempre que possível mediante marcação prévia, respeitando sempre as normas de distanciamento social, nos seguintes termos:

a) A prestação de serviço nas Conservatórias e nos Cartórios será assegurada no período das 09h até às 15 h;

b) O serviço de registo à nascença prestado no Posto Hospitalar, fica suspenso, passando a ser prestado nas Conservatórias do Registo Civil a nível nacional;

c) A Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, será responsável pela criação de uma equipa composta por Conservadores, Notários e Oficiais Ajudantes, que prestarão apoio aos utentes, por via telefónica e via email.

2. Os serviços de atendimento presencial devem ser organizados por forma a que não haja acumulação de pessoas dentro ou fora dos serviços.

Artigo 12.º Regras de segurança e higiene

1. Os estabelecimentos e serviços que mantenham atividade à luz do artigo 10º, devem observar as seguintes regras de segurança e higiene:

a) Nos estabelecimentos devem ser adotadas medidas que assegurem o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre pessoas, uma permanência pelo tempo estritamente necessário, a redução da lotação máxima em 50% e a proibição do consumo de produtos no seu interior;

b) A prestação do serviço e o transporte de produtos devem ser efetuados em obediência às necessárias regras de higiene e sanitárias definidas pela Direção Nacional da Saúde.

2. Os serviços de atendimento ao público, nomeadamente, do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, dos correios, dos bancos comerciais e similares, das seguradoras, dos hospitais, delegacias de saúde, clínicas, farmácias e demais estabelecimentos comerciais que efetuam o atendimento ao público, estão obrigados a garantir que as medidas de segurança sanitária e de higiene previstas no número anterior são observadas e respeitadas tanto no interior, como no acesso às suas instalações, devendo para o efeito introduzir procedimentos de organização e

gestão de filas, com imposição de distância mínima de segurança nos acessos às suas instalações.

Artigo 13.º Atendimento prioritário

1. Os estabelecimentos de comércio ou de prestação de serviços que mantenham a respetiva atividade nos termos dos artigos anteriores devem atender com prioridade as pessoas sujeitas a um dever especial de proteção, nos termos previstos no artigo 7.º, bem como, profissionais de saúde, elementos das forças e serviços de segurança, de proteção civil e socorro, pessoal das forças armadas e de prestação de serviços de apoio social.

2. Os responsáveis pelos estabelecimentos devem informar, de forma clara e visível, o direito de atendimento prioritário previsto no número anterior e adotar as medidas necessárias a que o mesmo seja efetuado de forma organizada e com respeito pelas regras de higiene e segurança.

Artigo 14.º Eventos de cariz religioso e culto

1. Fica proibida a realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas.

2. A realização de funerais está condicionada à adoção de medidas organizacionais que garantam a inexistência de aglomerados de pessoas e o controlo das distâncias de segurança, fixando-se o limite máximo de presenças a 20 pessoas.

Artigo 15.º Setor público

1. Compete ao membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, quando se entenda necessária à sua regulamentação:

a) A definição de orientações sobre teletrabalho, designadamente sobre as situações que impõem a presença dos trabalhadores da Administração Pública nos seus locais de trabalho, bem como sobre a compatibilidade das funções com o teletrabalho;

b) A definição de orientações relativas à constituição e manutenção de situações de mobilidade;

c) A definição de orientações sobre os casos em que aos trabalhadores da Administração Pública pode ser imposto o exercício de funções em local diferente do habitual, em entidade diversa ou em condições e horários de trabalho diferentes;

d) A articulação com as autarquias no que se refere aos serviços públicos locais, em especial o balcão único e ao regime de prestação de trabalho na administração local;

e) A centralização e coordenação da informação quanto ao funcionamento e comunicação dos serviços públicos de atendimento;

f) A difusão de informação, instrumentos de apoio e práticas inovadoras de gestão e organização do trabalho, para proporcionar suporte a atividade dos serviços e dos trabalhadores em novos ambientes do trabalho.

2. O membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros adapta o disposto no presente artigo aos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 16º Requisição de bens e serviços

1. Reconhece-se como necessária a requisição temporária de bens e serviços, fundando-se na urgência e interesse público, relativamente a:

a) Infraestruturas públicas e privadas que tenham condições para serem convertidas em espaços de quarentena e isolamento;

b) Infraestruturas e serviços hoteleiros e afins, para a mesma finalidade;

c) Transportes coletivos de passageiros, terrestres, marítimos e aéreos, de instituições públicas e empresas privadas, nas diferentes ilhas;

d) Laboratórios de análises clínicas, e clínicas privadas de saúde que tenham capacidade de internamento ou isolamento de casos suspeitos.

2. Os transportes aéreos e marítimos deverão garantir o nível de prontidão das tripulações para missões de apoio no transporte de urgência, nomeadamente de agentes de saúde, proteção civil e segurança, ou de equipamentos e materiais necessários na presente conjuntura.

3. A requisição de bens ou serviços é determinada por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área da Administração Interna e das Finanças, que fixa o seu objeto, o início e o termo previsível do uso, a entidade operacional beneficiária e a entidade responsável pelo pagamento de indemnização pelos eventuais prejuízos resultantes da requisição.

Artigo 17º Requisição de meios humanos

1. O Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros identifica os agentes de proteção civil em cada ilha, independentemente do seu quadro de origem, procedendo-se à sua dispensa mediante requisição feita pelo SNPCB ao serviço de origem, com conhecimento dos membros do Governo responsáveis pela administração interna e das finanças.

2. Os trabalhadores do setor privado são mobilizados mediante requisição feita por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e finanças à entidade patronal em apreço, definindo-se o regime de prestação de trabalho e retribuições.

Artigo 18º Regime especial de contratação

A contratação de empreitada de obras públicas, o fornecimento de bens e a aquisição de serviços, que tenham em vista prevenir ou acorrer, com caráter de urgência, a situações causadas pela COVID 19, pode ser efetuada por ajuste direto, mediante despacho conjunto dos

membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e finanças, sem sujeição do visto prévio do Tribunal de Contas.

Artigo 19.º Garantia de saúde pública

O membro do Governo responsável pela área da saúde, determina a emissão de ordens e instruções necessárias para garantir o fornecimento de bens e o funcionamento de serviços nos centros de produção afetados pela escassez de produtos necessários à proteção da saúde pública.

Artigo 20.º Proteção Civil

O membro do Governo responsável pela área da proteção civil, com faculdade de delegação:

- a) Determina o encerramento da circulação rodoviária por razões de segurança ou fluidez do tráfego, ou de restrição à circulação de pessoas e veículos por motivos saúde pública, mediante solicitação das autoridades sanitárias;
- b) Coordena uma estrutura de monitorização do estado de emergência, composta por representantes das áreas governativas definidos por despacho do Primeiro-Ministro e de representantes das forças e serviços de segurança, proteção civil e da saúde, para efeitos de acompanhamento regular;
- c) Assegura a articulação com as restantes áreas governativas para garantir, quando necessário, o empenhamento de pessoas, meios, bens e serviços, nomeadamente das forças e serviços de segurança que não estejam sob sua tutela, necessários ao cumprimento do disposto no presente diploma.

Artigo 21.º Acesso ao direito e aos tribunais

O membro do Governo responsável pela área da justiça articula com os Conselhos Superiores e com a Procuradoria-Geral da República a adoção das providências adequadas à efetivação do acesso ao direito e aos tribunais, para salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão.

Artigo 22.º Agricultura

O membro do Governo responsável pela área da agricultura, com faculdade de delegação, determina, nos termos legais, as medidas necessárias e a prática dos atos que, no âmbito específico da sua ação, sejam adequados e indispensáveis para garantir as condições de normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços agrícolas e pecuários, e os essenciais à cadeia agroalimentar, incluindo a atividade operacional dos aproveitamentos hidroagrícolas, a atividade dos laboratórios nacionais de referência, a recolha de cadáveres nas explorações pecuárias, as certificações e os controlos sanitários e fitossanitários, bem como a importação de matérias-primas de bens alimentares.

Artigo 23.º Mar

O membro do Governo responsável pela área da economia marítima determina, com faculdade de delegação, nos termos legais, as medidas necessárias e a prática dos atos que, no âmbito específico da sua ação, sejam adequados e indispensáveis para garantir as condições de normalidade no transporte de marítimo de cargas, na produção, transporte, distribuição e abastecimento no âmbito das pescas, aquacultura e transformação.

Artigo 24.º Energia e Ambiente

Os membros do Governo responsável pelas áreas do ambiente e da energia, com faculdade de delegação, determinam, nos termos legais, as medidas necessárias para garantir o ciclo urbano da água, eletricidade e gás, bem como dos derivados de petróleo e gás natural, a recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Artigo 25.º Licenças, autorizações e documentos oficiais

No decurso da vigência do presente diploma, as licenças, autorizações ou outro tipo de atos administrativos, bem como documentos oficiais mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo.

Artigo 26.º Regulamentos e atos de execução

1. Os regulamentos e atos administrativos de execução do presente diploma são eficazes através de mera notificação ao destinatário, por via eletrónica ou outra, sendo dispensadas as demais formalidades aplicáveis.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, entende -se por realizada a notificação aos destinatários através da publicação dos regulamentos ou atos no site das entidades competentes para a aprovação dos regulamentos ou a prática dos atos.

Artigo 27.º Fiscalização e sanções

1. Todas as operações, atividades e medidas relacionadas com a presente estado de emergência ficam sob o comando do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.
2. Compete, particularmente, às forças e serviços de segurança fiscalizar o cumprimento do disposto no presente diploma, relativamente:
 - a) Ao encerramento dos estabelecimentos e fazer cessar as atividades e eventos previstos nos artigos 10º e 14º do presente diploma;
 - b) À emissão das ordens legítimas, nos termos do presente diploma, a cominação e a participação por crime de desobediência, nos termos e para os efeitos do nº 3 artigo 356.º do Código Penal, por violação do disposto nos artigos 10.º, 12º e 14.º do presente diploma e do confinamento obrigatório ou recolhimento domiciliário, de quem a ele esteja sujeito nos termos dos artigos 6.º e 8º, bem como à condução ao respetivo domicílio ou a outro local designado pelas autoridades sanitárias e de proteção civil;

- c) Ao aconselhamento da não concentração de pessoas na via pública;
- d) À recomendação a todos os cidadãos do cumprimento do dever geral do recolhimento domiciliário, nos termos e com as exceções previstas no artigo 8.º do presente diploma.
3. Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior as autoridades de saúde comunicam às forças e serviços de segurança a aplicação das medidas de confinamento obrigatório.
4. As forças e serviços de segurança reportam permanentemente ao membro do Governo responsável pela área da administração interna o grau de acatamento pela população do disposto no presente diploma, com vista a que o Governo possa avaliar a todo o tempo a situação.
5. A violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário previstos nos artigos 6º e 8º, bem como a violação no disposto nos artigos 9º, 10º, 12º e 14º, sem prejuízo da responsabilidade criminal que originam, constitui contraordenação, sendo aplicáveis as seguintes coimas:
- a) 5.000\$00 (cinco mil escudos) a 15.000\$00 (quinze mil escudos), quando se trate de pessoas singulares;
- b) 15.000\$00 (quinze mil escudos) a 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), quando se trate de pessoas coletivas.
6. Quando sejam apreendidas viaturas por violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário previstos nos artigos 6º e 8º, o levantamento da viatura fica condicionada à apresentação de comprovativo de pagamento da coima aplicada, findo o estado de emergência.

Artigo 28.º Dever geral de cooperação

Durante o período de vigência do estado de emergência os cidadãos e demais entidades têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas do presente diploma.

Artigo 29.º Reunião e manifestação

Podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na orientação da Direção Nacional da Saúde, restrições ao direito de manifestação e de reunião, necessários para reduzir

o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate a epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões ou manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do vírus.

Artigo 30.º Manutenção de medidas

1. Findo o período de vigência do estado de emergência, são especificamente mantidas medidas de restrição de circulação interilhas e de distanciamento social, quais sejam:

a) Interdição das ligações aéreas e marítimas internacionais e interilhas, com as exceções previstas no artigo 3º do presente diploma;

b) Interdição de realização de eventos públicos, em espaços abertos ou fechados, independentemente da sua natureza;

c) Interdição ao funcionamento de estabelecimentos de restauração após as 21 horas, nomeadamente bares, restaurantes e esplanadas, com proibição total do consumo em espaços abertos, devendo a lotação dos mesmos ser reduzida em 1/3 da sua capacidade;

d) Interdição de funcionamento de todos os estabelecimentos de diversão noturna, nomeadamente discotecas e equiparados;

e) Interdição de funcionamento de ginásios, academias, escolas de artes marciais, de ginástica e similares;

f) Restrição às visitas a lares e aos centros onde estejam pessoas de terceira idade, a hospitais e outros estabelecimentos de saúde e a estabelecimentos prisionais;

g) Manutenção das regras de organização dos serviços públicos, no que tange à organização de filas e imposição de distância mínima de segurança.

2. As medidas de restrição previstas no número anterior mantêm-se em vigor em todo o território nacional, sendo levantadas progressivamente, de acordo com a evolução da situação epidemiológica em cada ilha.

Artigo 31º Funcionamento das escolas do pré-escolar, básico e secundário

1. O funcionamento das escolas do pré-escolar, básico e secundário com aulas presenciais será efetuado nas ilhas com baixos riscos epidemiológicos de propagação da Covid-19, mediante parecer da Comissão Técnica do Ministério da Saúde e sujeito ao cumprimento das normas de distanciamento social e de higienização, asseguradas pela gestão das escolas.

2. Nos casos em que estas condições não estejam asseguradas, aplicam-se as normas administrativas previstas na lei, para garantir que todos os estudantes tenham avaliação do terceiro trimestre.

3. A telescola e a áudio escola, enquanto instrumentos de apoio ao ensino, têm início a 20 de abril em todo o território nacional.

4. Para avaliação do 12º ano serão realizadas provas de avaliação nacional, mediante aplicação rigorosa das normas de distanciamento social e proteção individual, apoiadas pelo serviço nacional da proteção civil e bombeiros.

Artigo 32.º Revogação de autorizações de circulação

As credenciais emitidas para a circulação de pessoas e viaturas ficam revogadas, devendo os pedidos ser solicitados junto ao Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, exclusivamente através da plataforma disponível para o efeito.

Artigo 33.º Revogação

É revogado o Decreto Lei nº 36/2020, de 28 de março.

Artigo 34.º Vigência

O presente diploma entra em vigor às 00:01 do dia 18 de abril de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 17 de abril de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, Luís Filipe Lopes Tavares, Janine Tatiana Santos Lélis, Paulo Augusto Costa Rocha, Carlos Jorge Duarte Santos, Rui Alberto de Figueiredo Soares, Paulo Jorge Lima Veiga, Alexandre Dias Monteiro, Gilberto Correia Carvalho Silva, Maritza Rosabal Peña, Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente, Arlindo Nascimento do Rosário e Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes.

Promulgado em 17 de abril de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto Presidencial 8/2020, de 2 de Maio

Prorrogação da declaração de estado de emergência para as Ilhas da Boa Vista e de Santiago justificada por calamidade pública

Cabo Verde está a viver uma crise profunda que foi causada pelo novo Coronavírus, gerador da doença COVID-19, que atinge quase todos os Países do Mundo, numa pandemia à escala mundial com múltiplas consequências ao nível da saúde pública, das relações sociais, do equilíbrio emocional das pessoas, das

economias, das relações laborais, entre outras dimensões da nossa vida comunitária.

O potencial de contágio desse vírus, a uma velocidade vertiginosa, associado à fluidez das comunicações num mundo globalizado, veio demonstrar a interdependência dos países no mundo atual, bem como a impreparação dos sistemas de saúde para fazer face a uma pandemia desta natureza, mesmo nas nações mais desenvolvidas e com maiores recursos económicos.

O facto de a pandemia estar numa fase mais adiantada em vários Países permite-nos ter disponíveis elementos e possíveis cenários, apurados e verificados em outras paragens, que devem ser tidos em devida conta em Cabo Verde, sem prejuízo da necessária ponderação das nossas características e especificidades.

Relativamente às Ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, Maio, Fogo e Brava, em que se não verificaram casos confirmados de COVID-19, o estado de emergência terminou às 24hoo do dia 26 de Abril de 2020, conforme estabelecido no Decreto Presidencial n.º 7/2020, continuando a não se registar, nesta data, nenhum caso da doença nessas ilhas.

A situação de São Vicente, em que se registou um caso confirmado de COVID-19 há quase um mês, tendo, posteriormente sido contabilizados mais dois casos de COVID-19 relacionados com o primeiro, casos esses registados como recuperados, não justifica, pois, a extensão de vigência do estado de emergência nessa Ilha, pelo que a mesma caduca às 24hoo do dia 2 de Maio 2020, nos termos do Decreto Presidencial n.º 7/2020.

O termo do estado de emergência nessas Ilhas não significa que as mesmas sejam, nesta altura, completamente imunes às ameaças do novo Coronavírus;

pelo contrário, o risco continua presente, pelo que se justificam todos os esforços para evitar a entrada do vírus nessas Ilhas, devendo as autoridades competentes diligenciar no sentido de assegurar o integral cumprimento das medidas, restrições e controlos preconizados e necessários para o efeito. Paralelamente, mantêm-se válidas todas as recomendações emitidas pelas autoridades sanitárias, e vertidas em legislação entretanto produzida, com a finalidade de minimizar a disseminação para a hipótese de ocorrer contaminação (em especial, ao nível do distanciamento social e da higienização), sendo de reforçar as iniciativas destinadas a maximizar a divulgação dessas mensagens, de modo

a que as mesmas se traduzam em práticas generalizadas assumidas pelos cidadãos, de todas as condições sociais.

A situação nas Ilhas de Boa Vista e Santiago é diferente, e motiva uma decisão distinta, face aos elementos disponíveis e a possíveis cenários, desenhados para a hipótese de não prorrogação do estado de emergência.

Apesar de a tendência dos contágios recentes apontar para uma situação nesta altura mais preocupante em Santiago do que na Boa Vista, o certo é que em ambas estão em evolução vários casos confirmados, e em permanente investigação as redes de contactos identificadas, não sendo ainda completamente nítidos e estáveis, nessas Ilhas, os contornos e as curvas evolutivas da pandemia.

Por estas razões, assentes em informações e elementos recolhidos junto das autoridades sanitárias, o Presidente da República entende que a cessação do estado de emergência nas Ilhas da Boa Vista e de Santiago nas datas previstas na primeira prorrogação representaria um risco relevante de aceleração do ritmo de contágio, e de possível descontrolo da pandemia, com efeitos negativos ao nível da saúde pública e de pressão sobre as estruturas de saúde, numa altura em que o País não está preparado suficientemente para “conviver com o vírus”, apesar dos passos já dados nesse sentido.

A experiência de outras paragens que podemos acompanhar permite-nos concluir que o regresso precoce à normalidade, e a inerente multiplicação das vias de propagação do novo Coronavírus, pode gerar consequências bastante nefastas, muito superiores, no médio prazo, às associadas ao prolongamento do estado de emergência.

Nesta conformidade, o Presidente da República considera prudente prolongar, por mais um período, o estado de emergência nas Ilhas de Boa Vista e de Santiago.

Na linha dos precedentes Decretos Presidenciais, a manutenção do estado de emergência nas Ilhas da Boa Vista e de Santiago deverá continuar a representar a limitação, nesse âmbito, de um acervo de direitos, liberdades e garantias devidamente identificado, por período limitado e de modo proporcional, e sempre em conformidade com os parâmetros previstos na Constituição, tendo em vista, no essencial, reduzir a mobilidade das pessoas ao mínimo indispensável de modo a limitar a disseminação do vírus, e assegurar a

prossecução da vida comunitária com as necessárias adaptações a este contexto anormal e transitório.

Assim, usando da competência conferida pela alínea h) do número 2 do artigo 135.º e pelo número 1 do artigo 272º, ambos da Constituição, e pelo número 1 dos artigos 9.º e 15º, ambos da Lei nº 94/III/90, de 27 de Outubro, ouvido o Governo e obtida autorização da Assembleia Nacional constante da Resolução nº163/IX/2020, o Presidente da República decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Atendendo a que se mantém a situação de calamidade pública resultante da doença COVID-19 nas Ilhas de Boa Vista e de Santiago, é prorrogada, para essas Ilhas, a declaração do estado de emergência tendo em vista a manutenção das medidas já em vigor, e a eventual a adopção de outras que se mostrem necessárias, com observância do quadro constitucional, para evitar propagação dessa doença nos respectivos territórios.

Artigo 2.º

A prorrogação do estado de emergência decretada no presente Decreto Presidencial abrange as Ilhas de Boa Vista e de Santiago, e tem a duração de 12 (doze) dias, com início às 00h00 (zero horas) do dia 3 (três) de Maio de 2020 e término às 24h00 (vinte e quatro horas) do dia 14 (catorze) de Maio 2020.

Artigo 3.º

1. Enquanto vigorar o estado de emergência ora prorrogado, o exercício dos direitos, liberdades e garantias a seguir enunciados fica suspenso ou limitado nos termos indicados:

a. Relativamente ao direito à liberdade, incluindo o direito à deslocação e à emigração, e a circulação nas ilhas e internacional de pessoas –podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as restrições seguintes:

i. proibição de viagens nacionais e internacionais, por qualquer meio,

ii. terrestre, aéreo ou marítimo;

iii. confinamento compulsivo no domicílio, em estabelecimento de saúde ou em lugar previamente definido pelas autoridades de saúde para o efeito;

- iv. estabelecimento de cercas sanitárias em determinados locais ou Ilhas;
 - v. interdição de circulação e da permanência na via pública que não sejam justificadas, na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, ficando desde já ressalvadas as seguintes situações: desempenho de funções profissionais que se justifiquem neste contexto;
obtenção de cuidados de saúde;
assistência a terceiros;
abastecimento de bens e serviços;
passeio de animais domésticos;
outras razões ponderosas que venham a ser invocadas pelo Governo. As exceções a esta interdição devem corresponder a circulação individual, ou de um número mínimo de pessoas;
 - vi. podem ser impostos pelas autoridades públicas competentes controlos fronteiriços de pessoas e bens, incluindo controlos sanitários em portos e aeroportos, com a finalidade de impedir a entrada no território das Ilhas ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar o risco de propagação da Pandemia ou de sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate, designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas;
 - vii. podem ser impostas medidas de apreensão temporária de qualquer tipo de veículo, motorizado ou não, utilizado em violação das medidas de confinamento impostas, sem prejuízo de aplicação de outras sanções.
- b. Relativamente à circulação de bens e serviços - podem ser tomadas medidas necessárias a assegurar a circulação, internacional e nas Ilhas, de bens e serviços essenciais.
 - c. Relativamente ao direito ao trabalho e aos direitos dos trabalhadores - podem ser impostas restrições, pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as seguintes:
 - i. proibição ou limitação da prestação de trabalho a entidades públicas ou privadas, com prejuízo para o direito ao trabalho efetivo;

ii. determinação que quaisquer trabalhadores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar funções em local diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalhos diversos dos que correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso de trabalho nos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da Pandemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de sectores vitais da economia, à operacionalidade de redes e infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito Democrático.

d. Relativamente à propriedade e à iniciativa económica privada-

i. as autoridades públicas competentes podem proibir a atividade de empresas privadas, em geral ou que integrem determinados setores, em todo o território abrangido pelo estado de emergência ou em parte dele, e impor outras limitações ou modificações à respetiva atividade, incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respectivo regime de funcionamento;

ii. pode ser determinada a obrigatoriedade de abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção;

iii. pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis e imóveis, de unidades de prestação e cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais e industriais, de empresas e outras unidades produtivas.

e. Relativamente ao direito de reunião e de manifestação - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na orientação da Direção Nacional da Saúde, as restrições a estes direitos necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à Pandemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões ou manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do novo Coronavírus.

f. Relativamente à liberdade de culto - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio

e executar as medidas de prevenção e combate a Pandemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas susceptível de potenciar a transmissão do novo Coronavírus.

g. Relativamente à liberdade de aprender e ensinar - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à pandemia, incluindo a proibição ou limitação de aulas presenciais, a imposição do ensino à distância por meios telemáticos (com recurso à internet ou à televisão), ou pela rádio, adiamento ou prolongamento de períodos lectivos, o ajustamento de métodos de avaliação e a suspensão ou recalendarização de provas de exame ou da abertura do ano lectivo, bem como eventuais ajustamentos ao modelo de acesso ao ensino superior.

h. Relativamente à protecção de dados pessoais - as autoridades públicas competentes podem determinar que os operadores de telecomunicações enviem aos respetivos clientes mensagens escritas (SMS) com alertas das Autoridades de Saúde ou outras relacionadas com o combate à pandemia.

2. O Governo fica autorizado a estabelecer, em conformidade com as suas competências constitucionais, sanções para a inobservância das medidas tomadas ao abrigo do disposto no número anterior.

Artigo 4.º

1. Com exceção do previsto no artigo 3º, fica proibida qualquer outra limitação ou restrição aos direitos, liberdades e garantias, que continuam a vigorar nos exactos termos consagrados na Constituição, designadamente as liberdades de expressão e de informação e a liberdade de imprensa.

2. Os efeitos da declaração do estado de emergência não afectam, igualmente, as regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania, nem os direitos e imunidades dos respectivos titulares, nem alteram os princípios da responsabilidade do Estado e dos seus agentes reconhecidos na Constituição.

3. Igualmente não são afectados pela presente declaração de estado de emergência os direitos de participação política, designadamente o da oposição democrática.

Artigo 5.º

Para assegurar a eficácia das medidas de prevenção e combate à propagação da doença COVID-19, o Governo pode adoptar medidas que reforcem o exercício coercivo de condução por parte das autoridades administrativas civis e o apoio directo às mesmas pelas Forças Armadas, nos termos previstos nas alíneas a) e d) do número dois do artigo 248º da Constituição.

Artigo 6.º

Podem ser adoptadas, no limite das regras de competências definidas pela Constituição, medidas legislativas que sancionem comportamentos de instigação à desobediência colectiva ou à resistência contra a autoridade, sem prejuízo do que estiver já previsto na legislação penal em vigor.

Artigo 7º

O Governo, enquanto órgão responsável pela execução da declaração do estado de emergência, deve manter permanentemente informados o Presidente da República e a Assembleia Nacional dos actos em que consista essa execução.

Artigo 8.º

Na execução da declaração de estado de emergência devem ser sempre observados critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

Artigo 9.º

Com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, a Procuradoria-Geral da República mantém-se em pleno funcionamento, bem como as Procuradorias junto dos Tribunais de Comarca.

Artigo 10º

São ratificadas todas as medidas legislativas e administrativas adoptadas no contexto da crise emergente da doença COVID-19, e que se enquadrem no âmbito da declaração do estado de emergência ora prorrogado.

Artigo 11.º

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às 00h00 (zero horas) do dia 3 de Maio de 2020.

Publique-se.

Palácio do Presidente da República, na Praia, aos 2 de maio de 2020.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Referendado aos 2 de maio de 2020

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Portaria Conjunta 17/2020, de 28 de Abril

Aprovação das directrizes para a produção e utilização das máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias

O Decreto-lei nº 47/2020, de 25 de abril, que estabelece regras de utilização de máscaras, como medida complementar para limitar a transmissão do Sars-Cov-2 na comunidade, bem como outras medidas de higienização e prevenção de contágio e vigilância sanitária, em decorrência do princípio da precaução em saúde pública, remete para Portaria Conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde, do comércio e da indústria, a produção, utilização e definição das especificações, das dimensões e de materiais, e, ainda os requisitos mínimos ao nível de proteção a capacidade de filtração e respirabilidade, o modo de emprego, bem como às medidas de higienização que devem acompanhar a sua utilização.

Tendo em conta, a pandemia da COVID-19 e a necessidade de se criar as melhores condições para produção de equipamentos de proteção individual (EPI) e sua disponibilização no mercado nacional, particularmente máscaras de proteção para uso comunitário, enquanto parte integrante das medidas complementares do Governo para mitigação e contenção da referida pandemia;

Com vista a simplificação das orientações técnicas para as indústrias têxteis nacionais para a produção de máscaras de uso comunitário, se avança para este diploma que tem por objeto a regulamentação, a especificação técnica das dimensões e dos materiais, os critérios de avaliação e aceitação das máscaras de uso comunitário.

Ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 4º do Decreto-lei nº 47/2020, de 25 de abril;e,

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pelo número 3 do artigo 264.º da Constituição;

Manda o Governo, pelos Ministros da Saúde e da Segurança Social, da Indústria, Comércio e Energia, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

Procede à aprovação das diretrizes para a produção e utilização das máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias, à definição das especificações de dimensões e de materiais, e, ainda os requisitos mínimos ao nível de proteção e à capacidade de filtração e de respirabilidade.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação

1. A presente portaria especifica os requisitos mínimos de proteção, de produção e de uso das máscaras reutilizáveis para uso comunitário, para dois níveis específicos de utilizadores:

a) Nível 1: máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos.

b) Nível 2: máscaras destinadas à promoção da proteção de grupo (utilização por indivíduos no contexto da sua atividade profissional, utilização por indivíduos que contactam com outros indivíduos portadores de qualquer tipo de máscara e utilização nas saídas autorizadas em contexto de confinamento, nomeadamente em espaços interiores com múltiplas pessoas).

2. É importante assinalar que o uso destas máscaras não implica qualquer alteração:

a) às medidas de confinamento;

b) à higiene das mãos e etiqueta respiratória;

c) à organização e procedimentos a serem adotados, nomeadamente, por escolas e entidades empregadoras que possibilitem melhorar a proteção dos funcionários.

3. A presente portaria não se aplica, às máscaras que os profissionais de saúde devem usar no exercício das suas funções, nem são um dispositivo médico.

Artigo 3.º Requisitos mínimos de proteção

Os requisitos mínimos de proteção das máscaras reutilizáveis de uso comunitário no que concerne à capacidade de filtração e respirabilidade são os estabelecidos na tabela a seguir:

Anexo:

Artigo 4.º Os requisitos de produção e utilização

As diretrizes e orientações técnicas para a produção e utilização, das máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias no âmbito da COVID-19 em Cabo Verde são fixadas/publicadas por intermédios de guias contendo recomendações e orientações técnicas a publicar pela Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS) e o Instituto de Gestão da Qualidade e Propriedade Industrial (IGQPI).

Artigo 5º Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete dos Ministros do Ministério da Saúde e da Segurança Social e Ministério da Indústria, Comércio e Energia, na Praia, aos 27 de abril de 2020. – Os Ministros, Arlindo do Rosário e Alexandre Dias Monteiro.

CONSULTAR ANEXO NO TEXTO OFICIAL

Decreto-Lei 47/2020, de 25 de Abril

Estabelece regras de utilização de máscaras, como medida complementar para limitar a transmissão do Sars-Cov-2 na comunidade

O estado de emergência decretado desde o dia 29 de março de 2020 e prorrogado no passado dia 17 de abril, teve por fundamento primeiro a necessidade de se proceder à restrição de um acervo de direitos, liberdades e garantias, tendo em vista, no essencial, reduzir a mobilidade das pessoas ao mínimo indispensável, estabelecer regras de distanciamento social, assegurando-se a prossecução da vida comunitária, com as necessárias limitações, isto é, de um modo proporcional e apenas na medida do necessário para mitigar os riscos epidemiológicos de contágio por SARS-Cov 2, que são já, constatatadamente elevados.

Desde o primeiro momento em que foi declarado o estado de emergência, resultava claro que seria sempre imprescindível projetar medidas que se deverão manter e fazer aprovar para o pós estado de emergência, conjugadas com outras de saúde pública, que permitem o retomar paulatino das atividades económicas e do dia-a-dia da sociedade cabo-verdiana, baseadas, todavia, em novas formas de proteger cada um dos que vivem em Cabo Verde, numa fase em que, necessariamente, as pessoas terão um grau de proximidade física maior, e como tal, mais expostas a um grau de risco que importa mitigar ao máximo, conforme resulta também do estabelecido pela Lei de Bases da saúde pública, aprovada pela Lei nº 41/VI/2004, de 5 de abril, alterada pela Lei nº 76/IX/2020, de 2 de março.

É assim que, na esteira do que foi determinado aquando da prorrogação do estado de emergência, distinguindo-se ilhas aonde já se confirmaram casos positivos daquelas em que tal ainda não aconteceu, com períodos diferenciados de vigência e com um quadro de manutenção de medidas bastante restritivas, conforme o estabelecido no artigo 30º do D.L. 44/2020, de 17 de abril, impõe-se definir medidas ajustadas e seguras para o restabelecimento do convívio social, com enfoque em todas as atividades de natureza económica ou de serviço público, que impliquem a inevitável proximidade entre pessoas.

Em particular, consagra-se o princípio da precaução em saúde pública, como corolário do estabelecido na al. c) do artigo 7º da Lei de Bases da Saúde Pública, no que se refere à prevenção das doenças no seio da população, introduzindo-se a obrigatoriedade de utilização de máscaras em determinadas situações e para determinadas áreas de atividade, quais sejam os transportes marítimos, aéreos e rodoviários, portos e aeroportos, e de uma maneira geral aquelas que fazem o atendimento ao público, independentemente de se tratar do setor público ou privado.

Especial atenção é dada às atividades económicas na área hoteleira e de restauração.

O presente diploma remete para regulamentação a especificação técnica das medidas e dos materiais, os critérios de avaliação e aceitação, bem como a possibilidade de denegação de serviço àqueles que se recusem a usá-las nas situações previstas.

Finalmente, introduzem-se medidas permanentes de organização dos serviços públicos, de higienização regular e obrigatória nos espaços de atendimento ao público, incluindo transportes públicos de passageiros, que deverão ser realizadas pelas entidades gestoras e proprietários, sob a fiscalização das autoridades de saúde e proteção civil, bem como medidas de rastreio permanentes nos portos e aeroportos do país.

Assim,

Atendendo ao disposto no artigo 7º da Lei nº 41/VI/2004, de 5 de abril, alterada pela Lei nº 76/IX/2020, de 2 de março, que aprova a Lei de Bases da Saúde Pública e do artigo 32º do Decreto-Lei nº 44/2020, de 17 de abril; e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma estabelece regras de utilização de máscaras faciais, como medida complementar para limitar a transmissão do Sars-Cov 2 na comunidade, bem como outras medidas de higienização e prevenção do contágio e de vigilância sanitária, em decorrência do princípio da precaução em saúde pública.

Artigo 2.º Princípio da precaução em saúde pública

1. As medidas previstas no presente diploma têm natureza provisória e entendem-se como necessárias a assegurar um elevado nível de proteção da saúde comunitária.
2. As medidas adotadas à luz do princípio da precaução em saúde pública devem ser reavaliadas dentro de um prazo razoável, consoante a natureza do risco para a vida ou para a saúde e o tipo de informação científica necessária para clarificar a incerteza científica e proceder a uma avaliação mais exaustiva do risco.
3. As medidas obedecem ainda ao princípio da proporcionalidade e não devem impor mais restrições do que as necessárias para se alcançar o nível de proteção pretendido, atendendo à sua viabilidade técnica e económica e outros fatores considerados legítimos.

Artigo 3º Utilização de máscaras faciais

1. A utilização de máscaras faciais em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas é obrigatória, enquanto medida de proteção adicional ao distanciamento social, à higiene das mãos e à etiqueta respiratória.
2. Consideram-se atividades cuja realização ou o acesso obriga à utilização de máscaras faciais, todas aquelas que impliquem contacto com o público, nomeadamente, nos setores da saúde, educação, transportes, sejam marítimos, aéreos ou terrestres, bancário, portuário e aeroportuário, hoteleiro, de restauração, comércio, indústria e serviços, bem como cultural, desportivo e recreativo.
3. A obrigatoriedade de utilização de máscaras faciais aplica-se particularmente aos trabalhadores dos setores público e privado cujas funções implicam um contato direto com o público, bem como aos utentes e clientes desses serviços.
4. As máscaras faciais, quando obrigatórias nos termos do presente diploma, consideram-se instrumento de trabalho e como tal devem ser garantidas a título gratuito pela entidade

patronal, aos trabalhadores e prestadores de serviços, seja do sector público, seja do setor privado, em quantidade e tipologia que obedeçam às normas do presente diploma e sua regulamentação, nomeadamente, no que diz respeito a sua durabilidade.

Artigo 4º Classificação

1. Para efeitos do presente diploma, as máscaras faciais classificam-se quanto a:

- a) Aplicação, em médicas e não médicas;
- b) Tipologia, em cirúrgicas, de proteção respiratória (respiradores) e de uso social ou comunitário;
- c) Nível de proteção, em FFP (filtering face piece) e outros níveis a regulamentar;
- d) Suscetibilidade para reutilização, em descartáveis ou reutilizáveis.

2. Os profissionais de saúde, pessoas com sintomas respiratórios e pessoas que entrem e circulem em estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, devem utilizar máscaras cirúrgicas ou de proteção respiratória, devendo os estabelecimentos de saúde providenciar para que os utentes que procurem os seus serviços tenham acesso a máscaras adequadas para o efeito.

3. As pessoas mais vulneráveis, nomeadamente com mais de 65 anos, com doenças crónicas e estados de imunossupressão devem usar máscaras cirúrgicas sempre que saiam de casa.

4. Os profissionais dos serviços de proteção civil, das forças de segurança e militares, bombeiros, os distribuidores de bens essenciais ao domicílio, os funcionários de lares e da rede de cuidados continuados e integrados e os agentes funerários, devem igualmente, utilizar máscaras cirúrgicas ou de proteção respiratória (FFP) sempre que, durante o exercício das suas funções, não lhes seja possível manter uma distância de segurança.

5. Os demais profissionais e utentes dos serviços a que se refere o artigo anterior poderão fazer recurso a máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias.

6. As máscaras não médicas, de uso social ou comunitárias, devem ser concebidas e utilizadas de acordo com as especificações de medidas e de materiais a serem aprovadas por Portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde, e do comércio e da indústria, que define ainda os requisitos mínimos ao nível de proteção e à capacidade de filtração e de respirabilidade, o modo de emprego, bem como as medidas de higienização que devem acompanhar a sua utilização.

Artigo 5º Outras medidas de higienização e de prevenção

1- As instituições públicas, empresas públicas e privadas, serviços públicos da administração central e local, bem como os estabelecimentos comerciais e de indústria, devem disponibilizar no local de trabalho, de forma gratuita, materiais de higiene, designadamente, sabonete líquido ou sabão em barra, Álcool 70% ou 96% e álcool gel.

2- Os serviços de atendimento ao público devem instalar barreiras transparentes de separação entre os utentes e os funcionários de atendimento, mantendo ainda o distanciamento de segurança de dois metros, seja nas filas de espera, seja nos assentos disponibilizados.

3- As equipas de limpeza das instituições públicas, empresas públicas e privadas, serviços públicos da administração central e local, bem como os estabelecimentos comerciais e de indústria, devem reforçar e aumentar a frequência da higienização dos espaços e superfícies dos equipamentos.

4- Os espaços e superfícies dos serviços de atendimento, designadamente, balcões e assentos, devem ser higienizados com frequência nos intervalos dos atendimentos.

Artigo 6º Funcionamento dos serviços

1- As instituições e serviços devem funcionar com as portas dos gabinetes abertas, salvo casos excecionais e justificados.

2- As maçanetas dos gabinetes dos serviços devem ser frequentemente higienizadas.

3- O acesso aos refeitórios deve ser limitado, devendo-se evitar o ajuntamento de funcionários de serviços diferentes e superior a um terço da capacidade dos mesmos.

4- As instituições e serviços cumprem permanentemente as diretrizes para a sensibilização dos utentes e funcionários, devendo, nomeadamente:

a) Afixar em local visível o material informativo sobre a Covid-19 disponibilizado ou elaborado pelo INSP;

b) Reduzir o número de cadeiras de espera, para um terço da capacidade em situação normal e afixar um perímetro de distância e segurança entre os clientes, de pelo menos dois metros;

c) Disponibilizar um número de telefone para atendimento ao público e implementar procedimentos de pré agendamento nos atendimentos e de atendimento remoto, sempre que possível.

Artigo 7º Reuniões

1- Devem-se evitar deslocações efeitos de participação em reuniões, privilegiando-se a sua realização por vias não presenciais, designadamente, por vídeo-conferência.

2- Sempre que tenha de haver participação presencial deve-se garantir um afastamento entre os participantes de pelo menos dois metros de distância.

3- À entrada das salas de reuniões devem ser garantidos os procedimentos de higienização.

Artigo 8º Detecção de casos suspeitos nos serviços

1- Os funcionários ou prestadores de serviço que suspeitem que estejam contaminados pelo Sars-Cov-2 ou apresentem sintomas da Covid-19, devem comunicar imediatamente ao responsável direto.

2- O superior hierárquico do funcionário ou prestador referido no número anterior deve contactar imediatamente as autoridades sanitárias através do número 8001112, para informar do sucedido e para receber instruções de como atuar.

3- O funcionário colocado em isolamento está impedido de comparecer no seu local de serviço até que as autoridades sanitárias o autorizem.

4- O funcionário que pertença a um agregado familiar, no qual um dos seus membros tenha sido testado positivamente para o Sars-Cov-2 ou tenha apresentado sintomas da Covid-19, não deve comparecer nos serviços ou edifícios públicos, salvo nos casos em que esteja expressamente autorizado pelas autoridades sanitárias.

5- O funcionário cuidador de um familiar que tenha sido testado positivamente apenas poderá retomar a sua atividade profissional, uma vez cumprido o isolamento profilático e demais protocolos de despiste determinados pelas autoridades sanitárias e de proteção civil.

Artigo 9.º Rastreio em portos e aeroportos

1. São instalados postos de rastreio permanentes nos portos e aeroportos do país, que realizam o controlo sanitário de todos os passageiros, independentemente da sua proveniência nacional ou de país estrangeiro.

2. Para efeitos de despiste da Covid-19 deve-se proceder, nomeadamente, à medição da temperatura corporal, seguindo de imediato o protocolo estabelecido para aqueles cujo resultado inspire algum tipo de cuidado.

3. Os operadores de transportes e de viagens devem proceder à divulgação alargada de informações sobre os procedimentos de rastreio, estabelecidos para as viagens inter-ilhas e internacionais.

Artigo 10.º Incentivos fiscais

1. São concedidos incentivos fiscais, nos termos da Lei, para a produção de máscaras de uso social ou comunitárias, bem como de produtos de desinfeção eficazes.

Artigo 11.º Fiscalização e sanções

1. Compete às autoridades sanitárias, à Inspeção Geral das Atividades Económicas, Inspeção Geral do Trabalho e aos serviços de fiscalização das entidades reguladoras, no que se refere às instituições sob sua regulação, a fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas no presente diploma.

2. As entidades patronais e os responsáveis máximos das instituições e serviços públicos são diretamente responsáveis pelo cumprimento das normas estabelecidas no presente diploma.

3. O incumprimento das normas previstas nos artigos 3º a 9º do presente diploma dá lugar a procedimento disciplinar por violação dos deveres especiais de cumprimento de medidas de prevenção e higienização permanentes, visando mitigar os riscos de transmissão e propagação do Sars-Cov 2 na comunidade, sendo diretamente responsável o superior hierárquico, bem como os funcionários e prestadores de serviço.
4. Às infrações disciplinares a que se refere o número anterior são aplicáveis as penas disciplinares de multa e suspensão, consoante a gravidade concreta da infração, aplicando-se no demais, os estatutos disciplinares a que estão sujeitos os trabalhadores e funcionários em causa.
5. Às empresas privadas e demais estabelecimentos comerciais e de indústria são aplicáveis coimas, por incumprimento das normas previstas nos artigos 3º a 9º do presente diploma, que se fixam entre 15.000\$00 (quinze mil escudos) a 500.000\$00 (quinhentos mil escudos).
6. O incumprimento reiterado das normas a que se refere o número anterior dá lugar à suspensão da atividade, encerramento da empresa ou estabelecimento, ou cancelamento de licença, conforme o caso.
7. Compete à Inspeção Geral das Atividades Económicas a aplicação de coimas previstas no presente diploma.
8. O produto das coimas aplicadas ao abrigo do presente diploma reverte-se a favor do Estado.
9. Às contraordenações previstas no presente diploma é aplicável subsidiariamente o regime jurídico geral das contraordenações, aprovado pelo Decreto Legislativo 9/95, de 27 de outubro.

Artigo 12º Ação social

O acesso a máscaras faciais por parte de pessoas socialmente vulneráveis, inscritas no cadastro social único, será garantido através de medidas de ação social, nomeadamente, através das cestas básicas.

Artigo 13º Recusa de atendimento

1. As instituições públicas, empresas públicas e privadas, serviços públicos da administração central e local, bem como os estabelecimentos comerciais dos setores de atividade a que se refere o nº 2 do artigo 3º, devem recusar atender os utentes que não utilizem as máscaras adequadas ao serviço solicitado, nem aceitem a sua utilização quando lhes for disponibilizada pela entidade prestadora do serviço público.
2. O estabelecido no número anterior não se aplica às situações de atendimento de emergência em estabelecimentos de saúde.

Artigo 14º Divulgação

1. As instituições públicas, empresas públicas e privadas, serviços públicos da administração central e local, bem como os estabelecimentos comerciais dos setores de atividade a que se

refere o nº 2 do artigo 3º, devem proceder à divulgação alargada da obrigatoriedade de utilização de máscaras pelos seus funcionários e utentes, bem como da possibilidade de recusa de atendimento, colocando anúncios em locais visíveis nas suas instalações.

2. São também divulgadas as medidas de higienização e prevenção permanentes e de funcionamento dos serviços, que deverão acompanhar a obrigatoriedade de utilização das máscaras faciais.

Artigo 15º Acompanhamento

Compete à comissão técnica de saúde o acompanhamento da evolução epidemiológica do país, a evolução da informação científica disponível e da implementação das medidas, atento ao disposto no nº 2 do artigo 2º, cabendo-lhe a emissão de pareceres e recomendações sobre as medidas e a necessidade de manutenção, reforço ou alteração das mesmas.

Artigo 16º Entrada em vigor

1. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as normas relativas à recusa de atendimento e à aplicação de sanções, constantes dos artigos 11º e 13º, entram em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 23 de abril de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, Luís Filipe Lopes Tavares, Janine Tatiana Santos Lélis, Paulo Augusto Costa Rocha, Carlos Jorge Duarte Santos, Rui Alberto de Figueiredo Soares, Paulo Jorge Lima Veiga, Alexandre Dias Monteiro, Gilberto Correia Carvalho Silva, Maritza Rosabal Peña, Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente, Arlindo Nascimento do Rosário e Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes

Promulgado em 24 de abril de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Resolução 67/2020, de 25 de Abril

Autorização para a transferência de dotações orçamentais do Fundo Nacional de Emergência para o Ministério da Administração Interna para elevar o grau de prontidão operacional das autoridades nacionais no combate ao COVID-19

A disseminação pelo mundo do surto do coronavírus (COVID-19), tem provocado visíveis e significativos danos no plano da saúde pública em quase todos os países do mundo. Face à situação de gravidade da pandemia do COVID-19 e dada aos efeitos nefastos sentidos a vários níveis, principalmente ao nível da saúde pública, foi declarado, e prorrogado, inclusive, o estado de emergência.

Tendo presente o contexto que o país atravessa, torna-se imprescindível que o Fundo Nacional de Emergência (FNE), criado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 16 de novembro, intervenha de forma a minimizar carências específicas de alguns estratos sociais da população, através do financiamento de medidas complementares às existentes na área da ação social, facilitando-lhes o acesso aos recursos, bens e serviços, a fim de melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares mais vulneráveis.

Neste sentido, torna-se necessário financiar, em todo território nacional, ações, atividades e meios, tais como materiais hospitalares, aquisição de equipamentos de proteção individual,

arrendamento de espaços, deslocações e estadas, aquisição de combustíveis, entre outras despesas fulcrais que contribuam para elevar o grau de prontidão operacional das autoridades nacionais no combate ao COVID-19, através do reforço de verbas calculado num montante global de 187.980.000\$00 (cento e oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta mil escudos), que será efetivado via transferência de verbas do FNE para o Ministério da Administração Interna.

Assim,

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 67º e n.º 4 do artigo 69º do Decreto-Lei n.º 3/2020, de 17 de janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Autorização

Fica autorizada a transferência de dotações orçamentais do Fundo Nacional de Emergência para o Ministério da Administração Interna, no valor de 187.980.000\$00 (cento e oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta mil escudos), conforme as rubricas referidas no quadro anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 24 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses Pina Correia e Silva

ANEXO (A que se refere o artigo 1º)

CONSULTAR ANEXO NO TEXTO OFICIAL

Decreto-Lei 45/2020, de 25 de Abril

Alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de Março, que estabelece medidas excepcionais de protecção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social

O mundo passa por um momento conturbado, com o surgimento e disseminação do novo coronavírus – SARS-CoV-2, Covid-19, com efeitos negativos à escala mundial, não havendo qualquer certeza quanto aos verdadeiros impactos, aos mais diversos níveis, mormente na economia em geral, e no sistema financeiro em particular.

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença Covid-19 como uma pandemia mundial, constituindo uma calamidade pública.

Subsequentemente, foi declarada a calamidade pública pelo Governo, através da Resolução n.º 53/2020, de 26 de março, na qual se aprovou um conjunto de medidas excepcionais.

E a 28 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência, em Cabo Verde, pelo Presidente da República, através do Decreto-Presidencial n.º 06/2020, de 28 de março, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março, que aprovou um conjunto de medidas excepcionais e extraordinárias.

Nesse contexto, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março, aprovou um conjunto de medidas de proteção e apoio à liquidez e tesouraria das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, que tenham sido afetados pelos efeitos económicos negativos da pandemia do Covid-19, e que têm como finalidade o diferimento do cumprimento de obrigações dos beneficiários perante o sistema financeiro e permitem aliviar os seus encargos com prestações (à banca), atenuando os efeitos da redução da atividade económica.

Talqualmente, instituiu, ainda, um regime das garantias pessoais do Estado para acautelar situações de emergência económica nacional causadas por circunstâncias excepcionais e temporárias.

Nesta senda, pretende o Governo que as supra aludidas medidas sejam estendidas aos Municípios, devido à redução de suas receitas decorrente da pandemia da doença Covid-19, desde que preencham os seguintes pressupostos:

i) não estejam, a 28 de março, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições de crédito, ou não se encontrem em situação de suspensão, ou cessação de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;

ii) tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, e da Segurança Social, na aceção do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não relevando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

Pretende-se ainda que essas, medidas excecionais relativamente à moratória das operações de crédito aprovadas pelo Decreto Lei nº 38/2020, sejam extensíveis, com as necessárias adaptações, às garantias prestadas pelas instituições (bancos), nomeadamente cauções e demais garantias bancárias.

Neste âmbito, altera-se, o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março, e algumas das disposições do diploma e procede-se a renumeração de alguns artigos, acarretando a republicação do diploma.

Foram ouvidos os bancos comerciais e o Banco de Cabo Verde.

Assim, no uso da faculdade conferida pela alínea a) do número 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença Covid-19.

Artigo 2º Alterações

São alterados os artigos 1º, 2º, 4º e 12º do Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º

[...]

1. O presente diploma estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19.

2. [...]

3. [...]

CAPÍTULO II Medidas de apoio extraordinário à liquidez de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social

“Artigo 2.º

[...]

1. [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção do Código Geral Tributário e de Processo Tributário e do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não relevando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

2. [...]

a) As pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente e outros créditos que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do número anterior, tenham residência em Cabo Verde e estejam em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado emergência, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março; e

b) Os empresários em nome individual, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1, e tenham sede ou domicílio em Cabo Verde.

3. [...]

4. [...]

5. Os Municípios podem beneficiar das medidas previstas no presente decreto-lei, desde que:

a) Não estejam, a 28 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições ou suspensão ou cessão de pagamentos ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições; e

b) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção do Código Geral Tributário e de Processo Tributário e do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não relevando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

6. [Atual n.º 5]

“Artigo 4.º

[...]

1. [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

2. [...]

3. [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

4. [...]

5. As medidas estabelecidas no n.º 1 do presente artigo aplicam-se, com as necessárias adaptações, às garantias prestadas pelas instituições (bancos), nomeadamente cauções e demais garantias bancárias.

“Artigo 12.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. [...]

4. [...]

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, havendo necessidade, pode o membro de Governo responsável pela área das Finanças definir, por portaria, outros procedimentos para agilização e simplificação do processo do pedido e concessão de garantias do Estado.

6. O membro do Governo responsável pela área das Finanças pode delegar no Conselho de Administração da Pró-garante ou noutra entidade pública, poderes para aprovação e concessão das garantias que estejam no âmbito das suas competências, estabelecidas no regime geral da emissão e gestão das garantias pessoais do Estado.”

Artigo 3º Republicação

É republicado, na íntegra e em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 38/2020, de 31 de março, com as alterações ora introduzidas.

Artigo 4º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 17 de abril de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Maritza Rosabal Penã e Arlindo Nascimento do Rosário

Promulgado em 20 de abril de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

ANEXO (A que se refere o artigo 3º)

REPUBLICAÇÃO

Decreto-lei nº 38/2020 de 31 de março

O mundo passa por um momento conturbado, com o surgimento do surto do coronavírus – Covid-19, com efeitos negativos à escala mundial, não havendo qualquer certeza quanto aos verdadeiros impactos, aos mais diversos níveis, mormente na economia em geral, e no sistema financeiro em particular.

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença Covid-19 como uma pandemia mundial, constituindo uma calamidade pública.

Com efeito, foi declarada a calamidade pública pelo Governo, através da Resolução n.º 53/2020, de 26 de março, na qual se aprovou um conjunto de medidas excecionais.

E a 28 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência, em Cabo Verde, pelo Presidente da República, através do Decreto Presidencial n.º 06/2020, de 28 de março,

regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias.

O sistema financeiro global está a ser fortemente afetado, com a queda das bolsas e reflexos diretos na economia, havendo projeções que apontam para uma recessão global, no mínimo igual à de 2008.

Cabo Verde, apesar das suas vulnerabilidades naturais, tem vindo, ultimamente, a ter resultados positivos em matéria de crescimento económico, com o sector do turismo a ter um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 25%.

Enquanto pequena economia aberta, com escassos recursos e fraca capacidade produtiva, altamente dependente do exterior, certamente não ficará imune à perspetiva de uma crise económica, em especial dos seus principais parceiros internacionais.

Ora, sendo previsível que a situação provocada pela doença Covid-19 terá impacto direto e incalculável na economia cabo-verdiana e, consequentemente, com reflexos na vida das famílias, empresas e populações;

Tendo em conta que, em momentos como este, todas as medidas que possam mitigar os efeitos devastadores da pandemia do coronavírus – Covid-19 devem ser equacionadas, de modo a se atenuar as consequências nefastas para a sociedade;

Considerando as eventuais dificuldades no cumprimento normal das obrigações e pagamento dos créditos, por parte dos devedores do sistema bancário, no contexto adverso da doença Covid-19,

Nestes termos, é aprovada uma moratória, até 30 de setembro, que prevê a proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, a prorrogação ou suspensão dos créditos até fim deste período.

Garante-se a continuidade do financiamento às famílias e empresas e previne-se eventuais incumprimentos resultantes da redução da atividade económica.

O presente decreto-lei institui ainda um regime das garantias pessoais do Estado para acautelar situações de emergência económica nacional causadas por circunstâncias excecionais e temporárias.

Foi ouvido o Banco de Cabo Verde.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I Disposição geral

Artigo 1.º Objeto e âmbito

1. O presente diploma estabelece medidas excepcionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19.
2. As medidas de proteção e apoio à liquidez e tesouraria têm como finalidade o diferimento do cumprimento de obrigações dos beneficiários perante o sistema financeiro, nos termos previstos no presente decreto-lei.
3. Para os efeitos do presente decreto-lei, a pandemia da doença COVID -19 é formalmente reconhecida como um evento excecional com consequências graves para a economia.

CAPÍTULO II Medidas de apoio extraordinário à liquidez de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social

SECÇÃO I Medidas de apoio e condições de acesso

Artigo 2.º Entidades beneficiárias

1. Beneficiam das medidas previstas no presente decreto-lei as empresas que preencham cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Cabo Verde;
 - b) Sejam classificadas como microempresas e pequenas empresas, de acordo com a Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto;
 - c) Não estejam, a 28 de março, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
 - d) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção do Código Geral Tributário e de Processo Tributário e do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não relevando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.
2. Beneficiam igualmente das medidas previstas no presente decreto-lei:
 - a) As pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente e outros créditos que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do número anterior, tenham residência em Cabo Verde e estejam em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem

assistência a filhos ou netos, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado emergência, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março; e

b) Os empresários em nome individual, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1, e tenham sede ou domicílio em Cabo Verde.

3. Beneficiam, ainda, das medidas previstas no presente decreto-lei as demais empresas independentemente da sua dimensão, que, à data de publicação do regime, preencham as condições referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 1, excluindo as que integrem o setor financeiro.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que fazem parte do setor financeiro os bancos, outras instituições de crédito, instituições financeiras, instituições de pagamento, instituições de moeda eletrónica, intermediários financeiros, empresas de investimento, organismos de investimento coletivo, fundos de pensões, fundos de titularização, respetivas sociedades gestoras, empresas de seguros e resseguros.

5. Os Municípios podem beneficiar das medidas previstas no presente decreto-lei, desde que:

a) Não estejam, a 28 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições ou suspensão ou cessão de pagamentos ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições; e

b) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção do Código Geral Tributário e de Processo Tributário e do Regime Contributivo do Sistema de Previdência Social, não relevando até ao dia 30 de abril, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

6. As empresas, pessoas singulares e outras entidades previstas nos números anteriores são adiante designadas de «entidades beneficiárias».

Artigo 3.º Operações abrangidas

1. O presente capítulo aplica-se a operações de crédito concedidas por bancos e instituições de crédito a operar em Cabo Verde, adiante designadas por «instituições», às entidades beneficiárias do presente decreto-lei.

2. O presente capítulo não se aplica às seguintes operações:

a) Crédito ou financiamento para compra de valores mobiliários ou aquisição de posições noutros instrumentos financeiros, quer sejam garantidas ou não por esses instrumentos;

b) Crédito concedido a empresas para utilização individual através de cartões de crédito dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização, trabalhadores ou demais colaboradores.;

c) Crédito concedido as pessoas singulares para utilização individual através de cartões de crédito.

Artigo 4.º Moratória

1. As entidades beneficiárias do presente decreto-lei beneficiam das seguintes medidas de apoio relativamente às suas exposições creditícias contratadas junto das instituições:

a) Proibição de revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, durante o período em que vigorar a presente medida;

b) Prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, juntamente, nos mesmos termos, com todos os seus elementos associados, incluindo juros, garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;

c) Suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, durante o período em que vigorar a presente medida, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos pela medida, incluindo garantias.

2. As entidades beneficiárias das medidas previstas nas alíneas b) e c) do número anterior podem, em qualquer momento, solicitar que apenas os reembolsos de capital, ou parte deste, sejam suspensos.

3. A extensão do prazo de pagamento de capital, rendas, juros, comissões e demais encargos

referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 não dá origem a qualquer:

a) Incumprimento contratual;

b) Ativação de cláusulas de vencimento antecipado;

c) Suspensão do vencimento de juros devidos durante o período da prorrogação, que serão capitalizados no valor do empréstimo com referência ao momento em que são devidos à taxa do contrato em vigor; e

d) Ineficácia ou cessação das garantias concedidas pelas entidades beneficiárias das medidas ou por terceiros, designadamente a eficácia e vigência dos seguros, das fianças e/ou dos avals.

4. A prorrogação das garantias, designadamente de seguros, de fianças e/ou de avals referidos nos números anteriores não carece de qualquer outra formalidade, parecer, autorização ou ato prévio de qualquer outra entidade previstos noutro diploma legal e são plenamente eficazes e oponíveis a terceiros, devendo o respetivo registo, quando necessário, ser promovido pelas instituições, com base no disposto no presente decreto-lei, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa de trato sucessivo.

5. As medidas estabelecidas no n.º 1 do presente artigo aplicam-se, com as necessárias adaptações, às garantias prestadas pelas instituições (bancos), nomeadamente cauções e demais garantias bancárias.

Artigo 5.º Acesso à moratória

1. Para acederem às medidas previstas no artigo anterior, as entidades beneficiárias remetem, por meio físico ou por meio eletrónico, à instituição mutuante uma declaração de adesão à aplicação da moratória, no caso das pessoas singulares e dos empresários em nome individual, assinada pelo mutuário e, no caso das empresas e das instituições particulares de solidariedade social, bem como das associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, assinada pelos seus representantes legais.

2. A declaração é acompanhada da documentação comprovativa da regularidade da respetiva situação tributária e contributiva, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º.

3. As instituições aplicam as medidas de proteção previstas no artigo anterior no prazo máximo de cinco dias úteis após a receção da declaração e dos documentos referidos nos números anteriores, com efeitos à data da entrega da declaração, salvo se a entidade beneficiária não preencher as condições estabelecidas no artigo 2.º.

4. Caso verifiquem que a entidade beneficiária não preenche as condições estabelecidas no

artigo 2.º para poder beneficiar das medidas previstas no artigo anterior, as instituições mutuantes devem informá-lo desse facto no prazo máximo de três dias úteis, mediante o envio de comunicação através do mesmo meio que foi utilizado pela entidade beneficiária para remeter a declaração a que se refere o n.º 1 do presente artigo.

Artigo 6.º Tutela de direitos de crédito

Em caso de declaração de insolvência ou submissão a Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas da entidade beneficiária, as instituições podem exercer todas as ações inerentes aos seus direitos, nos termos da legislação aplicável.

SECÇÃO II Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 7.º Acesso indevido a medidas de proteção

As entidades beneficiárias que acederem às medidas de apoio previstas não preenchendo os pressupostos para o efeito, bem como as pessoas que subscreverem a documentação requerida para esses efeitos, são responsáveis pelos danos que venham a ocorrer pelas falsas declarações, bem como pelos custos incorridos com a aplicação das referidas medidas excecionais, sem prejuízo de outro tipo de responsabilidade gerada pela conduta, nomeadamente criminal.

Artigo 8.º Supervisão e sanções

1. O Banco de Cabo Verde é responsável pela supervisão e fiscalização do regime de acesso à moratória prevista no presente decreto-lei.

2. O incumprimento, pelas instituições previstas no n.º 1 do artigo 3.º, dos deveres previstos no presente decreto-lei ou na regulamentação adotada pelo Banco de Cabo Verde para a sua execução, constitui contraordenação punível nos termos do artigo Título IX da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril.

Artigo 9.º Reporte de informação

As exposições abrangidas pela moratória são comunicadas à Central de Risco de Crédito.

Artigo 10.º Regulamentação

1. O membro do Governo responsável pela área das finanças define por portaria as demais condições gerais aplicáveis a qualquer das medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID -19 previstas no presente decreto-lei.
2. O Banco de Cabo Verde densifica, por regulamento, os deveres de informação das instituições relativos às operações abrangidas pelas medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID -19 previstas no presente decreto-lei.

CAPÍTULO III Regime especial de garantias pessoais do Estado

Artigo 11.º Garantias pessoais

1. Podem ser prestadas garantias pessoais pelo Estado e por outras pessoas coletivas de direito público em virtude da situação de emergência económica nacional causada pela pandemia da doença COVID -19 dentro dos limites máximos para a concessão de garantias pessoais previstos na Lei do Orçamento do Estado.
2. O membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar a concessão de garantias, ao abrigo do número anterior, designadamente para garantia de operações de crédito ou de outras operações financeiras, sob qualquer forma, para assegurar liquidez ou qualquer outra finalidade, a empresas, a instituições particulares de solidariedade social, a associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social ou a quaisquer outras entidades com sede em Cabo Verde.
3. À prestação de garantias ao abrigo dos números anteriores é aplicável, subsidiariamente,

o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2018, de 29 de junho, com as necessárias adaptações, salvo as disposições que, atentas as circunstâncias excecionais e temporárias, se revelem

incompatíveis, devendo ser observado o procedimento previsto no artigo seguinte.

Artigo 12.º Procedimento de concessão de garantias do Estado em caso de emergência económica nacional

1. O pedido de concessão de garantia do Estado é dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, acompanhado dos elementos essenciais da operação a garantir, designadamente respetivo montante e prazo, sem prejuízo de elementos adicionais que venham a ser solicitados para aferição do risco da operação e da definição das condições da garantia a conceder.
2. O pedido previsto no número anterior é objeto de parecer favorável do membro do Governo da área do setor de atividade da entidade beneficiária da garantia, devendo incidir sobre o enquadramento da operação no âmbito da política do Governo de

resposta à situação de emergência económica nacional em virtude da pandemia da doença COVID -19, da apreciação da relevância da entidade beneficiária para a economia nacional, assim como da perspectiva de viabilidade económica da entidade em causa e da necessidade expressa de garantia pessoal do Estado.

3. Em anexo ao despacho de aprovação ou autorização são publicados os elementos essenciais da operação, bem como o parecer a que se refere o número anterior, devendo qualquer alteração obedecer ao mesmo procedimento.

4. São enviados regularmente à Direção-Geral do Tesouro, pelas entidades beneficiárias ou outras entidades a definir no despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, os elementos necessários ao acompanhamento das operações objeto da garantia e, logo que deles tenham conhecimento, de factos que impossibilitem o pontual cumprimento das obrigações garantidas.

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, havendo necessidade, pode o membro de Governo responsável pela área das Finanças definir, por portaria, outros procedimentos para agilização e simplificação do processo do pedido e concessão de garantias do Estado.

6. O membro do Governo responsável pela área das Finanças pode delegar no Conselho de Administração da Pró-garante ou noutra entidade pública, poderes para aprovação e concessão das garantias que estejam no âmbito das suas competências, estabelecidas no regime geral da emissão e gestão das garantias pessoais do Estado.

CAPÍTULO IV Disposição final

Artigo 13.º Entrada em vigor e vigência

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e vigora até 30 de setembro de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 30 de março de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Maritza Rosabal Penã, Arlindo Nascimento do Rosário

Promulgado em 31 de março de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Resolução 65/2020, de 21 de Abril

Fixação da data de retoma das actividades escolares do terceiro trimestre do ano lectivo 2019/2020, estabelecendo medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-

Pela Resolução n.º 50/2020, de 18 de março, as férias escolares do 2º trimestre foram antecipadas para o dia 23 de março, como medida de prevenção ao novo coronavírus-COVID 19, em todos os estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Nos termos do artigo 2.º da citada Resolução, as aulas regulares seriam retomadas no dia 13 de abril de 2020, fazendo depender a decisão da retoma, da evolução do COVID-19.

Na presente situação de prorrogação do Estado de Emergência pelo Decreto-Presidential n.º 07/2020, de 17 de abril, impõe-se o estabelecimento de cenários de mitigação dos efeitos da suspensão das atividades letivas, sobre 12.000 crianças da educação pré-escolar e de 114.883 estudantes da educação escolar pública, dos quais 83.499 matriculados no ensino básico obrigatório (1.º ao 8.º ano) e 30.096 no ensino secundário (9º ao 12º ano).

Neste contexto, em conformidade com as medidas restritivas que têm sido adotadas pelo Governo, tendo em vista a retoma das atividades letivas, estabelecem-se as medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19 a adotar pelos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

A presente Resolução fixa a data de retoma das aulas do terceiro trimestre do ano letivo 2019/2020 e estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19 a adotar pelos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Artigo 2º Regresso às atividades letivas presenciais

- 1- O funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com aulas presenciais será efetivado nas ilhas com baixos riscos epidemiológicos de propagação do COVID 19, em função do parecer da Comissão Técnica do Ministério da Saúde.
- 2- A programação dos conteúdos curriculares e a avaliação serão objeto de ajustes.
- 3- O ano letivo pode ser alargado, tendo como data letiva final 31 de julho.

Artigo 3º Educação à Distância

- 1- Enquanto se mantiverem as normas de distanciamento social, que impossibilitam o funcionamento do ensino presencial, será implementada a modalidade de Educação à Distância, para salvaguardar o contacto dos estudantes com a escola, os docentes e os conteúdos de ensino-aprendizagem.
- 2- A Educação à Distância implementa-se, a partir do dia 20 de abril, com recurso à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com transmissão através da televisão,

rádio e distribuição de fichas apostilas e outros meios disponíveis, para os ensinos básico e secundário.

3- As emissões da primeira semana são essencialmente informativas e de familiarização com a metodologia de ensino.

4- O tratamento de conteúdos curriculares inicia-se pelo ensino básico e estende-se paulatinamente ao ensino secundário.

Artigo 4º Modelo de Educação à Distância

1- O modelo de Educação à Distância segue as recomendações internacionais neste domínio, emanadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e de outros parceiros internacionais.

2- A Educação à Distância inclui as contribuições pedagógicas e científicas dos diferentes níveis de gestão do sistema e dos docentes, considerando os recursos disponíveis no país, assim como as limitações existentes.

3- A operacionalização da Educação à Distância tem como base a produção de conteúdos em tele e rádio aulas, de 20 minutos cada, abrangendo o 1º ao 12º ano, de forma gradual, transmitidos através dos canais de televisão: Televisão de Cabo Verde (TCV) e canais da Green Estúdio, no canal aberto e na ZAP e na rádio: Rádio Educativa, Rádio de Cabo Verde (RCV) e Rádios Comunitárias.

4- A Televisão de Cabo Verde transmite 5 horas diárias de aulas, 3 horas no período da manhã e 2 horas no período da tarde.

5- Para as zonas de sombra ou com fraca cobertura, especialmente em Santo Antão e algumas zonas da Ilha do Fogo (Atalaia e Ponta Verde), recorre-se às outras rádios existentes, inclusive as rádios comunitárias.

6- Os conteúdos de ensino vão estar disponíveis on-line nas plataformas do Ministério da Educação, podendo ser acedidos, a todo o momento, pelos alunos, professores e famílias.

Artigo 5º Organização do sistema

1- O sistema organiza-se de forma a garantir os parâmetros de qualidade aceitáveis, no contexto de Educação à Distância e o acesso aos recursos fundamentais para a educação a todos os alunos.

2- O Ministério da Educação reforça a conectividade dos docentes, através de parcerias com as operadoras de telecomunicações, através da criação de um pacote de recursos digitais que facilite a comunicação entre os professores e a família e o trabalho em rede.

3- Para a otimização do reforço referido no número anterior será promovido o investimento no desenvolvimento das competências dos professores na utilização de recursos on-line,

confiáveis e facilmente acessíveis, para os ajudar a conceber, transmitir e fornecer soluções de apoio pedagógico aos alunos, assim como no reforço da capacidade técnica das equipas de coordenação pedagógica para apoiarem o Ministério da Educação na implementação do projeto, nos níveis central e local.

4- Os pais e encarregados de educação são igualmente chamados a intervir neste processo de Educação à Distância, ajudando na concretização do mesmo.

5- Para efeito do disposto no número anterior serão desenvolvidas campanhas de Informação às famílias sobre os desafios da Educação à Distância e os compromissos necessários para acompanharem a rotina de estudo dos alunos e garantir que assistam às aulas.

Artigo 6º Avaliação

1- Para garantir que todos os alunos tenham a avaliação do 3º trimestre, onde se mantenha o Ensino à Distância, por não se reunirem as condições necessárias, conforme o parecer técnico do Ministério da Saúde, para o início das aulas presenciais, faz-se o recurso à aplicação de normas administrativas, previstas na lei, calculando-se a classificação com base nos resultados obtidos no 1º e 2º trimestres.

2- Para os alunos em regime presencial, são feitos ajustes na programação dos conteúdos curriculares programáticos e na avaliação.

3- Aos alunos do 12º ano de escolaridade será dada uma atenção especial por forma a garantir a lecionação dos conteúdos das disciplinas necessárias ao prosseguimento de estudos universitários.

4- Podem-se realizar provas de avaliação nacionais aos alunos do 12º ano, em regime presencial, preservando-se as normas de distanciamento social.

5- Para os alunos que queiram efetuar melhoria de notas, são criadas as condições necessárias para a sua concretização.

Artigo 7º Funcionamento

Todos os estabelecimentos devem adotar e seguir as orientações sanitárias do Departamento Governamental responsável pela área da Saúde, a fim de garantir a higiene individual, coletiva e do local de funcionamento.

Artigo 8º Plano de Contingência

Todos os estabelecimentos devem adotar o Plano de Contingência da Educação e seguir as orientações do Departamento Governamental responsável pela área da Saúde.

Artigo 9º Reavaliação das medidas

As medidas previstas na presente Resolução serão reavaliadas, podendo ser prorrogadas, conforme for a evolução do COVID-19.

Artigo 10º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 20 de abril de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros aos 21 de abril de 2020

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução 63/2020, de 21 de Abril

Estabelece a possibilidade de regresso às respectivas residências de pessoas que se encontram fora da sua ilha de residência habitual

Tendo presente a prioridade absoluta de zelar pela saúde da população, neste tempo de grave risco mundial causado pela pandemia do novo coronavírus – o COVID-19;

Continuando a contar com o empenho dos profissionais de saúde, das autoridades nacionais, dos parceiros internacionais, das entidades religiosas, das pessoas, das famílias, das empresas, da sociedade civil, enfim, de todos, para travarmos a propagação do novo coronavírus nas nossas ilhas;

Consciente de que as medidas de confinamento e distanciamento social têm demonstrado ser as mais adequadas para combater o alastramento da pandemia;

Sabendo, contudo, que algumas pessoas foram apanhadas de surpresa, encontrando-se fora das suas ilhas de residência habitual, nomeadamente por razões profissionais e de saúde, e que, por diversas razões, convém permitir que as mesmas regressem às suas residências, sem colocar em risco a sua própria saúde e a da comunidade, o Governo entende aprovar as medidas constantes da presente Resolução.

Assim,

Nos termos do nº 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Objeto

A presente Resolução estabelece a possibilidade de regresso às respetivas residências de pessoas que se encontram fora da sua ilha de residência habitual, nomeadamente por motivos profissionais ou de saúde, na decorrência de interdição de voos e ligações marítimas resultante da declaração de estado de emergência.

Artigo 2º Procedimentos

- 1- Todas as pessoas que estão na situação mencionada no artigo anterior devem, caso pretendam regressar à sua ilha de residência habitual, formular um pedido ao Serviço Municipal de Proteção Civil do Concelho onde se encontram.
- 2 - Nos Serviços Municipais de Proteção Civil, dirigidos pelos respetivos Presidentes de Câmaras, são disponibilizados formulários específicos de pedido de regresso à residência habitual, podendo os mesmos ser obtidos e processados por via eletrónica, através de uma plataforma criada para o efeito.
- 3 - Juntamente com os formulários, devem ser apresentadas provas documentais ou outras que atestem o local de residência habitual, as datas e as razões de deslocação para a ilha onde os interessados se encontram.

Artigo 3º Ilhas com registos de casos positivos de COVID-19

- 1 - As pessoas que se encontram nas ilhas onde tenham sido registados casos positivos de COVID-19 só podem ser autorizadas a regressar às ilhas da sua residência habitual depois de a Delegacia de Saúde da Ilha ou do Concelho onde se encontram declarar que a sua deslocação não constitui risco de propagação da doença, mediante realização obrigatória de teste laboratorial com resultado negativo.
- 2 - A declaração referida no número anterior pode conter a imposição de medidas suplementares de saúde pública, nomeadamente a exigência de quarentena, domiciliar ou em local próprio, na ilha do destino, conforme se justificar.

Artigo 4º Ilhas sem registos de casos positivos de COVID-19

As pessoas que se encontram nas ilhas onde não tenham sido registados casos positivos de COVID-19 podem regressar às ilhas da sua residência habitual, desde que tenham parecer favorável da Delegacia de Saúde da ilha ou do Concelho onde se encontram.

Artigo 5º Autorização

- 1- A autorização de regresso a que se refere o nº 1 do artigo 3º da competência do Ministro da Administração Interna, devendo o pedido ser instruído e informado pelos Serviços Municipais da Proteção Civil do Concelho onde o interessado se encontra.

2 - Uma vez concedida a autorização de regresso, os Presidentes das Câmaras Municipais dos Concelhos de destino, na qualidade de Presidentes dos Serviços Municipais de Proteção Civil, recebem a lista das pessoas que regressam, com indicação da sua proveniência, estritamente para efeitos de controlo da pandemia da COVID-19, em articulação com as autoridades sanitárias competentes.

Artigo 6º Transporte de pessoas autorizadas

1- O transporte das pessoas autorizadas a regressar às suas ilhas de residência habitual é organizado pelo Serviço Nacional de Proteção Civil, em articulação com o Ministério do Turismo e Transportes, o Ministério da Economia Marítima e o Ministério da Saúde e Segurança Social, tratando-se, respetivamente, de ligações aéreas ou marítimas, ou de viagens por razões sanitárias.

2 - Os custos das viagens são suportados, em princípio, pelos próprios interessados.

3 - No caso de as pessoas autorizadas a regressar terem passagem adquirida, os Ministérios do Turismo e Transportes e da Economia Marítima entrarão em contacto com as empresas de transportes aéreos ou marítimos, conforme couber, a fim de se garantir o transporte de regresso, tendo presente as necessidades de deslocações por motivos sanitários.

Artigo 7º Dúvidas e omissões

As eventuais dúvidas e omissões decorrentes de aplicação da presente Resolução são resolvidas mediante despacho do Ministro de Administração Interna.

Artigo 8º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovado em Conselho de Ministros aos 18 de abril de 2020. — O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Decreto Presidencial 7/2020, de 17 de Abril

Prorrogação da declaração de estado de emergência

Os riscos e as ameaças decorrentes da propagação do novo Coronavírus, gerador da doença COVID-19, e o cenário de calamidade pública associado, constituíram os fundamentos da declaração do estado de emergência pelo Presidente da República, nos termos do Decreto Presidencial nº 06/2020, de 28 de março.

O recurso, pela primeira vez desde a independência de Cabo Verde, a um estado de excepção que legitima a limitação de alguns direitos, liberdades e garantias constitucionais, foi ditado por razões superiores de preservação da saúde pública, face à capacidade de contágio do novo Coronavírus (em especial a imperceptível, através de doentes assintomáticos), aos efeitos devastadores da COVID-19 (ainda que numa percentagem minoritária dos atingidos pela doença), e à potencial pressão sobre o nosso sistema de saúde que pudesse inviabilizar a sua capacidade de resposta.

Efectivamente, tais circunstâncias, e a respectiva gravidade, conduziram à activação do estado de emergência, com a restrição, nesse âmbito, de um acervo de direitos, liberdades e garantias, por período limitado, de modo proporcional e apenas na medida do necessário para a prossecução das finalidades visadas, e sempre em conformidade com os parâmetros previstos na Constituição, tendo em vista, no essencial, reduzir a mobilidade das pessoas ao mínimo indispensável, e assegurar a prossecução da vida comunitária com as necessárias adaptações a este contexto manifestamente anormal, e que se faz sentir a nível mundial.

Mesmo os países que, num primeiro momento, optaram por explorar cenários alternativos para enfrentar o COVID-19, sem sacrifício da liberdade individual de circulação, reunião e outras, decidindo designadamente não obstar à disseminação da doença de modo a que fosse adquirida a “imunidade de grupo”, rapidamente perceberam que por essa via estava aberto o caminho para a propagação arrasadora dessa doença, e acabaram por ceder à inevitável restrição de alguns direitos fundamentais, por ser um dos métodos imprescindíveis para combater a escalada da Pandemia e as suas consequências.

Uma vez declarado, delimitado e justificado, pelo Presidente da República, o estado de emergência constitucional a vigorar em Cabo Verde, nos termos do Decreto Presidencial nº 06/2020, de 28 de março, o Governo publicou o Decreto-Lei nº 36/2020, também de 28 de março, contendo as medidas concretas tidas como adequadas pelo executivo, no exercício das suas competências e com respeito dos parâmetros previamente definidos, com o fito de combater a pandemia do COVID-19.

Paralelamente, a Assembleia Nacional e o Governo produziram legislação, prontamente promulgada pelo Presidente da República, destinada a minimizar os colossais impactos da Pandemia a nível económico, em especial nos planos do apoio às famílias mais desfavorecidas, da protecção do emprego, e do auxílio à tesouraria das empresas, num período de queda abrupta e significativa de rendimentos e de receitas.

Sendo de saudar que a grande maioria dos cabo-verdianos tenha aceite, compreendido e respeitado as restrições anormais e temporárias impostas pelo combate à pandemia do COVID-19, é igualmente de registar, com preocupação, a existência de alguns segmentos da população que mantêm comportamentos sociais de risco na presente conjuntura sanitária, o que sugere a continuação e a intensificação da campanha de sensibilização, e no limite, sempre que necessário e com observância das regras aplicáveis, justifica as intervenções das autoridades policiais e militares.

Ainda que seja bem evidente que as medidas tomadas reduziram o crescimento das infeções comparativamente ao cenário da manutenção da normalidade da vida social, pública e empresarial, o número de casos confirmados até ao presente não deixa dúvidas quanto ao potencial de expansão da pandemia, em termos que justificam a manutenção do estado de emergência constitucional.

O Presidente da República tem bem a consciência dos danos que decorrem das limitações e das restrições impostas ao abrigo do estado de emergência, a todos os níveis. Com efeito, o isolamento social, a imobilidade pessoal e a paralisia económica dos sectores formal e informal, impostos pela luta à pandemia, a todos atinge, a um nível muito profundo, reflectindo-se com especial intensidade na quebra dos rendimentos das famílias, em dificuldades e até na inviabilização de inúmeras empresas, e no acentuado desequilíbrio das contas públicas que resultará das diferentes intervenções do Estado, e que terá consequências bastante negativas na vida dos cabo-verdianos.

No entanto, neste momento e perante as actuais circunstâncias, ponderados todos os interesses e valores em jogo, não se pode deixar de se pedir à nação cabo-verdiana o prolongamento dos sacrifícios por mais algum tempo, em nome da defesa da vida e da saúde dos cidadãos em geral, e em especial dos mais idosos e dos grupos de risco, atingidos por doenças que os tornam especialmente vulneráveis aos efeitos da COVID-19.

Em qualquer caso, atendendo aos diferentes níveis de risco que se verificam, entende-se ser adequado estabelecer dois períodos diferentes para o estado de emergência, um de maior duração para as Ilhas em que já se verificam casos confirmados, e outro de menor duração nas restantes Ilhas.

Usando da competência conferida pela alínea h) do número 2 do artigo 135.º e pelo número 1 do artigo 272º, ambos da Constituição, e pelo número 1 dos artigos 9.º e 15º, ambos da Lei nº 94/III/90, de 27 de Outubro, ouvido o Governo e obtida autorização da Assembleia Nacional constante da Resolução nº 162/IX/2020, de 17 de Abril, o Presidente da República decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Atendendo a que se mantém a situação de calamidade pública resultante da doença COVID-19, é prorrogada a declaração do estado de emergência tendo em vista a manutenção das medidas já em vigor, e a eventual adopção de outras que se mostrem necessárias, com observância do quadro constitucional, para evitar propagação dessa doença por todo o território nacional.

Artigo 2.º

O estado de emergência abrange a totalidade do território nacional, com as durações seguintes:

a) Para as Ilhas São Vicente, Boa Vista e Santiago – o estado de emergência tem a duração de 15(quinze) dias, com início às 00h00 (zero horas) do dia 18 de Abril de 2020 e término às 24h00 (vinte e quatro horas) do dia 2(dois) de Maio 2020;

b) Para as Ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, Maio, Fogo e Brava - o estado de emergência tem a duração de 9(nove) dias, com início às 00h00 (zero horas) do dia 18 de Abril de 2020 e término às 24h00 (vinte e quatro horas) do dia 26(vinte e seis) de Abril de 2020.

Artigo 3.º

1. Enquanto vigorar o estado de emergência ora prorrogado, o exercício dos direitos, liberdades e garantias a seguir enunciados fica suspenso ou limitado nos termos indicados:

a. Relativamente ao direito à liberdade, incluindo o direito à deslocação e à emigração, e a circulação nacional e internacional de pessoas –podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as restrições seguintes:

i. proibição de viagens nacionais e internacionais, por qualquer meio,

ii. terrestre, aéreo ou marítimo;

iii. confinamento compulsivo no domicílio, em estabelecimento de saúde ou em lugar previamente definido pelas autoridades de saúde para o efeito;

iv. estabelecimento de cercas sanitárias em determinados locais ou Ilhas;

v. interdição de circulação e da permanência na via pública que não sejam justificadas, na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, ficando desde já ressalvadas as seguintes situações: desempenho de funções profissionais que se justifiquem neste contexto;

obtenção de cuidados de saúde;

assistência a terceiros;

abastecimento de bens e serviços;

passeio de animais domésticos;

outras razões ponderosas que venham a ser invocadas pelo Governo. As exceções a esta interdição devem corresponder a circulação individual, ou de um número mínimo de pessoas;

vi. podem ser impostos pelas autoridades públicas competentes controlos fronteiriços de pessoas e bens, incluindo controlos sanitários em portos e aeroportos, com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar o risco de propagação da Pandemia ou de sobrecarga dos

recursos afetos ao seu combate, designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas;

vii. podem ser impostas medidas de apreensão temporária de qualquer tipo de veículo, motorizado ou não, utilizado em violação das medidas de confinamento impostas, sem prejuízo de aplicação de outras sanções.

b. Relativamente à circulação de bens e serviços - podem ser tomadas medidas necessárias a assegurar a circulação internacional e nacional de bens e serviços essenciais.

c. Relativamente ao direito ao trabalho e aos direitos dos trabalhadores - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, em vista das finalidades prosseguidas, designadamente as restrições seguintes:

i. proibição ou limitação da prestação de trabalho a entidades públicas ou privadas, com prejuízo para o direito ao trabalho efetivo;

ii. determinação que quaisquer trabalhadores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar funções em local diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalhos diversos dos que correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso de trabalho nos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da Pandemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de sectores vitais da economia, à operacionalidade de redes e infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito Democrático.

d. Relativamente à propriedade e à iniciativa económica privada-

i. as autoridades públicas competentes podem proibir a atividade de empresas privadas, em geral ou que integrem determinados setores, em todo o território nacional ou em parte dele, e impor outras limitações ou modificações à respetiva atividade, incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respectivo regime de funcionamento;

ii. pode ser determinada a obrigatoriedade de abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção;

iii. pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis e imóveis, de unidades de prestação e cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais e industriais, de empresas e outras unidades produtivas.

e. Relativamente ao direito de reunião e de manifestação - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na orientação da Direcção Nacional da Saúde, as restrições a estes direitos necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à Pandemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões

ou manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do novo Coronavírus.

f. Relativamente à liberdade de culto - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate a Pandemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas susceptível de potenciar a transmissão do novo Coronavírus.

g. Relativamente à liberdade de aprender e ensinar - podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à pandemia, incluindo a proibição ou limitação de aulas presenciais, a imposição do ensino à distância por meios telemáticos (com recurso à internet ou à televisão), ou pela rádio, adiamento ou prolongamento de períodos lectivos, o ajustamento de métodos de avaliação e a suspensão ou recalendarização de provas de exame ou da abertura do ano lectivo, bem como eventuais ajustamentos ao modelo de acesso ao ensino superior.

h. Relativamente à protecção de dados pessoais - as autoridades públicas competentes podem determinar que os operadores de telecomunicações enviem aos respetivos clientes mensagens escritas (SMS) com alertas das Autoridades de Saúde ou outras relacionadas com o combate à pandemia.

2. O Governo fica autorizado a estabelecer, em conformidade com as suas competências constitucionais, sanções para a inobservância das medidas tomadas ao abrigo do disposto no número anterior.

Artigo 4.º

1. Com exceção do previsto no artigo 3º, fica proibida qualquer outra limitação ou restrição aos direitos, liberdades e garantias, que continuam a vigorar nos exactos termos consagrados na Constituição, designadamente as liberdades de expressão e de informação e a liberdade de imprensa.

2. Os efeitos da declaração do estado de emergência não afectam, igualmente, as regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania, nem os direitos e imunidades dos respectivos titulares, nem alteram os princípios da responsabilidade do Estado e dos seus agentes reconhecidos na Constituição.

Artigo 5.º

Para assegurar a eficácia das medidas de prevenção e combate à propagação da doença COVID-19, o Governo pode adoptar medidas que reforcem o exercício coercivo de condução por parte das autoridades administrativas civis e o apoio directo às mesmas pelas Forças Armadas, nos termos previstos nas alíneas a) e d) do número dois do artigo 248º da Constituição.

Artigo 6.º

Podem ser adoptadas, no limite das regras de competências definidas pela Constituição, medidas legislativas que sancionem comportamentos de instigação à desobediência colectiva ou à resistência contra a autoridade, sem prejuízo do que estiver já previsto na legislação penal em vigor.

Artigo 7.º

O Governo, enquanto órgão responsável pela execução da declaração do estado de emergência, deve manter permanentemente informados o Presidente da República e a Assembleia Nacional dos actos em que consista essa execução.

Artigo 8.º

Na execução da declaração de estado de emergência devem ser sempre observados critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

Artigo 9.º

Com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, a Procuradoria-Geral da República mantém-se em pleno funcionamento, bem como as Procuradorias junto dos Tribunais de Comarca.

Artigo 10.º

São ratificadas todas as medidas legislativas e administrativas adoptadas no contexto da crise emergente da doença COVID-19, e que se enquadrem no âmbito da declaração do estado de emergência ora prorrogado.

Artigo 11.º

O presente Decreto Presidencial entra em vigor às oohoo(zero horas) do dia 18 de Abril de 2020.

Publique-se.

Palácio do Presidente da República, na Praia, aos 17 de abril de 2020.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Referendado aos 17 de abril de 2020

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Decreto-Lei 44/2020, de 17 de Abril

Regulamentação da declaração de estado de emergência

A disseminação pelo mundo do novo coronavírus, o SARS - Cov2, causador da doença COVID-19, tem provocado visíveis e significativos danos no plano da saúde pública em todo o mundo.

No mundo globalizado em que vivemos, em que as pessoas se movem com grande intensidade e frequência entre os países, o novo Coronavírus encontrou condições propícias para se propagar rapidamente, fruto da sua enorme capacidade de contágio.

Face à gravidade da situação, e aos efeitos nefastos sentidos em quase todos os países ao nível da saúde pública, a Organização Mundial de Saúde declarou tratar-se de uma pandemia no dia 11 de março de 2020.

Entretanto, o mundo tem assistido à evolução galopante dessa doença.

Sendo um país aberto e de comunicações permanentes com o exterior, incluindo com países bastante atingidos pela doença, fruto de deslocações de emigrantes, trabalhadores, estudantes e turistas, era, infelizmente, expectável que

o coronavírus chegasse a Cabo Verde, o que realmente acabou por acontecer, registando-se já uma morte e a confirmação de casos de infeção em três ilhas.

Efetivamente, tais circunstâncias, e a respetiva gravidade, conduziram à ativação do estado de emergência, com a restrição, nesse âmbito, de um acervo de direitos, liberdades e garantias, por um período de vinte dias, de modo proporcional e apenas na medida do necessário para a prossecução das finalidades visadas, sempre em conformidade com os parâmetros previstos na Constituição, tendo em vista, no essencial, reduzir a mobilidade das pessoas ao mínimo indispensável e assegurar a prossecução da vida comunitária com as necessárias adaptações a este contexto manifestamente anormal, e que se faz sentir a nível mundial.

Ainda que seja bem evidente que as medidas tomadas reduziram o crescimento das infeções comparativamente ao cenário da manutenção da normalidade da vida social, pública e empresarial, o número de casos confirmados até ao presente não

deixa dúvidas quanto ao seu potencial de expansão no território nacional, o que justificou a manutenção do estado de emergência constitucional.

Foi assente nessa ponderação que foi prorrogado o estado de emergência anteriormente decretado, procurando-se distinguir as ilhas aonde já se confirmaram casos positivos daquelas em que tal ainda não aconteceu, com períodos diferenciados de vigência.

Cabendo ao Governo a regulamentação do estado de emergência decretado nos termos constitucionais e legais, o presente diploma vem determinar e concretizar a adoção de

medidas, sempre sopesadas perante os princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, procedendo à revogação do anterior diploma de regulamentação do estado de emergência, para, embora repita grande parte dos incisos legais anteriormente consagrados, proceder a uma clara conformação com o estabelecido no Decreto-Presidential de prorrogação, seja na sua vigência diferenciada, seja na extensão dos limites que autoriza que sejam estabelecidos à mobilidade das pessoas e cujos efeitos terminarão de modo gradual, tão logo se possa voltar à normalidade.

Assim,

Atendendo ao disposto no Decreto-Presidential n.º 7/2020, de 17 de abril;e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma regulamenta a aplicação do estado de emergência, nos termos em que foi prorrogado pelo Presidente da República, definindo, ainda, as medidas restritivas que se mantêm em vigor finda a vigência do estado de emergência.

Artigo 2.º Aplicação territorial

O presente diploma é aplicável em todo o território nacional.

Artigo 3.º Interdições de voos e ligações marítimas

1- São interditas as ligações aéreas de Cabo Verde com países assinalados com a epidemia da COVID-19.

2- É proibida a atracação ou acostagem de navios de cruzeiro, recreio e veleiros, com proveniência do estrangeiro, salvo situações excecionais, devidamente fundamentadas, supervisionadas pelas autoridades de saúde e autoridades marítimas, garantindo-se que, em qualquer caso não haverá vindas a terra de passageiros ou tripulantes, com exceção dos nacionais, nem subidas a bordo.

3- É proibido o desembarque ou embarque, vindas a terra ou subidas a bordo, de passageiros ou tripulantes de navios internacionais de comércio e de pesca.

4- Excetuam-se dos números anteriores:

a) Os voos cargueiros;

b) A acostagem de navios de comércio e de pesca nos portos de Cabo Verde;e

c) As operações de voo no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, enquanto aeroporto certificado no âmbito das operações de aeronaves bimotores com operação prolongada (ETOPS) e alternante em rota para aviões em situação de emergência técnica e/ou sanitária.

5- São interditados os voos e ligações marítimas interilhas, com exceção de:

- a) Voos e ligações marítimas para o transporte de carga;
- b) Voos e ligações marítimas para fins sanitários e da proteção civil;
- c) Evacuações de doentes;
- d) Situações de emergência;e
- e) De pessoal técnico destacado para serviços e setores considerados essenciais.

6- Os serviços de proteção civil e as forças de segurança procedem, respetivamente, à autorização e controlo de todos os que puderem viajar nestes termos.

7- Em situações excecionais e sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, as autoridades marítimas e sanitárias, conjuntamente, poderão autorizar a subida a bordo de funcionários portuários, auxiliares de operações de descarga.

Artigo 4º Vigilância sanitária

1- Os passageiros que, excecionalmente, desembarcarem em Cabo Verde, durante o período de estado de emergência, provenientes de países com casos confirmados de COVID-19, estão especialmente obrigados a cumprir as ordens e instruções das autoridades nacionais de saúde e da proteção civil, nomeadamente, obedecendo às orientações que lhes forem transmitidas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6º do presente diploma.

2- O cumprimento das orientações emanadas pelos serviços sanitários e de proteção civil é acompanhado permanentemente.

Artigo 5º Evacuações e abastecimentos

1- As evacuações médicas urgentes e abastecimentos de medicamentos, materiais e consumíveis hospitalares em regime de urgência serão acauteladas e asseguradas em regime de voos sanitários.

2- O abastecimento de mercadorias e produtos às ilhas continua a ser feito normalmente, ficando, no entanto, proibido o desembarque de passageiros e de tripulantes, com as exceções previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 5 do artigo 3º do presente diploma.

Artigo 6º Confinamento obrigatório

1. Ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, no respetivo domicílio ou em outro local designado pelas autoridades sanitárias e de proteção civil:

- a) Os doentes com COVID-19 e os infetados com SARS - Cov2;e
- b) Os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde e de proteção civil tenham determinado a vigilância ativa.

2. A desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes para o cumprimento da obrigação de confinamento, nos casos previstos no número anterior, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, nos termos previstos no n.º4 do artigo 7º da Lei n.º 12/VIII/2012, de 7 de março, que aprova as Bases da Proteção Civil.

Artigo 7º Dever especial de proteção

1- Ficam sujeitos a um dever especial de proteção:

a) Os maiores de 65 anos;

b) Os imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos.

2- Os cidadãos abrangidos pelo número anterior só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde;

c) Deslocação a postos de correio, previdência social, agências bancárias e seguradoras;

d) Deslocações de curta duração e de até 200 metros de distância da residência, para efeitos de passeio dos animais de companhia;

e) Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente autorizadas.

3- As deslocações para fora do concelho de residência, para qualquer um dos propósitos previstos no número anterior estão dependentes de autorização do serviço nacional da proteção civil.

Artigo 8º Dever geral de recolhimento domiciliário

1- Os cidadãos não abrangidos pelo disposto nos artigos anteriores só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais;

b) Deslocação para efeitos de desempenho de atividades profissionais ou equiparadas quando devidamente autorizadas ou expressamente excecionadas no âmbito do presente diploma;

c) Deslocações por motivos de saúde, designadamente, para efeitos de obtenção de cuidados de saúde e transporte de pessoas a quem devam ser administrados tais cuidados ou dádiva de sangue;

d) Deslocações para acolhimento de emergência de vítimas de violência baseada no género, bem como de crianças e jovens em risco, por aplicação de medida decretada por autoridade judicial;

e) Deslocações para assistência de pessoas vulneráveis ou incapacitadas, pessoas com deficiência, menores, progenitores, idosos ou dependentes;

f) Participação em atos processuais urgentes junto das entidades judiciais e dos cartórios notariais e do registo civil;

g) Deslocação a postos de correio, previdência social, agências bancárias e seguradoras;

h) Deslocações de curta duração e de até 200 metros de distância do local de residência, para efeitos de passeio dos animais de companhia e para alimentação de animais;

i) Deslocações necessárias ao exercício da liberdade de imprensa;

j) Retorno ao domicílio pessoal;

k) Outras atividades de natureza análoga ou necessidade impreterível, desde que devidamente autorizadas.

2- As deslocações para fora do concelho de residência para qualquer um dos propósitos previstos no número anterior estão sujeitas à autorização do serviço nacional da proteção civil.

3- A circulação de veículos na via pública apenas é permitida para realizar as atividades mencionadas no n.º 1 ou para o reabastecimento de combustível, ou ainda quando devidamente autorizada pelo serviço nacional da proteção civil, sob pena de apreensão do veículo e aplicação de coima, nos termos da lei.

4- Não é exigível a autorização a que se refere o número anterior para as viaturas afetas aos profissionais da saúde e da comunicação social, para as viaturas das forças e serviços de segurança, da proteção civil e bombeiros e dos serviços de fiscalização, cujos condutores devem fazer-se identificar através de documento identificativo da classe ou instituição, bem como para as viaturas de saneamento urbano, de abastecimento de água e dos serviços essenciais e impreteríveis dos Órgãos de Soberania e da Provedoria da Justiça.

5- Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, em todas as deslocações efetuadas devem ser respeitadas as recomendações e ordens determinadas pelas autoridades de saúde e pelas forças e serviços de segurança, designadamente as respeitantes às distâncias a observar entre as pessoas, à higienização permanente, ficando igualmente interditas quaisquer deslocações em grupos superiores a duas pessoas, com exceção das crianças sob os seus cuidados.

6- A desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes para o cumprimento da obrigação de recolhimento domiciliário, nos casos previstos no número anterior, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, nos termos previstos no n.º4 do artigo 7º da Lei n.º 12/VIII/2012, de 7 de março, que aprova as Bases da Proteção Civil.

Artigo 9º Encerramento de instalações e estabelecimentos

São encerradas as instalações e proibidas as atividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e diversão, nomeadamente:

- a) Discotecas, bares e salões de dança ou de festa;
- b) Parques de diversões e parques recreativos para crianças;
- c) Parques aquáticos;
- d) Quaisquer locais destinados a práticas desportivas, de lazer, culturais e artísticas;
- e) Outros locais ou instalações similares ou equiparados aos anteriores.
- f) Auditórios, cinemas, salas de concerto, teatros, museus, monumentos, sítios arqueológicos ou similares, públicos ou privados, sem prejuízo do acesso para efeitos de conservação e segurança;
- g) Bibliotecas e arquivos;
- h) Praças;
- i) Polivalentes, salas de conferências e pavilhões multiusos;
- j) Campos, pavilhões ou quaisquer estruturas equiparadas para a prática de atividades desportivas;
- k) Ginásios, academias, escolas de artes marciais, de ginástica e similares.

Artigo 10º Encerramento de serviços

1- São encerradas as empresas públicas, serviços públicos da administração central e local, bem com as empresas privadas e demais atividades do comércio da indústria e serviços, com exceção de:

- a) Farmácias e serviços de saúde, incluindo de veterinária;
- b) Forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, de proteção civil, bombeiros e serviços de guarda;
- c) Serviços essenciais relacionados com as atividades portuárias, aeroportuárias e conexas, designadamente, meteorologia e geofísica, controlo de espaço aéreo, aeronáutica civil, handling, alfândegas e despachantes oficiais, inspeções sanitárias e de pescas;

d) Atividades e serviços de produção, processamento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens essenciais, bem assim como os serviços funerários;

e) Atividades de abastecimento de mercados;

f) Fornecimento de combustíveis e gás;

g) Serviços de limpeza e saneamento;

h) Serviços de produção, abastecimento, fornecimento e venda de água e eletricidade;

i) Órgãos de comunicação social;

j) Serviços de cuidados a vulneráveis e de emergência infantil;

k) Serviços de assistência a filhos menores dos profissionais de saúde, das forças de segurança e de proteção civil;

l) Serviços essenciais do Banco Central, bancos comerciais, sistemas de pagamentos e seguradoras;

m) Serviços essenciais das entidades reguladoras independentes;

n) Serviços de telecomunicações, de comunicações eletrónicas, e serviços de carga e recarga de saldo para comunicações móveis;

o) Serviços urgentes dos registos, cartórios e identificação civil;

p) Serviços urgentes dos Tribunais e serviços do Ministério Público, nos termos da lei e do Decreto Presidencial n.º 7/2020, de 17 de abril.

q) Imprensa Nacional;

r) Serviços essenciais de previdência social e correios;

s) Serviços de receita fiscal;

t) Serviços essenciais dos órgãos de soberania;

u) Serviços essenciais da Provedoria da Justiça;

v) Serviços essenciais das Embaixadas;

w) Outros, sujeitos a autorização prévia devidamente fundamentada, pelo responsável do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB).

2- Os serviços, as empresas públicas e privadas e os demais estabelecimentos previstos nas alíneas j) a r) ficam limitados às atividades consideradas absolutamente essenciais, devendo os demais serviços garantir o seu regular funcionamento, sem prejuízo da adequação à presente conjuntura no que às normas de distanciamento social e higienização diz respeito.

3- Para efeitos de emissão de livre trânsito, as empresas, estabelecimentos, serviços e instituições previstos no n.º 1 devem remeter ao SNPCB a lista dos funcionários destinados à realização dos serviços essenciais, bem como os dias, turnos, horários e local de trabalho.

4- O estabelecido no número anterior não se aplica aos serviços profissionais da saúde, da comunicação social, das forças e serviços de segurança pública e privada, serviços de fiscalização, de proteção civil e bombeiros, de saneamento urbano, de abastecimento de água, e serviços essenciais e impreteríveis dos Órgãos de Soberania e da Provedoria da Justiça, que deverão fazer-se identificar através de documento identificativo da classe ou instituição.

5- As empresas públicas e privadas, os serviços públicos da administração central e local encerrados nos termos do presente diploma devem promover mecanismos alternativos de teletrabalho ou similares, independentemente do vínculo laboral e sempre que as funções o permitam.

6- Os serviços de restauração devidamente licenciados podem manter a respetiva atividade, exclusivamente para efeitos de entrega ao domicílio, sem necessidade de autorização quando em viaturas devidamente caracterizadas, entre as 10h e as 21h00, estando absolutamente vedado o acesso ao interior do estabelecimento pelo público.

7- Os serviços de comércio eletrónico e de entrega ao domicílio podem manter a respetiva atividade, entre as 08h e as 21h30.

8- Os serviços de fornecimento, distribuição, venda e abastecimento de bens alimentares, incluindo padarias, de higiene e limpeza e outros bens essenciais podem manter a respetiva atividade até as 20h.

Artigo 11.º Serviços dos Registos, Notariado e Identificação Civil

1. Os serviços urgentes e essenciais dos Registos, Notariado e Identificação Civil serão prestados, mediante marcação prévia, respeitando sempre as normas de distanciamento social, nos seguintes termos:

a) A prestação do serviço público, nas Conservatórias e nos Cartórios, será assegurada por turnos, de forma rotativa, no período das 9:00h até as 15:00h, por grupo de funcionários a serem criados pelo DGRNI;

b) O serviço de registo à nascença prestado no Posto Hospitalar, fica suspenso, passando a ser prestado nas Conservatórias do Registo Civil a nível nacional;

c) As conservatórias do Registo Civil, devem com exceção de celebração de casamentos, praticar, atos de retificação de registos, emitir certidões de óbitos, de casamentos, de nascimentos e de perfilhações;

d) Os Cartórios Notariais, devem praticar os atos reconhecimento de assinaturas, termos de autenticações, escrituras publicas de compra e venda, hipotecas, abertura de créditos, mediante agendamento prévio em concertação com os bancos.

e) Os testamentos públicos urgentes, quando requeridos na eminência da morte, não carecem de prévio agendamento;

f) Os pedidos de emissão do certificado do registo criminal e de levantamento do CNI e PEC, devem ser feitos por marcação, através do telefone-

g) As constituições, as alterações e emissões das certidões das sociedades comerciais, passam a ser feitas por marcação,

h) Os atos de registo predial, bem como o pedido de certidões, passam a ser feitas por marcação.

i) A Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, será responsável pela criação de uma equipa composta por Conservadores, Notários e Oficiais Ajudantes, que prestarão apoio aos utentes, por via telefónica e via email.

2. Os serviços de atendimento presencial ao público, devem ser organizados por forma a que não haja acumulação de pessoas dentro dos serviços.

Artigo 12º Regras de segurança e higiene

No caso dos estabelecimentos de comércio, indústria ou de prestação de serviços que mantenham a respetiva atividade nos termos do artigo anterior, devem ser observadas as seguintes regras de segurança e higiene:

a) Nos estabelecimentos devem ser adotadas as medidas que assegurem uma distância mínima de 2 (dois) metros entre pessoas, uma permanência pelo tempo estritamente necessário à aquisição dos produtos, a redução da lotação máxima em 50% e a proibição do consumo de produtos no seu interior;

b) A prestação do serviço e o transporte de produtos devem ser efetuados em obediência às necessárias regras de higiene e sanitárias definidas pela Direção Nacional da Saúde.

Artigo 13º Atendimento prioritário

1- Os estabelecimentos de comércio ou de prestação de serviços que mantenham a respetiva atividade nos termos dos artigos anteriores devem atender com prioridade as pessoas sujeitas a um dever especial de proteção, nos termos previstos no artigo 7º, bem como profissionais de saúde, elementos das forças e serviços de segurança, de proteção civil e socorro, pessoal das forças armadas e de prestação de serviços de apoio social.

2- Os responsáveis pelos estabelecimentos devem informar, de forma clara e visível, o direito de atendimento prioritário previsto no número anterior e adotar as medidas necessárias a que o mesmo seja efetuado de forma organizada e com respeito pelas regras de higiene e segurança.

Artigo 14º Eventos de cariz religioso e culto

1- Fica proibida a realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas.

2- A realização de funerais está condicionada à adoção de medidas organizacionais que garantam a inexistência de aglomerados de pessoas e o controlo das distâncias de segurança, fixando-se o limite máximo de presenças a 20 pessoas.

Artigo 15º Setor público

1- Compete ao membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, quando se entenda necessária à sua regulamentação:

a) A definição de orientações sobre teletrabalho, designadamente sobre as situações que impõem a presença dos trabalhadores da Administração Pública nos seus locais de trabalho, bem como sobre a compatibilidade das funções com o teletrabalho;

b) A definição de orientações relativas à constituição e manutenção de situações de mobilidade;

c) A definição de orientações sobre os casos em que aos trabalhadores da Administração Pública pode ser imposto o exercício de funções em local diferente do habitual, em entidade diversa ou em condições e horários de trabalho diferentes;

d) A articulação com as autarquias no que se refere aos serviços públicos locais, em especial o balcão único e ao regime de prestação de trabalho na administração local;

e) A centralização e coordenação da informação quanto ao funcionamento e comunicação dos serviços públicos de atendimento;

f) A difusão de informação, instrumentos de apoio e práticas inovadoras de gestão e organização do trabalho, para proporcionar suporte a atividade dos serviços e dos trabalhadores em novos ambientes do trabalho.

2- O membro do Governo responsável pela área dos Negócios Estrangeiros adapta o disposto no presente artigo aos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 16º Requisição de bens e serviços

1- Reconhece-se como necessária a requisição temporária de bens e serviços, fundando-se na urgência e interesse público, relativamente a:

a) Infraestruturas públicas e privadas que tenham condições para serem convertidas em espaços de quarentena e isolamento;

b) Infraestruturas e serviços hoteleiros e afins, para a mesma finalidade;

c) Transportes coletivos de passageiros, terrestres, marítimos e aéreos, de instituições públicas e empresas privadas, nas diferentes ilhas;

d) Laboratórios de análises clínicas, e clínicas privadas de saúde que tenham capacidade de internamento ou isolamento de casos suspeitos.

2- Os transportes aéreos e marítimos deverão garantir o nível de prontidão das tripulações para missões de apoio no transporte de urgência, nomeadamente de agentes de saúde, proteção civil e segurança, ou de equipamentos e materiais necessários na presente conjuntura.

3- A requisição de bens ou serviços é determinada por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área da Administração Interna e das Finanças, que fixa o seu objeto, o início e o termo previsível do uso, a entidade operacional beneficiária e a entidade responsável pelo pagamento de indemnização pelos eventuais prejuízos resultantes da requisição.

Artigo 17º Requisição de meios humanos

1- O SNPCB identifica os agentes de proteção civil em cada ilha, independentemente do seu quadro de origem, procedendo-se à sua dispensa mediante requisição feita pelo SNPCB ao serviço de origem, com conhecimento dos membros do Governo responsáveis pela Administração Interna e das Finanças.

2- Os trabalhadores do setor privado são mobilizados mediante requisição feita por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Interna e das Finanças à entidade patronal em apreço, definindo-se o regime de prestação de trabalho e retribuições.

Artigo 18º Regime especial de contratação

A contratação de empreitada de obras públicas, o fornecimento de bens e a aquisição de serviços, que tenham em vista prevenir ou acorrer, com caráter de urgência, a situações causadas pela COVID-19, pode ser efetuada por ajuste direto, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Interna e das Finanças, sem sujeição do visto prévio do Tribunal de Contas.

Artigo 19º Garantia de saúde pública

O membro do Governo responsável pela área da Saúde determina a emissão de ordens e instruções necessárias para garantir o fornecimento de bens e o funcionamento de serviços nos centros de produção afetados pela escassez de produtos necessários à proteção da saúde pública.

Artigo 20º Proteção Civil

O membro do Governo responsável pela área da Proteção Civil, com faculdade de delegação:

a) Determina o encerramento da circulação rodoviária por razões de segurança ou fluidez do tráfego, ou de restrição à circulação de pessoas e veículos por motivos saúde pública, mediante solicitação das autoridades sanitárias;

b) Coordena uma estrutura de monitorização do estado de emergência, composta por representantes das áreas governativas definidos por despacho do Primeiro-Ministro e de

representantes das forças e serviços de segurança, proteção civil e da saúde, para efeitos de acompanhamento regular;

c) Assegura a articulação com as restantes áreas governativas para garantir, quando necessário, o empenhamento de pessoas, meios, bens e serviços, nomeadamente das forças e serviços de segurança que não estejam sob sua tutela, necessários ao cumprimento do disposto no presente diploma.

Artigo 21º Acesso ao direito e aos tribunais

O membro do Governo responsável pela área da Justiça articula com os Conselhos Superiores e com a Procuradoria-Geral da República a adoção das providências adequadas à efetivação do acesso ao direito e aos tribunais, para salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão.

Artigo 22º Agricultura

O membro do Governo responsável pela área da Agricultura, com faculdade de delegação, determina, nos termos legais, as medidas necessárias e a prática dos atos que, no âmbito específico da sua ação, sejam adequados e indispensáveis para garantir as condições de normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços agrícolas e pecuários, e os essenciais à cadeia agroalimentar, incluindo a atividade operacional dos aproveitamentos hidroagrícolas, a atividade dos laboratórios nacionais de referência, a recolha de cadáveres nas explorações pecuárias, as certificações e os controlos sanitários e fitossanitários, bem como a importação de matérias-primas de bens alimentares.

Artigo 23º Mar

O membro do Governo responsável pela área da Economia Marítima determina, com faculdade de delegação, nos termos legais, as medidas necessárias e a prática dos atos que, no âmbito específico da sua ação, sejam adequados e indispensáveis para garantir as condições de normalidade no transporte de marítimo de cargas, na produção, transporte, distribuição e abastecimento no âmbito das pescas, aquacultura e transformação.

Artigo 24º Energia e Ambiente

Os membros do Governo responsáveis pelas áreas da Energia e do Ambiente, com faculdade de delegação, determinam, nos termos legais, as medidas regulamentares e administrativas necessárias para garantir a continuidade dos serviços de abastecimento de eletricidade, gás butano e outros combustíveis derivados de petróleo, o ciclo urbano da água, a recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Artigo 25º Licenças, autorizações e documentos oficiais

No decurso da vigência do presente diploma, as licenças, autorizações ou outro tipo de atos administrativos, bem como documentos oficiais mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo.

Artigo 26º Regulamentos e atos de execução

1- Os regulamentos e atos administrativos de execução do presente diploma são eficazes através de mera notificação ao destinatário, por via eletrónica ou outra, sendo dispensadas as demais formalidades aplicáveis.

2- Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por realizada a notificação aos destinatários através da publicação dos regulamentos ou atos no site das entidades competentes para a aprovação dos regulamentos ou a prática dos atos.

Artigo 27º Fiscalização e sanções

1- Todas as operações, atividades e medidas relacionadas com a presente estado de emergência ficam sob o comando do SNPCB.

2- Compete, particularmente, às forças e serviços de segurança fiscalizar o cumprimento do disposto no presente diploma, relativamente:

a) Ao encerramento dos estabelecimentos e fazer cessar as atividades e eventos previstos nos artigos 10º e 13º do presente diploma;

b) À emissão das ordens legítimas, nos termos do presente diploma, a cominação e a participação por crime de desobediência, nos termos e para os efeitos do n.º 2 artigo 356º do Código Penal, por violação do disposto nos artigos 10º, 11º e 13º do presente diploma e do confinamento obrigatório ou recolhimento domiciliário, de quem a ele esteja sujeito nos termos dos artigos 6º e 8º, bem como à condução ao respetivo domicílio ou a outro local designado pelas autoridades sanitárias e de proteção civil;

c) Ao aconselhamento da não concentração de pessoas na via pública;

d) À recomendação a todos os cidadãos do cumprimento do dever geral do recolhimento domiciliário, nos termos e com as exceções previstas no artigo 8.º do presente diploma.

3- Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior as autoridades de saúde comunicam às forças e serviços de segurança a aplicação das medidas de confinamento obrigatório.

4- As forças e serviços de segurança reportam permanentemente ao membro do Governo responsável pela área da Administração Interna o grau de acatamento pela população do disposto no presente diploma, com vista a que o Governo possa avaliar a todo o tempo a situação.

5- A violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário previstos nos artigos 6º e 8º, bem como a violação no disposto nos artigos 9º, 10º, 11º e 13º, sem prejuízo da responsabilidade criminal que originam, constitui contraordenação, sendo aplicáveis as seguintes coimas:

a) 5.000\$00 (cinco mil escudos) a 15.000\$00 (quinze mil escudos), quando se tratem de pessoas singulares;

b) 15.000\$00 (quinze mil escudos) a 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), quando se tratem de pessoas coletivas.

6- Quando sejam apreendidas viaturas por violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário previstos nos artigos 6º e 8º, o levantamento da viatura fica condicionada à apresentação de comprovativo de pagamento da coima aplicada.

7- Compete às forças e serviços de segurança a aplicação de coimas previstas no presente diploma.

8- O produto de coimas aplicadas ao abrigo do presente diploma reverte-se a favor do Estado.

9- Às contraordenações previstas no presente diploma é aplicável subsidiariamente o regime jurídico geral das contraordenações.

Artigo 28º Dever geral de cooperação

Durante o período de vigência do estado de emergência os cidadãos e demais entidades têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas do presente diploma.

Artigo 29º Reunião e manifestação

Podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na

orientação da Direção Nacional da Saúde, restrições ao direito de manifestação e de reunião, necessários para reduzir o risco de contágio e executar as

medidas de prevenção e combate a epidemia, incluindo a limitação

ou proibição de realização de reuniões ou manifestações que, pelo

número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do vírus.

Artigo 30º Manutenção de medidas

1- Findo o período de vigência do estado de emergência, são especificamente mantidas medidas de restrição de circulação interilhas e de distanciamento social, quais sejam:

a) Interdição das ligações aéreas e marítimas internacionais e interilhas, com as exceções previstas no artigo 3º do presente diploma;

b) Interdição de realização de eventos públicos, em espaços abertos ou fechados, independentemente da sua natureza;

c) Interdição ao funcionamento de estabelecimentos de restauração após as 21 horas, nomeadamente bares, restaurantes e esplanadas, com proibição total do consumo em espaços abertos, devendo a lotação dos mesmos ser reduzida em 1/3 da sua capacidade;

d) Interdição de funcionamento de todos os estabelecimentos de diversão noturna, nomeadamente discotecas e equiparados;

e) Interdição de funcionamento de ginásios, academias, escolas de artes marciais, de ginástica e similares;

f) Restrição às visitas a lares e aos centros onde estejam pessoas de terceira idade, a hospitais e outros estabelecimentos de saúde e a estabelecimentos prisionais;

g) Manutenção das regras de organização dos serviços públicos, no que tange à organização de filas e imposição de distância mínima de segurança.

2- As medidas de restrição previstas no número anterior mantêm-se em vigor em todo o território nacional, sendo levantadas progressivamente, de acordo com a evolução da situação epidemiológica em cada ilha.

Artigo 31º Funcionamento das escolas do pré-escolar, básico e secundário

1- O funcionamento das escolas do pré-escolar, básico e secundário com aulas presenciais será efetuado nas ilhas com baixos riscos epidemiológicos de propagação da Covid-19, mediante parecer da Comissão Técnica do Ministério da Saúde e sujeito ao cumprimento das normas de distanciamento social e de higienização, asseguradas pela gestão das escolas.

2- Nos casos em que estas condições não estejam asseguradas, aplicam-se as normas administrativas previstas na lei, para garantir que todos os estudantes tenham avaliação do terceiro trimestre.

3- A telescola e a áudio escola, enquanto instrumentos de apoio ao ensino, têm início a 20 de abril em todo o território nacional.

4- Para avaliação do 12º ano serão realizadas provas de avaliação nacional, mediante aplicação rigorosa das normas de distanciamento social e proteção individual, apoiadas pelo serviço nacional da proteção civil e bombeiros.

Artigo 32º Revogação de autorizações de circulação

As credenciais emitidas para a circulação de pessoas e viaturas ficam revogadas, devendo os pedidos ser solicitados junto ao serviço nacional de proteção civil e bombeiros.

Artigo 33º Revogação

É revogado o Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março.

Artigo 34º Entrada em vigor e vigência

O presente diploma entra em vigor às 00:01 do dia 18 de abril de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 17 de abril de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, Luís Filipe Lopes Tavares, Janine Tatiana Santos Lélis, Paulo Augusto Costa Rocha, Carlos Jorge Duarte Santos, Rui Alberto de Figueiredo Soares, Paulo Jorge Lima Veiga, Alexandre Dias Monteiro, Gilberto Correia Carvalho Silva, Maritza Rosabal Peña, Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente, Arlindo Nascimento do Rosário, Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes

Promulgado em 17 de abril de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto-Lei 43/2020, de 16 de Abril

Prorrogação excepcionalmente, do prazo de resolução automática dos contratos de seguro

O mundo passa por um momento conturbado, com o surgimento e disseminação do novo coronavírus – SARS-CoV-2, Covid-19, com efeitos negativos à escala mundial, não havendo qualquer certeza quanto aos verdadeiros impactos, aos mais diversos níveis, mormente na economia em geral, e no sistema financeiro em particular.

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença Covid-19 como uma pandemia mundial, constituindo uma calamidade pública.

Subsequentemente, foi declarada a calamidade pública pelo Governo, através da Resolução n.º 53/2020, de 26 de março, na qual se aprovou um conjunto de medidas excecionais.

E a 28 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência, em Cabo Verde, pelo Presidente da República, através do Decreto-Presidencial n.º 06/2020, de 28 de março, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias.

A situação provocada pela doença Covid-19 terá impacto direto e incalculável na economia cabo-verdiana e, conseqüentemente, com reflexos na vida das famílias e das empresas.

Tendo em conta que, em momentos como este, todas as medidas que possam mitigar os efeitos devastadores da pandemia do Covid-19 devem ser equacionadas, de modo a se atenuar as consequências nefastas para a sociedade.

Considerando as eventuais dificuldades no cumprimento normal das obrigações e pagamento dos prémios de seguros, devido às restrições decorrentes da situação criada pela pandemia do novo coronavírus, entende o Governo ser oportuno e adequado prorrogar, temporariamente, o prazo de resolução automática dos contratos de seguro prescrito n.º 2 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 35/2010, de 6 de setembro.

Efetivamente, a falta de pagamento do prémio na data do vencimento constitui o tomador do seguro em mora, com a obrigação de pagar os correspondentes juros, bem como, se decorridos quinze dias da data de vencimento o prémio não for pago, o contrato será automaticamente resolvido.

No atual contexto, entende o Governo ser adequado prorrogar o prazo de resolução automática de quinze dias para sessenta dias, período durante o qual o contrato de seguro e as respetivas garantias mantêm-se plenamente em vigor.

Excecionalmente, na pendência do novo prazo referido no parágrafo anterior, não serão devidos juros de mora pelo tomador do seguro.

Foram ouvidos as empresas de seguros e o Banco de Cabo Verde.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º Prorrogação do prazo de resolução automática dos contratos de seguro

1- O presente diploma prorroga, excecionalmente, o prazo de resolução automática dos contratos de seguro, prescrito no n.º 2 do artigo 61º do Decreto-Lei n.º 35/2010, de 6 de setembro, que aprova o Regime Geral dos Contratos de Seguro, passando a ser de sessenta dias, após a data de vencimento do contrato.

2- A presente medida abrange os recibos continuados de prémios com data de início de cobertura entre a data da publicação do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março, e 30 de setembro de 2020.

3- Relativamente aos contratos de seguro referidos no número anterior, não são devidos juros de mora, pelo tomador do seguro, pela falta de pagamento do prémio na data do vencimento.

Artigo 2º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e vigora até 30 de setembro de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 14 de abril de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva e Olavo Avelino Garcia Correia

Promulgado em 15 de abril

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Resolução 61/2020, de 15 de Abril

Aprovação das medidas extraordinárias de reforço da distribuição de água potável fora de rede na ilha de Santiago, de forma a colmatar a penúria de água potável por que passa a população na decorrência da seca prolongada e satisfazer as exigências acrescidas de higiene individual e coletiva, no quadro da luta contra a pandemia do novo coronavírus – o COVID-19

Uma das consequências da seca severa que assola o país desde 2017 é a redução drástica da disponibilidade de água nas reservas subterrâneas (na ilha de Santiago a disponibilidade hídrica caiu para apenas 49 litros/pessoa/dia), manifestando-se através da diminuição dos caudais ou mesmo falência de muitos furos e nascentes explorados, sobretudo nas zonas de altitude, com efeitos bastante negativos na distribuição de água potável à população e na produção agrícola e pecuária.

Para além das medidas mitigadoras (limpeza e reparação de infraestruturas hidráulicas e equipamentos, etc.), estruturantes (execução de novos furos, extensões de redes, instalação de novas dessalinizadoras, etc.) e de reforço da governança, que vêm sendo implementadas no setor da água e saneamento, o Governo decidiu decretar uma vez mais a emergência hídrica no país, através da Resolução n.º 6/2020, de 7 de janeiro. Este instrumento, previsto na legislação vigente, permite às autoridades agilizar medidas excecionais, de carácter logístico-operacional, organizacional e financeiro de modo a colmatar as necessidades imediatas da população, face à penúria de água resultante da falta de chuvas.

Um conjunto de investimentos foram previstos neste sentido e o processo de sua implementação está curso. Entretanto, o surgimento da pandemia do novo coronavírus, o

COVID-19, veio a agravar ainda mais a situação, impondo novas exigências e maior urgência na realização destes investimentos.

Com efeito, o isolamento social e o reforço das medidas preventivas de higiene individual e coletiva, determinadas pelo Governo, provocaram um aumento repentino e significativo da demanda de água potável pela população e, obviamente, maior pressão sobre as infraestruturas e os serviços de distribuição.

As comunidades rurais, especialmente das zonas de altitude, são mais vulneráveis, tendo em conta a fraca cobertura das redes de distribuição e a diminuição dos caudais ou falência de muitos pontos de água explorados.

Santiago é a ilha mais afetada por esta problemática, onde a penúria de água se faz sentir com maior intensidade, tendo em conta o peso da sua população (56% do país), as necessidades em infraestruturas e a demanda da atividade agrícola e pecuária.

Sem prejuízo da implementação do pacote de medidas estruturantes e prioritárias agendadas pelo Governo no domínio da água, a nível de todo o país, urge reforçar de forma excecional a mobilização e distribuição de água fora de rede em Santiago, através de autotanques e chafarizes.

Trata-se, pois, de um programa extraordinário, que visa reforçar a capacidade de investimentos e de intervenção da entidade gestora “Águas de Santiago” colmatar as necessidades prementes enfrentadas pelas famílias rurais e, e que se enquadra nas medidas de emergência hídrica e na luta contra a pandemia do COVID-19.

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea f) n.º 2 do artigo 4.º da Resolução n.º 6/2020, de 7 de janeiro, conjugado com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 36/2020, de 28 de março; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º Objeto

São aprovadas as medidas extraordinárias e urgentes de reforço da distribuição de água fora de rede nas zonas rurais da ilha de Santiago, de forma a colmatar a penúria de água potável por que passa a população na decorrência da seca prolongada e satisfazer as exigências acrescidas de higiene individual e coletiva, no quadro da luta contra a pandemia do novo coronavírus – o COVID-19.

Artigo 2.º Medidas extraordinárias

1- As medidas extraordinárias e urgentes de reforço da distribuição de água fora de rede referidas no artigo anterior consistem em:

a) Construção e instalação de 18 chafarizes amovíveis nas zonas de intervenção para completar o volume de 32 unidades, conforme lista contante no anexo I à presente Resolução, da qual faz parte integrante;

b) Reabilitação de outros equipamentos e infraestruturas existentes de apoio à distribuição de água fora de rede nas zonas de intervenção;

c) Reforço da frota de camiões autotanques com mais 13 unidades para o transporte e distribuição de água nas zonas de intervenção, com recurso à prestação de serviço por parte de proprietários privados e mediante o cumprimento de normas de qualidade exigidas pela entidade técnica reguladora;

d) Mobilização adicional de água potável, mediante reforço da dessalinização e negociação com empresas privadas para o efeito, através de negociação direta ou outros mecanismos legalmente previstos.

2- As medidas referidas no número anterior são implementadas, conforme um plano operacional e financeiro a ser aprovado pelo Conselho de Administração da entidade gestora “Águas de Santiago” (AdS) e homologado pelo membro do Governo responsável pelo setor da Água, mediante parecer favorável da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS).

Artigo 3º Financiamento

1- As medidas extraordinárias de investimento para reforço da distribuição de água fora de rede são financiadas no montante suplementar de 45.000.000\$00 (quarenta e cinco milhões de escudos), distribuídos conforme quadro no anexo II à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

2- O financiamento referido no número anterior destina-se a complementar os esforços de investimento feitos pela AdS e são mobilizados com recurso ao crédito bancário, cuja amortização tem suporte do Estado, através do Fundo do Ambiente.

3- Para assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros necessários à realização das medidas extraordinárias previstas no imediato, o Governo autoriza o adiantamento do montante referido no n.º 1, a partir do Fundo Nacional de Emergência.

Artigo 4º Equipa técnica de pilotagem

1- Para assegurar a boa realização das medidas extraordinárias especificadas no artigo 2º, é criada uma Equipa Técnica de Pilotagem (ETP) constituída por:

a) Um técnico indicado pela ANAS, que coordena;

b) Dois técnicos indicados pela entidade gestora AdS.

2- A ETP tem o caracter de uma força-tarefa e coadjuva a entidade gestora AdS na realização das medidas extraordinárias de reforço da distribuição de água fora de rede, assumindo as seguintes responsabilidades específicas:

- a) Elaborar e submeter à aprovação e homologação o plano operacional e financeiro que inclui, entre outros aspetos, os meios alocados e a sua distribuição territorial, os circuitos, as frequências e os horários de abastecimento, a estratégia de comunicação, a afetação dos meios financeiros e o calendário de implementação, atendendo à celeridade que se requer;
- b) Selecionar e negociar com as empresas de serralharia e proprietários privados de camiões autotanques;
- c) Desenvolver os contactos, a articulação institucional necessária e as negociações atinentes à mobilização de mais água dessalinizada, junto de privados;
- d) Identificar as empresas produtoras de água dessalinizada e negociar com elas a prestação do serviço de fornecimento;
- e) Preparar as minutas de contratos, formulários e outros documentos específicos à materialização do plano operacional referido no número anterior;
- f) Fazer o seguimento quotidiano da implementação das medidas no terreno e manter o plano operacional ajustado às necessidades das comunidades;
- g) Assegurar a informação atempada aos utentes sobre a programação da distribuição de água, as regras de acesso, as adaptações pontuais, quando necessárias, as normas e práticas de higiene e os cuidados com os equipamentos;
- h) Assegurar a necessária articulação com os municípios, através de pontos focais indicados pelos respetivos presidentes de câmara;
- i) Elaborar os relatórios mensais de reforço da distribuição de água fora de rede para aprovação da AdS e divulgação junto do Governo e outras entidades competentes;
- j) Desenvolver outras tarefas complementares no mesmo âmbito, articuladas entre a AdS, a ANAS, os municípios visados e o Governo, através do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Artigo 5º Vigência das medidas extraordinárias

O plano operacional das medidas extraordinárias de reforço da distribuição de água fora de rede tem a duração de 5 meses, podendo o seu término ser antecipado ou prolongado, parcial ou totalmente, conforme a evolução da situação.

Artigo 6º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 14 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

ANEXO I

Lista das zonas/localidades abrangidas

[A que se refere a alínea a) do artigo 2º]

Lei 84/IX/2020, de 4 de Abril

Alteração da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde , para fazer face aos impactos da situação provocada pelo coronavírus-COVID 19 no sistema financeiro

PREÂMBULO

O mundo passa por um momento conturbado, com o surgimento do surto do coronavírus – COVID-19, com efeitos negativos à escala mundial, não havendo qualquer certeza quanto aos verdadeiros impactos, aos mais diversos níveis, mormente na economia em geral e no sistema financeiro em particular.

O sistema financeiro global está a ser fortemente afetado, com a queda das bolsas e reflexos diretos na economia, havendo projeções que apontam para uma recessão global, no mínimo, igual à de 2008.

Cabo Verde, apesar das suas vulnerabilidades naturais, tem vindo, ultimamente, a ter resultados positivos em matéria de crescimento económico, com o sector do turismo a ter um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 25%.

Enquanto pequena economia aberta, com escassos recursos e fraca capacidade produtiva, altamente dependente do exterior, certamente não ficará imune à perspetiva de uma crise económica, em especial, dos seus principais parceiros internacionais.

Ora, sendo previsível que a situação provocada pelo coronavírus – COVID-19 terá impacto direto e incalculável na economia cabo-verdiana e, consequentemente, no seu sistema financeiro, com reflexos na vida das famílias, empresas e populações;

Tendo em conta que, em momentos como este, todas as medidas que possam mitigar os efeitos devastadores da pandemia do coronavírus – COVID-19 devem ser equacionadas, de modo a se atenuar as consequências nefastas para a sociedade;

Sendo certo que para continuar a fornecer crédito, num contexto em que o risco e a incerteza aumentaram exponencialmente, os bancos necessitam não só de ter a garantia de que não lhes faltará liquidez, como também, a garantia de que não serão penalizados em termos de capital;

Considerando as eventuais dificuldades no cumprimento normal das obrigações e pagamento dos créditos, por parte dos devedores do sistema bancário, no contexto adverso do coronavírus – COVID-19, em se mantendo as taxas de juros hoje aplicadas;

Julgando que o acesso ao crédito por parte dos bancos comerciais em condições favoráveis, poderá ajudar na mitigação das dificuldades das famílias e empresas, se conseguirem recorrer a empréstimos junto do Banco Central a taxas ajustadas ao contexto e, em consequência, também atribuírem créditos a taxas muito baixas;

E, uma vez que o disposto nas alíneas a), c) e d) do número 1 do artigo 30º da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, limita a concessão de empréstimos às instituições de crédito e instituições financeiras, por prazo que não exceda a um ano;

Sendo certo que tal prazo não se compagina com a mitigação de problemas resultantes do coronavírus – COVID -19, cuja vigência é de difícil projeção;

De modo a que o Banco de Cabo Verde possa conceder empréstimos às instituições de crédito e instituições financeiras, caucionadas por títulos de dívida pública ou outros facilmente negociáveis, que lhes permitam financiar a economia, com taxas de juros ajustadas aos tempos que correm;

Assim,

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta nos termos da alínea b) do artigo 175.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

A presente Lei procede à primeira alteração à Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, aprovada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho.

Artigo 2.º Alteração

É alterado o artigo 30º da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, aprovada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 30.º

(Operações permitidas)

1. [...]

a) Emissão de títulos com prazo não superior a cinco anos;

b) [...];

c) Celebração de acordos de compra e de recompra de títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e pelo Banco, com as instituições bancárias e outras instituições sujeitas à sua supervisão, não podendo a duração destas operações exceder os cinco anos;

d) Empréstimos às instituições de crédito, nas modalidades que considerar adequadas, por prazo que não exceda os cinco anos, garantidos por títulos de dívida pública ou outros facilmente negociáveis;

e) [...];

f) [...];

g) [...];

h) [...];

i) [...];e

j) [...].”

Artigo 3.º Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 1 de abril de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Pedro Maurício dos Santos

Promulgada em 03 de abril de 2020

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 04 de abril de 2020

O Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Pedro Maurício dos Santos

Resolução 60/2020, de 31 de Março

Alteração da Resolução n.º 38/2020, de 4 de Março, que suspende a aplicação do mecanismo de fixação de preços dos combustíveis no que concerne à fixação dos preços do Fuel 380 e do Fuel 180 .

Atendendo ao disposto no Decreto-Presidencial n.º 6/2020, de 28 de março, que declara o estado de emergência, conjugado com o disposto no Decreto-lei n.º 36/2020, de 28 de março, que procede à aprovação de Decreto-Lei de execução da declaração de estado de emergência;

Face à recente alteração da conjuntura de preços no mercado internacional e a perspetiva de evolução nos próximos 2 meses, o Governo decide proceder à uma alteração pontual, porém necessária, à Resolução n.º 38/2020, de 4 de março, que suspende a aplicação do mecanismo de fixação de preços dos combustíveis previsto no Decreto-Lei n.º 19/2009, de 22 de junho, no que concerne à fixação dos preços do fuel 380 e do fuel 180.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução.

Artigo 1º Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração à Resolução n.º 38/2020, de 4 de março, que suspende a aplicação do mecanismo de fixação de preços dos combustíveis previsto no Decreto-Lei n.º 19/2009, de 22 de junho, no que concerne à fixação dos preços do fuel 380 e do fuel 180.

Artigo 2º Alteração

São alterados os artigos 1º e 2º da Resolução n.º 38/2020, de 4 de março, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º

[...]

É declarada a suspensão temporária da aplicação do mecanismo de fixação de preços dos combustíveis previsto no Decreto-Lei n.º 19/2009, de 22 de junho, no que concerne à fixação dos preços do Fuel 380 e do Fuel 180, durante um período de transição a iniciar de 1 de março até 31 de março de 2020.

“Artigo 2º

[...]

1- [...]

2- A partir do mês de abril de 2020 é aplicada a cotação de Fuel 380 0,5%.

3- [...]

4- [...]”

Artigo 3º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho de Ministros de 30 de março 2020. — O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva.

Resolução 51/2020, de 20 de Março

Interdição das ligações aéreas de e para a Boa vista, bem como do transporte de passageiros por via marítima, com exceção dos voos e das ligações marítimas para fins sanitários, evacuações de doentes, situações de emergência e repatriamento de cidadãos estrangeiros.

Perante o primeiro caso do COVID 19, registado na Boa Vista, entrámos a partir desse momento, na fase de perigo iminente conforme previsto no Plano Nacional de contingência.

Para evitar situações de contágio na ilha e para fora dela, urge reforçar o quadro de medidas da presente situação de contingência, específicas para a ilha da Boavista, que deverão ser compreendidas como de exceção e de especial cumprimento para todos.

Assim,

Nos termos do nº 2 do artigo 265º da Constituição,

o Governo aprova a seguinte Resolução

Artigo 1º Objeto

1.O Governo decide, com efeitos imediatos e até o dia 4 de abril de 2020:

- a). Interditar as ligações aéreas de e para a Boa vista;
- b). Interditar o transporte de passageiros por via marítima de e para a Boa vista.

2. As interdições acima referidas acrescem àquelas determinadas pela Resolução nº48/2020, de 17 de março.

Artigo 2º Exceções

Excetuam-se das interdições a que se refere o artigo anterior:

- a) Os voos e as ligações marítimas para fins sanitários;
- b) Evacuações de doentes; e
- c) Situações de emergência e repatriamento de cidadãos estrangeiros.

Artigo 3º Abastecimento

O abastecimento de mercadorias e produtos à ilha continua a ser feito normalmente, ficando, no entanto, proibido o embarque e desembarque de passageiros ou tripulantes.

Artigo 4º Encerramento de serviços

São encerradas as empresas públicas e privadas, serviços públicos, da administração central e local, bem como todos os estabelecimentos comerciais, com exceção de:

- a) Farmácias e serviços públicos e privados de saúde;
- b) Forças e serviços de segurança e de proteção Civil;
- c) Serviços portuários e aeroportuários;
- d) Estabelecimentos comerciais de venda e abastecimento de bens alimentares, de higiene e limpeza e outros bens básicos e essenciais;
- e) Serviços de entrega domiciliária de refeições;
- f) Postos de combustíveis;
- g) Bancos, seguros e lojas comerciais das operadoras de telecomunicações, bem como os postos de venda da rede de distribuição das mesmas, unicamente para efeitos de recarga de saldo para comunicações móveis;
- h) Serviços urgentes dos serviços do Registo Nacional de Identificação Civil;
- i) Serviços urgentes dos Tribunais Judiciais, nos termos da lei;

j) Outros, sujeitos a autorização prévia devidamente fundamentada, pelo responsável do Serviço Nacional de Proteção Civil destacado para a ilha.

Artigo 5º Aplicação e supervisão das medidas

1. Todas as operações, atividades e medidas relacionadas com a presente situação de contingência ficam sob o comando de um representante do Serviço Nacional da Proteção Civil que será deslocado para a Boa Vista para o efeito.
2. É reforçado o contingente da Polícia Nacional e é destacado um contingente do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros e um contingente das Forças Armadas, para garantir apoio à população, garantir a ordem, a segurança pública e o cumprimento das medidas ora decretadas.
3. É destacada uma equipa da IGAE, para garantir a fiscalização de eventuais ações de açambarcamento e especulação.

Artigo 6º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 20 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução 45/2020, de 13 de Março

Prorrogação do prazo de interdição dos voos com procedência em Itália para Cabo Verde para até 30 de abril de 2020

O Mundo, neste momento, está a registar um surto epidémico de coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, após ter casos registrados em Wuhan, na China, com o mais de 98 mil casos e mais de 3 mil mortes, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O novo agente do coronavírus, chamado de novo coronavírus – COVID-2019 é uma família de vírus que causa doenças que variam das infeções respiratórias comuns a doenças graves com impacto importante em termos de saúde pública, como a Síndrome Respiratória Aguda (SARS), identificada em 2002, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada em 2012.

A situação mundial é alarmante, o que levou a OMS a declarar o estado de emergência global, em razão da disseminação do coronavírus.

Neste contexto, considerando a mobilidade existente em Cabo Verde e para Cabo Verde de países com a pandemia de coronavírus, nomeadamente países europeus emissores de turistas que visitam Cabo Verde, obrigam a um incremento de medidas sanitárias e operacionais no país, designadamente nos hospitais, aeroportos e portos;

Considerando que a existência de ligações aéreas diárias com os países com a epidemia e a falta de imunidade da população Cabo Verdiana para com esta doença, aliado ao fato de se tratar de uma epidemia altamente transmissível e sem tratamento antiviral específico, o que aumenta o risco sanitário para uma eventual introdução desta doença no País;

Levando em consideração que a Itália é o país da Europa com mais casos de pessoas infetadas pela coronavírus COVID-19, com, segundo os dados disponíveis, mais de 3.000 casos de infetados e 148 óbitos;

Tendo em conta o afluxo anual de 30 mil turistas oriundos de Itália para Cabo Verde, com uma média de estadia de cerca de 6 dias e atendendo que o nível de transmissibilidade desse vírus entre humanos é de cerca de 1 a 4, por cada infetado;

Atendendo que o Turismo contribui com cerca de um quinto da riqueza nacional criada e com cerca de 23% dos postos de trabalho;

Considerando, ainda, a Resolução n.º 35/2020, de 27 de fevereiro, que interdita todos os voos com procedência em Itália para Cabo Verde por um período de três semanas;

Entende o Governo tomar medidas preventivas urgentes para garantir a segurança do país em matéria de saúde pública.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Prorrogação do prazo de suspensão dos voos da Itália

1. Fica prorrogado para até 30 de abril de 2020 o prazo de interdição de todos os voos com procedência em Itália para Cabo Verde.

2. A situação será avaliada periodicamente para decisão sobre a continuidade da medida ora decretada ou seu cancelamento, conforme o estado da evolução do coronavírus (COVID-19) em Itália.

Artigo 2º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 12 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução 35/2020, de 27 de Fevereiro

Interdição de todos os voos com procedência em Itália para Cabo Verde por um período de três semanas

Os recentes acontecimentos no que respeita a epidemia coronavírus COVID-19, alastrando-se a vários países, designadamente países europeus emissores de turistas que visitam Cabo Verde associados à declaração de situação de emergência sanitária internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), obrigam a um incremento de medidas sanitárias e operacionais no país, designadamente nos hospitais, aeroportos e portos. Considerando o aumento exponencial de novos casos de pessoas infetadas pela coronavírus COVID-19 em Itália;

Tendo em conta as ligações diárias entre aquele país e Cabo Verde, com um afluxo anual de 30 mil turistas e com uma média de estadia de cerca de 6 dias e atendendo que o nível de transmissibilidade desse vírus entre humanos é de cerca de 1 a 4, por cada infetado.

Considerando o nível de alerta da OMS e a crescente ansiedade da população sobre esta situação e não descurando os fracos recursos médicos do país em fazer face a uma situação de contágio em grande escala. Atendendo que o Turismo contribui com cerca de um quinto da riqueza nacional criada e com cerca de 23% dos postos de trabalho;

Entende o Governo tomar medidas preventivas urgentes para garantir a segurança do país em matéria de saúde pública.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Suspensão dos voos da Itália

1. Ficam interditados todos os voos com procedência em Itália para Cabo Verde por um período de três semanas.
2. A situação será avaliada para decisão sobre a continuidade da medida decretada ou seu cancelamento, conforme o estado da evolução do coronavírus (COVID-19) em Itália.

Artigo 2º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho de Ministros, do dia 27 de fevereiro de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

Resolução 34/2020, de 25 de Fevereiro

Autorização para a transferência de verbas entre os Departamentos Governamentais, visando o financiamento do Plano de Emergência para a Luta contra a epidemia do coronavírus

O Mundo, neste momento, está a registrar um surto pandémico de coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, após ter casos registrados em Wuhan, na China, com o total de 14,5 mil casos registrados em 18 países com 305 mortes, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os primeiros coronavírus humanos foram identificados em meados da década de 60, sendo que os coronavírus mais comuns que infetam os humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus oC43 e HKU1.

O novo agente do coronavírus, chamado de novo coronavírus – nCoV-2019 é uma família de vírus que causam doenças que variam das infeções respiratórias comuns a doenças graves com impacto importante em termos de saúde pública, como a Síndrome Respiratória Aguda (SARS), identificada em 2002, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada em 2012.

A situação mundial é alarmante, o que levou a OMS a declarar o estado de emergência global, em razão da disseminação do coronavírus.

Pese embora, até o momento, Cabo Verde não tenha registrado nenhum caso suspeito de coronavírus, o Ministério da Saúde e da Segurança Social, enquanto entidade máxima promotora da saúde pública, vem tomando medidas preparatórias para responder à epidemia do coronavírus, concretamente:

- a) Emissão de “Medidas Imediatas” a serem implementadas em todas as estruturas de saúde;
- b) Realização de uma reunião técnica, com a participação dos profissionais de saúde de todas as estruturas, tendo sido acionado uma equipa técnica de intervenção rápida (ETNIR). Igualmente, foi acionado o Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF), para providenciar os materiais, equipamentos e consumíveis necessários, para uma eventual complicação da situação;
- c) Socialização junto das estruturas hospitalares e Regiões Sanitárias das normas técnicas a serem observadas em todas as estruturas de saúde do país, de acordo com as recomendações da OMS;
- d) Reforço das medidas de vigilância nos pontos de entrada do país, em todos os aeroportos internacionais, com a disponibilização de profissionais para seguir todos os passageiros provenientes do exterior, com ações preventivas de deteção/triagem, encaminhamento de eventuais casos suspeitos e de aconselhamento;
- e) Identificação um espaço de isolamento em todas as estruturas de saúde, para responder a uma eventual situação de casos suspeitos;
- f) Mobilização de materiais, equipamentos e consumíveis, disponíveis no país, tendo sido procedido à encomenda de um stock para seis meses, junto da OMS e da EMPROFAC;

g) Elaboração de normas e procedimentos de intervenção disponíveis em todas as estruturas de saúde, bem como a implementação das medidas organizativas e funcionais que se impõem, incluindo a mobilização das parcerias locais necessárias, para responder da melhor forma a esta pandemia.

Neste contexto, considerando a mobilidade existente em Cabo Verde e para Cabo Verde de países com a pandemia de coronavírus, nomeadamente a China;

Considerando que a existência de ligações aéreas e marítimas com os países com a pandemia e a falta de imunidade da população Cabo-verdiana para com esta doença, aliado ao fato de se tratar de um vírus altamente transmissível e sem tratamento antiviral específico, o que aumenta o risco sanitário para uma, eventual, introdução desta doença no País;

Havendo necessidade de, por segurança sanitária do País, garantir e assegurar respostas eficazes durante várias etapas: (i) a preparação e estado de permanente alerta;

(ii) a capacidade de detenção precoce do vírus;

(iii) e o confinamento imediato para evitar o risco de propagação;

Considerando a necessidade de se garantir um conjunto de medidas, tais como a aquisição de equipamentos, como: aparelhos ventiladores pulmonares; humidificadores; aparelho de radiologia portátil; carro de emergência; camas articuladas; macas de transportes; esfigmomanómetros; termómetros; estetoscópios; monitores de sinais vitais; debitómetros;

bombas infusoras; aparelhos de ECG e mesa de Mayo de inox;

o recrutamento e treinamento do Pessoal como médicos especialistas, enfermeiros, técnicos de laboratório; técnico de farmácia e apoio operacional e aquisição de bens e serviços como: medicamentos; produtos alimentares; roupas, vestuários e calçados; material de consumo clínico, materiais de escritórios; material de limpeza e higiene;

Considerando, ainda, que Cabo Verde está a implementar todas as recomendações da OMS para a deteção e resposta à epidemia de coronavírus;

Levando em conta a necessidade de se custear as despesas resultantes da execução do Plano de Emergência para a Luta contra a epidemia de coronavírus;

E, havendo disponibilidade orçamental para arcar com os respetivos custos, aprova-se, nos termos que se propõe, a presente Resolução.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 67º do Decreto-Lei n.º 3/2020, de 17 de janeiro; e,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º Autorização

É autorizada a transferência de verbas entre Departamentos Governamentais, no valor global de 76.852.814\$30 (setenta e seis milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e catorze escudos e trinta centavos), para financiar o Plano de Emergência da Luta contra a epidemia de coronavírus, conforme o quadro constante do anexo I à presente Resolução, do qual faz parte integrante.

Artigo 2º Quadro de financiamento

O quadro de financiamento do Plano de Emergência da Luta contra a epidemia de coronavírus, consta do anexo II à presente Resolução, do qual faz parte integrante.

Artigo 3º Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, do dia 20 de fevereiro de 2020.

O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

CONSULTAR ANEXO NO TEXTO OFICIAL



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



Guiné-Bissau

Constituição da República da Guiné-Bissau

Artigo 31º

- 1- O Estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efectiva ou eminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade política.
- 2- A declaração do estado de sítio em caso algum pode afectar os direitos à vida, à integridade pessoal e à identidade pessoal, a capacidade civil e a cidadania, a não retroactividade da lei penal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião.
- 3- A declaração do estado de emergência apenas pode determinar a suspensão parcial dos direitos, liberdades e garantias.



Decreto Presidencial n.º 6/2020, de 27 de março



O Presidente

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 06/2020

A pandemia mundial ocasionada pela doença COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 11/03/2020, e qualificada como uma emergência de saúde pública, obriga que sejam tomadas medidas de prevenção com vista a evitar a sua propagação. Infelizmente, não obstante as medidas preventivas que o Governo tomou e que a população em certa medida acatou e cumpriu, o país está a atravessar um momento crítico, visto que já foram confirmados dois casos de infeção pelo COVID-19 no território nacional.

A Constituição da República, permite que, em situações como esta a que estamos a viver, de calamidade pública, sejam suspensos alguns direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, através da declaração de Estado de emergência, uma medida excepcional com vista a salvaguardar bens essenciais, valores e princípios fundamentais previstos na Constituição.

Assim, com o objetivo de conferir uma base jurídico-constitucional às medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias que o Governo vem tomando através do plano de contingência e deliberações do Conselho de Ministros, aliada a necessidade de criação de um quadro legal coerente, proporcional e realista ao contexto guineense para a prevenção e combate ao vírus do COVID- 19, o Presidente da República decidiu avançar com a declaração de estado de emergência.

Entretanto, tal como previsto na Constituição, a declaração do estado de emergência não afectará os direitos à vida, à integridade pessoal e à identidade pessoal, a capacidade civil e a cidadania, a não retroactividade da lei penal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião. Por outro lado, as medidas



restritivas de direitos, liberdades e garantias têm carácter geral e abstracto, devem limitar-se ao estreitamente necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos e não podem ter efeitos retroactivos, nem diminuir o conteúdo essencial dos direitos.

Após o cumprimento das formalidades constitucionais, e tendo ouvido o Conselho de Estado, o Presidente da República decreta nos termos do artigo 68º alínea v) conjugado com o artigo 85º nº 1 alínea i) e 31º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito espacial e a duração

O recurso a declaração de estado de emergência por razões da pandemia de COVID-19, abrange toda República da Guiné-Bissau, tendo a duração de 15 dias, devendo iniciar-se às 0:00 horas do dia 28 de Março de 2020 e cessando às 24:00 horas do dia 11 de Abril de 2020, sem prejuízo de eventuais renovações, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Fundamentação

A presente declaração do estado de emergência fundamenta-se na necessidade de unirmos esforços no combate à pandemia do COVID - 19, mundialmente reconhecida como uma situação de calamidade pública.

Artigo 3.º

Suspensão temporária de certos direitos fundamentais

Fica temporariamente suspenso o exercício dos seguintes direitos:

- a) Direito de deslocação e fixação em qualquer parte do território nacional;



- b) Direito dos trabalhadores;
- c) Direito a Propriedade e iniciativa económica privada;
- d) Direito a Circulação internacional;
- e) Direito de reunião e de manifestação;
- f) Direito a Liberdade de culto, na sua dimensão colectiva;
- g) Direito de resistência.

ARTIGO 4.º

Implementação Administrativa

Fica o Governo, através do Primeiro-ministro e outras entidades e instituições integrantes da comissão interministerial, habilitadas a tomarem as providencias necessárias e adequadas para execução do presente Decreto Presidencial com vista ao combate da epidemia do COVID-19, devendo para o efeito, manter permanentemente informado o Presidente da República sobre o desenrolar da situação.

ARTIGO 5.º

(Quarentena)

Doravante, todos os passageiros que desembarcarem no aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, assim como aqueles que atravessarem as nossas fronteiras terrestres e marítimas a contar da data do início da vigência do presente Decreto, devem preencher no momento do desembarque ou travessia, o formulário para o controlo sanitário obrigatório, entregue pelas autoridades competentes, e em caso de suspeição, são obrigados a ficarem nas suas casas confinados por um período mínimo de 14 (catorze) dias, cumprindo as orientações dadas para o efeito pelo Ministério da Saúde.



ARTIGO 6.º

Proporcionalidade da execução das medidas

As medidas decretadas e a sua execução devem respeitar o princípio da proporcionalidade devendo a sua implementação, duração e os meios a serem utilizados, limitar-se ao estritamente necessário ao combate da epidemia do COVID-19.

ARTIGO 5.º

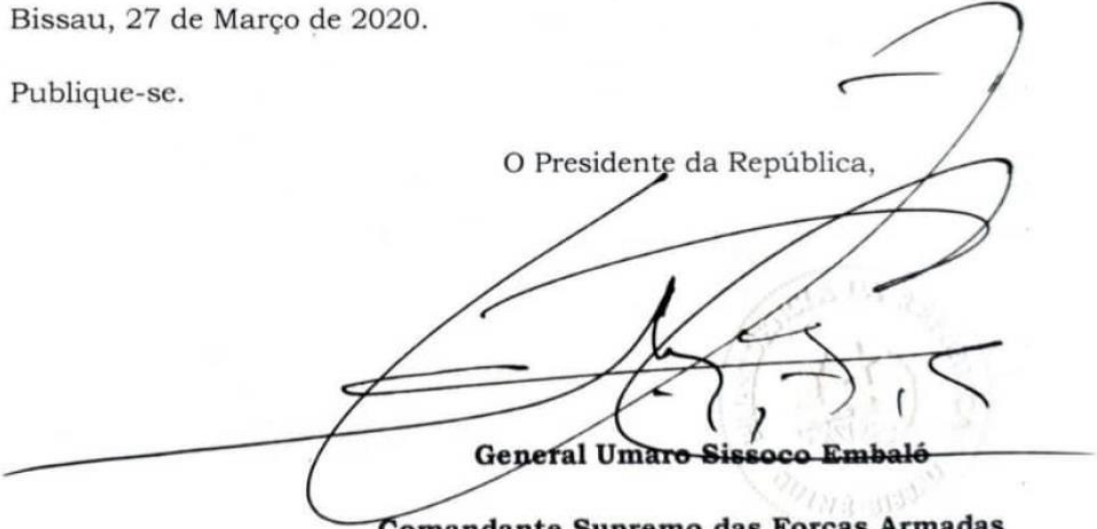
Entrada em vigor

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor as 0h:00 (zero) horas do dia 28 de Março do corrente ano.

Bissau, 27 de Março de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República,


General Umaro Sissoco Embalé

Comandante Supremo das Forças Armadas

Decreto n.º 7/2020, de 1 de abril

Decreto n.º 07 2020

A Guiné-Bissau declarou, de forma oficial, através do Governo, no dia 25 de março de 2020, a existência de casos de infeção por coronavírus.

Em consequência, o Presidente da República decretou o estado de emergência para todo o território nacional, através do Decreto presidencial n.º 6/2020, de 27 de março.

A existência de pessoas infetadas por coronavírus cria, entre nós, uma situação de emergência de saúde pública, tornando-se urgente impedir a sua transmissão e propagação em toda a extensão do nosso território, através de adoção de um regime adequado a esta realidade, que permita estabelecer medidas excecionais e temporárias.

Assim,

O Governo, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 100.º da Constituição e do artigo 4.º do Decreto de Presidencial n.º 06/2020, de 27 de março, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente Decreto regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, através do Decreto presidencial n.º 6/2020, de 27 de março.

Artigo 2.º

Aplicação territorial

O presente decreto é aplicável em todo o território nacional.

Artigo 3.º

Duração

O estado de emergência iniciou-se às 00h00 horas do dia 28 de março de 2020 cessará às 24 horas do dia 11 de abril de 2020, sem prejuízos de eventuais renovações, nos termos da lei.

Artigo 4.º
Isolamento obrigatório

1 - Ficam em isolamento obrigatório, em estabelecimento de saúde ou no respetivo domicílio:

- a) As pessoas infetadas por coronavírus;
- b) As pessoas relativamente a quem a autoridade de saúde tenha considerado de suspeitos de infeção por coronavírus.

2 - A violação da obrigação de isolamento, nos casos previstos no número anterior, constitui crime de desobediência, nos termos da legislação penal aplicável.

Artigo 5.º
Deslocação no território nacional

1. É interdita a circulação de pessoas nas ruas e vias públicas do país.

2. O disposto no número anterior não se aplica à circulação para compra e venda dos produtos e bens essenciais das 07 as 11 horas.

3. Ficam dispensados dos respetivos serviços os funcionários e agentes, não essenciais, da Administração Pública (a definir pelos departamentos a que pertencem).

4. As restrições impostas no número anterior não abrangem os funcionários e os agentes (do sector público ou privado) afetos aos seguintes serviços:

- a) A defesa e segurança;
- b) A saúde pública;
- c) A comunicação social;
- d) Os serviços marítimos e aeroportuários;
- e) Os combustíveis e lubrificantes;
- f) Os bancos;
- g) Os agentes diplomáticos;
- h) Os agentes humanitários.

5. Os funcionários e agentes da Administração Pública e do sector privado previsto no número anterior deverão ser devidamente credenciados pelo Ministério do Interior.

Artigo 6º
Interdição do Direito de Reunião e de Manifestação

É interdito, de maneira geral ou particular, todos os cortejos, desfiles, reuniões, ajuntamentos, eventos públicos e manifestações na via pública, de mais de cinco pessoas, sem observância de distância de, pelo menos, dois metros para evitar possíveis infeções.

Artigo 7º
Direito dos Trabalhadores

1. As autoridades públicas podem determinar aos trabalhadores que, independentemente do vínculo laboral, se apresentem ao serviço e passem a desempenhar as funções que lhes forem cometidas, nomeadamente, dos sectores da saúde, proteção civil, segurança e defesa, e outros necessários ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à pandemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens essenciais.
2. É proibido a cessação das relações juridico-laborais com fundamento na ausência dos trabalhadores no local e trabalho.
3. Fica suspenso o exercício do direito à greve na medida em que possa comprometer o funcionamento dos sectores vitais da economia, à produção, ao abastecimento, à operacionalidade de infraestruturas e de redes de distribuição, ou unidades de prestação de cuidados de saúde.

Artigo 8º
Circulação internacional

1. É proibida a entrada ou saída do território nacional.
2. O disposto no número anterior não se aplica a cidadãos nacionais que estejam de regresso ao país, aos agentes diplomáticos, humanitários e transporte de bens e produtos de primeira necessidade.
3. A entrada no território nacional, nos termos no número anterior, deve ser feita exclusivamente pelos postos que dão acesso às localidades com instalações de quarentena (15 dias), salvo os agentes humanitários.
4. Os cidadãos nacionais e estrangeiros, que tenham entrado no território nacional nos termos do número 2 do presente artigo, são obrigados a ficar em quarentena por um período mínimo de 15 dias, sob as orientações da autoridade de saúde.
5. Os agentes de defesa e segurança devem ser estacionados junto das entradas principais e secundárias das fronteiras.

Artigo 9.º
Instalações de quarentena

1. Devem ser instaladas, nas seguintes localidades, tendas destinadas a quarentena dos suspeitos de infeção por coronavírus:
 - a) Fronteira Norte: Região de Cacheu - São Domingos, Bigene, Ingore, Barro e Sedengal; Região de Oio – Dungal e Tonhataba;

- b) Fronteira Leste: Região de Bafata - Cambadju e Sarebacar; Região Gabu – Pirada, Fulamorore, Buruntuma, Paunca, Canquelifa, Bajocunda, Beli/Bufena, Dandu/Guileche, Lugadjol e Cabubonde);
- c) Fronteira Sul: Região de Tombali - Cuntabane, Hafia Bunhe, Gandembel, Sanconha, Cameconde;
- d) Fronteira Marítima: Bijagós – Bubaque, Caravela e Uracane.

Artigo 10.º Sector Saúde

1. As estruturas privadas de saúde devem colaborar e articular com as estruturas públicas no âmbito de prevenção e combate ao Covid-19.
2. As farmácias e as centrais de compra de medicamentos devem funcionar ininterruptamente de 24/24 horas.
3. Quem praticar a especulação de preços dos medicamentos é sujeito ao dobro da multa máxima prevista na lei, podendo ser confiscado todo o stock existente nas suas instalações em caso de reincidência.

Artigo 11.º Transportes

1. É proibida a circulação dos transportes urbanos, interurbanos e mistos durante a vigência do estado de emergência.
2. A proibição prevista no número anterior não se aplica aos transportes de bens e produtos de primeira necessidade.
3. Os meios de transportes particulares utilizados nos termos do número 2, do artigo 5.º, não devem ultrapassar metade da sua lotação.
4. Quem praticar a especulação de preços dos transportes é sujeito ao dobro da multa máxima prevista na lei.

Artigo 12.º Comércio e restauração

1. É interdita a venda ambulante, venda de alimentos confeccionados no interior e nas imediações das feiras e mercados.
2. Os restaurantes, pastelarias, padarias e serviços similares, só podem funcionar em regime de *Take-away* (pronto a levar) das 07 às 11 horas.
3. O limite máximo de clientes dentro das instalações das atividades referidas na alínea anterior, é de cinco pessoas, devendo as mesmas usar máscaras e lavar as mãos antes de entrar nas instalações.
4. Todo o pessoal afeto às instalações referidas na alínea b), do presente artigo, devem usar máscaras em permanência.

5. Na entrada para as instalações referidas na alínea b), do presente artigo, os clientes devem estar afastados um do outro, por, pelo menos 1 metro de distância.

6. Quem praticar a especulação de preços dos bens de consumo é sujeito ao dobro da multa máxima prevista na lei, podendo ser confiscado todo o stock existente nas suas instalações em caso de reincidência.

7. Os produtos resultantes da multa e do confisco devem ser revertidos para os hospitais, as casas de acolhimento e as forças de defesa e segurança.

Artigo 13.º Liberdade religiosa

O exercício em coletivo da liberdade religiosa nas igrejas, mesquitas, locais de culto e de rituais tradicionais é proibido.

Artigo 14.º Cerimónias fúnebres

As cerimónias fúnebres não devem agrupar mais de dez pessoas, sendo obrigatório o uso de máscara.

Artigo 15.º Direito de propriedade

1. Por decisão do Primeiro-Ministro ou por sua delegação, podem ser requisitados quaisquer bens ou serviços de pessoas colectivas de direito público ou privado que se mostrem necessários ao combate à doença.

2. Os prejuízos resultantes da aplicação do Decreto de Execução do Estado de Emergência conferem direito à indemnização ou compensação aos lesados mediante o despacho do Primeiro Ministro que define os critérios de avaliação, sob proposta conjunta dos Ministros da Economia, das Finanças e da Função Pública, Emprego e Segurança Social.

Artigo 16º Direito de Resistência

É passível de procedimento criminal, todo e qualquer ato de resistência, ativa ou passiva, às ordens e instruções emanadas das autoridades públicas competentes, em execução do estado de emergência.

Artigo 17.º Medidas de acompanhamento e de apoio ao cidadão

1. Devem ser assegurados, aos cidadãos, chamadas gratuitas através dos seguintes números e assistência:

- a) 1313 (Orange) do Serviço Nacional de Proteção Civil;
- b) 1919 (MTN) do Ministério da Saúde Pública;
- c) 2020 (Orange) do Ministério da Saúde Pública;
- d) Assistência alimentar, médica e medicamentosa em caso de necessidade.

2. Garantir o seguro de vida pago pelo Estado a todos os agentes envolvidos neste processo de combate a epidemia Covid-19.

Artigo 18.º
Casos omissos

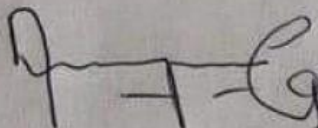
Os casos omissos no presente Decreto são regulados por um despacho do Primeiro-Ministro ouvido a Comissão Interministerial de Acompanhamento de Prevenção de Covid-19.

Artigo 19.º
Entrada em vigor

O presente Decreto entra em vigor a partir do dia 01 de abril de 2020.

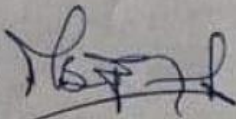
Aprovado em Conselho de Ministros de 28 de março de 2020

O Primeiro-Ministro,
Nuno Gomes Nabiam



O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares

Mamadu Serifo Jaquité



Promulgado em 1 de Abril de 2020

Publique-se!

O Presidente da República,

Umaro Sissoco Embalo



Decreto Presidencial 10/2020, de 28 de Abril

Renovação do estado de emergência em todo o território nacional

As medidas adotadas pelo Governo nos últimos 15 dias para regulamentar o estado de emergência tiveram um impacto positivo na prevenção e combate ao COVID-19, no que diz respeito à transmissão da doença, redução da percentagem diária de novos casos de infeção e de internamentos.

Contudo, o país ainda não está em condições de afirmar ter o controlo total da situação, por isso, para que o esforço e sacrifício coletivo consentidos nos últimos trinta dias continuem a ter efeitos desejados, há que continuar a adotar algumas medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias fundamentais, na medida do estritamente necessário para a prevenção e combate ao COVID-19.

Atento ao que precede, visto o relatório da Comissão Interministerial do Acompanhamento e Prevenção da COVID19, impõe-se a renovação do estado de emergência em todo território nacional.

Assim, após o cumprimento das formalidades, o Presidente da República decreta, nos termos do art.º 68.º, alínea v, conjugado com o art.º 85, n.º 1, alínea i, e 31.º, todos da Constituição da República, o seguinte:

ARTIGO 1.º Renovação

É renovado o estado de emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma continuada situação de calamidade pública provocada pelo COVID-19.

ARTIGO 2.º Duração

A renovação do estado de emergência tem a duração de 15 dias, iniciando-se às 0:00 horas do dia 27 de abril de 2020 e cessando às 24:00 horas do dia 11 de maio de 2020.

ARTIGO 3.º Implementação

1. Fica o Governo habilitado a tomar as providências necessárias e adequadas para execução do presente decreto presidencial com vista à prevenção e combate ao COVID-19, devendo, para o efeito, manter permanentemente informado o Presidente da República sobre o desenrolar da situação.
2. Na implementação do presente decreto, o Governo deve observar escrupulosamente os limites impostos pela Constituição.

ARTIGO 4.º Entrada em vigor

O presente decreto presidencial entra em vigor às 00h00 do dia 27 de abril de 2020.

Bissau, 26 de abril de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, General, Umaro Sissoco Embaló.



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



Moçambique

Constituição da República de Moçambique

Artigo 72

(Suspensão de exercício de direitos)

1. As liberdades e garantias individuais só podem ser suspensas ou limitadas temporariamente em virtude de declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência nos termos estabelecidos na Constituição.
2. Sempre que se verifique suspensão ou limitação de liberdades ou de garantias, elas têm um carácter geral e abstracto e devem especificar a duração e a base legal em que assenta.

Artigo 282

(Estado de sítio ou de emergência)

1. O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território, nos casos de agressão efectiva ou eminente, de grave ameaça ou de perturbação da ordem constitucional ou de calamidade pública.
2. A declaração do estado de sítio ou de emergência é fundamentada e especifica as liberdades e garantias cujo exercício é suspenso ou limitado.

Artigo 283

(Pressupostos da opção de declaração)

A menor gravidade dos pressupostos da declaração determina a opção pelo estado de emergência, devendo, em todo o caso, respeitar-se o princípio da proporcionalidade e limitar-se, nomeadamente, quanto à extensão dos meios utilizados e quanto à duração, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

Artigo 284

(Duração)



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

O tempo de duração do estado de sítio ou de emergência não pode ultrapassar os trinta dias, sendo prorrogável por iguais períodos até três, se persistirem as razões que determinaram a sua declaração.

Artigo 285

(Processo de declaração)

1. Tendo declarado o estado de sítio ou de emergência, o Presidente da República submete à Assembleia da República, no prazo de vinte e quatro horas, a declaração com a respectiva fundamentação, para efeitos de ratificação.
2. Se a Assembleia da República não estiver em sessão é convocada em reunião extraordinária, devendo reunir-se no prazo máximo de cinco dias.
3. A Assembleia da República delibera sobre a declaração no prazo máximo de quarenta e oito horas, podendo continuar em sessão enquanto vigorar o estado de sítio ou de emergência.

Artigo 286

(Limites de declaração)

A declaração do estado de sítio ou de emergência em nenhum caso pode limitar ou suspender os direitos à vida, à integridade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei penal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de religião.

Artigo 287

(Restrições das liberdades individuais)

Ao abrigo do estado de sítio ou de emergência podem ser tomadas as seguintes medidas restritivas da liberdade das pessoas:

- a) obrigação de permanência em local determinado;
- b) detenção;
- c) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;
- d) restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.
- e) busca e apreensão em domicílio;

- f) suspensão de liberdade de reunião e manifestação;
- g) requisição de bens e serviços.

Artigo 288

(Detenções)

As detenções que se efectuam ao abrigo do estado de sítio ou de emergência observam os seguintes princípios:

- a) deve ser notificado imediatamente um parente ou pessoa de confiança do detido por este indicado, a quem se dá conhecimento do enquadramento legal, no prazo de cinco dias;
- b) o nome do detido e o enquadramento legal da detenção são tornados públicos, no prazo de cinco dias;
- c) o detido é apresentado a juízo, no prazo máximo de dez dias.

Artigo 289

(Funcionamento dos órgãos de soberania)

A declaração do estado de sítio ou de emergência não pode afectar a aplicação da Constituição quanto à competência, ao funcionamento dos órgãos de soberania e quanto aos direitos e imunidades dos respectivos titulares ou membros.

Artigo 290

(Termo)

1. No termo do estado de sítio ou de emergência, o Presidente da República faz uma comunicação à Assembleia da República com uma informação detalhada sobre as medidas tomadas ao seu abrigo e a relação nominal dos cidadãos atingidos.
2. A cessação do estado de sítio ou de emergência faz cessar os seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade por actos ilícitos cometidos pelos seus executores ou agentes.

Lei 2/2020, de 6 de Abril

Concede amnistia e o perdão de penas no âmbito das medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus e a contenção da pandemia do COVID-19 no País.

Havendo necessidade de proteger a vida e a dignidade da Pessoa Humana e movidos pelo espírito de humanismo em face da pandemia do COVID-19, urge adoptar medidas destinadas a mitigar a superlotação dos estabelecimentos penitenciários do País, visando a prevenção da propagação do novo coronavírus e a contenção da pandemia no ambiente penitenciário e na sociedade.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea v), do número 2 do artigo 178 da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

ColapsarArtigo 1 (Objecto)

A presente Lei tem por objecto conceder amnistia e o perdão de penas no âmbito das medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus e a contenção da pandemia do COVID-19 no País.

ColapsarArtigo 2 (Amnistia)

São amnistiados os crimes puníveis com pena de prisão até um ano, com ou sem multa.

ColapsarArtigo 3 (Perdão de penas)

1. São perdoadas as penas até um ano de prisão.
2. O perdão previsto no número 1, do presente artigo é aplicável, ainda que as respectivas decisões não tenham transitado em julgado.
3. O perdão acima referido é concedido sob a condição resolutiva de o beneficiário não cometer qualquer crime doloso dentro dos cinco anos subsequentes à data da sua restituição à liberdade, caso em que a pena correspondente ao delito superveniente acrescerá a parte da pena perdoada, na parte que não tenha sido cumprida.

ColapsarArtigo 4 (Responsabilidade civil)

1. A amnistia e o perdão de penas previstos na presente Lei não extinguem a responsabilidade civil emergente dos factos praticados.
2. A responsabilidade civil pode ser suscitada por iniciativa do ofendido mediante simples requerimento nos processos pendentes em tribunal.
3. Os autos referidos no número 2 do presente artigo, prosseguem os termos normais do processo-crime, apenas para apreciação do pedido de indemnização que for devida.

4. Por iniciativa do ofendido, os autos de instrução preparatória que estejam pendentes prosseguem seus termos, somente para averiguação dos elementos de prova, nomeadamente dos factos, dos agentes, das vítimas, dos ofendidos, dos danos morais e materiais, devendo, após a sua conclusão, ser enviado ao tribunal, para efeitos do número 3 do presente artigo.

ColapsarArtigo 5 (Excepção)

A amnistia e o perdão de penas previstos na presente Lei não abrangem os seguintes crimes:

- a) homicídio voluntário;
- b) hediondos;
- c) violação sexual de menores;
- d) rapto;
- e) tráfico de pessoas;
- f) posse, transporte e tráfico de órgãos humanos;
- g) tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, precursores e preparados ou outras substâncias de efeitos similares;
- h) terrorismo e financiamento ao terrorismo;
- i) branqueamento de capitais;
- j) de peita, suborno e corrupção;
- k) contra a segurança exterior do Estado;
- l) contra a organização do Estado.

ColapsarArtigo 6 (Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 6 de Abril de 2020.

A Presidente da Assembleia da República, Esperança Laurinda Francisco Nheuane Bias.

Promulgada, aos 6 de Abril de 2020. Publique-se.

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi.

Decreto 12/2020, de 2 de Abril

Aprovação das medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia COVID-19, a vigorar durante o Estado de Emergência.

A Constituição da República de Moçambique consagra, para os cidadãos, determinados direitos, liberdades e garantias fundamentais cujo seu exercício e gozo só podem ser restringidos e limitados em decorrência de situações concretas que a própria Constituição determina.

Tendo a Organização Mundial da Saúde declarado o COVID – 19 como pandemia global, o Presidente da República decretou o Estado de Emergência, através do Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março, tendo este sido ratificado pela Assembleia da República, através da Lei n.º 1/2020, de 31 de Março.

O presente Decreto visa concretizar e operacionalizar medidas urgentes de excepção, necessárias, adequadas e proporcionais à situação para prevenir a propagação da pandemia do COVID-19, salvaguardando a vida humana, a saúde pública e assegurando o funcionamento dos serviços.

Ao abrigo do disposto no artigo 3 da Lei n.º 1/2020, de 31 Março, que ratifica o Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março, que declara Estado de Emergência, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1 (Aprovação)

São aprovadas as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia COVID-19, a vigorar durante o Estado de Emergência.

Artigo 2 (Âmbito da aplicação)

O presente Decreto aplica-se a todos os cidadãos nacionais e estrangeiros, instituições públicas e privadas, no território nacional.

Artigo 3 (Quarentena)

1. Estão sujeitos ao regime de quarentena domiciliária de 14 dias:

- a) Todas as pessoas que tenham entrado no País nas últimas duas semanas;
- b) Todas as pessoas que tenham tido contacto directo com casos confirmados de COVID-19; e
- c) Os cidadãos relativamente a quem as autoridades sanitárias competentes determinem situação de vigilância activa.

2. Os doentes com COVID-19 devem ser internados em estabelecimento de saúde apropriado para fins terapêuticos.

3. A violação do disposto no n.º 1 do presente artigo dá lugar ao confinamento em domicílio ou estabelecimento adequado, com objectivos preventivos.

4. Os órgãos competentes devem criar as condições necessárias para o conhecimento, em tempo real, da localização, por geolocalização, das pessoas constantes do número 1 do presente artigo.

Artigo 4 (Visita ao estabelecimento hospitalar)

1. São reduzidas as visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares, ao máximo de duas pessoas por dia, por cada doente.

2. É interdita a visita aos doentes com COVID-19.

Artigo 5 (Alargamento da escala de despiste e testagem)

As autoridades sanitárias, públicas e em parceria com as privadas, devem criar as condições necessárias para o alargamento da escala de despiste de COVID-19 e realização de testes.

Artigo 6 (Protecção especial)

1. Estão sujeitos à protecção especial os cidadãos em risco de contágio pelo COVID-19, nomeadamente os cidadãos:

a) Com idade igual ou superior a 60 anos;

b) Portadores de doença considerada de risco, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, designadamente, os imuno-comprometidos, os doentes renais, os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos; e

c) As gestantes.

2. Os cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior, quando detentores de vínculo laboral com entidade, pública ou privada, que deve prestar serviço no período de vigência do Estado de Emergência, têm prioridade na dispensa da actividade laboral presencial.

Artigo 7 (Requisição da prestação de serviços de saúde)

1. É determinada a requisição civil de médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde, fora do Sistema Nacional de Saúde.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior, os médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde particularmente vulneráveis à pandemia COVID-19.

3. Compete ao Ministério que superintende a área da saúde criar as condições para a materialização das medidas previstas no presente artigo.

Artigo 8 (Suspensão de emissão de documentos)

Fica suspensa a emissão dos seguintes documentos oficiais:

- a) De viagem;
- b) De identificação civil, com excepção do registo de nascimento e de óbito;
- c) Certidão de casamentos;
- d) De registo predial;
- e) De registo criminal;
- f) De registo automóvel;
- g) De registo de entidades legais;
- h) Carta de condução;
- i) Livrete e títulos de propriedade;
- j) Licenças; e
- k) Número Único de Identificação Tributária.

Artigo 9 (Suspensão e cancelamento de vistos e acordos de supressão de vistos)

Durante a vigência do Estado de Emergência fica temporariamente suspensa:

- a) A emissão de visto de entrada e o cancelamento de vistos já emitidos; e
- b) Os acordos de supressão de vistos.

Artigo 10 (Validade dos documentos oficiais caducados)

São válidos e eficazes, até 30 de Junho de 2020, os seguintes documentos oficiais, mesmo que caducados:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Carta de condução;
- c) Documento de Identificação e Residência de Estrangeiros e vistos temporários; e
- d) Verbete do despacho de importação de veículo automóvel.

Artigo 11 (Licenças e autorizações)

Enquanto vigorar o Estado de Emergência, as licenças, autorizações ou outro tipo de actos administrativos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respectivo prazo.

Artigo 12 (Limitação de entrada e saída de pessoas)

1. São encerrados todos os Postos de Travessia, exceptuando-se os seguintes:

- a) Negomano, na Província de Cabo Delgado;
- b) Mandimba, Il Congresso e Entrelagos, Província do Niassa;
- c) Melosa, na Província da Zambézia;
- d) Cassacatisa, Cuchamano e Zóbwè, Província de Tete;
- e) Machipanda, Província de Manica;
- f) Chicualacuala, Província de Gaza;e
- g) Ressano Garcia e Namaacha, Província de Maputo.

2. São encerrados todos os Aeroportos, excepto:

- a) Aeroporto de Pemba, Província de Cabo Delgado;
- b) Aeroporto de Lichinga, Província do Niassa;
- c) Aeroporto de Nampula, Província de Nampula;
- d) Aeroporto de Quelimane, Província da Zambézia;
- e) Aeroporto de Chingodzi, Província de Tete;
- f) Aeroporto de Chimoio, Província de Manica;
- g) Aeroporto da Beira, Província de Sofala;
- h) Aeródromos de Inhambane e de Vilanculos, Província de Inhambane;e
- i) Aeroporto de Maputo, Cidade de Maputo.

3. São encerrados todos os Portos, excepto:

- a) Porto de Nacala, Província de Nampula;
- b) Portos de Quelimane e Pebane, Província da Zambézia;
- c) Porto da Beira, Província de Sofala;e
- d) Porto de Maputo, Província de Maputo.

Artigo 13 (Estabelecimentos de ensino e educação profissional)

Decorrente do encerramento dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação, assim como os de Educação Profissional, as instituições de tutela emitirão instruções que assegurem o cumprimento dos programas de ensino e o ajustamento dos calendários escolares.

Artigo 14 (Proibição de eventos públicos e privados e encerramento de estabelecimentos comerciais de diversão e equiparados)

1. São interditas as actividades culturais, recreativas e desportivas realizadas em espaços públicos.

2. Decorrente da interdição prevista no número anterior, são encerrados:

a) Discotecas;

b) Salas de jogos;

c) Bares e barracas destinadas à venda de bebidas alcoólicas;

d) Ginásios desportivos, com excepção das actividades terapêuticas;

e) Piscinas públicas;

f) Pavilhões gimno-desportivos;

g) Actividades recreativas como treinamento colectivo e jogos colectivos oficiais ou recreativos;

h) Campos de jogos;

i) Museus;

j) Bibliotecas;

k) Teatros;e

l) Monumentos e similares, salvo quando se trate de cerimónias de Estado, desde que se observe o limite máximo de 20 (vinte) participantes.

3. É interdita a frequência a praias para motivos de lazer, exceptuando-se os casos de actividade pesqueira.

4. É suspensa a realização de feiras e exposições.

Artigo 15 (Cultos e celebrações religiosas)

1. Estão suspensos os cultos e celebrações religiosas em colectivo, em todos os lugares de culto.

2. O disposto no número anterior não impede o exercício do direito à liberdade de culto, individual ou domiciliária, em estrita obediência às medidas de prevenção e controlo do COVID-19.

Artigo 16 (Cerimónias fúnebres)

1. O número de participantes na realização de cerimónias fúnebres não deve exceder 20 (vinte) pessoas e, deve assegurar o cumprimento do distanciamento social.

2. O número de participantes em cerimónias fúnebres de pessoas que padeciam de COVID-19 não deve exceder 10 (dez) pessoas.
3. Independentemente da causa da morte, os participantes de cerimónias fúnebres, são obrigados ao uso de máscaras.
4. Os gestores dos cemitérios devem adoptar medidas necessárias ao cumprimento do disposto no presente artigo.

Artigo 17 (Funcionamento das instituições públicas e privadas)

1. Mantêm-se em funcionamento as instituições públicas e privadas, devendo ser observadas as medidas de prevenção e controlo do COVID-19.
2. São medidas cumulativas de prevenção e controlo do COVID-19, nomeadamente:
 - a) Distanciamento interpessoal de 1,5m, no mínimo;
 - b) Etiqueta da tosse;
 - c) Lavagem frequente das mãos;
 - d) Desinfecção das instalações e equipamentos;
 - e) Não partilha de utensílios de uso pessoal;
 - f) Arejamento das instalações;e
 - g) Redução, em reuniões ou locais de aglomeração, do número de pessoas, para o máximo de 20 (vinte), quando aplicável, exceptuando situações inadiáveis do funcionamento do Estado.
3. O efectivo laboral presencial é reduzido para uma quantidade não superior a 1/3, com rotatividade das equipas de serviço de 15 em 15 dias.
4. A redução de pessoal, para efeitos do cumprimento do número anterior, não se confunde com dispensa do trabalho, devendo ser adoptados mecanismos que assegurem a continuação do trabalho em casa, havendo condições.
5. Compete a cada entidade, pública ou privada, definir modalidades do trabalho em casa.
6. A medida prevista no n.º 3 do presente artigo não abrange os funcionários e agentes do Estado que ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções.

Artigo 18 (Suspensão dos serviços de interesse público)

As instituições públicas e privadas que prestam serviço público, poderão reduzir o volume de serviços prestados, de modo a que se conformem com o previsto no artigo 17 do presente Decreto.

Artigo 19 (Medidas de protecção individual)

1. As instituições públicas e privadas que se mantenham em funções nos termos do presente Decreto devem garantir condições essenciais de protecção individual dos funcionários e agentes do Estado, trabalhadores bem como dos utentes e respeitar as orientações das autoridades sanitárias.
2. O atendimento público deve observar as orientações sobre o distanciamento interpessoal entre as pessoas.
3. Deve ser dada atenção especial e particular à protecção dos profissionais e agentes de saúde.

Artigo 20 (Mercados)

1. Os mercados mantêm-se em funcionamento, no período compreendido entre às 6 horas e às 17 horas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por recomendação das autoridades sanitárias competentes, podem ser encerrados os mercados.
3. Os órgãos gestores dos mercados devem criar condições para a observância do distanciamento interpessoal recomendável entre os vendedores e entre estes e os compradores, bem como o uso de máscaras.
4. Os órgãos mencionados no número anterior devem criar condições para a desinfecção regular dos mercados, bem como de higiene e saneamento do meio.

Artigo 21 (Inspeção das actividades económicas)

1. Os órgãos competentes de inspecção das actividades económicas mantêm-se em funções.
2. Devem ser reforçadas as acções de inspecção com vista a identificar e sancionar as práticas de especulação de preços pelos estabelecimentos comerciais.

Artigo 22 (Actividades industrial e agrícola)

1. As entidades industriais e agrícolas devem garantir a utilização de medidas de prevenção e controlo do COVID-19, necessárias à protecção do pessoal de serviço.
2. Compete aos Ministros que superintendem as áreas da indústria e comércio e da agricultura reorientar o sector agrícola e industrial para a produção de insumos necessários para fazer face à situação da pandemia.

Artigo 23 (Licenciamento para importação de bens essenciais)

1. A importação de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança, testes de diagnóstico e outros produtos essenciais fica sujeita a um regime excepcional de licenciamento.

2. Compete aos Ministros que superintendem as áreas das finanças, transportes, indústria e comércio e o Banco de Moçambique definirem o regime referido no número anterior, o qual deve privilegiar a facilitação e a desburocratização.

Artigo 24 (Regularização fiscal)

1. O pagamento de impostos sobre a importação de bens alimentares, medicamentos e outros bens essenciais fica sujeito ao regime de regularização à posterior.

2. Compete ao Ministério que superintende a área das finanças garantir os mecanismos de aplicação do disposto no número anterior do presente artigo.

Artigo 25 (Créditos bancários)

Durante a vigência do Estado de Emergência, ficam sem efeito as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no presente Decreto.

Artigo 26 (Transportes colectivos de pessoas e bens)

1. É definido o limite máximo de 1/3 de passageiros, em simultâneo, em transportes colectivos, públicos ou privados, em relação à sua capacidade.

2. Fica interdita a prestação de serviços de moto-táxi e bicicleta-táxi.

3. Os proprietários das empresas ou dos veículos devem garantir as condições de higiene e segurança sanitária.

4. A violação do disposto no presente artigo por parte de prestadores de serviço de transporte implica a apreensão do veículo.

5. O Ministério que superintende a área dos transportes deve praticar os actos necessários e adequados para garantir os serviços de transporte de pessoas e bens essenciais, por via dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, assim como a manutenção e funcionamento das infra-estruturas essenciais.

Artigo 27 (Órgãos de comunicação social)

1. Os órgãos de comunicação social, públicos e privados, mantêm-se em funcionamento devendo, no interesse público, colaborar com as autoridades competentes.

2. Os órgãos competentes de gestão devem adoptar medidas para diminuição do efectivo laboral presencial durante a vigência do Estado de Emergência, salvaguardando sempre a prestação dos serviços essenciais.

3. Os órgãos competentes devem, com a regularidade recomendável, assegurar informação pública sobre a evolução da pandemia em Moçambique.

4. Os órgãos de comunicação social públicos e privados devem reservar espaço na sua grelha de programação para informar sobre a pandemia do COVID-19, nos termos a definir pelo Gabinete de Informação – GABINFO.

5. Durante a vigência do Estado de Emergência, os órgãos de comunicação social que veicularem informações sobre o COVID-19 contrárias às oficiais são sancionados.

Artigo 28 (Salvaguarda das relações jurídico-laborais)

1. É proibida a cessação das relações jurídico-laborais com fundamento na ausência dos trabalhadores do local de trabalho, em decorrência das medidas de prevenção e controlo do COVID-19.

2. O disposto no número anterior não impede a adopção de medidas disciplinares, nomeadamente para os funcionários e agentes do Estado, bem como os trabalhadores com dever de prestar serviço durante a vigência do Estado de Emergência.

Artigo 29 (Protecção de inquilinos)

1. É proibido, durante o Estado de Emergência, o despejo de inquilino nos contratos de arrendamento para fins habitacionais.

2. O disposto no número anterior não desonera o inquilino do dever de pagamento da renda devida.

Artigo 30 (Visita à estabelecimento penitenciário)

1. São interditas visitas aos estabelecimentos penitenciários, podendo continuar a entrega de refeições, àqueles que estejam em regime de dieta especial, observando as medidas de prevenção e controlo do COVID-19.

2. É garantida a continuação da assistência médica aos cidadãos presos ou detidos que se encontrem doentes. 3. Os órgãos competentes devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos cidadãos internados, presos e detidos.

Artigo 31 (Intervenção das Forças de Defesa e Segurança)

Durante a vigência do Estado de Emergência, as Forças de Defesa e Segurança podem ser chamadas para garantir o cumprimento das medidas de prevenção e controlo do COVID-19.

Artigo 32 (Dever de cooperação)

Os cidadãos e as entidades públicas e privadas têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, protecção civil e saúde pública, na pronta satisfação de solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas previstas no presente Decreto.

Artigo 33 (Voluntariado)

Sempre que recomendável, podem ser promovidas acções de voluntariado com vista a assegurar as funções essenciais à implementação das medidas previstas no presente Decreto.

Artigo 34 (Regime excepcional de contratação pública)

1. A aquisição de bens e serviços urgentes necessários ao controlo e combate à pandemia fica sujeita a um regime excepcional.
2. Os bens e serviços essenciais, nomeadamente medicamentos, material hospitalar, material de biossegurança, testes de diagnóstico e demais material essencial, pode ser adquirido em regime de contratação simplificada.
3. Compete ao Ministério que superintende a área das finanças criar condições para a efectivação do disposto no presente artigo.

Artigo 35 (Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária)

Os órgãos competentes devem implementar medidas adicionais com vista à sensibilização e à educação cívico-sanitária dos cidadãos sobre a pandemia do COVID-19, nomeadamente através dos meios de difusão massiva, públicos e privados e de outros considerados adequados.

Artigo 36 (Medidas adicionais)

São válidas e eficazes todas as medidas adicionais adoptadas pelas autoridades competentes para a prevenção e controlo à pandemia do COVID-19, desde que não contrariem o disposto no presente Decreto.

Artigo 37 (Sanção)

O desrespeito às medidas de restrição nos casos previstos no presente Decreto, constitui crime de desobediência, punível nos termos da lei penal.

Artigo 38 (Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

Lei 1/2020, de 31 de Março

Ratificação da Declaração do Estado de Emergência.

Havendo necessidade de decretar o Estado de Emergência como forma de adoptar medidas de contenção da propagação do novo coronavírus, responsável pela pandemia da COVID-19, com vista a salvaguardar a vida e saúde pública, ao abrigo do disposto nos artigos 37 e 151, ambos do Regimento da Assembleia da República, aprovado pela Lei n.º 17/2013, de 12 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 12/2016, de 30 de Dezembro conjugado com a alínea g), do número 2 do artigo 178 e no número 1 do artigo 293, ambos da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

Artigo 1 (Ratificação)

É ratificada a Declaração do Estado de Emergência, constante no Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março, anexo a presente Lei que dela faz parte integrante.

Artigo 2 (Acesso a justiça)

1. Durante o Estado de Emergência aos actos processuais e procedimentos judiciais aplicam-se o regime das férias judiciais, sem prejuízo dos actos urgentes, designadamente as providências cautelares, os que devem ser praticados em processos em que estejam em causa direitos fundamentais como os relativos a arguidos presos, bem como os relativos a menores em risco.
2. Ficam suspensos todos os prazos processuais e administrativos, incluindo o procedimento disciplinar pelo tempo que durar o Estado de Emergência.
3. Ficam suspensos todos os prazos de prescrição e de caducidade relativos a todos os processos e procedimentos, pelo tempo que durar o Estado de Emergência.

4. O Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Tribunal Administrativo e o Procurador-Geral da República poderão tomar medidas adicionais consideradas adequadas, no âmbito da prevenção do COVID-19, podendo ser ouvida a Ordem dos Advogados de Moçambique.

Artigo 3 (Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente Lei.

Artigo 4 (Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor no dia 1 de Abril de 2020.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 31 de Março de 2020.

A Presidente da Assembleia da República, Esperança Laurinda Francisco Nheuane Bias.

Promulgada, aos 31 de Março de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi.

Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março que Decreta o Estado de Emergência

Considerando que o novo coronavírus, responsável pela pandemia da COVID-19, já infectou mais de meio milhão de pessoas, das quais, cerca de trinta mil morreram;

Tendo presente a alta de taxa de morbi-mortalidade e o impacto social e económico negativo que mesma provoca, mostra-se necessária a implementação urgente de medidas de contenção da propagação da doença, com vista a salvaguardar a vida e saúde pública;

Nestes termos, ouvidos ao Conselho de estado e o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, ao abrigo do disposto na alínea a), do artigo 160, conjugado com a alínea b), do artigo 165 e a alínea b), do artigo 265, todos da Constituição da República, o Presidente da República decreta:

Artigo 1 (Âmbito territorial)

É declarado o Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional.

Artigo 2 (Duração)

O Estado de Emergência tem a duração de 30 dias, com início às 0 horas do dia 1 de Abril de 2020 e término às 24 horas do dia 30 de Abril de 2020, podendo o seu período ser alterado.

Artigo 3 (Limitação de Direitos, Liberdades e Garantias)

1. Na pendência do Estado de Emergência, e na medida do necessário para a prevenção e/ou combate à pandemia do COVID-19, devem verificar-se as seguintes medidas restritivas gerais:

a) suspensão da emissão de vistos de entrada e cancelamento dos vistos já emitidos;

b) reforço das medidas de quarentena domiciliária, de 14 dias, para todas as pessoas que tenham entrado no país nas últimas duas semanas, para as que estejam a chegar ao país e todas as pessoas que tenham tido contacto directo com casos confirmados de COVID-19, observando-se as medidas preventivas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

c) suspensão das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário;

d) proibição de realização de eventos públicos e privados, como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas e de qualquer outra índole, exceptuando questões inadiáveis do Estado ou sociais, como funerais, devendo em todos casos ser adoptadas as medidas de prevenção, emanadas pelo Ministério da Saúde;

e) obrigatoriedade de implementação de medidas de prevenção em todas as instituições públicas e privadas e transporte de passageiros.

2. Devem verificar-se ainda, as seguintes medidas restritivas especiais:

a) limitação da circulação interna de pessoas em qualquer parte do território nacional, desde que, se verifique o aumento exponencial de casos de contaminação;

b) imposição de confinamento de pessoas em domicílio ou estabelecimento adequado, com objectivos preventivos, em casos de incumprimento das medidas impostas na alínea b) do n.º 1 do presente artigo;

c) imposição de internamento de pessoas em estabelecimento de saúde com fins terapêuticos;

d) limitação de entrada e a saída de pessoas, do território moçambicano, através do encerramento parcial das suas fronteiras, exceptuando assuntos de interesses do Estado, apoio humanitário, saúde e transporte de carga;

e) exigência do conhecimento em tempo real de pessoas através do recurso a geolocalização;

f) requisição da prestação de serviços de saúde, serviços similares e outros que se considerem complementares;

g) encerramento de estabelecimentos comerciais de diversão e equiparados, ou reduzir a sua actividade e laboração;

h) fiscalização de preços de bens essenciais para a população, incluindo os necessários para a prevenção e combate à pandemia;

i) promoção e reorientação do sector industrial para a produção de insumos necessários ao combate à pandemia;

j) adopção de medidas de política fiscal e monetária sustentáveis, para apoiar o sector privado a enfrentar o impacto económico da pandemia;

k) adoção de estratégias de comunicação para intensificação de medidas de educação das comunidades e veiculação de mensagens de prevenção à pandemia, incluindo em línguas nacionais;

l) introdução de rotatividade laboral ou outras modalidades em função das especificidades da área de trabalho, assegurando contudo mecanismos de controlo da efectividade.

3. As medidas decretadas e a sua execução devem respeitar o princípio da proporcionalidade e limitar-se à sua extensão, duração, meios utilizados e ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade.

4. A execução das medidas decretadas, durante o Estado de Emergência, serão assegurada pelas Forças de Defesa e Segurança, em caso de necessidade.

Artigo 4 (Implementação)

1. Os órgãos competentes do Estado devem, de modo articulado, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto do Decreto Presidencial.

2. Os órgãos acima referidos podem recorrer a colaboração especializada de entidades públicas que julgarem necessárias, em função da natureza das tarefas a executar para implementação do presente Decreto Presidencial.

Artigo 5 (Sanção)

O desrespeito as medidas impostas pelo presente diploma legal será considerado crime de desobediência e punido com as penas correspondentes.

Artigo 6 (Colaboração)

Todas as pessoas e entidades públicas e privadas ficam obrigadas a colaborar com as autoridades na execução da presente declaração do Estado de Emergência.

Artigo 7 (Serviços essenciais)

Durante a vigência do estado de emergência deverão ser mantidos os serviços e actividades públicas e privadas essenciais, destacando-se:

- a) serviços médicos, hospitalares e medicamentos;
- b) abastecimento de águas, energia e combustíveis;
- c) venda de bens alimentícios e de primeira necessidade;
- d) carga e descarga de animais e géneros alimentares deterioráveis;
- e) correios e telecomunicações;
- f) controle do espaço aéreo e meteorológico;

- g) serviços de salubridade;
- h) bombeiros;
- i) segurança privada;
- j) serviços funerários.

Decreto Presidencial 11/2020, de 30 de Março

Declaração do Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional

Considerando que o novo coronavírus, responsável pela pandemia da COVID-19, já infectou mais de meio milhão de pessoas, das quais cerca de trinta mil morreram.

Tendo presente a alta taxa de morbi-mortalidade e o impacto social e económico negativo que a mesma provoca, mostra-se necessária a implementação urgente de medidas de contenção da propagação da doença, com vista a salvaguardar a vida e a saúde pública.

Nestes termos, ouvidos o Conselho de Estado e o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 160, conjugado com a alínea b) do artigo 165 e a alínea b) do artigo 265, todos da Constituição da República, o Presidente da República decreta:

Artigo 1 (Âmbito Territorial)

É declarado o Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional.

Artigo 2 (Duração)

O Estado de Emergência tem a duração de 30 dias, com início às 0 horas do dia 1 de Abril de 2020 e término às 24 horas do dia 30 de Abril de 2020, podendo o seu período ser alterado.

Artigo 3 (Limitação de Direitos, Liberdades e Garantias)

Na pendência do Estado de Emergência, e na medida do necessário para a prevenção e/ou combate à pandemia do COVID-19, devem verificar-se as seguintes medidas restritivas:

- a) Suspensão da emissão de vistos de entrada e cancelamento dos vistos já emitidos;
- b) Reforço das medidas de quarentena domiciliária, de 14 dias, para todos as pessoas que tenham viajado recentemente para fora do país, para os que estejam a chegar ao país e todas as pessoas que tenham tido contacto directo com casos confirmados de COVID-19, observando-se as medidas preventivas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
- c) Suspensão das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário;
- d) Proibição de realização de eventos públicos e privados, como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas e de qualquer outra índole, exceptuando questões inadiáveis do Estado ou sociais, como funerais, devendo em todos casos ser adoptadas as medidas de prevenção emanadas pelo Ministério da Saúde; e
- e) Obrigatoriedade de implementação de medidas de prevenção em todas as instituições públicas e privadas e transporte de passageiros.

Artigo 4 (Execução Administrativa)

1. Fica o Conselho de Ministros habilitado a tomar providências necessárias e adequadas ao combate da epidemia do COVID-19, designadamente:

- a) Limitar a circulação interna de pessoas em qualquer parte do território nacional;
- b) Impor o confinamento de pessoas em domicílio ou estabelecimento adequado, com objectivos preventivos;
- c) Impor o internamento de pessoas em estabelecimento de saúde com fins terapêuticos;
- d) Limitar a entrada e a saída de pessoas, do território moçambicano, através do encerramento parcial das suas fronteiras, exceptuando assuntos de interesses do Estado, apoio humanitário, saúde e transporte de carga;
- e) Exigir o conhecimento em tempo real de pessoas através do recurso a geolocalização;
- f) Requisitar a prestação de serviços de saúde, serviços similares e outros que se considerem complementares;
- g) Encerrar estabelecimentos comerciais, de diversão e equiparados, ou reduzir a sua actividade e laboração;
- h) Monitorar os preços de bens essenciais para a população, incluindo os necessários para a prevenção e combate à pandemia;

i) Promover e reorientar o sector industrial para a produção de insumos necessários ao combate à pandemia;

j) Adoptar medidas de política fiscal e monetária sustentáveis, para apoiar o sector privado a enfrentar o impacto económico da pandemia;

k) Adoptar estratégias de comunicação para intensificação de medidas de educação das comunidades e veiculação de mensagens de prevenção à pandemia, incluindo em línguas nacionais;

l) Introdução de rotatividade laboral ou outras modalidades em função das especificidades da área de trabalho, assegurando contudo mecanismos de controle da efectividade:

2. As medidas decretadas e a sua execução devem respeitar o princípio da proporcionalidade e limitar-se à sua extensão, duração, meios utilizados e ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade.

3. A execução das medidas decretadas poderá, durante o Estado de Emergência, ser assegurada pelas Forças de Defesa e Segurança.

Artigo 5 (Implementação)

1. Os órgãos competentes do Estado devem, de modo articulado, zelar pelo cumprimento e materialização do disposto no presente Decreto Presidencial.

2. Os órgãos acima referidos podem recorrer à colaboração especializada de entidades públicas e privadas que julgarem necessárias, em função da natureza das tarefas a executar para a implementação do presente Decreto.

Artigo 6 (Crime de Desobediência)

O desrespeito às medidas impostas pelo presente diploma legal será considerado crime de desobediência e punido com as penas correspondentes.

Artigo 7 (Colaboração)

Todas as pessoas e entidades públicas e privadas ficam obrigadas a colaborar com as autoridades na execução da presente declaração do Estado de Emergência.

Artigo 8 (Serviços Essenciais)

Durante a vigência do Estado de Emergência deverão ser mantidos os serviços e actividades públicas e privadas essenciais, destacando-se:

- a) Serviços médicos, hospitalares e medicamentosos;
- b) Abastecimento de águas, energia e combustíveis;
- c) Venda de bens alimentícios e de primeira necessidade;

- d) Carga e descarga de animais e géneros alimentares deterioráveis
- e) Correios e telecomunicações;
- f) Controle do espaço aéreo e meteorológico;
- g) Serviços de salubridade;
- h) Bombeiros;
- i) Segurança privada;e
- j) Serviços funerários.

Artigo 9 (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Maputo, 30 de Março de 2020.

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi.



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



São Tomé e Príncipe

Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

ARTIGO 19.º RESTRIÇÃO E SUSPENSÃO

1. O exercício dos direitos fundamentais só pode ser restringido nos casos previstos na Constituição e suspenso na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência declarados nos termos da Constituição e da lei.
2. Nenhuma restrição ou suspensão de direitos pode ser estabelecida para além do estritamente necessário.



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

Decreto-Lei n.º 3/2020, de 2 de abril

Alteração das Medidas Restritivas de Prevenção e Combate ao COVID-19

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 02/2020 de 18 de Março

Preâmbulo

Desde o passado dia 18 de Março que São Tomé e Príncipe vive em Estado de Emergência em Saúde Pública, decretado pelo Presidente da República, através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, o que permitiu ao Governo assumir algumas medidas restritivas excepcionais no âmbito do processo de prevenção e combate à pandemia do Coronavírus.

Considerando a evolução dramática desta pandemia no mundo, com particular enfoque na Europa e nos Estados Unidos;

Atendendo ainda que nas últimas semanas, muitos países africanos estão a ser afectados por esse vírus, o que previsivelmente fará do continente africano o próximo foco desta pandemia;

E tendo em conta que a nível interno, ainda não estão consolidadas todas as condições para a prevenção, combate e eventual tratamento do coronavírus, de forma eficaz;

Assim, nos termos do Decreto Presidencial n.º 4/2020 de 31 de Março de 2020, que prorroga o “Estado de Emergência Nacional em Saúde Pública” por mais 15 dias e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo Decreta o seguinte:

Artigo 1.º Alteração do artigo 2.º

É alterado o artigo 2.º, do Decreto- Lei n.º 02/2020, de 18 de Março, que passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 2.º Medidas

1. Para fazer face a emergência de saúde decorrente do Coronavírus, o Governo adopta as seguintes medidas de excepção:

a) ...

b) Os cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, que regressem ao País, serão sujeitos a quarentena obrigatória, em espaço a ser identificado pelo Governo, e devidamente acompanhados pelos agentes da saúde e autoridades policiais;

c) ...

d) ...

e)

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

j) São suspensos todos os voos comerciais e privados, de São Tomé ou do Príncipe para o exterior e vice-versa, com excepção dos voos de carga ou os voos de carácter humanitário devidamente autorizados pelo Governo.

k) É proibida a importação de balões de fardos.

2. ...”

Artigo 2.º Alteração do artigo 7.º

É alterado o artigo 7.º, do Decreto- Lei n.º 02/2020, de 18 de Março, que passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 7.º Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir das 00:00h do dia 02 de Abril de 2020, tendo a duração de 15 dias.”

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 31 de Março 2020.- Primeiro-Ministro e chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus;

Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto;

Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu;

Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Tavares dos Santos Vaz;

Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa;

Ministra da Justiça, Administração Pública, e Direitos Humanos, Ivete da Graça dos Santos Lima Correia;

Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Martins dos Ramos;

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade;

Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues;

Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, Maria da Graça de Oliveira Lavres;

Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves;

Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Adllander Costa de Matos;

Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo;

Vinício Teles Xavier de Pina

Promulgado em 2 de Abril de 2020.- O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Deliberação n.º 14/2020, de 25 de março

Autoriza o Voo da TAP de Carácter Humanitário

O Conselho de Ministros, reunido na sua 59.ª Sessão Ordinária, em 24 de Março de 2020, analisou o pedido de autorização da TAP, para a realização de um voo de carácter humanitário, para repatriamento de cidadãos portugueses que se encontram retidos em São Tomé, tendo decidido o seguinte:

Conceder, ao abrigo do n.º 2, do artigo 1.º do Decreto n.º 10/2020, a devida autorização para que este voo se realize no dia 26/03/2020.

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

São Tomé, 24 de Março de 2020. - O Ministro da

Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos

Parlamentares, *Wuando Borges Castro de Andrade*.

Deliberação n.º 15/2020, de 25 de março

Autorização dos voos de carga, para transporte de consumíveis e materiais de combate ao COVID-19

Autoriza os Voos de Carga, para Transporte de Consumíveis e Materiais de Combate ao COVID-19, sendo um da União Africana e outro da OMS.

O Conselho de Ministros, reunido na sua 59.ª Sessão Ordinária, em 24 de Março de 2020, analisou o pedido de autorização para realização de voos de carga, para o transporte de consumíveis e materiais de combate ao COVID-19, sendo um da União Africana e outro da OMS, tendo decidido o seguinte:

Conceder, ao abrigo do n.º 2, do artigo 1.º do Decreto n.º 10/2020, a devida autorização para que estes voos se realizem no dia 25/03/2020.

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

São Tomé, 24 de Março de 2020.- O Ministro da

Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos

Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade.

Decreto Presidencial n.º 3/2020, de 18 de março

Estado de Emergência em Saúde Pública

É Declarado o Estado de Emergência em Saúde Pública

Preâmbulo

O estado de emergência pode ser declarado em casos de calamidade pública, e pode determinar a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias susceptíveis de serem suspensos.

O COVID-19, é uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) e que foi decretada como pandemia pela OMS, o que deve mudar os cuidados a termos com saúde.

Considerando que o Presidente da República auscultou o Governo com o objectivo de analisar-se a evolução da pandemia e decidir-se sobre medidas a serem tomadas de imediato para fazer face a esta calamidade;

Tendo a Assembleia Nacional através da Resolução n.º 86/XI/2020, de 17 de Março, autorizado ao Presidente da República declarar o estado de emergência;

O Presidente da República decreta nos termos da alínea g) do artigo 80.º conjugada com o artigo 84.º, ambos da Lei n.º 1/2003, Constituição da República, de 29 de Janeiro, o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

1. É declarado o "ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA" em todo o território nacional decorrente do surto de coronavírus (COVID-19), tendo em vista a necessidade do emprego urgente de medidas de prevenção, controlo e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública.
2. Cabe ao Governo tomar as medidas necessárias a materialização do presente Decreto.

Artigo 2.º Princípio da dignidade e da proporcionalidade

As medidas sanitárias que vierem a ser definidas pelo Governo, visam a protecção da colectividade e, quando implementadas, devem garantir o pleno respeito a integridade e dignidade das pessoas, famílias e da comunidade, e devem ainda ser proporcionais e na exacta extensão necessária para impedir a contaminação ou a propagação e viabilizar o tratamento do coronavírus, mediante motivação, nos termos dos artigos 19.º e 135.º, ambos da Constituição da República.

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente Decreto entra imediatamente em vigor, tendo a duração de 15 dias, prorrogáveis por igual período, até ao limite de 90 dias.

São Tomé, em 17 de Março de 2020.- O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho

Decreto-Lei n.º 2/2020, de 18 de março

Define as Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate ao COVID-19

Preâmbulo

No passado dia 11 de Março, a OMS - Organização Mundial da Saúde, declarou o surto do novo coronavírus como pandemia mundial. Atendendo a evolução desta pandemia nos últimos dias e considerando que já se tem registado alguns casos positivos em países vizinhos, da costa africana;

Considerando que se torna necessário e urgente o Governo adoptar medidas restritivas mais apertadas visando a prevenção da entrada deste vírus no País;

Assim, nos termos do Decreto Presidencial n.º 3/2020 de 17 de Março de 2020, que declara o "Estado de Emergência Nacional em Saúde Pública" e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo Decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

As medidas sanitárias definidas no presente Decreto-lei visam a protecção da colectividade e, quando implementadas, deverão garantir o pleno respeito a integridade e dignidade das pessoas, famílias e da comunidade.

Artigo 2.º Medidas

1. Para fazer face a emergência de saúde decorrente do coronavírus, o Governo adopta as seguintes medidas de excepção:

a) Proibição de entrada no País de todos os cidadãos estrangeiros;

b) Os cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, que regressem ao País, serão sujeitos a quarentena domiciliária obrigatória e devidamente acompanhados pelos agentes da saúde e autoridades policiais;

c) Está autorizada a entrada de missões técnicas e governamentais, à convite do Estado São-tomense, sob a condição de apresentação de teste de despiste do coronavírus efectuados nos aeroportos de origem;

d) Fica proibida a aterragem de voos charters nos aeroportos de São Tome e do Príncipe e acostagem dos navios de cruzeiro nos dois portos;

e) O abastecimento de materiais e consumíveis hospitalares, em regime de urgência, serão acautelados por voos fretados para o efeito, em caso de ausência de voos comerciais;

f) No que toca aos navios de mercadoria, de pesca e barcos de recreio, fica proibido o desembarque dos tripulantes e passageiros nos portos de São Tome e do Príncipe;

g) São suspensas as aulas em todas as escolas públicas e privadas do País, com efeito a partir das 18h do dia 20 de Março de 2020;

h) Ficam proibidas todas as concentrações públicas de carácter cultural, recreativa, religiosa, desportivo e lúdico, incluindo o funcionamento das discotecas, "fundões" e festas populares, a partir das 18h do dia 20 de Março de 2020;

i) Fica suspensa a emissão e atribuição de passaportes diplomáticos e de serviço aos agentes do Estado, exceptuando as situações de emergência, devidamente validadas pelo Primeiro-ministro e Chefe do Governo.

2. Para além das medidas previstas no ponto anterior, pode ainda o Governo adoptar as medidas sanitárias que se impuserem como absolutamente necessárias, em função da evolução da pandemia.

Artigo 3.º Requisição administrativa

Haverá requisição administrativa, sempre fundamentada, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade para contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, que devera garantir ao particular o pagamento posterior de indemnização, quando for o caso, e terá suas condições e requisitos definidos em actos infra legais emanados pelo Ministério da Saúde e seu período de vigência não pode exceder a duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona-vírus, e envolverá, em especial:

a) Hospitais e/ou clínicas privadas, independentemente da celebração de contratos administrativos;

e

b) Profissionais da saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a administração Pública.

Artigo 4.º Medidas sancionatórias

1. Nos casos de recusa a realização dos procedimentos recomendados e definidos no artigo 2.º do presente Decreto, os órgãos competentes, com o objectivo de atender o interesse público e evitar o perigo ou risco colectivo, devem adoptar as medidas Administrativas e judiciais cabíveis.

2. O Ministério da Saúde deve produzir recomendações e orientações para a implementação dos procedimentos previstos no artigo 2.º do presente Decreto-lei, nos termos da Lei n.º 09/2018, Lei Base de Saúde, de 06 de Junho e demais legislações relacionadas.

Artigo 5.º Incumprimento

Em caso de incumprimento das medidas previstas neste Decreto-lei, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infracção administrativa previstas na Lei n.º 5/97, Estatuto da Função Pública, de 01 de Dezembro, bem como os crimes previstos no Capítulo IV, Título IV, Livro II da Lei n.º 06/2012, Código Penal, de 06 de Agosto.

Artigo 6.º Financiamento

As despesas necessárias para a execução de quaisquer acções previstas no presente Decreto-lei, são asseguradas pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, que manterá relatórios actualizados de todas as despesas realizadas.

Artigo 7.º Entrada em vigor

O presente Decreto-lei entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir das 08:00h do dia 19 de Março de 2020, tendo a duração de 15 dias, prorrogáveis por igual período, até ao limite máximo de 90 dias.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 17 de Março de 2020. - Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus; Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto; Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu; Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Tavares dos Santos Vaz; Ministro da Defesa e Administração Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa; Ministra da Justiça Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete da Graça dos Santos Lima Correia; Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Martins dos Ramos; Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade; Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues; Maria da Graça de Oliveira Lavres; Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria; Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves; Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Adllander Costa de Matos; Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Vinício Teles Xavier de Pina. Promulgado em 17 de Março de 2020. O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Resolução n.º 6/2020, de 12 de março

Plano de Contingência à Epidemia por COVID-19

Plano de Contingência à Epidemia por COVID-19
O Conselho de Ministros, reunido na sua 56.ª Sessão Ordinária, em 04 de Março de 2020, analisou a evolução da epidemia do Corona Vírus (COVID-19) nos últimos dias e, na sequência da aprovação do Plano de Contingência à Epidemia por COVID-19 na sessão passada, resolve o seguinte:

Artigo 1.º

1. Suspender todas as viagens dos funcionários públicos aos países onde a prevalência do vírus seja considerada alta.
2. A lista destes países será actualizada semanalmente pelo Ministério da Saúde, atendendo aos critérios definidos no Regulamento Sanitário Internacional.

Artigo 2.º

1. Desaconselhar veementemente toda a população em geral, incluindo os cidadãos estrangeiros residentes, a viajar para os países onde a prevalência do vírus seja considerada alta.
2. Todos os passageiros provenientes dos referidos países serão sujeitos à medidas restritivas de controle nos postos de entrada ao País, que podem passar pelo isolamento ou por períodos de quarentena.

Artigo 3.º

A presente resolução entra imediatamente em vigor e a sua validade será revista periodicamente, atendendo à evolução mundial desta epidemia e considerando as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. São Tomé, 04 de Março de 2020.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus;

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade, O Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa;

O Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves.

Decreto-Lei 7/2020, de 7 de Maio

Define as Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate ao COVID-19.

Preâmbulo

Considerando a situação de emergência que se vive no país devido à pandemia da Covid-19;

Atento aos impactos económicos, sociais e financeiros, directos e indirectos, desta pandemia;

Urgindo adoptar medidas legais excepcionais e transitórias para mitigar os efeitos supra-referidos;

Nestes termos, o Governo decreta ao abrigo da Lei n.º 4/2020 e da alínea d) do artigo 111.º da Constituição e, eu promulgo as seguintes:

MEDIDAS LEGAIS EXCEPCIONAIS E TRANSITÓRIAS PARA LIDAR COM OS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E FINANCEIROS, DIRECTOS E INDIRECTOS, DA COVID-19 EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (MEDIDAS COVID-19)

PARTE I Disposições Gerais

Artigo 1.º Objecto

1. O presente Decreto-Lei tem por objecto a definição de um quadro legal excepcional e transitório para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, resultantes da pandemia da Covid-19, em São Tomé e Príncipe, abreviadamente designadas, MEDIDAS COVID-19.

2. As MEDIDAS COVID-19 incluem também o Plano Nacional de Contingência Sanitária.

Artigo 2.º Definições

Para efeitos deste diploma, entende-se que:

a) “Situação ou Período de Emergência” inicia e termina nos termos do correspondente Decreto Presidencial;

b) “RESRL” é um Regime Excepcional de Suspensão das Relações Laborais;

c) “Comissão de Seguimento” é uma comissão criada por decisão do Governo com a função de identificar, conceber, propor e fazer o seguimento das MEDIDAS COVID-19;

d) “Operador Económico com Perda ou OEP” é aquele que sofreu perda de 50% das receitas habituais nos trinta dias anteriores à solicitação e por motivo da Covid-19;

e) “Sector do Turismo” é o Sector do Turismo em si e todos os outros sectores, directamente, ligados àquele.

Artigo 3.º Duração

Sempre que de outra forma não estiver definido, as medidas constantes deste Decreto-Lei vigoram durante o Período de Emergência e nos três meses subsequentes, podendo ser prorrogadas, total ou parcialmente.

Artigo 4.º Requisitos gerais

1. O presente quadro legal abrange, primordialmente, os operadores económicos individuais ou institucionais com situação regularizada junto à Administração Fiscal e à Segurança Social.
2. Para os trabalhadores subordinados será tomada em consideração a perda efectiva dos seus rendimentos

Artigo 5.º Prova das perdas

Incumbe ao solicitante fazer prova da perda, mediante apresentação de todos os documentos tidos como pertinentes e exigidos pela Comissão de Seguimento.

Artigo 6.º Cumulação

1. São inelegíveis as pessoas singulares beneficiárias de pensões da segurança social ou outros apoios sociais do Estado ou que estejam a receber rendimentos do trabalho.
2. Enquanto durar o RESRL, os trabalhadores abrangidos não têm direito a subsídios da segurança

social por doença ou por riscos profissionais, devendo optar por um dos regimes.

PARTE II Das Medidas

SECÇÃO I Impostos e Segurança Social

Artigo 7.º Dispensa de juros

1. Todas as dívidas perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, acumuladas antes e durante o Período de Emergência pelo OEP, poderão ser pagas, com dispensa total de juros de mora e outros acréscimos legais.
2. Para efeitos do número anterior, a solicitação terá de ser feita até 30 dias depois da situação de Emergência.

Artigo 8.º Moratória

Para os pagamentos em prestações na Administração Fiscal e na segurança social que estejam em dia, poderá ser concedida ao OEP uma dilação de até seis meses e livre de quaisquer encargos legais, a contar da data de vencimento da última prestação.

Artigo 9.º Inspeção e cobrança

1. As visitas inspectivas ao OEP deverão ser reduzidas ao estritamente inadiável, excepto aquelas que digam respeito ao cumprimento do presente Decreto-Lei.

2. Não é permitida a realização de penhoras ou arrestos preventivos pela Administração Fiscal ao OEP, durante e até seis meses após a situação de emergência.

SECÇÃO II Outras Medidas Económicas, Sociais e Financeiras

Artigo 10.º Sistema bancário

1. Fica adiado o pagamento de prestações à banca ou outra entidade credora por parte de OEP, funcionários e agentes do Estado, trabalhadores subordinados e trabalhadores por conta própria afectados pelas medidas tomadas no quadro do combate à covid 19.

2. A suspensão estabelecida neste artigo desobriga o fiador do trabalhador no caso de despedimento do devedor principal.

3. O prazo de pagamento será alargado por um período bastante para respeitar a taxa de esforço do contrato inicial em relação aos novos rendimentos, incluindo os da aposentação, não sendo permitida a cobrança de outros encargos adicionais, para além dos inicialmente assumidos.

4. Incumbe ao Banco Central de São Tomé e Príncipe determinar os níveis de redução das taxas e comissões bancárias para as pessoas referidas no número 1 deste artigo e, através dos departamentos competentes, velar pela observância do estatuído neste preceito.

Artigo 11.º Água e energia

O disposto no artigo anterior, aplica-se também às dívidas contraídas pelo fornecimento de água e energia eléctrica, devendo, em caso de corte anteriormente efectuado, proceder-se ao restabelecimento livre da respectiva taxa que já não poderá ser cobrada.

Artigo 12.º Redução de despesas públicas

1. O processamento de despesas públicas para fins não previstos no artigo 1.º deste diploma, dependerá de uma autorização do Ministro titular das Finanças.

2. As empresas, institutos e outros serviços públicos dotados de personalidade jurídica própria, não dependentes do OGE e afectados pela diminuição drástica de receitas, deverão proceder ao corte de, pelo menos, 20% da sua massa salarial, sem que tal medida implique despedimentos. 3. Fica suspensa a adjudicação de obras ou serviços pelo Estado, excepto aquelas que digam respeito, directamente, ao combate da covid 19.

Artigo 13.º Protecção social

Os programas de protecção social da cidadania serão reforçados em função dos recursos disponíveis, com particular atenção para os grupos mais vulneráveis, visando “não deixar ninguém para trás”.

Artigo 14.º Segurança social

1. As prestações da segurança social por invalidez, velhice ou sobrevivência, esta última, no seu valor global, serão aumentadas, transitoriamente e a cargo do Fundo de Resiliência, nos casos em que os apoios concedidos à população não abrangida atinjam o valor mínimo daquelas prestações.

2. A eventual bancarização do pagamento de pensões da segurança social até o valor do salário mínimo da Função Pública, visando evitar a aglomeração de pessoas durante a situação de emergência, está isenta de todos os encargos bancários, inclusive os devidos pela emissão de cheque avulso.

SECÇÃO III Regime Excepcional de Suspensão das Relações Laborais

Artigo 15.º Âmbito

1. A suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador, concretamente OEP, prevista nos artigos 134.º a 147.º do Código de Trabalho, passa a reger-se, transitoriamente, pelo disposto neste diploma. 2. Para outros sectores que não sejam os do turismo, educação privada e pessoal doméstico, o RESRL abrange até 30% de trabalhadores, desde que o respectivo empregador prove ter sido afectado por perdas.

3. Para os sectores do turismo, educação privada e pessoal doméstico, não será exigida a prova das perdas.

4. Em nenhum caso, o RESRL abrangerá estagiários, aprendizes ou trabalhadores em período experimental. Artigo 16.º Objectivos

O RESRL visa:

- a) Garantir a manutenção do vínculo laboral durante o período de emergência;
- b) Eximir o trabalhador e o empregador do cumprimento de suas obrigações contratuais;
- c) Assegurar ao trabalhador uma compensação remuneratória;
- d) Garantir a continuidade da relação laboral depois do Período de Emergência.

Artigo 17.º Mínimos laborais

1. Para serem abrangidos pelo RESRL, os empregadores do sector do turismo, terão de manter uma quota mínima de trabalhadores com todos os seus direitos, na seguinte proporção:

- a) 7% para os empregadores de mais de 30 trabalhadores;
- b) 10% para os empregadores de até 30 trabalhadores.

2. A quota mínima prevista no número anterior será, em todos os casos, arredondada à unidade, imediatamente, superior.

Artigo 18.º Iniciativa

1. As entidades empregadoras são responsáveis por solicitar à segurança social a sua inserção no RESRL, mediante declaração de todos os seus trabalhadores e as respectivas retribuições ilíquidas, nos termos do Código do Trabalho, referentes aos dois meses anteriores à situação de Emergência.

2. Os trabalhadores, através da Comissão Sindical ou uma outra forma de organização, poderão recorrer à Segurança Social nos casos de inacção da entidade empregadora.

Artigo 19.º Garantias

1. Os trabalhadores abrangidos RESRL conservam o seu vínculo laboral, embora as partes do contrato de trabalho estejam dispensadas do cumprimento de suas obrigações.

2. Durante o RESRL a entidade empregadora não poderá efectuar novos recrutamentos de trabalhadores ou prestadores de serviços.

3. Enquanto perdurar o RESRL, cada trabalhador abrangido tem o direito de receber, mensalmente, uma compensação remuneratória correspondente $\frac{2}{3}$ da sua retribuição, mas nunca superior a 4 vezes do salário mínimo da Função Pública.

4. As normas previstas nos números anteriores não abrangem os trabalhadores por conta própria, os quais estão isentos dos custos com a emissão do NIF e dos documentos de identificação para o registo de suas actividades nos termos deste diploma.

Artigo 20.º Compensação remuneratória

1. A compensação remuneratória será calculada sobre o salário médio dos dois meses anteriores à declaração do Estado de Emergência.

2. O pagamento da compensação remuneratória será efectuado pela entidade empregadora, mediante recebimento de até 85% do seu valor global, a ser transferido pelo Fundo de Resiliência, através da Segurança Social.

3. Do valor total da compensação remuneratória, pelo menos 15% serão, obrigatoriamente, suportados pela entidade empregadora.

4. Os trabalhadores por conta própria afectados por perdas nos termos do artigo 2.º, beneficiarão do apoio mensal do Estado nos seguintes termos:

a) Sendo formais e do sector do turismo, poderão receber 50% do seu rendimento médio dos dois meses anteriores ao início do Período de Emergência, mas nunca superior a 4 vezes do salário mínimo da Função Pública;

b) Dbs 600,00 (seiscentas Dobras) para todos aqueles que não preencham os requisitos da alínea anterior e não façam prova das perdas, desde que se registem junto dos serviços competentes do Estado e prestem serviços a favor da comunidade.

Artigo 21.º Descontos legais

1. Sobre a compensação remuneratória incidirão os descontos legais a cargo do trabalhador, os quais serão retidos no processamento da transferência, sem observar o mínimo contributivo para a segurança social.

2. O contribuinte fica liberado da obrigação de entrega de declaração de remunerações, mas responde, ao abrigo deste diploma e da legislação da segurança social, pelo pagamento da contribuição a si respeitante.

Artigo 22.º Exercício de outra actividade remunerada

Durante o RESRL, os trabalhadores abrangidos ficam obrigados a declarar à entidade empregadora, no prazo de cinco dias, o valor da retribuição que receberem pelo exercício de qualquer actividade independente ou subordinada, devendo tal facto ser comunicado pelo empregador à Segurança Social, no prazo de dois dias.

Artigo 23.º Aplicação retroactiva

O RESRL produz os efeitos a partir de 1 de Abril de 2020.

Artigo 24.º Gestão e controlo

1. A Segurança Social deverá criar um sistema autónomo para a Gestão Administrativa, Financeira e Contabilística de todas as operações no âmbito do RESRL e de compensação remuneratória.

2. Deverá ser criada uma conta bancária própria para o efeito e as operações nos termos do número anterior, as quais estão sujeitas ao controlo financeiro estabelecido para as Entidades Públicas.

3. Compete à Comissão de Seguimento fazer a supervisão do RESRL e da compensação remuneratória, propondo aos Ministros titulares do Trabalho e das Finanças, a adopção de todas as medidas tidas por pertinentes.

PARTE III Disposições Finais

Artigo 25.º Congelamento de direitos

1. Não é permitido o exercício do direito à greve durante o Período de Emergência.

2. Durante o Período de Emergência e nos seis meses subsequentes, as reivindicações salariais no OEP serão arbitradas, com força obrigatória, pelos Ministérios titulares do Trabalho e das Finanças, obedecendo os seguintes critérios:

a) A situação económica do país;

b) A situação financeira da empresa.

3. É facultativo, durante o presente ano civil, o pagamento dos subsídios de férias, de Natal e de funeral pelo OEP.

Artigo 26.º Turnos de trabalho

Em todos os serviços do Estado e no sector privado, deverão ser adoptados turnos de trabalho para evitar a aglomeração de pessoas, responder à eventual diminuição das actividades e facilitar a presença dos encarregados de educação nos respectivos lares.

Artigo 27.º Desvinculação laboral anterior

1. A cessação irregular da relação laboral com fundamento na situação de Emergência e anterior ao presente diploma, continua a ser tratada e enquadrada nos termos do Código do Trabalho.
2. Excepcionalmente, o empregador abrangido pelo número anterior poderá proceder à reintegração do trabalhador, requerendo a sua inserção no RESRL.

Artigo 28.º Fiscalização

1. Durante a vigência deste diploma:
 - a) A Inspeção-Geral do Trabalho exerce as prerrogativas do artigo 331.º do Código do Trabalho em relação a todos os conflitos laborais motivados pela pandemia do Covid-19 e, pratica todos os demais actos necessários à salvaguarda e materialização dos direitos laborais que não tenham sido afectados pelo presente diploma;
 - b) O Serviço de Inspeção e Fiscalização do Instituto Nacional de Segurança Social exerce o controlo das obrigações das entidades empregadoras e dos trabalhadores no âmbito do RESRL e da compensação remuneratória, incluindo aplicação das coimas previstas nos números 1 e 2 do artigo 32.º deste diploma.
2. As decisões tomadas nos termos do número anterior, revestem-se de natureza administrativa e têm força executória e definitiva, não sendo passíveis de recurso hierárquico.

Artigo 29.º Execução

Cabe à Administração Fiscal proceder à cobrança coerciva sumaríssima e urgente, com arresto preventivo sem citação prévia do executado, para satisfazer as decisões tomadas nos termos do artigo 28.º, mesmo depois da vigência deste diploma.

Artigo 30.º Impugnação

A parte discordante nos termos dos artigos 28.º e 29.º, poderá interpor processo contencioso de anulação junto do Tribunal Administrativo no prazo de dez dias a contar da data da notificação da decisão, não sendo, a cobrança coerciva, por esse motivo, sustada.

Artigo 31.º Obrigação de colaboração

A Comissão de Seguimento e as entidades referidas nos artigos 28.º e 29.º, dispõem de plenos poderes para requisitar e receber das entidades públicas e privadas, no prazo de três dias, todas as informações necessárias ao exercício de suas funções nos termos deste diploma.

Artigo 32.º Responsabilidade

1. Além da obrigação de repor as vantagens, indevidamente recebidas, a defraudação do Estado com base neste diploma implica as seguintes coimas:

a) Até dez salários mínimos da Função Pública para o trabalhador subordinado ou independente;

b) De quinze a trinta salários mínimos da Função Pública para os operadores económicos institucionais.

2. A entidade empregadora, em função de sua culpa, responde pela reposição de 100% das vantagens indevidas dos seus trabalhadores, no âmbito do RESRL.

3. A cobrança coerciva por motivo dos números 1 e 2 deste artigo, efectiva-se nos termos do artigo 29.º.

4. A demora ou recusa injustificada na entrega das informações referidas no artigo 31.º, constitui crime de desobediência a ser julgado em processo sumário.

Artigo 33.º Dúvidas e omissões

1. As dúvidas e omissões resultantes da aplicação deste diploma serão resolvidas por Despacho Conjunto do Ministros das Finanças e do Ministro tutelar da questão suscitada, ouvida a Comissão de Seguimento.

2. Compete aos Ministros das Finanças e do Trabalho aprovar os formulários para a solicitação dos benefícios ou apoios previstos neste diploma.

3. Por Despacho do Ministro titular das Finanças, será formalizada a Comissão de Seguimento, a qual participará das reuniões do Comité Governamental de Pilotagem.

4. Para os servidores públicos, as tarefas na Comissão de Seguimento terão prioridade sobre as suas obrigações nos respectivos sectores de trabalho.

Artigo 34.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor logo após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 21 de Abril de 2020. - Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus; Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto; Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu; Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Tavares dos Santos Vaz; Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar de Sacramento e Sousa; Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete da Graça dos Santos Lima Correia; Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Martins dos Ramos; Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade; Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues; Ministra do Turismo, Cultura,

Comércio e Indústria, Maria da Graça de Oliveira Lavres; Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves; Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Adllander Costa de Matos; Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Vinício Teles Xavier de Pina.

Promulgado em 7 de Maio de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Decreto-Lei 8/2020, de 7 de Maio

Cria o Fundo de Resiliência.

Preâmbulo

No quadro do combate a pandemia Covid-19, a Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 4/2020 dando ao Governo competência para, através de instrumentos legais, aprovar um conjunto de medidas de carácter extraordinário e temporário destinado a mitigar os impactos sociais, económicos e financeiros causados por esta pandemia internacional.

Para a implementação dessas medidas necessário se torna que o Governo adopte normas de flexibilidade orçamental e outras de natureza social, económica e financeira cuja aplicação dependerá, em grande medida da mobilização de recursos financeiros internos e externos para a criação de um Fundo de Resiliência que terá como objecto suportar um plano de contingência para o sector da saúde, manter os vínculos laborais, suavizar a crise financeira das empresas e socorrer grupos alvos da sociedade desmunidos de meios para sua sobrevivência.

Nestes termos ao abrigo da Lei n.º 4/2020 aprovada pela Assembleia Nacional e da alínea d) do artigo 111.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Criação

É criado o Fundo de Resiliência, abreviadamente, designado FR.

Artigo 2.º Objecto

1. O FR tem como objectivo exclusivo financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da covid-19.

2. Para todos os efeitos legais:

a) MEDIDAS COVID-19 correspondem a:

i. Todas as medidas excepcionais e transitórias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da covid-19 em São Tomé e Príncipe, implementadas desde a data da declaração do Estado de Emergência;

ii. Plano Nacional de contingência sanitária para a prevenção e o combate da covid-19;

b) Comissão de Seguimento é uma comissão criada por decisão do Governo para identificar, conceber, propor e fazer o seguimento das MEDIDAS COVID-19.

Artigo 3.º **Receitas**

O FR será constituído por receitas provenientes de:

a) Orçamento Geral do Estado;

b) Instituto Nacional de Segurança Social, no montante definido pelo Governo, sob proposta dos Ministros responsáveis pelas Finanças e pela Segurança Social;

c) Contribuição Extraordinária, também designada CE;

d) Ajudas de parceiros bilaterais e multilaterais;

e) Donativos.

Artigo 4.º **Despesas** 1. O FR financia as despesas resultantes da implementação das MEDIDAS COVID-19. 2. Os desembolsos do FR serão precedidos de parecer prévio de uma equipa integrada por:

a) Comissão de Seguimento;

b) Um representante do Sector Privado;

c) Um representante das Centrais Sindicais.

3. Os desembolsos a efectuar pelo FR dependerão das receitas obtidas e existentes, sendo, no caso de insuficiência de fundos, priorizado o financiamento das medidas e acções previstas no Plano Nacional de contingência sanitária.

Artigo 5.º **Conta bancária**

O FR terá conta própria aberta pela Direcção do Tesouro junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Artigo 6.º **Prestação de contas e transparência**

1. Até o dia 15 de cada mês e com referência ao mês anterior, o Ministério titular das Finanças submete ao Conselho de Ministros, com cópia para a Comissão de Seguimento, o relatório detalhado dos encargos financeiros das MEDIDAS COVID-19 e da movimentação da conta bancária do FR, para aprovação e encaminhamento à Assembleia Nacional.

2. O FR sujeita-se ao controlo normal das receitas e despesas públicas.

Artigo 7.º Contribuição extraordinária

1. A CE é constituída através de prestações obrigatórias sobre a totalidade do salário de base mensal dos sujeitos passivos do IRS e será cobrada durante três meses.

2. Para o sector público, serão aplicadas as seguintes taxas:

a) 3% para o regime geral;

b) 5% para o regime privativo financiado pelo OGE;

c) 7% para as demais entidades públicas, projectos de desenvolvimento ou outras entidades equiparadas.

3. Para o sector privado, os rendimentos serão apurados por equivalência com o valor do salário mínimo da Função Pública (SMFP), sendo aplicadas as seguintes taxas: a) 3% para rendimentos até 4 SMFP; b) 5% para rendimentos até 19 SMFP;

c) 7% para rendimentos superiores aos previstos no número anterior.

4. À CE, serão aplicadas as regras da substituição tributária, previstas na legislação do IRS.

5. O pagamento da CE efectua-se por retenção na fonte e mediante depósito na conta do FR, podendo cessar, antecipadamente, por decisão do Governo.

6. Os rendimentos até 2 SMFP no sector público e no sector privado, estão sujeitos a uma mínima de Dbs25,00.

Artigo 8.º Isenções

1. Estão isentos do pagamento da CE:

a) Os rendimentos menores ou iguais a 1 SMFP;

b) Profissionais do sistema Público de Saúde;

c) Os professores e educadores de escolas públicas;

d) Forças e Serviços de Defesa e Segurança, incluindo a Polícia Judiciária;

e) Os trabalhadores abrangidos pelo Regime Excepcional de Suspensão das Relações Laborais.

Artigo 9.º Entrada em vigor

O Presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 21 de Abril de 2020.- Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Jorge Lopes Bom Jesus*; Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, *Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto*; Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu*; Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, *Osvaldo Tavares dos Santos Vaz*; Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa*; Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, *Ivete da Graça dos Santos Lima Correia*; Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, e dos Assuntos Parlamentares, *Wuando Borges Castro de Andrade*; Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, *Francisco Martins dos Ramos*; Ministra da Educação e Ensino Superior, *Julieta Izidro Rodrigues*; Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, *Maria da Graça de Oliveira Lavres*; Ministro da Saúde, *Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves*; Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, *Adllander Costa de Matos*; Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, *Vinício Teles Xavier de Pina*.

Promulgado em 7 de Maio de 2020.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Decreto-Lei 6/2020, de 6 de Maio

Define o Confinamento Geral Obrigatório.

Preâmbulo

Define o Confinamento Geral Obrigatório

No passado dia 2 de Maio de 2020, foi renovado o Estado de Emergência em Saúde Pública São Tomé e Príncipe , através do Decreto Presidencial n.º 8/2020 , o que permite ao Governo continuar a assumir algumas medidas restritivas excecionais no âmbito do processo de prevenção e combate à pandemia do Coronavírus atendendo a evolução desta pandemia no País.

Considerando que neste momento o quadro epidemiológico é considerado de grave, com a existência de

um grande número de doentes confirmados em São Tomé;

Assim, nos termos do Decreto Presidencial n.º 8/2020 de 02 de Maio de 2020, que prorroga o “Estado de Emergência Nacional em Saúde Pública” por mais 15 dias e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111º da Constituição da República, o Governo Decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

1. É Decretado o confinamento domiciliário geral e obrigatório para toda a população em todo o território nacional.
2. Para além dos casos de exceção previstos neste diploma, as pessoas estão autorizadas a sair de casa para efeitos de compras, para apanhar água, idas ao banco, prática de exercício físico, ou em situações de emergência médica, observando sempre o uso obrigatório das máscaras.

Artigo 2.º Regime excecional

Os titulares dos Órgãos de Soberania, os membros do Governo, os titulares do poder Local e Regional, os

funcionários essenciais das missões Diplomáticas e das Organizações das Nações Unidas, os funcionários da

Saúde, os Bombeiros, os elementos das forças de Defesa e Segurança pública, os profissionais da comunicação social e os funcionários dos serviços de proteção social de apoio aos mais carenciados não estão abrangidos por esta medida.

Artigo 3.º Medidas complementares

1. São encerrados todos os serviços públicos e privados não essenciais em todo o território Nacional.
2. São suspensas todas as atividades de construção civil e de obras públicas consideradas como não urgentes, cabendo ao Ministro tutelar das obras públicas a emissão da competente autorização para execução das obras consideradas como urgentes e imprescindíveis.

Artigo 4.º Serviços Essenciais Públicos

Cada Órgão de Soberania, titulares Ministeriais e titulares do Poder Local e Regional definirão os serviços essenciais e os funcionários abrangidos por esse regime de exceção, emitindo a respetiva credencial para os devidos efeitos.

Artigo 5.º Serviços essenciais Privados

1. São considerados serviços essenciais privados os seguintes:
 - a) Supermercados e lojas comerciais de produtos alimentares e de higiene;
 - b) Restaurantes em regime de take away e padarias;
 - c) Farmácias e clínicas privadas;

- d) A ENCO e os Postos de abastecimento de Combustível;
- e) Bancos comerciais e empresas de telecomunicações;
- f) Serviços de pesca, agricultura e pecuária e respectivos revendedores;
- g) Empresas de segurança privada;
- h) Serviços de produção e comercialização de máscaras;
- i) Serviço de táxis, com lotação de metade da capacidade oficial da viatura;
- j) Vendedores de peixe, géneros alimentícios e hortaliças nos mercados municipais;
- k) Unidades de produção industrial.

2. Todos os funcionários abrangidos por este regime especial, têm que ser portadores de cartão de identificação ou credencial das respetivas empresas para circularem na via pública. No caso dos trabalhadores dos sectores da agricultura, pecuária e pesca e as vendedoras dos mercados, as respetivas credencias serão emitidas pela Direção da Agricultura, das Pescas, da Pecuária e pelas Câmaras Distritais, respetivamente.

Artigo 6.º Horário de funcionamento dos serviços essenciais

1. Os serviços públicos considerados essenciais continuarão a funcionar em horário único das 7:30h às 13h, com pessoal reduzido, com exceção dos profissionais da saúde, profissionais da comunicação social, bombeiros e das forças de defesa e segurança pública.
2. Os serviços privados considerados essenciais funcionarão no horário compreendido entre as 7:30h e as 15h, podendo as empresas optar por praticar um horário reduzido, por conveniência de serviço.
3. Os mercados municipais passam a funcionar das 5h às 15h, com a presença reduzida de feirantes, de forma a se evitar a aglomeração de pessoas e a observância da distância sanitária exigida.
4. Não são abrangidos por esta limitação horaria os serviços ou empresas que trabalhem por turnos, os pescadores, criadores de animais e agricultores.

Artigo 7.º Garantia dos direitos dos trabalhadores

Os funcionários públicos e privados abrangidos por estas medidas não devem sofrer descontos nos seus salários e nos dias de férias que têm direito.

Artigo 8.º Suspensão dos prazos

Todos os prazos para execução de obras públicas, de prestação de serviços e de processos judiciais ficam suspensos durante a vigência deste Decreto-Lei.

Artigo 9.º Incumprimento

Em caso de incumprimento das medidas previstas neste Decreto-lei, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas dos crimes contra a saúde pública e os crimes de desobediência, ambos previstos na Lei n.º 06/2012, Código Penal, de 06 de Agosto.

Artigo 11.º Norma revogatória

São revogadas as alíneas o, p e x do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 5/2020 de 24 de Abril de 2020.

Artigo 12.º Entrada em vigor

O presente Decreto-lei entra imediatamente em vigor e é válido até ao dia 17 de Maio de 2020. Visto e aprovado no Conselho de Ministros em 4 de Maio de 2020.- Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus; Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto; Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu; Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Tavares dos Santos Vaz; Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa; Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete da Graça dos Santos Lima Correia; Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Martins dos Ramos; Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade; Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues; Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria,

Maria da Graça de Oliveira Lavres; Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves; Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Adllander Costa de Matos; Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Vinício Teles Xavier de Pina.

Promulgado em 06 de Maio de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Decreto Presidencial 08/2020, de 4 de Maio

É, a pedido do Governo, prorrogado por mais 15 dias até ao dia 16 de Maio próximo, o “ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA”, em vigor desde o passado dia 17 de Março.

Terceira Prorrogação do “Estado de Emergência em Saúde Pública”

Considerando que nos termos do Decreto Presidencial.º 3/2020, de 17 de Março, foi Decretado o “ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA”;

Tendo em conta que surgiram no país vários casos de COVID-19, o que implica a necessidade de continuar a reforçar as medidas de combate com vista a limitar o contágio;

Considerando ainda que, após a solicitação da prorrogação do Estado de Emergência por parte do Governo, o Presidente da República reuniu-se hoje com os representantes de órgãos

de Soberania, alguns membros do Governo, o Procurador-Geral da República, e os representantes das Ordens Profissionais do ramo de Saúde;

Concluindo que nesta data continuam válidos todos os pressupostos que sustentaram a declaração do Estado de Emergência;

Nestes termos,

O Presidente da República, ao abrigo 84.º da Constituição da República, decreta:

Artigo 1.º Objeto

É, a pedido do Governo, prorrogado por mais 15 dias até ao dia 16 de Maio próximo, o “ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA”, em vigor desde o passado dia 17 de Março.

Artigo 2.º Entrada em vigor

O presente Decreto Presidencial, entra imediatamente em vigor.

São Tomé, em 01 de Maio de 2020.- O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Decreto Presidencial 07/2020, de 28 de Abril

É, a pedido do Governo e nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 8/2010, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, revista pela Lei n.º 02/2019, de 25 de Janeiro, autorizado o Ministro da Defesa e Ordem interna através do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, disponibilizar dois pelotões de militares das Forças Armadas para auxiliarem as Forças e

Serviços de Segurança na manutenção da ordem e no cumprimento da Constituição e das Leis, durante o “Estado de Emergência Sanitária”.

Considerando que pelo Decreto Presidencial n.º 3/2020, de 17 de Março foi declarado após a verificação de todos os procedimentos Constitucionais e legais, o Estado de Emergência Nacional em Matéria Sanitária, tendo em conta a pandemia do Covid-19;

Considerando ainda que conforme a solicitação do Governo datada de 16 de Abril foi prorrogado pela segunda vez o Estado de Emergência até ao próximo dia 01 de Maio, uma vez que se mantém todos os pressupostos que levaram a sua declaração;

Havendo necessidade de colocar militares em pontos estratégicos como Portos, Aeroportos, Banco Central, Serviços de Abastecimentos personalizados como Água, eletricidade, o Centro de Abastecimento de Combustíveis de Neves entre outros, além de afastar possíveis bloqueios de vias de transporte de bens e de serviços essenciais, uma vez que o efectivo das Forças e Serviços de Segurança no activo não é suficiente para responder cabalmente às necessidades do Estado de Emergência em vigor;

Tendo em conta que nos termos da Lei n.º 8/2010, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, revista pela Lei n.º 02/2019, de 25 de Janeiro, a missão principal das Forças Armadas é a de assegurar a Defesa Militar contra qualquer agressão ou ameaça interna e externas;

Nestes termos,

O Presidente da República, ao abrigo da alínea b) do artigo 80.º conjugada com o artigo 84.º, ambos da Constituição da República, decreta:

Artigo 1.º

É, a pedido do Governo e nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 8/2010, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, revista pela Lei n.º 02/2019, de 25 de Janeiro, autorizado o Ministro da Defesa e Ordem interna através do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, disponibilizar dois pelotões de militares das Forças Armadas para auxiliarem as Forças e Serviços de Segurança na manutenção da ordem e no cumprimento da Constituição e das Leis, durante o “Estado de Emergência Sanitária”.

Artigo 2.º

O Presente Decreto entra imediatamente em vigor. São Tomé, em 24 de Abril de 2020.- O presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Decreto-Lei 5/2020, de 24 de Abril

Definição das Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate ao COVID-19

Preâmbulo

No passado dia 17 de Abril de 2020, foi renovado o Estado de Emergência em Saúde Pública São Tomé e Príncipe, através do Decreto Presidencial n.º 6/2020, o que permite ao Governo continuar a assumir algumas medidas restritivas excepcionais no âmbito do processo de prevenção e combate à pandemia do Coronavírus.

Considerando a evolução dramática desta pandemia no mundo, com particular enfoque nos países africanos vizinhos;

Atendendo que neste momento já existem doentes confirmados em São Tomé, o que obriga o Governo a reforçar as medidas de prevenção e combate ao COVID-19;

Assim, nos termos do Decreto Presidencial n.º 6/2020 de 17 de Abril de 2020, que prorroga o “Estado de Emergência Nacional em Saúde Pública” por mais 15 dias e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111º da Constituição da República, o Governo Decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

As medidas sanitárias definidas no presente Decreto-lei visam a proteção da coletividade e, quando implementadas, deverão garantir o pleno respeito a integridade e dignidade das pessoas, famílias e da comunidade.

Artigo 2.º Âmbito territorial

O presente Diploma aplica-se em todo o território nacional.

Artigo 3.º Medidas

1. Para fazer face a emergência de saúde decorrente do coronavírus, o Governo adota as seguintes medidas de exceção:

- a) Proibição de entrada no País de todos os cidadãos estrangeiros;
- b) Os cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, que regressem ao País, serão sujeitos a quarentena obrigatória, em espaço a ser identificado pelo Governo, e devidamente acompanhados pelos agentes da saúde e autoridades policiais;
- c) Está autorizada a entrada de missões técnicas e governamentais, à convite do Estado São-tomense, sob a condição de apresentação de teste de despiste do coronavírus efetuados nos aeroportos de origem;
- d) Fica proibida a aterragem de voos charters nos aeroportos de São Tomé e do Príncipe e acostagem dos navios de cruzeiro nos dois portos;

- e) O abastecimento de materiais e consumíveis hospitalares, em regime de urgência, serão acautelados por voos fretados para o efeito;
- f) No que toca aos navios de mercadoria, de pesca e barcos de recreio, fica proibido o desembarque dos tripulantes e passageiros nos portos de São Tomé e do Príncipe;
- g) São suspensas as aulas em todas as escolas públicas e privadas do País;
- h) Ficam proibidas todas as concentrações públicas de carácter cultural, recreativo, religioso, desportivo e lúdico, incluindo o funcionamento das discotecas, “fundões” e festas populares;
- i) Fica suspensa a emissão e atribuição de passaportes diplomáticos e de serviço aos agentes do Estado, excetuando as situações de emergência, devidamente validadas pelo Primeiro-ministro e Chefe do Governo;
- j) São suspensos todos os voos comerciais e privados, de São Tomé e do Príncipe para o exterior e vice-versa, com exceção dos voos de carga ou os voos de carácter humanitário devidamente autorizados pelo Governo;
- k) É proibida a importação e venda de fardos nos mercados formais e informais;
- l) São suspensas todas as ligações marítimas e aéreas entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, excetuando as situações de emergência, devidamente autorizadas pelo Primeiro-ministro e Chefe do Governo;
- m) São suspensas todas as visitas aos doentes internados nos hospitais, Centros de Saúde, lares de idosos e aos reclusos na penitenciária;
- n) Passa a ser praticado um horário único na Função Pública, das 7:30H às 13h, com redução, em sistema de rotatividade, dos funcionários dos serviços públicos não essenciais, dando especial atenção aos funcionários com filhos menores;
- o) Passa a ser praticado um horário único para as lojas comerciais e supermercados, das 8:00h às 17h;
- p) Os mercados Municipais e Distritais passam a funcionar das 6h às 16h, exclusivamente para a comercialização de produtos essenciais, nomeadamente: Produtos alimentares, produtos naturais, produtos de limpeza e higiene, obedecendo a distancia sanitária entre os vendedores e os clientes;
- q) Os mercados informais e formais podem ser encerrados pelas autoridades sanitárias sempre que se verificar a possibilidade de alto risco de contágio;
- r) É expressamente proibida a venda nos passeios, com exceção dos locais de venda temporária devidamente identificados e com autorização das autoridades competentes;

s) São encerrados todos os restaurantes, bares, cafés, pastelarias e roulottes, com exceção dos que tenham serviços de entrega ao domicílio;

t) Fica limitado a ocupação dos lugares para passageiros, nos táxis e viaturas privadas, até a metade da capacidade legal das viaturas;

u) Ficam proibidas as reuniões, concentrações e encontros com mais de 10 pessoas, excetuando as situações devidamente justificadas, por conveniência de serviço, e respeitando a distancia sanitária recomendada;

v) É obrigatório o respeito da distância sanitária de 2 metros, utilização de máscaras pelos funcionários e disponibilização de lavatórios ou álcool para desinfestação dos clientes e utentes, em todas instituições, públicas ou privadas, que prestam serviços de atendimento ao público;

w) É obrigatório do uso de mascaras por todos que circulem nas vias públicas e os prestadores de serviço ao Público;

x) É instaurado a obrigatoriedade do confinamento domiciliar a toda a população, entre as 19h e as 5h, com exceção dos titulares dos Órgãos de Soberania, Membros do Governo, titulares do poder local e regional, missões Diplomáticas, funcionários da Saúde, Bombeiros, Forças de Defesa e Segurança Pública e Privada, profissionais da comunicação social, serviços de entrega de refeições, pessoas que trabalham por turno, mediante apresentação de credencial da respetiva empresa e nos casos de emergência devidamente justificados;

y) São proibidas cerimónias fúnebres e velórios com mais de 20 pessoas.

2. Para além das medidas previstas no ponto ante-rior, pode ainda o Governo adotar as medidas sanitárias que se impuserem como absolutamente necessárias, em função da evolução da pandemia.

Artigo 4.º

Direitos gerais dos trabalhadores

1. É suspenso o direito à greve.

2. Os funcionários e agentes administrativos do sector da saúde, bem como os efectivos dos órgãos de defesa e segurança, podem desenvolver funções em lugares e em condições diferentes daqueles que correspondem ao vínculo existente.

Artigo 5.º Trabalho em domicílio

Os cidadãos dispensados da atividade laboral durante o período do Estado de Emergência podem estar sujeitos ao regime de trabalho em domicílio, competindo à entidade empregadora, pública ou privada, a definição da modalidade do trabalho em domicílio.

Artigo 6.º Requisição administrativa

Haverá requisição administrativa, sempre fundamentada, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade privada, para contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, que deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, quando for o caso, e terá suas condições e requisitos definidos em actos infralegais emanados pelo Ministério da Saúde e seu período de vigência não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, e envolverá, em especial:

- a) Hospitais e/ou clínicas privadas, independentemente da celebração de contratos administrativos; e
- b) Profissionais da saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a administração Pública.

Artigo 7.º Medidas sancionatórias

1. Nos casos de recusa à realização dos procedimentos recomendados e definidos no artigo 2.º do presente Decreto, os órgãos competentes, com o objetivo de atender o interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo, devem adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.
2. O Ministério da Saúde deve produzir recomendações e orientações para a implementação dos procedimentos previstos no artigo 2.º do presente Decreto-lei, nos termos da Lei n.º 09/2018, Lei Base de Saúde, de 06 de Junho e demais legislações relacionadas.

Artigo 8.º Dever de colaboração

Os cidadãos e as entidades públicas e privadas têm o dever de colaboração no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública para a concretização das medidas do presente diploma.

Artigo 9.º Incumprimento

Em caso de incumprimento das medidas previstas neste Decreto-lei, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infração administrativa previstas na Lei n.º 5/97, Estatuto da Função Pública, de 01 de Dezembro, bem como os crimes contra a saúde pública e os crimes de desobediência, ambos previstos na Lei n.º 06/2012, Código Penal, de 06 de Agosto.

Artigo 10.º Financiamento

As despesas necessárias para a execução de quaisquer ações previstas no presente Decreto-lei, são asseguradas pelo Ministério do Planeamento, Finanças e

Economia Azul, que manterá relatórios atualizados de todas as despesas realizadas.

Artigo 11.º Revogação

É revogado do Decreto-lei n.º 4/2020 de 18 de Março.

Artigo 12.º Entrada em vigor

O presente Decreto-lei entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir das 00:00h do dia 24 de abril de 2020, mantendo a sua vigência enquanto prevalecer o Estado de Emergência em Saúde Pública.”

Visto e aprovado no Conselho de Ministros em 21 de Abril 2020. - Primeiro-ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus;

Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Maria Neto D’Alva Teixeira de Barros Pinto;

Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D’Abreu;

Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Tavares dos Santos Vaz;

Ministro da Defesa e Orde Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa;

Ministra da Justiça, Administração Pública, e Direitos Humanos, Ivete da Graça dos Santos Lima Correia;

Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Francisco Martins dos Ramos;

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade;

Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues;

Ministra do turismo, Cultura, Comércio e Indústria, Maria da Graça de oliveira Lavres;

Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves;

Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Adllander Costa Matos;

Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Vinício Teles Xavier de Pina.

Promulgado em 24 de Abril de 2020

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Lei 4/2020, de 21 de Abril

Autoriza o Governo a adoptar medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, resultantes da pandemia de COVID-19

Preâmbulo

Considerando que a Assembleia Nacional, através da Resolução n.º 86/XI/2020, de 17 de Março, autorizou o Presidente da República a declarar o Estado de Emergência em São Tomé e Príncipe;

Tendo em conta que o Presidente da República, através do Decreto Presidencial n.º 03/2020, declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública com o objectivo de combater a pandemia de COVID-19 no País;

Considerando que na parte dispositiva do supra Decreto define que cabe ao Governo tomar medidas necessárias para o efectivo combate à pandemia de COVID-19;

Considerando a necessidade de adopção de medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia de COVID-19;

Considerando que a Assembleia Nacional é o mais alto órgão legislativo da República e que as medidas a serem adoptadas, designadamente as orçamentais, estão inseridas na reserva da competência legislativa deste Órgão de Soberania;

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

A presente Lei tem como objecto autorizar o Governo a adoptar medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, resultantes da pandemia de COVID-19, durante o período de contingência.

Artigo 2.º Parte integrante

Fazem parte da presente Lei as medidas indicativas constantes do documento em anexo.

Artigo 3.º Fiscalização e controlo

1. O Governo deve remeter, mensalmente, à Assembleia Nacional, um relatório detalhado das medidas adoptadas e os encargos financeiros resultantes da sua aplicação, até a apresentação e aprovação do Orçamento Geral do Estado Rectificativo, o mais tardar em finais de Julho de 2020.
2. O relatório previsto no número anterior deve abranger medidas e encargos já assumidos a partir de 17 de Março de 2020.

Artigo 4.º Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor nos termos legais, com efeitos a partir de 17 de Março de 2020.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 2 de Abril de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.

Promulgado em 17 de Abril de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

ANEXO

MEDIDAS DE COMBATE AOS EFEITOS DO CORONAVIRUS (COVID-19), EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, DURANTE O PERÍODO DE CONTINGÊNCIA

A pandemia de COVID-19 está a afetar as cadeias de suprimento e interromper as operações de fabricação em todo o mundo. A actividade económica caiu nos últimos dois meses, especialmente na China, e deve permanecer deprimida por meses. A pandemia está a ocorrer num momento em que a actividade económica global enfrenta incertezas e os governos têm espaço político limitado para agir. A duração e a gravidade dos impactos de COVID-19 dependerão da duração e localização projectadas da pandemia, bem como da existência de uma resposta rápida e concertada para apoiar os países em desenvolvimento, onde os sistemas de saúde são frequentemente mais fracos.

Segundo a Comissão Económica das Nações Unidas para a África Central, África pode perder metade do seu PIB, com um crescimento de 3,2% para cerca de 2%, devido a várias razões que incluem a ruptura das cadeias de suprimento globais. A interconectividade do Continente às economias afetadas da União Europeia, China e Estados Unidos está a causar efeitos colaterais. O Continente precisaria de até USD 10,6

bilhões em aumentos inesperados nos gastos com saúde para impedir a propagação do vírus, enquanto, por outro lado, as perdas de receita poderiam levar a dívidas insustentáveis.

O COVID-19 pode reduzir as exportações totais de petróleo dos países africanos produtores de petróleo em 2020, levando as receitas de exportação da África a caírem em bilhões em 2020. As remessas dos emigrantes e o turismo também estão a ser afetados à medida que o vírus continua a se espalhar pelo mundo, resultando num declínio nos fluxos de IDE; fuga de capital e liquidez; aperto no mercado financeiro doméstico; e uma desaceleração dos investimentos - daí a perda de empregos.

Os produtos farmacêuticos, importados em grande parte da Europa e de outros parceiros afetados pelo COVID-19 fora do Continente, poderão ver seus preços aumentados e a disponibilidade reduzida para os africanos. Com a maioria dos países africanos a serem importadores líquidos de alimentos básicos, teme-se que a escassez tenha um forte impacto na disponibilidade e segurança alimentar.

Por conseguinte, face às consequências imprevisíveis da contínua propagação do COVID-19, sugere-se aos governos africanos que possam rever os seus orçamentos para re-priorizar os gastos e mitigar os impactos negativos esperados do COVID-19 nas suas economias. Como medida de segurança, sugere-se igualmente aos governos que incentivem os produtores nacionais a aumentarem a produção local e os importadores de alimentos a encaminhar rapidamente as compras para garantir reservas suficientes de alimentos nos principais itens básicos.

Por outro lado, os pacotes de estímulo fiscal também são cruciais para o continente enfrentar a tempestade COVID-19, que já levou à perda de milhares de vidas em todo o mundo e infectou centenas de pessoas. Com medidas proactivas, a perda de vidas e o impacto económico da pandemia podem ser contidos. Portanto, é fundamental que a comunidade internacional trabalhe em conjunto nos factores subjacentes que estão na base da pandemia, no apoio às respostas políticas e no fortalecimento da capacidade de resposta nos países em desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe não está imune às consequências da pandemia. O Governo, para além da prioridade máxima que deve dar a segurança sanitária, não pode deixar de ter em conta o impacto socioeconómico desta pandemia. Embora o País tenha experimentado uma recuperação económica durante a primeira década de 2000, como resultado do aumento do crescimento de capital e produtividade, no entanto, as taxas de crescimento começaram a declinar, em 2011, de uma média de 4,4% para uma estimativa de 1,35% em 2019. Esse declínio pode ser atribuído a muitos factores, incluindo um baixo nível de mobilização de receita doméstica e uma redução nos gastos do Governo, devido à redução de doações e empréstimos, que representaram mais de 90% dos investimentos públicos.

Em termos fiscais, a maior parte de receitas é arrecadada ao nível aduaneiro. Assim, elas serão afectadas negativamente pela diminuição do volume de importação e, sobretudo, pela redução dos preços das commodities (petróleo). Por outro lado, o sector turístico/hoteleiro, fortemente afectado pela pandemia, irá repercutir em perdas significativas nas receitas do Estado, além de dificuldades gerais que as empresas terão de enfrentar no que concerne ao fluxo de caixa para fazer face às suas obrigações fiscais, bem como o pagamento aos trabalhadores, com a implicação na perda de emprego.

Embora se preveja queda significativa de receitas, o que comprometerá a execução do seu orçamento, como consequência do impacto negativo resultante da necessidade de gastos adicionais e imprevisíveis, visando a prevenção e eliminação do contágio e da propagação do coronavírus no País, o Governo, na base do Decreto Presidencial n.º 03/2020, que declara o Estado de Emergência, sob autorização da Resolução n.º 86/XI/2020 da Assembleia Nacional, com vista a proteger o emprego, o rendimento das famílias e evitar o encerramento das empresas, minimizando deste modo os efeitos do COVID-19 sobre a economia e sobre a estabilidade financeira do País, adopta as seguintes medidas a vigorar durante o período de continência, cuja implementação dependerá de fundos mobilizados junto dos parceiros e em função das condições da evolução da pandemia:

1. GOVERNO

A. GERAL

- i). Reafecção de recursos adicionais a favor do Ministério da Saúde, no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE), sem pôr em causa o teto global do OGE, não obstante o impacto negativo sobre o défice orçamental;
- ii). Reafecção de recursos adicionais a favor do Ministério da Defesa e Ordem Interna (Forças e Serviços de Defesa e Segurança), para garantir a segurança e ordem públicas;
- iii). Reafecção de recursos adicionais a favor do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, para garantir a segurança alimentar num contexto de crise no comércio internacional;
- iv). Suspensão da aplicação de alguns preceitos do Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 6/2019, de 11 de Abril;
- v). Apoio às empresas que demonstrem dificuldades por conta da pandemia de COVID-19, através de incentivos fiscais, como estímulo à manutenção do emprego e não ao desemprego.

B. SECTOR DA SAÚDE

- i). Implementação do Plano de Contingência do sector;

ii). Disponibilização de medicamentos, reagentes e consumíveis hospitalares, para aumentar a capacidade de stock e responder às exigências neste período de contingência.

C. SECTOR EMPRESARIAL EM GERAL

i). As empresas que demonstrem queda de receitas igual ou superior a 50% nos últimos dois meses, por conta da pandemia de COVID-19, gozam dos benefícios indicados nas alíneas seguintes do presente capítulo, bem como do capítulo D a seguir, durante o período de três meses;

ii). Dispensa de juros de mora e outros acréscimos legais sobre dívidas fiscais e para-fiscais acumuladas durante o período do estado de emergência ou que tendo sido acumuladas com referência ao período anterior, e que sejam notificadas durante o estado de emergência;

iii). Pagamento das dívidas às empresas fornecedoras de bens e serviços ao Estado;

iv). Moratória, sem penalizações no pagamento de prestações que estejam em curso;

v). Suspensão das execuções fiscais;

vi). Implementação do regime transitório de suspensão de relações laborais, adaptado à realidade de São Tomé e Príncipe;

vii). Disponibilização de uma linha de crédito destinada às pequenas e médias empresas afetadas pela crise da pandemia, através do sistema bancário com a garantia do Estado, com taxas de juro bonificadas para assegurar a necessidade imediata de liquidez das mesmas empresas, durante o período de crise;

viii). Disponibilização de um fundo para o empreendedorismo, direcionado fundamentalmente aos jovens e micro, pequenas e médias empresas, incluindo startup, para mitigar o impacto da pandemia e acelerar a recuperação económica, apoiado pelo Governo, PNUD e outros potenciais parceiros.

D. SECTOR DE TURISMO, HOTELARIA E RESTAURAÇÃO E OUTROS

i). As empresas deste sector gozam dos benefícios indicados no capítulo C;

ii). Suspensão das obrigações laborais, recebendo em contrapartida a atribuição de uma compensação remuneratória aos trabalhadores afetados, para manter o vínculo laboral e não o despedir, calculada na base de 2/3 (dois terços) dos respectivos salários de base, até um limite máximo de quatro vezes do salário mínimo do regime geral da Função Pública (Db. 1.100,00 – mil e cem dobrás), desde que a entidade empregadora contribua com um mínimo de 15% deste montante;

iii). A aplicação dos benefícios indicados nos itens anteriores são a seguir:

a) Empresas que têm mais de 30 trabalhadores devem assumir o pagamento integral das remunerações de um mínimo de 7% de todos os trabalhadores;

b) Empresas com menos de 30 trabalhadores devem assumir o pagamento integral das remunerações de um mínimo de 10% de todos os trabalhadores;

c) Empresas que necessitam de mão-de-obra superior ao indicado nos itens anteriores, deverão recorrer aos trabalhadores em regime de lay off, assumindo o pagamento do remanescente até ao valor do salário integral.

iv). Para incentivar mais o emprego, o regime descrito na alínea ii) e iii) acima também será aplicável aos novos trabalhadores contratados por qualquer empresa registada (por exemplo nos setores de agricultura, pesca ou saneamento), desde que a entidade empregadora consiga demonstrar que o novo trabalhador é um acréscimo líquido ao seu efetivo anterior;

v). Para trabalhadores do setor formal afetados pelo choque, incluindo aqueles que perderam o seu emprego e aqueles empregues no setor artístico e cultural, o Estado irá contribuir com metade da média do salário base do trabalhador em Janeiro e Fevereiro com um limite máximo de quatro vezes o salário mínimo do regime geral da Função Pública, ao longo de um período de três meses.

E. SECTOR AGROPECUÁRIO E DE TRANSFORMAÇÃO

i). Criação de centros de abastecimentos descentralizados (Região Autónoma de Príncipe – RAP, zonas centro, sul e norte de S. Tomé), para a venda de produtos alimentares locais;

ii). Disponibilização de sementes, materiais e equipamentos e outros insumos para a agricultura;

iii) Criação de uma plataforma de compra e venda, envolvendo o fornecedor, distribuidor e comprador.

f) SECTOR DE PESCAS

A fim de garantir a segurança alimentar, através do aumento de stock de produtos alimentares, prevê-se as seguintes medidas:

i). Aquisição e colocação de frigoríficos nos mercados e transportes frigoríficos para assegurar a conservação do pescado e garantir o stock de abastecimento;

ii). Reabilitação de fábricas de gelo para a conservação do pescado;

iii). Reforço de materiais e equipamentos de pesca (embarcações, motores e outros instrumentos de pesca).

G) SECTOR INFORMAL

i). Para os trabalhadores não declarados, ou seja, os trabalhadores do setor informal que consigam demonstrar que perderam o seu emprego por conta da pandemia e que não estão a beneficiar de nenhum dos programas especiais inscritos no capítulo I a seguir, com prioridade aos mais vulneráveis particularmente as mulheres, o Estado irá pagar Dbs. 600,00 (seiscentas dobras) ao longo de um período de três meses, desde que se inscrevam no serviço de emprego e na segurança social;

ii). Os trabalhadores referidos no ponto i) poderão ser empregados no trabalho, na agricultura, pesca e saneamento do meio e outros serviços públicos e privados (medidas a implementar com o apoio do Governo Regional e Câmaras Distritais), contra o pagamento do remanescente até ao alcance pelo menos o salário mínimo, que será pago pela entidade empregadora.

H) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRECTA E EMPRESARIAL

i). Redução da massa salarial em 20% nos sectores da Administração indirecta e empresarial (ENASA, ENAPORT, EMAE, CORREIOS), directamente impactados com a diminuição de receitas, como forma de evitar o despedimento do pessoal, ao longo de seis meses, tendo em conta a baixa de actividade;

ii). Introdução de mecanismos, pela EMAE, que possibilitem o pagamento de facturas de consumo de água e eletricidade, por via eletrónica (cartão Dobraz4 e/ou transferência bancária), à semelhança de outros serviços, como a CST, a fim de reduzir a aglomeração de pessoas nos balcões da EMAE e a utilização do papel.

I) PROTEÇÃO SOCIAL

i). Programa Família: Transformação do subsídio bimensal em mensal de apoio às famílias que já beneficiam de ajudas e expansão do Programa para o mínimo de 5.200 famílias, no âmbito dos apoios do Governo e do Banco Mundial;

ii) Apoio às pessoas carenciadas e aos centros de acolhimento (idosos, deficientes, lares de idosos e centros de acolhimento de crianças abandonadas);

iii). Apoio aos doentes são-tomenses no exterior.

J) INFRAESTRUTURAS SANITÁRIAS

Aproveitamento e reabilitação das unidades de saúde, bem como a identificação e preparação de espaços que possam servir de hospital de campanha em caso de existência de um surto no País.

K) ÁGUA E SANEAMENTO

- i) Reafecção de recursos adicionais a favor do Governo Regional e das Câmaras Distritais para a execução de projetos ligados ao abastecimento de água e saneamento do meio;
- ii) Activação e reorganização interna dos mercados em todos os pontos dos Distritos, para garantir a distribuição dos produtos e a desconcentração das palaiês e vendedores ambulantes;
- iii). Instalação de lavatórios e sabão em todos os mercados do País;
- iv) Recolha permanente de resíduos sólidos no País;
- v) Criar mecanismos alternativos para abastecimento de água à população.

L) CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO DE RESILIÊNCIA

A contribuição, a título do imposto solidário para o Fundo de Resiliência, será retido directamente no seu salário pela entidade empregadora, durante o período de seis meses da seguinte forma:

i). Os funcionários públicos contribuirão para o fundo de resiliência social, nas seguintes proporções da sua remuneração total:

a) 5% para dos funcionários do regime geral, com excepção daqueles que auferem salário mínimo;

b) 8% para os funcionários do regime privativo;e

c) 10%, dos funcionários dos serviços públicos com personalidade jurídica própria.

ii). Os trabalhadores das empresas privadas não afectadas pelo COVID-19, contribuirão nas seguintes proporções da sua remuneração total:

a) 5% para os que auferem rendimentos superiores a Dbs 2.200,00 (duas mil e duzentas dobras) até Dbs. 4.400,00 (quatro mil e quatrocentas dobras);

b) 8% para os que auferem superior a Dbs. 4.400,00 (quatro mil e quatrocentas dobras) até Dbs. 20.000,00 (vinte mil dobras);

c) 10% para os que auferem mais de Dbs. 20.000,00 (vinte mil dobras).

iii). O Fundo será criado pelo Governo através de uma conta independente, aberta no Banco Central e movimentada pelo Tesouro Público.

iv). Os desembolsos do Fundo serão geridos de forma transparente pelo Tesouro Público, com a participação da Comissão de Seguimento, de um representante do setor privado e um representante das Centrais Sindicais.

v). As contas do Fundo serão objetos de auditoria.

M. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- i). Redução das despesas com o pessoal;
- ii). Para assegurar o funcionamento do Estado, perante a situação de estado e emergência, serão disponibilizados meios de acesso à internet aos funcionários com responsabilidades acrescidas em sectores-chaves, para que possam realizar as suas tarefas em casa (tele-trabalho) de forma a garantir o funcionamento da Administração Pública, sem quaisquer transtornos.

N. IMPORTAÇÕES DE BENS

Serão priorizados recursos para:

- i). Medicamentos e equipamentos médicos;
- ii) Produtos alimentares básicos;
- iii). Produtos petrolíferos;
- iv) Materiais, equipamentos, sementes e outros insumos para agricultura e pesca.

2. BANCO CENTRAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (BCSTP)

A. Medidas de Política Monetária

- i). Redução da taxa directora (taxa de facilidade de cedência de liquidez);
- ii). Redução do coeficiente das Reservas Mínimas de Caixa (RMC);
- iii). Flexibilização temporária de alguns rácios prudenciais.

B. Medidas não convencionais a serem implementadas pelos bancos

- i). Assegurar suficiente liquidez à economia, através do crédito interno, com juros bonificados, a partir de um sistema de garantia do Estado;
- ii). Concessão de moratória no pagamento de crédito bancário, durante o período de carência (seis meses);
- iii). Concessão de moratória no pagamento das prestações bancárias aos agentes económicos (empresas e pessoas singulares), cujos rendimentos ou negócios estejam a ser afectados de forma directa pelo choque COVID-19, devendo o BCSTP adoptar medidas temporárias de flexibilização de alguns rácios prudenciais (seis meses);
- iv). Revisão em baixa dos preçários, sobretudo para pagamentos eletrónicos, emissão de cheques, instalação das POS;
- v). Orientar a SPAUT no sentido de manter sempre o aprovisionamento das caixas ATM;

- vi). Orientar a SPAUT para aumentar o plafond de levantamentos em ATM;
- vii). Orientar a SPAUT para instalar as POS em todos os postos de venda, de forma a reduzir o manuseamento de numerários;
- viii). Implementação de mobile money, para reduzir o manuseamento de dinheiro em cash e facilitar a compra por via eletrónica.

3. MEDIDAS DE RETOMA ECONÓMICA

Para apoiar a economia durante a crise e acelerar a retoma económica, são previstas as seguintes medidas:

- i). Elaboração de um estudo do impacto sócio-económico como base para preparar a recuperação e o relançamento da economia;
- ii). Aceleração da implementação dos projectos de investimentos já identificados e negociados com os parceiros;
- iii). Disponibilização de uma linha de crédito, com garantia do Estado, aos sectores de Turismo, Hotelaria, Restauração, Agropecuários, de Transformação e Pesca, cujo acesso se assenta em projetos bancáveis, regras de utilização transparentes e taxas de juros bonificados;
- iv). Exploração da possibilidade para a criação de um fundo de investimento para apoiar a recuperação;
- v). Implementação de medidas do Plano de médio prazo para o desenvolvimento do sector Agropecuário, Florestal e Pesqueiro;
- vi). Melhoria do ambiente de negócios, visando a facilitação de processos de aprovação de projectos e dos incentivos para aos investidores;
- vii). Implementação do sistema de governação electrónica integrada, como forma de reduzir a utilização de papel e minimizar a propagação da doença através de contacto com o papel. Esta permitirá rentabilizar a fibra óptica instalada e com ligação já efetuada para muitos sectores públicos, há cerca de um ano;
- viii). Disponibilização de uma linha de crédito de apoio à importação de bens.

4. REGULAMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

O Governo legislará, através de Decreto-Lei, sobre todas as medidas previstas na presente Resolução e, se necessário se tornar, os diferentes Ministros emitirão Despachos conjuntos ou Despachos para melhor regulamentação das formalidades e condições para sua aplicação.

NOTA: Prevê-se que, no conjunto, estas medidas representarão um custo estimado de € 79.675.916,00, conforme ilustrado na tabela abaixo:

RESUMO GERAL:

PRIORIDADE 1 ----- 105.206.481

PRIORIDADE 2 --- 1.329.024.524

PRIORIDADE 3 ----- 517.828.946

TOTAL --- 1.952.059.951

Decreto Presidencial 6/2020, de 20 de Abril

Prorrogação por mais 15 dias do Estado de Emergência Sanitária, sobre todo o território nacional, a pedido do Governo.

Considerando a Resolução n.º 86/XI/2020, da Assembleia Nacional, aprova no dia 17 de Março passado, que autorizou o Presidente da República a declarar o Estado de Emergência, para permitir a adopção de medidas com o propósito de conter uma eventual e propagação da pandemia do Coronavírus, Covid 19, no país;

Considerando que à luz da referida Resolução, o Presidente da República, observadas as prescrições legais e constitucionais em vigor, veio na mesma data decretar o Estado de Emergência por um período inicial de quinze (15) dias até ao dia 01 de Abril;

Considerando ainda que a Resolução da Assembleia Nacional autoriza o Presidente da República a prorrogar o Estado de Emergência por períodos sucessivos, sem que estes ultrapassem os noventa (90) dias;

Considerando que conforme a solicitação do Governo datada de 16 abril até ao momento e ao nível interno continuam válidos todos os pressupostos que sustentaram o primeiro pedido de prorrogação que terminou no passado dia 16 de abril e que ainda não estão consolidadas todas as condições para a prevenção, deteção massiva, combate e eventual tratamento a este vírus;

Nestes termos,

O Presidente da República, ao abrigo do artigo 84.º. Da Constituição da República, decreta:

Artigo 1.º

É, a pedido do Governo, prorrogado por mais 15 dias o Estado de Emergência Sanitária, sobre todo o território nacional.

O Presidente Decreto entra imediatamente em vigor.

São Tomé, em 17 de Abril de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Resolução 1/2020, de 20 de Abril

Determina que todos os actos e contratos, celebrados pelas entidades sujeitas à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas que tenham por base a urgente e inadiável tarefa de prevenção contra o COVID-19, e que estejam sujeitos ao Visto Prévio.

Preâmbulo

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus/covid-19 como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020;

Considerando que sua Excelência o Presidente da República declarou a esse respeito o Estado de Emergência por razões de saúde pública, através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, de 18 de março, cujos efeitos foram igualmente prorrogados nos termos do Decreto Presidencial n.º 4/2020, de 30 de Março; e,

Considerando ainda, que em consequência dessa declaração foram adoptadas algumas medidas excepcionais, visando mitigar uma eventual propagação da Pandemia no País.

O Tribunal de Contas, tal como os demais Órgãos de Soberania e Organismos Públicos, adoptou medidas de ajuste e adequação dos seus procedimentos, com vista a garantir a eficácia da aplicação dos recursos públicos no contexto que actualmente se vive no país e no mundo.

Assim, o Plenário-geral do Tribunal de Contas, reunido na sua Sessão de 30 de março de 2020, no uso das competências que lhe são atribuídas pela al. e) do art.º 26.º da Lei n.º 11/2019, de 4 de novembro, Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas, resolve:

Artigo 1.º Âmbito de aplicação

A presente Resolução abrange todas as entidades sujeitas à jurisdição e Controlo do Tribunal de Contas, relativamente a todos os actos e contratos sujeitos ao VISTO PRÉVIO, assim como a remessa das CONTAS de GERÊNCIA ao Tribunal de Contas.

Artigo 2.º Urgente conveniência de serviço

Todos os actos e contratos, celebrados pelas entidades sujeitas à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas que tenham por base a urgente e inadiável tarefa de prevenção contra o COVID-19, e que estejam sujeitos ao Visto Prévio deste Tribunal por força do disposto no art.º 37.º da Lei n.º 11/2019, de 4 de novembro, Lei Orgânica e de Processos

do Tribunal de Contas, podem ser postos em execução antes do VISTO PRÉVIO, com obrigatoriedade de remessa dos mesmos para efeitos da respectiva apreciação, no prazo máximo 30 dias subsequentes.

Artigo 3.º Prestação de contas

Fica prorrogado o prazo da remessa das CONTAS de GERÊNCIA para efeitos de Verificação Interna e Julgamento, previsto no art.º 46.º da Lei n.º 11/2019, de 4 de novembro, Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas, coadjuvado pela Instrução n.º 1/2012, sobre a prestação de contas, até o dia 31 de maio do ano em curso.

Artigo 4.º Revogação e alteração

O Plenário-geral pode deliberar, a qualquer momento, sobre a revogação ou alteração dos termos da presente Resolução, em função da evolução da situação, tendo em atenção as disposições legais que sobre o assunto vierem a ser adoptadas pelos Órgãos com poder legislativo.

Artigo 9.º Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Tribunal de Contas em S. Tomé, 31 de Março de 2020. - O Presidente, Bernardino Araújo.

Decreto Presidencial 4/2020, de 2 de Abril

Prorrogação do Estado de Emergência Sanitária sobre todo o território nacional por mais 15 dias, a pedido do Governo.

Considerando a Resolução n.º 86/XI/2020, da Assembleia Nacional, aprovada no dia 17 de Março passado, que autorizou o Presidente da República a declarar o Estado de Emergência, para permitir a adopção de medidas com o propósito de conter uma eventual entrada e propagação da pandemia do Coronavírus, Covid 19, no país;

Considerando que à luz da referida Resolução, o Presidente da República, observadas as prescrições legais e constitucionais em vigor, veio na mesma data decretar o Estado de Emergência por um período inicial de quinze (15) dias;

Considerando ainda que a Resolução da Assembleia Nacional autoriza o Presidente da República a prorrogar o Estado de Emergência por períodos sucessivos, sem que estes ultrapassem os noventa (90) dias;

Considerando, enfim, que a pandemia encontra-se ainda numa fase de propagação, permanecendo intactos os riscos de contágios e consequente necessidade de reforço e consolidação das medidas de protecção e salvaguarda das populações, conforme a solicitação do Governo datada de 31 de Março;

Nestes termos,

O Presidente da República, ao abrigo do artigo 84.º da Constituição da República, decreta:

Artigo 1.º

É, a pedido do Governo prorrogado por mais 15 dias o Estado de Emergência Sanitária sobre todo o território nacional.

Artigo 2.º

O Presente Decreto entra imediatamente em vigor.

São Tomé, em 31 de Março de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.

Resolução 8/2020, de 25 de Março

Indeferimento da proposta do Governo Regional para a suspensão dos voos entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe por um período de 15 dias e estabelecimento do reforço das medidas de controlo sanitário nos aeroportos e portos de São Tomé e do Príncipe.

O Conselho de Ministros, reunido na sua 59.ª Sessão Ordinária, em 24 de Março de 2020, analisou a Resolução do Governo Conselho do Governo Regional sobre o COVID-19, onde, de entre outras medidas preventivas, o Governo Regional propõe a suspensão das ligações marítimas e áreas entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, por um período de 15 dias.

Nesses termos, considerando as consequências gravosas que tal medida pode significar para a população do Príncipe, que sofre já dos efeitos nefastos da dupla insularidade;

Atendendo ao facto do Governo ter decretado a suspensão de todos os voos comerciais e privados provenientes do exterior desde 21/03/2020 e o desembarque de tripulantes e

passageiros de navios de mercadoria e de cruzeiro provenientes do exterior, nos Portos de São Tomé e do Príncipe, desde 19/03/2020;

Considerando também que, até a data, não há registo de nenhum caso suspeito de infecção pelo Coronavírus em todo o território Nacional;

Tendo também em conta que a STPAirways diminuiu a frequência de voos entre as ilhas em virtude da diminuição drástica do número de passageiros nos últimos voos, o Conselho de Ministros resolve o seguinte:

Artigo 1.º

É indeferida a proposta do Governo Regional para a suspensão dos voos entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe por um período de 15 dias.

Artigo 2.º

1. Fica estabelecido o reforço das medidas de controlo sanitário nos aeroportos e portos de São Tomé e do Príncipe.

2. À luz do estatuído no n.º 2, do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 2/2020, o Governo poderá assumir medidas restritivas mais gravosas, de impacto nacional, caso a evolução da pandemia assim o justifique.

Artigo 3.º

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

São Tomé, em 24 de Março de 2020.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus; o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade; o Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu; o Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa e O Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves.

Decreto 10/2020, de 20 de Março

Suspensão do Espaço Aéreo.

Preâmbulo

Atendendo a evolução da pandemia do Coronavírus nos últimos dias, a nível mundial, que tem registado um crescimento exponencial e quase descontrolado;

Considerando que se torna necessário e urgente o Governo adotar medidas ainda mais restritivas e excecionais, visando a prevenção da entrada do coronavírus no País;

Tendo em conta o estatuído no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 2/2020 de 18 de Março de 2020, que permite ao Governo adotar medidas sanitárias mais gravosas que se apresentem como absolutamente necessárias;

Assim, nos termos do Decreto Presidencial n.º 3/2020 de 17 de Março de 2020, que declara o "Estado de Emergência Nacional em Saúde Pública" e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo Decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

1. São suspensos todos os voos comerciais e privados, de São Tomé e Príncipe para o exterior e vice-versa, a partir das 12 horas do dia 21 de Março de 2020.
2. O disposto no número anterior não abrange os voos de ligação interna entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, os voos de carga ou os voos de carácter humanitário devidamente autorizados pelo Conselho de Ministros.

Artigo 2.º Medidas subsidiárias

Todos os viajantes que desembarquem nos aeroportos de São Tomé, a partir das 00:00h do dia 21 de Março de 2020, estarão sujeitos à medidas de quarentena obrigatória, em regime de isolamento, em locais previamente definidos pelo Governo.

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente Decreto entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir das 00:00h do dia 21 de Março de 2020, tendo a duração de 15 dias, prorrogáveis por igual período, até ao limite máximo de 90 dias.

Visto e aprovado no Conselho de Ministros em 20 de Março 2020 - Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Lopes Bom Jesus;

Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Osvaldo António Cravid Viegas D'Abreu, Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Aguiar Sacramento e Sousa;

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Borges Castro de Andrade, Ministro da Saúde, Edgar Manuel Azevedo Agostinho das Neves.

Promulgado em 20 de Março 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



Timor-Leste

Constituição da República Democrática de Timor-Leste

Artigo 25.º

(Estado de excepção)

1. A suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais só pode ter lugar declarado o estado de sítio ou o estado de emergência nos termos previstos na Constituição.
2. O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados em caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave perturbação ou ameaça de perturbação séria da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.
3. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência é fundamentada, com especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso.
4. A suspensão não pode prolongar-se por mais de trinta dias, sem impedimento de eventual renovação fundamentada por iguais períodos de tempo, quando absolutamente necessário.
5. A declaração do estado de sítio em caso algum pode afectar os direitos à vida, integridade física, cidadania e não retroactividade da lei penal, o direito à defesa em processo criminal, a liberdade de consciência e de religião, o direito a não ser sujeito a tortura, escravatura ou servidão, o direito a não ser sujeito a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante e a garantia de não discriminação.
6. As autoridades estão obrigadas a restabelecer a normalidade constitucional no mais curto espaço de tempo.



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



Decreto-Lei 17/2020, de 30 de Abril

Criação de um Suplemento Remuneratório para os Funcionários, Agentes e Trabalhadores da Administração Pública que Prestem a Respectiva Actividade Profissional nos Serviços de Prevenção ou Controlo da COVID-19 ou em Condições de Directa Exposição ao Vírus SARS-Cov2.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, foi declarado o estado de emergência na República Democrática de Timor-Leste, com fundamento na existência de uma situação de calamidade pública.

A situação de calamidade pública que serviu de fundamento à declaração do estado de emergência teve por base o risco que representa para a saúde pública a pandemia de COVID-19, diagnosticada a mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo e que causou a morte a mais de cento e sessenta e cinco mil pessoas.

Consciente da necessidade de prevenir e controlar oportunidades de transmissão da referida doença em território nacional, o Governo impôs um conjunto de medidas que visaram não apenas a entrada do SARS-Cov-2 em Timor-Leste, como também impedir a sua propagação pela população residente no nosso território.

De entre as medidas de mitigação do risco de propagação da COVID-19 entre residentes em território nacional, destaca-se a da redução do número de funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que permanecem nas instalações onde habitualmente prestam a sua atividade profissional e a redução dos serviços de atendimento ao público.

Não obstante, não pode deixar de se reconhecer que vários profissionais da administração pública terão que continuar a prestar a respetiva atividade profissional de forma presencial e expostos ao contacto com o público. De entre os vários funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que terão de continuar a prestar a sua atividade profissional em contacto com o público, não podem deixar de se destacar os profissionais de saúde, os militares, os agentes das forças de segurança, os agentes da autoridade

de segurança alimentar e económica, o pessoal técnico e de apoio logístico e o pessoal responsável pela recolha e transporte de resíduos sólidos e de gestão dos mercados municipais que têm executado as medidas decretadas pelo

Governo de prevenção e controlo da COVID-19.



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

Estes profissionais, pelas atividades que especificamente vêm desenvolvendo, encontram-se expostos a um risco acrescido

de ficarem infectados pelo SARS-Cov-2 e de virem a padecer de COVID-19. Impõe-se assim ao Governo, por imperativos de moral e de ética, reconhecer a especificidade dos riscos em que incorrem estes profissionais da administração pública e determinar a sua justa compensação económica, ainda que condicionado pela escassez de recursos financeiros.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 67.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma cria um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov-2.

Artigo 2.º Suplemento remuneratório

1. Os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 têm direito a receber um suplemento remuneratório cujo valor é fixado por Resolução do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças.
2. O valor do suplemento remuneratório a pagar aos funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública referidos no número anterior pode variar em função do grau de risco a que os mesmos se encontram expostos.
3. São elegíveis para receber o suplemento remuneratório pela prestação de atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19:
 - a) O pessoal médico que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - b) O pessoal de enfermagem que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - c) O pessoal auxiliar de ação médica que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - d) Os técnicos de análises laboratoriais ou de meios complementares de diagnóstico envolvidos nas atividades de diagnóstico da COVID-19;

e) Os técnicos da saúde pública (vigilância, epidemiológica e sanitária) que prestem atividade nos postos de fronteiras; f) Os técnicos de radiologia envolvidos nas atividades de diagnóstico da COVID-19;

g) Os motoristas de veículos responsáveis pelo transporte de pessoas sujeitas a isolamento obrigatório e de indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-Cov-2 ou aos quais haja sido diagnosticada COVID-19;

h) Os militares das Forças Armadas envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19;

i) Os agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19;

j) O pessoal da Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar envolvido em operações de prevenção e controlo da COVID-19;

k) O pessoal da Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança, dos Serviços de Migração e da Autoridade Aduaneira que desempenhe funções nos aeroportos, nos portos de mar ou nos postos de fronteira terrestres;

l) O pessoal da Direção-Geral de Água e Saneamento e da Direção Geral da Eletricidade cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;

m) O pessoal dos serviços de proteção civil, incluindo bombeiros, cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;

n) O pessoal da Direção Nacional de Segurança e Proteção do Património Público, cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;

o) O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos;

p) O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela ordem pública e gestão de mercados.

4. O Conselho de Ministros, em casos devidamente fundamentados, pode atribuir o suplemento remuneratório previsto no n.º 1, através da Resolução a que alude o mesmo número, a outros grupos profissionais não contemplados no número anterior cuja atividade profissional seja prestada em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov-2.

Artigo 3º Financiamento

O suplemento remuneratório previsto no artigo anterior é financiado através do Fundo COVID-19.

Artigo 4º Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos desde o dia 28 de março de 2020.

Artigo 5.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 22 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças, interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

Decreto-Lei 16/2020, de 30 de Abril

Aprovação de Medidas de Apoio ao Emprego no Âmbito da Pandemia do COVID-19

A pandemia causada pela COVID-19, além das questões de saúde pública, tem tido um reflexo muito significativo nas economias em todo o mundo, sendo o desemprego reconhecidamente uma das mais graves consequências.

Em Timor-Leste, o conhecimento do primeiro caso de infeção pelo vírus causador da COVID-19, gerou um temor generalizado,

com impacto imediato nas relações de trabalho, levando à suspensão ou redução da atividade de muitas empresas e serviços, deixando muitos trabalhadores em risco de despedimento, face à incapacidade das entidades empregadoras manterem o pagamento das despesas com o trabalho (designadamente salários, mas também custos com contribuições sociais), em virtude da elevada queda de receitas.

Nestas condições, prevê-se que o desemprego aumente de forma substancial, com consequências sociais e económicas para as famílias e para a economia nacional, face à redução da procura e às dificuldades em satisfazer necessidades básicas.

Com o presente diploma procede-se, no âmbito do sistema de segurança social, à criação de apoios extraordinários e temporários, às entidades empregadoras do setor privado e aos trabalhadores, de modo a responder à redução dos rendimentos dos trabalhadores e às dificuldades financeiras das entidades empregadoras, procurando assegurar a manutenção de postos de trabalho.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo das alíneas b), j) e n) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei:

Secção I Disposições gerais

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma tem por objeto a criação e a regulação de apoios financeiros temporários às entidades empregadoras e aos trabalhadores, que satisfaçam as condições de elegibilidade estabelecidas no artigo 4.º, bem como aos trabalhadores referidos no artigo 11.º.

Artigo 2.º Âmbito

O presente diploma aplica-se ao setor privado, compreendendo as entidades empregadoras, os trabalhadores por conta de outrem e, desde que inscritas no regime contributivo da segurança social, as pessoas abrangidas pelo previsto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro.

Secção II Apoios

Artigo 3.º Apoios concedidos

São concedidos os seguintes apoios aos interessados que satisfaçam o disposto no artigo seguinte: a) Subsídio extraordinário em caso de suspensão do contrato de trabalho ou da redução do horário de trabalho; b) Dispensa do dever de pagamento das contribuições sociais; c) Subsídio extraordinário em caso de perda de rendimento às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro.

Artigo 4.º Condições de elegibilidade

1. O direito a qualquer um dos apoios previstos nas alíneas a) e b) do artigo anterior depende da verificação cumulativa das condições seguintes:

a) Suspensão do contrato de trabalho ou redução do período normal de trabalho, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Trabalho), com as modificações estatuídas nos números seguintes;

b) Suspensão do contrato de trabalho ou a redução do período normal de trabalho causada pela pandemia COVID-19;

c) Inscrição da entidade empregadora e do trabalhador no regime contributivo da segurança social.

2. Considera-se que a suspensão e a redução do período normal de trabalho são causadas pela pandemia COVID-19 sempre que tenham sido comunicadas pela entidade empregadora aos trabalhadores abrangidos depois do dia 21 de março de 2020, ou quando seja necessária para assegurar o cumprimento de uma ordem emanada por uma autoridade pública ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 29/2020, de 27 de março, que declarou o estado de emergência, ou do Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de março, alterado pelo Decreto do Governo n.º 6/2020, de 8 de abril.

3. Considera-se que a suspensão do contrato e a redução do período normal de trabalho causadas pela epidemia COVID-19 são indispensáveis para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos contratos de trabalho. 4. Para efeitos do presente diploma, a suspensão ou a redução do contrato de trabalho opera com a simples comunicação ao trabalhador, que pode fazer-se por qualquer meio, ficando a entidade empregadora dispensada de fazer as demais comunicações previstas no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Trabalho).

5. A suspensão do contrato de trabalho pode prolongar-se até ao termo da vigência do presente diploma, independentemente da sua duração.

6. Durante os períodos de suspensão ou de redução dos períodos normais de trabalho, mantêm-se em vigor os direitos e deveres dos trabalhadores que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho.

7. Consideram-se inscritos no regime contributivo da segurança social as entidades empregadoras e os respetivos trabalhadores que aproveitem do procedimento de inscrição extraordinária previsto no artigo seguinte.

8. Entende-se por remuneração, para os efeitos do presente diploma, a retribuição mensal bruta referida na Declaração de Remunerações de fevereiro de 2020, ou, na sua ausência, na última Declaração de Remunerações entregue à segurança social, sem prejuízo do referido no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 5 do artigo 8.º.

Artigo 5.º Inscrição extraordinária no regime contributivo

1. Beneficiam dos apoios previstos no presente diploma, desde que verificadas as demais condições de elegibilidade, as entidades empregadoras e os trabalhadores abrangidos pela previsão do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que sejam inscritos no regime contributivo da segurança social no prazo de 15 dias a contar da entrada em vigor do diploma ministerial referido no n.º 3.

2. Beneficiam igualmente dos apoios previstos no presente diploma, desde que verificadas as demais condições de elegibilidade, os condutores de veículos de transporte público de passageiros abrangidos pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que se inscrevam no regime contributivo de segurança social no prazo de 15 dias a contar da entrada em vigor do diploma ministerial referido no n.º 3, e cuja condição laboral seja comprovada nos termos fixados nesse diploma.

3. O Ministro com a tutela da Segurança Social, através de Diploma Ministerial, regulará o procedimento de inscrição extraordinária.

Artigo 6.º Inscrição de novos trabalhadores contratados por entidades empregadoras já inscritas

1. Beneficiam ainda dos apoios previstos no presente diploma os trabalhadores que, durante o período de vigência do presente diploma, sejam contratados e inscritos no regime contributivo da segurança social por entidades empregadoras já inscritas.

2. Para os efeitos do número anterior, o formulário de inscrição de novo trabalhador no regime contributivo deve ser acompanhado de declaração da entidade empregadora sobre o valor da remuneração bruta por ele auferida.

Artigo 7.º Contribuições sociais em dívida

1. A existência de contribuições sociais em dívida à data de entrada em vigor do presente diploma não prejudica o acesso das entidades empregadoras e dos respetivos trabalhadores aos apoios previstos no presente diploma.

2. As entidades empregadoras com contribuições sociais em dívida relativas ao período de outubro de 2017 a fevereiro de 2020 ficam dispensadas do pagamento de 10% do valor da dívida acumulada e isentas das sanções legalmente previstas para o incumprimento das obrigações de inscrição, de entrega das Declarações de Remunerações e de pagamento de contribuições, desde que liquidem o valor total em dívida à Segurança Social até 31 de janeiro de 2021 e cumpram as demais obrigações legais.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as contribuições em dívida podem ser pagas em prestações.

4. O Ministro com a tutela da Segurança Social, através de Diploma Ministerial, regulará os termos do pagamento em prestações das contribuições em atraso.

Artigo 8.º Subsídio extraordinário em caso de suspensão do contrato de trabalho ou de redução do horário de trabalho

1. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho ou de redução do horário de trabalho a segurança social paga ao trabalhador um subsídio extraordinário de montante equivalente a 60% da sua remuneração.

2. Tratando-se de suspensão do contrato de trabalho, a entidade empregadora fica exonerada da obrigação estabelecida no n.º 7 do artigo 15.º da Lei do Trabalho.

3. Tratando-se de redução do período normal de trabalho, a entidade empregadora paga ao trabalhador o montante correspondente à diferença entre o subsídio extraordinário pago pela segurança social e, quando seja superior, o valor das horas trabalhadas.

4. Não obstante o disposto nos números anteriores, a entidade empregadora pode pagar ao trabalhador qualquer quantia adicional até à concorrência do valor da sua remuneração.

5. Quando se trate de trabalhadores cuja inscrição no regime contributivo tenha sido efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, considera-se como remuneração o valor do salário mínimo em vigor.

6. O montante pago pela segurança social, nos termos do número anterior, é considerado, para todos os efeitos, uma prestação social, não constituindo base de incidência contributiva para a segurança social.

Artigo 9.º Dispensa do dever de pagamento de contribuições do regime contributivo da segurança social

1. Nas situações previstas nos n.os 3 e 4 do artigo anterior, a entidade empregadora, quanto ao valor adicional que pague ao trabalhador, fica dispensada do dever de contribuir, na parcela a

seu cargo, para o regime contributivo de segurança social durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma.

2. A dispensa do dever de contribuir, na parcela a seu cargo, para o regime contributivo de segurança social, durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma, é alargada a todas as entidades empregadoras registadas na Segurança Social até ao dia 29 de fevereiro de 2020, por relação às remunerações dos respetivos trabalhadores registados até à mesma data, ainda que não beneficiem do disposto no artigo anterior.

3. O disposto nos números anteriores não exime as entidades empregadoras do dever de apresentação mensal das Declarações de Remuneração respetivas e de proceder à normal retenção da contribuição a cargo dos trabalhadores.

4. No caso previsto no número anterior, o cumprimento do dever de pagar as contribuições sociais a cargo dos trabalhadores relativas aos meses em que vigora o presente diploma é diferido para o segundo mês seguinte à cessação da sua vigência.

Artigo 10.º Requerimento

1. As entidades empregadoras interessadas na concessão de qualquer um dos apoios previstos no presente diploma, ou de ambos, devem solicitá-lo através de requerimento dirigido ao Instituto Nacional de Segurança Social, que deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Lista dos trabalhadores cujos contratos tenham sido suspensos e cujos períodos normais de trabalho tenham sido reduzidos;

b) Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade da informação contida no documento mencionado na alínea anterior.

2. A falta de veracidade, total ou parcial, da declaração prevista na alínea a) do número anterior, faz incorrer o seu autor na responsabilidade criminal que ao caso caiba.

Artigo 11.º Subsídio extraordinário no âmbito da adesão facultativa ao regime contributivo de segurança social

1. Às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, inscritas no regime contributivo de segurança social até ao dia 29 de fevereiro de 2020, é concedido um subsídio extraordinário de montante equivalente a 60% do valor da remuneração convencional em vigor que constitui base de incidência contributiva para a segurança social, de acordo com o último escalão escolhido pelo beneficiário, em caso de perda total ou parcial dos rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19.

2. Beneficiam, igualmente, do subsídio extraordinário referido no número anterior, os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, abrangidos pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que se inscrevam no regime contributivo de segurança social no âmbito do procedimento de inscrição extraordinária previsto no n.º 2 do

artigo 5.º, em caso de perda total ou parcial dos rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19.

3. Aquando da inscrição no regime contributivo de segurança social, os trabalhadores indicados no número anterior podem, independentemente da idade, optar apenas pelos 1.º ou 2.º escalões de base de incidência contributiva em vigor.

4. O subsídio extraordinário a que se refere o presente artigo é pago pela Segurança Social durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma, e não constitui base de incidência contributiva para a segurança social.

5. Para efeitos de segurança social, incluindo para registo de carreiras contributivas e cálculo de prestações sociais, os beneficiários do subsídio extraordinário previsto no presente artigo podem, durante os meses em que vigora o presente diploma, manter o valor global da remuneração convencional escolhida, devendo para o efeito pagar as contribuições referentes a 40% do valor dessa remuneração convencional.

6. Os interessados em beneficiar deste subsídio extraordinário devem solicitá-lo através de requerimento dirigido ao Instituto Nacional de Segurança Social.

7. O requerimento indicado no número anterior deve ser acompanhado de uma declaração, sob compromisso de honra, confirmando a perda total ou parcial de rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19, bem como indicando se pretendem manter a remuneração convencional para efeitos de segurança social ou reduzi-la ao montante do subsídio extraordinário, durante os meses em que vigora o presente diploma.

8. A falta de veracidade, total ou parcial, da declaração prevista no número anterior faz incorrer o seu autor na responsabilidade criminal que ao caso caiba.

9. Os beneficiários do subsídio extraordinário a que se refere o presente artigo, identificados no n.º 2, mantêm obrigatoriamente a sua inscrição no regime geral da segurança social pelo período de seis meses após a cessação do pagamento do subsídio.

Artigo 12.º. Proteção Social

1. Aos trabalhadores por conta de outrem e às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que beneficiem dos apoios estabelecidos no presente diploma são garantidos todos os direitos de proteção social previstos na lei, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. O subsídio extraordinário previsto nos artigos 8.º e 11.º não é acumulável com as prestações sociais substitutas do rendimento do trabalho que visam proteger as eventualidades de parentalidade, velhice e invalidez absoluta.

3. O subsídio extraordinário previsto nos artigos 8.º e 11.º é, porém, acumulável com as prestações sociais substitutas do rendimento do trabalho que visam proteger as eventualidades de morte e de invalidez relativa.

4. Para todos os efeitos, designadamente para registo de carreiras contributivas e cálculo de prestações sociais, o Instituto Nacional de Segurança Social regista remunerações por equivalência à entrada de contribuições, durante o período de concessão do subsídio extraordinário, sendo considerado como trabalho efetivamente prestado.

5. Nas situações em que o trabalhador, no mesmo período indicado no número anterior, auferir também um montante adicional pago pela respetiva entidade empregadora, esse montante releva para todos os efeitos, sendo adicionado ao subsídio extraordinário no registo da carreira contributiva e no cálculo das prestações sociais a que o trabalhador tem direito.

6. Quando os beneficiários do apoio previsto no artigo anterior declarem pretender manter o valor global da remuneração convencional escolhida, é esse o montante global que releva para efeitos de registo da carreira contributiva e para cálculo das prestações sociais previstas na lei.

Artigo 13.º Cessação dos contratos de trabalho

Com exceção da rescisão por iniciativa do trabalhador, durante a vigência do presente diploma, e nos três meses seguintes à sua revogação, os contratos de trabalho a cujos trabalhadores seja concedido o apoio previsto no artigo 8.º do presente diploma não cessam por nenhuma das causas previstas no artigo 46.º da Lei do Trabalho, sendo inválidos e ineficazes quaisquer acordos, actos, comunicações ou notificações que lhes digam respeito.

Secção III Disposições finais

Artigo 14.º Financiamento

1. Os apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º são financiados pelo Fundo COVID-19.
2. O Instituto Nacional de Segurança Social pode proceder ao adiantamento de verbas do Orçamento da Segurança Social, sendo as mesmas reembolsadas pelo Fundo COVID-19, nos termos previstos na respetiva regulamentação.
3. Os pagamentos relativos aos apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º são efetuados pelo Instituto Nacional de Segurança Social, como operações de tesouraria extraorçamentais, sendo, para todos os efeitos contabilísticos e orçamentais, registados como despesa na contabilidade do Fundo COVID-19.

Artigo 15.º Monitorização

O Governo, considerando a evolução da pandemia COVID-19 e a situação que então se verificar no país, avaliará, mensalmente, a adequação e a necessidade do regime temporário estabelecido no presente diploma.

Artigo 16.º Entrada em Vigor

1. O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Não obstante o disposto no número anterior, os apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º aplicam-se aos contratos de trabalho que tenham sido suspensos, ou cujos períodos normais

de trabalho tenham sido reduzidos a partir do mês de março de 2020, assim como às contribuições relativas ao mesmo mês.

Aprovado em Conselho de Ministros em 22 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos,

Fidelis Magalhães

A Ministra da Solidariedade Social e Inclusão,

Armanda Berta dos Santos

Promulgada em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

Decreto-Lei 15/2020, de 30 de Abril

Aprovação de Apoio Monetário aos Agregados Familiares no Âmbito da Pandemia de Covid-19.

Em face da atual pandemia de COVID-19, os Governos de todo o mundo têm vindo a adotar uma ampla gama de medidas de saúde pública e, neste contexto, Timor-Leste não foge à regra, tendo recentemente declarado o Estado de Emergência e consequentemente tomado outras medidas.

No entanto, algumas medidas de saúde pública, baseadas no princípio de “distanciamento social”, nomeadamente as que proibiram a prestação de alguns serviços ou estabeleceram limitações substanciais à sua realização, causaram perturbações sociais e económicas consideráveis, com impacto significativo, não só no imediato, como também a longo prazo, nos meios de subsistência e rendimentos das famílias.

O impacto socioeconómico desta pandemia em Timor-Leste pode ser persistente tendo em conta o potencial para a redução da produção agrícola e o número de famílias dependentes desta, a perda de empregos, o encerramento de negócios, podendo acarretar um aumento acentuado da pobreza com repercussão direta na estabilidade social. É provável que esses impactos durem muito mais do que a crise de saúde imediata, especialmente se nenhuma medida for tomada para resolvê-los.

Timor-Leste utilizou no passado recente, de forma eficiente, prestações sociais em situações de crise para fornecer apoio direto às famílias, ajudar a estimular a economia e promover a solidariedade social, sendo de acreditar que poderá uma vez mais fazê-lo com sucesso. Mais de 45 países em todo o mundo desenvolveram respostas de proteção social específicas para o COVID-19 e outros tantos estão igualmente a procurar fazê-lo.

É neste contexto que o Governo preparou um conjunto de medidas de combate à pobreza e estímulo económico em resultado do impacto das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, nos quais este apoio monetário se insere.

Em Timor-Leste existem aproximadamente 220.000 agregados familiares, dos quais 40% vivem abaixo da linha da pobreza e

outros 40% vivem imediatamente acima da mesma. Uma prestação atribuída aos agregados familiares com rendimentos

mensais até 500 dólares americanos garante proteção à grande maioria.

O apoio consiste na realização de um pagamento mensal de 100 dólares americanos por agregado familiar. Trata-se de uma

intervenção de curto prazo para enfrentar uma ameaça específica aos meios de subsistência, à economia e à sociedade

em consequência da pandemia do COVID-19.

Prevê-se que o impacto desta medida no rendimento das famílias seja elevado e que promova um estímulo generalizado à economia e estabilidade social num momento de incerteza sem precedentes.

Assim, Governo decreta, nos termos das alíneas b), o) e p) do n.º 1 do artigo 115.º e alínea d) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte

Secção I Disposições gerais

Artigo 1.º Objeto e natureza

1. O presente diploma tem por objeto criar e regular uma prestação de apoio temporário aos “Uma kain”(agregados familiares timorenses), doravante designada de apoio monetário.
2. O apoio monetário tem como objetivo apoiar os “Uma Kain” na resposta às suas necessidades imediatas decorrentes das medidas restritivas relacionadas com a pandemia de COVID-19, bem como na sua recuperação após o levantamento das mesmas.
3. O apoio monetário previsto no presente diploma assume a forma de uma prestação pecuniária periódica, de montante único e de caráter temporário.

Artigo 2.º Beneficiários

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são beneficiários do apoio monetário os “Uma kain” que se encontrem registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional, nos termos do previsto no Diploma Ministerial n.º 49/2017, de 23 de agosto, do Ministro da Administração Estatal, e que se encontrem em território nacional aquando do pagamento do mesmo.
2. Não beneficiam do apoio monetário os “Uma Kain” em que pelo menos um dos seus elementos aufera mensalmente e de forma regular, rendimentos provenientes de trabalho em instituições públicas ou entidades privadas, de rendimentos empresariais, de rendimentos prediais ou de prestações sociais, provenientes de regimes contributivos, não contributivos ou especiais, em montante mensal superior a 500 dólares americanos.
3. Para efeitos do presente diploma, consideram-se:
 - a) Registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional, os “Uma kain” com registo válido efetuado até 31 de março de 2020, ou, excecionalmente, os que venham a ser registados durante um período de registo adicional, nos termos a definir pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º;
 - b) Presentes em território nacional aquando do pagamento, os “Uma kain” que se façam representar no momento e local do pagamento do apoio monetário, nos termos do previsto no artigo seguinte, ou que, não o fazendo, apresentem em tempo útil justificação admissível, nos termos a definir pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 3.º Representação do agregado familiar

1. Em todos os atos e procedimentos relacionados com a atribuição do apoio monetário, cada “Uma Kain” é representado por apenas uma das pessoas que o integram, que será considerada o representante do agregado familiar.
2. É designado como representante do “Uma Kain” a pessoa que conste no “Livro de Registo de Uma Kain” como Chefe de Família, ou, na sua ausência ou impedimento, outro elemento do “Uma kain” com idade igual ou superior a 18 anos, nos termos a serem definidos pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 4.º Pagamento e duração

1. O apoio monetário é devido a partir do mês de abril de 2020, e enquanto durar a vigência do Estado de Emergência. 2. O pagamento do apoio compete ao Ministério da Solidariedade Social e Inclusão.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho de Ministros, mediante proposta fundamentada da Ministra da Solidariedade Social e Inclusão e tendo em conta a evolução económica e social do país em face da pandemia de COVID-19, pode prorrogar o período de atribuição do apoio monetário.

Artigo 5.º Montante

O montante do apoio monetário é fixado em 100 dólares americanos por mês, por “Uma kain” beneficiário.

Artigo 6.º Implementação

1. Compete ao Ministério da Solidariedade Social e Inclusão desenvolver, em estreita colaboração com o Ministério da Administração Estatal e com o apoio de outros Ministérios e departamentos públicos relevantes, as ações necessárias para a implementação do presente diploma.

2. Compete ao Ministério da Administração Estatal elaborar, em colaboração com as administrações de Suco, a lista de “Uma kain” que se encontrem registados, a considerar para efeitos de atribuição do apoio monetário, nos termos a definir no diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 7.º Regulamentação

O presente diploma é regulamentado por diploma ministerial conjunto da Ministra da Solidariedade Social e inclusão e do Ministro da Administração Estatal, a aprovar no prazo máximo de 15 dias contados a partir da data de publicação.

Artigo 8.º Monitorização

A Ministra da Solidariedade Social e Inclusão apresenta ao Governo um relatório sobre a implementação do presente diploma e o seu impacto nas famílias apoiadas, no prazo máximo de 3 meses a contar da entrada em vigor do mesmo.

Artigo 9.º Financiamento

Os custos referentes ao pagamento do apoio monetário bem como às operações técnicas e logísticas necessárias à respetiva implementação são assegurados pelo Fundo COVID-19, criado através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.

Artigo 10.º Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 23 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra de Solidariedade Social e Inclusão,

Armanda Berta dos Santos

Promulgada em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

Decreto do Governo 8/2020, de 30 de Abril

Aprovação das Medidas de Execução da Declaração do Estado de Emergência.

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto de COVID-19 como pandemia.

Perante a possibilidade alastramento do referido surto ao nosso território nacional, o Estado aprovou e executou um conjunto de medidas que tiveram por escopo a redução das oportunidades de importação do vírus SARS-Cov-2, causador

da COVID-19, para Timor-Leste.

Uma parte significativa das medidas de profilaxia da COVID-19 que foram impostas pelo Estado aos cidadãos representaram uma limitação significativa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais destes, razão pela qual o Presidente da República declarou previamente o estado de emergência, com fundamento em calamidade pública, o qual vigorou em todo o território nacional entre os dias 28 de março e 26 de abril de 2020.

As referidas medidas, apesar dos sacrifícios que impuseram à nossa população e às nossas empresas, vêm produzindo resultados positivos, já que, até à presente data, foram diagnosticados em Timor-Leste pouco mais de duas dezenas de casos de COVID-19 e nenhum óbito.

Não obstante os resultados positivos até agora alcançados, importa assegurar a manutenção, em geral, das medidas já adotadas, reduzindo as oportunidades de transmissão do SARS-Cov-2 entre a população residente no nosso território nacional, o que se afigura especialmente premente face ao aumento do número de pessoas infetadas com aquele vírus na República da Indonésia, Estado com o qual mantemos fronteiras terrestres.

Perante o elevado risco de alastramento do surto de COVID-19 a Timor-Leste, o Presidente da República, sob proposta do Governo e mediante prévia autorização do Parlamento Nacional, renovou a declaração do estado de emergência, o qual vigora em todo o território nacional, entre as 00:00 horas do dia 28 de abril e as 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020.

De acordo com o Decreto do Presidente da República n.º 32/2020, de 27 de abril, durante a vigência do estado de emergência,

ficam parcialmente suspensos: o direito de circulação internacional, a liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional, o direito de reunião, o direito de manifestação, a liberdade de culto na sua dimensão coletiva, o direito de resistência, o direito de propriedade, o direito de iniciativa económica privada e os direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à greve.

Com a aprovação do presente diploma, o Governo procede à regulamentação do Decreto do Chefe de Estado, estabelecendo as medidas que darão execução à declaração do estado de emergência que vigorará entre as 00:00 horas do dia 28 de abril e as 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento administrativo, o seguinte:

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova as medidas de execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 32/2020, de 27 de abril.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação territorial

O presente diploma aplica-se em todo o território nacional.

Artigo 3.º Princípio da legalidade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma atuam em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos.

Artigo 4.º Princípio da igualdade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma não podem privilegiar, beneficiar, prejudicar ou isentar de qualquer dever nenhum cidadão ou estrangeiro que se encontre em território nacional em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem ou local de residência, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou posição social, estado civil ou condição física ou mental.

Artigo 5.º Princípios da proporcionalidade e da necessidade

1. Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma só podem afetar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos ou estrangeiros que se encontrem em território nacional quando necessário e em termos adequados e proporcionais aos objetivos a realizar.
2. O uso da força na imposição do cumprimento das normas previstas no presente decreto só é autorizado quando para aquele efeito não se possa recorrer a outros meios.
3. O emprego da força é sempre precedido de intimação à obediência realizada de forma perceptível e sempre dentro do estritamente necessário e na medida do exigido para o cumprimento do dever legal.
4. Os meios a utilizar no recurso à força obedecem aos pressupostos da mínima intervenção e mínima lesão possível, só podendo ser utilizados meios mais gravosos, nomeadamente o recurso a armas, instrumentos, equipamentos ou objetos quando manifestamente não for viável ou suficiente o recurso à força física.

Capítulo II Circulação internacional

Secção I Entradas em território nacional

Artigo 6.º Proibição de entrada de estrangeiros em território nacional

1. É proibida a entrada de estrangeiros em território nacional.
2. A proibição prevista no número anterior não se aplica aos estrangeiros que tenham nascido em território timorense e aqui residam habitualmente ou sejam representantes legais de

menores de nacionalidade timorense ou de menores nacionais de Estado terceiro residentes legais em Timor- Leste sobre os quais exerçam poder paternal ou assegurem o seu sustento e educação.

3. A proibição prevista no n.º 1 não se aplica aos estrangeiros que prestem a respetiva atividade profissional no setor petrolífero.

Artigo 7.º Autorização excecional de entrada de estrangeiros em território nacional

O Primeiro-Ministro, em casos devidamente fundamentados, relacionados com a defesa do interesse nacional ou conveniência de serviço, pode autorizar a entrada de estrangeiros em território nacional, excecionando a proibição prevista pelo n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 8.º Estrangeiros responsáveis pelo transporte ou liberação de mercadorias importadas

1. Os estrangeiros responsáveis pelo transporte ou liberação de mercadorias não carecem da autorização prevista no artigo anterior.

2. Os estrangeiros referidos no número anterior apenas podem permanecer na zona internacional dos portos de mar, dos aeroportos ou dos postos de fronteiras terrestres e pelo tempo estritamente necessário para a conclusão dos procedimentos de entrega ou liberação de mercadorias. 3. A definição de zona internacional é a que consta da alínea ee) do artigo 2.º da Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, sobre migração e asilo.

Secção II Controlo sanitário das entradas e saídas de território nacional

Artigo 9.º Obrigatoriedade do controlo sanitário

Todos os indivíduos que pretendam entrar ou sair do território nacional estão obrigatoriamente sujeitos a controlo sanitário, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional.

Artigo 10.º Proibição de embarque

1. Os indivíduos que apresentem sintomatologia de se encontrarem doentes com COVID-19 ou infetados com SARS-Cov-2 não podem entrar em autocarros nem embarcar em navios ou aeronaves.

2. Para efeitos de aplicação do número anterior, consideram-se sintomas da doença COVID-19 ou de infeção com SARSCov- 2:

a) Temperatura corporal ou febre igual ou superior a 37,5.º C (trinta e sete graus centígrados e meio);

b) Tosse;

c) Dor de garganta;

d) Constipação;

e) Dificuldades respiratórias ou falta de ar.

3. Os indivíduos que sejam proibidos de entrar em autocarros ou embarcar em navios ou aeronaves, em conformidade com o n.º 1 devem preencher o Formulário de Declaração Médica Obrigatória e são obrigatoriamente conduzidos a um estabelecimento de saúde ou a uma unidade de isolamento para serem sujeitos a exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-Cov-2.

4. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos de evacuação médica.

Artigo 11.º Isolamento terapêutico obrigatório

1. Todos os indivíduos que entrem em território nacional são obrigados a realizar exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-Cov-2 quando apresentem a sintomatologia descrita no n.º 2 do artigo anterior.

2. Ficam obrigatoriamente sujeitos a isolamento terapêutico os indivíduos a que alude o número anterior quando lhes seja diagnosticada COVID-19 ou infeção pelo SARS-Cov-2.

Artigo 12.º Isolamento profilático obrigatório

Os indivíduos que entrem em território nacional ficam obrigatoriamente sujeitos a isolamento profilático com a duração mínima de catorze dias.

Capítulo III Circulação em território nacional e fixação de residência

Secção I Isolamento obrigatório

Artigo 13.º Confinamento obrigatório

Ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, na respetiva residência ou em centro de isolamento estabelecido para o efeito pelo Estado, conforme determinado pelas autoridades sanitárias, todos os:

- a) Doentes com COVID-19 ou os infetados com SARS-Cov-2;
- b) Indivíduos que entrem em território nacional;
- c) Indivíduos que se encontrem sob vigilância das autoridades de saúde.

Artigo 14.º Duração do período de confinamento obrigatório

O período de confinamento obrigatório previsto: a) Na alínea a) do artigo anterior, cessa com a alta médica; b) Nas alíneas b) e c) do artigo anterior, cessa ao final de catorze dias, contados da data de início do período de confinamento.

Secção II Isolamento voluntário

Artigo 15.º Confinamento voluntário

Os indivíduos não sujeitos a isolamento obrigatório e que não exerçam qualquer atividade profissional ou se encontrem dispensados do cumprimento do dever de comparência no local

de trabalho devem permanecer nas suas residências, limitando as suas deslocações ao exterior ao mínimo indispensável.

Artigo 16.º Regras de distanciamento social nas vias públicas

1. Os indivíduos que não se encontrem sujeitos ao regime de isolamento obrigatório quando se deslocarem a pé na via pública devem fazê-lo desacompanhados, observando a distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente aos demais transeuntes e evitar a formação de aglomerações de pessoas.
2. Os indivíduos que permaneçam na via pública aguardando a oportunidade de entrarem em estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços ou em instalações onde funcionem serviços da administração pública devem manter uma distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente ao indivíduo que daqueles se encontre mais próximo.
3. O disposto pelo número anterior é igualmente aplicável nos locais de entrada e saída passageiros dos transportes públicos.
4. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar todos os indivíduos para a necessidade de cumprirem o disposto pelos números anteriores.
5. Os agentes das forças de segurança ordenam a dispersão das aglomerações de pessoas que não respeitem o disposto no n.º 2 e informam que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.
6. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem a ordem emanada e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Capítulo IV Reuniões e manifestações

Artigo 17.º Proibição de reuniões e de manifestações

1. É proibida a realização de reuniões ou manifestações que impliquem a aglomeração de mais de cinco pessoas, sem prejuízo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 3/2008, de 22 de fevereiro.
2. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar todos os indivíduos para a necessidade de cumprirem o disposto pelo número anterior.
3. Os agentes das forças de segurança ordenam a dispersão das aglomerações de pessoas que não respeitem o disposto no n.º 1 e informam que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.
4. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem a ordem emanada e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Artigo 18.º Proibição de eventos sociais, culturais ou desportivos

1. É proibida a realização de quaisquer eventos sociais, culturais ou desportivos que impliquem a aglomeração de pessoas.
2. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar todos os indivíduos para a necessidade de cumprirem o disposto pelo número anterior.
3. Os agentes das forças de segurança ordenam a dispersão das aglomerações de pessoas que não respeitem o disposto no n.º 1 e informam que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.
4. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem a ordem emanada e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Capítulo V Atividades coletivas de culto ou de cariz religioso

Artigo 19.º Proibição de eventos religiosos

1. É proibida a realização de quaisquer eventos de cariz religioso, nomeadamente celebrações de culto que impliquem a aglomeração de pessoas.
2. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar todos os indivíduos e as confissões religiosas para a necessidade de cumprirem o disposto pelo número anterior.
3. Os agentes das forças de segurança ordenam a dispersão das aglomerações de pessoas que não respeitem o disposto no n.º 1 e informam que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.
4. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem a ordem emanada e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Artigo 20.º Realização de funerais

1. A realização de funerais está condicionada à adoção de medidas organizacionais que previnam a transmissão do SARS-Cov-2 e não deve implicar a presença, em simultâneo, de mais de dez pessoas.
2. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar todos os indivíduos para a necessidade de cumprirem o disposto pelo número anterior.

Capítulo VI Direito de iniciativa económica privada

Artigo 21.º Transportes públicos de passageiros

1. É permitido o transporte público de passageiros por operadores económicos privados, nos termos da lei.
2. Os veículos e as embarcações que se dediquem comercialmente ao transporte público de passageiros são diariamente higienizados antes de darem início à jornada de atividade comercial.

3. O Ministro dos Transportes e Comunicações pode estabelecer, por despacho, centros de higienização dos veículos utilizados no transporte público de passageiros.

4. Os motoristas, as tripulações e os passageiros dos veículos e das embarcações de transporte público de passageiros são obrigados a utilizar máscaras de proteção da boca e do nariz para aceder e permanecer no interior destes.

5. Os motoristas ou a tripulação dos veículos e das embarcações de transportes públicos de passageiros recusam a entrada aos indivíduos que não cumpram o disposto no número anterior.

6. Os passageiros dos transportes públicos devem evitar, entre si, qualquer forma de contacto físico.

7. Os agentes das forças de segurança devem sensibilizar os motoristas, as tripulações e os passageiros que se encontrem nos veículos ou nas embarcações de transportes públicos para a necessidade de cumprirem o disposto nos números anteriores. 8. Os agentes das forças de segurança ordenam:

a) A saída do interior dos veículos ou das embarcações que assegurem o transporte públicos de passageiros a todos quantos se encontrem no seu interior sem máscara de proteção da boca e do nariz, informando que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.;

b) A cessação do transporte público de passageiros quando o motorista não use máscara de proteção da boca e do nariz e não disponha de nenhuma para uso imediato, informando ainda que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.

9. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem as ordens emanadas e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Artigo 22.º Regras de acesso aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços

1. É permitido o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, industriais, artesanais ou de prestação de serviços que para o efeito se encontrem devidamente licenciados, nos termos da lei.

2. Os indivíduos que pretendam aceder ao interior das instalações dos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviço e nelas permanecer, incluindo os que nas mesmas prestem a respetiva atividade profissional, são, cumulativamente, obrigados a: a) Utilizar máscara de proteção da boca e do nariz;

b) Higienizar as mãos antes de entrarem nas referidas instalações;

c) Respeitar a distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente a outros indivíduos.

3. Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços são obrigados a disponibilizar, na entrada dos respetivos estabelecimentos, as condições necessárias para o cumprimento do disposto na alínea b) do número anterior.

4. A entrada nos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços é recusada aos indivíduos que não cumpram o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1.

5. As forças de segurança e os inspetores da autoridade de segurança alimentar e económica identificam os indivíduos que não cumpram o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e ordenam-lhes que se retirem do interior das instalações dos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviço, informando que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.

6. As forças de segurança e os inspetores da autoridade de segurança alimentar e económica comunicam ao Ministério Público a identidade dos indivíduos que não acatem a ordem prevista no número anterior.

Artigo 23.º Mercados

1. Os indivíduos que pretendam aceder aos recintos dos mercados e permanecer nos mesmos, incluindo os comerciantes e respetivos colaboradores, são obrigados, cumulativamente, a:

a) Utilizar máscara de proteção da boca e do nariz durante todo o tempo;

b) Higienizar as mãos;

c) Respeitar a distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente a outros indivíduos.

2. As Autoridades Municipais e as Administrações Municipais disponibilizam, nas entradas dos mercados, as condições necessárias para o cumprimento do disposto pela alínea b) do número anterior.

3. Os funcionários, agentes ou trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela gestão dos mercados ou pela ordem pública, controlam as entradas nos recintos dos mercados e:

a) Impedem a entrada dos indivíduos que não cumpram o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1;

b) Impedem a entrada de novos indivíduos nos recintos dos mercados quando o número daqueles que nestes já se encontram impeça o cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1, face à dimensão dos mesmos.

4. Os funcionários, agentes ou trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela gestão dos mercados ou pela ordem pública, ordenam a saída do recinto do mercado dos indivíduos que deixem de usar máscara de proteção da boca e do nariz e informam que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.

5. Nos casos em que seja recusado cumprimento da ordem prevista no número anterior, os funcionários, agentes ou trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela gestão dos mercados ou pela ordem pública, solicitam a intervenção das forças de segurança.

6. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem as ordens emanadas e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Artigo 24.º Vendedores ambulantes

1. É permitida a realização de atividades comerciais de venda ambulante.

2. Durante o exercício da respetiva atividade comercial, os vendedores ambulantes:

a) Mantêm obrigatoriamente uma distância de, pelo menos, um metro e meio relativamente aos respetivos clientes e de outros vendedores ambulantes;

b) Usam permanentemente máscara de proteção da boca e do nariz.

3. Os agentes das forças de segurança e os funcionários, agentes e trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela ordem pública, devem sensibilizar os vendedores ambulantes para a necessidade de cumprirem o disposto pelo número anterior.

4. Os agentes das forças de segurança e os funcionários, agentes e trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela ordem pública, ordenam a cessação das atividades de venda ambulante e quando o vendedor persista no incumprimento do disposto no n.º 2, e informando que a falta de obediência à ordem comunicada pode-os fazer incorrer em responsabilidade criminal.

5. Nos casos em que seja recusado o cumprimento da ordem prevista no número anterior, os funcionários, agentes ou trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, responsáveis pela ordem pública, solicitam a intervenção das forças de segurança.

6. Os agentes das forças de segurança identificam os indivíduos que desrespeitem as ordens emanadas e participam a ocorrência ao Ministério Público.

Capítulo VII Administração Pública

Artigo 25.º Funcionamento dos serviços e prestação da atividade profissional dos recursos humanos da administração pública

1. Os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas compreendidas na administração indireta do Estado identificam os recursos humanos estritamente necessários para assegurar o funcionamento, em regime de serviços mínimos, dos serviços públicos que superiormente dirijam.

2. Para efeitos do número anterior, consideram-se serviços mínimos aqueles cuja prestação seja fundamental para assegurar o funcionamento da administração pública ou a prestação, aos cidadãos e às empresas, de bens e serviços que tenham natureza urgente ou inadiável.

3. Os recursos humanos da administração pública que fiquem dispensados do dever de comparência nos respetivos serviços devem manter-se contactáveis por via telefónica e comparecer nos serviços onde habitualmente prestam a respetiva atividade profissional sempre que para o efeito sejam convocados pelo respetivo superior hierárquico.

4. A não comparência dos funcionários, agentes ou trabalhadores da administração pública que não se encontrem dispensados do dever de prestação presencial da sua atividade profissional ou estando dispensados não compareçam nos respetivos serviços quando convocados é susceptível de gerar responsabilidade disciplinar.

5. Os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas compreendidas na administração indireta do Estado devem, sempre que possível, permitir que os respetivos recursos humanos prestem a respetiva atividade profissional em regime não presencial e por intermédio das novas tecnologias de comunicação e informação.

Artigo 26.º Serviços públicos essenciais

1. O disposto pelo artigo anterior em nenhum caso pode implicar a interrupção do serviço ou o fornecimento de bens e serviços essenciais, nomeadamente e sem prejuízo de outros os:

- a) serviços de saúde;
- b) serviços de transporte urgente de doentes;
- c) serviços laboratoriais ou de meios complementares de diagnóstico;
- d) serviços de vigilância epidemiológica;
- e) serviços aduaneiros;
- f) serviços de quarentena e biossegurança;
- g) serviços de migração;
- h) serviços de segurança;
- i) serviços de proteção civil, incluindo os serviços de bombeiros;
- j) serviços funerários;
- k) serviços de água e de saneamento;
- l) serviços de produção, transporte, distribuição e venda de eletricidade;
- m) serviços de controlo do tráfego aéreo ou marítimo;

- n) serviços portuários;
- o) serviços aeroportuários;
- p) serviços de transporte marítimo;
- q) serviços de recolha de lixo.

2. Os membros do Governo responsáveis pelos Departamentos Governamentais que prestam serviços públicos essenciais podem, mediante despacho, determinar a dispensa, total ou parcial, do pagamento das tarifas previstas para a prestação daqueles.

Artigo 27.º Acesso a instalações onde funcionem serviços

1. As instalações onde funcionem serviços públicos devem assegurar a existência de uma distância mínima de um metro e meio entre indivíduos que permaneçam no interior daquelas.
2. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas asseguram a distância de, pelo menos, um metro e meio entre os indivíduos que aguardem pela autorização de entrada nas referidas instalações.
3. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas asseguram a disponibilização, na entrada das mesmas, dos meios necessários para que os indivíduos que naquelas se propõem entrar possam higienizar as suas mãos.
4. É obrigatória a higienização das mãos e o uso de máscara de proteção de nariz e boca por parte de todos os indivíduos que pretendam entrar e permanecer no interior de instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas.
5. Sempre que para o efeito disponham de leitores de temperatura corporal, os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas devem proceder à leitura da temperatura corporal de todos quantos se proponham entrar nas mesmas, impedindo a entrada de todos quantos tenham uma temperatura corporal igual ou superior a 37,5.º C (trinta e sete graus centígrados e meio).
6. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas, solicitam de imediato a intervenção de agentes das forças de segurança e comunicam de imediato aos serviços do Ministério da Saúde a identidade dos indivíduos que, nos termos do número anterior, seja proibidos de entrar naquelas instalações.

Capítulo VIII Direito de propriedade

Artigo 28.º Requisição pública para a garantia de proteção da saúde pública

1. O membro do Governo responsável pela área da saúde emite as ordens e instruções necessárias para garantir o fornecimento de bens e o funcionamento de serviços que sejam considerados necessários para a proteção da saúde pública.

2. Quando tal se afigure necessário para a proteção da saúde pública, o membro do Governo responsável pela área da saúde determina, através de despacho, a requisição temporária de:

a) Fábricas, oficinas, campos ou instalações de qualquer natureza, incluindo centros de saúde, serviços e estabelecimentos de saúde particulares;

b) Todo o tipo de bens e serviços para assegurar a prevenção ou controlo de um surto de COVID-19 ou a transmissão do SARS-CoV-2.

Artigo 29.º Requisição de bens imóveis ou de bens móveis para a proteção da saúde pública

1. Quando tal se afigure necessário para a proteção da saúde pública, o Conselho de Ministros aprova, sob a forma de Resolução do Governo, a requisição dos bens imóveis ou móveis de particulares que para aquele efeito se afigurem necessários.

2. Em casos devidamente justificados, nomeadamente por razões de urgência que impliquem riscos para a saúde pública, o membro do Governo responsável pela área da saúde pode, através de despacho, requisitar os bens imóveis ou móveis de particulares que se afigurem necessários para acautelar os referidos riscos.

3. O Conselho de Ministros confirma a requisição de bens móveis ou imóveis que se tenha realizado nos termos do número anterior na primeira reunião que daquele se realize a emissão do despacho a que se refere o número anterior.

Capítulo IX Direitos dos trabalhadores

Artigo 30.º Suspensão do direito à greve

Fica suspenso o direito à greve dos trabalhadores que prestem

a respetiva atividade profissional nos setores:

a) Da saúde;

b) Do transporte urgente de doentes;

c) De análises laboratoriais;

d) De vigilância epidemiológica;

e) Do controlo aduaneiro;

f) De quarentena e biossegurança;

g) De migração;

h) Da segurança;

i) Da proteção civil, incluindo os serviços de bombeiros;

j) De serviços funerários;

- k) Da água ou do saneamento;
- l) Da produção, transporte, distribuição ou venda de eletricidade;
- m) Das telecomunicações;
- n) Do transporte, abastecimento ou distribuição de combustível;
- o) Do transporte ou distribuição de bens alimentares ou de bens essenciais;
- p) De controlo do tráfego aéreo ou marítimo;
- q) Portuário;
- r) Aeroportuário;
- s) De recolha de lixo.

Capítulo X Disposições finais

Artigo 31.º Encerramento temporário dos postos de fronteira

Em casos excecionais, justificados por razões de saúde e segurança da população, o Ministro do Interior pode determinar o encerramento temporário dos postos de fronteira.

Artigo 32.º Suspensão das atividades letivas em regime presencial e encerramento das instalações dos estabelecimentos de educação, de ensino e de formação profissional

1. Ficam suspensas todas as atividades letivas em regime presencial.
2. Durante o período de suspensão das atividades letivas em regime presencial, deve promover-se a continuação do processo de ensino-aprendizagem à distância por intermédio das novas tecnologias da informação e da comunicação.
3. O Membro do Governo responsável pela educação, juventude e desporto promove a distribuição de livros e de outros materiais didáticos aos discentes que não tenham acesso às tecnologias da comunicação e informação, nomeadamente pelos que residam em áreas remotas.
4. As instalações onde funcionem estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino superior ou de formação profissional, públicos ou privados, somente funcionam com o propósito de apoiar a realização do ensino à distância, respeitando as regras de distanciamento físico, uso de máscara e higienização das mãos de forma a prevenir a COVID-19.

Artigo 33.º Licenças e autorizações

1. No decurso da vigência do presente diploma, as licenças, as autorizações e os demais atos administrativos e documentos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo de validade.

2. O disposto pelo número anterior inclui os vistos e as autorizações de residência ou de permanência concedidos aos estrangeiros que se encontram em Timor-Leste.

Artigo 34.º Forças e serviços de segurança, agentes de proteção civil, inspetores da Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica e funcionários, agentes ou trabalhadores das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais

1. A fiscalização do cumprimento das disposições do presente diploma compete às forças e serviços de segurança, aos agentes de proteção civil, aos inspetores da Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar e aos funcionários, agentes e trabalhadores dos Serviços Municipais de Gestão de Mercados das Autoridades Municipais ou das Administrações Municipais, incumbindo-lhes designadamente:

a) A emanação das ordens legítimas, nos termos do presente decreto, a cominação e a participação pela eventual prática de crimes conforme previsto nos artigos 11.º, 12.º, 16.º a 19.º e 21.º a 24.º do presente decreto;

b) Promover as diligências necessárias para assegurar o cumprimento do regime de isolamento obrigatório por parte de todos quantos se encontrem sujeitos a esse regime;

c) Promover a dispersão de aglomerações de indivíduos na via pública;

d) Incentivar o cumprimento do dever de confinamento voluntário por parte dos indivíduos que devam observar aquela medida. 2. Os serviços de saúde informam as forças e os serviços de segurança acerca da identidade de todos os indivíduos que se encontrem sujeitos a isolamento obrigatório, bem como acerca do local onde os mesmos devem permanecer em isolamento.

Artigo 35.º Direito de resistência

Fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas pelas autoridades públicas competentes em execução da declaração do estado de emergência.

Artigo 36.º Responsabilidade criminal

O desrespeito pelas ordens e instruções emanadas pelas autoridades competentes para a aplicação dos artigos 11.º, 12.º, 16.º a 19.º e 21.º a 24.º pode fazer incorrer os eventuais infratores em responsabilidade criminal, nos termos do Código Penal.

Artigo 37.º Dever geral de cooperação

Durante o período de vigência do estado de emergência, todos os indivíduos residentes em Timor-Leste e demais entidades estão sujeitos ao dever de colaboração, nomeadamente através do cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública na pronta satisfação das solicitações que, justificadamente, lhes sejam dirigidas para a concretização das medidas previstas no presente diploma.

Artigo 38.º Dever especial de cooperação dos responsáveis municipais e lideranças comunitárias

Os Presidentes das Autoridades Municipais, os Administradores Municipais, os Administradores dos Postos Administrativos, os Chefes dos Sucos e os Chefes das Aldeias devem cooperar com os órgãos e serviços da administração central, designadamente com as autoridades sanitárias e com as forças de segurança, na:

- a) Disseminação de informação, pelas comunidades locais, sobre formas de prevenção da COVID-19;
- b) Sensibilização da população para a necessidade de cumprirem as regras constantes do presente decreto, nomeadamente das respeitantes ao confinamento voluntário e de distanciamento social nas vias públicas;
- c) Prestação de informação às autoridades sanitárias ou às forças de segurança sobre indivíduos que apresentem os sintomas referidos no n.º 2 do artigo 10.º;
- d) Imediata comunicação de casos de violência doméstica praticados contra mulheres, crianças, idosos ou pessoas com deficiência;
- e) Prestação das informações ou realização das tarefas que lhe sejam solicitadas para efeitos de prevenção ou combate à COVID-19.

Artigo 39.º Termo da vigência

O presente diploma caduca com o termo do estado de emergência.

Artigo 40.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 28 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro

Taur Matan Ruak

Decreto do Presidente da República 32/2020, de 27 de Abril

Renovação da declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

No passado dia 1 de dezembro de 2019, a comunidade internacional foi confrontada com a identificação de uma nova estirpe do vírus corona, à qual foi atribuída a designação de SARS-CoV-2, dando origem à doença Covid-19.

Na sequência da qualificação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da emergência de saúde pública ocasionada pela doença Covid-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública, mediante autorização do Parlamento Nacional e ouvidos o Governo, o Conselho Superior de Defesa e Segurança e o Conselho de Estado, o Presidente da República declarou, através do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, o estado de emergência.

Entretanto, quer a nível mundial, quer a nível nacional, a situação tem-se agravado. Efetivamente, até à presente data foram diagnosticados em todo o mundo mais de três milhões de casos de Covid-19, dos quais mais de duzentos e sete mil resultaram no óbito dos pacientes aos quais aquela doença foi diagnosticada.

A situação tem evoluído muito rapidamente em todo o mundo, bem como nos países nossos vizinhos. Timor-Leste tem de manter a sua atitude vigilante e estar preparado para reagir rapidamente.

Na realidade são crescentes os novos casos de infetados no nosso País. O conhecimento hoje adquirido e a experiência de outros países aconselham a que sejam mantidas as medidas já adotadas por Timor-Leste visando conter a expansão da doença.

O decretamento do estado de emergência no dia 27 de março passado e das medidas que foram possíveis adotar desde esse decretamento, em muito terão contribuído para o reduzido número de casos de Covid-19 em território nacional.

Face ao evoluir da situação no mundo e em particular nos países nossos vizinhos, bem como o aumento dos casos

positivos de SARS-CoV-2 em território nacional, considera o Presidente da República indispensável a renovação da declaração do estado de emergência, inicialmente declarada mediante o Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março.

Neste quadro, cumprindo os meus deveres constitucionais, tendo em atenção os valores constitucionais colocados em causa, cuja tutela cabe ao Estado garantir, mediante autorização do Parlamento Nacional obtida através da Lei n.º 3/2020, de 27 de abril, ouvidos o Governo, o Conselho Superior de Defesa e Segurança e o Conselho de Estado, no uso das competências próprias previstas na alínea g) do artigo 85.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Presidente da República decreta:

Artigo 1.º

É renovada a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Artigo 2.º

A declaração do estado de emergência abrange todo o território nacional.

Artigo 3.º

A renovação do estado de emergência tem a duração de 30 (trinta) dias, iniciando-se às 0:00 horas do dia 28 de abril de 2020 (terça-feira) e cessando às 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020 (quarta-feira).

Artigo 4.º

Fica parcialmente suspenso o exercício dos seguintes direitos:

a) Circulação internacional: podem ser estabelecidos controlos sanitários em portos, aeroportos ou postos de fronteiras terrestres, com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar risco de propagação da epidemia ou a sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate,

designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas; podem igualmente ser tomadas as medidas necessárias a assegurar a circulação internacional de bens e serviços essenciais;

b) Liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo o confinamento compulsivo no domicílio ou em estabelecimento de saúde ou o estabelecimento de cercas sanitárias, assim como, na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, a interdição das deslocações e da permanência na via pública que não sejam justificadas, designadamente pelo desempenho de atividades profissionais, pela obtenção de cuidados de saúde, pela assistência a terceiros, pelo abastecimento de bens e serviços e por outras razões ponderosas, cabendo ao Governo, nesta eventualidade, especificar as situações e finalidades em que a liberdade de circulação individual, preferencialmente desacompanhada, se mantém;

c) Direito de reunião e de manifestação: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na posição do Departamento Governamental responsável pela saúde pública, as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões e manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do SARS-CoV-2;

d) Liberdade de culto, na sua dimensão coletiva: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas; e) Direito de resistência: fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas pelas autoridades públicas competentes em execução da declaração do estado de emergência;

f) Direito de propriedade e iniciativa económica privada: pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis ou imóveis, de unidades de prestação de cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais ou industriais, assim como ser determinada a obrigatoriedade da abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção ou o seu encerramento e impostas outras limitações ou modificações à respetiva atividade, incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respetivo regime de funcionamento;

g) Direitos dos trabalhadores: pode ser determinado pelas autoridades públicas competentes que quaisquer colaboradores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar função em local diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalho diversos dos que

correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso dos trabalhadores dos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da epidemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de setores vitais da economia, à operacionalidade de redes de infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito democrático; fica suspenso o exercício do direito à greve na medida em que possa comprometer a operacionalidade de redes de infraestruturas críticas ou de unidades de prestação de cuidados de saúde, bem como em setores económicos vitais para a produção, abastecimento e fornecimento de bens e serviços essenciais à população.

Artigo 5.º

1. A declaração do estado de emergência não afeta, em caso algum, o direito à:
 - a) Vida;
 - b) Integridade física;
 - c) Capacidade civil e cidadania;
 - d) Não retroatividade da lei penal;
 - e) Defesa em processo criminal;
 - f) Liberdade de consciência e de religião;
 - g) Não sujeição a tortura, escravatura ou servidão;
 - h) Não sujeição a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante;
 - i) Não discriminação.
2. Os efeitos da declaração do estado de emergência não afetam, em caso algum, as liberdades de expressão e de informação.
3. Em caso algum pode ser posto em causa o princípio do Estado unitário ou a continuidade territorial do Estado.

Artigo 6.º

A declaração do estado de emergência não afeta a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e bem assim os direitos e imunidades dos seus titulares.

Artigo 7.º

1. Os tribunais comuns mantêm-se no pleno exercício das suas competências e funções, cabendo-lhes, em especial, velar pela observância das normas constitucionais e legais que regem o estado de emergência.

2. Os cidadãos mantêm, na sua plenitude, o direito de acesso aos tribunais e ao Provedor de Direitos Humanos e Justiça, de acordo com a lei geral, para defesa dos seus direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão por quaisquer providências inconstitucionais ou ilegais.

Artigo 8.º

1. O Conselho Superior de Defesa e Segurança mantém-se em sessão permanente.
2. Mantêm-se igualmente em funcionamento permanente, com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, a Procuradoria-Geral da República e a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça.

Artigo 9.º

1. A execução da declaração do estado de emergência compete ao Governo, que dos respetivos atos manterá informados o Presidente da República e o Parlamento Nacional.
2. Os diplomas legislativos adotados pelo Governo no âmbito da execução da declaração do estado de emergência estão sujeitos a apreciação parlamentar, nos termos da Constituição.

Artigo 10.º

O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se,

O Presidente da República,

Francisco Guterres Lú Olo

Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 27 dias de abril de 2020.

Lei 3/2020, de 27 de Abril

Concede autorização ao Presidente da República para renovar a declaração do estado de emergência com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, tendo a duração de 30 (trinta) dias, iniciando-se às 0:00 horas do dia 28 de Abril de 2020 (terça-feira) e cessando às 23:59 horas do dia 27 de Maio de 2020 (quarta-feira).

AUTORIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Sua Excelência o Presidente da República, através de mensagem dirigida ao Parlamento Nacional em 22 de abril de 2020, solicitou ao Parlamento Nacional, nos termos da alínea g) do artigo 85.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, autorização para a renovação da declaração do estado de emergência em todo o território nacional.

Na mensagem dirigida ao Parlamento Nacional, Sua Excelência o Presidente da República refere que o Governo entende ser aconselhável a renovação da vigência do estado de emergência por novo período de trinta dias e a manutenção de todas as restrições em vigor.

Sua Excelência o Presidente da República refere ainda que, no cumprimento dos deveres constitucionais, foram ouvidos o Conselho de Estado, o Governo e o Conselho Superior de Defesa e Segurança, tendo-se estes órgãos pronunciado em sentido favorável à renovação do estado de emergência.

O Parlamento Nacional, reunido em sessão plenária no dia 27 de abril de 2020, nos termos consagrados no artigo 25.º da Lei n.º 3/2008, de 22 de fevereiro, sobre o Regime do estado de sítio e do estado de emergência, apreciou a mensagem de Sua Excelência o Presidente da República, e concedeu autorização para a renovação da declaração do estado de emergência nos termos e com os fundamentos e conteúdo constantes da mesma.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea j) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2008, de 22 de fevereiro, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Autorização

É concedida autorização ao Presidente da República para renovar a declaração do estado de emergência com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Artigo 2.º Âmbito territorial

A declaração do estado de emergência abrange todo o território nacional.

Artigo 3.º Duração

A renovação do estado de emergência tem a duração de 30 (trinta) dias, iniciando-se às 0:00 horas do dia 28 de abril de 2020 (terça-feira) e cessando às 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020 (quarta-feira).

Artigo 4.º Especificação dos direitos

Fica parcialmente suspenso o exercício dos seguintes direitos:

a) Circulação internacional: podem ser estabelecidos controlos sanitários em portos e aeroportos ou postos de fronteiras terrestres, com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar risco de propagação da epidemia ou a sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate,

designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas; podem igualmente ser tomadas as medidas necessárias a assegurar a circulação internacional de bens e serviços essenciais;

b) Liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo o confinamento compulsivo no domicílio ou em estabelecimento de saúde ou o estabelecimento de cercas sanitárias, assim como, na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, a interdição das deslocações e da permanência na via pública que não sejam justificadas, designadamente pelo desempenho de atividades profissionais, pela obtenção de cuidados de saúde, pela assistência a terceiros, pelo abastecimento de bens e serviços e por outras razões ponderosas, cabendo ao Governo, nesta eventualidade, especificar as situações e finalidades em que a liberdade de circulação individual, preferencialmente desacompanhada, se mantém;

c) Direito de reunião e de manifestação: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na posição do Departamento Governamental responsável pela saúde pública, as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões e manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do SARS-CoV-2;

d) Liberdade de culto, na sua dimensão coletiva: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas; e) Direito de resistência: fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas pelas autoridades públicas competentes em execução da declaração do estado de emergência;

f) Direito de propriedade e iniciativa económica privada: pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis ou imóveis, de unidades de prestação de cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais ou industriais, assim como ser determinada a obrigatoriedade da abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção ou o seu encerramento e impostas outras limitações ou modificações à respetiva atividade, incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respetivo regime de funcionamento;

g) Direitos dos trabalhadores: pode ser determinado pelas autoridades públicas competentes que quaisquer colaboradores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar função em local diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalho diversos dos que

correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso dos trabalhadores dos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da epidemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de setores vitais da economia, à operacionalidade de redes de infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito democrático; fica suspenso o exercício do direito à greve na medida em que possa comprometer a operacionalidade de redes de infraestruturas críticas ou de unidades de prestação de cuidados de saúde, bem como em setores económicos vitais para a produção, abastecimento e fornecimento de bens e serviços essenciais à população.

Artigo 5.º

Garantias dos direitos dos cidadãos

1. A declaração do estado de emergência não afeta, em caso algum, o direito à:
 - a) Vida;
 - b) Integridade física;
 - c) Capacidade civil e cidadania;
 - d) Não retroatividade da lei penal;
 - e) Defesa em processo criminal;
 - f) Liberdade de consciência e de religião;
 - g) Não sujeição a tortura, escravatura ou servidão;
 - h) Não sujeição a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante;
 - i) Não discriminação.
2. Os efeitos da declaração do estado de emergência não afetam, em caso algum, as liberdades de expressão e de informação.
3. Em caso algum pode ser posto em causa o princípio do Estado unitário ou a continuidade territorial do Estado.

Artigo 6.º Órgãos de soberania

A declaração do estado de emergência não afeta a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e bem assim os direitos e imunidades dos seus titulares.

Artigo 7.º Foro civil e acesso aos tribunais e ao Provedor de Direitos Humanos e Justiça

1. Os tribunais comuns mantêm-se no pleno exercício das suas competências e funções, cabendo-lhes, em especial, velar pela observância das normas constitucionais e legais que regem o estado de emergência.

2. Os cidadãos mantêm, na sua plenitude, o direito de acesso aos tribunais e ao Provedor de Direitos Humanos e Justiça, de acordo com a lei geral, para defesa dos seus direitos, liberdades e garantias lesados ou ameaçados de lesão por quaisquer providências inconstitucionais ou ilegais.

Artigo 8.º Funcionamento dos órgãos de direção e fiscalização

1. O Conselho Superior de Defesa e Segurança mantém-se em sessão permanente.

2. Mantêm-se igualmente em funcionamento permanente, com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, a Procuradoria-Geral da República e a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça.

Artigo 9.º Execução da declaração

1. A execução da declaração do estado de emergência compete ao Governo, que dos respetivos atos manterá informados o Presidente da República e o Parlamento Nacional.

2. Os diplomas legislativos adotados pelo Governo no âmbito da execução da declaração do estado de emergência estão sujeitos a apreciação parlamentar, nos termos da Constituição.

Artigo 10.º Entrada em vigor

A presente lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada em 27 de abril de 2020.

O Presidente do Parlamento Nacional, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral

Promulgada em 27 de abril de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, Francisco Guterres Lú Olo

Decreto Governo 7/2020, de 15 de Abril

Aprovação do Processo de Execução da Despesa pelo Fundo COVID-19.

O Fundo COVID-19 foi criado através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, para financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, tendo sido regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.

O n.º 5 do artigo 3.º desse Decreto-Lei prevê que o processo de aprovação do financiamento da despesa pelo Fundo é regulado por decreto do Governo.

Nesse sentido, o presente diploma estabelece as regras de execução da despesa pelo Fundo COVID-19, definindo o procedimento que deve ser seguido pelo Ministérios, órgãos autónomos sem receitas próprias e serviços e fundos autónomos para submeterem ao Fundo os pedidos de pagamento relativos às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 que serão por si executadas.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma estabelece as regras de execução da despesa pelo Fundo COVID-19.

Artigo 2.º Processo de execução da despesa

1. O Fundo COVID-19 financia as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19 procedendo ao pagamento direto de despesa, ou, em alternativa, caso seja necessário, à transferência da verba respetiva para o orçamento da entidade executante, para esta proceder ao pagamento.
2. O processo de execução da despesa pelo Fundo COVID-19 segue o estabelecido no decreto do governo que aprova as normas que regulam a execução do Orçamento Geral do Estado em vigor, com as adaptações constantes do presente diploma.

Artigo 3.º Apreciação das medidas

1. Os Ministérios, os órgãos autónomos sem receitas próprias (OASRP) e os serviços e fundos autónomos (SFA) apresentam à Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a entrada em vigor do presente diploma, o plano de ação das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 a serem executadas por si, incluindo as medidas que já tenham sido executadas e estejam em execução.

2. O plano de ação apresenta cada medida de prevenção e combate à doença COVID-19 a ser executada pelo Ministério, OASRP ou SFA, a calendarização da medida e o seu custo.
3. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus aprecia os planos de ação apresentados, avaliando a adequação à estratégia nacional de prevenção e combate à doença COVID-19.
4. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus pode recomendar, sempre que entenda necessário, a exclusão de algumas medidas e a inclusão de outras nos planos de ação.

Artigo 4.º Execução das medidas

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA executam o respetivo plano de ação das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, tendo em conta as recomendações da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, procedendo à realização dos procedimentos de aprovisionamento, à celebração dos contratos, acordos ou memorandos de entendimento, e à preparação e aprovação ou submissão para aprovação ao Conselho de Ministros dos atos normativos necessários à execução das medidas.
2. Os Ministérios, os OASRP e os SFA são responsáveis por verificar a efetiva entrega dos bens ou realização da prestação de serviços financiados pelo Fundo COVID-19 e por manter um registo permanente, completo e atualizado desses bens e prestações de serviços.

Artigo 5.º Pedido de cabimentação

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo COVID-19 o pedido de cabimentação da despesa relativa a cada medida através da apresentação do Formulário de Pedido de Cabimentação (FPC), constante do Anexo I ao presente diploma e que dele faz parte integrante, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e o montante que se pretende cabimentar, assim como uma descrição detalhada da compra pública.
2. Os pedidos de cabimentação são apresentados em papel nas instalações do Fundo COVID-19, no edifício do Ministério das Finanças, podendo o Fundo COVID-19 definir que a apresentação dos pedidos seja feita através de meios informáticos.
3. O Fundo COVID-19 comunica ao Ministério, OASRP ou SFA a existência de cabimento da despesa para que este possa realizar o procedimento de aprovisionamento, a celebração do contrato, acordo ou memorando de entendimento, ou a preparação e aprovação ou submissão para aprovação do ato normativo necessários à execução da medida, após verificação da conformidade da medida com o plano de ação, o cumprimento das recomendações da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus e o cumprimento das obrigações legais.

Artigo 6.º Pedido de pagamento

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo COVID-19 os pedidos de pagamento através da apresentação de um Formulário de Pedido de Pagamento (FPP), constante do Anexo II ao presente diploma e que dele faz parte integrante, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e o montante que se pretende pagar, acompanhado da documentação necessária.
2. Em caso de necessidade, os pedidos de pagamento, de parte ou da totalidade da despesa, podem ser apresentados antes de verificada a efetiva prestação de serviços ou entrega dos bens.
3. Os pedidos de pagamento são acompanhados da documentação prevista no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, sem prejuízo do Fundo COVID-19 dispensar a apresentação de alguns dos documentos previstos nesse diploma ou exigir a apresentação de documentos adicionais.
4. Sem prejuízo do previsto no número anterior, os pedidos de pagamento relativos a aquisições de bens e serviços são acompanhados do respetivo contrato, os pedidos de pagamento relativos a transferências de verbas para instituições não pertencentes à administração pública são acompanhados do respetivo acordo ou memorando de entendimento, nos termos do Decreto do Governo n.º 1/ 2009, de 18 de fevereiro, e os pedidos de pagamento relativos à atribuição de subsídios, benefícios e prestações sociais são acompanhados do respetivo ato normativo que aprova a atribuição.
5. Os pedidos de pagamento com classificação urgente dão entrada no Fundo COVID-19 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o seu pagamento. 5. Os pedidos de pagamento que não cumpram os requisitos estabelecidos são recusados pelo Fundo COVID-19 e devolvidos ao Ministério, OASRP ou SFA. 6. Os pedidos de pagamento são apresentados em papel nas instalações do Fundo COVID-19, no edifício do Ministério das Finanças, podendo o Fundo COVID-19 definir que a apresentação dos pedidos seja feita através de meios informáticos.

Artigo 7.º Pedido de reembolso

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo COVID-19 os pedidos de reembolso das despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19 pagas por si antes da entrada em funcionamento do Fundo, através da apresentação de um Formulário de Pedido de Pagamento (FPP), constante do Anexo II ao presente diploma, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e o montante que se pretende ver reembolsado, acompanhado da documentação necessária.
2. Os pedidos de reembolso são acompanhados da documentação prevista no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do

Orçamento Geral do Estado para 2019, para os pedidos de pagamento, sem prejuízo do Fundo COVID-19 dispensar a apresentação de alguns dos documentos previstos nesse diploma ou exigir a apresentação de documentos adicionais.

3. O Fundo COVID-19 procede à transferência do montante da despesa realizada para o Tesouro, o qual ajusta o montante do orçamento/dotação orçamental do Ministério em conformidade, ou para a conta bancária do OASRP ou SFA.

Artigo 8.º Autorização de assinaturas

Os Ministérios, os OASRP e os SFA remetem ao Fundo COVID-19 a indicação dos responsáveis, a sua identificação e respetiva espécime de assinatura, para efeito de validação dos formulários, acompanhadas das respetivas delegações de competência, de acordo com o procedimento previsto no artigo 6.º do Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019.

Artigo 9.º Realização do pagamento

1. O Fundo COVID-19 realiza o pagamento das despesas de acordo com as regras definidas para os SFA no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019.

2. Todos os pagamentos são realizados por transferência bancária da conta do Fundo COVID-19 para a conta do beneficiário.

Artigo 10.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 15 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças, interina

Sara Lobo Brites

CONSULTAR ANEXO NO TEXTO OFICIAL

Decreto-Lei 12/2020, de 14 de Abril

Regulamentação do Fundo COVID-19.

Através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, o Parlamento Nacional procedeu à criação do Fundo COVID-19, o qual tem por fim financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, administrando, nomeadamente, uma parte da transferência extraordinária do Fundo Petrolífero autorizada pelo Parlamento Nacional através da mesma lei.

O n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, determina que o Fundo COVID-19 é regulamentado pelo Governo, o que é feito através do presente diploma, estabelecendo-o como um fundo autónomo no âmbito do Ministério das Finanças, com segregação contabilística das receitas e despesas em relação ao orçamento deste Ministério, permitindo, assim, maior agilidade e monitorização das despesas realizadas por conta da prevenção e do combate à doença COVID-19. O Fundo é administrado por um Conselho de Gestão, composto pelos membros do Governo responsáveis pelas finanças, saúde e negócios estrangeiros, ao qual cabe aprovar a realização de despesa pelo Fundo, o qual é coadjuvado por um Secretariado Técnico.

Não se pretende, contudo, que o Fundo substitua os membros do Governo na prossecução das suas atribuições, nem a Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, continuando a caber a esta a definição das medidas prioritárias de prevenção e combate à doença COVID-19 a serem financiadas pelo Fundo.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República e do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma regulamenta o Fundo COVID-19, doravante designado por Fundo.

Artigo 2.º Natureza

1. O Fundo tem a natureza de fundo autónomo, sendo dotado de autonomia administrativa e financeira.
2. O Fundo integra a administração direta do Estado no âmbito do Ministério das Finanças.

Artigo 3.º Finalidade

1. O Fundo tem por finalidade financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, nomeadamente:

a) Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos médicos utilizados na prevenção e combate ao vírus SARS-Cov-2 e à doença COVID-19, incluindo a contratação de serviços de transporte aéreo, quando necessário;

b) Instalação e manutenção dos lugares destinados à realização de quarentena e isolamento;

c) Formação e operacionalização dos profissionais envolvidos na prevenção e combate ao vírus SARSCov-2 e à doença COVID-19;

d) Aquisição e fornecimento de bens essenciais;

e) Proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19;

f) Outras despesas não referidas nas alíneas anteriores relacionadas com as finalidades descritas.

2. As despesas financiadas com verbas do Fundo são executadas por outras entidades públicas.

3. O Fundo pode proceder ao pagamento direto de despesa ou à transferência da verba respetiva para o orçamento da

entidade executante para esta proceder ao pagamento.

4. As despesas realizadas durante o ano financeiro de 2020, ainda antes da entrada em funcionamento do Fundo,

relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, poderão ser reembolsadas pelo Fundo através da transferência da verba respetiva para o orçamento da entidade que realizou a despesa.

5. O processo de aprovação do financiamento da despesa pelo Fundo é regulado por decreto do Governo.

Artigo 4.º Apreciação das medidas

1. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus aprecia as medidas a ser financiadas com verbas do Fundo, tendo em conta a estratégia nacional de prevenção e combate à doença COVID-19.

2. A obrigação prevista no número anterior não se aplica às medidas tomadas antes do início de funcionamento da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, nem após a sua cessação.

Artigo 5.º Aprovisionamento e contratação

1. O aprovisionamento e contratação relativos às despesas financiadas com verbas do Fundo são realizados pelas entidades públicas que executam as respetivas medidas, nos termos do Regime Jurídico do Aprovisionamento e do Regime Jurídico dos Contratos Públicos, independentemente do seu valor.

2. Os contratos relativos às despesas financiadas com verbas do Fundo podem prever a produção de efeitos retroativos.

Artigo 6.º Conselho de Gestão

1. A administração do Fundo cabe ao Conselho de Gestão, o qual é composto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que preside, pelo membro do Governo responsável pela área da saúde e pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.

2. As funções dos membros do Conselho de Gestão são exercidas em regime de acumulação e não conferem o direito a qualquer acréscimo de remuneração ou regalias.

Artigo 7.º Funcionamento

1. O Conselho de Gestão reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

2. O Conselho de Gestão só pode deliberar quando se encontrem presentes a totalidade dos seus membros.

3. As deliberações do Conselho de Gestão consideram-se aprovadas se obtiverem voto favorável de, pelo menos, dois dos seus membros.

4. As deliberações do Conselho de Gestão são fundamentadas e lavradas em ata.

5. Pode participar nas reuniões do Conselho de Gestão, sem direito a voto, qualquer outra pessoa que o Conselho de Gestão decida convidar.

Artigo 8.º Competências

1. Compete ao Conselho de Gestão:

- a) Aprovar a realização de despesa pelo Fundo, tanto através do pagamento direto de despesa, como de transferência de verbas para os orçamentos de outras entidades;
 - b) Aprovar os planos de despesa a ser financiada com verbas do Fundo;
 - c) Aprovar a proposta de orçamento do Fundo;
 - d) Apresentar informação regular ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional sobre a alocação de verbas, execução e saldo;
 - e) Promover a aprovação das propostas de regulamentos que se revelem necessários ao normal funcionamento do Fundo.
2. O Conselho de Gestão é competente para aprovar despesa sem limite de valor.

Artigo 9.º Secretariado Técnico

1. O Conselho de Gestão é apoiado por um Secretariado Técnico composto por funcionários e agentes da Administração Pública em regime de requisição.
2. Os membros do Secretariado Técnico são nomeados por despacho do Presidente do Conselho de Gestão, o qual designa, igualmente, o membro que assume as funções de coordenador, o qual é responsável por coordenar os trabalhos do Secretariado Técnico.
3. O exercício de funções no Secretariado Técnico não confere o direito a qualquer acréscimo de remuneração ou regalias, salvo decisão fundamentada do Conselho de Gestão.

Artigo 10.º Competências

Compete ao Secretariado Técnico:

- a) Analisar a documentação relativa aos pedidos de pagamento;
- b) Preparar as propostas de decisão do Conselho de Gestão e fornecer todos os elementos necessários para este se poder pronunciar;
- c) Preparar as reuniões do Conselho de Gestão;
- d) Redigir relatórios sobre as suas funções;
- e) Realizar outras tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho de Gestão.

Artigo 11.º Apoio técnico, administrativo e logístico

O Ministério das Finanças presta o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento do Fundo, do Conselho de Gestão e do Secretariado Técnico.

Artigo 12.º Receitas

Constituem receitas do Fundo:

- a) Transferências do Fundo Petrolífero;
- b) Dotações que lhe sejam atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado;

c) Transferências e doações de outras entidades nacionais e estrangeiras;

d) Quaisquer outros rendimentos ou receitas que lhe sejam atribuídos.

Artigo 13.º Despesas

Constituem despesas do Fundo as resultantes dos encargos e responsabilidades decorrentes da prossecução das suas atividades, incluindo as despesas de gestão e administração.

Artigo 14.º Gestão financeira

A gestão financeira do Fundo obedece ao regime aplicável aos serviços e fundos autónomos (SFA).

Artigo 15.º Dissolução do Fundo

Depois da dissolução do Fundo, as verbas remanescentes, se as houver, são transferidas para o Tesouro.

Artigo 16.º Regime transitório

Até à aprovação da lei do Orçamento Geral do Estado para 2020, a execução orçamental do Fundo é disciplinada por um orçamento provisório preparado pelo Conselho de Gestão e aprovado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 17.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 14 . 4. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú-Olo

Decreto do Governo 6/2020, de 8 de Abril

Alteração do Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de Março sobre Medidas de Execução da Declaração do Estado de Emergência Efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de Março, aditando-se uma nova medida relativa à possibilidade de encerramento de fronteiras temporário.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO DO GOVERNO N.º 3/2020, DE 28 DE MARÇO SOBRE MEDIDAS DE EXECUÇÃO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA EFETUADA PELO DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 29/2020, DE 27 DE MARÇO

Tendo em atenção a necessidade de tomar medidas que se mostram necessárias ao controlo da expansão do COVID-19 no país, para evitar o aparecimento de novos casos da epidemia.

Considerando que as decisões sobre aplicação de medidas restritivas, não deixando de ter a necessária cobertura legal,

devem permitir que os membros do Governo, dentro da respetiva área de competência, as possam determinar, quando

isso se mostre necessário.

Tendo em conta as competências do Ministro do Interior, relativamente às fronteiras, importa permitir que este possa tomar medidas no sentido de impor outras medidas de entrada e saída do território nacional, que, em cada momento, se afigurem mais adequadas.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea o), do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma altera o Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de março, sobre Medidas de Execução da Declaração do Estado de Emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março.

Artigo 2.º Aditamento

É aditado o artigo 30.º - A, ao Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de março, com a seguinte redação:

“Artigo 30.º -A

(Encerramento de Fronteiras)

Em casos excecionais, justificados por razões de saúde e segurança da população, o Ministro do Interior pode

determinar o encerramento total, temporário, das fronteiras.”

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no Jomal da República.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Lei 2/2020, de 6 de Abril

Aprovação da realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, destinada à cobertura de despesas a realizar durante o ano financeiro de 2020, ficando o Gestor Operacional fica autorizado a realizar uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para a conta única do Orçamento Geral do Estado, no valor de 250.000.000 Dólares Americanos, valor que se destina a destina-se a financiar as despesas relativas às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, no âmbito do Fundo COVID-19, no montante de 150.000.000 Dólares Americanos, e a financiar a Conta Geral do Tesouro até ao montante máximo de 100.000.000 Dólares Americanos, e criação do Fundo COVID-19 com a finalidade de financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19.

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO PETROLÍFERO

As dotações orçamentais temporárias resultantes do regime duodecimal em vigor, calculadas com base apenas na receita fiscal e no saldo da execução orçamental do ano anterior, são insuficientes para cobrir despesas essenciais e garantir, durante o ano financeiro de 2020, até à aprovação do Orçamento Geral do Estado de 2020, o exercício das funções soberanas do Estado nas áreas da justiça, da segurança e da defesa, o cumprimento das suas obrigações legais e contratuais e a prestação de serviços mínimos de proteção social, como o pagamento de pensões e subvenções públicas, nomeadamente aos antigos Combatentes da Libertação nacional, aos mais

idosos e às beneficiárias do programa Bolsa da Mãe.

Acresce que, a situação excecional que se vive no mundo em resultado da emergência de saúde pública provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a qual determinou a declaração do estado de emergência no nosso país, após autorização pelo Parlamento Nacional, exige a adoção de medidas de prevenção e combate à doença COVID-19.

Neste quadro, e com vista a reforçar as receitas, autoriza-se a realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro.

Esta transferência, no valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos, garantirá, durante a vigência do regime duodecimal de execução orçamental, condições financeiras suficientes para o funcionamento da Administração Pública bem como a cobertura das despesas relativas às medidas de prevenção e combate à COVID-19.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º e do n.º 1 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

A presente lei aprova a realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, destinada à cobertura de despesas a realizar durante o ano financeiro de 2020.

Artigo 2.º Autorização de realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero

O Gestor Operacional fica autorizado a realizar uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para a conta única do Orçamento Geral do Estado, no valor de US \$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos), a partir da data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 3.º Finalidades da transferência extraordinária

1. O valor referido no artigo anterior destina-se a:

a) Financiar as despesas relativas às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, no âmbito do Fundo COVID-19, no montante de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos);

b) Financiar a Conta Geral do Tesouro até ao montante máximo de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos).

2. Do montante alocado às despesas previstas na alínea a) do número anterior, é atribuído o valor de US\$ 500,000

(quinhentos mil dólares americanos) ao Parlamento Nacional, para desenvolvimento de políticas e programas no âmbito da prevenção e combate à COVID-19.

Artigo 4.º Regras de execução

Os limites consagrados no n.º 1 do artigo 31.º e no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, na sua redação atual, não se aplicam à execução das verbas previstas na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 5.º Fundo COVID-19

1. É criado o Fundo COVID-19, doravante designado por Fundo.
2. O Fundo tem por finalidade financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, nomeadamente:
 - a) Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos médicos utilizados na prevenção e combate do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19, incluindo a contratação de serviços de transporte aéreo, quando necessário;
 - b) Instalação e manutenção dos lugares destinados à realização de quarentena e isolamento;
 - c) Formação e operacionalização dos profissionais envolvidos na prevenção e combate do vírus SARSCov-2 e da doença COVID-19;
 - d) Aquisição e fornecimento de bens essenciais;
 - e) Proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19;
 - f) Outras despesas não referidas nas alíneas anteriores relacionadas com as finalidades descritas.
3. A entidade responsável pelas operações e administração do Fundo é o Conselho de Gestão, sem prejuízo das competências do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos da legislação de finanças públicas, e do membro do Governo responsável pela área da saúde, nos termos da legislação da saúde.
4. O Conselho de Gestão do Fundo é composto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que preside, pelo membro do Governo responsável pela área da saúde e pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.
5. Constituem receitas do Fundo:
 - a) Transferências do Fundo Petrolífero;
 - b) Dotações que lhe sejam atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado;
 - c) Transferências e doações de entidades nacionais e estrangeiras;
 - d) Quaisquer outros bens, rendimentos ou receitas que lhe sejam atribuídos.

6. O Conselho de Gestão é competente para proceder às alterações das dotações atribuídas às atividades a financiar pelo Fundo, dentro dos limites da dotação total autorizada pelo Parlamento Nacional e no respeito pelas respetivas finalidades.

7. O Fundo COVID-19 é regulamentado pelo Governo.

Artigo 6.º Integração no Orçamento Geral do Estado para 2020

A transferência efetuada ao abrigo da presente lei é obrigatoriamente integrada na lei do Orçamento Geral do Estado para 2020 que vier a ser aprovada.

Artigo 7.º Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 2 de abril de 2020.

O Presidente do Parlamento Nacional, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral

Promulgada em 6 de abril de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República, Francisco Guterres Lú Olo

Decreto do Governo 4/2020, de 4 de Abril

Alteração ao Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de Janeiro, sobre a Execução Orçamental em Regime Duodecimal para 2020, na parte referente às dotações que se exceptuam à execução por duodécimos.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO DO GOVERNO N.º 1/2020, DE 15 DE JANEIRO

A Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de agosto, e 3/

2013, de 7 de agosto, regula, no seu artigo 31.º, o regime especial de execução orçamental, denominado regime duodecimal, aplicável caso a lei do Orçamento Geral do Estado não entre em vigor no início do respetivo ano financeiro.

Este regime visa permitir a normal atividade do Estado, possibilitando a execução de despesa pública até ao limite fixado no Orçamento Geral do Estado anteriormente em vigor, ao mesmo tempo que estabelece um conjunto de salvaguardas que garantam uma gestão prudente das dotações orçamentais.

Ao contrário de ocasiões anteriores em que o Orçamento Geral do Estado foi prorrogado, o Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro, não previu exceções à aplicação do regime duodecimal.

A falta de previsão de exceções ao regime duodecimal tem resultado num conjunto de constrangimentos que têm impedido o Estado de cumprir integralmente as suas obrigações, o que, perante a situação atual de emergência provocada pela pandemia associada ao vírus SARS-Cov2 e à doença COVID- 19, bem como à crise económica relacionada, assume especial gravidade e urgência, pelo que é essencial proceder à alteração do Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do artigo 31.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de agosto, e 3/2013, de 7 de agosto, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova a primeira alteração ao Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro, sobre Execução Orçamental em Regime Duodecimal no Ano Financeiro de 2020.

Artigo 2.º Alteração ao Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro

O artigo 3.º do Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 3.º

[...]

1. [...].

2. [...].

3. Excetuam-se da execução por duodécimos as dotações:

a) Necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes de lei, direito internacional ou contrato conhecidas à data da prorrogação da vigência da lei do Orçamento Geral do Estado para o ano financeiro anterior;

b) Necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes de decisão judicial e à realização de pagamentos relacionados com custas judiciais e despesas processuais;

c) Relacionadas com operações de dívida pública;

d) Relativas ao Fundo de Contrapartidas;

- e) Relativas à Reserva de Contingência;
- f) Referentes a prestações sociais devidas a beneficiários do sistema de Segurança Social;
- g) Relativas a aplicações financeiras decorrentes de operações associadas à gestão da Tesouraria do Estado e da Segurança Social e à gestão da carteira de ativos do Fundo de Reserva da Segurança Social;
- h) Destinadas ao pagamento de contribuições e quotizações para organizações internacionais;
- i) Relativas às transferências para missões diplomáticas, representações permanentes e postos consulares e às despesas a realizar por estes;
- j) Relativas a despesas com o fornecimento de água, saneamento, eletricidade, combustível e telecomunicações;
- k) Relativas a despesas relacionadas com a aquisição de medicamentos, material médico e serviços de saúde e com o combate a epidemias e pandemias;
- l) Relativas a obras de reconstrução, reparação, limpeza e outras em resultado de desastres naturais e humanos.

4. Em situações excepcionais devidamente fundamentadas, o Conselho de Ministros pode autorizar a utilização em determinado mês de mais do que um duodécimo da dotação orçamental prevista na lei do Orçamento Geral do Estado para o ano anterior.

5. [anterior n.º 3].

6. [anterior n.º 4].”

Artigo 3.º Entrada em vigor e produção de efeitos

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Aprovado em Conselho de Ministros em 1 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças interina,

Decreto do Governo 5/2020, de 4 de Abril

Alteração do Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de Março, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, aditando uma nova regra com adaptações à execução durante a vigência de estado de emergência.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO DO GOVERNO N.º 3/2019, DE 27 DE MARÇO

O Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, aprovou as normas que regulam a execução do Orçamento Geral do Estado para 2019. A vigência deste diploma foi prorrogada pelo n.º 1 do artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 1/2020, de 15 de janeiro, que aprovou as normas que regulam a execução orçamental em regime duodecimal no ano financeiro de 2020.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, foi declarado pelo Presidente da República, mediante autorização do Parlamento Nacional, o estado de emergência em território nacional, com fundamento em situação de calamidade decorrente da pandemia do COVID-19, doença provocada pelo vírus SARS-Cov2.

Ora, as regras de execução orçamental constantes do Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, não foram equacionadas para regular a execução do Orçamento Geral do Estado durante a vigência do estado de emergência, pelo que não permitem a realização da despesa relacionada com a prevenção e o combate ao vírus SARS-Cov2 e à doença COVID-19 com a urgência e a agilidade necessárias.

Deste modo, torna-se imprescindível prever regras específicas relativas à execução da despesa durante a vigência do estado de emergência.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do n.º 15 do artigo 9.º e do n.º 5 do artigo 18.º da Lei n.º 2/2019, de 7 de fevereiro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2019, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova a primeira alteração ao Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2019.

Artigo 2.º Aditamento ao Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março

É aditado ao Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, o artigo 14.º-A, com a seguinte redação:

“Artigo 14.º-A

Regras de execução durante a vigência de estado de emergência

1. Durante a vigência de estado de emergência, a execução do Orçamento Geral do Estado segue as regras previstas no presente decreto do Governo com as adaptações constantes do presente artigo.

2. Os pedidos de pagamento, de parte ou da totalidade da despesa, relativos à aquisição de bens e serviços relacionados com a prevenção e o combate a epidemias e pandemias e à aquisição de serviços de aviação, bem como a pagamentos, contribuições ou transferências para organizações internacionais, independentemente da categoria económica da despesa, podem ser apresentados

antes de verificada a efetiva prestação de serviços ou entrega dos bens.

3. É dispensada a apresentação de garantia bancária relativa a pedidos de pagamento de adiantamentos por conta de contrato público e de garantias de execução relativamente aos contratos identificados no número anterior.

4. O Ministro das Finanças pode autorizar o Tesouro, ou outras entidades públicas em colaboração com o Tesouro, a contratar junto de bancos comerciais a emissão de cartões de débito e cartões de crédito para a realização das despesas identificadas no n.º 2.”

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 1 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças interina,

Sara Lobo Brites

Diploma Ministerial Conjunto 15/2020, de 1 de Abril

Aprovação da isenção temporária do pagamento das tarifas de emissão e prorrogação de certos tipos de vistos aos cidadãos estrangeiros que permanecem em Timor-Leste, a saber, Visto de Turismo, Visto de Trabalho, Visto de Negócios Classe I e Classe II, Visto de Estada Temporária e Visto de Fixação de Residência .

ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE EMISSÃO E PRORROGAÇÃO DE DETERMINADOS VISTOS PARA OS CIDADÃOS ESTRANGEIROS

Considerando que a Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública provocada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional;

Tendo em conta a situação de emergência que se vive em várias zonas do globo e a evolução preocupante da situação epidemiológica, o seu carácter particular quanto às formas de contágio e a importância de acautelar a previsão de normas de contingência para fazer face a uma eventual epidemia do SARSCoV- 2 em território nacional;

Tendo em conta que a resposta do VIII Governo Constitucional tem sido prudente, mas decisiva, no sentido de realizar um acompanhamento da supra referida evolução e actuar sempre na medida do estritamento necessário para responder a esta

situação de crise;

Considerando que, de entre as medidas que tem sido adoptadas a nível internacional, estas têm estado, invariavelmente, relacionadas com a limitação da circulação de pessoas entre Estados, com a consequente diminuição e até total paragem da realização de voos entre diferentes países, pois que, as companhias aéreas confrontadas com quebras vertiginosas nos passageiros transportados decidem, pura e simplesmente, cessar as suas operações.

Tendo em conta que Timor-Leste não é excepção e que, por essa razão, muitos cidadãos estrangeiros que não foram evacuados estão, por agora e por tempo indeterminado, circunscritos ao território nacional.

Conscientes de que poderão começar a surgir problemas relacionados com a emissão ou prorrogação dos diferentes tipos de vistos dos cidadãos estrangeiros aqui retidos, é importante evitar situação de permanência ilegal em território nacional, em função da situação de emergência em que nos encontramos.

Decretado o estado de emergência, é preciso actuar no sentido de proteger todos os cidadãos estrangeiros que, neste momento, se encontram em território nacional e se encontram impedidos de sair do país.

Assim,

O Governo, pelos Ministros da Defesa e do Interior (em exercício), do Ministro dos Negócios e Cooperação e da Vice-Ministra das Finanças, manda, ao abrigo do previsto no n.º 4 do artigo 127.º da Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, Lei de Migração e Asilo, publicar o seguinte diploma:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova a isenção temporária do pagamento das tarifas de emissão e prorrogação de certos tipos de vistos aos cidadãos estrangeiros que permanecem em Timor-Leste à data de publicação do presente Despacho.

Artigo 2.º Âmbito objetivo

Encontram-se isentos do pagamento das tarifa de emissão e prorrogação os seguintes tipos de visto:

- a) Visto de Turismo;
- b) Visto de Trabalho;
- c) Visto de Negócios Classe I e Classe II;
- d) Visto de Estada Temporária;
- e) Visto de Fixação de Residência.

Artigo 3.º Âmbito Subjectivo

Estão isentos do pagamento das tarifas de emissão e prorrogação dos vistos previstos no artigo anterior todos os cidadãos estrangeiros que à data de entrada em vigor do presente diploma se encontrem em território nacional e cujo prazo de validade do visto de que são atualmente titulares ou o período de permanência com dispensa de visto expirem a partir da data de entrada em vigor do presente Diploma ou tenham expirado nos 15 dias imediatamente anteriores.

Artigo 4.º Duração

O presente regime de isenção do pagamento das tarifas de emissão e prorrogação de determinados vistos para os cidadãos estrangeiro estará em vigor até ao dia 30 de Junho de 2020.

Artigo 5.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Publique-se,

Dili, 31 de março de 2020

O Ministro da Defesa e do Interior (em exercício)

Brigadeiro-General Reformado

Filomeno da Paixão de Jesus

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Dionísio da Costa Babo Soares

A Vice-Ministra das Finanças

Sara Lobo Brites

Resolução do Governo 12/2020, de 31 de Março

Aprovação da Política para a Redução do Impacto Económico Negativo e a Recuperação Económica Consequentes à Pandemia de COVID-19.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, no passado dia 30 de janeiro de 2020, a emergência de saúde pública de âmbito internacional e, no dia 11 de março de 2020, classificou o vírus COVID-19 como uma pandemia;

Considerando que, através do Despacho n.º 005/PM/II/2020, de 18 de fevereiro, foi criada a Comissão Interministerial para a COVID-19, no âmbito da qual foi elaborado um plano de contingência e vêm sendo concebidas medidas de prevenção e controlo da epidemia;

Considerando que o Governo tem vindo a reforçar medidas de monitorização de entradas em território nacional e de interdição e restrição de entrada de cidadãos estrangeiros;

Considerando o contínuo agravamento da situação epidemiológica à escala global e a identificação de um primeiro caso de diagnóstico de COVID-19 em território nacional;

Considerando que o Governo deliberou apresentar pedido de declaração de estado de emergência a Sua Excelência o Presidente da República e se antevê a necessidade de adotar medidas adicionais de prevenção e controlo da epidemia, tais como restrições de circulação e de atividades públicas e privadas não essenciais e confinamento compulsivo no domicílio;

Considerando os efeitos negativos indiretos na economia timorense da perturbação do movimento internacional de pessoas e bens e de outras perturbações na economia global;

Considerando os efeitos negativos diretos na economia timorense resultantes dos eventuais efeitos da epidemia, bem como resultantes das necessárias medidas de prevenção e controlo da epidemia, já adotadas e ainda a adotar, internamente;

O Governo resolve, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Tomar todas as providências necessárias à implementação, em tempo útil, das seguintes medidas:

a) Assegurar a continuidade da prestação de serviços de transporte aéreo e marítimo que permitam garantir o transporte de pessoas e mercadorias e a ligação do país ao exterior, se necessário através da subsidiação de preços;

b) Assegurar a continuidade da distribuição e fornecimento de bens essenciais, designadamente produtos alimentares, medicamentos e equipamentos clínicos, se necessário através da subsidiação de preços;

c) Assegurar a continuidade da prestação dos serviços de comunicações eletrónicas e a sua acessibilidade generalizada pelos cidadãos, de modo a garantir o funcionamento permanente de canais de informação, se necessário através da subsidiação de preços;

d) Diferir o cumprimento de obrigações fiscais pelos cidadãos e empresas, nos termos da legislação tributária;

e) Dispensar temporariamente o pagamento das tarifas de fornecimento de eletricidade e água;

f) Acelerar a realização de despesa pública já orçamentada, designadamente através da antecipação do pagamento de salários e vencimentos, prestações sociais, subvenções e preços contratualmente previstos em procedimentos de aprovisionamento;

g) Criar linhas de crédito a taxas de juro reduzidas;

h) Conceder apoios financeiros diretos aos cidadãos e às empresas.

2. Mandatar os Ministros, no âmbito das atribuições dos respetivos ministérios, para porem em marcha todos os procedimentos e iniciativas necessários e convenientes à implementação das medidas enumeradas no número anterior, designadamente para:

a) Preparar os projetos de atos normativos cuja aprovação, no quadro legal e constitucional em vigor, seja indispensável à concretização das medidas;

b) Negociar com os operadores dos serviços de transporte aéreo, marítimo e de comunicações eletrónicas os acordos necessários para assegurar a continuidade da sua prestação;

c) Estabelecer com o setor privado a colaboração necessária ao funcionamento regular das cadeias de distribuição e fornecimento de bens essenciais à vida quotidiana, em particular produtos alimentares;

d) Preparar procedimentos de aprovisionamento;

e) Sem prejuízo da sua independência, concertar com o Banco Central de Timor-Leste a operacionalização de medidas de política monetária;

f) Sem prejuízo da sua independência, concertar com o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste a operacionalização de medidas de facilitação da concessão de crédito;

g) Quantificar os impactos orçamentais e financeiros das medidas.

3. Mandatar o Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos para coordenar, acompanhar e monitorizar a execução das medidas previstas no n.º 1 e a realização das tarefas identificadas no n.º 2.

4. As tarefas identificadas no n.º 2 devem estar concluídas no prazo máximo de duas semanas, devendo os Ministros, no mesmo prazo, submeter ao Conselho de Ministros os projetos de atos que careçam da sua aprovação.

5. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 25 de março de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Diploma Ministerial 14/2020, de 31 de Março

Aprovação do regulamento de organização do Centro Integrado de Gestão de Crises.

O artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, a denominada Lei de Segurança Nacional, criou o Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro.

De acordo com o disposto pelo n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 2/ 2010, de 21 de abril, o CIGC pode também funcionar como sala de situação nos casos de exceção constitucional, nos termos previstos na legislação que regula o estado de sítio e o estado de emergência.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, o Chefe de Estado declarou o estado de emergência em todo o território nacional, para vigorar entre 28 de março e 26 de abril, tendo por fundamento a existência de uma situação de calamidade pública, decorrente da pandemia COVID-19.

Face ao decretamento do estado de emergência e à necessidade de assegurar uma coordenação efetiva e eficaz de todos os organismos da República no sentido de responder à ameaça que representa o COVID-19, torna-se absolutamente inevitável assegurar o funcionamento do CIGC como sala de situação.

Porém, e apesar de decorridos quase dez anos sobre a criação do CIGC, não existe um enquadramento normativo apto a assegurar o funcionamento desta estrutura como sala de situação, falta que importa colmatar de imediato para responder à ameaça que representa o COVID-19 para o nosso Estado, o que se pretende fazer por via do presente diploma ministerial, o qual vigorará enquanto vigorar a declaração do estado de emergência.

Assim,

O Governo, pelo Primeiro-Ministro, manda, ao abrigo do previsto no n.º 6 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, publicar o seguinte diploma:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova o regulamento de organização do Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como sala de situação durante a vigência do estado de sítio.

Artigo 2.º Definição

O CIGC o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro.

Artigo 3.º Funcionamento do CIGC como sala de situação

Durante a vigência do estado de emergência, o CIGC funciona como sala de situação.

Artigo 4.º Competências da sala de situação

1. Sem prejuízo do exercício das demais competências que legalmente incumbem ao CIGC, incube-lhe especialmente, enquanto sala de situação:

a) Prestar apoio técnico à Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despacho n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/PM/III/2020, de 28 de março;

b) Coordenar e monitorizar a execução, pelas “forças de tarefas”, das medidas que lhes incumbam;

c) Acompanhar a evolução da situação;

d) Tratar toda a informação prestada pelos serviços competentes;

e) Elaborar estudos e propostas, por determinação da Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/ PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despacho n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/PM/III/2020, de 28 de março;

ou por iniciativa própria, sobre assuntos e matérias relativos à gestão da crise;

f) Difundir pelas entidades responsáveis pela sua execução, as orientações e decisões emanadas da Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/ PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despacho n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/PM/III/2020, de 28 de março;

g) Prestar aconselhamento sobre assuntos relacionados com outros sistemas internacionais de resposta a crises;

h) Executar as demais tarefas que lhe sejam determinadas pela Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despacho n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/ PM/III/2020, de 28 de março.

2. Para efeitos do presente diploma, entende-se por força de tarefa qualquer grupo de trabalho constituído para a execução de uma missão ou tarefa específica que seja constituído por elementos designados pelos órgãos de soberania, órgãos da administração pública, forças policiais, forças militares, órgãos das organizações internacionais, órgãos das organizações não governamentais ou da Cruz Vermelha de Timor-Leste.

Artigo 5.º Organização da sala de situação

A sala de situação organiza-se em:

a) Comando operacional (CO);

b) Estado-Maior-Coordenador (EMC);

c) Força de Tarefa para a Prevenção e Mitigação do Surto de COVID-19 (FTPMS)

d) Coordenação dos Oficiais de Ligação das Forças de Tarefas (COLFT);

e) Equipa de Estudos e de Análise de Riscos (EEAR);

f) Secretariado de Administração e Finanças (SAF);

g) Destacamento de Reação Rápida (DRR);

h) Unidade de Informação Pública (UIP).

Artigo 6.º Comando Operacional

1. O CO da sala de situação incumbe ao Primeiro-Ministro.

2. O CO é responsável pela direção de todas as operações desenvolvidas pela sala de situação, pela coordenação das unidades da sala de situação e pela ligação desta à Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/ PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despacho n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/PM/III/2020, de 28 de março.

3. Compete ao CO:

- a) Garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes do sistema de proteção e socorro;
- b) Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção;
- c) Promover a análise das ocorrências e determinar as ações e os meios adequados à sua gestão;
- d) Assegurar a coordenação e a direção estratégica das operações;
- e) Acompanhar em permanência a situação operacional das entidades integrantes do SIOPS;
- f) Apoiar técnica e operacionalmente o Governo;
- g) Preparar diretivas e normas operacionais e difundi-las aos escalões inferiores para planeamento ou execução;
- h) Propor os dispositivos nacionais, os planos de afetação de meios, as políticas de gestão de recursos humanos e as ordens de operações;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam determinadas por lei, regulamento ou determinação do Conselho de Ministros ou da Comissão Interministerial criada pelo Despacho n.º 005/PM/II/2020, de 18 de fevereiro, alterado pelos Despachos n.ºs 012/PM/III/2020, de 20 de março, e 014/PM/III/2020, de 28 de março.

4. O Comandante Operacional é coadjuvado, no exercício do comando operacional da sala de situação, por um 2.º Comandante Operacional por si designado.

5. O 2.º Comandante Operacional exerce as competências que lhe sejam delegadas pelo Comandante Operacional.

Artigo 7.º Estado-Maior-Coordenador

1. O EMC é a unidade da sala de situação responsável pela coordenação operacional das ações de contenção e de mitigação do surto de COVID-19.

2. O EMC é composto por um:

- a) Adjunto de Operações;
- b) Adjunto Operacional de Meios de Transporte;
- c) Adjunto Operacional de Logística;
- d) Adjunto Operacional de Tecnologias da Informação e Comunicação.

3. O coordenador da EMC e os adjuntos a que alude o número anterior são designados pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 8.º Força de Tarefa para a Prevenção e Mitigação do Surto de COVID-19

1. A FTPMS é a unidade da sala de situação responsável pela preparação e pela promoção da realização das diligências necessárias para a prevenção e mitigação do surto de COVID-19.

2. Incumbe ao FTPMS:

a) Desenvolver estratégias para abordar eventuais lacunas relativas à saúde pública e à capacidade de responder ao surto de COVID-19;

b) Emitir orientações para ajudar a melhorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde ao surto de COVID-19;

c) Promover as diligências necessárias para assegurar a alocação de recursos, incluindo equipamentos de proteção individual e suprimentos médicos para prestadores de serviços de saúde e socorristas envolvidos na resposta ao surto de COVID-19;

d) Emitir recomendações dirigidas aos empregadores públicos e privados em relação aos funcionários expostos ou potencialmente expostos ao SARS-Cov2;

e) Promover as diligências necessárias para a divulgação de materiais educacionais para essas populações;

f) Produzir recomendações dirigidas ao CO e ao Ministério da Saúde em relação à disseminação de informações e comunicações, coordenação de mensagens públicas, designação de centros de tratamento e avaliação da prontidão e resposta do setor, conforme necessário;

g) Recolher as contribuições, conforme apropriado, dos vários órgãos e serviços da administração pública, das organizações internacionais, organizações não governamentais e da Cruz Vermelha de Timor-Leste de forma a tornar mais efetivas, eficazes e eficientes as medidas de prevenção ou de mitigação do surto de COVID-19;

h) Promover a execução de todas as medidas e ações que se revelem necessárias para prevenir ou mitigar o surto de COVID-19.

3. O coordenador da FTPMS e os respetivos membros são designados pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 9.º Coordenação dos Oficiais de Ligação das Forças de Tarefas

1. A COLFT é a unidade da sala de situação responsável pela integração, articulação e comunicação com as Forças de Tarefas, assegurando a sua participação nos processos de planeamento e decisão no que respeita às suas tarefas, assessoria técnica e/ou sustentação das operações.

2. Compete à COLFT:

a) Garantir a articulação com/entre todas as Forças de Tarefas ou entidades envolvidas nas operações de prevenção ou mitigação do surto de COVID-19;

- b) Garantir o espaço funcional para os oficiais de ligação de outras entidades e assegurar a sua integração nas atividades da sala de situação;
 - c) Garantir a circulação da informação entre todas as Forças de Tarefas ou entidades envolvidas nas operações de prevenção ou mitigação do surto de COVID-19;
 - d) Garantir uma ligação próxima com os serviços de saúde, com as organizações internacionais, com as organizações não governamentais ou com a Cruz Vermelha Timor-Leste.
3. Todas as entidades que, para o efeito, sejam notificadas pelo Comando Operacional da sala de situação devem, designar um oficial de ligação.
4. Só podem ser designados oficiais de ligação os dirigentes da administração pública que exerçam o cargo de diretor-geral.
5. O responsável pela COLFT é designado pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 10.º Equipa de Estudos e de Análise de Riscos

4. A EEAR é unidade da sala de situação responsável pela análise e avaliação das informações relacionadas com a prevenção ou mitigação do surto COVID-19, para efeitos de planeamento operacional.
5. Incumbe à EEAR:
- a) Analisar e avaliar a adequação e suficiência das políticas, das estratégias, dos planos, dos procedimentos operacionais normalizados, das medidas e das ações propostas para a prevenção e o combate do surto do Coronavírus 2019-nCoV;
 - b) Apresentar um relatório de avaliação das políticas, das estratégias, dos planos, dos procedimentos operacionais normalizados, das medidas e das ações propostas para a prevenção e o combate do surto do Coronavírus 2019-nCoV;
 - c) Propor a adoção de políticas, estratégias, planos, procedimentos operacionais normalizados, medidas ou ações para a prevenção e o combate do surto do Coronavírus 2019-nCoV, alternativas ou complementares àquelas que se encontram aprovadas;
 - d) Analisar, avaliar e apresentar um relatório sobre o grau de prontidão dos estabelecimentos públicos integrados no serviço nacional de saúde para efeitos de diagnóstico de eventuais casos de infeção pelo SARS-CoV-2, bem como para o tratamento de indivíduos que pelo mesmo sejam infetados e careçam de cuidados médicos;
 - e) Avaliar a adequação, funcionalidade e suficiência dos equipamentos existentes nos estabelecimentos de saúde para prevenir, diagnosticar e evitar o aumento do número de infeções provocadas pelo SARS-CoV-2 em todo o território nacional, apresentando um relatório de avaliação;

f) Dar parecer e formular recomendações sobre assuntos que, para o efeito, lhe sejam apresentados pelo Primeiro- Ministro.

6. O coordenador da EEAR e os respetivo membros são designados pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 11.º Secretariado de Administração e Finanças

1. O SAF é a unidade da sala de situação responsável pelo apoio administrativo e financeiro à mesma e às suas atividades.

2. Incumbe ao SAF:

- a) Elaborar o projeto de orçamento da sala de situação, de acordo com as instruções do CO;
- b) Controlar as dotações orçamentais atribuídas a sala de situação ou outras cuja gestão lhe seja atribuída por ato normativo;
- c) Garantir o inventário, a administração, a manutenção e preservação do património afeto à sala de situação;
- d) Promover a realização das operações de aprovisionamento necessárias para o funcionamento da sala de situação;
- e) Em coordenação com as restantes unidades da sala de situação, elaborar o Plano de Ação, assim como os respectivos relatórios de execução;
- f) Assegurar a disponibilidade e o funcionamento dos recursos informáticos da sala de situação;
- g) Assegurar a manutenção e segurança de todos os equipamentos da sala de situação.

3. O coordenador do SAF é nomeado pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 12.º Destacamento de Reação Rápida

1. O DRR é a unidade da sala de situação responsável pela execução de operações de caráter urgente e inadiável que não possam ser executadas de forma efetiva e eficaz pelo Departamento Governamental competente em razão da matéria.

2. O DRR inclui as seguintes subunidades:

- a) Evacuação médica;
- b) Transporte de emergência médica (ambulância);
- c) Assistência hospitalar;
- d) Serviço funerário;
- e) Armazenamento;

f) Cozinha ambulante.

3. As atividades realizadas pelo DRR conformam-se com os procedimentos operacionais normalizados aprovados pelo CO.

4. O coordenador do DRR é nomeado pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 13.º Unidade Informação Pública

1. A UIP é a unidade da sala de situação responsável pela preparação e disseminação de toda a informação relacionada com a prevenção e mitigação do surto de COVID-19 em Timor-Leste.

2. Incumbe à UIP:

a) Organizar e gerir a comunicação externa da sala de situação, bem como toda a comunicação externa relacionada com o COVID-19;

b) Assessorar a sala de situação relativamente à sua imagem pública;

c) Coordenar editorialmente os conteúdos do site e de outras publicações, relacionadas com o COVID-19, da sala de situação, dos departamentos governamentais ou das demais pessoas coletivas públicas.

3. O coordenador da UIP é nomeado pelo Comandante Operacional que pode delegar a sua competência no 2.º Comandante Operacional.

Artigo 14.º Comissão de Acompanhamento e de Avaliação da Estratégia de Prevenção e Combate do Surto do Coronavírus 2019-nCoV

1. Os membros da Comissão de Acompanhamento e de Avaliação da Estratégia de Prevenção e Combate do Surto do Coronavírus 2019-nCoV passam a integrar a EEAR.

2. Fica revogado o Despacho n.º 11/PM/III/2020, de 20 de março

Artigo 15.º Local de funcionamento da sala de situação

A sala de situação funciona no Centro de Convenções de Díli.

Artigo 16.º Termo da vigência

O presente diploma caduca com o termo do estado de emergência.

Artigo 17.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos desde o dia 28 de março de 2020.

Palácio do Governo, 31 de março de 2020.

Taur Matan Ruak

Primeiro-Ministro

Decreto do Governo 3/2020, de 28 de Março

Aprovação das Medidas de Execução da Declaração do Estado de Emergência.

No passado mês de dezembro de 2019, a Comunidade Internacional foi confrontada com a descoberta de uma nova estirpe do vírus corona, a qual tem a designação de SARSCov2.

A nova estirpe do vírus corona revelou-se altamente contagiosa entre seres humanos e particularmente perigosa para certos grupos populacionais, designadamente para as pessoas com idades mais avançadas, as que sejam imunossuprimidas e as que padeçam de doenças crónicas.

Perante a rápida propagação do SARS-Cov2, a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, a existência de uma situação de risco para a saúde pública noutros Estados através da disseminação da doença. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde acabou por declarar a COVID-19, doença provocada pelo SARS-Cov2, como uma pandemia.

Face ao elevado número de infeções com o vírus SARS-Cov2 registadas em todo o mundo, bem como ao elevado número de óbitos ocorridos em consequência das referidas infeções, os membros da Comunidade Internacional, sob orientação técnica da Organização Mundial de Saúde e de outros especialistas nos domínios da saúde pública e da epidemiologia, adotaram um conjunto de medidas que visam conter a expansão dos casos de COVID-19 e, por conseguinte, dos óbitos que dos

mesmos podem resultar.

O Governo, consciente da elevada ameaça que o eventual surgimento de um surto de COVID-19 pode representar para a saúde pública em Timor-Leste, foi adotando um conjunto de medidas que visaram reduzir as oportunidades de surgimento de um surto daquela doença por importação do SARS-Cov2.

Apesar dos esforços empreendidos e das medidas aprovadas e implementadas, no passado dia 14 de março de 2020, o Ministério da Saúde anunciou o primeiro caso de teste positivo de COVID-19 relativo a um indivíduo residente em território timorense. Perante este fato, o Governo intensificou esforços no sentido de reduzir o risco de surgimento de novos casos de infeção por importação do SARS-Cov2, bem como de contágio entre indivíduos residentes em Timor-Leste.

Não obstante, e face à necessidade de reforçar as medidas já adotadas e de executar novas medidas que reduzam ainda mais

os riscos de contágio do SARS-Cov2 entre a população residente em Timor-Leste, o Governo propôs ao Presidente da República o decretamento do estado de emergência, com fundamento em situação de calamidade, o qual, após a autorização prestada pelo Parlamento Nacional, através da Lei n.º 1/2020, de 27 de março, exarou o Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, através do qual declarou o estado de emergência entre as 00:00 horas do dia 28 de março de 2020 e as 23:59 horas do dia 26 de abril de 2020.

Perante a declaração do estado de emergência, incumbe ao Governo assegurar a execução da mesma adotando as medidas necessárias que previnam a doença, contenham a pandemia, salvem vidas e assegurem a subsistência das cadeias de abastecimento de bens e serviços essenciais para a nossa população, ainda que as mesmas possam limitar alguns direitos e liberdades fundamentais.

As medidas aprovadas através do presente diploma são tomadas com respeito pelos limites constitucionais, conformando-se com critérios de necessidade e de proporcionalidade e com um horizonte de duração que não excede o período de vigência do estado de emergência.

Através das normas ora aprovadas, o Governo procura reduzir as oportunidades de ocorrência de novos casos de COVID-19 em território nacional, seja por via de situações de importação do SARS-Cov2 seja da sua transmissão entre membros já residentes em Timor-Leste, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde e o exemplo de outros Estados.

As medias previstas no presente diploma, visando a concretização dos objetivos supra expostos, terão um impacto importante no quotidiano da população residente em Timor-Leste, na atividade económica do país e no funcionamento dos serviços públicos. Porém, as mesmas revelam-se absolutamente imprescindíveis para mitigar os riscos associados ao contágio do SARS-Cov2 e o retorno à normalidade com a maior brevidade possível.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento, o seguinte:

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma aprova as medidas de execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 29 /2020, de 27 de março.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação territorial

O presente diploma aplica-se em todo o território nacional.

Artigo 3.º Princípio da legalidade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma atuam em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos.

Artigo 4.º Princípio da igualdade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma não podem privilegiar, beneficiar, prejudicar ou isentar de qualquer dever nenhum cidadão ou estrangeiro que se encontre em território nacional em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Artigo 5.º Princípio da proporcionalidade

Os órgãos e serviços da administração pública responsáveis pela aplicação das normas constantes do presente diploma só podem afetar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos ou estrangeiros que se encontrem em território nacional quando necessário e em termos adequados e proporcionais aos objetivos a realizar.

Capítulo II Circulação internacional

Secção I Entradas em território nacional

Artigo 6.º Proibição de entrada de estrangeiros em território nacional

1. É proibida a entrada de estrangeiros em território nacional.
2. A proibição prevista no número anterior não se aplica aos estrangeiros que já se encontram em território nacional, aos que tenham nascido em território timorense e aqui residam habitualmente ou sejam representantes legais de menores de nacionalidade timorense ou de menores nacionais de Estado terceiro residentes legais em Timor-Leste sobre os quais exerçam poder paternal ou assegurem o seu sustento e educação.
3. A proibição prevista no n.º 1 não se aplica aos estrangeiros que prestem a respetiva atividade profissional nas plataformas petrolíferas localizadas no Mar de Timor.

Artigo 7.º Autorização excecional de entrada de estrangeiros em território nacional

O Primeiro-Ministro, em casos devidamente fundamentados, relacionados com a defesa do interesse nacional ou conveniência de serviço, pode autorizar a entrada de estrangeiros em território nacional, excecionando a proibição prevista pelo n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 8.º Estrangeiros responsáveis pelo transporte ou liberação de mercadorias importadas

1. Os estrangeiros responsáveis pelo transporte ou liberação de mercadorias não carecem das autorizações previstas no artigo anterior.
2. Os estrangeiros referidos no número anterior apenas podem permanecer na zona internacional dos portos de mar, dos aeroportos ou dos postos de fronteiras terrestres e pelo tempo estritamente necessário para a conclusão dos procedimentos de entrega ou liberação de mercadorias.
3. A definição de zona internacional é a que consta da alínea ee) do artigo 2.º da Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, sobre migração e asilo.

Secção II Controlo sanitário das entradas e saídas de território nacional

Artigo 9.º Obrigatoriedade do controlo sanitário

Todos os indivíduos que pretendam entrar ou sair do território nacional estão obrigatoriamente sujeitos a controlo sanitário, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional.

Artigo 10.º Proibição de embarque

1. Os indivíduos que apresentem sintomatologia de se encontrarem doentes com COVID-19 ou infetados com SARS-CoV2 não podem embarcar em navios ou em aeronaves.

2. Para efeitos de aplicação do número anterior, consideram-se sintomas da doença COVID-19 ou de infeção com SARSCov2: a) Temperatura corporal ou febre igual ou superior a 37,5.º C (trinta e sete graus centígrados e meio);

b) Tosse;

c) Dor de garganta;

d) Constipação;

e) Dificuldades respiratórias ou falta de ar.

3. Os indivíduos que sejam proibidos de embarcar em navios ou em aeronaves, em conformidade com o n.º 1 devem preencher o Formulário de Declaração Médica Obrigatória e são obrigatoriamente conduzidos a um estabelecimento de saúde ou a uma Unidade de Isolamento para serem sujeitos a exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-Cov2.

4. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos de evacuação médica.

Artigo 11.º Isolamento terapêutico obrigatório

1. Todos os indivíduos que entrem em território nacional são obrigados a realizar exames médicos de diagnóstico da COVID-19 ou de infeção pelo SARS-Cov2 quando apresentem a sintomatologia descrita no n.º 2 do artigo anterior.

2. Ficam obrigatoriamente sujeitos a isolamento terapêutico os indivíduos a que alude o número anterior quando lhes seja diagnosticada COVID-19 ou infeção pelo SARS-Cov2.

Artigo 12.º Isolamento profilático obrigatório

Os indivíduos que entrem em território nacional ficam obrigatoriamente sujeitos a isolamento profilático com a duração mínima de catorze dias.

Capítulo III Circulação em território nacional e fixação de residência

Secção I Isolamento obrigatório

Artigo 13.º Confinamento obrigatório

Ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde ou na respetiva residência:

a) Os doentes com COVID-19 e os infetados com SARS-Cov2;

b) Todos os indivíduos que entrem em território nacional;

c) Todos os indivíduos que se encontrem sob vigilância das autoridades de saúde.

Artigo 14.º Duração do período de confinamento obrigatório

O período de confinamento obrigatório previsto:

a) Na alínea a) do artigo anterior, cessa com a alta médica;

b) Nas alíneas b) e c) do artigo anterior, cessa ao final de catorze dias, contados da data de início do período de confinamento.

Secção II Isolamento voluntário

Artigo 15.º Confinamento voluntário

Os indivíduos não sujeitos a isolamento obrigatório e que não exerçam qualquer atividade profissional ou se encontrem dispensados do cumprimento do dever de presença no local de trabalho devem permanecer nas suas residências.

Artigo 16.º Regras de distanciamento social nas vias públicas

Os indivíduos que não se encontrem sujeitos ao regime de isolamento obrigatório devem deslocar-se sózinhos, observando a distância de, pelo menos, um metro relativamente aos demais transeuntes, e evitar a formação de aglomerações de pessoas.

Capítulo IV Reuniões e manifestações

Artigo 17.º Proibição de reuniões e de manifestações

É proibida a realização de reuniões ou manifestações que impliquem a aglomeração de mais de cinco pessoas.

Artigo 18.º Proibição de eventos sociais, culturais e desportivos

É proibida a realização de quaisquer eventos sociais, culturais e desportivos que impliquem a aglomeração de pessoas.

Capítulo V Atividades coletivas de culto ou de cariz religioso

Artigo 19.º Proibição de eventos religiosos

É proibida a realização de quaisquer celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem a aglomeração de pessoas.

Artigo 20.º Realização de funerais

A realização de funerais está condicionada à adoção de medidas organizacionais que previnam a transmissão do SARS-Cov2 e

não deve implicar a presença, em simultâneo, de mais de dez pessoas.

Capítulo VI Direito de iniciativa económica privada

Artigo 21.º Suspensão das atividades de transporte coletivo de passageiros

Fica suspenso o exercício de atividades de transporte coletivo de passageiros.

Artigo 22.º

Regras de acesso aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços

1. Os indivíduos que pretendam aceder ao interior das instalações dos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços são obrigados a:

- a) Utilizar máscara de proteção da boca e do nariz;
- b) Lavar as mãos antes de entrarem nas referidas instalações;
- c) A respeitar a distância de, pelo menos, um metro relativamente a outros indivíduos.

2. Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços são obrigados a disponibilizar, na entrada dos respetivos estabelecimentos, as condições necessárias para o cumprimento do disposto pela alínea b) do número anterior.

3. A entrada nos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços é recusada aos indivíduos que não cumpram o

disposto pelas alíneas a) e b) do n.º 1.

Artigo 23.º Mercados

O disposto no artigo anterior é aplicável, com as devidas adaptações aos locais onde funcionem os mercados.

Artigo 24.º Vendedores ambulantes

Os vendedores ambulantes e os respetivos clientes ficam obrigados ao cumprimento do disposto pela alínea c) do n.º 1 do artigo 22.º.

Capítulo VII Administração Pública

Artigo 25.º Funcionamento dos serviços e prestação da atividade profissional dos recursos humanos da administração pública

1. Os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas compreendidas na administração indireta do Estado identificam os recursos humanos estritamente necessários para assegurar o funcionamento, em regime de serviços mínimos, dos serviços públicos que superiormente dirijam.

2. Para efeitos do número anterior, consideram-se serviços mínimos aqueles cuja prestação seja fundamental para assegurar o funcionamento da Administração Pública e a prestação, aos cidadãos e às empresas, de bens e serviços que tenham natureza urgente ou inadiável.

3. Os recursos humanos da administração pública que fiquem dispensados do dever de comparência nos respetivos serviços devem manter-se contactáveis por via telefónica e comparecer nos serviços onde habitualmente prestam a respetiva atividade profissional sempre que para o efeito sejam convocados pelo respetivo superior hierárquico.

4. A não comparência dos funcionários, agentes ou trabalhadores da administração pública que não se encontrem dispensados do dever de prestação presencial da sua atividade profissional é susceptível de gerar responsabilidade disciplinar.

5. Os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas compreendidas na administração indireta do Estado devem, sempre que possível, permitir que os respetivos recursos humanos prestem a respetiva atividade profissional em regime não presencial e por intermédio das novas tecnologias de comunicação e informação.

Artigo 26.º Serviços públicos essenciais

1. O disposto pelo artigo anterior em nenhum caso pode implicar a interrupção ou o fornecimento de bens e serviços essenciais, nomeadamente e sem prejuízo de outros:

- a) os serviços de saúde;
- b) os serviços de transporte urgente de doentes;
- c) os serviços de segurança;
- d) os serviços de proteção civil;
- e) os serviços de água e de saneamento;
- f) os serviços de produção, transporte, distribuição e venda de eletricidade;
- g) os serviços de controlo do tráfego aéreo ou marítimo;
- h) os serviços de recolha de lixo.

2. Os membros do Governo responsáveis pelos departamentos governamentais que prestam serviços públicos essenciais podem, mediante despacho, determinar a dispensa, total ou parcial, do pagamento das tarifas previstas para a prestação de serviços essenciais.

Artigo 27.º Acesso a instalações onde funcionem serviços

1. As instalações onde funcionem serviços públicos devem assegurar a existência de uma distância mínima de um metro entre indivíduos que permaneçam no interior daquelas.

2. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas asseguram a distância de, pelo menos, um metro entre os indivíduos que aguardem pela autorização de entrada nas referidas instalações.

3. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas asseguram a disponibilização, na entrada das mesmas, dos meios necessários para que os indivíduos que naquelas se propõem entrar possam higienizar as suas mãos.

4. É obrigatória a higienização das mãos de todos os indivíduos que pretendam entrar em instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas.

5. Sempre que para o efeito disponham de leitores de temperatura corporal, os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas devem proceder à leitura da temperatura corporal de todos quantos se proponham entrar nas mesmas, impedindo a entrada de todos quantos tenham uma temperatura corporal igual ou superior a 37,5.º C.

6. Os responsáveis pelas instalações onde funcionem serviços públicos que não sejam encerradas comunicam de imediato aos serviços do Ministério da Saúde a identidade dos indivíduos que, nos termos do número anterior, sejam proibidos de entrar naquelas instalações.

Capítulo VIII Disposições finais

Artigo 28.º Suspensão das atividades letivas em regime presencial e encerramento das instalações dos estabelecimentos de educação, de ensino e de formação profissional

1. Ficam suspensas todas as atividades letivas em regime presencial.
2. Durante o período de suspensão das atividades letivas em regime presencial, deve promover-se a continuação do processo de ensino-aprendizagem através dos meios de informação e de comunicação.
3. O Membro do Governo responsável pela educação, juventude e desporto promove a distribuição de livros e de outros materiais didáticos, nomeadamente pelos estudantes que residam em áreas remotas.
4. As instalações onde funcionem estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino superior ou de formação profissional, públicos ou privados, são encerrados, sendo proibida a permanência nos mesmos de quaisquer docentes ou discentes.

Artigo 29.º Licenças e autorizações

1. No decurso da vigência do presente diploma, as licenças, as autorizações e os demais atos administrativos e documentos mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo de validade.
2. O disposto pelo número anterior inclui os vistos e as autorizações de residência ou de permanência concedidos aos estrangeiros que se encontram em Timor-Leste.

Artigo 30.º Forças e serviços de segurança, agentes de proteção civil e inspetores da autoridade de segurança alimentar e económica

1. A fiscalização do cumprimento das disposições do presente diploma compete às forças e serviços de segurança, aos agentes de proteção civil e aos inspetores da autoridade de segurança alimentar e económica, incumbindo-lhes designadamente:
 - a) Emanar as ordens e instruções necessárias para a aplicação das normas aprovadas pelo presente diploma;

b) Promover as diligências necessárias para assegurar o cumprimento do regime de isolamento obrigatório por parte de todos quantos se encontrem sujeitos a esse regime;

c) Promover a dispersão de aglomerações de indivíduos na via pública;

d) Incentivar o cumprimento do dever de confinamento voluntário por parte dos indivíduos que devam observar aquela medida. 2. Os serviços de saúde informam as forças e os serviços de segurança acerca da identidade de todos os indivíduos que se encontrem sujeitos a isolamento obrigatório, bem como acerca do local onde os mesmos devem permanecer em isolamento.

Artigo 31.º Dever geral de cooperação

Durante o período de vigência do estado de emergência, os cidadãos e demais entidades estão sujeitos ao dever de colaboração, nomeadamente através do cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção e saúde pública na pronta satisfação das solicitações que, justificadamente, lhes sejam dirigidas para a concretização das medidas previstas no presente diploma.

Artigo 32.º Termo da vigência

O presente diploma caduca com o termo do estado de emergência.

Artigo 33.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 28 de março de 2020.

O Primeiro-Ministro

Taur Matan Ruak

Decreto do Presidente da República 29/2020, de 27 de Março

Declaração de Estado de Emergência em todo o território nacional.

No passado dia 1 de dezembro de 2019, a comunidade internacional foi confrontada com a identificação de uma nova estirpe do vírus corona, à qual foi atribuída a designação de SARS-CoV-2, dando origem à doença covid-19.

No passado dia 11 de março a Organização Mundial de Saúde (OMS) qualificou a emergência de saúde pública ocasionada pela doença covid-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

O Governo entende que no contexto atual, e face à declaração do SARS-CoV-2 como pandemia, a República Democrática de Timor-Leste está confrontada com uma situação de calamidade pública, devendo ser declarado o estado de emergência.

Por tais motivos, a 23 de março o Governo solicitou ao Presidente da República a declaração do estado de emergência.

No cumprimento da Constituição da República Democrática de Timor-Leste e da legislação em vigor, foi ouvido o Conselho de Estado, o Governo e o Conselho Superior de Defesa e Segurança, tendo-se manifestado em sentido favorável à declaração do estado de emergência.

Como tal, foi solicitado ao Parlamento Nacional a necessária autorização legal, a qual foi obtida.

Neste quadro, cumprindo os meus deveres constitucionais, tendo em atenção os valores constitucionais colocados em causa, cuja tutela cabe ao Estado garantir, mediante autorização do Parlamento Nacional e ouvidos o Conselho de Estado, o Governo e o Conselho Superior de Defesa e Segurança, no uso das competências próprias previstas na alínea g) do artigo 85.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Presidente da República decreta:

Artigo 1.º

É declarado o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Artigo 2.º

A declaração de estado de emergência abrange todo o território nacional.

Artigo 3.º

O estado de emergência tem a duração de 30 (trinta) dias, com início às 00.00 horas do dia 28 de março de 2020 (sábado) e término às 23.59 horas do dia 26 de abril de 2020 (domingo).

Artigo 4.º

Fica parcialmente suspenso o exercício dos seguintes direitos:

a) Circulação internacional: podem ser estabelecidos controlos em portos e aeroportos, com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar risco de propagação da epidemia ou a

sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate, designadamente impondo o confinamento compulsivo de pessoas; podem igualmente ser tomadas as medidas necessárias a assegurar a circulação internacional de bens e serviços essenciais;

b) Liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo o confinamento compulsivo no domicílio ou em estabelecimento de saúde ou o estabelecimento de cercas sanitárias, assim como, na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, a interdição das deslocações e da permanência na via pública que não sejam justificadas, designadamente pelo desempenho de atividades profissionais, pela obtenção de cuidados de saúde, pela assistência a terceiros, pelo abastecimento de bens e serviços e por outras razões ponderosas, cabendo ao Governo, nesta eventualidade, especificar as situações e finalidades em que a liberdade de circulação individual, preferencialmente desacompanhada, se mantém;

c) Direito de reunião e de manifestação: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes, com base na posição do Departamento Governamental responsável pela saúde pública, as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de reuniões e manifestações que, pelo número de pessoas envolvidas, potenciem a transmissão do SARS-CoV-2;

d) Liberdade de culto, na sua dimensão coletiva: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas;

e) Direito de resistência: fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas pelas autoridades públicas competentes em execução da declaração do estado de emergência;

f) Direito de propriedade e iniciativa económica privada: pode ser requisitada pelas autoridades públicas competentes a prestação de quaisquer serviços e a utilização de bens móveis ou imóveis, de unidades de prestação de cuidados de saúde, de estabelecimentos comerciais ou industriais, assim como ser determinada a obrigatoriedade da abertura, laboração e funcionamento de empresas, estabelecimentos e meios de produção ou o seu encerramento e impostas outras limitações ou modificações à respetiva atividade, incluindo alterações à quantidade, natureza ou preço dos bens produzidos e comercializados ou aos respetivos procedimentos e circuitos de distribuição e comercialização, bem como alterações ao respetivo regime de funcionamento;

g) Direitos dos trabalhadores: pode ser determinado pelas autoridades públicas competentes que quaisquer colaboradores de entidades públicas ou privadas, independentemente do tipo de vínculo, se apresentem ao serviço e, se necessário, passem a desempenhar função em local

diverso, em entidade diversa e em condições e horários de trabalho diversos dos que correspondem ao vínculo existente, designadamente no caso dos trabalhadores dos setores da saúde, proteção civil, segurança e defesa e ainda de outras atividades necessárias ao tratamento de doentes, à prevenção e combate à propagação da epidemia, à produção, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais, ao funcionamento de setores vitais da economia, à operacionalidade de redes de infraestruturas críticas e à manutenção da ordem pública e do Estado de Direito democrático; fica suspenso o exercício do direito à greve na medida em que possa comprometer a operacionalidade de redes de infraestruturas críticas ou de unidades de prestação de cuidados de saúde, bem como em setores económicos vitais para a produção, abastecimento e fornecimento de bens e serviços essenciais à população.

Artigo 5.º

Os efeitos da presente declaração não afetam, em caso algum, o direito à:

- a) Vida;
- b) Integridade física;
- c) Capacidade civil e cidadania;
- d) Não retroatividade da lei penal;
- e) Defesa em processo criminal;
- f) Liberdade de consciência e de religião;
- g) Não sujeição a tortura, escravatura ou servidão;
- h) Não sujeição a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante;
- i) Não discriminação.

Artigo 6.º

A execução da declaração do estado de emergência compete ao Governo, que dos respetivos atos manterá informados o Presidente da República e o Parlamento Nacional.

Artigo 7.º

O presente Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se,

O Presidente da República,

Francisco Guterres Lú Olo

Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 27 dias de março de 2020.

Resolução do Governo 11/2020, de 27 de Março

Recomendação para que os Recursos Humanos da Administração Pública Prestem a Respetiva Actividade em Regime não Presencial.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, no passado dia 30 de janeiro de 2020, a emergência de saúde pública de âmbito internacional e, no dia 11 de março de 2020, classificou o vírus como uma pandemia;

Considerando que, no passado dia 21 de março de 2020, foi identificado o primeiro caso de infeção pelo COVID-19 em território timorense;

Considerando que a natureza altamente contagiosa do COVID-19 aconselha a que se evitem aglomerações de pessoas, designadamente em número superior a dez indivíduos;

Considerando que as novas tecnologias de informação e comunicação permitem a prestação de trabalho à distância;

Considerando que os especialistas vêm aconselhando a adoção de comportamentos de isolamento social como forma de evitar

o contágio de COVID -19;

O Governo resolve, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Instruir os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas inseridas na administração indireta do Estado para que identifiquem os recursos humanos estritamente necessários a assegurar o funcionamento, em regime de serviços mínimos, dos serviços públicos que superiormente dirijam;
2. Determinar que, para efeitos do número anterior, se considerem serviços mínimos aqueles cuja prestação seja fundamental para assegurar o funcionamento da Administração Pública e a prestação de bens e serviços aos cidadãos e às empresas que tenham natureza urgente ou inadiável;
3. Instruir os recursos humanos da administração pública que fiquem dispensados do dever de comparência nos respetivos serviços para que se mantenham contactáveis por via telefónica e compareçam nos serviços onde habitualmente prestam a respetiva atividade profissional sempre que para o efeito sejam convocados pelo respetivo superior hierárquico;
4. Instruir os Membros do Governo e os órgãos executivos das pessoas coletivas públicas inseridas na administração indireta do Estado para que, sempre que possível, permitam que os respetivos recursos humanos prestem a respetiva atividade profissional em regime não presencial e por intermédio das novas tecnologias de comunicação e informação;

5. Recomendar aos recursos humanos da administração pública temporariamente dispensados do dever de comparência nos respetivos serviços que adotem comportamentos de isolamento social, de forma a evitar a propagação do COVID-19 e a contribuir com as autoridades competentes nos esforços de contenção do número de infeções;

6. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a 23 de março de 2020.

Aprovada em Conselho de Ministros em 25 de março de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Resolução do Governo 10/2020, de 19 de Março

Aprovação de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19.

Considerando que, no passado dia 11 de março de 2020, o Governo resolveu prorrogar a aplicação de medidas temporárias de interdição e restrição de entrada no território nacional de cidadãos estrangeiros provenientes da República Popular da China, da República da Coreia, da República Italiana ou da República Islâmica do Irão, como forma de prevenção do risco associado à rápida propagação do Coronavírus 2019- nCoV;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, no passado dia 30 de janeiro de 2020, a emergência de saúde pública de âmbito internacional e, no dia 11 de março de 2020, classificou o vírus como uma pandemia;

Considerando a evolução preocupante da situação epidemiológica, ao seu carácter particular quanto às formas de contágio e a importância de acautelar a previsão de normas de contingência para fazer face a uma eventual epidemia SARSCoV- 2 em território nacional;

Considerando a situação excecional que se vive no momento atual e a proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 à escala global e que exigem a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente para travar a pandemia;

Considerando a urgência associada à execução das medidas de contenção recomendadas pelo Ministério da Saúde, em coordenação com a Organização Mundial de Saúde, cuja eficácia depende de se assegurar, com caráter urgente e inadiável, um regime excecional que permita a implementação célere das medidas propostas;

Considerando a manutenção da emergência de saúde pública internacional e a exigência de se prestar uma resposta internacional coordenada que promova medidas de distanciamento social e quarentena profilática, salvaguardando-se o rendimento dos próprios ou daqueles que se vejam na situação de prestar assistência a dependentes, bem como a necessidade da imposição de medidas restritivas que previnam a ocorrência de situações passíveis de criarem graves riscos para a saúde pública;

O Governo resolve, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República e da alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, o seguinte: 1. A fim de conter a propagação do vírus COVID-19 para território nacional, aprovam-se as seguintes medidas de caráter temporário e extraordinário:

a) É aplicada a medida de interdição de entrada em território nacional, por via aérea, terrestre e marítima, a todos os cidadãos estrangeiros que nas últimas quatro semanas tenham saído ou tenham transitado por países com casos registados de infeção pelo COVID-19, conforme informação divulgada pela Organização Mundial de Saúde;

b) A interdição prevista na alínea anterior não é aplicável aos cidadãos estrangeiros que tenham nascido em território timorense e que aqui residam habitualmente ou que sejam representantes legais de menores de nacionalidade timorense ou de menores nacionais de Estado terceiro residentes legais em Timor-Leste sobre os quais exerçam poder paternal ou assegurem o seu sustento e educação;

c) O Primeiro-Ministro, em casos devidamente fundamentados, relacionados com a defesa do interesse nacional ou conveniência de serviço, pode autorizar a entrada de estrangeiros em território nacional, excecionando a autorização prevista na alínea a);

d) Para efeitos de transporte marítimo ou aéreo e liberação de mercadorias nos Portos ou Aeroportos, os cidadãos estrangeiros, a cargo da transportadora e sob responsabilidade desta, apenas poderão permanecer na "Zona Internacional", definida na alínea ee) do artigo 2.º da Lei n.º 11/2017 de 24 de maio, sobre Migração e Asilo;

e) É proibido o desembarque de passageiros de navios de cruzeiro, salvo se os mesmos forem cidadãos timorenses ou cidadãos estrangeiros que se encontrem numa das situações previstas na alínea b);

f) Proibir a realização viagens em serviço para fora do território nacional dos recursos humanos da Administração Direta e da Administração Indireta do Estado;

g) Assegurar a possibilidade de realizar evacuações médicas urgentes e abastecimentos de medicamentos, materiais e consumíveis hospitalares, em regime de voos por motivos sanitários e/ou humanitários;

h) Todos os cidadãos nacionais e todos os estrangeiros a que se refere a alínea b) que cheguem a Timor-Leste por via aérea, terrestre ou marítima devem ficar em quarentena voluntária, por um período mínimo de catorze dias, e informar as autoridades de saúde que se encontrem presentes nos postos de fronteira acerca do local em que se encontrarão isoladas.

2. As medidas de interdição de entrada a todos os cidadãos estrangeiros, definidas nos termos da presente resolução, são mensalmente reapreciadas, com vista à sua manutenção ou eliminação.

3. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 16 de março de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Resolução do Governo 2/2020, de 6 de Fevereiro

Adopção de um conjunto de medidas para prevenção e controlo do surto do Coronavírus 2019-nCoV.

Considerando que o dever de promover e proteger a saúde é um fundamento constitucional sobre o qual se estabelece uma pluralidade de medidas legislativas, designadamente para conferir à autoridade da vigilância sanitária o controlo e eliminação dos fatores de risco, bem como a tomada de medidas restritivas e corretivas das situações passíveis de criar graves riscos para a saúde das pessoas através do sistema de vigilância epidemiológica, que se consubstancia na recolha e análise de dados relativos a doenças ou outros problemas de saúde humana, interpretação de resultados e transmissão da informação a quem dela necessita;

Atendendo à importância que, neste âmbito, o Governo atribui à necessidade de maximização de esforços no sentido de garantir uma melhor prestação de serviços do sector da saúde, bem como generalizar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade, aferindo constantemente sobre a eficiência, transparência e profissionalismo na gestão dos recursos financeiros, humanos, materiais e logísticos, das infraestruturas e dos equipamentos;

Tendo em conta as conclusões da reunião do Comité de Emergência convocada pelo Director-Geral da Organização Mundial de Saúde ao abrigo do Regulamento Sanitário Internacional (IHR (2005)), realizada nos dias 22 e 23 de Janeiro de 2020, sobre o surto do Coronavírus 2019-nCoV na República Popular da China e a exportação de casos para outros países;

Ciente da rápida e imprevisível evolução dos acontecimentos, nomeadamente a possibilidade de as medidas de quarentena serem alargadas para fora da Província de Hubei e não havendo, até à presente data, de uma previsão temporal para o término do risco associado à rápida propagação do Coronavírus 2019-nCoV;

Enquadrando-se como preocupação profunda do Governo o situar das autoridades nacionais numa posição que lhes permita uma atuação rápida e eficaz perante a situação de cidadãos timorenses que estão na cidade de Wuhane o surgimento de casos de Coronavírus 2019-nCoV em território nacional, da qual resulta a formulação de um plano de ação em resultado da reunião interministerial realizada a 27 de janeiro de 2020, que visa a articulação de esforços entre o Ministério da Saúde, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério

do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Ministério da Defesa, Ministério do Interior e Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares;

Tendo em atenção, que há que fazer face às necessárias implicações financeiras deste processo, garantindo os imprescindíveis meios financeiros e a coordenação de esforços, para assegurar o devido apoio aos cidadãos timorenses residentes na província chinesa afetada e respetivas famílias, bem como a aquisição de vestuário e equipamentos e adequação de meios físicos para prevenção e controlo de epidemias e endemias;

O Governo resolve, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º e da alínea a) do artigo 116.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Autorizar despesas até ao montante de US\$ 1,500,000.00 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos), com origem na Reserva de Contingências, destinadas a suportar os custos com a aquisição de equipamento e vestuário, bem como a adequação de espaço físico específico para diagnóstico de eventuais casos clínicos, para prevenção e controlo do risco de propagação do Coronavírus 2019- nCoV em território nacional, bem como para suportar despesas com a retirada de cidadãos timorenses residentes nas zonas críticas da província chinesa afetada e com a sua deslocação para as cidades de Pequim ou Shangai, estadia e outras relacionadas.

2. Mandatar a Ministra da Saúde interina para:

a) Instruir os serviços de aprovisionamento para aquisição urgente de quatro (4) equipamentos de medição da temperatura corporal (Thermal Scanner) e equipamentos de proteção individual, para reforço do controlo e identificação de casos suspeitos nos postos de passagem de fronteiras terrestres, aéreas e marítimos;

b) Assegurar a instalação dos equipamentos referidos em alínea anterior e colocação de pessoal de saúde nos postos de fronteiras, em estrita coordenação com as linhas ministeriais relevantes;

c) Perante um caso suspeito de doença, assegurar a existência de áreas restritas de isolamento nos postos de fronteira, com casa de banho exclusiva, mobiliário, água e alguns alimentos não perecíveis, até ativação do transporte desde o posto de fronteira até ao Hospital de referência;

d) Assegurar a coordenação da informação sobre métodos, metodologias e práticas adequadas para se fazer face ao evolução do Coronavírus 2019-nCoV com a Organização Mundial de Saúde.

3. Mandatar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para:

a) Assegurar a unidade da ação do Estado no domínio das relações internacionais de carácter consular e garantir a prestação de apoio consular aos cidadãos Timorenses residentes na República Popular da China, em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963;

b) Instruir os serviços competentes do Ministério para que se atente a uma permanente atualização de todas as informações relativas a alertas de saúde e demais avisos pertinentes, divulgando-as atempadamente;

c) Assegurar a comunicação diplomática necessária com os Governos e Organizações Internacionais e promover mecanismos eficazes de coordenação, articulação e comunicação sobre os principais desenvolvimentos na propagação do Coronavírus (2019-nCoV);

d) Liderar a necessária concertação político-diplomática com as autoridades chinesas para

garantir a proteção dos cidadãos timorenses residentes na cidade de Wuhan e enviar os esforços necessários na transferência dos mesmos para as cidades de Pequim ou Shanghai;
e) Instruir a Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Pequim para assegurar todos os meios necessários que permitam o transporte e realojamento da comunidade timorense e garantir os meios de apoio necessários para a boa condição física e psicológica dos cidadãos, em coordenação com os ministérios relevantes.

4. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, em 29 de janeiro de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Resolução do Governo 1/2020, de 6 de Fevereiro

Regulação da aplicação de execução de medidas temporárias de interdição e restrição à entrada de cidadãos estrangeiros provenientes da República Popular da China no território nacional, considerando o risco associado à rápida propagação do Coronavírus 2019-nCoV.

Atendendo a que o dever de promover e proteger a saúde é o fundamento constitucional de uma multiplicidade de medidas legislativas, por vezes restritivas de direitos, liberdades e garantias, necessárias à defesa da saúde pública, que se traduz no controlo e eliminação dos fatores de risco, bem como na tomada de medidas restritivas e corretivas das situações passíveis de criar graves riscos para a saúde da população;

Considerando que a emergência de saúde pública internacional decretada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, determina a existência de uma situação extraordinária que constitui um risco de saúde pública para outros Estados através da disseminação internacional de doenças, exigindo-se, por isso, uma resposta internacional coordenada;

Ciente de que o decretar da situação de emergência de saúde pública internacional depende da avaliação dos critérios “sério, repentino, incomum ou inesperado”, “implicações para a saúde pública além da fronteira nacional do Estado afetado” e “pode exigir uma resposta internacional imediata”;

Atentos à rápida e imprevisível evolução dos acontecimentos e não havendo, até à presente data, uma previsão temporal para o término do risco associado à rápida propagação do Coronavírus 2019-nCoV;

Considerando que, neste particular, a decisão de interdição ou restrição de entrada a cidadãos estrangeiros deverá ter como fundamento razões de saúde pública, atendendo às doenças, epidemias e pandemias definidas nos instrumentos aplicáveis da Organização Mundial de Saúde ou em outras doenças infecciosas ou parasitárias contagiosas objeto de medidas de proteção em território nacional, para as quais o serviço nacional de saúde ainda não se encontra devidamente capacitado para uma resposta eficaz, nomeadamente a nível de profissionais de saúde, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e infraestruturas para isolamento;

Enquadrando-se a consulta efetuada às autoridades congéneres de outros Estados, nomeadamente Austrália, Indonésia, Nova Zelândia e Singapura, no fundamento à aplicação de medidas restritivas e à identificação dos destinatários, numa posição que permita uma atuação rápida e eficaz perante o risco associado de surto Coronavírus 2019- nCoV em território nacional;

Ciente de que 60,5% dos casos de doença se concentram na Província de Hubei da República Popular da China, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde;

Cientes que à execução de medidas de interdição e de restrição de entrada de cidadãos estrangeiros no território nacional é aplicável a Lei de Migração e Asilo, se constituir como justificação perigo ou ameaça grave para a saúde pública;

Considerando as conversações havidas com os representantes diplomáticos da República Popular da China em Timor-Leste, O Governo resolve, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 115.o e da alínea a) do artigo 116.o da Constituição da República, o seguinte:

1. Mandatar o Ministro do Interior interino para:

a) Instruir os serviços competentes do Ministério para que atendem à proveniência dos cidadãos estrangeiros nos postos de fronteira de Timor-Leste, obedecendo aos seguintes critérios, nos termos da legislação em vigor:

i. É aplicada a medida de interdição de entrada em território nacional aos cidadãos estrangeiros que nas últimas quatro semanas tenham saído ou tenham estado em trânsito na Província de Hubei, República Popular da China;

ii. É aplicada a medida restritiva de entrada aos cidadãos estrangeiros que nas últimas quatro semanas tenham saído ou tenham estado em trânsito na República Popular da China, podendo ser autorizada a entrada no território nacional mediante apresentação de relatório médico com foto, emitido por instituição hospitalar internacionalmente reconhecida;

iii. Nos termos da lei, não pode ser recusada a entrada a cidadãos nacionais e a cidadãos estrangeiros que tenham nascido em território da República Democrática de Timor-Leste e que aqui residam habitualmente ou que sejam representantes legais de menores de nacionalidade

timorense ou de menores nacionais de Estado terceiro residentes legais em Timor-Leste sobre os quais exerçam poder paternal ou assegurem o seu sustento e educação.

b) As medidas de interdição e restrição de entrada de cidadãos estrangeiros provenientes da República Popular da China, definidas nos termos da presente resolução, são quinzenalmente reapreciadas, com vista à sua manutenção ou eliminação.

2. Mandatar a Ministra da Saúde interina para:

a) Instruir os serviços competentes do Ministério da Saúde para, em coordenação com os ministérios relevantes, atuar em conformidade com os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, nomeadamente no seguinte sentido:

i. Qualquer estrangeiro que chegue a Timor-Leste, não obstante a proibição, e que opte por não regressar imediatamente ao porto de origem está sujeito a

quarentena obrigatória;

ii. Os cidadãos nacionais, residentes permanentes e suas famílias que tenham saído ou tenham estado em trânsito na República Popular da China, são sensibilizados para a necessidade de se sujeitarem a isolamento voluntário por catorze (14) dias, devidamente apoiados por profissionais de saúde, a partir do momento da chegada a Timor-Leste;

iii. Assegurar um controlo reforçado nos postos de fronteira aéreos, terrestres e marítimos, disponibilizando máscaras para o pessoal do aeroporto, das fronteiras terrestres e do porto, bem como o acompanhamento pelos profissionais de saúde com instrumentos de medição corporal.

3. Mandatar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para:

a) Assegurar a comunicação diplomática frequente com as autoridades da República Popular da China num manifesto de solidariedade para com o Governo e o Povo da República Popular da China, tendo em conta as fortes relações de cooperação e de amizade entre os dois povos e a sua continuidade;

b) Instruir as missões diplomáticas para estabelecer a devida comunicação com as autoridades relevantes dos países vizinhos quanto às medidas restritivas inscritas na presente resolução.

4. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 5 de fevereiro de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak



**PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO**



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.